

GUSTAVO MARTINELI MASSOLA

**SISTEMA PENITENCIÁRIO: REFORMA OU
REPRODUÇÃO. UM ESTUDO DA APAC DE SÃO
JOSÉ DOS CAMPOS**



Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
como parte dos requisitos para obtenção do
grau de Mestre em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof^a. Dra. Eda Terezinha de
Oliveira Tassara

**São Paulo
2001**

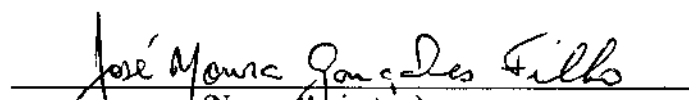
**SISTEMA PENITENCIÁRIO: REFORMA OU
REPRODUÇÃO. UM ESTUDO DA APAC DE SÃO JOSÉ
DOS CAMPOS**

GUSTAVO MARTINELI MASSOLA

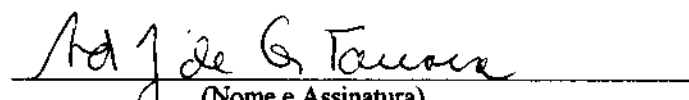
BANCA EXAMINADORA



(Nome e Assinatura)



(Nome e Assinatura)



(Nome e Assinatura)

Dissertação defendida e aprovada em: 02/08/01

*À pequena flor-de-Lis –
flor colhida tão cedo
deste mundo –
dedicamos, enfim, este
trabalho.*

AGRADECIMENTOS

À Profª. Dra. Eda Terezinha de Oliveira Tassara, pela orientação certa e pela amizade nas horas difíceis. Sem sua brilhante humildade acadêmica, este trabalho nunca teria sido possível.

Aos meus pais, que souberam respeitar e compreender, apoiar e incentivar. Para quem busca dar sentido às coisas, este laço é fundamental. E não é o amor dos pais o primeiro sentido de nossas vidas?

Aos meus sogros. Longas caminhadas, longas conversas. Minha nova família, um apoio inestimável em todos os momentos.

Ao parecerista da FAPESP. O resguardo de sua identidade pelas normas institucionais da FAPESP não o eximiu de, com suas precisas e atentas colocações, contribuir para a problematização dos caminhos da pesquisa e o amadurecimento do trabalho.

Àquelas pessoas que fizeram parte de minha vida durante esses anos, dando-lhe cor e movimento: Ricardo, Elaine, Lorenzo, Denise e Viviane.

Ao Fernando, companheiro de ideais e amigo de muitas correspondências, coração generoso e aberto.

A minha família: Vera, pelo apoio e incentivo constantes, e Tereza, minha avó, o calor do regaço materno no acolhimento incondicional.

Para Daniela, que conheceu de perto as dores e alegrias deste trabalho. Companheira de toda hora, foi ela quem me fez ir adiante quando eu dava tudo por perdido, socorrendo-me de minhas próprias inseguranças. Leitora atenta de meus escritos, soube ver além das palavras e encontrar um caminho por entre muitos obstáculos. Há tanto dela neste trabalho quanto em mim mesmo e ela esteve ao meu lado além de todos os limites.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE TABELAS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
Capítulo 1. Introdução	01
Capítulo 2. O método de pesquisa	26
Capítulo 3. O ingresso no muno penitenciário – o DACAR-7 de Santo André .	36
3.1. A APAC de São José dos Campos: primeira visita	47
3.2. Segunda visita	62
Capítulo 4. Origens da APAC de São José dos Campos	70
Capítulo 5. Método da APAC de São José dos Campos	128
Capítulo 6. A proposta da pesquisa	215
Capítulo 7. O início da pesquisa	237
Capítulo 8. A confirmação do fechamento da APAC	253
Capítulo 9. A retomada do trabalho	269
Capítulo 10. O fechamento da APAC	283
Capítulo 11 . A entrada dos menores e a relação com os carcereiros	297
Capítulo 12. Cronologia do fechamento da APAC	360
Capítulo 13. A análise das entrevistas	372
13.1. Entrevista com egressos	431

Capítulo 14. Por uma análise do papel institucional da APAC	440
ANEXO	454
Levantamento da idade e crime na população carcerária da APAC de São José dos Campos	455
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	461

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Arquitetura dos pátios do DACAR-7	40
Figura 2. Arquitetura do pátio da APAC de São José dos Campos	56

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1. Total de artigos de jornais e revistas coletados sobre a APAC de São José dos Campos 40
- Tabela 2. Valores descritivos para a idade da população de egressos da APAC de São José dos Campos no período de 1995-98..... 458
- Tabela 3. Número de casos, percentual da população amostral, percentual acumulado e idade média de acordo com o artigo do código penal pelo qual foi condenado, para amostra da população egressa da APAC de São José dos Campos no período de 1995-98 459

RESUMO

MASSOLA, G. M. (2001) Sistema penitenciário: reforma ou reprodução. um estudo da APAC de São José dos Campos. São Paulo. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.

Este trabalho tem por objetivo descrever e analisar as práticas estabelecidas por uma instituição penal reformada dirigida por uma ONG: a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) de São José dos Campos – São Paulo, a fim de se estabelecer seu papel institucional frente ao restante do sistema penal e buscar uma explicação para seu recente fechamento pelo Judiciário. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa etnográfica em suas dependências. Além disso, foram coletados documentos produzidos pela própria instituição e foram realizadas oito entrevistas, sendo seis com voluntários e duas com egressos da instituição. As razões para o fechamento parecem estar ligadas ao valor econômico que foi atribuído às transferências dos presos da comarca para a APAC, o que reduziu o poder institucional sobre os presos.

ABSTRACT

Describes and analyses the practices established by a “reformed” penal institution: APAC (Association for Protection and Assistance of the Prisoners) from São José dos Campos – São Paulo, in order to examine its institutional role in face of the Brazilian penal system and also in order to explain its closure. This study made use of the ethnographic method and we also collected documents produced by the institution. Besides, we took eight interviews (six from volunteer workers and two from ex-convicts). The convicts transference to the institution became economically valuable in late years, what seems to explain its closure.

Capítulo 1. Introdução¹

O título deste trabalho comporta uma preocupação conceitual. Pois se é verdade que a análise da instituição penal em foco exige uma escolha mais adequada de palavras, também é verdade que, em seus próprios termos, essa escolha teria sido injusta. A APAC – Associação de Proteção e Assistência Carcerária, posteriormente Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, ou ainda, fazendo jus ao seu caráter assumidamente religioso, *Amando ao Próximo Amarás a Cristo* – esta instituição, enfim, se no início de suas atividades defendia a reforma da prisão, logo passou a defender a idéia de que seu trabalho era muito mais que isso. O título do último livro publicado pelo idealizador e líder desta instituição, o advogado Mário Ottoboni, mostra bem o ponto de discordância: *Ninguém é irrecuperável. APAC, a revolução do sistema penitenciário* (Ottoboni, 1997), título que é como um programa ou uma ideologia de trabalho desta instituição. Utilizar o termo *reforma* ao invés de *revolução*, como desejariam os membros da APAC exige, portanto, algumas considerações.

Em toda a ampla literatura sobre as prisões, parecem haver apenas duas constatações inequívocas a respeito destas instituições tão contraditórias. A primeira é quanto a seus objetivos: ninguém nega que a prisão possua três objetivos *manifestos* principais: 1) a *punição* aos infratores; 2) a *recuperação* dos infratores; 3) a *contenção* dos infratores (se bem que este último efeito às vezes seja omitido, talvez por seu caráter de obviedade). A segunda é quanto à relação entre esses objetivos: quase ninguém mais duvida que o efeito 2, de recuperação do infrator,

¹ Este trabalho foi financiado pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo nº 99/01262-0).

considerado às vezes seu principal objetivo, é incompatível com o efeito 3, de contenção. Muitos autores defendem sua incompatibilidade também com o efeito 1, de punição, apesar desse não ser o caso da APAC. Por conta disso, a instituição prisional tem sido considerada por muitos como uma instituição contraditória, dilemática e paradoxal pois, ao assumir dois objetivos incompatíveis entre si, acaba por produzir sempre e repetidamente seu próprio fracasso.

A incompatibilidade entre a contenção e a ressocialização já foi bastante discutida. Se o objetivo da prisão é possibilitar que, ao abandonar seus muros, a pessoa que cumpriu pena privativa de liberdade possa se reintegrar normalmente ao ambiente social do qual foi temporariamente excluída, ela deveria ensinar aos condenados sob sua guarda os comportamentos e atitudes que lhes possibilitem uma rápida readaptação ao mundo externo. A grande questão é que, ao segregar as pessoas, ao fazer com que elas vivam separadamente sob o domínio de regras de disciplina que não existem, ao menos com a mesma intensidade, no mundo de fora, ela ensina aos condenados padrões de comportamento adaptados à própria prisão mas que lhes serão inúteis e prejudiciais ao término da pena. Hoje em dia, este efeito de desadaptação é visto por alguns autores como resultante de pelo menos dois efeitos de adaptação contrários à reinserção dos condenados no ambiente social normal, processo que, de forma geral, é conhecido como *prisonização* (Clemmer, 1958). O primeiro efeito é a *criminalização* (Jones, Cornes, Stockford, 1977: 6), que significa a adaptação dos reclusos aos códigos e valores defendidos pelos meios delinquentes através da aquisição de atitudes, habilidades e companhias criminosas, resultantes da interação constante e funcional com criminosos. O segundo efeito é a *institucionalização* (Jones, Cornes, Stockford, 1977: 6), que significa, grosso modo, a adaptação a um regime de massas padronizado, levando à apatia, dependência e respostas rotinizadas e inflexíveis. Ambos os efeitos resultam em dificuldades para os egressos do sistema penitenciário que precisam reaprender, para poderem viver no mundo externo após deixarem as prisões, padrões de comportamento longamente esquecidos e que lhes eram inúteis no mundo carcerário. Por isso, esses egressos, incapazes de novamente viverem em sociedade como trabalhadores “honestos e honrados”, acabam sempre voltando a delinquir e realimentam o ciclo da reincidência criminal que, por sua vez, reforça a necessidade da existência de prisões. Esse efeito secundário da produção de uma massa marginalizada

adaptada/desadaptada parece ser inerente à prisão em qualquer parte do mundo. Mais do que isso: em toda a sua curta história, a prisão sempre produziu este mesmo efeito. Foucault (1991) mostra que a crítica à prisão é contemporânea da própria prisão, provando que desde sua origem, há quase duzentos anos, ela é vista como uma instituição falida. Sabe-se muito bem, como decorrência disso, que a proliferação de estabelecimentos penitenciários não combate o problema da criminalidade. O aumento no número de penitenciárias não só não reduz o número de criminosos como é percebido, às vezes, como responsável pelo aumento mesmo nas cifras da delinquência.

Frente ao aparente fracasso da prisão, que soluções tomar? – é o que se perguntam juristas, penitenciaristas e toda a gama de profissionais que se especializaram no estudo dessas casas de correção. Para eles, não há respostas simples. Pois se os efeitos nefastos da prisão são conhecidos de longa data, não se vê o que pôr em seu lugar.

“A prisão é uma exigência amarga, mas imprescindível. A história da prisão não é a de sua progressiva abolição, mas a de sua reforma. A prisão é concebida modernamente como um mal necessário, sem esquecer que guarda em sua essência contradições insolúveis. O Projeto Alternativo Alemão orientou-se nesse sentido ao afirmar que ‘a pena é uma amarga necessidade de uma comunidade de seres imperfeitos como são os homens’”. (Bittencourt, 1993: 11).

Por isso, a solução para o problema carcerário tem sido tentada sob a forma de adaptações do sistema penitenciário aos problemas por ele enfrentados. A criação de regimes progressivos de cumprimento de pena, o movimento de fundação de “prisões abertas”, a elaboração de penas alternativas à de prisão, todos esses infundáveis mecanismos de aprimoramento do sistema penitenciário podem ser vistos no bojo dessas críticas aos efeitos indesejáveis da prisão. Todos eles respondem pelo nome geral que escolhemos para título de nosso trabalho: a reforma do sistema penitenciário. A idéia da necessidade de se reformar a prisão é bastante arraigada, pois aparece à maioria dos envolvidos no debate em torno da questão penitenciária como a única solução possível. Alguns anos após auxiliar a fundação da APAC, o juiz corregedor de São José dos Campos escreveu:

“Daí do DILEMA: A prisão leva o homem ao círculo vicioso do “prende-solta”; e a pena em liberdade aumenta a criminalidade, o desrespeito à lei penal e a insegurança da sociedade.

Como resolver o impasse? Que atitudes tomar? Como agir?

A solução é óbvia: reformar a prisão.” (Ottoboni & Netto, 1976: 73).

A reforma da prisão, portanto, é um projeto político baseado na crença de que a prisão é ineficaz na realização de seus objetivos e de que, ao mesmo tempo, é impossível abrir mão do uso da prisão. A reforma do sistema penitenciário baseia-se na defesa de uma espécie de “caminho do meio” que seria visto como a solução para a manutenção da prisão e a anulação de seus efeitos indesejados.

“Por conhecermos bem as críticas que o encarceramento merece, acreditamos que os princípios de sua progressiva humanização e liberalização interior são a via de sua permanente reforma, caminho intermediário entre o conservadorismo e a convulsão abolicionista, não seguidas, claro, por nenhum país do mundo, independentemente dos seus regimes jurídico e político” (Bittencourt, 1993: 12).

O caminho que levou à ampla aceitação da necessidade de reformar a prisão, ao invés de aboli-la ou mantê-la intacta é um assunto bastante complexo, do qual apenas traremos breves notícias. Contra os conservadores que defendem sua manutenção valem os argumentos já colocados relativos às falhas mostradas pelo sistema penitenciário como um todo. É quase absurdo, dentro dos padrões culturais de nossa sociedade, defender a idéia de que a prisão seja boa e execute bem suas funções. Por outro lado, dificilmente encontramos quem defenda a pura e simples abolição dos estabelecimentos penitenciários². Vale notar que, eventualmente, considera-se a pressão social por segurança como uma das razões que levariam à manutenção mais ou menos geral do nível de confinamento dos internos dos estabelecimentos penitenciários. É possível levantar inúmeros argumentos em prol desta explicação. Um deles se refere à reação das comunidades à notícia da construção de prisões em suas redondezas. Ao ter conhecimento dos planos do

Estado em promover a implantação de um estabelecimento penal nas proximidades de suas residências, a população costuma reagir ativamente procurando obrigar o Estado a rever sua decisão e transferir a construção para outras localidades. Isso, de certa forma, indica a posição estrutural da prisão na sociedade, que exigiria dos administradores de estabelecimentos penitenciários uma preocupação constante com a questão da segurança (Jones, Cornes, Stockford, 1977: 1-2). Há em muitos casos relatos de pessoas que se sentem intimidadas por terem de morar nas proximidades de um estabelecimento penitenciário, havendo menções à segurança deficiente desses estabelecimentos como razão para tal medo (Sallum, 2001). Desta forma, a pressão pela manutenção do nível de segurança dos estabelecimentos penitenciários partiria da própria população atemorizada que, frente às iniciativas políticas de maior abertura dos presídios, reagiria desfavoravelmente exigindo do Estado a aplicação de maior rigor frente aos condenados pela Justiça. Em determinados momentos, a população interna às prisões abertas inglesas – um tipo de estabelecimento penal que, apesar de ser oficialmente uma prisão, procura diminuir a presença de elementos repressivos e de confinamento, como muros e cercas, em seu funcionamento – foi tão reduzida que algumas delas acabaram por ficar vazias. O Estado, tendo proposto um altíssimo grau de exigência sobre o comportamento dos presos como forma de permitir sua transferência para esses estabelecimentos, o que ocasionou seu esvaziamento, preferiu fechar alguns deles a relaxar suas exigências (Jones, Cornes, Stockford, 1977: 3-4). Uma das formas de interpretar esse fato é que, frente à possibilidade de rebaixamento no nível de confinamento da população presa, observa-se uma reação social contrária que obriga o Estado a rever sua decisão. Uma outra forma, mais sutil, de entender a questão, é propor a idéia do sistema penitenciário como um complexo e frágil ambiente social sobre o qual interferências profundas e radicais tendem apenas a criar uma rede de tensões que, por fim, levam a uma reação institucional contrária de intensidade redobrada que tem como consequência a reorganização da prisão nos mesmos moldes de antes. O estudo elaborado por Coelho (1987) sobre o sistema penitenciário do Rio de Janeiro mostra a reação das lideranças prisionais organizadas à política de direitos humanos dos

² Mendez (1999) afirma, comentando o livro de Batista (1999), que um de seus grandes méritos é que permite “superar o debate estéril entre uma visão pan-penalista da vida social e um abolicionismo total e imediato do sistema penal”.

presos, cujas propostas ganharam sua desconfiança justamente por envolverem mudanças muito profundas a serem levadas a termo num curto espaço de tempo. Esses líderes criminais, beneficiários da ordem prisional na medida em que ela lhes possibilitava auferir lucros e escapar aos maiores rigores da pena de prisão, sentiram-se inseguros frente à presença maciça de pessoal externo nos estabelecimentos penais, e acabaram por reagir fazendo uma oposição informal às iniciativas de liberalização nos presídios. Apesar dessas análises, que desvendam processos microscópicos tanto de dentro quanto de fora do sistema penitenciário cujo resultado final é sua perpétua manutenção, há uma teoria importante que vai em outro sentido, elaborada por Foucault (1991), e sobre a qual falaremos mais adiante. Em linhas gerais, para Foucault (1991) o sistema penitenciário tem como principal objetivo justamente a criação e incremento da delinqüência e, desta forma, ele explica porque a reforma da prisão, interminavelmente tentada, jaz perpetuamente derrotada.

Em geral, a história da prisão é pontuada por instituições que, apesar de serem prisões, procuram se diferenciar delas em quesitos fundamentais e propõem modelos alternativos com relação ao que se praticava até então. Essas instituições buscam criticar as prisões de dentro do próprio sistema penitenciário e inovar, criando métodos diferentes de gestão da segurança e do relacionamento com presos. Pelo papel que exerceram em seu tempo, pela forma como discorrem sobre o trabalho que executam frente aos presos, enfim, pela forma como elas entendem a si mesmas e são entendidas pelos homens de suas épocas, essas instituições se tornaram modelos na execução penal e servem como parâmetro para a atuação de outros estabelecimentos penais. Frente à escalada de violência observada em São Paulo e no Rio de Janeiro, o sistema desenvolvido pela Penitenciária Agrícola de Neves e a baixa taxa de violência observada no Estado de Minas Gerais provocavam reações de espanto: “Nesse contexto, o sistema mineiro, e especialmente a PAN, adquiriu notoriedade nacional e sua placidez passou a indicar que ‘alguma coisa pode dar certo’” (Paixão, 1991: 59).

A PAN, como regra geral, era vista pelos observadores externos e pelos próprios presos como uma instituição alternativa e bem-sucedida aos caóticos sistemas penitenciários de outros Estados e ao próprio sistema de pena vigente antes de sua implantação, em 1937. O sistema penitenciário do Estado era basicamente formado por cadeias públicas dos municípios onde, segundo um observador

(Câmara, 1951, apud Paixão, 1991: 35), o homem cumpria pena “sem qualquer regime de trabalho, numa ociosia promiscuidade” e era devolvido à sociedade “em vício, cinismo e maus propósitos”, sendo “dez vezes pior do que o criminoso no momento da prisão”. O Estado dispunha de duas penitenciárias que, segundo o mesmo observador (Câmara, 1951, apud Paixão, 1991: 35), “não passavam de cadeias maiores”. A inauguração da PAN representou o primeiro esforço mineiro de formulação de uma política penal criteriosamente elaborada por uma elite de juristas e psiquiatras e, apesar de não atender a todas as exigências elaboradas por esta elite, havendo principalmente falta de pessoal especializado em número suficiente para influir decisivamente nas decisões sobre a progressão de regime dos presos, obteve grande sucesso na gestão e controle dos criminosos a ela destinados. Um grande passo foi dado pela oficialização do regime progressivo de cumprimento de pena, que levava o preso do trabalho extramuros até a residência junto a sua família, progressão para a qual, devido à falta de pessoal especializado, contava-se principalmente com critérios de senso comum dos guardas. Mesmo assim, a PAN contou com o reconhecimento dos resultados por ela obtidos. Entre as razões que os primeiros visitantes elencavam para o sucesso do empreendimento, estavam a localização “em extenso vale” (Paixão, 1991: 37) e a feição educativa, visando o reerguimento moral do homem (Paixão, 1991: 38). Além disso, a absoluta autonomia na administração do presídio, que relegava as decisões do juiz de execução a segundo plano, e o bom senso dos administradores na tomada de decisões eram vistos como razões para o sucesso do presídio. A PAN, enfim, foi motivo de muita celebração, tornando-se modelo penitenciário em Minas Gerais e levando as outras penitenciárias que foram construídas no Estado a adotarem um sistema de trabalho semelhante ao seu.

Essas instituições “reformadas” que inovam os paradigmas de trabalho junto aos presos exercem, sempre que são criadas, um papel ativo na definição de políticas públicas, contando com muito prestígio entre pessoas ligadas às questões carcerárias. O papel exato dessas instituições ainda está por ser plenamente elucidado, mas elas exercem um evidente fascínio entre aqueles que se dedicam a estudar o problema das prisões.

Sing-Sing, Norfolk, Auburn, entre outras, estabeleceram modelos de trabalho junto aos presos que foram considerados eficientes e se difundiram por várias partes

do mundo. Para citar um exemplo, a reforma do sistema penitenciário mineiro baseou-se no modelo desenvolvido pela célebre penitenciária suíça de Witzwill, considerada a primeira prisão aberta do mundo (Jones, Cornes, Stockford, 1977), e que se pautava pela idéia de construir ambientes com alto nível de segurança mas espaçosos, no interior dos quais fosse permitido aos presos um amplo grau de movimentação independente. Paixão (1991) afirma mesmo que a Penitenciária Agrícola de Neves (PAN) desenvolveu toda sua experiência baseada nos princípios de trabalho da primeira. A partir desta filiação, a própria PAN obteve grande reconhecimento, devido, em parte, ao prestígio da experiência inovadora sobre a qual se baseou. Instituições deste tipo sugerem a conclusão de que a reforma do sistema penitenciário é um empreendimento possível e de que seus resultados podem ser amplamente favoráveis se implementados de forma séria e organizada.

Por outro, a percepção da constância com que sua reforma acompanha a própria história da prisão sem contudo conseguir modificá-la, levou Foucault (1991) a defender a idéia de que a reforma da prisão é, na verdade, o próprio projeto da prisão. Para Foucault (1991), a história da prisão não estaria dividida em três fases, na primeira das quais haveria a implantação do sistema penitenciário para, em seguida, ser feita a sua crítica e, por fim, haver tentativas de proceder à sua reforma. Para ele, esses três momentos ocorrem simultaneamente desde a origem da prisão e, por isso, a reforma da prisão passa a ser vista por ele como parte inerente ao próprio funcionamento da prisão:

“Devemos lembrar também que o movimento para reformar as prisões, para controlar seu funcionamento não é um fenômeno tardio. Não parece sequer ter nascido de um atestado de fracasso devidamente lavrado. A ‘reforma’ da prisão é mais ou menos contemporânea da própria prisão. Ela é como que seu programa. A prisão se encontrou, desde o início, engajada numa série de mecanismos de acompanhamento, que aparentemente devem corrigi-la, mas que parecem fazer parte de seu próprio funcionamento, de tal modo têm estado ligados a sua existência em todo o decorrer de sua história.

(...)

A prisão não deve ser vista como uma instituição inerte, que volta e meia teria sido sacudida por movimentos de reforma. A ‘teoria da prisão’ foi seu modo de usar constante, mais que sua crítica incidente – uma de suas

condições de funcionamento. A prisão fez sempre parte de um campo ativo onde abundaram os projetos, os remanejamentos, as experiências, os discursos teóricos, os testemunhos, os inquéritos. Em torno da instituição carcerária, toda uma prolixidade, todo um zelo. A prisão, região sombria e abandonada? O simples fato de que não se pare de dizê-lo há cerca de dois séculos prova que ela não o era? Ao se tornar a punição legal, ela carregou a velha questão jurídico-política do direito de punir com todos os problemas, todas as agitações que surgiram em torno das tecnologias corretivas do indivíduo”. (Foucault, 1991: 209-210)

Em primeiro lugar, Foucault nota que as críticas dirigidas à prisão são sempre constantes, desde o início do século XIX (Foucault, 1991: 234-6). A primeira crítica à prisão é a de que ela não diminui a taxa de criminalidade ou, ainda pior, a aumenta. A segunda é a de que a prisão provoca a reincidência. Ainda, a prisão fabrica delinquentes pelo tipo de existência que faz os detentos levarem, com relação tanto à arbitrariedade da administração, à corrupção medo e incapacidade dos guardas, quanto à exploração por um trabalho penal que, nessas circunstâncias, não pode ter nenhum caráter educativo. A prisão, além disso, potencializaria a organização de um meio delinvente e perseguiria os egressos para além de seus muros através da prática da vigilância policial sobre eles e através de controles que impediriam a obtenção de empregos. Por fim, a prisão fabrica delinquentes ao fazer cair na miséria a família do preso.

Em segundo lugar, Foucault (1991) nota que o que se propõe, em lugar da prisão, é sempre a reintrodução dos princípios de funcionamento prisional. Esses princípios, conhecidos de longa data, constituem as sete máximas universais da boa “condição penitenciária” (Foucault, 1991: 237): a detenção deve ter por função a transformação do comportamento do indivíduo; os detentos devem ser isolados uns dos outros ou pelo menos repartidos de acordo com a gravidade penal de seu ato; as penas devem ser modulados de acordo com os resultados obtidos pelos indivíduos presos, seus progressos e recaídas; o trabalho é peça essencial de ressocialização dos condenados; a educação do condenado é uma precaução indispensável e uma obrigação para com o detento; o regime da prisão deve ser assumido por um pessoal especializado que possua capacidade técnica e moral para zelar pela boa formação dos indivíduos; e, por fim, o encarceramento deve ser acompanhado de medidas de

assistência que acompanhem o egresso até sua readaptação definitiva, seguindo-o até depois do término da pena. E, então, ele conclui: “Palavra por palavra, de um século a outro, as mesmas proposições fundamentais se repetem. E são dadas a cada vez como a formulação enfim obtida, enfim aceita de uma reforma até então sempre fracassada” (Foucault, 1991: 238).

Ao interpretar esse fato tão singular da prisão ser sempre criticada pelas mesmas razões e ser, enfim, sempre posta novamente como a alternativa, ele afirma que a prisão não produz apenas seu próprio fracasso. Se ela tem sido mantida ao longo de cento e cinquenta anos praticamente sem alterações, ele argumenta, é que ela deve estar servindo a alguma utilidade importante num amplo mecanismo de dominação (Foucault, 1991: 240).

Essa função é, na sua opinião, a de um determinado tipo de gerenciamento das ilegalidades (Foucault, 1991: 240). O fim geral da prisão seria justamente a produção de uma delinquência através da qual seriam obtidas inúmeras vantagens na manutenção das dissimetrias de classe. Através da constituição da delinquência como a forma por excelência das ilegalidades, a prisão permite o gerenciamento diferencial dos delinquentes e seu controle mais amplo por mecanismos disciplinares, já que ela organiza a delinquência em classes, hierarquiza seus membros, permite que se os conheça. Da mesma forma pela qual ela sublinha a delinquência dentre tantas formas de ilegalidade, ela permite pôr às escuras as formas de ilegalidade que se quer ignorar. Além disso, a própria delinquência torna-se instrumento direto, passível de utilização imediata pela ilegalidade dos grupos dominantes, como mostra a organização das redes de prostituição no século XIX da qual o amplo processo de controle sobre ela exercido pela polícia e pela saúde permitia a recuperação dos enormes lucros advindos desta atividade cada vez mais relegada a uma semiclandestinidadade. A produção de delinquência leva para o lado oposto ao da população, também, indivíduos que, sob outra forma de organização social, estariam combatendo politicamente contra a manutenção das disparidades de classe, e a percepção desses indivíduos como delinquentes solapa qualquer possibilidade de obtenção de apoio popular. Além disso, a existência da ilegalidade permite que se estabeleça uma rede de controles sobre a população em geral, justificando a vigilância sobre grandes parcelas da população (Foucault, 1991: 247). Sobre isso,

Dorneles (1988) nos fornece um exemplo bastante próximo, mostrando os efeitos de vigilância possibilitados pelas preocupações com o controle da delinquência:

“A eleição da criminalidade como um dos grandes problemas nacionais ocorreu a partir de 1979 com a política de abertura do general Figueiredo. Com o processo de transição democrática, a existência dos órgãos de repressão e controle social do Estado não mais se justificava para a ação contra as atividades subversivas.

A falta de uma justificativa para a manutenção de todo o sofisticado aparato de repressão, montado nos anos da ditadura militar, produziu a necessidade de intensa propaganda sobre o perigo do crescimento do crime.” (Domelles, 1988: 67).

Outro exemplo deste tipo de utilização da delinquência com o objetivo de promover uma maior vigilância sobre toda a população, nominadamente sobre pessoas politicamente ativas, é dado pela Grã-Bretanha, onde a polícia mantinha, em meados da década de 70, arquivos a respeito das atividades políticas de aproximadamente três milhões de pessoas (Hester & Eglin, 1996: 161).

Chegamos, então, à relação entre prisão e sociedade. Seria a prisão sentida como uma necessidade pela população temerosa, mantida como resultado de uma teia de relações delicadas mas fortemente solidificadas ou usada como um instrumento de controle e vigilância sobre a ação política de grupos revolucionários? A partir de determinados recortes teóricos, está claro, as três formas de entender a questão – que são apenas uns poucos exemplos da infinidade de formas possíveis de abordar o assunto – a partir de seus pontos-de-vista teóricos específicos, enfim, essas formas de ver a questão apresentam, todas elas, contribuições importantes a respeito do problema. Mas não podemos deixar de notar que, muitas vezes, as conseqüências lógicas dos recortes teóricos envolvidos nas diversas análises do problema carcerário levam a conclusões conflitantes a seu respeito. Para isso, tomaremos de dois exemplos. Primeiramente, retomemos a análise foucaultiana da prisão. Para o autor, a obviedade que a prisão assumiu como principal tipo de pena aplicada nas sociedades ocidentais a partir do século XIX

“se fundamenta também em seu papel, suposto ou exigido, de aparelho para transformar os indivíduos. Como não seria a prisão imediatamente aceita, pois se só o que ela faz, ao encarcerar, ao retrainar, ao tornar dócil, é reproduzir, podendo sempre acentuá-los um pouco, todos os mecanismos que encontramos no corpo social? A prisão: um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mas, levando ao fundo, nada de qualitativamente diferente” (Foucault, 1991:208).

Para outro autor, as relações entre prisão e sociedade não se dão da mesma maneira. Goffman (1974), interessado em estudar o funcionamento do que ele chamou de “instituições totais” propõe a seguinte relação:

“Nas condições usuais de vida de nossa sociedade, a autoridade do local de trabalho pára quando o trabalhador recebe um pagamento em dinheiro; o fato de gastá-lo em casa ou em local de diversões é um problema pessoal do trabalhador e constitui um mecanismo pelo qual a autoridade do local de trabalho é mantida dentro de limites bem restritos. Mas, dizer que os internados de instituições totais têm todo o dia determinado, para ele equivale a dizer que todas as suas necessidades essenciais precisam ser planejadas. Portanto, qualquer que seja o incentivo dado ao trabalho, esse incentivo não terá a significação estrutural que tem no mundo externo. Haverá diferentes motivos para o trabalho e diferentes atitudes com relação a ele. Este é um ajustamento básico exigido dos internados e dos que precisam levá-los a trabalhar.

(...)

Portanto, existe incompatibilidade entre as instituições totais e a estrutura básica de pagamento pelo trabalho de nossa sociedade. As instituições totais são também incompatíveis com outro elemento decisivo de nossa sociedade – a família. A vida familiar é às vezes contrastada com a vida solitária, mas, na realidade, um contraste mais adequado poderia ser feito com a vida em grupo, pois aqueles que comem e dormem no trabalho, com um grupo de companheiros de serviço, dificilmente podem manter uma existência doméstica significativa. (...)

Independentemente do fato de determinada instituição total agir como força boa ou má na sociedade civil, certamente terá força, e esta depende em parte da supressão de um círculo completo de lares reais ou potenciais. Inversamente, a formação de lares dá uma garantia estrutural de que as

instituições totais não deixarão de enfrentar resistências. A incompatibilidade entre essas duas formas de organização social deve esclarecer algo a respeito das funções sociais mais amplas de ambas” (Goffman, 1974: 20-22).

Entre um e outro autor, podemos perceber que a ruptura radical que um propõe entre prisão e sociedade é tão somente da mesma dimensão que a união quase indissolúvel proposta pelo outro entre os dois elementos. Para Goffman (1974), a prisão, como as outras instituições totais, representa a negação de aspectos importantes do “mundo de fora” ou da sociedade civil. Para Foucault (1991), a grande força da prisão como única punição aceita nas sociedades capitalistas vem justamente do fato de ser ela mesma uma simples continuidade de mecanismos existentes em todo o corpo social. Prisões diferentes, portanto?

De certa forma, sim. A primeira questão a ser levantada nesse caso é sobre o que, de fato, está sendo estudado. E logo aí nós encontramos uma resposta que pode esclarecer parcialmente as diferenças entre essas duas posições. Foucault (1991) estuda as disciplinas. “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’” (Foucault, 1991: 126). As disciplinas são procedimentos que lentamente foram invadindo o corpo social e servindo para o estabelecimento de uma forma de dominação própria da sociedade capitalista, e que pode ser oposta ao tipo de dominação que ocorria, por exemplo, nas sociedades feudais. Nestas, o poder se afirmava através de sua exposição triunfal. O poder era aquilo que se mostrava a todos como tal, era o monarca buscando a maior visibilidade possível como forma de afirmar seu poder. Já as disciplinas são uma forma de poder que procura esconder-se, promovendo, ao contrário, uma visibilidade cada vez maior daqueles que elas subjagam. Sobre o papel das disciplinas na sociedade, Foucault (1991) afirma: “Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação” (Foucault, 1991:126). As disciplinas são procedimentos que permitem aumentar as forças do corpo ao mesmo tempo em que aumenta sua subjugação. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (Foucault, 1991: 127). Para isso, ela se

utiliza de uma série de técnicas cuja origem, isoladamente, pode remontar há muitos séculos atrás, mas que só foram combinados numa utilização precisa com fins “disciplinares” a partir do século XVII. Senão, vejamos: a disciplina divide os indivíduos no espaço segundo o princípio do quadriculamento – cada indivíduo no seu lugar, em cada lugar, um indivíduo. Além disso, o lugar ocupado pelo indivíduo não está fixado pelo local ou pelo território que ocupa, mas por sua relação com os outros indivíduos dentro de uma fila, de modo a que cada indivíduo seja um elemento intercambiável com outros elementos, mas sem que haja confusão entre os elementos, sem que se constitua uma massa informe e não analítica de elementos – as massas inúteis são analisadas e compostas para melhor aproveitamento de suas forças. Há o controle exaustivo sobre as atividades. Em primeiro lugar, através da fixação de horários precisos para cada atividade, mas também pela fixação da duração de cada gesto durante, por exemplo, a marcha de uma infantaria. A atitude global do corpo é posta em correlação com o gesto, e desta forma a disciplina procura estabelecer a melhor relação possível entre o ato e a atitude geral do corpo, como condição de eficácia e rapidez do gesto. Da mesma forma, estabelece-se a melhor relação possível entre o corpo e o objeto que ele manipula com vistas ao aumento da eficácia da manipulação, um interesse econômico na manipulação do objeto pelo corpo. Além disso, a disciplina cria mecanismos de apropriação econômica sempre crescente do tempo, através de sua divisão em etapas sucessivas e diferenciadas que se combinam para formar seqüências com termo definido, marcado por uma prova, “que tem a triplíce função de marcar se o indivíduo atingiu o nível estatutário, de garantir que sua aprendizagem está em conformidade com a dos outros, e diferenciar as capacidades de cada indivíduo” (Foucault, 1991: 143). Enfim, esse último procedimento é correlato da “descoberta” do século XVIII do progresso das sociedades e da gênese dos indivíduos. A disciplina, por fim, impõe a necessidade de compor as forças de cada indivíduo como engrenagens de uma máquina da qual se procura extrair a máxima eficiência. Para Foucault, as disciplinas são procedimentos que lentamente foram penetrando o corpo social e através dos quais um novo poder se constituiu. As disciplinas, ou os procedimentos disciplinares, não são específicos de nenhuma instituição. Eles podem, a partir de certo momento, ser encontrados em oficinas, escolas, hospitais, no exército e em praticamente qualquer instituição. Inevitavelmente, na prisão.

A prisão para Foucault (1991) só pôde se firmar como a punição por excelência em nossa sociedade porque foi colonizada por práticas disciplinares. Na verdade, a prisão enquanto tal representa a colonização do aparelho judiciário por práticas disciplinares que vieram acrescentar uma série de procedimentos às formas tradicionais de punição dos tribunais. Assim, juridicamente, a punição se exerce sobre a infração, que é a transgressão de uma lei escrita e encontrada nos textos jurídicos, a transgressão a uma lei que deve ser memorizada e que só pode ser considerada válida por estar já escrita. É este ideal de legalidade que deu origem às formas jurídicas modernas a partir dos textos de escritores como Beccaria (1763). Pois bem, a prisão faz mais do que punir as transgressões às leis. Na verdade, desde sua origem, a prisão exigiu para si uma certa independência frente ao aparato judiciário, defendendo a necessidade de acompanhamento e modulação da pena de acordo com o comportamento observado do transgressor. Assim, conforme as mudanças de comportamento observadas no transgressor, a pena poderia ser aumentada ou diminuída. Além disso, uma série de outros procedimentos, como a separação de criminosos de alta ou baixa periculosidade, passa a configurar um espaço em que o criminoso não seria considerado apenas pela sua transgressão à lei, mas também por sua biografia. A biografia do criminoso passou a ser importante para modular o cumprimento da pena a partir de pressões que partiram da própria prisão, em oposição ao simples critério da legalidade. Assim, um criminoso que já houvesse cumprido sua pena – critério legal para a obtenção de liberdade – deveria, segundo essa outra opinião, ser mantido preso enquanto não fosse considerado apto para o convívio social. Essas pressões constituíram um outro aspecto da prisão que se configurou como sendo propriamente o “carcerário”. O “carcerário” das prisões é um âmbito que não está contido no “judiciário”, mas que vem se sobrepor a este e exigir seu espaço próprio. O “carcerário” se constituiu ao mesmo tempo que seu objeto próprio. O objeto próprio do “carcerário”, constituído por este e que ao mesmo tempo lhe outorga legitimidade, é a figura do “delinqüente”. O delinqüente não se caracteriza apenas pela transgressão que cometeu, mas também por sua história de vida, sua biografia. É assim que o carcerário e todas as figuras a ele relacionadas, como psicólogos e psiquiatras, buscam descobrir na biografia do transgressor aquilo que pode explicar suas ações. As “pulsões” do transgressor, seus antecedentes genéticos, são estudados para que se possa explicar de forma necessária suas ações.

O carcerário, para Foucault (1991), é o espaço das disciplinas dentro do espaço prisional. Ele se manifesta por uma exigência adicional que se impôs à prisão, que é a de modificar os condenados sob sua guarda. Legalmente, a prisão é o espaço da privação de liberdade como punição. Mas a prisão se apresenta como um híbrido, privação de liberdade – ressocialização dos presos. O primeiro termo diz respeito ao seu caráter jurídico. O segundo, ao seu caráter disciplinar. É assim que a prisão apresenta em seu funcionamento muito do que existe na sociedade disciplinar em geral. Os procedimentos disciplinares estão funcionando na prisão e constituindo ali um objeto próprio que é o delinqüente. A prisão, portanto, não é grandemente diferente do restante da sociedade, a não ser pelo fato de que ali não há brechas para a ação das disciplinas sobre aqueles a quem ela subjuga, ou, ao menos, procura-se controlar todas as brechas. A prisão é um modelo mais perfeito do que deve ser a sociedade disciplinar. Tendo isso em vista, é possível explicar que Foucault afirme a similaridade entre sociedade e prisão, já que ambas estão permeadas pelos procedimentos disciplinares dos quais o autor traça a história.

A posição defendida por Goffman (1974) é diferente da de Foucault (1991) em vários pontos. Para este autor, as prisões também não devem ser vistas isoladamente, mas dentro de um quadro teórico no qual inclui instituições por ele chamadas de “totais”. Essas instituições apresentam um alto grau de “fechamento”, ou seja, conquistam uma grande parte do tempo e do interesse de seus membros, e esse alto grau de fechamento é representado por barreiras com relação ao mundo externo. Apesar de nenhuma instituição conter todas as características por ele descritas como pertencentes a uma instituição total, as instituições apresentam determinadas características em alto grau, ou apresentam muitas características de um determinado grupo. O fato básico de toda instituição total é o controle burocrático das necessidades humanas. Na sociedade moderna, afirma o autor, o indivíduo tende a brincar, dormir e trabalhar em diferentes locais. As instituições totais rompem essas três esferas de vida. Todas essas fases da vida são realizadas num mesmo local sob a autoridade de um grupo de supervisores. Isso propicia a existência de uma divisão entre grupo controlado e equipe de supervisão. Deixando de lado as conseqüências advindas desta separação, que vão desde o controle da comunicação dos internos até mudanças na forma de realização de trabalho, queremos ressaltar que o autor inclui neste conceito instituições tão diferentes quanto

as prisões e os conventos, apesar de notar diferenças entre elas que o levam a considerar a existência de cinco tipos de instituição total: para pessoas incapazes e indefesas; para pessoas incapazes e ameaçadoras para a sociedade; para pessoas ameaçadoras cujo bem-estar não conta (é aqui que se encontra a prisão); para realizar melhor algum trabalho e instituições totais que são refúgios do mundo.

Apesar de um grande número de instituições poder ser incluído nesta classificação, o autor ressalta que há diferenças fundamentais entre a sociedade como um todo e as instituições totais. Uma delas já foi ressaltada: o rompimento da separação entre os lugares onde o indivíduo brinca, dorme e trabalha. Outra diferença importante é quanto ao sistema de trabalho. Na sociedade em geral, a autoridade do chefe cessa com o pagamento. Nas instituições totais, a autoridade que controla o trabalho controla também uma grande parte das outras esferas da vida do indivíduo. O incentivo ao trabalho também não tem o mesmo sentido que no mundo externo, podendo haver muito pouco trabalho ou uma sobrecarga de trabalho induzido pelo castigo físico. Pode haver prática de economia obrigatória, que adia a relação com o dinheiro. Pode haver uma espécie de escravidão, em que o tempo integral do internado fica a serviço da equipe dirigente. Além disso, o indivíduo tende a se sentir desmoralizado pelo sistema de trabalho da instituição total. Por fim, o autor conclui que há mesmo uma incompatibilidade entre o sistema de trabalho das instituições totais e o sistema de trabalho (pagamento) de nossa sociedade. Além disso, há uma terceira incompatibilidade entre instituição total e a sociedade, que diz respeito à vida familiar. Para o autor, a vida familiar é contrastada com a solitária, mas um contraste mais adequado é com a vida grupal. A força das instituições totais vem, para ele, da supressão de um círculo completo de lares reais ou potenciais e, finalmente, a formação de novos lares é uma garantia estrutural de resistência às instituições totais.

Há, portanto, ao contrário do que ocorre em Foucault (1991), uma cisão teórica entre prisão e sociedade. Apesar dos fatos que caracterizam uma instituição total poderem ser encontrados em outros lugares que não nas prisões, a prisão, enquanto instituição total, é justamente a negação da sociedade em diversos aspectos importantes, inclusive em aspectos nos quais Foucault (1991) vê uma simples continuação de mecanismos que já existem na sociedade. Um exemplo é o trabalho. Para Foucault (1991), as disciplinas, enquanto estratégias políticas de controle e subjugação, se exercem nas fábricas tanto quanto nas prisões, e são

fundamentalmente as mesmas nas duas situações. Para Goffman (1974), o trabalho dentro das instituições totais e o trabalho no “mundo de fora” diferem na característica essencial de contarem com formas de remuneração completamente diferentes e que alteram a relação entre o trabalhador e o trabalho que executa.

Podemos procurar estabelecer pontos de contato entre essas duas concepções quase conflitantes sobre o fenômeno penitenciário. Para Goffman (1974), o interesse está no estudo das formas pelas quais essas instituições acabam por produzir efeitos de segregação na população a elas submetida, efeitos que tornam o indivíduo inapto ou parcialmente inapto para retomar o convívio social. O interesse de Foucault (1991) está justamente centrado nos mecanismos sociais que autorizam a permanência e a reprodução deste tipo de instituição mas, principalmente, dos mecanismos a elas subjacentes e que estão espalhados por todo o corpo social. Goffman (1991) faz um inventário dos inúmeros procedimentos que permitem a produção da segregação dos internos até mesmo nos momentos em que eles estão deixando as instituições. A mortificação do “eu” através dos rituais de boas-vindas, que promovem uma separação radical entre o a percepção de si que o interno tinha no mundo de fora e a que lhe é inculcada em sua nova situação, e através da exposição dos objetos pessoais e do próprio corpo do interno ao contato com elementos que no mundo de fora seriam considerados repugnantes, levando à sensação de “contaminação” do “eu” por elementos estranhos aos hábitos do internos, são alguns dos tantos modos pelos quais produz-se, numa instituição total, a separação entre o mundo de fora e o mundo interno à instituição. E como não perceber as cisões entre os dois mundos?

“Em primeiro lugar, as instituições totais perturbam ou profanam exatamente as ações que na sociedade civil têm o papel de atestar, ao ator e aos que estão em sua presença, que tem certa autonomia no seu mundo – que é uma pessoa com decisões ‘adultas’, autonomia e liberdade de ação. A impossibilidade de manter esse tipo de competência executiva adulta, ou, pelo menos, os seus símbolos, pode provocar no internado o horror de sentir-se radicalmente rebaixado no sistema de graduação de idade” (Goffman, 1974: 46).

Por outro lado, como é possível ignorar a tessitura de encaixes disciplinares que levam inclusive, por parte da população, a uma maior tolerância à punição (Foucault, 1991: 265)? Enfim, é através desta instituição contraditória não só frente aos resultados que obtém a partir de suas propostas, mas também pelas diferentes formas teóricas que assume em cada situação, que devemos caminhar a fim de compreendermos os resultados práticos advindos da reforma da prisão.

Ao falarmos em reforma da prisão, que queremos de fato dizer? A reforma em questão é a reforma dos mecanismos disciplinares da prisão, como propostos por Foucault (1991)? Ou a reforma dos procedimentos de mortificação do eu e de segregação entre os internos e o mundo de fora, como propõe Goffman (1974)? Que elementos podem estar de fato presentes quando nos questionamos acerca da natureza da reforma da prisão?

A reforma da prisão deve supor a possibilidade de explicar a presença de instituições diferenciadas no seio de um arquipélago carcerário, compondo com este, ainda assim, um todo orgânico. Caso as instituições reformadas não se coadunassem com o restante das instituições a elas assemelhadas, elas estariam de fato propondo uma prática diferenciada e revolucionária, e deveriam ser vistas como agentes transformadores da sociedade. Já que, ao longo dos últimos dois séculos ou mais, instituições exemplares têm sido criadas e destruídas pelos mais variados motivos (lembrar que a experiência de Sing-Sing, notável, entre outras coisas, por aumentar o controle dos presos sobre as políticas disciplinares e de trabalho, foi destruída tanto pela resistência dos conservadores “externos” quanto pelo domínio de lideranças organizadas internamente) sem conseguir alterar grandemente o sistema penitenciário, é necessário mesmo supor uma determinada relação entre as diversas instituições do sistema penitenciário. Ao contrário do que faz Foucault (1991), porém, esta questão exige um certo cuidado justamente quanto à percepção das diferenças entre as diversas instituições. Como poderia uma instituição ser considerada alternativa se ela não apresentasse nenhuma diferença significativa com relação às outras instituições do sistema? O que produziria a inclusão do termo “abertas” na designação desses tipos tão extravagantes de prisão do qual sempre ouvimos novos ecos? Como explicar que tantos homens percebessem como diferentes coisas tão semelhantes? Por quê seriam consideradas “alternativas” penas que, na teoria foucaultiana, serviriam sempre para o mesmo fim de promover a

disciplina? Vale lembrar o que foi dito sobre as prisões abertas para justificar o projeto político implicando a necessidade de seu estudo:

“[As prisões abertas são] corpos estranhos dentro de um sistema orientado para a contenção. Como elas não podem se justificar em termos de contenção, elas precisam estar o mais firmemente possível em posse de outras justificativas se quiserem continuar existindo” (Jones, Cornes, Stockford, 1977: 12³).

Pois bem, como iremos mostrar, esta também era a percepção da instituição objeto deste estudo. Também ela se via como alternativa frente à prisão e também ela se considerava atacada em seu funcionamento por diversos órgãos do governo. Como é possível coadunar a percepção da diferença entre essas instituições e as prisões “tradicionais” com o fato da manutenção do próprio sistema penitenciário, do qual esta instituições, bem ou mau, fazem parte? A resposta para esta pergunta deve necessariamente envolver as considerações a respeito das práticas internamente desenvolvidas pelas instituições frente aos condenados mas também a relação delas com partes organizadas da vida social que lhes garantem uma certa legitimidade. Pois é possível pensar no surgimento dessas instituições como produto de ações locais desvinculadas de maiores contatos com grandes eventos políticos. Assim, a construção de uma determinada instituição alternativa seria fruto da participação ativa da comunidade no interesse de resolver seus problemas imediatos, como a APAC pregou durante toda a sua existência. Mas isso não é suficiente para explicar o surgimento desses exemplos modelares e que tanta repercussão causam no restante do sistema penitenciário.

Vejamos ainda o exemplo da PAN: ela foi criada por obra do próprio Estado e, portanto, não se pode aqui falar numa iniciativa da comunidade, como acontece com a APAC. No estudo de Paixão (1991), é mostrado como o sistema inaugurado pela PAN encontrou graves problemas a partir da escalada de violência observada no sistema penitenciário brasileiro. Por um lado, o sistema penitenciário mineiro

³ “[open prisons are] alien bodies within a containment-oriented system. Because they cannot justify themselves on containment grounds, they need to be all the more firmly in possession of other justifications if they are to make headway”.

escapou ao crescimento da violência, mantendo baixos índices de motins e fugas, além de níveis de reincidência muito mais baixos que os observados em São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro, o crescimento da violência levou ao aumento nas pressões políticas que significavam, grosso modo, menos tolerância a políticas penais reabilitadoras. Mas principalmente, o sistema mineiro teve de se ver com um problema até então externo a ele mesmo e que, aos poucos, começou a invadi-lo: as pressões pelo esvaziamento das cadeias públicas do Estado. Como mostra o autor, o perfil da população penitenciária das cadeias públicas era muito diferente do perfil exibido pelos presos do sistema penitenciário. Enquanto nas diversas cadeias a população tendeu a evoluir no sentido da urbanização sócio-criminal dos prisioneiros (Paixão, 1991: 61), envolvendo uma série de características como, por exemplo, níveis mais elevados de educação, carreiras criminosas voltadas para crimes contra o patrimônio, ligação com redes extensas de narcotráfico e adesão mais estrita aos valores da “sociedade dos cativos”, na PAN a população manteve características tipicamente rurais, que a faziam assemelhar-se mais à população prisional existente no Rio de Janeiro da década de 30 do que com a população existente nas próprias cadeias do Estado. A independência na administração possibilitou que houvesse uma seleção dos presos menos perigosos para compor os quadros do sistema penitenciário, deixando fundamentalmente à polícia a responsabilidade pela guarda do restante dos presos. Por isso, frente à placidez do sistema penitenciário, as cadeias públicas de Minas apresentavam um enorme contraste, padecendo de problemas muito semelhantes aos observados no Rio de Janeiro. Rebeliões, fugas e mortes eram comuns nas cadeias de Minas, e esses problemas começavam a invadir o sistema penitenciário do Estado. Em primeiro lugar, tornou-se cada vez mais difícil para as penitenciárias obterem presos com o perfil tradicionalmente por elas preferido. Frente à urbanização da população carcerária do Estado, restavam cada vez menos presos “rurais” para serem transferidos para as penitenciárias. Em segundo lugar, houve pressões da população no sentido de esvaziar as cadeias mais problemáticas do Estado, surgindo a necessidade de providenciar transferências para as penitenciárias. Esse processo, ainda incipiente na época da publicação do estudo, já causava os primeiros problemas de segurança nos presídios, anunciando modificações de maior envergadura num prazo relativamente curto. Por fim, o autor

defende a idéia de que o sucesso obtido pelo sistema penitenciário mineiro foi devido principalmente a uma paradoxal *divisão de trabalho custodial* no Estado (Paixão, 1991: 60), através da qual o sistema penitenciário cuidava dos presos de menor periculosidade enquanto a polícia cuidava da população prisional mais problemática. Os problemas advindos para este sistema exemplar de administração penitenciário foram devidos, principalmente, às relações contraditórias e paradoxais entre o sistema penitenciário mineiro e as outras instituições penais, no caso, a polícia. Tanto o sucesso quanto o fracasso deste modelo, na análise do autor, foram observadas devido a suas relações problemáticas com a polícia.

E aqui nós chegamos à formulação que buscávamos: no exemplo mineiro, a reprodução do sistema ficava a cargo de outras instituições penais onde corria a contento a formação de uma classe delinqüencial, enquanto o sistema penitenciário especificamente servia de modelo de políticas penais modernas e voltadas para a recuperação dos condenados. Aqui está o problema colocado e a solução provisória que encontramos: na reprodução do sistema penitenciário, entra em jogo, pelo menos, o *sistema penal* (Batista, 1999) como um todo, entendido como o conjunto formado pelas instituições jurídicas, policiais e penitenciárias, mas entre si essas instituições não precisam necessariamente manter qualquer homogeneidade *funcional*. Este é o modelo com que vamos trabalhar em nosso estudo da APAC.

“Função” é uma palavra perigosa em estudos da sociedade. Pode às vezes ser entendida como a defesa de uma homogeneidade de valores entre os membros da sociedade que reagiriam em conjunto à quebra da ordem social, o que justificaria a idéia de que uma sociedade tende a manter a ordem estabelecida por uma espécie de “consenso estrutural” entre seus membros (Hester & Eglin, 1996: 28). Deste modo, as várias formas de ação tendem a representar funções sociais de manutenção da ordem vigente quebradas por períodos de mudanças onde se observa o prevailecimento de uma situação de “anomia”, ou ausência de normas, até o restabelecimento da ordem anterior ou a promoção de uma nova ordem. Esta visão levou à criação de um termo pejorativo para designar os autores preocupados em explicar a sociedade por esse modelo, o *funcionalismo*, pecado do qual podem ser acusados os autores incautos nas mais diversas ocasiões. Pois bem, não se trata disso em nosso estudo, como se depreende do que foi dito até aqui. Mas consideramos em nosso trabalho que há segmentos organizados da sociedade que agem em conjunto

para atingir um objetivo específico e, dentro desses segmentos, é possível proceder a uma análise em termos das funções desempenhadas por suas diversas partes para a consecução de seus fins.

Um exemplo, talvez o mais importante, é o Estado. Na leitura que Althusser (1989) faz sobre como este tema aparece na teoria marxista, o Estado tem um papel bastante definido na manutenção da ordem social, qual seja, o Estado é um aparelho eminentemente repressivo. Para ele, porém, o Estado age em diversos sentidos na manutenção do modo de produção, extrapolando os limites de uma ação puramente repressiva. Além dos Aparelhos de Estado, que agem na forma de órgãos repressivos, ele defende a existência de Aparelhos Ideológicos do Estado, entre os quais se costuma incluir as escolas. Através desses aparelhos ideológicos, o Estado procede indiretamente à reprodução da ideologia que tanto prepara os trabalhadores para ocuparem suas posições nas cadeias produtivas através de sua instrução técnica quanto propicia que eles ocupem de fato essas posições, acomodando-os às posições que se espera que eles ocupem. Assim, a partir de sua análise, é possível pensar no Estado como sendo constituído por aparelhos que produzem efeitos repressivos, os Aparelhos de Estado, e por aparelhos que produzem efeitos ideológicos, os Aparelhos Ideológicos de Estado.

Pois bem: Guilhaon de Albuquerque (Albuquerque, 1980) propõe uma mudança de enfoque teórico a esta discussão e defende que um trabalho de análise deve supor uma cisão entre a realidade em si e a atividade de ordenação da realidade através do pensamento. Como resultado desta proposta, ele considera absolutamente indispensável que se evite a utilização de uma terminologia essencialista, sob pena de se confundir a análise do real com o próprio real, ou, como afirma de Guirado (1987: 50), “a totalidade concreta não se confunde com o objeto teórico ou o objeto do pensamento”. Além disso, ele defende a idéia de que o trabalho de análise se faz através de níveis de análise, sob pena de não se tratar de uma análise. Baseando-se na literatura sociológica sobre as instituições, ele afirma ser possível propor três níveis de análise para as práticas institucionais: o nível político (entendido como eminentemente repressivo), o nível econômico e o nível ideológico. Assim, as práticas institucionais concretas deveriam, por sua formulação, ser analisadas a partir de seus efeitos ideológicos, políticos e econômicos, e a relação entre as diversas práticas e seus diversos efeitos deve ser pensada em termos da produção de um efeito

dominante por determinadas instituições. Desta forma, ele mostra que, por exemplo, a análise da escola, pensada, nos termos de Althusser (1989), como essencialmente um Aparelho Ideológico do Estado, deve ser reformulada para dar conta dos efeitos políticos, ideológicos e econômicos de determinadas práticas escolares e essas práticas devem ser pensadas em termos de seus efeitos dominantes que, tradicionalmente, no caso das escolas, compreendem os efeitos ideológicos. Pois como Albuquerque (1980) mostra, a escola não só produz o efeito ideológico de conformar os membros do proletariado à ocupação de suas respectivas posições na linha produtiva mas também, na medida em que sua ação permite a ampliação da força produtiva através da instrução técnica, a escola exerce um importante papel econômico que se combina com seu efeito ideológico principal. De acordo com o momento histórico, o efeito principal de uma instituição pode variar em função dos contornos que a própria sociedade adquire. Há algumas instituições, por um lado, cujo efeito principal não pode ser dado de antemão sem se proceder a uma análise de suas práticas. Há instituições, por outro, cujos efeitos principais podem, em geral, ser definidos *a priori*, pois suas posições permitem supor desde o início um papel teórico determinado para elas. Mesmo nesses casos, é necessária uma certa sensibilidade ao real. É inegável o papel econômico fundamental representado no Brasil pelo Estado no início do processo de industrialização, papel que, nos atendo exclusivamente ao lugar teórico desta instituição, seria difícil supor.

Enfim, caminhamos da percepção do *manifesto* fracasso da prisão para a constatação de seus sucessos ocultos e dos mecanismos por trás de sua eterna reprodução, consideramos suas ambíguas relações com a sociedade, da qual pode ser vista como continuação ou ruptura, para propor a existência de instituições cuja análise é ainda mais complexa que a das prisões tradicionais, as prisões “reformadas”. Como veremos, o objeto de nosso trabalho possui características que a identificam com a prisão e características que a diferenciam da prisão aos olhos dos leigos.

Nosso problema: que papel ou função representa uma instituição penitenciária “reformada” no complexo do *sistema penal*? Como essas instituições, mesmo *parecendo* diferentes do restante do sistema, podem ajudar a manter a eterna reprodução do sistema carcerário e de seu poder de coerção? Percebe-se aqui uma mudança de enfoque na discussão, que passou do ponto-de-vista político para o

propriamente institucional. Mas não queremos pensar numa ruptura entre as formulações de Foucault (1991), Goffman (1974) e Guilhaon de Albuquerque (1980). Nossa pergunta deriva dos contatos com esses três autores, além de outros, e seria difícil achar uma resposta sem buscar seu auxílio. Por isso, manteremos a pergunta como está e partiremos para a empreitada de analisar uma dessas instituições reformadas, a APAC (Associação de Proteção de Assistência aos Condenados), fundada em 1972 na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Capítulo 2. O método de pesquisa

Devemos partir, para descrevermos nosso método de pesquisa, do fato de que, em nossa literatura científica, pouca atenção tem sido dada ao problema das prisões. Isso parece ocorrer em outros países mas, de qualquer forma, é uma constatação notória em nosso país. Por razões as mais variadas, as prisões tradicionalmente têm sido objeto de estudo por parte de juristas e têm sido relegadas a segundo plano por pesquisadores de outras áreas. Isso coloca um problema para o pesquisador que se interessa pelo tema, pois falta-lhe um ponto de partida claro de onde seguir com sua pesquisa. Não há grandes teorias bem estudadas e aceitas, não há linhas gerais mais ou menos bem definidas nas quais pautar-se. Há estudos importantes e que parecem sempre possuir uma aura de pioneirismo pois têm se defrontado, também eles, com os mesmos problemas. Por isso, a área prisional apresenta muitas perguntas – uma das quais a que propusemos – e poucas hipóteses explicativas. De onde partir frente à escassez de estudos na área é o que deve preocupar o pesquisador.

Em nosso caso, o objeto de estudo está claramente delimitado: estamos preocupados em estudar a APAC de São José dos Campos sob o prisma institucional. Isto significa uma preocupação em descrever com minúcias os valores relativos a este determinado segmento social e suas relações com outros segmentos sociais, principalmente com os agentes do sistema penal. Por causa desta delimitação do objeto de estudo, este trabalho é basicamente um estudo de caso e, como tal, tem suas limitações. Uma delas é a limitada possibilidade de generalização. Frente aos resultados obtidos com a instituição estudada, devemos ser muito cautelosos ao propor modelos explicativos semelhantes para outras instituições, mesmo que parecidas. É o caso das outras APACs existentes pelo Brasil afora e cujas experiências foram baseadas diretamente no trabalho da matriz de São José dos Campos. As diferenças entre uma APAC e outra são tão evidentes que se torna

impossível afirmar que qualquer conclusão sobre o funcionamento de uma APAC possa dizer qualquer coisa importante a respeito do funcionamento de outra APAC. Se entre as APACs as semelhanças são tão pequenas, que dirá frente a outras instituições penais! Por isso, nosso estudo tem a clara intenção de se limitar a produzir conhecimento científico sobre a APAC de São José dos Campos e somente ela. Por causa de nossa preocupação em descrever as práticas penais da APAC e os valores que lhe eram subjacentes, tanto quanto sua posição relativa dentro do sistema penal, vimo-nos sob a contingência de ter que buscar informações a partir das mais variadas fontes para obtermos um quadro mais amplo de observações relativas à instituição.

Frente à ausência de produção científica sobre o sistema penitenciário brasileiro, nos preocupamos inicialmente em possibilitar que o contato com a instituição pesquisada fosse suficientemente flexível para permitir uma grande variedade de abordagens. A obtenção de dados relativos a esta instituição não devia ser orientada por uma forma mais ou menos rígida de conceber o fenômeno carcerário, mas devia permitir ao pesquisador e ao leitor espaço para refletir sobre as observações, buscando formas diferentes de explicar os fenômenos observados. Assim, por exemplo, a aplicação de questionários padronizados seria de pouca valia em nosso trabalho, já que não há questões prontas a serem formuladas esperando apenas o surgimento de novas realidades institucionais. Da mesma forma, ignorar de antemão um determinado meio de obter informações não seria uma atitude adequada pois poderia excluir da pesquisa constatações importantes para a explicação de fenômenos inusitados e pouco estudados. Por isso, escolhemos um método de pesquisa que tem se mostrado útil no confronto com problemas semelhantes aos que encontramos, produzindo resultados satisfatórios na elaboração de explicações para fenômenos pouco estudados: o método etnográfico.

Este método tem sido utilizado em pesquisas sobre instituições penitenciárias há algumas décadas e costuma ser aplicado principalmente no estudo do que se convencionou chamar de “sub-cultura carcerária”. A sub-cultura carcerária é um conceito criado para dar conta da percepção desde logo compartilhada por inúmeros pesquisadores de que os valores, comportamentos e até mesmo o linguajar utilizado pelos presos se diferenciava daqueles observados em ambientes externos. Os presos se organizavam no interior das penitenciárias a partir de valores culturais próprios e

que eram sentidos por eles mesmos como diferentes dos existentes fora das prisões. Por isso, alguns autores passaram a estudar os valores compartilhados pelos internos como constituindo uma cultura diferenciada dentro da cultura mais ampla da qual faziam parte. Para compreender melhor os valores pertinentes a esta sub-cultura, os pesquisadores utilizaram os procedimentos etnográficos que já haviam produzido resultados importantes no estudo de outras culturas. Devido a esta preocupação em estudar os relacionamentos estabelecidos entre os presos a partir do conceito de sub-cultura carcerária, alguns estudos etnográficos em prisões são considerados hoje verdadeiros clássicos e a série de pesquisadores que se preocupou em utilizar este método acabou fazendo com que ele, em alguns países, seja uma forma quase tradicional de pesquisa em instituições prisionais. Por isso, nossa escolha não deixa de ser pouco inovadora, apesar do desenvolvimento de nossa pesquisa apresentar traços heterodoxos.

O trabalho do etnógrafo que procura entrar em contato com uma outra cultura vai sempre no sentido de buscar o que Geertz (1989), citando Gilbert Ryle, chamou de “descrição densa”. Essa descrição densa procura, não compilar meramente os comportamentos observados, como faria um comportamentalista, mas inseri-los nas estruturas de significação das quais faz parte. Assim, ao etnógrafo não cabe dizer que um determinado sujeito “contraiu as pálpebras”, mas sim qual foi sua intenção ao fazê-lo. Ele pode tê-lo feito num sentido conspiratório ou pode tê-lo feito para imitar um colega com tique nervoso. Mas é a distinção entre uma e outra que a insere em

“(…) uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais os tiques nervosos, as piscadelas, as falsas piscadelas, as imitações, os ensaios das imitações são produzidos, percebidos e interpretados, e sem as quais eles de fato não existiriam (nem mesmo as formas zero de tiques nervosos as quais, como *categoria cultural*, são tanto não-piscadelas como as piscadelas são não-tiques), não importa o que alguém fizesse ou não com sua própria pálpebra (p.17)”.

A questão toda passa a ser se o pesquisador é capaz de captar e esclarecer aos leitores a diferença entre uma e outra, situar-se frente às ações sociais que observa.

Mas surge então a grande questão da objetividade nos termos desse método de pesquisa: que garantias há de que o pesquisador foi capaz de perceber as nuances

do comportamento, foi capaz de inseri-los apropriadamente em seu contexto e interpretá-los de acordo com ele? O próprio Geertz (1989: 23), ao comentar esse assunto, desanimadoramente, caracteriza da seguinte maneira a pesquisa etnográfica:

“Situá-los, um negócio enervante que só é bem-sucedido parcialmente, eis no que consiste a pesquisa etnográfica como experiência pessoal. Tentar formular a base na qual se imagina, sempre excessivamente, estar-se situado, eis no que consiste o texto antropológico como empreendimento científico” (p.23).

O terreno parece ser mais escorregadio do que seria desejável, quando nos defrontamos com uma consideração desse tipo.

Por outro lado, devemos pensar sobre o grau em que esta postura compromete o que se aceita comumente como objetividade. Lembremo-nos que um dos grandes méritos da pesquisa participante tem sido o de deixar claro que o pesquisador é um sujeito entre sujeitos, o que o leva (ou deveria levar) constantemente a avaliar a relatividade de sua posição de observador – a posição do pesquisador que entra em contato com uma outra cultura é sempre de caráter relativo. A consciência dessa relatividade, porém, pode ser vista como uma das grandes vantagens do método empregado, pois a alternativa a esta consciência parece ser uma espécie de má-fé ou ingenuidade que defende para o pesquisador suficientemente equipado por conceitos teóricos um lugar privilegiado de observador. E é justamente esse o ponto a ser discutido: pode-se afirmar com alguma segurança que se conhece a posição privilegiada a partir da qual se deve observar um fenômeno? Parece-nos que é isto que está implicado na colocação de Geertz (1989) de que a análise cultural é intrinsecamente incompleta. É ele também quem nos avisa:

“Há uma série de caminhos para fugir a isso – transformar a cultura em folclore e colecioná-lo, transformá-la em traços e contá-los, transformá-la em instituições e classificá-las, transformá-la em estruturas e brincar com elas. Todavia, isso são fugas. O fato é que comprometer-se com um conceito semiótico de cultura e uma abordagem interpretativa do seu estudo é comprometer-se com uma visão da afirmativa etnográfica como ‘essencialmente contestável’, tomando emprestada a hoje famosa expressão de W. B. Gallie” (Geertz, 1989: 39).

Descrever de forma minuciosa nosso contato com uma instituição penal “reformada” exigia uma preocupação constante com a relação que estabelecíamos com os atores institucionais e um constante questionamento sobre o significado de nossas interações e das ações sociais que observávamos. Esta preocupação está implícita em todo nosso trabalho e orientou a forma como procedemos frente à instituição e como analisamos as observações à nossa disposição.

Devemos nos deter agora nos procedimentos que adotamos em nossa pesquisa. O método etnográfico supõe uma certa imersão do pesquisador no universo de significados dos membros da cultura pesquisada. Essa imersão só pode ser conseguida através de uma aproximação e contato entre o pesquisador e a cultura pesquisada. No nosso caso, a escolha por uma prisão que se propõe a ser alternativa frente às prisões “tradicionais” já coloca de início uma questão: qual a melhor forma de entrarmos em contato com a cultura dos membros dessa instituição? Essa talvez seja a escolha mais perigosa a ser feita a partir do momento em que se opte por esse método de pesquisa e, infelizmente, é a que se dá mais “às cegas”. Em nossos primeiros contatos com a instituição de São José dos Campos, descobrimos a figura do trabalhador voluntário, figura bem aceita e até mesmo procurada intencionalmente pelos agentes institucionais, que se integrava de forma constante no cotidiano da instituição. Essa figura parecia servir aos nossos propósitos pois não exigia por parte do candidato qualquer característica especial a não ser o interesse pelo trabalho com presidiários. Por isso, em nossos contatos iniciais com a instituição, ao propormos a realização de uma pesquisa em suas dependências, sugerimos trabalhar como voluntários a fim de conhecermos o funcionamento da instituição a partir deste determinado ponto-de-vista. Esta nos pareceu uma estratégia adequada naquele momento e, de fato, possibilitou que tivéssemos um contato mais próximo com vários membros da instituição. Vale lembrar que em nenhum momento deixamos de mencionar para qualquer membro da instituição que nossa intenção era a de realizar uma pesquisa sobre seu funcionamento e a terapêutica penal que ela aplicava junto aos presos, o que se revelou uma postura acertada (afora ser eticamente indispensável) já que, mesmo deixando isso bastante claro, em determinados momentos havia uma certa desconfiança por parte de algumas pessoas sobre quais seriam nossas “reais intenções”. Os detalhes sobre o desenvolvimento desta proposta de trabalho podem ser encontrados no corpo do texto, principalmente nos capítulos

sobre o início da pesquisa e sobre a confirmação do fechamento da APAC. A partir do momento em que propusemos a realização da pesquisa, tendo sido aceitos pela Diretoria, passamos a freqüentar a instituição em média duas vezes por semana.

Além do contato pessoal com a instituição, procuramos outras fontes de informação para podermos comparar nossas observações. Lançamos mão, no curso de nosso trabalho, basicamente de quatro fontes de informação: 1) Um diário de campo com relatos de cada encontro entre pesquisador e instituição, escrito de forma retrospectiva e resultante de 41 viagens à instituição entre os dias 23 de julho de 1999 e 28 de agosto de 2000. 2) Também utilizamos publicações da própria APAC, como folhetos de divulgação e a *APAC em Revista*, além de documentos coletados aleatoriamente e que estavam às vezes esquecidos em fichários pelas prateleiras empoeiradas das inúmeras dependências da instituição, às vezes jogados pelo chão sem maiores cuidados. 3) Lançamos mão, ainda, de artigos de jornal e revista, colhidos através das mais diversas formas, destacando-se, dentre elas, o arquivo pessoal da instituição e consultas ao *site* do Jornal Valeparaibano na *internet*. 4) Além disso, foram realizadas oito entrevistas abertas, sendo cinco realizadas com voluntários, duas com egressos da instituição e uma com um funcionário que já havia sido interno da instituição e, para fim de análise, foi incluída no grupo dos voluntários já que este era a posição ocupada por ele no momento da entrevista. A duração total das oito entrevistas foi de 11 horas e 25 minutos. As entrevistas foram coletadas na forma de depoimentos, conforme definido por Queiroz (1987), em que os depoimentos se definem por oposição às histórias de vida, sobre o período em que os entrevistados participaram das atividades da instituição. Os entrevistados foram todos indicados por voluntários da instituição, com exceção de um egresso que foi selecionado aleatoriamente por consulta aos prontuários da APAC.

Quanto às entrevistas com egressos, cabe aqui relatar as dificuldades por nós encontradas em sua obtenção para esclarecer a forma pela qual as obtivemos. Inicialmente, nossa intenção era entrevistar seis egressos da APAC. Este número nos pareceu suficiente para colhermos impressões importantes sobre a instituição. A escolha de egressos se devia ao fato de que livres das pressões da instituição, talvez suas entrevistas pudessem ser mais esclarecedoras que as realizadas com internos da APAC. Quando elaboramos nosso plano de pesquisa, imaginamos que a escolha dos egressos seria um problema menor a ser resolvido com poucos dias de trabalho.

Estávamos completamente enganados neste aspecto. Sabíamos, através de nosso contato com a instituição, que ela nos facilitaria o acesso aos egressos tanto quanto possível. De fato, ao iniciarmos nossos contatos com a instituição de forma mais freqüente, recebemos das mãos de um dos funcionários da APAC uma lista contendo o nome de mais ou menos dez egressos com os quais poderíamos realizar entrevistas. Esses egressos eram considerados por este funcionário como sendo de grande interesse para uma pesquisa como a nossa, já que eles haviam passado por todos os âmbitos do trabalho da APAC e hoje encontravam-se em boa situação social e econômica, ou seja, estavam trabalhando legalmente e a maior parte deles havia constituído família. Agradecemos pela notável atenção demonstrada para com nosso trabalho, mas após uma conversa com nossa orientadora, decidimos que esta lista não seria utilizada devido a seus claros vieses. Passamos a imaginar uma forma mais neutra de escolher os entrevistados e chegamos à conclusão de que os escolheríamos aleatoriamente dentro da população de egressos da APAC dos últimos cinco anos. Para termos alguma certeza quanto à validade amostral de nossas escolhas, procuramos saber se havia alguma pesquisa confiável quanto ao perfil populacional dos recuperandos da APAC no período de tempo escolhido por nós. Escolhemos como variáveis a serem estudadas, o artigo infringido pelo egresso e sua idade quando de sua saída da instituição. Descobrimos que inexistia uma pesquisa deste tipo. Tivemos, então, que empreendê-la, lançando mão dos prontuários constantes do arquivo morto da instituição. Este arquivo morto estava organizado de tal forma que o acesso às pastas dos detentos era extremamente difícil. Como as pastas estavam organizadas pelas iniciais dos nomes dos egressos, algumas pastas eram ainda mais difíceis de encontrar que as outras. Quando começamos a fazer o levantamento dessas informações, alguns recuperandos de semi-aberto aproximavam-se de nós para dizer, por exemplo, que encontrar uma única pasta de um egresso cujo nome começava por “J” (o que o colocava na mesma prateleira de todos os “Josés”) era uma tarefa para um dia inteiro. Essas pastas não estavam organizadas por ordem alfabética, apenas pela inicial do nome. Havia uma prateleira com todos os nomes começados por “M”, outra com todos os nomes começados por “R”, e assim por diante. Assim, a primeira tarefa do pesquisador foi colocar todas as pastas em ordem alfabética, para que ele não perdesse tempo procurando dentre todas as pastas, aquela que seria de seu interesse. Para sabermos quais egressos estavam enquadrados no

período que havíamos escolhido, consultamos um caderno em que havia a data de saída dos egressos. Todos os egressos que saíram depois de 1995 foram pesquisados, com exceção daqueles que saíram em 1999, porque suas pastas ainda estavam sendo usadas pelos funcionários da APAC e pesquisá-las acabaria tomando ainda mais tempo do que o já despendido. Aproximadamente dois meses foram gastos nesta tarefa, o que ocasionou uma perda de tempo que não estava prevista em nosso projeto. Por outro lado, a frequência do pesquisador na instituição possibilitou-lhe acesso a informações, acontecimentos e conversas com funcionários e recuperandos (até o semi-aberto ser também desativado), que constituem um interessante material de análise e que foi registrado na forma de diário de campo.

Além dessa dificuldade, outro problema que encontramos refere-se à forma pela qual abordávamos os egressos ao propor-lhes a entrevista. Imaginávamos que os métodos ortodoxos para aproximarmos-nos dos egressos poderiam trazer algum problema, já que se tratava de uma população marginalizada. Mesmo assim, procuramos seguir à risca os procedimentos tradicionalmente adotados para se realizar a seleção dos egressos. Em nenhum momento nós informamos à instituição os nomes das pessoas selecionadas para as entrevistas. Esse procedimento pareceu-nos adequado para preservar a identidade do entrevistado, apesar de sabermos que isso poderia nos trazer algumas dificuldades, principalmente quanto a ganhar a confiança do egresso para que ele nos concedesse uma entrevista e para localizar mesmo o egresso. Como viemos a saber depois, a maioria dos endereços que constam das pastas dos egressos são inúteis, já que eles mudam constantemente de endereço e não possuem qualquer número de telefone, em geral. Visitamos dez residências com o objetivo de conversar com os egressos. Dentre essas, apenas duas ainda eram o endereço atual do egresso. Dessas duas, conseguimos conversar com o egresso em apenas uma. Como havíamos imaginado, tivemos que conversar inicialmente com a família do egresso, já que os procuramos em horário comercial, quando eles estão trabalhando, em geral. Optamos por não informar à família o objetivo de nossa visita, dizendo apenas que voltaríamos outra hora, quando fosse possível encontrá-lo. Apesar de em nenhum momento ter sido possível seguir à risca essa diretriz, no caso desse entrevistado nós não esclarecemos o objetivo de nossa visita, o que provocou uma situação bastante delicada em que a família e o próprio entrevistado passaram a achar que ele estava sendo procurado pela polícia. Mesmo

tendo, afinal, conseguido a entrevista que desejávamos, consideramos imperativo modificar o procedimento de escolha e abordagem dos entrevistados em prol de nossa própria segurança e do bem-estar dos entrevistados. Uma possibilidade seria a de recorrer à lista elaborada inicialmente por um funcionário da APAC. Infelizmente, esse funcionário já não se encontrava mais trabalhando na APAC desde que haviam sido encerradas as atividades do regime semi-aberto e os outros funcionários não se mostraram tão disponíveis para ajudar-nos. Por isso, como resultado de nosso trabalho, obtivemos apenas uma entrevista com egresso a partir do levantamento de prontuários que fizemos na instituição. A outra entrevista nos foi concedida por um egresso a pedido de um funcionário da APAC.

Para realizarmos nossa pesquisa, utilizamos um gravador para as entrevistas com membros da instituição, diário de campo relativo às visitas que realizamos, documentos produzidos ou fornecidos pela própria instituição e artigos de jornal e revista. Temos, abaixo, a relação dos artigos de jornal e revista coletados sobre a APAC de São José dos Campos:

Tabela 1 – TOTAL DE ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS COLETADOS SOBRE A APAC DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Jornais e Revista	Quantidade
Isto é	03
Valeparaibano	194
Folha de São Paulo	03
Diário de São José	03
Estado de São Paulo	02
S/I*	01
Diário Catarinense	01
Total de documentos	207

* S/I – Sem Identificação.

Além dos artigos de jornal e revista, também tivemos acesso a um inquérito policial movido contra o ex-presidente da APAC, Mário Ottoboni, na 4ª Vara de Execuções Criminais de São José dos Campos. De acordo com consulta realizada no Fórum da cidade no dia 14 de dezembro de 2000, havia três inquéritos ou processos contra Mário Ottoboni, dois deles na 4ª Vara Criminal (processos nº 926/95 e 1031/96) e um na 2ª Vara Criminal (processo nº1349/95). Apesar de pedirmos o desarquivamento dos três processos neste mesmo dia, apenas o processo 1031/96 da 4ª Vara Criminal foi desarquivado, não havendo qualquer resposta por parte dos juízes quanto aos outros pedidos formulados.

No total, foram coletados, entre comunicados, ordens internas, roteiros de encontros religiosos, solicitação de verbas para a Prefeitura de São José dos Campos, pedidos de atendimentos médicos aos presos, entre outras coisas, 156 documentos relativos à APAC de São José dos Campos. Além desses documentos, foram coletados 29 exemplares da *APAC em Revista*, indo da edição nº 1, de março/abril de 1987, até a edição nº 46, de julho/agosto/setembro de 1998.

Por fim, quanto aos sujeitos de nosso trabalho, podemos citar os membros da APAC, tanto diretores quanto voluntários, funcionários e presos.

Capítulo 3. O ingresso no mundo penitenciário – o DACAR-7 de Santo André

No início de 1998, interessado já em estudar o funcionamento do sistema penitenciário paulista, ingressei em um grupo de voluntários da Pastoral Carcerária de São Bernardo do Campo que fazia suas visitas às segundas-feiras pela manhã aos presos do DACAR-7, na cidade de Santo André. Além dos membros da Pastoral de São Bernardo do Campo, havia algumas senhoras e um padre da Pastoral Carcerária de Mauá que nos acompanhavam nas visitas, desenvolvendo um trabalho, de fato, mais engajado que o nosso. Enquanto nós apenas visitávamos os presos realizando para eles pequenos favores, como levar material para os trabalhos artesanais – os “manuais” –, os membros da Pastoral Carcerária da Mauá se incumbiam de pleitear melhorias no tratamento dos presos e verificar o andamento dos processos quando assim o requisitava algum preso.

Para os fins deste trabalho, vale a pena prolongar a atenção sobre este período em que participei das despreziosas atividades deste pequeno grupo cristão, pois talvez tenha sido exatamente neste momento que eu formei minhas primeiras impressões sobre o trabalho voluntário em presídios e sobre o sistema prisional em si mesmo. O ingresso no grupo foi o mais simples possível. Eu conhecia indiretamente um dos membros do grupo e expliquei-lhe sucintamente qual era meu interesse no trabalho: conhecer a realidade prisional. Mesmo sendo um grupo de Pastoral, em nenhum momento fui inquirido quanto a minha fé ou meus objetivos pelos outros membros do grupo. O simples fato de estar interessado em me aproximar da população prisional parecia suficiente para que eu fosse aceito no grupo. A bem da verdade, além disso, sempre me senti tratado como um igual, mesmo que evidentemente eu me diferenciava das outras pessoas que, invariavelmente, eram católicos profundamente envolvidos com as atividades da Igreja local. O ingresso no

interior do presídio também não ofereceu maiores problemas. Além da obrigatória apresentação do documento de identidade ao entrarmos no presídio, nenhuma outra exigência foi feita pelos funcionários. Como meu primeiro contato com o grupo todo foi travado exatamente no mesmo dia em que visitei o presídio pela primeira vez, minha socialização no grupo deu-se ao mesmo tempo em que ocorreu minha socialização no presídio. Portanto, não houve um momento anterior em que eu me aproximasse dos voluntários para somente depois chegar a conhecer os presos. Meu papel de voluntário desenvolveu-se a partir de um contato tanto com os voluntários quanto com os presos que não foi separado por um período considerável de tempo. Ao contrário, os voluntários me forneciam explicações sobre o ambiente no qual eu havia ingressado no momento em que surgiam dificuldades relativas às atividades que desenvolvíamos no presídio. E mesmo não havendo uma socialização anterior à entrada no presídio, eu desde logo percebi que era apenas *mais um voluntário* frente aos presos. Ressalvadas as diferenças quanto a minhas atitudes titubeantes no contato com os presos em contraposição à firmeza demonstrada pelos outros voluntários, eu desde logo me percebi *agindo* como um voluntário. Isso quer dizer que desde logo eu procurava imitar as atitudes tomadas pelos outros voluntários, que eu considerava detentores de um conhecimento mais aprofundado da realidade que encontrava. Mas essa não era uma característica pessoal, isso deve ser ressaltado. Num ambiente tão ameaçador quanto a prisão, até que o voluntário aprenda os limites de sua função, ele segue necessariamente aqueles que detém um maior conhecimento do papel. E isso, principalmente, quando ingressa em um grupo já constituído e que possui regras próprias de funcionamento. O fato de não ter nenhum contato preparatório com os membros do grupo, ao invés de outorgar uma maior liberdade individual, prende o novo membro às condutas tradicionais já adotadas pelo grupo, haja visto que a prisão é um ambiente hostil tanto para os presos quanto para os que se posicionam ao seu lado. Era comum que, ao entrarmos no presídio, sofrêssemos ameaças veladas por parte dos carcereiros que tentavam nos intimidar, talvez imaginando que assim o grupo deixaria de visitar os presos. Às vezes, algum carcereiro nos dizia que os presos estavam planejando uma rebelião e que nós, os voluntários, seríamos as vítimas preferenciais. Caso fôssemos feitos reféns, asseguravam os carcereiros, ninguém moveria uma palha para nos ajudar. Obviamente, nunca houve tal rebelião. Mas a imitação dos mais velhos e experientes, frente a um quadro de percepção de

ameaça, pode ser explicado pela necessidade premente de intensificar a coesão grupal frente a um inimigo externo e potencialmente destrutivo. Vale lembrar que durante este período, eu nunca tive certeza de que os presos de fato não representassem um perigo para nós. Mas o inimigo, disso tínhamos absoluta clareza, eram os carcereiros. Da mesma forma que os presos são obrigados a se socializar num meio estranho cujas regras não conhecem, os voluntários, tão distantes da realidade dos presos, são obrigados também a aprender suas próprias regras de conduta. Da mesma forma que acontece com os presos, aos voluntários também não era dado nenhum curso preparatório para o que iriam enfrentar. Entre os carcereiros e os presos, por um lado, os voluntários têm que buscar por experiência seu próprio caminho independente. Entre os voluntários e os presos, por outro, eu mesmo me sentia obrigado a, individualmente, compreender o meu. A falta de preparo, também, pode ser entendida como uma espécie de amadorismo do trabalho da Pastoral Carcerária, que naquele momento era um grupo incipiente e muito pequeno. Também pode ser entendida como uma consequência do ambiente carcerário, um ambiente no qual as regras mudavam a todo instante e que se pautava basicamente pela luta dos voluntários contra a administração para a obtenção de mais espaço para atuar. O importante neste caso, podemos supor, não é memorizar um conjunto de procedimentos estáticos que seja repetido a todo instante, mas sim ter a disposição de lutar por mais abertura. Essa oposição entre o que o voluntário efetivamente faz – repetir os padrões de interação já estabelecidos – e o que ele deveria fazer – lutar pela flexibilização – pareceu-me típica do nosso trabalho com os presos, um trabalho que visava buscar espaços mas que encontrava fortes resistências por parte da instituição.

O DACAR-7 erguia-se do asfalto como uma intransponível fortaleza. Aos meus olhos, a grandiosidade de sua construção fazia lembrar um castelo medieval. A seqüência de portões de aço, emoldurados por acinzentados muros de concreto, podia dar ao visitante – como freqüentemente me aconteceu – a sensação de pequenez típica das grandes catedrais. Os presídios, em geral, reinventam as propostas barrocas e utilizam o desenho arquitetônico para esmagar a noção de individualidade daqueles que transpõem seus portões, reduzindo a humanidade a um mero detalhe de seu complexo e inatingível funcionamento. Por outro lado, a frieza da construção lembrava um abatedouro ou um necrotério. Mas eu não comecei a descrever minha

experiência no DACAR-7 pela arquitetura do presídio propositadamente. É que antes mesmo de adentrá-lo, eu tinha a impressão de que encontraria um abatedouro. Em que medida minha impressão conformou ou apenas foi confirmada pelo que encontrei, é matéria que retoma o problema da subjetividade e da percepção. Mas eu não fui surpreendido pelo que encontrei, e isso deve ser significativo da conjunção entre a percepção socialmente partilhada do que seja a realidade prisional e a própria realidade prisional. Isso não quer dizer que o vulgo compreenda o que se passa dentro de um presídio. Quer dizer apenas que somos socialmente aparelhados para lermos os símbolos prisionais sob um certo ponto-de-vista, e que efetivamente encontramos, ao conhecermos a realidade, aqueles símbolos que nos são dados a conhecer anteriormente. Na prisão, o mais concreto adquire os sentidos mais metafóricos e para quem entra no mundo encantado do sistema prisional – ao menos para quem está aberto a ele – este “outro” dentro de nós nos mostra desdobramentos quase sobrenaturais para as coisas mais banais, como as pedras ou os pães. No ambiente prisional, a comida pode ser uma forma de subjugação, como eu aprendi ao escutar os presos compartilharem conosco seu medo de que a comida pudesse estar impregnada por salitre e que essa substância acarretaria as mais diversas conseqüências, desde a perda de dentes até a impotência. Da mesma forma, os usos que os presos encontram para o papel chegam a ser surpreendentes. Certa vez, um grupo de presos distraiu os voluntários enquanto outro grupo, sem que nós vissemos, levou para o centro do pátio uma estátua feita por eles. Quando a estátua já estava posicionada, todos os presos, a um só tempo, saíram de nossa frente, deixando sozinha, no meio do pátio, a estátua de um dinossauro, com um metro e meio de altura, toda pintada de verde, com os detalhes em branco dos dentes e das garras e em vermelho da língua. A estátua parecia ter sido feita de plástico, e eu não pude compreender como ela havia ido parar lá. Depois, eles nos explicaram que ela possuía uma estrutura interna de madeira e era toda feita de papel higiênico molhado e amassado. Uma obra que, para mim, pareceu inacreditável. Mais acima eu afirmei que não fui surpreendido pelo que encontrei. Isto está correto, pois encontrei o que esperava encontrar: paredes, grades, aridez, violência. Mas desde logo percebi que o que encontrei era muito mais intrincado do que imaginava e que provavelmente qualquer interpretação do sentido das ações, palavras, gestos e coisas poderia estar desvendando sentidos subjacentes ao empírico. Desta forma, é possível concluir,

através de um paciente trabalho de interpretação, que a prisão é como um sonho erigido em pedra.

No DACAR-7, as celas ficavam coladas às paredes de pátios que eram fechados por grades, num desenho hexagonal. Quando os presos saíam de suas celas, eles só podiam se dirigir para seus respectivos pátios. Havia uns cinco ou seis pátios, cada um formando uma ala supostamente sem comunicação com as outras. Os corredores a que tínhamos acesso passavam em frente às grades, e, dessas, voluntário nenhum podia passar. Por uma questão de segurança – evitar que fôssemos feitos reféns, talvez – os voluntários não podiam circular por entre os presos. Podíamos apenas conversar com eles através das grades (Figura 1).

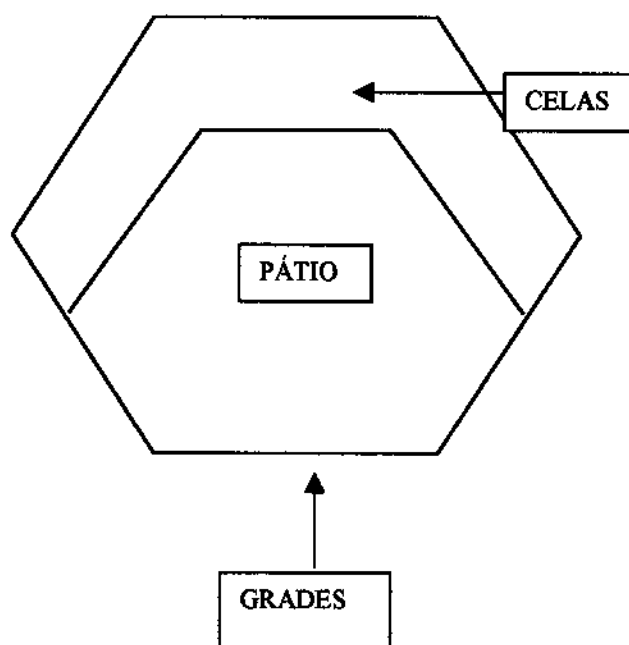


Figura 1 – Arquitetura dos pátios do DACAR-7.

Surpreendeu-me descobrir aos poucos que a aprendizagem da postura frente ao voluntário faz parte da socialização dos presos no que se convencionou chamar de “sub-cultura carcerária”. Os presos não agiam conosco de qualquer forma. Eles tinham atitudes convencionais frente a nosso grupo que deviam ser respeitadas por todos eles. Por exemplo, eles nunca se apresentaram para nós sem camisa ou descalços. Por se tratar de um grupo de Pastoral, suponho, eles sempre falavam em

Deus quando estavam perto de nós. Alguns faziam questão de exibir seus conhecimentos da Bíblia, mesmo tendo esses conhecimentos sido adquiridos explicitamente através do contato com grupos evangélicos. Nunca um preso levantou a voz para nós ou fez alguma reclamação. Nós não tínhamos contato direto com os presos. Ficávamos separados deles pelas grades dos pátios internos do presídio. Sempre que aparecíamos nas grades, os presos se amontoavam para conversar conosco. Em geral, os presos nos estendiam as mãos para que os cumprimentássemos, talvez achando que teríamos medo de colocarmos nossas mãos para dentro das grades. Uma vez, um membro do grupo me falou que alguns voluntários expressavam este medo, e talvez isso não passasse despercebido para os presos. Quando eu disse, logo acima, que era apenas *mais um voluntário*, quis expressar uma outra coisa também, além da imitação do comportamento dos voluntários. Os presos pareciam agir comigo da mesma forma que agiriam com qualquer outro voluntário. Eu me sentia, muitas vezes, um voluntário qualquer, uma abstração. Em certos momentos, eu senti que era indiferente quem fosse o voluntário, o comportamento do preso seria sempre o mesmo. Contra esse preconceito, aos poucos desenvolvia-se entre certos presos e certos voluntários uma espécie de afinidade que tornava um referência individual para o outro. Assim, mostrava-se uma evidente preferência de certos presos por certos voluntários e vice-versa. Quando, por inúmeras razões, acabei tendo que abandonar o grupo, os outros voluntários me diziam, eventualmente, que tal ou qual preso havia perguntado por mim e que sentia minha falta. Mas o fundamental a ser ressaltado é que, até onde pude observar, nos presídios em que há presença de voluntariado, a figura do voluntário passa a ser recoberta por significado específico na sub-cultura carcerária e é investida de características gerais que levam a um comportamento padronizado por parte dos presos. Ou seja, o voluntário passa a ser incorporado simbolicamente à sub-cultura carcerária e é para ele destinado, dentro deste universo, um local específico. Ouso arriscar-me a dizer que o voluntário é visto como um aliado externo do preso, mas um aliado severo e altamente crítico com o qual é necessário ter muito cuidado. Essa percepção de um caráter instável do voluntariado pode ser modificada conforme o tipo de trabalho desenvolvido pelo grupo de visitação, pelas notícias que tive de outros trabalhos desenvolvidos em presídios, principalmente o trabalho desenvolvido por Eda Tassara no Carandiru na década de 80. Assim, conforme o trabalho seja mais

aberto e se proponha a incentivar a expressão dos presos, eles podem reforçar a imagem do *aliado* e relativizar a imagem do crítico. De qualquer forma, há entre presos e voluntários uma relação que poderíamos caracterizar como de “respeito”, uma aproximação calculadamente cautelosa. Há também interferência das próprias divisões hierárquicas dentro do presídio no contato que os presos estabelecem com os voluntários. Em Bragança Paulista, outro presídio que tive a chance de conhecer, certa vez um preso me informou que os estupradores podiam conversar com os voluntários desde que a iniciativa da interação fosse do voluntário. Caso contrário, o preso podia ser severamente advertido. Obviamente, é uma abstração bastante grande tirar da infinidade de interações estabelecidas entre presos e voluntários, categorias estanques como a de “valor simbólico das relações entre presos e voluntários na subcultura carcerária”. Mas ela pode ser importante na medida em que explique a relação que os presos estabelecem com agentes de fora, desde que evidentemente matizada pelos contornos que a realidade apresenta em cada caso.

Em nosso caso, como já mencionei, o trabalho era basicamente o de buscar conversar com os presos e realizar alguns favores para eles, como a aquisição de materiais que de outra maneira eles não conseguiriam obter. Levávamos roupas e doces, além de revistas e o que fosse pedido, desde que estivesse ao nosso alcance. Outra atividade que comumente o grupo executava era a de cantar músicas religiosas, para o que levávamos sempre um violão. A administração não permitia que os voluntários adentrassem os pátios do presídio, como já mencionei, mas o padre podia entrar e ficar junto aos presos. Não sei como ele obteve esta regalia, mas, em princípio, a informação que tive foi a de que era necessário para ele estar junto dos presos a fim de poder conversar com eles sobre seus processos. Em geral, os dois grupos, o de São Bernardo do Campo e o de Mauá, só se encontravam de fato na entrada e na saída do presídio. Antes de entrarmos, nos reuníamos para uma oração na qual os grupos pediam proteção a Deus e, então, entrávamos, sempre juntos. Também saíamos sempre juntos, para que os portões não tivessem que ser abertos várias vezes. Enquanto estávamos dentro do presídio, praticamente não nos comunicávamos, cada grupo ficando a seu tempo em uma das alas e depois indo rapidamente para as outras. Geralmente não dava tempo de passarmos em todas as alas no mesmo dia, então, tínhamos que deixar para falar com os presos das outras alas na semana seguinte.

Uma coisa que me surpreendeu foi a razão pela qual íamos ao presídio às segundas-feiras pela manhã. Além de termos horário rigoroso para entrarmos, tínhamos horário mais ou menos rigoroso para sairmos também. É que à tarde era a vez de um grupo evangélico conversar com os presos. Na terça-feira, a mesma coisa: pela manhã um grupo, à tarde, outro. E assim, todos os dias da semana. Quando perguntei para uma voluntária por que os grupos não faziam as visitas no mesmo horário, ela respondeu-me que isso acabava sempre dando briga entre os grupos, pois havia sempre um grupo que se sentia prejudicado pela atuação do outro, considerando que este tomava muito da atenção dos presos, de modo que assim, através da divisão dos horários, cada grupo garantia para si o monopólio da atenção dos presos ao menos naquele período determinado. Para quem vê no voluntarismo uma atividade desinteressada, esta informação talvez possa soar estranha. Mas não devemos ignorar que no rol das teorias sobre os relacionamentos humanos, o poder sempre figura como momento privilegiado de explicação.

Um passo fundamental em minha socialização como voluntário no presídio foi o reconhecimento dos carcereiros como inimigos de nossas atividades. Essa percepção vai se construindo aos poucos, à medida em que interagimos com os carcereiros e conversamos com os outros voluntários. Como eu já disse, era comum que os carcereiros tentassem nos amedrontar com ameaças de rebelião por parte dos presos. No início, eu entendia essas ameaças como avisos sinceros por parte dos carcereiros, preocupados com nossa segurança. Com o tempo, fui percebendo que os presos nos respeitavam bastante e que provavelmente teriam pouco interesse em nos capturar como reféns. Com o tempo, eu fui dando mais crédito aos comentários irônicos dos voluntários frente a esses avisos, me ensinando a nunca confiar nos carcereiros. Essa explicação do funcionamento prisional, opondo voluntários e presos de um lado e carcereiros e agentes do sistema penal do outro, começou a fazer muito sentido para mim enquanto eu estava trabalhando como voluntário naquela instituição. Acredito hoje que, apesar de explicações assim tão generalizadoras não serem adequadas para fenômenos tão complexos, para os fins de nosso trabalho no presídio elas serviam muito bem. Para mim, um voluntário iniciante e assustado frente à complexidade do funcionamento prisional, elas faziam todo o sentido e se reforçavam a medida em que o tempo passava. Alguns episódios foram fundamentais para que eu aceitasse essa explicação. As ameaças foram catalisadoras deste

processo. Outro episódio foi uma história contada para mim por uma voluntária, relativa ao contato entre o padre de nosso grupo e os funcionários do Fórum de Santo André. O padre sempre ia ao Fórum para acompanhar o andamento dos processos dos presos. Certa vez, ele havia pedido um processo e, enquanto a funcionária foi buscá-lo, ele se agachou atrás do balcão para amarrar os cadarços de seu sapato. Julgando que o padre tivesse saído, a funcionária, tendo já voltado para a frente do balcão, disse que não sabia por que aquele “padreco” não parava de perturbá-las no serviço e ia rezar missa, que era o que ele sabia fazer. O padre levantou-se e respondeu que, caso ela estivesse interessada, ele ministrava missas todo sábado e domingo, em tal e tal horário, na Igreja tal, e ela podia se considerar convidada a participar das missas. Quanto aos processos, este era seu dever cristão e ele continuaria ajudando os presos fosse qual fosse a opinião de pessoas preconceituosas como ela. Histórias como essa eram contadas em nossas conversas informais e ajudavam a confirmar a idéia de que o sistema penal era refratário ao trabalho dos voluntários. Houve ainda um caso ocorrido comigo mesmo e que pode ajudar a explicar o sentido da oposição entre carcereiros e voluntários naquele presídio. Certa vez, um preso pediu-me que comprasse para ele um frasco de remédio e o entregasse para um determinado carcereiro. Entregou-me em mãos o dinheiro e pediu-me que o fizesse tão logo eu saísse da penitenciária. Perguntei aos outros voluntários se era possível fazê-lo, ao que todos foram unânimes em responder que sim. Então, ao sair, passei na farmácia mais próxima do presídio e comprei o medicamento requisitado. Voltei para a entrada do presídio, toquei a campainha e, na abertura da porta de aço, surgiu o rosto de um dos carcereiros perguntando-me, em tom explicitamente hostil, o que é que eu estava fazendo ali. Intimidado pelo tom agressivo do carcereiro, eu gaguejei a resposta, procurando saber se o carcereiro indicado estava lá. Sem esperar que eu terminasse de falar, o carcereiro abriu o portão com violência e, praguejando nervosamente contra os presos, aqueles “vagabundos” que “mereciam morrer”, me disse que o carcereiro procurado não estava lá, não. Começou a andar em direção à sala da carceragem sem me dizer nenhuma palavra, e eu entendi que deveria segui-lo. No curtíssimo caminho que percorremos juntos, o carcereiro ameaçou-me dizendo que, um dia, aquilo tudo ia explodir, e que a polícia ia matar todos aqueles “vagabundos” e “quem mais estiver na frente, seja voluntário ou seja quem for”. Ao chegarmos à sala da carceragem, ele disse displicentemente para a carcereira

responsável que “esse aí tá querendo entregar remédio pra um preso”, e ficou por algum tempo discutindo com ela sobre os detalhes do dia em que “todo mundo ia morrer”. Eu, para manter alguma dignidade, procurei não responder às provocações e me mantive em silêncio durante todo o tempo, respondendo apenas às perguntas necessárias para a entrega do remédio. Tentei me desincumbir da tarefa o mais rapidamente possível, pois senti-me humilhado pela forma como o carcereiro falou comigo e tudo o que desejava era sair de lá e ir para casa. Quando saí, os outros voluntários, vendo que eu estava pálido, como se tivesse levado um susto, perguntaram-me o que havia acontecido e eu expliquei-lhes sucintamente o ocorrido. Eles todos afirmaram que carcereiros eram “daquele jeito mesmo” e que eu não devia me importar com isso. O importante era que continuássemos a fazer nosso trabalho sem nos importarmos com as ameaças dos funcionários. Se eu tivesse tido a chance de continuar a frequentar o ambiente do DACAR-7, talvez pudesse ter entendido melhor esta oposição entre voluntários e carcereiros. É certo que nem todos os carcereiros eram hostis a nossa presença no presídio. Alguns deles nos diziam mesmo que gostavam de nossas visitas porque nos momentos de visita os presos ficavam “mais tranquilos”. Havia um carcereiro, além disso, que era militante pela melhoria das condições de vida dos presos. Com formação em Enfermagem, era ele quem, nos momentos de necessidade, procurava adquirir remédios para os presos e estava mesmo tentando organizar um programa para a distribuição de remédios. Havia momentos em que os voluntários trabalhavam em conjunto com ele para conseguir enviar remédios para os presos, às vezes por solicitação do próprio carcereiro. Ainda assim, ele era uma exceção evidente frente à agressiva coesão do corpo institucional. As origens dessa oposição entre voluntários e carcereiros – uma oposição que, em si mesma, não é tão evidente como pode parecer, já que é possível imaginar que a presença de voluntários possa até trazer vantagens para os carcereiros – são um assunto nebuloso, que meu pouco tempo de contato com a instituição não pôde resolver. As divisões internas no corpo institucional do presídio também são um assunto não esclarecido. Pense-se, por exemplo, que, apesar da antipatia dos carcereiros, os voluntários realizavam, de fato, visitas ao presídio diariamente, e isso deve ter sido conseguido com a anuência da administração do local. Assim, além da oposição gritante da maior parte dos carcereiros ao trabalho dos voluntários, meu pouco tempo de experiência mostrou que há, de fato, fissuras no bloco

aparentemente homogêneo da carceragem, fissuras no qual o próprio trabalho voluntário acabava se apoiando.

Enfim, minha experiência no DACAR-7 forneceu-me alguns primeiros parâmetros para compreender o sistema prisional dentro do contexto da interação possível que eu tinha com ele, ou seja, a partir da posição de voluntário. Em resumo, o trabalho voluntário no qual me engajei neste período tinha por características uma aparente improvisação na formação de seus membros, resultante, em parte, de seu amadorismo, em parte das relações de poder subjacentes ao próprio ambiente carcerário; a ligação de “respeito” entre presos e voluntários, a partir da qual os voluntários são vistos, em geral, como aliados, desde que sua prática mostre aos presos um interesse pela melhoria de sua situação (como era o caso de nosso grupo); e uma oposição explícita entre voluntários e carcereiros, que tentavam, dentro de seus limites, boicotar o trabalho realizado com os presos.

3.1. A APAC de São José dos Campos: primeira visita

Em meados do primeiro semestre de 1998, o padre da Pastoral, sabendo de minha formação em Psicologia, pediu-me que conversasse com uma funcionária do Fórum de Santo André, pois ela queria pedir-me um favor. O favor, como descobri depois, era o de ajudar na realização dos laudos técnicos para progressão de regime dos presos do DACAR-7. Pessoalmente, esta funcionária era contrária à cobrança pela realização dos laudos. Frequentemente, os próprios presos eram obrigados a pagar pela realização dos laudos quantias que variavam de R\$80,00 a R\$200,00. O principal problema neste caso, ela me disse, era que os presos pensavam que, se estavam pagando pelo laudo, deviam necessariamente ser aprovados, o que nem sempre ocorria. Por isso, alguns presos chegavam a ameaçar os técnicos ou, de qualquer forma, ficavam bastante revoltados quando o resultado do laudo era contrário à progressão. Ao saber de minha participação no trabalho voluntário, ela imaginou que talvez eu pudesse ajudar na realização de laudos gratuitamente a fim de diminuir a fila de 80 presos que já haviam pedido por um laudo sem obterem resposta. Por questões pessoais, acabei não podendo realizar o trabalho que ela me pediu. Mesmo assim, fui convidado para visitar, numa excursão que ela organizava todo ano, um presídio modelo situado em São José dos Campos e que realizava um trabalho notável com os presos da comarca. Essa viagem era parte do curso de Serviço Social de uma universidade da região, no qual ela era professora. Ao final do curso, ela organizava duas excursões para os alunos de seu curso: a primeira, destinada a conhecer um presídio tradicional e ver a situação lamentável dos presos, típica da maioria dos presídios do Estado; a segunda, para o presídio mencionado, a fim de que seus alunos pudessem entender até que ponto é possível melhorar situações aparentemente irremediáveis, desde que se tenha disposição e boa vontade. O segundo presídio era a APAC de São José dos Campos.

Assim, numa manhã nublada, saímos em excursão num ônibus da Prefeitura Municipal de Santo André para conhecermos este presídio que nos era apresentado como uma inovação no sistema penitenciário. Depois de quase duas horas de viagem, chegamos a São José dos Campos e estacionamos em frente ao presídio. A primeira impressão que se tem da APAC de São José dos Campos não é muito promissora. O prédio é um caixote homogêneo de concreto, uma construção pequena mas maciça

que se projeta no Centro de São José dos Campos sobre a fantástica paisagem do Banhado. O Banhado é

“uma região imediatamente contígua ao centro urbano de São José dos Campos.

Constitui-se em um anfiteatro que se abre após o declive abrupto que cai sobre a várzea próxima, mantendo suas feições de extensa planície que se alonga até o Rio Paraíba do Sul, compondo um cenário único, totalmente integrado à paisagem urbana local.

Essa integração se faz notar, principalmente nos finais de semana de céu limpo, quando o pôr do sol é a grande atração que leva um número expressivo de pessoas à orla do Banhado, demonstrando assim a sua importância paisagística e cultural.” (Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 1996; 20).

Ao lado da beleza do Banhado, uma construção deslocada bem no meio do centro urbano da cidade, a APAC chegou a receber uma reclamação por escrito, publicada em um jornal da região, por parte de articulista deste jornal, pedindo que fossem tomadas providências para modificarem sua fachada. Causa espanto ao visitante a proximidade entre o presídio e estabelecimentos comerciais importantes, como grandes lojas e bancos, situados todos bem ao lado do presídio, sendo suficiente, para deixar a APAC e chegar a um banco, por exemplo, apenas atravessar a rua. A APAC fica num quarteirão cheio de outros estabelecimentos. Tem por vizinhos uma delegacia de polícia, uma grande galeria de lojas, restaurantes e algumas pequenas lojas, tudo no mesmo quarteirão.

Uma pesada porta de ferro selava a frente homogênea do prédio. Após algumas fortes batidas na porta, ela foi aberta para o grupo, que entrou e esperou logo depois da porta, na minúscula sala de entrada do prédio. Havia alguns membros da instituição sentados em bancos perto de nós, pessoas cujas funções nós não conseguimos identificar. Posteriormente, eu descobri tratarem-se de presos do regime semi-aberto que estavam circulando por ali.

Após a organizadora da excursão ter trocado algumas palavras com um senhor em outra sala, ele se aproximou do grupo e se apresentou como nosso acompanhante para aquela visita. Entre as pessoas de nosso grupo, estava aquele

carcereiro do DACAR-7 que, tendo formação em Enfermagem, cuidava de organizar a distribuição de remédios para os presos. O senhor que nos acompanharia perguntou ao carcereiro se ele portava seu revólver, e o carcereiro respondeu que sim. Ele, então, pediu gentilmente que o carcereiro deixasse sua arma na recepção pois, na APAC, armas não eram necessárias e não entravam exceto em situações extremas. O carcereiro entregou aparentemente de bom grado sua arma, recebendo a garantia de que a teria de volta na saída. A arma, por ironia, ficou sob a guarda do rapaz que estava na portaria e que, se não me falha a memória, era um preso. Nosso acompanhante levou-nos para uma área descoberta da instituição, onde havia sido construída uma capela. Todos nos sentamos e ele, em pé, ocupando o lugar onde era o altar, começou a nos explicar qual era o trabalho desenvolvido pela APAC. A impressão que tive ao olhar para os lados foi de bastante tranqüilidade. Enquanto ele nos fornecia suas explicações, alguns homens, todos presos, andavam para lá e para cá, apanhando ferramentas no chão. Pelas roupas sujas que usavam, entendi que estavam executando alguma reforma no prédio. Devido à distância temporal que separa esta visita da data de hoje e em virtude de eu não contar com mais do que minha memória para relatá-la, devo confessar que tenho dificuldades em me recordar dos detalhes do que foi exposto por aquele senhor. Lembro-me, porém, claramente, que sentia um certo desconforto ao perceber que os presos, objetos da palestra, circulavam próximos de nós e, mesmo assim, aquele senhor continuava a falar deles como se lá não estivessem. Lembro-me também que, ouvindo a exposição, ficou-me uma sensação de estranheza frente ao que era relatado. Lembro-me vagamente que a palestra deteve-se principalmente no tema da confiança que a instituição depositava incontinentemente nos presos. Procurava-se por todos os meios, disse-nos o palestrante, atribuir responsabilidades aos presos, pois assim eles aprenderiam também a respeitar a confiança neles depositada. Neste momento, ele relatou uma história famosa na APAC e constantemente repetida pelos voluntários a respeito de um preso que, como a maioria dos presos, tinha chegado à APAC com a esperança de fugir brevemente.

Como nos informou o palestrante, os presos sabiam que na APAC o nível de segurança era baixíssimo e, por isso, acreditavam que a melhor forma de concretizar uma fuga era pedindo transferência para a APAC. Em sua opinião, a grande parte dos presos chegava à APAC esperando que brevemente pudesse fugir. Eles se animavam

ao perceber, chegando à instituição, a total ausência de agentes da polícia na guarda do presídio. A chave da porta de entrada, por exemplo, ficava em poder justamente daquele senhor que nos ministrava a palestra e que, conforme nos contou, já havia ultrapassado os sessenta anos de idade. As outras chaves do presídio ficavam em poder dos presos que, eles mesmos, eram responsáveis pela guarda do presídio. Certa vez, chegou à APAC um preso com comportamento reprovável no presídio onde estava anteriormente e que, conforme alguns outros presos informaram à diretoria da instituição, tinha a intenção de, tão logo fosse possível, executar uma fuga da APAC. Este preso era considerado perigoso e alguns diretores preocuparam-se com a possibilidade de que ele viesse a fugir. Após deliberarem sobre o que fazer, resolveram adotar uma atitude que era, na opinião deles, a melhor para o caso. Tomaram da chave principal do prédio e, sem hesitar, entregaram-na ao preso, pedindo que, temporariamente, ele tomasse conta da entrada do presídio enquanto o voluntário responsável resolvia um problema. O preso, tomado por um grande susto, aceitou a tarefa, e, de fato, cuidou da entrada do presídio até que o voluntário pedisse a chave de volta. Este preso nunca tentou fugir da APAC e comportou-se condignamente durante todo o tempo em que esteve na instituição. Assim os voluntários faziam com aqueles presos de quem tinham uma tentativa de fuga, e sempre obtinham bons resultados, conseguindo a adesão desses presos recalcitrantes para o programa de ressocialização desenvolvido na instituição. Naquele dia, eu não pude compreender muito bem do que se tratava a experiência da APAC, e eu tinha a impressão de que os palestrantes nos escondiam informações fundamentais, pois, no geral, não fazia sentido para mim que a Justiça tivesse autorizado o funcionamento de uma instituição como aquela. Vindo da experiência que eu tinha, não fazia sentido para mim, por exemplo, que não houvesse qualquer concurso da polícia na segurança do presídio. Também não conseguia compreender porque é que os próprios presos faziam a escolta dos outros presos quando tinham que ir ao médico, ao dentista ou ao Fórum, prática comum na instituição, conforme nos contou o palestrante. Eu tinha dificuldade em entender como era possível que presos, pessoas em geral preocupadas exclusivamente em arquitetar planos de fuga (no que chegavam às vezes a uma grande sofisticação, como me mostrou a experiência certa vez quando tive a oportunidade de ver uma enorme escada de madeira construída pelos presos no DACAR-7, uma escada grande o suficiente para ultrapassar os altíssimos muros da

instituição, e para cuja construção os presos não utilizaram nada além da estrutura de madeira que sustentava o telhado do presídio!) – podiam aceitar de bom grado permanecer num presídio, ainda mais quando todas as oportunidades lhes eram dadas no sentido de realizar a fuga.

Por causa de minha experiência anterior, creio, tinha ainda a impressão de que os presos formavam um grupo homogêneo de homens com características culturais peculiares e indemovíveis. Não podia ainda entender a complexidade da formação da identidade prisional e a profunda dependência entre essa formação e o sistema penal. Por outro lado, eu não podia compreender também a complexidade do próprio sistema penal – entendido aqui como o conjunto das instituições policiais, judiciárias e penitenciárias (Batista, 1999) – de forma que, para mim, era um mistério que a instituição pudesse existir no seio mesmo de um sistema aparentemente tão rigoroso e inflexível.

Lembro-me ainda que duas coisas chamaram minha atenção na exposição que assistimos. A primeira, desfavoravelmente, foi a imposição aos presos da participação ativa em alguma religião. Para minha surpresa, fomos informados de que os presos na APAC eram obrigados a participarem de alguma religião, fosse ela qual fosse, durante sua permanência na instituição. O expositor citou alguns benefícios decorrentes dessa imposição na vida dos próprios presos. Não me lembro exatamente de quais foram suas considerações, mas não seria difícil reconstruí-las hoje, com base no material escrito produzido pela entidade. A religião dá nova esperança para os presos; não é possível confiar em alguém que não confia em Deus; o homem adquire um sentido para sua vida quando passa a viver em comunhão com Deus, o que o leva a abandonar a vida do crime; ou, no dizer de Sílvio Marques Neto, antigo juiz corregedor da Comarca de São José dos Campos e um dos fundadores da APAC, “O Método [da APAC] é bastante simples, barato e tem uma origem que se pode dizer universal – daí o sucesso. É o Evangelho”. (Neto, 1997: 8). Isso não passou ileso pelo crivo dos ouvintes. Surgiram inúmeras questões relativas à adequação desse tipo de imposição, voltadas basicamente para duas questões. A primeira: é justo impor a prática religiosa aos presos? A segunda baseava-se numa constatação: quando tivemos informações a respeito das práticas religiosas impostas aos presos, não pudemos deixar de notar que eram todas eminentemente católicas. Missas, oficialização religiosa das uniões conjugais dos presos, terços, orações em

conjunto, tudo nos mostrava que não só se impunha a prática religiosa aos presos, mas se impunha *uma* prática religiosa aos presos. Portanto, questionamos o palestrante a respeito do quanto essas práticas não poderiam ser vistas como uma forma de converter os presos à força para o catolicismo. Em primeiro lugar, o palestrante reforçou a idéia de que, sem religião, o preso não sai da vida do crime na qual se infiltrou. A religião, para ele, era uma forma segura de conduzir a execução da pena a fim de que os presos se reintegrassem à sociedade. O homem sem Deus não vê sentido na vida e por isso não deixa a vida do crime. Assim, o método de trabalho da APAC com os presos não poderia abrir mão da exigência da participação nos cultos religiosos. Por outro lado, ele rebateu a crítica de que haveria uma imposição do catolicismo aos presos. A predominância dos rituais católicos se devia ao fato de que a maioria dos voluntários e dos presos confessava a fé católica, o que levava à organização predominantemente de cerimônias católicas. Mas em nenhum momento a APAC excluiu outras denominações religiosas e, na prática, havia importantes grupos voluntários protestantes em atuação na instituição. Perguntamos se não havia outras religiões além das duas e fomos informados de que era muito rara a presença de um membro de qualquer outra religião, fosse ele preso ou voluntário, e isso, não por proibição da APAC, mas por algum desinteresse dessas outras religiões pela prisão, talvez. Na prática, nas sessões de oração matinais, obrigatórias para todos os presos, procedeu-se a uma separação entre católicos e protestantes. Nenhuma referência foi feita a adeptos de religiões orientais, afro-brasileiras ou espiritualistas, que são encontráveis em outros presídios paulistas.

Um segundo aspecto da exposição que me chamou a atenção foi o fato de que, na APAC, os voluntários passavam por um duro período de aprendizagem. A APAC era aberta à participação da comunidade, mas para ingressar como voluntário em seus quadros era necessário participar de um curso de formação de voluntários com duração de seis meses e realizado durante os finais-de-semana. Neste curso, ensinava-se qual a postura correta a ser adotada pelos voluntários frente aos presos, o que significava a adoção de uma atitude positiva frente aos problemas dos presos, no sentido de sempre procurar levá-lo a ter uma percepção otimista e esperançosa de seus problemas e nunca desanimar. Além disso, recomendava-se aos voluntários que deixassem o passado do preso para trás e nunca, em hipótese alguma, perguntassem para os presos sobre os crimes que eles cometeram. Eu estava acostumado a ver

trabalhos voluntários sendo executados à revelia da equipe dirigente dos estabelecimentos penitenciários onde eles se desenvolviam, e a forma como esses trabalhos eram organizados na APAC me surpreendeu. Como me mostrava minha experiência e o pouco conhecimento que tinha de outros estabelecimentos penitenciários, os grupos voluntários eram, em geral, independentes uns dos outros e mesmo concorrentes entre si. Na APAC, tudo parecia obedecer a um plano minuciosamente traçado pela diretoria, que englobava no funcionamento do presídio todos os que se dispunham a trabalhar voluntariamente no presídio. Não podia haver discordâncias entre os grupos voluntários, imaginei. De certa forma, a percepção intuitiva que tive de todo o processo naquele momento foi no sentido de uma dependência dos grupos voluntários frente à diretoria da APAC que não havia em qualquer outro estabelecimento penitenciário conhecido por mim. Eu não estava errado, apesar de, por tratar-se de uma intuição, eu ainda não poder formulá-la discursivamente naquela ocasião. A APAC posiciona-se como uma instância superior aos grupos voluntários, não permitindo, na prática, que eles tenham independência no desenvolvimento de trabalhos com os presos. Como eu ainda não entendia bem a organização institucional da APAC, não compreendia como era possível que uns voluntários estivessem submetidos a outros já que, em princípio, sendo todos meramente voluntários, deveriam estar submetidos apenas ao funcionário do governo responsável diretamente pelo funcionamento do presídio, fosse ele o juiz, o diretor ou o delegado. A própria diretoria da APAC, vale lembrar, era constituída apenas por voluntários que não tinham direito, na forma como eu via, de obrigar outros voluntários a seguirem qualquer parâmetro específico de trabalho com os presos. Essa característica da APAC eu só pude compreender mais tarde. À APAC, como entidade civil sem fins lucrativos, havia sido outorgado o direito de administrar a execução penal no presídio da Humaitá e acompanhar os presos a ela submetido em todo o período de execução penal. Para ingressar no presídio como trabalhador voluntário, era necessário seguir o programa de trabalho da Associação ou desistir do contato com os presos. A Associação tinha o direito de administrar todo o processo de contato dos voluntários com os presos e o fazia com muito afincamento. O que em outras instituições era tratado com descaso, na APAC tratava-se de assunto de extrema importância. Essa característica de centralização do trabalho voluntário dentro de normas específicas e surpreendentemente mais estritas que nos presídios

comuns é reflexo, em parte, de uma influência totalizante que a APAC procura exercer na execução penal, não só na Comarca de São José dos Campos, mas em todo o Brasil e também no mundo. Afirmar que o método da APAC é o “único” do mundo que pode levar à reintegração social do homem preso e que “tudo o mais” deve ser desprezado são comuns na APAC que, através dessa imodéstia, procura exercer uma influência dominante nas políticas penitenciárias públicas. A APAC procura propor seu método como “o melhor” do mundo e por isso controla as atividades no interior do presídio por ela administrado com mãos de ferro, talvez pretendendo com isso não permitir qualquer desvirtuamento do método por ela aplicado¹.

Após encerrada a palestra na capela – localizada, conforme descobri depois, na ala do regime semi-aberto do presídio – acompanhamos aquele senhor até o corredor que dava entrada à ala fechada da APAC. Neste ponto, ele nos deixou aos cuidados de um recuperando – como eram chamados os presos da APAC – que detinha as chaves de todas as portas do regime fechado e era diretamente responsável pela manutenção da segurança nesta ala do presídio. Com extremado zelo, este recuperando nos cumprimentou, informando-nos acerca de sua condição de preso e contando que, devido a sua condenação, ainda permaneceria na APAC por uns dez anos. Uma pessoa do grupo de visitantes perguntou-lhe qual era o crime que tinha cometido, o que causou um certo mal-estar no grupo, já que o palestrante tinha pedido enfaticamente que nós nunca perguntássemos aos presos o motivo pelo qual haviam sido condenados. Isso, conforme nos explicou, humilhava os presos que estavam tentando arduamente deixar para trás os erros cometidos e buscar uma nova vida através de um caminho diferente. O recuperando respondeu que esse era um assunto sobre o qual não gostaria de falar e, então, guiou o grupo todo pelo corredor de acesso ao regime fechado. Aquele senhor que nos havia acompanhado até aí, apesar de já não desempenhar um papel tão importante, continuou junto conosco.

A parte do regime fechado que nós visitamos era basicamente formada por um pátio quadrangular cercado por três corredores onde ficavam as celas (Figura 2).

¹ Foi comum ouvir de voluntários, durante a pesquisa, que tal ou qual APAC de uma ou outra comarca não eram APACs de verdade porque não tinham uma ou outra característica que, a seus olhos, definia a atividade do grupo como sendo verdadeiramente uma APAC. A permissão para as visitas íntimas, além da predominância do trabalho industrial frente ao artesanal, eram suficientes para que alguns voluntários dissessem que a APAC de Bragança Paulista – um dos modelos mais bem sucedidos de administração comunitária de presídios em São Paulo – não era uma APAC “de verdade”.

Enquanto andávamos pelo corredor, o preso responsável por nos guiar, mais um outro que o estava assessorando, iam nos explicando o significado dos lugares por onde passávamos. Havia, além das celas, uma pequena enfermaria, onde presos doentes eram postos em caráter emergencial até que pudessem receber a devida atenção médica, uma pequena cozinha e uma cela forte. Esta última, o lugar mais festejado pelos nossos guias. Quando a APAC passou a administrar o presídio, ela herdou um prédio que era considerado insalubre e impróprio para abrigar pessoas. Aos poucos, foi executando reformas no prédio com o objetivo de adequá-lo a padrões mais rigorosos de higiene e conforto, e assim foi transformando, ao longo do processo, o uso de certos pontos do presídio. Onde havia a enfermaria e a cozinha, antes, explicaram-nos os recuperandos, havia celas imundas que, a rigor, não deveriam conter seres humanos. Como podíamos ver, o ambiente todo do regime fechado não lembrava em nada o que se poderia esperar encontrar em uma penitenciária.

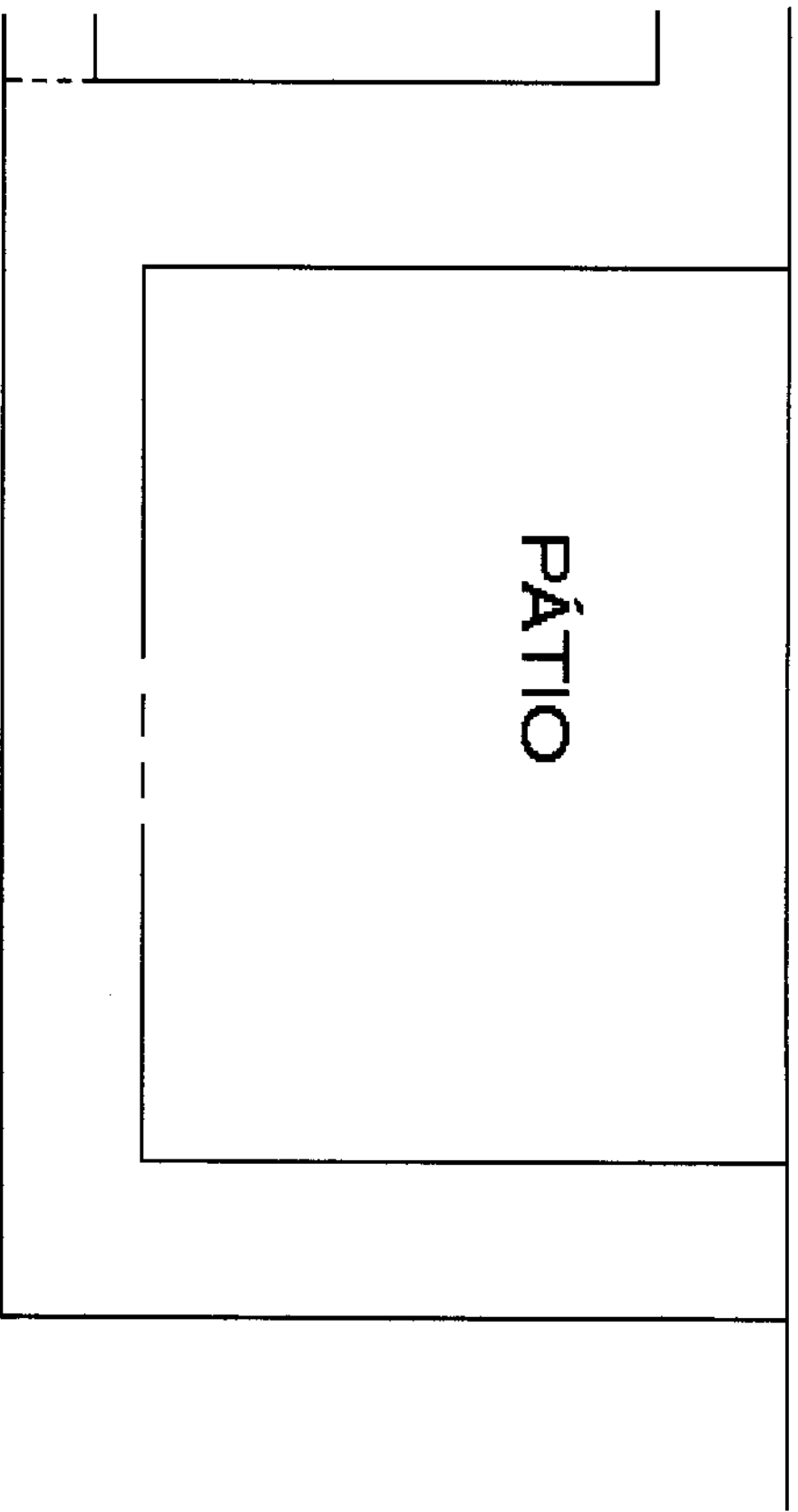


Figura 2 – Arquitetura do pátio da APAC de São José dos Campos.

Flores bem cuidadas espalhadas em vasos pelos corredores, tudo muito limpo e organizado, as paredes bem pintadas, eles fizeram questão de ressaltar a preocupação constante dos presos com a limpeza do lugar. Como podíamos ver, também, algumas celas haviam sido transformadas em cômodos com finalidades diversas, como era o caso da cozinha e da enfermaria. A cela forte era um outro exemplo. Os recuperandos nos fizeram parar frente à porta de aço toda fechada da cela forte, que não permitia aparentemente a passagem de nenhum resquício de luz. Eles nos avisaram de que iriam abrir a porta e que havia um homem preso lá dentro, mas que ele não oferecia perigo. Portanto, nós não devíamos nos assustar. Alguns alunos do nosso grupo mostraram um certo receio em olhar para dentro da cela, mas não era difícil adivinhar o que encontraríamos. Os recuperandos abriram com esforço a pesada porta de aço e permitiram nossa passagem. Em grupos pequenos, devido ao tamanho reduzido da cela, todos entramos por alguns instantes para nos surpreendermos com o que víamos. A cela forte – um cômodo minúsculo de mais ou menos quatro metros quadrados – havia sido completamente reformada e transformada numa pequena mas bonita sala de meditação. Era como uma minúscula capela, com um altar onde se via a imagem do Cristo crucificado – o tal homem que estava preso lá dentro mas não oferecia perigo. Os recuperandos nos informaram que era para aquela cela que iam os presos envolvidos em brigas ou discussões, mas em nenhuma hipótese a porta era fechada. Na verdade, ninguém era mandado para lá, as pessoas em geral iam quando sentiam necessidade de um lugar tranquilo para meditar e refletir. Eventualmente, quando alguém perdia a cabeça e precisava de um tempo para se recompor, acabava indo para lá por ser um lugar mais isolado. A idéia de construir uma capela na cela forte veio como reação à opinião de alguns voluntários da APAC que quiseram destruir a cela forte e transformá-la em outra coisa qualquer. Surgiu a idéia entre os voluntários que passaram a administrar o presídio, de manter todas as estruturas físicas da cela forte, inclusive sua porta de aço, como forma de preservar a memória das atrocidades outrora cometidas no presídio pela polícia, transformando completamente, porém, o uso destinado ao cômodo. Assim surgiu esta idéia original da entidade e que nos foi apresentada com tanto suspense pelos recuperandos, que logo percebemos tratar-se de ponto de orgulho da instituição. Fomos levados a conhecer também a cantina do regime fechado da APAC, onde os presos podiam comprar os artigos que lhes fossem

necessários. O dinheiro para as compras, informou-nos logo o voluntário da APAC que nos acompanhava, vinha principalmente da venda de trabalhos manuais executados pelos presos, que nós teríamos a chance de ver logo mais. Se gostássemos de alguma coisa, enfatizou o voluntário, não precisaríamos nos acanhar em comprá-la. Na verdade, seria uma grande ajuda para os presos e para a instituição. Também na cantina poderíamos adquirir o que quiséssemos. Havia um preso responsável por ela, e ele tentou mesmo nos estimular a comprar alguma coisa, mostrando-nos os produtos que havia lá dentro. Havia produtos como sabonete, refrigerantes, bolachas, pasta-de-dente, etc. Nenhum dos visitantes fez menção de adquirir qualquer dos produtos. Então, seguimos adiante. Passamos por uma série de pequenas salas, uma ao lado da outra, que serviam de biblioteca, enfermaria e escritório. Tudo muito pequeno mas, conforme me lembro, muito limpo e organizado.

Após esta visita pelo interior da ala fechada da APAC, fomos convidados para almoçar. Lembro-me de ter sentido uma certa apreensão quando fomos informados de que almoçaríamos com os presos. A sensação que eu tinha não era de medo, mas de incômodo. Era como se eu estivesse invadindo a sala de jantar de casa de alguém sem ser convidado. Eu pensava que talvez os presos não gostassem de nossa presença, que talvez fôssemos atrapalhá-los. Na verdade, o presídio rompe as esferas de privacidade típicas da classe média e eu não tinha meios para avaliar o sentido de privacidade dos presos. Portanto, supus que nossa presença fosse constrangedora para eles. Fomos avisados de que naquele presídio se comia com garfo e faca, mas essa informação não surtiu o efeito talvez esperado em mim. Eu não sabia tratar-se de prática universalmente difundida privar os presos de talheres. Sabia que em alguns estabelecimentos não havia talheres, mas não sabia tratar-se de característica do sistema penitenciário. Para nos tranquilizar, fomos também informados de que nunca, em toda a história da APAC, houve qualquer incidente envolvendo o uso de talheres pelos presos. Entramos no refeitório todos ao mesmo tempo e tomamos a fila da refeição junto com alguns presos. O refeitório ficava ainda na ala fechada da APAC, mas era diferente do restante do que tínhamos visto. Era uma sala bastante longa, na qual havia uma dezena de compridas mesas de concreto cobertas por azulejos, onde almoçamos. A comida estava dentro de alguns grandes caldeirões, cada um sob responsabilidade de um preso, que servia os visitantes e os outros recuperandos com grandes conchas de alumínio. Os presos

comiam muito, a julgar pela quantidade de comida que vi sendo posta em cada prato. A comida estava muito boa e parecia bem preparada. Naquele dia, eu pensei que a comida fosse preparada na própria APAC e somente depois vim a saber que ela era trazida pronta mas era temperada novamente pelos presos e colocada nos caldeirões donde era servida. Alguns presos sentavam-se ao nosso lado e trocavam conosco algumas palavras, o que fez minha impressão de intromissão lentamente ceder lugar a um certo conforto. A refeição foi longa e nós permanecemos por quase uma hora no refeitório.

Saimos de lá quando fomos informados de que devíamos novamente nos dirigir para perto do pátio. Nosso destino agora era a sala de aula, onde teríamos novas palestras. Em se tratando de um grupo majoritariamente de alunos de Serviço Social, as palestras que se seguiram foram ministradas basicamente por voluntários com formação em Serviço Social, que discorreram sobre algumas áreas de atuação da categoria no trabalho desenvolvido pela APAC. Fomos informados também de que havia outros profissionais ligados ao trabalho da APAC, como dentistas e psicólogos, que executavam trabalho voluntário. Quem ministrou a palestra foi uma estagiária de Serviço Social, que discorreu basicamente sobre os serviços prestados aos presos, como alfabetização (condição obrigatória para todos os analfabetos que pleiteassem progressão de regime) e assistência às famílias dos presos, o que incluía distribuição de cestas básicas e a realização de cursos como tricô e crochê. Apesar de geralmente as pessoas elogiarem o trabalho da APAC, este grupo mostrou-se bastante crítico com relação ao que a instituição de fato havia conseguido. Notei que as perguntas que eram feitas aos palestrantes pareciam ser tentativas de embaraçá-los, mais do que pontos a serem esclarecidos. Esta sensação, que neste momento não passou disso mesmo, foi depois confirmada no caminho de volta para Santo André.

Depois de algumas informações gerais sobre o funcionamento do presídio e o trabalho executado pelos assistentes sociais, voltamos ao refeitório, que agora estava completamente transformado. Eu já havia notado, mas apenas neste momento fez sentido para mim a inscrição sobre a porta de entrada do refeitório: "Sala de Laborterapia Dom Bosco". É que aquela sala, na verdade, era a sala de laborterapia. Por falta de espaço, porém, ela era também usada para as refeições. Sobre as mesas de concreto, cada uma ocupada por dois ou três recuperandos, havia agora pedaços de papel e madeira, cola, barbantes e uma infinidade de pequenas coisas usadas para

os trabalhos manuais. Principalmente, havia tesouras, navalhas, canivetes, facas, estiletes e tudo o mais que é absolutamente proibido em qualquer cadeia ou presídio. Os voluntários que nos acompanharam até lá fizeram questão de ressaltar esse detalhe. E disseram que nunca, em toda a história da APAC, houve qualquer incidente envolvendo esses instrumentos. Cada visitante sentou-se ao lado de algum artesão para conversar e observar seu trabalho. Alguns, executados com papel alumínio e tinta, eram impressionantes pela beleza. Havia barcos de madeira com grandes mastros e velas, modelos de casa feitos com madeira, porta-jóias, quadros, enfim, uma miríade de objetos executados com mais ou menos arte conforme a aptidão e a paciência do preso, mas tudo chamativo e feito sob medida para o gosto dos visitantes. Apesar disso, ninguém, exceto a coordenadora da excursão, comprou comprar as obras (neste caso, porém, o problema foi que os visitantes estavam “despreparados” – ninguém havia levado muito dinheiro porque não havíamos sido informados da possibilidade de efetuar compras. Alguns visitantes, observando a beleza dos trabalhos, lamentaram sinceramente não terem levado dinheiro).

Por fim, antes de partirmos, fomos levados até uma grande sala com telhado altíssimo para as despedidas. Desta vez, havia vários presos em nossa companhia, sentados logo atrás de nós. Um voluntário proferiu algumas palavras emocionadas agradecendo pela nossa visita e então os presos se levantaram todos a um só tempo e, estendendo as mãos em nossa direção, fizeram uma oração de despedida na qual agradeciam pela nossa presença. Essa última parte da cerimônia era bastante impressionante por seu significado. Afinal, eram homens presos que se erguiam para nos agradecer com uma oração pelo fato de termos ido até lá visitá-los. Por termos nos importado com eles, pareciam imensamente agradecidos, como se quisessem nos mostrar que não eram aqueles monstros que se espera encontrar atrás das grades, como se fossem apenas pessoas que precisavam de nossa ajuda. Mais do que isso, era como um convite para que nos aproximássemos deles. A impressão que esta cerimônia me transmitiu foi de ordem. Era como se tudo estivesse, enfim, em seu devido lugar: os presos eram pessoas que haviam errado mas estavam procurando se emendar; nós éramos pessoas boas que já os ajudávamos apenas com nossa presença na instituição, dando-lhes ânimo para seguirem seu caminho; a APAC era a intermediária que executava uma obra magnífica trazendo de volta para a sociedade

aqueles pobres coitados que se tinham desviado. Enfim, o mundo da APAC era repleto de harmonia.

Foi essa impressão de ordem que nos transmitiu essa última cerimônia, e foi com ela que abandonamos o presídio.

Quando voltávamos para Santo André, algumas pessoas no ônibus começaram a se questionar sobre o quanto aquele presídio era realmente diferente. Uma discussão iniciada por algumas pessoas com mais experiência no ambiente prisional voltou-se para a suposta igualdade entre os presos na APAC. Durante nossa visita, uma das afirmações mais repetidas pelo voluntário que nos acompanhou era a de que, na APAC, não havia diferenças entre os presos quanto à questão do poder. Na APAC, disse o voluntário, nenhum preso manda mais do que outro e todos têm as mesmas chances e são tratados em igualdade de condições. O que o voluntário visava, ao dizer isso, era mostrar que na APAC não havia lugar para disputas de poder entre os presos, nas quais os mais fortes acabam invariavelmente subordinando os mais fracos e criando as diferenças hierárquicas das quais a literatura prisional nos dá conta. Na APAC isso não acontecia, conforme alegação dos voluntários e de alguns presos. Mas nós entendemos, a partir desse contato isolado com a instituição, que isso não era exatamente correto. Pelo que pudemos observar, o preso que nos acompanhou durante a visita tinha inúmeras regalias que não eram dadas aos outros presos. Uma delas era a da posse das chaves dos diversos portões do regime fechado. Como responsável pela segurança dos corredores, ele tinha acesso a todos os lugares, o que implicava numa movimentação muito maior do que a permitida para qualquer outro preso – ao menos, era essa a nossa impressão. Da mesma forma, os visitantes mais experientes começaram a duvidar de que fosse possível exercer a função de segurança numa prisão sem apelar para o uso da violência. É que o reeducando que nos acompanhou teve alguma dificuldade em responder para nós como é que eles faziam para resolver situações de rixas entre dois presos, principalmente quando eles chegam ao ponto de se agredirem. Enfim, apesar de todos terem ficado impressionados com o que viram na APAC, saíram de lá com muitas dúvidas sobre a validade do trabalho e sobre até que ponto a APAC tinha conseguido realmente modificar as relações dentro do presídio. Todos concordaram que havia mudanças importantes, mas que não era possível saber ao certo o escopo dessas mudanças.

3.2. Segunda visita

Quase um ano depois dessa visita, em junho de 1999, fui novamente convidado para visitar a APAC de São José dos Campos. O esquema da visita seria o mesmo: uma visita de final de curso para alunos do curso de Serviço Social de uma Universidade na região do ABC paulista. Havia, porém, uma diferença: devido a problemas com a Justiça, o regime fechado da APAC estava temporariamente desativado e por isso a visita seria diferente da anterior e talvez menos completa. Com ar preocupado, a responsável pela visita contou-me que os presos do regime fechado da APAC haviam sido transferidos para presídios da região, o que havia deixado revoltados os presos e seus familiares. Segundo contou-me, a própria mudança havia sido traumática, envolvendo alguma violência por parte da polícia. Os voluntários da APAC também estavam bastante irritados com o que havia acontecido, por representar a destruição de esforços realizados com idealismo durante longos anos de contato com a população prisional. Eu estava interessado em desenvolver um trabalho de pesquisa e pensava na possibilidade de realizá-lo na APAC de São José dos Campos. Por causa disso, e apesar da situação do presídio, aceitei prontamente o convite.

De fato, o esquema da visita foi quase idêntico ao da visita anterior. A diferença foi que os recintos nos eram apresentados como os lugares onde “acontecia” isso ou aquilo, “se desenvolvia” tal ou qual atividade, etc. Não havia nenhum reeducando no regime fechado, com exceção de um, cuja razão para estar lá, para os fins da pesquisa, era muito importante.

No que se refere ao aspecto externo, nada havia no prédio que denotasse qualquer mudança. Mas no momento em que adentramos o prédio, os sinais de um certo abandono já se faziam notar. O aspecto do prédio fazia crer que a organização e a limpeza, tão importantes para a APAC, deixavam a desejar. Problemas com a pintura do prédio, um pouco de lixo e poeira acumulados pelos cantos, eram esses os problemas que já apareciam naquele momento. Mesmo assim, a situação do prédio não chegava a ser precária a ponto de chamar nossa atenção. Com o passar do tempo, conforme a situação da APAC foi ficando pior, eu pude notar a crescente deterioração nas condições físicas do prédio. Naquele momento, porém, a impressão que tínhamos era apenas de um certo desleixo.

Da mesma forma que na visita anterior, logo que entramos no presídio, fomos levados até a capela e tivemos uma palestra sobre o funcionamento da instituição. Desta vez, a palestra foi dada por um voluntário e por um preso do regime semi-aberto. Ao contrário do que aconteceu da outra vez, agora havia vários recuperandos assistindo à palestra junto conosco, todos do regime semi-aberto. Basicamente, a palestra, desta vez, pautou-se por uma explicação bastante geral sobre os benefícios do método aplicado pela APAC. O voluntário que fez a palestra falou um pouco sobre as dificuldades para trabalhar com os presos, mas falou principalmente sobre a necessidade de se mostrar confiança neles como pessoas. Era através da confiança, disse o voluntário, que eles viam que eram pessoas normais e acabavam procurando um caminho melhor para suas vidas. O preso em questão era empresário e estava terminando de cumprir pena na APAC. Ele falou basicamente sobre a maravilhosa transformação que a APAC operou em sua vida e em como a APAC o ajudou a reerguê-la, elogiando o trabalho dos voluntários da instituição por sua dedicação.

O caminho feito pelo grupo de visitantes, desta vez, foi quase o mesmo da primeira visita, por isso não irei me ater aos pormenores desta visita. Há, porém, alguns detalhes importantes a serem ressaltados quanto a considerações traçadas pelos voluntários com relação aos problemas que a APAC enfrentava naquele momento. Recordo-me de duas falas que foram muito significativas para o entendimento de como os voluntários estavam vendo a situação pela qual passava a APAC. Um voluntário nos contou resumidamente quais eram os eventos importantes relacionados com o fechamento da instituição na sua opinião. De acordo com esse voluntário, certa noite, o juiz da comarca convocou uma reunião com todos os presos do regime fechado da APAC. Aparentemente, a instituição não estava a par do conteúdo da reunião. De acordo com esse voluntário, o juiz teria dito para os presos que havia algumas denúncias contra ele. Eram denúncias sérias que poderiam prejudicá-lo bastante, caso chegassem à imprensa. Por isso, o juiz falou para os presos que, caso essas denúncias chegassem ao jornal, ele providenciaria o fechamento da APAC. Além disso, falou também para os presos que o fim da APAC estava próximo de qualquer jeito, e que, se não quisessem ir parar em algum presídio da região, poderiam providenciar suas fugas, pois de um jeito ou de outro a instituição acabaria sendo fechada. O voluntário entendeu essas colocações como uma incitação à fuga, e, apesar dessa conclusão parecer um pouco precipitada, a

continuação de sua fala mostra como este voluntário viu a atuação do juiz da comarca e sua relação com o fim da APAC. Ele continuou falando sobre os acontecimentos relacionados aos problemas da APAC, mas agora deixou o juiz de lado. Passou a falar sobre a noite trágica em que os presos do regime fechado foram transferidos da APAC para outras cadeias da região. Em primeiro lugar, a APAC não tinha qualquer ciência sobre a iminência das transferências, e, quando ocorreram, vieram como uma surpresa para toda a APAC. Tanto é que, na noite da transferência, havia apenas um plantonista na APAC. Se tivesse conhecimento dos eventos a seguir, teria certamente se preparado melhor para o que ocorreu.

Eram cinco horas da manhã. São José dos Campos, apesar de ser uma cidade razoavelmente grande, estava em completo silêncio. Nada alertava o plantonista da noite sobre o que iria ocorrer, então ele descansava em sua sala como sempre fazia. Repentinamente, ouve-se o som de sirenes. Muitas. Alguns presos acordam assustados, outros ainda estão dormindo. Alguns poucos presos levantam-se, bastante sonolentos e sem entender o que acontecia. Do lado de fora, várias viaturas da polícia, vindas diretamente da Capital, cercavam todo o quarteirão, impedindo a passagem de carros e de pessoas, mas dentro da APAC ainda não se sabia o que estava acontecendo. Às primeiras batidas na porta, o plantonista levantou-se prontamente. Atendeu ao chamado dos policiais e espantou-se com o que viu na rua: uma enorme operação policial, envolvendo dezenas de policiais e viaturas, um grande espetáculo que o deixou atordoado. Os policiais, ao entrarem no presídio, imediatamente trancaram a porta, impedindo a entrada e a saída de qualquer pessoa. O plantonista teve que permanecer na APAC até o fim da operação. Os policiais praticamente invadiram o interior do regime fechado, acordando aos pontapés os presos que ainda dormiam. Alguns tiveram tempo para juntar seus pertences e os carregaram consigo. Outros, deixaram o prédio apenas com as roupas que estavam usando naquele momento. Os presos foram empurrados para fora do presídio, sendo jogados nas traseiras dos camburões que já os aguardavam. O delegado entrou na APAC pouco tempo depois, perguntando para um de seus policiais se todos os presos listados se encontravam presentes no momento. O policial respondeu que sim. O delegado exclamou que era “uma pena”. Houve ajuntamento de pessoas nas extremidades da rua bloqueada, de forma que, aliando-se à vergonha da expulsão violenta das celas onde dormiam, houve também para os presos a humilhação de

servirem como espetáculo para os transeuntes que ali estavam naquele momento. As viaturas partiram sem demora, deixando para trás o regime fechado da APAC completamente desocupado. Os voluntários não sabiam ainda – tampouco o sabia o voluntário que nos contava a história – mas o fim da APAC havia sido consumado naquele momento. Nunca mais haveria naquele presídio nada igual ao que se fizera durante os 27 anos de existência da APAC em São José dos Campos.

Havia muita coisa a ser explicada nesta história, e nós, que ouvíamos o relato do voluntário, não sabíamos exatamente o significado daquilo tudo. O que perguntamos foi: por quê a polícia tratou com desumanidade os presos pacíficos deste presídio? Ou: por quê a polícia parecia não gostar, ou não confiar, na experiência da APAC (haja visto o fato de terem impedido a passagem de qualquer pessoa para dentro ou para fora, impedindo até mesmo que o voluntário plantonista sáísse)? Para essas perguntas, obtivemos uma resposta simplista, mas interessante. O voluntário contou-nos que os policiais tinham inveja da APAC devido ao seu sucesso no trato com os presos. Basicamente, o argumento dizia respeito ao fato de haver pouquíssimas fugas em seus vinte e sete anos de existência e ao baixíssimo índice de reincidência averiguado na APAC, algo em torno de 5% (quando o usual, de acordo com a APAC, é um índice de 75% em termos mundiais e 85% no Brasil). A inveja da polícia, portanto, teria causado o fechamento de um regime da APAC. Mas a simplicidade desta resposta decorria, talvez, do fato de não ser esse o ponto importante na narrativa. O detalhe fundamental, o ponto de maior valor explicativo, foi o comentário marginal do delegado quanto à contagem dos presos. Ele comentou, quando viu que nenhum preso havia fugido, que isso era “uma pena”. Foi sobre esse ponto que o voluntário se voltou para nos colocar um pouco em contato com o significado desses eventos. Qual elemento significativo da história recente poderia ser levantado para possibilitar a compreensão dessa sentença tão curta? Pois ela, em si mesma, é um mistério. Por quê um delegado interessado em esvaziar um determinado presídio consideraria “uma pena” que nenhum preso tivesse fugido? A resposta parecia, a esse voluntário, encontrar-se na fala do juiz. Na noite em que o juiz foi até a APAC, ele estimulou abertamente os presos a fugirem da instituição, dizendo que era o melhor que eles tinham a fazer. Por algum motivo, parecia que o juiz tinha interesse em estimular um sentimento de preocupação nos presos de modo a que eles acabassem fugindo. Esse comentário do voluntário já mostra que ele

estabelecia uma ligação entre o juiz e o delegado. Mas, ainda uma vez, qual o interesse na fuga? Parecia ser simples a resposta: juiz e delegado estavam bastante interessados em destruir a experiência da APAC e em levar para a cadeia alguns voluntários. Se algum preso tivesse fugido do presídio, eles poderiam processar os voluntários da APAC por facilitação de fuga e, além de destruir a experiência da APAC, conseguir levar alguns de seus membros para a cadeia. E por quê haveria o juiz de querer o fim da APAC? “Porque ele estava sendo acusado de suborno”, disse o voluntário. E as acusações partiam de dentro da APAC.

O voluntário tinha muita esperança, ainda que a situação toda parecesse trágica, de que, se tudo corresse bem, a APAC voltaria a funcionar em um mês. Para aviso dos leitores, essa opinião quanto à iminência da reativação da APAC foi repetida para mim pelos voluntários da APAC desde junho de 1999 até fevereiro de 2001. E nada, absolutamente nada, mudou nesse período. Perguntamos para o voluntário, naquele momento, qual a alegação oficial para o fechamento da APAC. Ele respondeu que era por falta de segurança do prédio. Uma equipe do Ministério Público vistoriou o prédio e declarou-o inviável para servir de presídio devido à precariedade de seu aparato de segurança. Apesar de naquele momento eu ainda não ter uma idéia clara sobre o que levou o MP a declarar falta da segurança no presídio, imaginei que esse era um bom argumento para o fechamento, que relegava os outros a um segundo plano. Mas o voluntário contra-argumentou dizendo que um homem estava preso no regime fechado naquele momento, transferido para a APAC havia pouco tempo. A situação inusitada de um presídio com um só preso pareceu mais inusitada ainda depois da explicação sobre o motivo da transferência: o homem foi levado para a APAC por questões de segurança. Ora, perguntou o voluntário, como é possível que eles transfiram para um presídio sem condições de segurança uma pessoa, sob a alegação de “questões de segurança”? O argumento pareceu bastante sólido para que nós ficássemos convencidos de sua veracidade. Havia algo realmente, conforme nos pareceu, por trás do fechamento da APAC que indicava um complô entre pessoas poderosas com o objetivo de fechar a APAC.

Compondo com essa explicação um quadro mais detalhado, ouvimos algumas opiniões de outro voluntário sobre a situação da APAC naquele momento. Em certo momento de nossa visita, um voluntário nos contou que a APAC estava esperando resposta de um antigo presidente da instituição, sobre um curso que seria dado por

ele para os voluntários da APAC, a fim de formar um grupo de onde pudessem surgir novos presidentes para a Associação. O problema, conforme contou-nos este voluntário, era que, após a saída deste presidente, que administrou a APAC por vinte e seis anos, a APAC nunca mais conseguiu colocar na posição de presidente da entidade alguém que tivesse a mesma destreza dele para lidar com os problemas que eventualmente surgiam no cotidiano institucional. Por essa razão, havia algumas complicações no funcionamento da APAC que ninguém mais, além dele, conseguia resolver. Eu não sabia naquele momento, mas esses problemas estavam diretamente relacionados ao fechamento da instituição, como mostraremos mais adiante. Por isso, a saída deste presidente compõe com os vários problemas já enfrentados pela APAC frente ao juiz da comarca um quadro mais amplo de mudanças que indicavam a iminência de profundas transformações na instituição. A instituição não conseguiu dar conta das mudanças para manter seu antigo funcionamento e por isso teve que enfrentar o fechamento de um de seus regimes.

Durante a visita, ainda tivemos contato com alguns presos e com outros voluntários que, basicamente, confirmaram as opiniões acima descritas. Por isso, deixaremos essas opiniões sobre o problema do fechamento em aberto para lidarmos com elas mais tarde. Também falaremos mais tarde sobre o programa de tratamento dispensado pela APAC aos seus recuperandos e sobre as concepções a respeito do homem preso que subjazem a esse programa. Convém falar aqui sobre como se encontrava a instituição como um todo durante a visita para contrapor essa imagem à grande movimentação que observei quando de minha primeira visita. A APAC, para todos os efeitos, era uma instituição vazia. Pouco havia ali que indicasse tratar-se de um presídio. Havia alguns presos do regime semi-aberto perambulando pelas instalações, mas a entrada na ala fechada do presídio mostrou que a APAC era uma instituição pela metade. Celas e mais celas desocupadas, corredores completamente vazios – e, ainda assim, limpos e bem cuidados – uma enorme e aparentemente bem equipada infra-estrutura que jazia completamente inútil havia já vários meses. Os presos com os quais nos encontrávamos pareciam mais visitantes ocasionais do que moradores do lugar. Passavam por nós, às vezes sem nos dar importância, enquanto fazíamos nossa caminhada pelos corredores. Apesar disso tudo, eu não achava que a APAC fosse uma instituição vazia, no geral. Parecia-me que ainda havia ali muita atividade, quando não apenas pelos voluntários que circulavam para cima e para

baixo o tempo todo. A compreensão dessa sensação só me foi dada mais tarde, quando entendi que a APAC era uma instituição ativa, destituída, porém, de sua clientela. Por isso ela parecia ao mesmo tempo vazia e ocupada, inerte e atarefada. Os voluntários realmente tinham várias atividades para desempenhar, apenas lhes faltava o objeto sobre o qual aplicar sua energia. Neste dia, não houve o almoço entre os presos e nem a despedida que ocorreu na primeira vez. Faltou muito do calor que nos aproximou tanto dos presos, fazendo com que nos sentíssemos tão à vontade em meio a eles. Enfim, foi uma visita mais fria e distante, reflexo do ambiente que reinava na APAC.

A APAC parecia precisar de dinheiro. Em certo momento desta visita, fomos levados até à capela do semi-aberto para recebermos informações sobre a instituição. Ao final da exposição, uma voluntária bastante encabulada ofereceu-nos um painel sobre o qual poderíamos escrever com tinta algumas palavras de incentivo à instituição ou o que mais quiséssemos expressar. Ela pedia, como contribuição, R\$1,00 para cada pessoa que escrevesse no painel. Havia a opção de comprar um adesivo da APAC pelo mesmo preço. Em vista da timidez da voluntária, talvez, todos resolveram contribuir com o que era pedido. Eu aproveitei a chance para conversar com esta voluntária sobre minha idéia de fazer uma pesquisa sobre a instituição. Eu queria, inicialmente, entrar na instituição como voluntário para saber exatamente como era trabalhar com os presos nos moldes propostos pela APAC. Eu esperava que a reação fosse um pouco evasiva, dada a enorme intromissão que minha presença poderia representar no funcionamento da instituição. O que obtive, porém, foi uma evidente disposição em me aceitar no corpo institucional. Ela me garantiu que não haveria nenhum problema na realização desta pesquisa e que qualquer contato poderia ser estabelecido com ela mesma, que se responsabilizaria pelo desenvolvimento da pesquisa dentro da instituição. Eu a informei de que não estava ainda decidido se a pesquisa se realizaria na instituição mesmo mas ela me garantiu que, assim que eu tivesse alguma certeza sobre a pesquisa, eu poderia entrar em contato para agendar os encontros e para discutir o trabalho. Para trabalhar como voluntário, porém, era necessário, como já mencionado, passar por um curso de preparação com duração de vários meses, realizado aos finais-de-semana, e que preparavam os voluntários para lidar com os presos. E não havia nenhum plano de realização desse tipo de curso para um futuro próximo. O que havia era o já

mencionado curso para a preparação de novas lideranças na APAC, que talvez fosse ministrado pelo antigo presidente da Associação, mas que não estava ainda confirmado. Mesmo assim, ela me entregou um formulário de inscrição do curso para preencher. Se fosse o caso, ela poderia conversar com a diretoria da entidade e se informar sobre a possibilidade de minha participação no curso. Além de informações de praxe, como nome, idade e endereço, este formulário exigia que se colocasse a qual religião o candidato se filiava. Tive algumas dificuldades para preencher este espaço, e pude sentir concretamente a pressão que a instituição fazia no sentido de impor a adoção de uma religião, tanto para os presos quanto para os voluntários, que se refletiu num certo constrangimento de minha parte no momento de preencher esta informação.

Nesta visita, ainda, houve uma novidade com relação à postura que eu supunha ser a mais comum entre os funcionários com relação à religião. Quando novamente surgiu a questão da imposição de uma religião aos presos da APAC, uma voluntária que nos acompanhava no momento respondeu que o método da APAC não se baseava na religião, mas sim na Valorização Humana. De acordo com ela, a posição defendida pelo ex-presidente da APAC era que a religião, na APAC, servia ao método de Valorização Humana, e não o método servia à religião. Era uma postura que talvez se possa traduzir pelo lema: “a religião a serviço do Homem”, ou “a religião a serviço do bem-estar e da saúde do homem preso”. Essa subordinação da religião a um outro valor qualquer mostra que a APAC não era avessa às discussões sobre sua polêmica atitude de impor uma religião ao preso. Mas não muda o caráter eminentemente religioso do empreendimento apaqueano.

Capítulo 4. Origens da APAC de São José dos Campos

“Imaginem uma cadeia sem armas, sem polícia e sem algemas, onde os presos cuidam de tudo: da limpeza, da disciplina, da parte burocrática, da enfermaria e – pasmem – da própria segurança. Onde dá para contar nos dedos o número de fugas que aconteceram em mais de vinte anos e onde nunca houve rebelião.” (Carrara (s.d.) :17).

A primeira impressão que um visitante tem do Presídio Modelo Humaitá é marcante. Acostumados a uma determinada forma de entender a prisão, basicamente voltada para suas mazelas materiais e à violência como *código normativo de conduta* tanto entre os presos como entre esses e os agentes de segurança (Adorno, 1991 b), mormente no Brasil, os visitantes se espantam ao presenciarem um presídio em que nenhum desses sinais pode ser sequer vislumbrado. Na APAC, não há sinais de violência física e tudo parece permeado por um sentido de ordem e limpeza. Tudo ali é conseguido com a colaboração dos próprios presos, que estão sempre prontos a auxiliar nas tarefas “da casa”. Não há algemas, não há celas fechadas, não há armas e, principalmente, não há polícia. Dir-se-ia tratar-se de uma escola, um hospital ou ainda mais, não fosse a óbvia arquitetura carcerária derivada da época em que o prédio abrigava uma Cadeia Pública: “A APAC é o *santuário* da recuperação”, disse Dom Luciano Mendes (APAC em Revista, 1992 b: 6). Os presos andam livres pelos corredores em contato permanente com os eventuais visitantes e isso não os faz sentir, a não ser, talvez, inicialmente, receio de qualquer ação violenta. Em pouco tempo, visitantes e prisioneiros estão andando lado a lado, conversando pacificamente sem que haja qualquer coisa a indicar que se trata de um condenado da justiça. Enfim, a APAC produz uma sensação no visitante de uma ordem sem entraves, leve, produzida sem esforço. Além disso, aos visitantes é dado perceber a

existência de uma grande harmonia nas relações entre os presos dentro do Humaitá. Por não existirem policiais, a própria segurança é feita pelos presos, eles tomam conta deles mesmos. Não há inimigos dentro do presídio, não há uma corporação estranha de agentes de segurança, não há nada. Os presos cuidam de si mesmos, o que produz uma imediata e fundamental impressão: se os presos cuidam de si mesmos, se não há agentes especiais de vigilância, portanto, não deve haver repressão. A APAC diluiu entre seus muros qualquer sinal direto de repressão de modo que a impressão que se tem, ao contemplar aqueles homens andando de um lado para o outro, continuamente a desenvolver trabalhos diferentes a cada instante do dia, é que na APAC os presos estão livres. “A todos os que estão libertados na prisão e aos que estão presos em liberdade”, é a dedicatória que encontramos no livro de maior repercussão do fundador da entidade, o advogado Mário Ottoboni (Ottoboni & Netto, 1976). Mesmo um visitante ocasional se espanta ao perceber que os presos do estabelecimento não o olham com rancor ou suspeitas; olham-no com respeito e até mesmo com deferência. O carinho dos reeducandos com os visitantes é sempre motivo de elogios. Num depoimento divulgado pela própria APAC lê-se que uma aluna de 18 disse, após completar uma visita à APAC, “ter vivido uma experiência valiosa, pois nunca imaginou existir algo semelhante a este trabalho realizado pela APAC de São José dos Campos”, opinando que ele deveria ser ampliado para todo o Brasil a fim de promover a recuperação dos “seres humanos”, na sua maior parte jovens, e concluiu: “fiquei encantada com o carinho e atenção com que os reeducandos nos trataram. Seria muito bom que outros jovens conhecessem este trabalho.” (APAC em Revista, 1987 b: 11). A APAC não só tolerava os visitantes, mas fazia questão da sua presença. As visitas constantes era estimuladas por todos os meios e os visitantes podiam ler na parede, no momento em que deixavam a ala do regime fechado, escrito em grandes letras azuis: “Visite-nos sempre. Hoje foi um dia especial para nós”.

Para alguém que entra pela primeira vez numa prisão, a expectativa costuma ser a de encontrar um mundo absolutamente hostil, antagônico, avesso à presença de elementos estranhos. Para aqueles que estão acostumados ao trabalho em outros estabelecimentos penais, porém, a visita à APAC não é menos surpreendente. Certa vez, um grupo de voluntários da APAC de Rio Claro – São Paulo, visitou a APAC de São José dos Campos e esta registrou seus comentários:

“ Um dos integrantes do grupo, o desenhista Nelson Castanho, diz que “diante do que vi na APAC de São José, não existe nada melhor para a sociedade, uma vez que vi homens novos”. Outro integrante, o advogado Alfredo Pedro de Oliveira Filho, afirmou: “estou fascinado com o que vi, jamais vi algo igual, como presídio, é fora do comum - a organização, a disciplina, o relacionamento com os reeducando, a cordialidade, é tudo muito forte”. ”
(APAC em Revista, 1987 c: 24-25)

Aqueles que observam a interação dos presos com os voluntários da entidade costumam se impressionar com a cordialidade que os primeiros mostram frente às pessoas da comunidade que, em geral, povoam os corredores do presídio. Os visitantes costumam relatar um clima de acolhimento de parte a parte, espantando-se com a forte ligação que parece existir entre presos e voluntários. Um grupo de músicos que se apresentou para os recuperandos da APAC de São José dos Campos relatou suas impressões sobre o ambiente carcerário na instituição, elogiando o trabalho desenvolvido no presídio. Após comparar o ambiente da APAC com o ambiente na delegacia de polícia contígua ao presídio, os músicos ressaltaram justamente esta qualidade de respeito entre voluntários e presos que puderam observar no curto período de tempo em que estiveram em contato com os dois grupos. Na APAC, até mesmo as mulheres contam com o respeito incondicional dos presos:

“Após a apresentação, os músicos do grupo, entusiasmados com o trabalho apaqueano, falaram sobre o trabalho ali desenvolvido: “há algum tempo fizemos uma apresentação para os policiais do Setor de Investigações e conhecemos as três celas que eram mantidas por eles – sujas, sem luz – uma coisa horrível. E existe apenas uma parede dividindo aquelas celas do presídio da APAC – onde tudo é vida, beleza e alegria. Uma organização de se fazer inveja, um ambiente familiar, *onde presenciei senhoras da sociedade joseense trabalhando com os presos e que são respeitadas de maneira incrível.*” “ [grifo nosso] (APAC em Revista, 1988 c: 16)

Esta impressão que a APAC causa aos visitantes parece ter sido conseguida com pouquíssimo tempo de atividade junto aos presos. Num relato bastante antigo,

podemos ter uma comprovação da rapidez com que foram conseguidos esses resultados frente aos visitantes. As primeiras visitas de grupos voluntários ao “cadeião” da rua Humaitá ocorreram em 18 de novembro de 1972. Neste dia, eles iniciaram seus contatos com os presos procurando, desde o início, desenvolver um trabalho que tinha por fim recuperar os homens ali esquecidos, amontoados, jogados aleatoriamente em celas sufocantes. Menos de dois anos depois, um sacerdote relatou o que pôde ver ao entrar naquela cadeia, antes considerada um estabelecimento arraigadamente violento:

“Aos 22 de setembro de 1974 adentrei-me pela primeira vez na Cadeia de São José dos Campos. No pátio interno da cadeia achavam-se irmanados, cantando, Juiz, Delegado, Guardas, Carcereiros, Detentos, Famílias, adultos e jovens, diante de um altar improvisado, num ângulo do pátio.

Na santa missa que ali celebrei para aquela singular comunidade, como bispo recém-ordenado, conferi, profundamente emocionado, o sacramento da crisma a um grupo de detentos evangelizados pelos membros da APAC. Naquele dia percebi que ali se entendera, a sério e de modo efetivo a obra de misericórdia ensinada por Cristo: “Estive preso e me visitastes” (Mt 25,36).

Foi um dia de muita alegria espiritual para mim. Assim como a luz dissipa as trevas, o amor desarma o ódio e faz com que a violência ceda lugar ao respeito e à ajuda mútua. Naquela cadeia se odeia o crime, entretanto, se respeita e se ama o criminoso como pessoa humana.” (Couto, 1976: 11, 12)

Os visitantes, não só aqueles alheios ao sistema penitenciário mas também aqueles com uma certa experiência na área, parecem gostar de elogiar o trabalho da APAC e notam as vantagens do Presídio Humaitá frente a outros estabelecimentos penais. Num termo de visita de 1985, podemos ler a opinião do Promotor de Justiça de São José dos Campos, Nelson Fernando Camargo de Oliveira, frente ao que ele encontrou:

“Aos 04 (quatro) de Dezembro de 1.985, estive em visita ao Presídio da APAC de São José dos Campos, em suas instalações ao lado do Distrito Policial da Rua Humaitá. Pude constatar que em termos de organização material, a entidade é um exemplo vivo a ser seguido por todas as comarcas.

Tudo é muito limpo e arrumado; as celas, pode-se dizer, são confortáveis e adequadas à dignidade dos condenados, como seres humanos. Há celas-enfermarias, capela, oficina para trabalhos manuais, sala de aula, etc. Os detentos com os quais conversei, estavam ocupados em trabalhos manuais e todos eles, à unanimidade, ressaltaram as boas condições em que viviam e o bom tratamento que recebem. Ouvi do Dr. MÁRIO OTTOBONI, uma explicação sobre a filosofia de trabalho da entidade e o trabalho que ali se desenvolve, com o concurso de voluntários. Os resultados, como se nota, tem sido excelente. Há atendimento médico e odontológico satisfatório aos detentos. Nada mais havendo a constar, lavro este termo.”

O que experimentados homens da lei pensavam sobre a APAC parecia não diferir em nada do que pensavam os visitantes. De fato, algumas vezes era possível observá-los sendo mais entusiastas do que os próprios visitantes. Não era raro mesmo ouvir homens públicos elogiarem o trabalho da APAC, mas às vezes era possível ouvi-los proclamarem verdadeiras juras de amor: “Na APAC, eu constatei que o exemplo, se frutificado, resultaria na solução do grave problema carcerário do Estado”, enfatizou o então Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, Mário Sérgio Duarte Garcia, na abertura de um congresso sobre as APACs (Garcia, 1987). Fazendo um balanço sobre a repercussão do trabalho da APAC frente aos homens públicos diretamente responsáveis pelo sistema penal, um colaborador da entidade escreveu num jornal local, ao elogiar a publicação do último livro de Mário Ottoboni, fundador da APAC:

“Não só em S.José, mas em cidades vizinhas, em outros Estados e no mundo ecoa a obra meritória nascida nesta cidade. Volta e meia somos alegados pela notícia de que um penalista, um desembargador, um ministro, alguém, enfim, que pesa na balança, veio conhecer o que se faz em São José dos Campos e demonstrou estar surpreendido com os resultados que aqui se conseguem.” (Bondesan, 1997).

Em suma, a APAC produz em seus visitantes uma profunda impressão de ordem e harmonia. Para aqueles que estão aparelhados para compreender o sistema penitenciário apenas pelas informações que recebem da mídia, a APAC parece

espantosa. Para aqueles que estão acostumados aos estabelecimentos penais do Estado, a APAC não é menos surpreendente. A percepção de que a entidade dispõe de condições materiais adequadas e realiza um trabalho eficiente de reinserção social do preso leva os visitantes a estabelecerem um vivo contraste entre a APAC e o restante do sistema penitenciário do Estado. É muito comum que referências elogiosas ao trabalho da APAC na região sejam precedidas pela condenação inequívoca do restante do sistema penitenciário do país. O deputado federal pelo PMDB Pedro Yves Simão, em discurso pronunciado na sessão da Câmara dos Deputados em 19/06/97, fez a seguinte afirmação:

O ano de 1997 parece ser o das rebeliões em presídios. Principalmente nas grandes metrópoles, de tão corriqueiras, já nem sequer alcançam repercussão na mídia as notícias de que presos se amotinaram, tomaram reféns, depredaram suas celas ou incendiaram as instalações.

Parece também que a situação calamitosa do sistema prisional brasileiro não consegue mais sensibilizar a sociedade. Acostumamo-nos, é a triste e fria realidade, a conviver com a barbaridade da superlotação. As cenas chocantes de homens amontoados às centenas, em cubículos, seminus para suportar o calor, sem espaço sequer para se deitarem, numa promiscuidade a que não se tem coragem de submeter nem mesmo animais, já se nos afiguram cotidianas, e em vez de nos acender a indignação, provocam um conformismo desconfortável.

Em contrapartida, entretanto, 1997 marca também os 25 anos de atuação da APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. Mas em que consiste essa atuação? Pois bem, não tenho dúvida em afirmar que, no Brasil contemporâneo, para o preso condenado, a APAC é a única esperança de recuperação, de reintegração social, de reconquista da cidadania. (Simão, 1997).

Um jornal local, em editorial que tinha por título “A falência do sistema penitenciário brasileiro”, propôs que a obra da APAC fosse um rebento das forças sociais da comunidade, contrapondo-se à inércia do governo em produzir melhoras significativas no caótico sistema penitenciário do país. Uma reação da sociedade civil à incompetência do governo, incompetência da qual dá mostras evidentes o fato de que os presos apenas consomem recursos públicos sem que, através de seu trabalho, produzam qualquer retorno à sociedade que os acolheu:

“Reformar o sistema é imperativo. Cada prisioneiro custa muito mais que um salário mínimo, e nada produz para reverter pelo menos um pouco do investimento aplicado pelo governo. Culpa do próprio governo, que não tem um programa sério e abrangente de profissionalização do condenado, exigindo que a própria sociedade se mobilize, como é o caso da APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, que realiza um proficuo trabalho na reabilitação do encarcerado”. (A falência do sistema penitenciário brasileiro, 27.08.1997).

O então presidente da Confraternidad Carcelaria do Equador, Jorge Crespo Toral, em visita ao Brasil, pôde conhecer o presídio do Carandiru e, em seguida, a APAC de São José dos Campos. Seu depoimento foi divulgado pela APAC em Revista:

“O contraste é óbvio. Caminhando entre as celas da Penitenciária Estadual de São Paulo, foi como caminhar através de um hospital para leprosos. Frio, com barras de ferro, com corredores angustiosos que conduzem as celas solitárias. As portas dessas celas são sólidas, de metal muito pesado, exceto com um pequeno buraco para introdução de alimentos, que o prisioneiro come numa cama de madeira.

Ao abrir a pesada porta de entrada da prisão para dar entrada aos visitantes, os pequenos buracos das celas abriram também e numerosos pares de olhos pequenos começaram a mirar os visitantes. Os corredores permaneceram calados, os homens abatidos, a atmosfera tensa e um ambiente sem esperanças.

Outro dia, outra prisão. Caminhamos através dos corredores de outro prisão em São José dos Campos, foi como caminhar através dos dormitórios de uma universidade. As paredes brancas estavam decoradas com frases inspiradas nas Escrituras Sagradas pintadas em azul forte. Espaçosas e bem arrumadas as celas-dormitórios com as portas abertas acomodam até 10 homens.

Muitos dos visitantes receberam pelos corredores as cordiais boas-vindas dos presos e podia-se apreciar os rostos radiantes e alegres”. (APAC em Revista, 1991: 8).

Por isso, nada parece mais natural do que a postura defendida por um dos principais colaboradores da APAC de São José dos Campos em editorial na APAC em Revista, na qual defende a idéia de que a APAC, modelo de recuperação dos presos, deve assumir de uma vez por todas seu papel de intervenção no sistema penitenciário, operando a imensa reviravolta num sistema corrupto e que foi fragorosamente derrotado por suas próprias incompetências: “O Sistema penitenciário brasileiro necessita, em caráter de urgência, passar por cirurgia de grande porte e às APACs incumbe a relevante tarefa de cirurgião, não podendo, por isso, descuidar-se um segundo sequer de preparar o instrumental e o centro cirúrgico para esse importante e decisivo ato”. (APAC em Revista, 1988 b: 3). Mesmo aqueles que conhecem apenas o sistema penal da comarca de São José dos Campos se impressionam com os resultados do trabalho da APAC, pois, em geral, São José dos Campos apresenta os mesmos problemas presenciados no restante do sistema penitenciário. Sob certos sentidos, o funcionamento do sistema penitenciário da região do Vale do Paraíba se assemelha ao das instituições penitenciárias mais problemáticas do Estado. Em reportagem publicada pelo jornal Folha de São Paulo, podemos observar a semelhança entre as prisões da região e a Casa de Detenção de São Paulo:

“Os presos das cadeias do Vale do Paraíba “importaram” as regras da Casa de Detenção, em São Paulo, e estabeleceram leis próprias.

Os presos sem condenação não podem dormir no chão, reservado para condenados. Estuprador é morto e o cigarro é a moeda mais forte.

“Tem gente aqui que paga até R\$50,00 por dia para não morrer”, disse J.C., 25, preso por tráfico.

Amaury, 35, que cumpre pena por estelionato, afirma que as regras sempre foram obedecidas por todos.

Antonio Rogério Soares, 33, de Paraibuna (40 km de São José), faz parte dos “faxinas”. Ele serve comida para outros detentos e limpa as celas”. (Presos seguem “leis” nas celas, 03.04.1995).

Na mesma reportagem, há uma descrição da cadeia do Jardim Satélite, em São José dos Campos, que funcionou até agosto de 1995, quando foi desativada para ser substituída pela moderna cadeia do Putim, na mesma cidade. De acordo com a

reportagem, a cadeia do Jardim Satélite apresentava as seguintes características: capacidade – 24 presos; número de presos – 130; número de celas – 4; capacidade por cela – 6; número de presos por cela – 32; tamanho das celas (m²) – 15; número de fugas em 1994 – 11; carcereiros – 8; coleta de lixo – diária; alimentação – três refeições por dia; principais problemas: “falhas nas instalações hidráulica e elétrica, falta de tela de proteção no pátio e rachaduras nas paredes” (Presos seguem “leis” nas celas, 03.04.1995).

A substituição da cadeia do Jardim Satélite, de pequeno porte e de infraestrutura bastante precária, pela moderna cadeia do Putim, não resultou em qualquer melhoria considerável nas condições de cumprimento de pena na comarca. À parte a ampliação da capacidade da cadeia, os problemas parecem ter apenas crescido com o aumento do investimento em segurança na cidade. Observe-se esta descrição da cadeia do Putim, datada do ano de 1999:

“O “cadeião” do Putim foi projetado para ser cadeia de segurança máxima, inaugurado em agosto de 95, com capacidade para 512 detentos. Pouco mais de um ano após a inauguração, uma rebelião destruiu a cadeia, com prejuízo de cerca de R\$ 8 milhões – a cadeia completa custou R\$ 10 milhões. Depois da reforma, a capacidade da cadeia caiu para 480 detentos. No local já foram registradas duas fugas em massa – 156 presos fogem pela porta da frente, em dezembro de 96; 197 detentos, alguns armados, dominam os seguranças e fogem em novembro de 97. Em fevereiro de 98, 296 presos se rebelam e o carcereiro Edson da Silva é morto com tiros nas costas. Em maio de 98, um grupo de 15 homens armados de fuzis, metralhadoras e granada invade a cadeia e resgata 23 presos. Cinco integrantes teriam seqüestrado o diretor da cadeia, Eduardo Kepczynski, e mantido sua família como refém. O delegado é suspeito por facilitar o resgate e forjar o seqüestro”. (Cadeia pública de São José dos Campos, 07.05.1999).

A penitenciária Armida Bergamini Miotto, freqüente colaboradora dos trabalhos da APAC de São José dos Campos, escreveu, comparando diretamente as duas instituições:

“Nesse sentido temos um exemplo que, a partir de São José dos Campos, se espalhou pelo Brasil e está se espalhando por outros países. É a prisão da rua Humaitá, na qual há 26 anos atua a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados). Fisicamente, prisão de segurança média, com seções separadas para regime fechado e semi-aberto, e seção própria para regime aberto. Jamais houve qualquer rebelião, desordem, motim ou evasão; houve algumas poucas fugas individuais e alguns poucos casos de abandono (não-retorno de saídas legalmente concedidas), tendo-se verificado, em ambas as situações, casos de espontâneo regresso à prisão.

Todos os presos estão ativos, consoante a agenda diária: trabalho, estudo, participação de atividades artísticas, de lazer e religiosas, bem como de reuniões de estudo sobre assuntos de vida, que o estimula a repensar o seu passado e os leve a pensar sobre a sua conduta no futuro. A grande maioria deles, ao recuperar a liberdade, reintegra-se no convívio social.

Não obstante a validade do tratamento da APAC, ainda há pessoas "constituídas" e órgãos públicos que insistem em construir "fortalezas" semelhantes às de fins do século 18, e não "enxergam" os horrores que nelas ocorrem.

Aqui mesmo em São José um exemplo, em evidente contraste com a prisão da rua Humaitá: o triste exemplo é o da cadeia pública do Putim". (Miotto, 15.06.1999).

Como elemento preferencial de comparação para a APAC, o Putim muitas vezes tem sido lembrado por sua permeabilidade às fugas. Ao defender a APAC da acusação de falhas na segurança, um de seus colaboradores ressaltou que “nos 26 anos da APAC nunca houve uma morte, rebelião ou fuga em massa de presos. Em comparação à cadeia do Putim, por exemplo, o número de fugas registradas na APAC é mínimo”. (Grupo faz ato pela APAC, 11.05.1999).

Ou ainda, em panfleto distribuído pela APAC, a própria instituição elabora a comparação, afirmando que na APAC, desde sua fundação “nunca se registrou nenhuma rebelião, nenhuma fuga em massa, nenhuma morte ou greve de fome”. A Cadeia do Putim, por outro lado, presenciou uma fuga, “de uma única vez”, de 198 presos que “fugiram, pela porta da frente”, estabelecendo o “record brasileiro de todos os tempo”. Em outra ocasião, “fugiram 156 (cento e cinquenta e seis presos) e mais recentemente, 23 (vinte e três), culminando com a prisão de um delegado de

polícia. Acrescenta-se, ainda, as incontáveis rebeliões, violências e mortes ocorridas naquele estabelecimento” (APAC, 1997).

Na verdade, o cadeia do Putim acumula notáveis problemas durante sua curta existência. No dia 6 de junho de 1999, ocorreu uma fuga de 345 presos do cadeia – a maior fuga já registrada na história do país – que atemorizou a cidade de São José dos Campos e consolidou a fama do Putim como uma das instituições mais problemáticas do sistema penitenciário paulista.

Frente a este quadro, a APAC aparece, não só a nível estadual mas também a nível regional, como uma exceção. No sistema da comarca, a APAC desempenha um papel diferenciado e muito importante para a dinâmica entre os estabelecimentos penais da região. Sua função mais direta relaciona-se ao fornecimento de vagas para o cumprimento de pena na região, principalmente quando ela ainda convivia com a cadeia do Satélite. Na época, o Juiz Corregedor dos Presídios, Manoel Rebello Pinho, afirmou sobre a APAC: “Sem a sua existência, o sistema penitenciário ficaria restrito à Cadeia Pública local, e a superlotação carcerária já existente seria muito maior, o que certamente levaria ao aumento de crimes dentro da Cadeia e de tentativas de fugas e rebeliões”. (APAC em Revista, 1987 a: 8). O mesmo juiz explica o funcionamento do sistema penitenciário da comarca na época em que havia a cadeia do Jardim Satélite:

“O recuperando na Comarca tem duas opções no cumprimento da pena: o sistema tradicional, sujeito às Secretarias de Segurança Pública e da Justiça em estabelecimentos e o Método APAC, com exceção dos inimputáveis, que ficam recolhidos na Cadeia Pública do Jardim Satélite, sob administração da Secretaria de Segurança Pública, até serem removidos para os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, sob administração da Secretaria de Justiça.

A entrada do recuperando no estabelecimento penal administrado pela APAC local depende de requerimento do preso e de deferimento judicial, após instrução do pedido com informações da APAC e manifestação do doutor Promotor de Justiça. Após a remoção, o recuperando fica em observação e, dependendo de sua adaptação ao regime APAC, ele ali permanece ou retorna à Cadeia Pública do Jardim Satélite, de Paraibuna ou de São Bento do Sapucaí. Os recuperandos inadaptados ao sistema APAC ou não interessados em nele ingressar, cumprem suas penas na forma prevista em Lei em estabelecimento

sob administração das Secretarias de Segurança Pública e de Justiça.” (Pinho, 1997: 146-7).

Como se pode notar, o excesso de presos nos estabelecimentos da cidade era compensado através da transferência da população excedente para os outros estabelecimentos da região, o que significa que, envolvidos diretamente na dinâmica penitenciária da comarca, havia pelo menos mais dois estabelecimentos, o de Paraibuna e de São Bento do Sapucaí. Além desses dois, a cadeia de Caçapava também tinha, eventualmente, relação direta com a comarca de São José dos Campos e com a APAC. Em certa ocasião, houve uma rebelião na cadeia de Caçapava devido às condições precárias do local e à superlotação. A cadeia já estava interditada havia duas semanas por determinação do poder judiciário da cidade e apenas os novos presos do próprio município estavam sendo aceitos. Uma semana antes da rebelião, 30 presos já haviam sido transferidos para a APAC de São José dos Campos e, devido à rebelião, previa-se a realização de novas transferências para a comarca. A cadeia de Caçapava tinha capacidade para 61 presos mas, no momento da rebelião comportava 150 (Rebelião de presos é controlada, 16.04.1997).

Na opinião do então delegado da cadeia do Jardim Satélite, as vagas oferecidas pela APAC na comarca eram fundamentais para o funcionamento do sistema carcerário da região:

“Na delegacia aqui, com capacidade para 24 presos, temos 65 com a assistência que a APAC nos dá. Na APAC, hoje tem mais 90 presos. Se ela não existisse, os 90 presos teriam que vir transferido para esta cadeia. Onde colocá-los, se nas cadeias das cidades de Paraibuna temos 50 e em São Bento do Sapucaí, 54?” (APAC em Revista, 1987 a: 9).

Inclusa neste sistema, a APAC não se limitava, porém, a fornecer mais vagas para os presos da região. Rompendo com os limites de uma atuação puramente interna ao Presídio Humaitá, os membros da associação desempenhavam diversas funções frente aos presos da comarca e sua atuação direta se estendia até mesmo para outras comarcas.

“É como Patronato que a instituição presta assistência aos albergados e egressos, orientando os condenados, fiscalizando o cumprimento das penas de prestação de serviço e colaborando na fiscalização da pena e livramento condicional. Como Conselho da Comunidade, cabe à APAC visitar estabelecimentos penais onde existam presos da comarca, prestando-lhes, entre outros, serviços, instruções sobre benefícios.

A APAC presta também assistência médica e odontológica aos condenados recolhidos em todos os estabelecimentos penais onde existam presos da comarca, dando ainda, assistência religiosa e educacional. Mas, o fato de a APAC administrar um estabelecimento penal que funciona como Penitenciária, Casa do Albergado, Centro de Observação, e manter nesse mesmo estabelecimento penal os três regimes de cumprimento de pena existentes, possibilita ao condenado cumprir sua pena na mesma comarca. “Isso contribui para que ele permaneça perto da família e dos integrantes da APAC, facilitando assim, sua reintegração social, após o cumprimento da pena [de acordo com o Juiz Corregedor dos Presídios da comarca]”. (APAC em Revista, 1987 a: 8).

Além dessas funções oficiais, a APAC desempenhava uma importante função reguladora na comarca e que era conhecida de todos os que estavam envolvidos de perto com o sistema penitenciário na cidade. A APAC era vista como um lugar para onde os presos desejavam ir e uma transferência para a APAC era vista como um prêmio dado ao preso por seu bom comportamento e como um compromisso por parte do preso de que ele iria continuar agindo da mesma maneira. Era comum considerar a APAC uma instituição melhor e para a qual naturalmente os presos desejariam ser transferidos. A transferência para a APAC podia ser tão valiosa a ponto de se suspeitar que ela fosse usada como moeda corrente nas negociações do Judiciário. No ano de 1997, foi oferecida denúncia contra quatro policiais civis que teriam tentado extorquir dinheiro de um acusado. Após estudar o caso, o promotor resolveu oferecer denúncia contra os quatro acusados e sua prisão acabou sendo decretada sob o argumento de que, em outro caso do qual estavam sendo acusados, eles teriam ameaçado uma das testemunhas. A história entre o promotor e esses policiais remontava há outros processos. De acordo com o advogado dos policiais, o promotor já havia tentado conseguir a prisão de seus clientes a partir de argumentos semelhantes em outro caso. Na verdade, porém, o promotor é que teria intimidado as testemunhas, oferecendo a uma delas um pagamento irrecusável:

“O argumento usado para prendê-los é que em outro processo eles estariam ameaçando a testemunha. Quem intimidou a vítima foi o promotor, que fez um acordo com uma das testemunhas”, afirma o advogado.

Ainda de acordo com a defesa, em outro caso em que os mesmos policiais foram acusados de extorsão, o promotor Zagallo teria prometido transferir o marido da testemunha, preso em uma cadeia da região, para a APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. ‘Como ele não cumpriu com o prometido, a testemunha resolveu falar a verdade’, argumentou Biauxqui.” (Guimarães, 13.08.1997).

Houve um episódio de fuga no Putim em que o delegado foi acusado de facilitar a saída dos presos. O principal acusador do delegado era um preso do próprio Cadeião que, por motivos de segurança, acabou sendo transferido para a APAC. Um indício claro da forma como a APAC era unanimemente percebida na comarca foram os argumentos apresentados pela defesa, que se voltaram justamente para essa transferência:

“A advogada do delegado Eduardo Kepczynski, Tânia Lis Nogueira, afirmou que a promotoria não poderia ter considerado o depoimento do preso (...) como um dos principais indícios do envolvimento do seu cliente na facilitação da fuga de 23 presos da cadeia do Putim.

Segundo ela, o preso delatou o delegado para se beneficiar da troca de cadeia. Ele estava cumprindo pena no Putim e foi transferido para a APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado).

“Até eu se estivesse no lugar dele também falaria qualquer coisa para ser beneficiado com a prisão no regime semi-aberto”, afirmou.” (Advogada diz que preso se beneficiou, 23.04.1999).

Seguindo a mesma linha, a advogada reforçou o argumento em outra ocasião:

“A advogada também afirmou que a polícia e a promotoria não deveriam confiar na palavra de um preso que, segundo ela, beneficiou-se com a denúncia ao ser transferido para a APAC. “Quem não falaria qualquer coisa para ir para uma cadeia melhor?”” (Advogada acusa MP de cercear ação de defesa, 23.04.1999).

Neste mesmo episódio, não podemos nos esquecer de que o preso foi transferido para a APAC por questões de segurança.

“O comando da Polícia Civil de São José vai pedir à Justiça a transferência do preso Adenilson do Nascimento para uma cadeia da região por considerar infundadas suas acusações contra o diretor-assistente da cadeia pública da cidade, Eduardo Kepczynski.

(...)

Nascimento está detido na APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Preso Condenado) sob segurança da Polícia Militar. Ele teria recebido ameaças de morte e sofrido um atentado quando estava internado no Pronto-Socorro de São José, na Vila Industrial. A tentativa foi confirmada pela Promotoria Pública, que também investiga o caso.

O pedido de transferência foi anunciado ontem pelo delegado regional do Vale do Paraíba, Décio Funari Martins --que deve apresentá-lo [n]o depoimento do preso.

“Já pedi a Justiça autorização para ouvi-lo esta semana, pois todas as provas mostram que ele está mentindo.”

Segundo o delegado, o preso teria “forjado” essa história para conseguir ser transferido para a APAC, que mantém um regime mais flexível.” (Preso que fez denúncias contra delegado será retirado da APAC, 20.05.1998)

A APAC, pela forma como era percebida na comarca, se prestava eventualmente ao papel de território “neutro”, para onde presos em situações de risco eram transferidos. Não só quando o preso estava sob ameaça da polícia – como no episódio acima – isso podia ser verificado. Essa situação também ocorreu quando, surpreendentemente, quatro investigadores do DISE (Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes) foram presos por suspeita de extorsão. Depois de serem mantidos por cinco dias em uma cela especial da cadeia de Caçapava, os quatro foram mandados justamente para a APAC de São José dos Campos (Guimarães, 31.10.1996). Os riscos potenciais da convivência entre presos comuns e policiais são bastante conhecidos por quem trabalha no ambiente carcerário. O fato de terem sido transferidos para a APAC mostra uma enorme confiança no grau de obediência

conseguido dos presos na entidade já que, em qualquer outro estabelecimento, isso poderia significar a morte dos policiais.

Não era desprovida de sentido a opinião generalizada de que os presos preferiam cumprir pena na APAC. De fato, não são raros os depoimentos que mostram o esforço que os presos faziam para conseguirem uma transferência para a APAC. Logo no início do trabalho da associação, Mário Ottoboni, ex-presidente da associação, escreveu emocionado:

“São indescritíveis as emoções que cotidianamente são vividas pelos membros da APAC, face aos acontecimentos surpreendentes e inesperados.

Presos sedentos de amor formulam patéticos e comovente apelos visando transferência para a cadeia de S. José dos Campos; outros que, temporariamente, aqui se encontram para sumariar processos, lutam desesperadamente para evitar o retorno aos seus presídios de origem. Há os que, chorando, deixam o convívio da APAC regressando às cidades longínquas (...)”.

(Ottoboni & Netto, 1976: 58).

Em uma ficha de avaliação de um preso que cumpriu pena na APAC de forma intermitente entre os anos de 1980 e 1986, podemos observar que o preso em questão, tendo já sido promovido para o regime semi-aberto, no qual o condenado tem o direito de eventualmente deixar o presídio, não retornou mais para a cadeia após sair para visitar seus pais. Tendo sido capturado e preso em outra cidade, fez insistentes pedidos para retornar à APAC de São José dos Campos, conseguindo autorização judicial para sua transferência e voltando para a APAC dezesseis meses depois para cumprir pena em regime fechado.

Apesar de tratar-se de um relato feito por um dos fundadores da entidade, o juiz Sílvio Marques Neto, o que pode comprometer a validade das observações, é interessante notar que este juiz defende a idéia de que os presos se afeiçoam ao sistema da APAC citando uma carta enviada para ele por um jovem preso por uso e porte de maconha.

“Tenho em mãos uma carta que (...) me escreveu, para justificar o fato de haver recusado o “sursis”. Foi um processo em que três estudantes de escola

superior foram presos em flagrante por uso e porte de maconha. Condenei os três, - depois de negar o relaxamento do flagrante - e os mantive na cadeia.

Diante do recurso dos réus, o Egrégio Tribunal paulista entendeu que um deles deveria ser absolvido e os outros dois, colocados em liberdade, mediante “sursis”. Um deles aceitou, para não perder o segundo termo do curso universitário, que ainda iria começar; mas (...) recusou o alvitre, e na carta me disse o porquê.

(...)

Recordando o momento da prisão e entrada na cadeia, (...) disse o seguinte: “Naquele momento, pensei que realmente estava derrotado. Todos os horizontes tinham sumido. Mas, para minha surpresa, quando entrei na cela nº 4 do presídio de São José dos Campos, não encontrei o ambiente que imaginava. A primeira coisa que ali escutei foi: “Nós aqui estamos recuperados, pois estamos com Cristo”. No dia seguinte fui convidado a rezar um terço, eu, que mal sabia recitar o “Pai-Nosso”.

Mais adiante, na carta, (...) conta como largou o vício e diz: “Hoje sinto-me totalmente curado e revelo o remédio: tornei o Cristo presente em meu viver”. Agora eu sei porque, na carta o (...) me disse: “Hoje tomo uma decisão consciente e com toda convicção, DISPENSO O BENEFÍCIO DO “SURSIS”, pois quero ter um pouco mais desta convivência de amor. Quero continuar recebendo o ensinamento da APAC, porque sei que a verdadeira prisão somos nós mesmos. E atualmente, encontro-me liberto”. (Ottoboni & Netto, 1976: 76-8).

Mesmo não se tratando de uma transferência, um outro depoimento pode ajudar a entender o sentido que a APAC podia ter para alguns presos da comarca. A entrevista a seguir foi feita com um preso que, depois de cumprir sua pena em outro presídio, passou a colaborar com o trabalho da APAC.

“VP – Como você veio parar em São José dos Campos, Victor?”

Victor – Quanto eu estava preso eu perdi minha mãe. Ela morreu e eu fiquei desamparado. Eu não tinha outra opção. Ou eu ficava até matar ou morrer. Porque a verdade é essa. Chega num ponto onde a gente ou mata ou morre. Se ficar o bicho pega, se correr o bicho come. Eu já tava cansado de tirar cadeia. Não queria mais. Aí eu conheci a APAC através de um livro do “seu”

Mário Ottoboni chamado “Cristo Chorou no Cárcere”. Depois de ler o livro eu vim conhecer a APAC em São José.

VP – Aí você conheceu o Mário?

Victor – Eu conheci o “seu” Mário e contei a verdade pra ele. Disse que estava saindo da penitenciária e era sozinho e não tinha pra onde ir. Ele me olhou e disse: “Bem-vindo seja a essa casa, você não está sozinho, está com Deus”. Aí ele me perguntou se eu queria me regenerar. Eu disse que não prometia que ia regenerar, mas que estava cansado de tanta cadeia, de ser lixo da sociedade. Hoje, depois de ler muito e adquirir algum conhecimento, eu sei que não quero mais viver como vivia. Na APAC eu encontrei apoio. Aqui eu tô amparado”. (23 anos numa cela, 09.08.1984).

Um forte argumento a favor da preferência que os presos da comarca mostravam em cumprir pena na APAC é a idéia de que a APAC ajudava a manter a ordem até mesmo na outra cadeia da comarca. Internamente, a APAC desenvolveu mecanismos para evitar o surgimento de tumultos. Um exemplo é a rotatividade de presos nas celas.

“É recomendável, quando possível, a permanência numa mesma cela de presos autores de crimes idênticos, e que se faça, ao menos de quatro em quatro meses, o rodízio entre eles, propiciando a todos se conhecerem melhor. Evita-se, assim, a intimidade e a até mesmo a elaboração de planos que possam ferir a sociedade e tumultuar a própria administração do presídio.” (Ottoboni, 1997: 78).

Um dos elementos fundamentais do método da APAC, a proximidade entre o preso e sua família, tem como consequência clara a manutenção da ordem no presídio:

“É inegável, nas atuais circunstâncias, que o cumprimento de pena na Comarca onde reside sua família é muito mais conveniente, tanto para a administração quanto para o condenado. Isso minimiza os constantes atos de inconformismo da população das prisões, facilita os contatos mais freqüentes com seus familiares, preserva os seus laços afetivos e não interrompe o importante noticiário dos acontecimentos que envolvem o mundo de seu

relacionamento, evitando tensões causadas por notícias desencontradas, tão comuns nos presídios.” (Ottoboni, 1997: 86).

Mas ainda não se trata aqui de mostrar os procedimentos disciplinares da APAC. O que cabe ressaltar por hora é que a simples existência da APAC parecia representar um papel disciplinar na comarca de São José dos Campos. O então delegado da cadeia do Jardim Satélite, Ronaldo Dias, expressou isso algumas vezes. Uma delas foi um discurso que fez no II Congresso Nacional das APACs em julho de 1987. Inicialmente, ele apontou o valor que o auxílio da comunidade, em geral, representa nas instituições penais:

“O Sistema Penitenciário no Brasil, de um modo geral, encontra-se em estado caótico e sem qualquer perspectiva de melhorar. Os nossos estabelecimentos penais, sem exceção, superlotados, tornam-se fator criminogênico por excelência e, o pior, a tendência é de se agravar o problema, pois a violência e a criminalidade aumentam consideravelmente, trazendo como resultante novas condenações que exigem vagas, motivo que nos leva à crença de que a situação é insolúvel, pelo menos a médio e a curto prazo.

As dificuldades de se administrar um presídio são crescentes, não só pelas razões enumeradas, às quais se somam a ausência de assistência material e humana do Estado, aliadas ao desinteresse das autoridades mais próximas dos problemas, somatória que angustia o Diretor de estabelecimento penal, o qual acaba encontrando como tábua de salvação a ajuda de entidades e grupos cristãos para suavizar a sua árdua tarefa.” (Dias, 1997: 149).

Depois, ele discorre mais diretamente sobre o papel específico da APAC na contenção de distúrbios na comarca:

“Aqui em São José dos Campos nos socorremos da APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. Ressalta-se que em inúmeras oportunidades em que se vislumbram indícios de tumultos e insatisfações e, diante da iminência da ordem ser colocada em risco, a solução encontrada não foi o emprego da força, mas sem a presença e habilidade do ilustre Presidente da APAC joseense, doutor Mário Ottoboni, que sempre

consegue despertar a esperança e restabelecer o equilíbrio da população prisional, fazendo com que a normalidade volte a imperar.

É lícito reconhecer, ainda, que o que mantém a tranquilidade nos presídios desta Comarca são sempre os acenos benfazejos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, referente à progressão do preso para o seu Centro de Reintegração Social, onde funcionam os três regimes da Lei.” (Dias, 1997:150).

Ainda, sobre a relação que os membros da APAC de São José dos Campos – principalmente o ex-presidente da entidade, Mário Ottoboni – mantinham com os presos da cadeia do Jardim Satélite, o delegado faz uma comparação:

“O preso não acredita no Governo, mas acredita na APAC. Recentemente, no governo passado, uma Comissão vinda diretamente do Palácio dos Bandeirantes, em visita aos presos da Cadeia Pública do Satélite, não passou da cela 1, onde um dos presos interrompeu o que dizia um de seus membros, fazendo-lhe uma observação que o desestimulou da idéia de prolongar a visita. Em contrapartida, quando um membro da APAC lá comparece é ouvido e aceito com a maior atenção e, quando há correção, o recuperando dificilmente volta a incidir no mesmo erro.

A expectativa de ir cumprir a pena em local adequado, em condições humanas, leva o recuperando a suportar a podridão e a miséria de qualquer presídio, depósito de gente abandonada pelo Estado.” (Dias, 1997: 155).

Ele também afirma em outra ocasião, de forma mais direta:

“(…) Tem alguns presos [que] se desesperam porque querem ir para a APAC, mas por força de seus processos, isso demora. Aí, quando a calma começa a faltar, peço para o Mário Ottoboni fazer uma palestra e tudo se equilibra.” (APAC em Revista, 1987 a: 9).

Como a APAC pode estar legalmente aparelhada para exercer esse papel na comarca? Grosso modo, a APAC é uma ONG que exerce função de auxiliar da Justiça na fase de execução penal. De acordo com o Estatuto da entidade, em seu artigo 2º:

“A Entidade, cujo tempo de duração é indeterminado, se destina a auxiliar as autoridades judiciárias e policiais do Município, em todas as tarefas ligadas à readaptação dos sentenciados, presidiários, egressos dos presídios, exercendo suas atividades especialmente através da assistência:

1. à família;
2. à educação;
3. à saúde;
4. ao bem-estar;
5. à profissionalização;
6. à reintegração na sociedade;
7. às pesquisas psico-sociais;
8. à recreação;
9. espiritual.” (Ottoboni & Netto, 1976: 109-110).

Ou como ela mesma se descreve juridicamente na APAC em Revista:

“O que é a APAC?

É uma entidade civil de direito privado, com a finalidade de atuar na área de execução da pena, suprindo o Estado na sua missão de preparar o preso para voltar ao convívio social. A finalidade pedagógica da pena aplicada pela APAC, constitui-se num método próprio de reconhecido êxito e a atuação da entidade resume-se no seguinte:

- órgão auxiliar da Justiça na execução da pena;
- protetor da sociedade, preparando convenientemente o preso para voltar ao convívio social;
- de proteção aos condenados, no sentido dos direitos humanos e, de assistência nos termos do que prevê a lei, estendendo-se o trabalho no que couber, aos seus familiares”. (APAC em Revista, 1988 a: 4).

A APAC tinha uma enorme preocupação em explicar o fundamento jurídico de suas ações no sistema penitenciário. Isso não deve causar surpresa, já que sua

situação era *sui generis* não só na comarca, mas em todo o Estado. As dúvidas que um visitante informado poderia ter a respeito da legalidade das ações da APAC parecem ser justificadas, tamanha a produção de textos explicativos pela entidade. Não é que ela fosse ilegal, ao menos em princípio: ela era uma inovação, uma iniciativa pioneira, ligada quase que exclusivamente ao arbítrio do juiz corregedor da comarca. O juiz, apto para decidir sobre o destino dos homens que condenou, outorgava à APAC o direito de aplicar a fase de execução da lei. Por isso, ela era órgão auxiliar da Justiça.

“Há 22 (vinte e dois) anos surgiu em São José dos Campos (Estado de São Paulo), a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC – entidade civil de direito privado, com a precípua finalidade de, na qualidade de órgão auxiliar da Justiça, desenvolver trabalho junto aos presos, objetivando reinseri-los no contexto social em condições normais”. (APAC, 1994)

Ou ainda:

“A APAC é uma organização não-governamental, uma entidade civil de Direito Privado, tendo um Estatuto-Padrão adotado em todas as cidades onde se instalou. Cada APAC tem vida própria e todas são filiadas à FBAC – Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados –, reconhecida de utilidade pública, que tem por objetivo orientar, dar cursos, assistir juridicamente, manter a unidade de propósito, além de promover a cada três anos congressos de seus filiados para estudar os problemas ligados à socialização do condenado.” (Ottoboni, 1997: 47-8).

Como tal, a APAC foi reconhecida como de utilidade pública pela lei municipal nº 1712/74, de 20/09/74, e pela lei estadual nº 2849/81, de 27/05/81 (2.10).

Neste sentido, ela ainda mantém seu caráter de Pastoral Carcerária.

“Juridicamente, é uma associação de voluntários que tem por finalidade trabalhar pela recuperação do preso: uma espécie de braço legalmente organizado da Pastoral Penitenciária, vinculada à Igreja Católica, com quem trabalha em estreita sintonia, em busca da mesma finalidade”. (Simão, 12.07.1997)

Ou ainda:

“A sigla APAC significa Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. É uma entidade da comunidade, com dúplice identidade: Pastoral penitenciária, assim autorizada pelo Bispo Diocesano; órgão auxiliar da Justiça, personificada no Juiz das Execuções penais, nos termos de competente Provimento Judicial” (Miotto, (s.d.)).

Mas nesta dupla identidade, deve-se ressaltar que a APAC é mais que uma Pastoral Carcerária, possuindo meios legais não disponíveis a outras pastorais, que ela mesma explica em tom de declaração de guerra:

“Entidade legalmente constituída, amparada constitucionalmente, para atuar nos presídios podendo, em caso de haver obstáculo, usar o remédio Jurídico adequado para prevalecer esse direito. Dessa forma, a APAC reúne condições para amparar o proteger os grupo[s] Cristãos (pastoral carcerária), que almejam pregar a palavra do Senhor aos presos, dentro do programa previamente estabelecido pela entidade (...)” (Folheto distribuído pela APAC aos familiares de presos, (s.d.)).

Além disso, a APAC é uma ONG que exerce inúmeras outras funções. A primeira delas: “A APAC de São José dos Campos (...) administra um presídio considerado sem condições de uso pela Secretaria de Segurança Pública, onde existem presos cumprindo pena em regime fechado e semi-aberto.” (Pinho, 1997: 145).

Muitas vezes, essa sua característica *sui generis* é a tal ponto evidente que se confunde a instituição com o próprio presídio que ela administra: “A APAC é uma instituição privada que recebe presos que apresentaram bom comportamento nas outras penitenciárias administradas pelo Estado de São Paulo.” (Após 26 anos, APAC troca de comando, 25.06.1988). Essa confusão entre a instituição e o próprio presídio por ela administrado não foram livres de consequência para a APAC, na medida em que, ao ser acusada de envolvimento em esquema ilegal de transferências, houve tentativa de fechar a entidade, o que, legalmente, é um absurdo.

Como entidade civil que administra um presídio, a situação da APAC é inédita. As regras para seu funcionamento, legalmente, permanecem sempre atreladas ao Juiz Corregedor dos Presídios da comarca de São José dos Campos, como a entidade mostra num documento por ela publicado em meados de 1999, logo após seu fechamento, onde ela ressalta as restrições legais ao seu funcionamento:

“Quando do nascimento jurídico da APAC o Dr. Sílvio Marques Neto, juiz da época, baixou provimento nº 01, declarando a APAC órgão auxiliar da justiça, até hoje. Essa medida, do conhecimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não foi revogada, pelo contrário, os sucessores daquela autoridade referendaram a medida através de seus atos.

A APAC, entidade civil de direito privado, tem seus fundamentos inspirados no Código Civil Brasileiro e na Constituição Federal, e por ser adstrita ao juiz das Execuções e da Corregedoria, a ele presta obediência e dele recebe ordens. A APAC não declara vagas nos três regimes que administra, não opina acerca da conveniência ou não da transferência de presos de outros estabelecimentos para a APAC, medidas estas da exclusiva competência do Juiz de Direito a quem a APAC está subordinada, a ele cabendo também as decisões no que tange às regressões, progressões de regimes e decisões sobre incidentes de execução da pena. A APAC, repetimos, é mera executora de ordens judiciais” (APAC, 1997).

De fato, essas características da APAC não estão corretas. A instituição sempre interferiu nas decisões do juiz acerca das transferências de presos da e para a APAC, valendo-se para isso dos relatórios sobre a conduta dos presos. As regras tradicionalmente utilizadas pela entidade para receber presos, porém, foram modificadas pelo juiz na época desta publicação, podendo ser que, naquele momento, se verificassem realmente as condições mencionadas no documento.

Além de administrar um presídio, a APAC realiza inúmeras outras funções na comarca.

“A APAC em São José dos Campos realiza as funções de Patronato e Conselho de Comunidade, órgãos de execução penal, administra um estabelecimento penal, a Cadeia Pública da rua Humaitá, onde existem recuperandos cumprindo pena em regime fechado e regime semi-aberto e

realiza as funções de Centro de Observação e Comissão Técnica de Classificação. Além de todas essas atividades, a APAC de São José dos Campos presta assistência médica e odontológica aos recolhidos em todos os estabelecimentos penais, onde existem presos da Comarca, nos casos em que é dispensável sua transferência para o Hospital da Penitenciária da Capital, prestando ainda, assistência material, religiosa, educacional, social e jurídica aos egressos.” (Pinho, 1997: 144).

Ou, na descrição precisa do então juiz responsável pela Vara das Execuções Criminais e Corregedor dos Presídios da comarca de São José dos Campos, Manoel Rebello Pinho:

“- O que o sistema da APAC de São José dos Campos representa hoje para o MM. Juízo da Corregedoria dos Presídios?

- A APAC de São José dos Campos realiza as funções de Patronato e de Conselho da Comunidade, órgãos de execução penal. Como Patronato presta assistência aos albergados e egressos, além de orientar os condenados à pena restritivas de direitos, fiscalizar os cumprimentos das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana e colaborar na fiscalização da pena e livramento condicional. Como Conselho da Comunidade, visita estabelecimentos penais onde existam presos da comarca, entrevista reeducandos, prestando-lhes instruções sobre benefícios, apresenta relatórios sobre atividades e diligência a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência aos reeducandos. Além disso, a APAC administra um estabelecimento penal, que funciona como Penitenciária, para reeducandos cumprindo pena em regime fechado, como Colônia Agrícola Industrial ou similar, para cumprimento da pena em regime semi-aberto, e como Casa do Albergado para fiscalizar o cumprimento da pena de limitação de fim-de-semana e reeducandos cumprindo pena em regime aberto, além de Centro de Observação, realizando exames criminológicos nos casos de progressão do regime fechado para o regime semi-aberto e prestando informações para instrução dos pedidos de livramento condicional e de progressão de regime, de cumprimento da pena. Além de todas essas atividades, a APAC São José, presta assistência médica e odontológica aos reeducandos recolhidos em todos os estabelecimentos penais onde existam presos da comarca, em casos em que é dispensável a transferência do reeducando para o Hospital da Penitenciária de

São Paulo, prestando, ainda, assistência religiosa e educacional.” (APAC em Revista, 1987 a: 15).

Na condição de uma entidade civil *sui generis*, por dedicar-se a uma área de atuação tradicionalmente legada ao monopólio do Estado, a relação deste com a APAC podia às vezes ser bastante conturbada. Tanto isso era verdade que os juízes corregedores da comarca – com exceção do fundador da entidade – tendiam a evitar emitir opiniões comprometedoras sobre a instituição:

“- A APAC de SJCampos, está sendo pioneira em assumir uma cadeia com sessenta e cinco presos, sem existência de força policial. Como a Justiça vem reagindo a esta nova experiência de recuperação do preso?”

- Justiça é uma palavra muito ampla. Entendendo “Justiça” como Poder Judiciário não me sinto em condições de responder, por não ter sido autorizado pelo Presidente do Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo para manifestar-me por ele. Entretanto para não deixar a pergunta sem resposta, informo que a APAC vem administrando o presídio onde se encontram até hoje, há mais de três (03) anos, com pleno conhecimento do Eg. Tribunal de Justiça deste Estado. Esclareço que são cerca de cento e sessenta (160) o total de reeducandos que estão presos no Estabelecimento Penal administrativo pela APAC e sob sua fiscalização.” (APAC em Revista, 1987 a: 16).

Aliás, no momento mesmo de definir juridicamente o papel da APAC, a relação problemática entre a APAC e o Estado surge nas entrelinhas mostrando que a atuação da entidade não era livre de problemas e contradições, principalmente no que se refere à interferência no direito de punir do Estado:

“Portanto: do ponto de vista jurídico civil, é uma entidade da comunidade, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, legalmente declarada de utilidade pública. Do ponto de vista judiciário, é órgão auxiliar da Justiça, o que a subordina ao Juiz ocompetente, na Comarca; fica, assim, no seu papel de, como entidade da comunidade, prestar, gratuitamente, importante mas sempre acessória colaboração aos órgãos (estatais) da execução penal. Não só importante, mas indispensável, como a ONU considera a participação da comunidade na área da execução penal (e em outras áreas), é sempre acessória,

convém frisar. Diz o aforismo: “O acessório segue o principal”. No caso da APAC, órgão auxiliar da Justiça (“Vara da Execução Penal” ou da “Corregedoria dos Presídios” exercida – onde existe – pelo titular dessa Vara), realiza, nessa qualidade de auxiliar, gratuitamente, atividades acessórias às do órgão estatal; com essa característica, por ele é supervisionada e a ele é subordinada, integrando-se, pois, na sua natureza. Assim sendo, não há intromissão indevida no exercício do direito de punir, na fase de execução, que continua sendo do seu titular exclusivo, o Estado, representado pelo Juiz (das Execuções Penais ou Corregedor dos Presídios).” (APAC, 1995: 3-4).

Este extrato é importante na medida em que oferece subsídios para a discussão de um problema que as APACs, conforme pode ser lido neste mesmo escrito, datado de 1995, tiveram que enfrentar em determinados períodos de sua existência uma ofensiva por parte do governo estadual que, interessado em promover a privatização dos presídios paulistas, utilizava a experiência da APAC como modelo da racionalidade econômica. É que, mesmo sendo contra a iniciativa da privatização dos presídios, por seu caráter não-governamental o presídio Humaitá foi diversas vezes apontado em reuniões perante “auditórios ‘fechados’” e “uma ou outra vez valendo-se dos meios de comunicação” como um exemplo bem-sucedido de administração privada de presídios. Por isso, a APAC fazia questão de ressaltar que “NÃO É PRISÃO PRIVADA, em nenhuma de suas formas – desde a mais extremada, total, até às diversas formas parciais, de transferência ou delegação, pelo Estado, a uma empresa privada, do exercício do direito de punir, na fase de execução penal” (APAC, 1995: 8-9). Esclarecendo a diferença, a publicação afirma:

“A APAC, órgão auxiliar do Juiz das Execuções Penais, está nesse caso, de colaboração gratuita, voluntária, caritativa, a órgão estatal competente, que é o mesmo Juiz. O Juiz não transferiu nem delegou à APAC, a execução penal, que é o exercício da terceira fase do direito de punir. Esse exercício permanece dele, Juiz. Do que ele encarregou a APAC, como seu órgão auxiliar, prestando a referida colaboração, foi a administração da prisão. Enquanto a APAC tiver esse encargo, a incumbência de administrar a prisão, é dela, do dela, não de outrem: isso quer dizer que a administração da prisão é **privativa** dela. É bom frisar, esclarecendo: a administração **privativa** (...) [não é] “prisão privada”(…).” (APAC, 1995: 8-9)

A variedade com que a APAC atuava na comarca de São José dos Campos e em outras comarcas criava problemas legais para a ação dessas associações, que dependiam fundamentalmente do apoio do juiz corregedor de suas comarcas para continuar atuando. O ponto central do problema legal é que a APAC não se encaixa em nenhum dos dois tipos de trabalho comunitário legalmente autorizados para funcionarem junto ao sistema penitenciário, o Patronato particular e o Conselho da Comunidade.

“Conforme a definição que essa legislação dá das entidades da comunidade – Patronato particular e Conselhos da Comunidade – e respectivas atribuições (restritas e formais) a APAC estaria em desacordo com a mesma legislação. Por isso, alguns Juízes fecharam a APAC em suas Comarcas. A maior parte deles, porém, levando em conta a Constituição Federal (a de 1967 e, a seguir, a nova, de 1988), e fazendo bom uso da Hermenêutica, mantiveram a APAC, reafirmando, expressa ou implicitamente, a sua condição de órgão auxiliar da Vara de Execução Penal, assim reconhecida por provimento.”
(APAC, 1995: 21-2)

Houve concretamente ao menos uma ocasião em que a relação problemática entre APAC e Estado levou a um conflito entre representantes das duas instituições, havendo abertura de processo contra a APAC, primeiro por usurpação de função pública, quando Mário Ottoboni executou a prisão de um condenado que se apresentou à entidade, e depois por falsidade ideológica, por ele não haver cumprido mandado de prisão expedido contra um preso que cumpria pena de “sursis” sob fiscalização da entidade.

Quando começaram a surgir denúncias contra a APAC, a relação problemática entre esta e o poder de Estado veio à tona. Uma das providências anunciadas pelo juiz corregedor responsável pela investigação das irregularidades na instituição foi o fechamento da entidade e a nomeação de um delegado para assumir a direção da associação. Como ressaltou a presidente da entidade na época, porém, “a APAC é uma entidade civil de direito privado, com vida própria, portanto quem pode desativá-la, mudar o seu destino, substituir seus dirigentes é o seu Conselho Deliberativo, que é o seu órgão soberano. Não existe nenhum sentido, portanto, falar que a APAC acabou.” (Ferraz, 20.08.1999). Por tratar-se de uma entidade civil de

direito privado, uma ONG, uma entidade sem fins lucrativos, a APAC – associação civil – não poderia ser desativada pelo Estado. Por tratar-se de uma instituição vinculada a uma área privativa do Estado e exercer, nesta situação, funções de Estado, a APAC era identificada pela opinião pública e pelos membros do Poder Judiciário com o próprio Estado, surgindo a idéia de desativar a entidade. Isso, legalmente, era um absurdo, tanto que não chegou a ser concretizado. Mas esta confusão ressalta o caráter ambíguo da instituição. A entidade sempre foi defendida pelos seus membros como sendo amparada legalmente para exercer determinadas atividades no presídio Humaitá. Não só pelos seus membros, mas pelos juizes corregedores e de execução penal que passaram pela comarca. Mas a base legal da atividade da APAC era frágil e se sustentou por duas décadas e meia numa espécie de tradição na comarca que nenhum juiz corregedor se sentiu à vontade para quebrar. Tanto isso era verdade que as considerações do juiz corregedor a respeito da APAC no momento das denúncias mostram tratar-se de uma instituição controversa: “A APAC era uma instituição anômala, porque não estava vinculada nem a COESPE (Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo) nem a Secretaria de Segurança Pública. Não havia ninguém que pudesse ser responsabilizado administrativamente pelos presos” (Secretaria nomeia novo diretor para a APAC na próxima semana, 30.07.1999).

Sendo assim, a primeira pergunta a ser formulada diz respeito ao modo pelo qual a APAC conseguiu se apropriar de uma área de atuação exclusiva do Estado. Como foi que, historicamente, o grupo de cursilhistas formado em 1972 por Mário Ottoboni conseguiu impor sua atuação a ponto de se apropriar de uma área privativa do Estado e produzir uma instituição com tanto poder na comarca que acabou sendo considerada até mesmo “anômala” pelo juiz corregedor?

A história oficial da instituição começa em 1972, quando Mário Ottoboni, após participar de um cursilho de cristandade ministrado pela Diocese de São José dos Campos, decide exercer seu apostolado na área prisional. As motivações para o trabalho podem ser encontradas em um documento elaborado pela APAC, onde se lê que “em 1972, um grupo de cristãos (...) tendo em vista os atos de rebeldia freqüentes e as péssimas condições em que se encontravam os presos da Cadeia Pública”, decidiram organizar uma Pastoral Carcerária na cidade, “devidamente

autorizada pelo então Bispo Diocesano (...)” (Documento sem título). Esse início tem, para os seguidores da APAC, um caráter verdadeiramente nobre e épico:

“Desde 1972, um grupo de cidadãos, despidos do manto da vaidade e da promoção pessoal, partiu para a dura empreitada de pesquisar e implantar em São José dos Campos um trabalho diferente de tudo que existia e continua existindo por aí, em matéria de preparação do preso para retornar ao convívio da sociedade” (Júnior, 1999).

Ou então:

“Em São José dos Campos, no final de 1972, uma plêiade de cristãos liderados pelo advogado Mário Ottoboni, se dispôs a estudar o Sistema Carcerário Brasileiro, objetivando a adoção de medidas que pudessem minorar o angustiante problema do homem que cumpre pena privativa de liberdade” (APAC, (s.d. b)).

O começo do trabalho não foi fácil. De acordo com algumas publicações da APAC, as oposições ao seu trabalho eram muito grandes e exigiram força de vontade de seus membros para serem superadas. Conforme eles relatam, “dificuldades, incredulidade, desconfiança e uma série enorme de obstáculos antepuseram-se aos nossos ideais, mas absolutamente nada serviu de desânimo que pudesse interromper essa jornada de trabalho” (APAC, 1995 a: 1).

A história dos primeiros contatos entre o grupo comandado por Mário Ottoboni e os presos da então cadeia da Humaitá está narrada no livro *Cristo Chorou no Cárcere*. Neste livro ele afirma que sempre tivera vontade de participar de um apostolado que o realizasse como cristão e, por uma razão que parece desconhecida para ele mesmo, certo dia, como por impulso, ele se decidiu a trabalhar com os presos.

O que era a cadeia do Humaitá naquela época? Era, na verdade, um estabelecimento penal como outro qualquer do Estado, talvez um pouco mais miserável. Um ambiente “sórdido, eivado de violência. O tóxico, o jogo, o ódio, o homossexualismo, a corrupção, o maldito código de ética, a lei do mais forte, emolduravam um quadro tétrico e repugnante incrustado no centro da cidade”.

(Ottoboni & Netto, 1976: 8-9). Mário Ottoboni se confessa horrorizado frente ao que viu naquele lugar. Chama-o de “depósito humano” e declara ter sentido náuseas e vergonha. Naquela época, o cadeião da rua Humaitá era um prédio formado por celas de 4m x 4m, abrigando de 12 a 15 pessoas, “seres humanos transformados em feras, ali realizando suas necessidades fisiológicas e pernoitando sob teto de roupas descoloridas e mal lavadas, estendidas em varais improvisados para completar o chocante quadro, atestado vivo de uma sociedade enganadora e surda” (Ottoboni & Netto, 1976: 19). Numa comparação bastante ilustrativa, o lugar é chamado pelo juiz Sílvio Marques Neto, co-fundador da APAC e juiz corregedor na época de sua fundação, de “masmorra medieval” (Ottoboni & Netto, 1976: 64), onde, para compensar a falta de segurança do prédio, todas as celas haviam sido fechadas ao máximo, ficando sem ventilação e iluminação natural, o que tornava o mau cheiro insuportável. Ele afirma, junto com Mário Ottoboni, que ali encontrou um depósito de presos onde o ódio e revolta saltavam aos olhos, as tentativas de fugas eram freqüentes e quando levadas a termo eram bem-sucedidas. Apesar de suas tentativas de interditar o cadeião, isso era impossível, dada a falta de estabelecimentos para comportar todos aqueles presos. A ilustração da “masmorra medieval” é utilizada também em outra publicação da APAC (APAC em Revista, 1989 b: 9), onde se diz que a cadeia era uma vergonha para a cidade. Em outra publicação da entidade, afirma-se que os pioneiros da APAC encontraram, chegando à cadeia Humaitá, “um verdadeiro cárcere” (Miotto, (s.d.)), citando novamente a imagem do “depósito de seres humanos”. “Eram seres humanos tratados como bichos, sujos, desgrenhados, infestados de piolhos, percevejos, pulgas e outros bichos. Os inseticidas da época seriam pouco eficientes... prevalecia a creolina... O fedor resultava do mau cheiro da sujeira misturado com a creolina.” (Miotto, (s.d.)) e por isso, algumas das primeiras providências tomadas pelos voluntários foram justamente no sentido de providenciar a limpeza do ambiente em mutirão com os presos. Em seguida, os voluntários passaram a se preocupar com a limpeza pessoal dos presos e com a melhoria de sua comida. A descrição dada por um ex-presos que conheceu a cadeia nesta época não difere muito das anteriores: para ele, a cadeia era difícil e “parecia um chiqueiro” (Ottoboni, 1997: 43). Em seu depoimento, informa que lá habitavam cento e cinquenta homens que às vezes ficavam sem água por semanas e a comida, fornecida por uma pensão, era horrível, havendo muitas ocasiões em que os presos

simplesmente a jogavam fora. Se alguém reclamava, “a polícia tirava para fora e batia” (Ottoboni, 1997: 43). Um dos primeiros voluntários fornece uma descrição semelhante da antiga cadeia, dizendo que diariamente via os presos “amontoados nos cubículos, entregues à ociosidade, às vezes, tentando fugas e até rebeliões” (Bondesan, 14.05.1997). Seus problemas parecem remontar há muito tempo atrás pois o mesmo voluntários afirma que duas décadas antes do início do trabalho da APAC um “famoso Wanderley botou fogo na referida prisão, o que era novidade na década de 50” (Bondesan, 14.05.1997).

Mas qual foi exatamente a primeira providência tomada frente aos presos da cadeia Humaitá? Antes mesmo de contar com a ajuda de colaboradores, Mário Ottoboni, tendo conhecido brevemente a cadeia Humaitá, procedeu a uma pesquisa junto à população carcerária usando impressos com várias perguntas. Os números indicavam que, dos cem presos da cadeia, noventa e oito eram católicos, um era protestante (ainda indeciso) e um era “macumbeiro”. “Diante desse quadro, já seria possível delinear a rota a ser seguida” (Ottoboni & Netto, 1976: 20).

O plano de Mário Ottoboni levou vários meses até ser completado. Enfim, numa manhã de domingo, quinze cristãos se reuniram na Praça Afonso Pena, centro de São José dos Campos, bem em frente ao cadeião, para participarem de uma missa que seria a primeira e, de acordo com os planos de Mário Ottoboni, se repetiria todos os penúltimos domingos do mês, às nove horas da manhã, no pátio interno do cadeião. Após a missa, seriam servidos refrescos e salgadinhos, o que possibilitaria um bate-papo entre presos e cristãos. Já antes de entrarem, os voluntários estavam muito apreensivos. O padre liderou a procissão que adentrou o presídio trazendo uma expressão “indecifrável” no rosto (Ottoboni & Netto, 1976: 21). Os presos observavam os visitantes de dentro de suas celas com grande curiosidade; alguns, com indiferença. As portas das celas foram abertas e os presos foram todos para o pátio, onde havia sido montado um altar. Enfim, a missa foi corajosamente celebrada em quinze minutos, ao fim dos quais os salgadinhos foram engolidos rapidamente. Os presos foram levados apressadamente de volta para suas celas e o “sonho” de Mário Ottoboni, ao que lhe pareceu, estava desfeito. Desta primeira vez, houve oito desistências. Do lado dos presos, resistências. “Lembro-me que um dia veio um grupo cristão dizendo que nos ajudaria. Eu estranhei e disse: ‘Aí vem “areia”’. Não

acreditávamos. Ficamos lá, pendurados numa grade, todos querendo saber o que iriam fazer para nos ajudar.” (Ottoboni, 1997: 43).

Mário Ottoboni não desistiu. Mobilizou outros cursilhistas – neste momento, o grupo ainda era todo formado por cursilhistas¹ – e partiu para a segunda missa com um total de doze pessoas. Na entrada da cadeia, o carcereiro, preocupado, dirigiu-se a Mário Ottoboni alertando-o de que o ambiente na cadeia não estava bom e que corria um boato de que alguma coisa ia acontecer durante a missa. Por isso, por determinação do delegado, a missa, nesta segunda ocasião, foi celebrada não no pátio, mas numa curva do corredor, com os presos trancados em suas celas, de modo que não lhes foi possível ver quase nada da celebração. Ao final, dois voluntários, num gesto espontâneo, colheram as rosas do altar e as distribuíram aos presos. Um deles, ao recebê-la, começou a chorar e explicou para os voluntários que nunca havia dado alegria para sua mãe mas que naquele dia, durante a visita, pela primeira vez, ela teria a rosa como presente. Para Mário Ottoboni, esse evento significou que “Cristo, percebendo a fraqueza do grupo e sentindo que o retardamento de sua manifestação poderia ocasionar o fim de tudo, mandou logo o seu recado.” (Ottoboni & Netto, 1976: 23).

Nesses primeiros contatos, a reação da polícia era dúbia. Por um lado, o delegado apoiava o trabalho dos voluntários, visto por ele como uma chance de melhorar a situação do deplorável estabelecimento sob sua administração. Por outro, havia pessoas dentro da polícia que não acreditavam no valor do trabalho. Antes do início da terceira missa, três soldados que estavam de plantão na cadeia comentaram com Mário Ottoboni que tinham “pena” dele porque os presos não tinham jeito e que o melhor era “colocar todos no paredão e dar de metralhadora” (Ottoboni & Netto, 1976: 24). Mário Ottoboni, de forma destemida, respondeu que se no final do trabalho conseguisse “salvar um soldado” já estaria bom. Isso dissuadiu os soldados de continuarem criticando abertamente o trabalho voluntário (Ottoboni & Netto, 1976: 24).

Ao final da missa, uma vez por mês, o grupo distribuía entre os presos os pedidos feitos por eles, que geralmente incluíam roupas, produtos de higiene e

¹ Esta característica do grupo, de ser formado quase que exclusivamente por cursilhistas, persistiu durante muito tempo. A data oficial de início das atividades da entidade é 18 de novembro de 1972, época em que ocorreu a primeira missa. Na ata de fundação da entidade, datada de 15 de junho de

acreditávamos. Ficamos lá, pendurados numa grade, todos querendo saber o que iriam fazer para nos ajudar.” (Ottoboni, 1997: 43).

Mário Ottoboni não desistiu. Mobilizou outros cursilhistas – neste momento, o grupo ainda era todo formado por cursilhistas¹ – e partiu para a segunda missa com um total de doze pessoas. Na entrada da cadeia, o carcereiro, preocupado, dirigiu-se a Mário Ottoboni alertando-o de que o ambiente na cadeia não estava bom e que corria um boato de que alguma coisa ia acontecer durante a missa. Por isso, por determinação do delegado, a missa, nesta segunda ocasião, foi celebrada não no pátio, mas numa curva do corredor, com os presos trancados em suas celas, de modo que não lhes foi possível ver quase nada da celebração. Ao final, dois voluntários, num gesto espontâneo, colheram as rosas do altar e as distribuíram aos presos. Um deles, ao recebê-la, começou a chorar e explicou para os voluntários que nunca havia dado alegria para sua mãe mas que naquele dia, durante a visita, pela primeira vez, ela teria a rosa como presente. Para Mário Ottoboni, esse evento significou que “Cristo, percebendo a fraqueza do grupo e sentindo que o retardamento de sua manifestação poderia ocasionar o fim de tudo, mandou logo o seu recado.” (Ottoboni & Netto, 1976: 23).

Nesses primeiros contatos, a reação da polícia era dúbia. Por um lado, o delegado apoiava o trabalho dos voluntários, visto por ele como uma chance de melhorar a situação do deplorável estabelecimento sob sua administração. Por outro, havia pessoas dentro da polícia que não acreditavam no valor do trabalho. Antes do início da terceira missa, três soldados que estavam de plantão na cadeia comentaram com Mário Ottoboni que tinham “pena” dele porque os presos não tinham jeito e que o melhor era “colocar todos no paredão e dar de metralhadora” (Ottoboni & Netto, 1976: 24). Mário Ottoboni, de forma destemida, respondeu que se no final do trabalho conseguisse “salvar um soldado” já estaria bom. Isso dissuadiu os soldados de continuarem criticando abertamente o trabalho voluntário (Ottoboni & Netto, 1976: 24).

Ao final da missa, uma vez por mês, o grupo distribuía entre os presos os pedidos feitos por eles, que geralmente incluíam roupas, produtos de higiene e

¹ Esta característica do grupo, de ser formado quase que exclusivamente por cursilhistas, persistiu durante muito tempo. A data oficial de início das atividades da entidade é 18 de novembro de 1972, época em que ocorreu a primeira missa. Na ata de fundação da entidade, datada de 15 de junho de

materiais para execução dos trabalhos manuais. É interessante notar o efeito que essa prática produziu nos presos:

“Um dia pediram que fizéssemos uma lista do que precisávamos. Ficou enorme. Dias depois, chegou um grande pacote para cada cela, com pasta dental, cigarros... Já havia missa aos domingos, e depois da missa serviam salgadinhos, suco. Se algum preso doente pedia remédio, eles providenciavam. Enfim, começamos a ter amor por eles, constatamos que queriam ajudar mesmo.” (Ottoboni, 1997: 43-4).

Devido à necessidade de organizar a relação de pedidos, evitando abusos, foi feita a escolha e designação entre os presos de um “representante do apostolado” por cela, a fim de se evitar abusos nos pedidos. Esse representante foi a primeira figura oficial de contato entre os presos e os voluntários, e Mário Ottoboni os descreve como “o elo de ligação entre o apostolado e os detentos.” (Ottoboni & Netto, 1976: 25). Entre as atribuições do representante: zelar pela ordem e disciplina da cela, visar correspondência, controlar os pedidos e formular reivindicações. O representante de cela foi a primeira interferência política direta no mundo prisional da cadeia Humaitá.

Além de ser a primeira providência tomada por Mário Ottoboni antes de iniciar seu trabalho junto aos presos, a pesquisa parece ter ocupado grande parte do tempo dos voluntários. Desde o início, assim que o grupo se firmou, os voluntários passaram a fazer “pesquisa social” de cada um dos presos, arquivando tudo o que lhes dissesse respeito em uma pasta-prontuário que continha, inclusive, “fotos e outras informações solicitadas pelo seu valor e importância.” (Ottoboni & Neto, 1976: 25)

Neste início dos trabalhos do grupo, houve um acontecimento inédito que abriu precedentes para o estabelecimento de uma prática importantíssima da APAC no decorrer de sua existência. Certo dia, a irmã de um preso, bastante abatida, procurou Mário Ottoboni para pedir-lhe um favor especial. Sua mãe estava muito doente e, como último pedido, gostaria de voltar a rever o filho preso. Ela, porém, queria avistar-se com o filho sem que este usasse algemas e sem que estivesse

1974, o grupo que assinou o Estatuto da entidade é chamado de “grupo de cursilhistas ‘Câmara Municipal’”.

acompanhado por muitos policiais (Ottoboni & Neto, 1976: 31). Mário Ottoboni prometeu ajudá-la. Conversou com o juiz corregedor e este instruiu o delegado a permitir – para sua surpresa – que o preso fosse sem escolta até a casa de sua mãe (APAC em Revista, 1987 c: 20). Mário Ottoboni e o rapaz saíram juntos da cadeia em direção à Câmara Municipal, onde trabalhava Mário Ottoboni, o que exigia apenas que se atravessasse a praça em frente à cadeia. O presidente da APAC não estava seguro de que o preso permaneceria com ele, e por isso ele ficou um pouco apreensivo ao acompanhar o rapaz. O que o tranqüilizou foi que, em determinado momento, o preso falou em Deus:

“E assim que chegamos no meio da praça, mais ou menos, ele deu uma parada, e começou a olhar o horizonte, e muito emocionado nos disse: - “Puxa vida seu Mário, como é bonito o céu; estou vendo a beleza das árvores”. Aí passou uma corruira e ele disse: - “olha que passarinho bonito”, e cá entre nós, a coisa mais feia que existe em matéria de passarinho é a corruira. – A seguir começou a descrever a natureza e de repente ele nos olhou e disse: “- e o mais importante: Só eu e o senhor”. Meu Deus do céu! falei com meus botões. E agora? Olhamos para ele e indagamos: Luiz, você acha mesmo que só estamos nós dois aqui? Ele nos olhou de novo com olhar muito significativo e respondeu: - “não seu Mário; eu, o senhor e Deus”.

Quando ele disse Deus, ficamos à vontade, porque Deus segura, Deus conduz, Deus é caminho.” (APAC em Revista, 1987 c: 21).

Mário Ottoboni ficou tão à vontade que tomou uma decisão arbitrária. Acompanhou o rapaz até a Câmara Municipal, onde trabalhava, e decidiu permitir que o rapaz fosse até a casa de sua mãe sozinho. Isso tudo, apesar da grande desconfiança da polícia que, pelo perfil do rapaz, acreditava que, assim que o soltasse, ele iria fugir. À hora combinada para o retorno, o rapaz estava de volta à Câmara Municipal e Mário Ottoboni o acompanhou até a delegacia, devolvendo o rapaz para a cadeia sob os olhares incrédulos dos policiais.

Os primeiros efeitos do trabalho voluntário logo começaram a ser notados. Por exemplo, Mário Ottoboni relata emocionado em seu livro que uma noite, encontrando-se na carceragem da cadeia, ouviu os presos da cela 2 em fervorosa oração (p33). No geral, o efeito mais importante foi um aumento na tranqüilidade da

cadeia, onde os “habituais acontecimentos desagradáveis iam se escasseando” (Ottoboni & Neto, 1976: 32). Além disso, os presos, incentivados pelos cursilhistas, começaram a rezar o terço em dias alternados da semana, lentamente, no início, até que “o entusiasmo foi contaminando os demais xadrezes e a oração começou a tomar conta do cárcere, num espetáculo comovente e inusitado.” (Ottoboni & Neto, 1976: 33). Os policiais, inicialmente tão desconfiados, já não se opunham tanto ao trabalho, devido aos resultados concretos por ele produzido. Nas missas, a presença de presos era cada vez maior, com os presos dando testemunhos ao final de cada celebração e sendo batizados pelo Vigário da Igreja Matriz de São José, considerado pela APAC naquele momento como seu diretor espiritual. Enfim, lentamente os voluntários foram conquistando a adesão dos presos de modo a que eles passaram a colaborar sistematicamente com os voluntários. O caso pessoal de um preso pode servir para ilustrar esse processo:

“(...) eu não acreditava no trabalho da Pastoral. Certo dia, aconteceu uma tentativa de fuga. Fui para a cela-forte. Foi então que descobri o verdadeiro amor desse pessoal. O delegado me deu trinta dias de cela-forte. Fiquei fortemente desidratado. Havia um calor intenso. A água era ruim, como também a comida. Numa das visitas do grupo, um dos presos que estava na cela-forte conseguiu subir numa abertura e dizer a um senhor do grupo que havia alguém gravemente doente. Depois de algumas horas, levaram-me para a Santa Casa. O pessoal da Pastoral foi me visitar, levando frutas. Então senti a mão de Deus. Comecei a meditar naquela cama e a sentir o carinho deste grupo.

Foi então que falei com o doutro Mário, que aquilo que eles fizeram eu jamais esqueceria. Passei a participar do grupo. Os companheiros ficaram felizes.” (Ottoboni, 1997: 45).

A APAC atuou informalmente na cadeia Humaitá desde a primeira visita, em 18 de novembro de 1972, até sua fundação. A fundação aconteceu em 15 de junho de 1974. A história da fundação também é interessante para o fim de compreender o trabalho da entidade, já que, sempre que é relatada, é ligada a um evento específico e pleno de significados para o trabalho que era executado. Vale a pena perceber que, desde a origem, o trabalho do grupo visava à preparação do preso para o retorno à vida social. Um preso “preparado pelo apostolado” (Ottoboni & Netto, 1976: 33)

havia ganho a liberdade e, vinte dias depois de ser solto, ainda não tinha conseguido emprego. E isso, apesar dos esforços dos voluntários que procuraram, por todos os meios, conseguir para este preso alguma oportunidade de trabalho. O grupo, desesperançado, não sabia mais o que fazer para resolver a situação e começou a achar que de nada adiantaria todo o trabalho que executavam no interior da cadeia se, ao saírem, os presos não tivessem sequer uma chance de se readaptarem. Mário Ottoboni, nesta época, cursava Direito e, num dia de prova, foi surpreendido pela presença de um professor substituto. Ao realizar a prova, Mário Ottoboni trazia consigo o crucifixo que havia ganho no cursinho em 1969 e o novo professor, vendo-o, aproximou-se de Mário Ottoboni e confessou que era “rollista” de ideal e havia acabado de chegar à cidade, ocupando o cargo de juiz da 2ª Vara. Convidou, então, Mário Ottoboni para visitá-lo no Fórum no dia seguinte e Mário Ottoboni aceitou o convite. Durante esta conversa, o líder do grupo voluntário aproveitou para dar conhecimento ao juiz da situação pela qual passava o preso recém-liberto e este, ouvindo o caso, recomendou com entusiasmo que o grupo fundasse uma entidade voltada para o trabalho com presos e que se encarregasse de fornecer o atestado de bom comportamento do ex-presidiário, o que facilitaria a obtenção de emprego. Este juiz era Sílvio Marques Neto, responsável pela Corregedoria dos Presídios na comarca e considerado hoje co-fundador da entidade. E assim, no dia 15 de junho de 1974, foi realizada a Assembléia Geral de Fundação da Associação de Proteção e Assistência Carcerária – posteriormente renomeada para Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – com o objetivo primeiro de fornecer atestados de bom comportamento para os presos a fim de que esses conseguissem trabalho. Para Mário Ottoboni, este foi “um grande passo dado em favor do presidiário, que, com aquela histórica decisão, passou a respirar mais tranquilamente e esperançoso, na certeza de um futuro, sem o fantasma do desamparo e do desemprego” (Ottoboni & Netto, 1976: 36). Ou seja, a fundação da entidade, considerada por seus membros e por inúmeros entusiastas como um marco na história do trabalho com os presos, aconteceu por acaso devido aos problemas que um determinado preso estava enfrentando para conseguir trabalho. É interessante notar como muita coisa na história da APAC surgiu casualmente com um determinado objetivo que depois foi sendo alargado para abranger outros aspectos do contato com os presos. Sob um certo ponto-de-vista, defender esta forma de ver o surgimento da APAC pode parecer

uma simplificação. Um grupo que, na época, contava já com 50 pessoas que desenvolviam um trabalho consistente frente aos presos, extrapolando e muito a simples realização de missas, a ponto de considerar-se como um preparador para que os presos pudessem voltar para a sociedade, enfim, frente à organização de um grupo como esse tudo o que se pode esperar é que eles eventualmente providenciem a organização formal de suas atividades a fim de vencerem certos obstáculos na realização de seus trabalhos. Por outro lado, a narração exata do surgimento da entidade põe à mostra algo que uma descrição superficial não poderia desvendar: desde o início, a fundação da APAC era uma forma de reinserir socialmente o preso através da criação de oportunidades de trabalho remunerado do “lado de fora” com o fim de evitar que esses presos retornassem ao mundo do crime. Ou seja, tendo conseguido a adesão de determinados presos para o seu trabalho, cabia à APAC agora a tarefa de evitar que eles voltassem para o mundo do crime por causa de necessidades materiais prementes. Cabia à entidade, agora, a tarefa de fixá-los em empresas da região para que eles não voltassem a delinquir. A entidade afirma que “a partir desse histórico momento, eliminou as dificuldades antes existentes e o egresso, de posse de um atestado fornecido pela APAC substituindo o ‘Atestado de Antecedentes Criminais’ venceu as barreiras do preconceito” (APAC, (s.d.)). Resta saber se este procedimento foi suficiente para a consecução dos objetivos de recolocar os presos no mercado de trabalho. De acordo com um documento não datado publicado pela entidade, na época da publicação “somente em São José dos Campos, mais de 200 ex-presos” trabalhavam “em conceituadas firmas, exaurindo o círculo vicioso do prende-solta, tirando, assim, de circulação, ponderável número de marginais que intranquilizavam a cidade.” (APAC, (s.d.)). O mesmo texto é repetido à risca num documento publicado em 1995 com a única correção do número de presos recolocados no mercado de trabalho. Por esta época, o número de presos empregados em empresas da região chegava a “mais de 1000” (APAC, 1995 a). Assim que foi fundada, o juiz corregedor regulamentou as atividades da Associação e ela foi posta na condição de órgão auxiliar da justiça na comarca de São José dos Campos. O próprio juiz confessa que apoiou o trabalho do grupo voluntário desde o início principalmente por causa da trágica e irremediável situação da cadeia Humaitá. Como escreve o juiz, ao conhecer o trabalho de Mário Ottoboni, ele decidiu apoiá-lo como forma de amenizar a trágica situação vivida pelos presos do cadeião, para o

que obteve apoio imediato do delegado que, entretanto, como o próprio juiz, “possuía algumas dúvidas sobre a possibilidade de recuperação de certos tipos de homens” (Ottoboni & Netto, 1976: 66). Mesmo com essas dúvidas, o apoio do juiz ficou patente quando ele estabeleceu, através do Provimento 02/75 de 30 de setembro de 1975, a APAC como órgão auxiliar da Corregedoria dos Presídios e declarou em seu artigo 1º as normas e regras estabelecidas nos estatutos da entidade como “partes integrantes deste Provimento” e que, como tal deveriam “ser obedecidas” (APAC, 1995 b).

A valorização humana, bandeira levantada o tempo todo pela APAC em seu contato com os presos, teve uma origem bastante remota no trabalho da instituição. Em 1976, os voluntários já ministravam um curso de valorização humana para “30 selecionados detentos” todos os sábados, distribuindo questionários para eles nas segundas-feiras a fim de averiguar o aproveitamento e o “poder de assimilação” de cada um (Ottoboni & Netto, 1976: 39). Neste curso, os voluntários descobriam novos valores de acordo com a “capacidade” dos alunos. O contato entre presos e voluntários seguia, pelo que se pode depreender, uma via de mão única. Os voluntários desenvolviam uma série de atividades com os presos e escolhiam os presos mais adequados de acordo com critérios que os próprios voluntários estabeleciam. Em nenhum momento os voluntários chegaram a dar valor aos elementos da cultura prisional como o “maldito código de ética” que horrorizou Mário Ottoboni em seus primeiros contatos com a cadeia Humaitá. Tudo o que eles pareciam valorizar era a adesão dos presos aos valores e comportamentos típicos do movimento cursilista. Por isso, a valorização humana tem um caráter inequivocamente unilateral.

Outro ponto importante na origem do movimento apaqueano foi a realização de Jornadas Carcerárias para os presos. Grosso modo, as Jornadas Carcerárias são encontros religiosos promovidos com os presos durante os quais os voluntários procuram inculcar neles a necessidade de aceitar a verdade da existência de Deus e incentivá-los a deixar para trás tudo o que caracterizava sua antiga vida de criminoso e seguir uma vida honesta e cristã. Esses encontros têm duração de três ou, excepcionalmente, quatro dias e seguem à risca o modelo dos Cursilhos de Cristandade, fonte da qual surgiu todo o movimento. A primeira vez que um preso custodiado pela APAC participou de um Cursilho foi logo no começo do trabalho da

APAC. Um preso de alta confiança dos voluntários – aliás, o preso que mais proximidade obteve com os voluntários – foi por eles convidado para participar de um Cursilho. O grupo obteve autorização judicial para levá-lo sem escolta até o retiro onde se deu o curso e, na volta, os membros da APAC organizaram uma festa na Igreja de São Benedito para receber o novo cursilhista. Um grande bolo foi colocado no centro da Igreja e as luzes só se acenderam depois que ele estava no interior do templo, causando no preso uma grande surpresa. Além disso, sua família, que há muito não o via, foi chamada para a festa e o reencontro foi emocionante, mesmo porque somente o presidente da entidade e mais um voluntário sabiam que ela aconteceria. “Consumido o bolo, após as despedidas, todos acompanharam o João Faria até o presídio. Ele entrou pelo corredor da cadeia sorrindo e chorando, enquanto os demais, do lado de fora, cantavam, entre soluços, ‘De Cores’” (Ottoboni & Netto, 1976: 41).

Apesar de não se fazer nenhuma referência a este evento, parece claro que ele serviu de precedente para a idéia de realizar as Jornadas Carcerárias de Evangelização. O objetivo dessas Jornadas era acelerar o processo de reintegração do detento à sociedade, a partir de uma filosofia tipicamente cursilhista de “primeiro renovar interiormente o homem, despertando em todos a certeza de que a verdadeira essência da vida está dentro do ser humano, e ela somente pode ser cultivada sob a égide do amor a Deus.” (Ottoboni & Netto, 1976:45). Santo Agostinho foi escolhido o Patrono da Jornada por seu passado tresloucado e Nossa Senhora das Graças foi escolhida como diretora espiritual. No dia aprazado, quarenta presos selecionados foram levados para um retiro onde receberam inúmeras palestras que, baseadas no Evangelho, “estabeleciam vinculações com o dia a dia do presidiário” (Ottoboni & Netto, 1976: 47), o que os levava a meditar o dia todo sobre sua vida, seu passado e planos futuros. A principal preocupação dos organizadores do evento era com a primeira noite, pois temia-se alguma fuga. Isso, porém, não aconteceu. Um novo dia saudou todos os quarenta presos ainda sob o teto do alojamento do retiro e as palestras puderam continuar normalmente. Ao final do encontro, a mesma cena já testada com o primeiro preso: o reencontro dos presos com seus familiares: “Quantos pais que já não acreditavam nos filhos e que há tanto tempo deles estavam afastados, ali se abraçaram e se beijaram. Quanta mágoa desfeita e quanto tristeza se transformou em sorriso e esperança!” (Ottoboni & Netto, 1976: 49).

A repercussão do trabalho da APAC logo se fez notar. No Natal de 1974, por exemplo, a entidade organizou uma festa para os presos na cadeia que atraiu a atenção de toda a sociedade joseense. As emissoras de rádio de São José dos Campos e algumas emissoras de televisão foram até lá para cobrir o evento e a cadeia ficou lotada com a presença de curiosos que foram presenciar a festa. Membros da APAC, curiosos e mídia formavam uma massa compacta que invadia os corredores da cadeia tornando ainda menor o já exíguo espaço do prédio. Vale lembrar que rapidamente as notícias do trabalho desenvolvido pela APAC se espalharam pela Estado de São Paulo, principalmente entre outros grupos cursilhistas, que criaram várias APACs em suas cidades de origem. O Estatuto da APAC de Santo André, por exemplo, é datado do mesmo ano do Estatuto da APAC de São José dos Campos – 1974.

No ano de 1976, a APAC já cuidava de muitas atividades dentro do presídio. Num impresso da Prison Fellowship International (18/11/94) – órgão consultivo da ONU para assuntos ligados ao sistema penitenciário no mundo e ao qual a APAC é filiada – podemos ler que ao final de 1973 a APAC já cuidava da administração de metade das celas da cadeia de Humaitá e havia iniciado um programa para escoltar os presos para fora da cadeia, encontrando inicialmente obstáculos aos quais Mário Ottoboni e Sílvio Marques Neto contrapunham suas habilidades políticas para comprar tempo e aprender com seus erros, realizando os ajustes necessários para o êxito de seu programa. Neste início do trabalho, a forma pela qual a APAC pôde se apropriar de uma parte considerável da administração do presídio mesmo havendo ainda o concurso da polícia civil foi bastante interessante. Conforme relata o juiz Sílvio Marques Neto, havia mais de um Juiz Criminal em São José dos Campos, competindo a cada um a execução das penas que impôs. Para que um trabalho como o da APAC pudesse funcionar, seria necessária a colaboração de todos os juizes, o que de fato aconteceu. Em decisão unânime, todos os juizes entregaram para o juiz corregedor o encargo das penas e responsabilidades pelo que acontecesse com os presos (Ottoboni & Netto, 1976: 79-80).

Foi isso que possibilitou a atuação mais decisiva da APAC frente à execução penal na comarca, abrindo caminho para que a associação desempenhasse tarefas consideradas como privativas do Estado. Uma importante interferência da APAC no cotidiano da cadeia foi a construção pela associação de um pavilhão para os presos albergados, experiência que desembocou na criação do regime semi-aberto na

comarca, antes mesmo da inclusão deste regime na legislação brasileira, conforme podemos ler em várias publicações (APAC, (s.d.), Impresso da PFI, 18.11.1994). Quando a APAC iniciou seu trabalho junto aos presos, não havia ainda na legislação diferenças com relação aos vários regimes – fechado, semi-aberto e aberto – e nem quanto aos graus de segurança dos presídios (Miotto, (s.d.)). O que havia era a pena do regime fechado com a possibilidade de obtenção de livramento condicional ou suspensão condicional da pena, com as quais o juiz deveria decidir as normas de conduta adequadas do apenado. Mas era benefícios, simplesmente, havendo, como única alternativa, a possibilidade de multa – em caráter alternativo ou cumulativo com a pena de prisão. No ano de 1974 a experiência da prisão-albergue – na qual os presos saem para trabalhar e voltam para dormir na prisão – começava a ser tentada na comarca, apesar de não existir um alojamento adequado para esses presos. Por isso, a APAC, contando com dinheiro recolhido na comunidade, começou a construir um pavilhão para esses presos numa área disponível contígua à cadeia Humaitá. Os presos que construíram este alojamento eram todos do regime fechado. Após o término da obra, a APAC pleiteou junto aos juiz a permanência desses presos no alojamento para que eles cuidassem da manutenção e melhoria do prédio. Os voluntários logo obtiveram a autorização do juiz e passaram a estender a experiência para outros presos, ficando esses presos, então, incumbidos de tarefas burocráticas da entidade, que instalou no local sua Secretaria Administrativa. Com o tempo, esses presos foram alocados para desenvolverem trabalhos na delegacia, no Fórum e no próprio presídio. O sucesso desse regime intermediário, de acordo com Mário Ottoboni, se deve ao fato de que ele permite melhor conhecimento da personalidade do preso e promove lentamente o afrouxamento das amarras que ligam o preso ao ambiente carcerário, numa espécie de “treinamento para a liberdade” (Ottoboni, 1997: 33). Esse alojamento recebeu o sugestivo nome de Centro de Reeducação e passou a ser, desde sua construção, administrado inteiramente pela APAC, que assim obteve seu primeiro acesso à administração efetiva de um estabelecimento penal sem a colaboração da polícia.

Prova de que a APAC administrava, para todos os efeitos, este centro – que aparece aqui com o nome de Centro de Reintegração Social – era o fato de que a entidade obrigava os presos a seguirem normas de conduta por ela determinadas e que certamente não estavam previstas em nenhuma legislação. O termo de

compromisso a seguir foi encontrado no prontuário de um preso e a data de assinatura é dezoito de outubro de 1982. Note-se que a maior parte das regras dizia respeito exclusivamente aos valores defendidos pela APAC como importantes para a recuperação do apenado. A importância da manutenção dos laços familiares, o respeito e contato com os padrinhos apaqueanos, “procurar crescer no conceito da APAC”, o respeito aos atos litúrgicos, trabalhar constantemente, ocupando o dia todo com tarefas as mais variadas – tudo isso faz parte do arcabouço de valores que a APAC traz desde sua origem e que, muitas vezes, não estão previstas na legislação. Atente-se especialmente para as recomendações a respeito do relacionamento com os outros presos – elas serão de grande importância em nosso trabalho. Como podemos observar, há sete recomendações a respeito do relacionamento entre presos. Vamos, primeiro, ao termo de compromisso:

Termo de Compromisso

Comprometo-me a cumprir totalmente as normas disciplinares da APAC e especialmente:

- 01- Não manter reuniões e “bate-papos” desnecessários com policiais, investigadores e pessoal da Segurança;
- 02- Evitar todo tipo de negócio com pessoal da Segurança e presos;
- 03- Ser compreensivo com a família, demonstrando em todos os meus atos que realmente inicio uma vida nova;
- 04- Respeitar os padrinhos, não deixando de visitá-los sempre que possível;
- 05- Procurar sempre boas companhias, evitando, a todo custo, andar com elementos de reputação duvidosa;
- 06- Evitar a companhia de mulher de vida fácil;
- 07- Procurar sempre crescer no conceito da APAC;
- 08- Saber reconhecer e dar valor aos amigos que realmente me querem bem;
- 09- Não confundir liberdade com amizade;
- 10- Não deixar de maneira alguma o Centro de Reintegração Social sem ordem superior e cumprir, com rigor, os horários determinados;

- 11- Ser obediente e humilde em tudo, participando da reunião de grupo;
- 12- Executar as tarefas que me forem confiadas, com capricho, amor e senso de responsabilidade;
- 13- Não ingerir, em hipótese alguma, bebida alcoólica;
- 14- Respeitar os lares que me acolherem, dispensando a todos tratamento digno;
- 15- Participar dos atos litúrgicos com respeito;
- 16- Ler, nos momentos de folga, bons livros, quando não puder estudar;
- 17- Quando terminar o meu serviço, procurarei ajudar o companheiro que estiver atarefado;
- 18- Respeitar as autoridades;
- 19- Ser amigo dos demais reeducandos, dando sempre bons exemplos e conselhos, evitando que os mesmos cometam erros;
- 20- Não ficar com “leva e traz”, dando recadinhas;
- 21- Ser sincero e homem com H maiúsculo, enfrentando as situações difíceis em prol das boas causas e não mentindo, sob pretexto algum, mesmo para ser beneficiado;
- 22- Usar crachás e uniformes nos locais e solenidades determinados pelo Regulamento Interno;
- 23- Cumprir as normas disciplinares constantes dos Estatutos, provimentos, portarias e Regimento Interno.

Nota: Este termo deve ser lido e assinado na presença do Padrinhos do Reeducando promovido.

“Amando ao Próximo Amarás a Cristo”

Este termo de compromisso pode parecer a um leitor desavisado uma obra de ingenuidade. Uma recomendação do tipo “ser homem com H maiúsculo” é tão geral que não permite saber o que ela quer regular, mesmo que depois apareça uma referência à interdição da mentira. Nenhum regulamento, porém, pode ser ingênuo por muito tempo, sob pena de ser ineficaz, e se a APAC o utilizava oito anos depois de ter iniciado a administração de seu próprio alojamento, alguma utilidade ele

deveria ter. Na verdade, a APAC procurava, através desses termos, conquistar a confiança e simpatia dos presos sob sua guarda. A APAC optou por deixar de lado elementos mais repressivos e conseguir a adesão dos presos através de uma bem estudada argumentação. A confiança aparente nos presos era um elemento fundamental do trabalho da APAC. Reflexos desta confiança implícita – mesmo que não *real* – podiam ser vistos em procedimentos como os da escolta realizada pelos próprios presos. Vale lembrar que nos dois momentos de saídas sem escoltas a grande preocupação dos acompanhantes era que os presos fugissem. Mesmo assim, frente aos presos, a postura era a da mais arraigada *confiança*. Quando Mário Ottoboni explicou para o preso sobre o qual falamos anteriormente que ele iria ver sua mãe sem escolta policial e sem algemas, a conversa entre os dois se deu da seguinte forma: Mário Ottoboni informou ao preso sobre o estado de saúde de sua mãe. Depois, completou que ela queria vê-lo sem polícia e sem algemas e disse: “Nós confiamos muito em você, e como o Dr. Sílvio nos autorizou, vamos levá-lo sem polícia para ver sua mãe.” (APAC em Revista, 1987 c: 20). O preso espantou-se com a proposta e perguntou: “O Dr. Sílvio e o senhor confiam em mim?”, e neste momento Mário Ottoboni respondeu que evidentemente confiavam, “tanto é que você vai conosco sem polícia e sem algemas.” O preso arrematou que ia corresponder, “pode ficar tranquilo que eu não vou dar decepção”. (APAC em Revista, 1987 c: 20). É claro que, com o passar do tempo, a confiança dos voluntários nos presos deve ter se tornado maior à medida em que aperfeiçoavam seu sistema de trabalho com os presos. Afinal, frente a um grupo desconhecido como eram os presos para os voluntários, os últimos certamente não poderiam antever com algum grau de certeza as reações dos presos. Mesmo assim, desde logo a aparência de confiança mostrou trazer resultados positivos e foi mantida durante toda a obra da APAC, conforme pude ver em minhas primeiras visitas. A ingenuidade, portanto, era uma forma de mostrar para o preso que eles depositavam toda a confiança nele e faziam questão de manter sua relação em um nível de informalidade impossível de ser visto em presídios comuns.

Quanto à relação entre os presos, este é um capítulo especial do trabalho da APAC e parece guardar todo o segredo de seu sucesso. Aqui, falaremos sobre o aspecto mais visível deste aspecto do trabalho da instituição. Como podemos observar no termo de compromisso, a APAC incentivava o contato entre os presos.

Isso fica claro ao lermos a regra 8, na qual a APAC procura incutir no preso a idéia de que deve saber reconhecer o valor dos amigos que realmente querem seu bem; na regra 17, que incentiva os presos a se ajudarem mutuamente na execução de suas tarefas; e na regra 19, que incita os presos a serem amigos dos demais, dando-lhes sempre bons conselhos e evitando que eles cometam erros. O termo, porém, também proíbe um certo tipo de contato. Proíbe o preso de andar em companhia de pessoas de má reputação, na regra 5; incita-o a evitar a companhia de “mulher de vida fácil”, na regra 6; e a não confundir liberdade com amizade, na regra 9. Podemos acrescentar neste rol a regra 20, que proíbe o preso de ficar com “‘leva-e-traz’, dando recadinhas”. Que tipo de relacionamento esse termo incentiva e que tipo ele proíbe? Basicamente, ele procura incutir no preso a adoção de um tipo de relacionamento baseado na cooperação com o fim de se ressocializar. O código procura fazer com que os presos dêem bons conselhos e exemplos, ajudem os outros presos nas tarefas burocráticas da entidade e a preferir a companhia daqueles que realmente querem seu bem, o que quer dizer, obviamente, sua ressocialização. O que este código faz, em contrapartida? Ele proíbe que os presos andem em companhia de pessoas de má reputação, o que quer dizer pessoas ligadas ao mundo do crime. Proíbe que ele ande em companhia de “mulher de vida fácil”, o que significa a mesma coisa que a regra anterior, com o acréscimo de incentivar o preso a buscar companheiras fixas e, em consequência, a constituírem família, um elemento importante nos valores defendidos pela entidade. Além disso, ele proíbe o “leva-e-traz”, que podemos entender como sendo a rede informal de relações de troca que se estabelece em qualquer cadeia com o objetivo de sanar as críticas deficiências materiais do ambiente carcerário e como meio de obter produtos ilícitos, como tóxicos. Enfim, o código incentiva os presos a estabelecerem entre si relações profundas de colaboração com o objetivo de ressocializarem e os proíbe de colaborarem entre si em assuntos ligados ao mundo do crime, ou à sub-cultura carcerária. Todo o esforço da APAC voltou-se para obter dos presos este tipo de comportamento que implicasse na colaboração indispensável entre eles, mas uma colaboração que negasse os valores e práticas da sub-cultura carcerária.

A informalidade na formulação das regras, mais do que isso, tinha a função de mostrar para o preso um mundo mais ameno que o da cadeia, um mundo que ele certamente preferiria. Ser parte da APAC representava para o preso a possibilidade

de escapar do rigor da prisão do Estado. A APAC não queria criar uma prisão para si. Queria transformar a prisão para obter dela tudo o que ela poderia fornecer, principalmente, como indicado na regra 3, obter a transformação interior do preso, sua adesão a uma “nova vida”.

Enfim, como podemos apreender dos regulamentos do Centro de Reintegração Social, a APAC o administrava de forma plena, com o objetivo de obter efeitos não conseguidos no sistema penitenciário normal. Ao lado disso, a instituição continuava exercendo seu trabalho junto aos presos do regime fechado da cadeia Humaitá. No método da APAC, sobre o qual falaremos adiante, o regime fechado é indispensável para a recuperação do homem preso. É durante o período em que fica recluso numa cela que o método da APAC é desenvolvido de fato. Quando o preso ganha o direito a sair da prisão com maior frequência, no regime semi-aberto, ele já foi testado e aprendeu as regras de comportamento exigidas pela APAC durante o período em que esteve trancado. Assim, o trabalho junto aos presos da cadeia Humaitá não podia ser deixado de lado. Era justamente dali que surgia a população sobre a qual a APAC aplicava os seus diversos procedimentos de trabalho até moldá-la para conseguir extrair dela cidadãos de bem tementes a Deus.

Esse processo todo foi profundamente ameaçado quando a cadeia Humaitá, por determinação do juiz corregedor que presidiu a fundação da APAC, foi fechada por não comportar mais a população a ela destinada. Isso parece ter ocorrido no ano de 1979 (Impresso PFI, 18.11.1994), apesar de não haver informações mais precisas sobre isso para compararmos. De acordo com este documento, a prisão foi fechada devido a problemas gerais na prisão (*“condiciones que reinaban en toda la prison”*) e ao nível de brutalidade da polícia. Em outro documento, há a afirmação de que o prédio foi interditado por ser considerado *“insalubre e inseguro”* (APAC, 1995 b). Em dois outros documentos, o fechamento da antiga cadeia Humaitá é datado do ano de 1984, com a explicação de que ele ocorreu por problemas com o pessoal responsável pela guarda dos presos. Em um documento (APAC, 1995 b) o fechamento da cadeia é creditado a problemas com a Administração da prisão e com *“todo o pessoal (que era policial)”*, problemas esses relacionados aos *“direitos e deveres de funcionários públicos, tendo como resultado renunciarem aos serviços que estavam prestando, entregando as chaves da prisão ao Juiz das Execuções Penais”*. A mesma explicação é fornecida em outra publicação (APAC em Revista,

1996: 9), onde o fechamento do cadeião é ligado a uma muito sucinta desistência das polícias Civil e Militar de manter e vigiar a cadeia Humaitá. Eu ouvi de alguns voluntários a versão de que a polícia havia entrado em greve na cadeia por considerá-la insalubre. Numa publicação diferente, encontramos a afirmação de que a cadeia, no ano de 1984, possuía dez celas que estavam desativadas havia “vários anos” (APAC em Revista, 1988 b: 6) quando o juiz ainda era Sílvio Marques Neto, fundador da APAC, que tomou essa decisão porque a cadeia não oferecia nenhuma segurança e não reeducava ninguém: “ao contrário, a antiga cadeia era uma escola do crime” (APAC em Revista, 1988 b: 6). As explicações para o fechamento variam, assim, de acordo com a fonte de informações. O resultado da desativação da cadeia para os trabalhos da APAC foram avaliados pelo próprio juiz que posteriormente a reativou: “Além disso e por causa disso, os presos eram e são constantemente deslocados de um presídio para o outro, desarticulando qualquer programa de trabalho da APAC, além de distanciá-los de sua família, a maior parte delas de baixo poder aquisitivo, que nem visitar os presos podem, pois nem dinheiro para a passagem possuem!” (Perpétuo, 1997: 141). Esse comprometimento do trabalho da APAC ao nível do regime fechado comprometia também a qualidade do trabalho da entidade nos outros regimes por ela administrados – o semi-aberto e o aberto – porque o regime fechado era o momento em que a entidade travava os primeiros contatos com os presos e decidia quais presos deveriam ser recomendados ao juiz para serem transferidos para seu alojamento.

De acordo com as diferentes explicações para o fechamento, as explicações para a reativação da cadeia também mudam de forma sutil. Nos documentos que falam sobre um abandono do presídio pelas polícias Civil e Militar, o juiz corregedor Nilo Cardoso, responsável pela reativação do presídio, é retratado como um homem desesperado em busca de uma solução para o problema da cadeia. Nos outros, em que a desativação foi decretada pela juiz anterior, esse detalhe psicológico não aparece. Em todos os documentos consultados, porém, o problema com o qual se defrontava o juiz era sempre o mesmo: com a desativação da cadeia Humaitá, os presos tiveram que ser transferidos para a cadeia do Jardim Satélite e para outras cadeias da região, o que agravou de forma catastrófica a superlotação carcerária na região. E isso, mesmo havendo na própria comarca uma cadeia com dez celas que precisavam passar por uma reforma mas que, de qualquer forma, poderiam ser

ocupadas, ainda mais frente ao quadro gravíssimo que se delineava na região, aparecendo como uma solução fácil e rápida para todo o problema. Daí em diante, não há mais discordâncias: o juiz tentou, por todos os meios, conseguir que as polícias Civil e Militar voltassem a administrar o presídio. Todo seu esforço foi em vão. As duas corporações se recusaram a aceitar seu pedido principalmente devido a problemas de pessoal, conforme relato do próprio juiz (Perpétuo, 1997: 141). Quanto mais desesperado o juiz aparece nos diversos documentos, mais insistentes foram, então, seus pedidos para que a APAC administrasse a cadeia em caráter de urgência a fim de resolver, pelo menos temporariamente, o problema carcerário da região. Todos os documentos da APAC insistem em dizer que o juiz mesmo fez o pedido, apesar da insegurança da instituição em assumir o desafio. Curiosamente, o próprio juiz afirma que a idéia da APAC passar a administrar a cadeia – que seria transformada, então, num presídio (costuma-se chamar de *presídio* todos os estabelecimentos penais não administrados diretamente pelas polícias Civil e Militar – que são chamados de *cadeias* – e que não tenham recebido um outro nome qualquer, como *Colônia Pena Agrícola* ou *Centro de Ressocialização*) – foi inicialmente aventada pelo presidente da entidade, Mário Ottoboni. Seja qual for o lado em que se originou a iniciativa, o fato é que, devido à recusa das polícias em voltarem a administrar o presídio, a APAC aceitou esta incumbência e passou a arrecadar dinheiro para reformar a cadeia e torná-la habitável em tempo hábil para que o problema carcerário não fosse agravado ainda mais. Vale ressaltar que a cadeia havia já, neste meio tempo, passado por uma reforma, mas o juiz achou que ela

“continuava com o aspecto de uma masmorra medieval, com total carência de luz e ventilação, além de estar comprometido todo o seu sistema hidráulico. Como estava, se se removesses presos para ali, estar-se-ia criando, novamente, um autêntico depósito de homens, que no dia seguinte poderiam ser chamados de sub-homens!” (Perpétuo, 1997: 141).

Apesar da desativação da cadeia, três das dez celas do prédio ainda estavam sob administração da Polícia Civil que, nesta época, as utilizavam para o SIE – Setor de Investigações Especiais. A situação nessas celas, conforme podemos depreender de um artigo de jornal da época, era terrível. Já tivemos a oportunidade de citar a

opinião de um grupo de músicos que comparou a situação nessas três celas – que eram “sujas”, “sem luz”, “uma coisa horrível” – com o presídio administrado pela APAC, onde tudo era “vida”, “beleza” e “alegria”. Uma semana antes da reinauguração do presídio Humaitá sob nova administração da APAC, ou seja, no dia 3 de agosto de 1984, houve um incidente na cadeia Humaitá em que um repórter flagrou um policial agredindo um preso sob sua guarda – um menor preso por roubo de motocicletas e que estava sendo “interrogado”. Ao perceber a presença do repórter, o policial gritou com ele por vários minutos, alegando posteriormente que o repórter estava “atrapalhando seu trabalho”. O policial, de acordo com o artigo, chegou a perguntar para o repórter se ele “era juiz corregedor para ficar fuçando” por ali. O repórter pôde observar que havia marcas de sangue no corredor e cita, bastante irritado, a existência de uma placa na sala de carceragem com os dizeres: “Sala de massagem. Seja bem vindo”. Além disso, ele relata a existência de um cinto de couro na sala e de um tubo de PVC, ideal para espancamentos por não deixar marcas. Apesar dos insultos que recebeu, o repórter afirma que sua experiência com a polícia serviu para uma coisa: “mostrar o quanto ainda há de medieval no sistema carcerário brasileiro” (Espancamento e insulto, 04.08.1984) – a mesma imagem da masmorra usada pelo juiz corregedor.

Frente ao quadro de superlotação e sem poder contar com o apoio das polícias estaduais para reativar a cadeia, o juiz – que já havia ratificado o estatuto da APAC e o regimento interno elaborado pela entidade para o Centro de Reintegração Social através do artigo 1º do Provimento nº 01/80, confirmando sua decisão posteriormente ao aprovar integralmente o regimento interno da APAC para o Centro de Reintegração Social através da Portaria 10/83, de 1 de fevereiro de 1983 – decidiu, então, usando de suas atribuições, passar a administração da cadeia Humaitá para a APAC através da Portaria nº 03/84, de 20 de março de 1984. Nessa Portaria, em seus “considerandos”, ele arrolou as razões que o levaram a tomar esta decisão. Inicialmente, ele afirmou que o presídio situado na rua Humaitá, apesar de reformado, não tinha condições de ser reativado totalmente devido às dificuldades apontadas pelo Delegado Titular do Município e pelo Comandante da 1ª Cia. do B.P.M. Afirmou também que as celas da cadeia do Jardim Satélite abrigavam em média setenta presos quando sua capacidade era para no máximo vinte e cinco, o que causava inúmeros problemas para funcionários, delegado e para o próprio juiz. Citou,

além disso, o fato de que presos de São José dos Campos estavam em cadeias espalhadas por toda a região, o que agravava ainda mais o quadro de superlotação nesses estabelecimentos. Como resultado deste quadro, o trabalho da APAC estava sendo seriamente comprometido e cumpria ao juiz apoiar a entidade, devido aos relevantes serviços por ela prestados durante tantos anos. Além disso, o juiz especificou os problemas levantados pelas polícias que os impediam de administrar o presídio: do lado da Polícia Civil, faltava Delegado que pudesse funcionar como Diretor de Presídio, havendo, além disso, falta de carcereiros; do lado da Polícia Militar, faltavam milicianos em número suficiente para “a guarda efetiva do aludido presídio”. Por último ele considerou que a APAC se destinava a “auxiliar o Juízo da Corregedoria dos Presídios” e determinou, enfim, o cronograma para a execução das obras de reativação do presídio. De imediato, ele determinou que a APAC aplicasse seu sistema de trabalho nas celas número quatro e cinco, para o que a entidade deveria providenciar reformas imediatas no prédio da cadeia. As duas reformas principais foram a construção de uma parede que separasse essas celas das três administradas pelo Setor de Investigações Especiais – de números um, dois e três – e que construísse uma passagem para as celas quatro e cinco através da própria cadeia, de forma que não fosse necessário, para ter acesso a essas celas, passar pelo prédio da Polícia Civil. As outras celas, de números seis, sete, oito, nove e dez, seriam reformadas a seu tempo, ficando também sob responsabilidade da APAC para que ela aplicasse seu Sistema. Desde esse momento, portanto, a APAC deteve o poder administrativo sobre uma prisão sem o concurso da polícia e sem a ajuda direta do Estado. A transferência para a APAC dependeria de aprovação do juiz, que avaliaria o cumprimento, por parte do preso, de requisitos objetivos e subjetivos, requisitos esses que seriam objeto de futura portaria. Estava dado sinal verde para uma experiência inédita na América Latina: a administração comunitária de um presídio. Essa decisão do juiz foi considerada por um sucessor seu como “difícil e corajosa” (Pinho, 1997: 143).

Coube à APAC a tarefa de levantar recursos para a reforma do prédio. De acordo com o juiz, foi a APAC quem pôs “mãos à obra” com o auxílio de pessoas e empresas da comunidade que reconheciam e confiavam no seu trabalho, além de todos os recuperandos do Centro de Reintegração Social (Perpétuo, 1997: 141). Esta última fonte de ajuda, frente à disponibilidade de mão-de-obra gratuita, parece

mesmo ser uma escolha bastante racional. Certamente a reforma só pôde ser feita com a ajuda da comunidade, mas a APAC teve uma ajuda para conseguir esses financiamentos. O próprio juiz, pessoalmente, pedia colaboração às empresas da região. Pelo menos, é o que podemos concluir através da leitura do ofício PO/84, que é um modelo para ser enviado a vários destinatários, nos quais este juiz agradece às empresas que ajudaram nas obras. No documento, ele agradece “pela maneira cativante com que essa prestigiosa firma acolheu o pedido que *formulamos*, visando conseguir recursos para a reforma, pela APAC, da Cadeia da Humaitá” (grifo nosso).

Havia uma certa expectativa pela reabertura do presídio. Seis dias antes da cerimônia de abertura, um jornal local afirma, espantado, que até Yoga os detentos da APAC teriam após a reinauguração do presídio. O jornal lista os inúmeros profissionais que trabalhavam como voluntários pela APAC, entre os quais havia médicos, psicólogos, professores, psiquiatras, professores de educação física e psicopedagogos, além da assistência espiritual de três sacerdotes católicos (Até yoga para os detentos da APAC, 04.08.1984). De acordo com o jornal, todos os presos sob responsabilidade da APAC que tivessem problemas com tóxicos seriam atendidos por esses profissionais.

Enfim, no dia 11 de agosto de 1984, as dependências da APAC foram benzidas pelo bispo D. Eusébio numa solene cerimônia de posse, acompanhada por familiares de presos, voluntários e autoridades da cidade, dando início de fato aos trabalhos da entidade no presídio. Alguns dos presentes foram convidados para dar um passeio pelas novas dependências do presídio. E o que foi que eles viram? De acordo com o juiz corregedor, responsável pelo processo: “A transformação operada, só quem vem aqui pode aquilatar. E ficará maravilhado com a obra feita, com tanto amor e abnegação! A masmorra deixou de existir. Aqui há, sim, um presídio, mas onde o preso será tratado, simplesmente e acima de tudo, como um ser humano.” (Perpétuo, 1997: 141). Os impressos da APAC dizem que o presídio se tornou “modelar, para a aplicação de uma política penitenciária moderna” (APAC, 1995 a). Entre as reformas, a APAC criou uma enfermaria, uma sala de aula, cozinha, carceragem e a tão festejada capela, ocupando, junto com a nova copa, o lugar das duas antigas celas-fortes. Apesar de um escrito que ressalta o caráter provisório da administração do presídio pela APAC, que só teria sido mantida por ter se revelado boa na opinião do juiz corregedor ao longo do tempo (APAC, 1995 b), ela parece ter

tido um outro sentido para os voluntários na época. Para Mário Ottoboni, esta experiência seria pioneira e estaria sendo observada por muitas pessoas, podendo ser “o começo de um novo sistema penitenciário, onde a reeducação seja realmente o objetivo” (Cadeia Nova, 12.08.1984).

Prédio novo, responsabilidades novas. Se naquele presídio “policia não entrava”, conforme formulação da APAC, alguém teria que fazer as vezes da policia para manter a ordem e a disciplina na instituição. Assim, os apaqueanos passaram a, “em rodízio, transcorrer dia e noite ininterruptamente na prisão da rua Humaitá, encarregados de todos os serviços próprios de uma prisão, além dos seus, de assistência e pastoral” (APAC, 1995 b). Esses padrinhos, designados para uma função diferente da que até então haviam tido, de auxílio na reintegração social dos presos, passaram a ocupar a carceragem, onde havia alguém 24 horas por dia de plantão (APAC em Revista, 1988 b: 6). Estava criada a figura do *plantonista*, trabalhador voluntário responsável pela guarda do presídio Humaitá. Como ele, sozinho, não seria capaz de realizar a segurança do prédio todo, ele contava com a ajuda dos próprios presos para manter a disciplina no estabelecimento. Esses presos, organizados em torno do Conselho de Sinceridade e Solidariedade, coordenavam e eram responsáveis por “todas as atividades na cadeia da APAC” (APAC em Revista, 1988 b: 6). Com este passo, a APAC já contava com organização suficiente para que, impreterivelmente, todos os presos da comarca tivessem que passar pelo Sistema APAC antes de receberem os benefícios da lei (APAC em Revista, 1988 b: 6).

Mas e quanto aos presos que foram transferidos para esta cadeia? Inicialmente, conforme documento que pudemos encontrar no prontuário de um dos primeiros presos a serem transferidos para a cadeia, a APAC selecionou trinta presos de bom comportamento, dentre os quais, em princípio, o juiz selecionaria vinte para formarem o primeiro grupo a ocupar o presídio. Logo na inauguração, porém, dormiram vinte e sete presos no prédio. A esses primeiros trinta presos, a APAC distribuiu o seguinte documento, cuja feitura datava de 21 de março de 1984:

Ofício/ Circular/ 84

Prezado Reeducando: -

tido um outro sentido para os voluntários na época. Para Mário Ottoboni, esta experiência seria pioneira e estaria sendo observada por muitas pessoas, podendo ser “o começo de um novo sistema penitenciário, onde a reeducação seja realmente o objetivo” (Cadeia Nova, 12.08.1984).

Prédio novo, responsabilidades novas. Se naquele presídio “policia não entrava”, conforme formulação da APAC, alguém teria que fazer as vezes da policia para manter a ordem e a disciplina na instituição. Assim, os apaqueanos passaram a, “em rodízio, transcorrer dia e noite ininterruptamente na prisão da rua Humaitá, encarregados de todos os serviços próprios de uma prisão, além dos seus, de assistência e pastoral” (APAC, 1995 b). Esses padrinhos, designados para uma função diferente da que até então haviam tido, de auxílio na reintegração social dos presos, passaram a ocupar a carceragem, onde havia alguém 24 horas por dia de plantão (APAC em Revista, 1988 b: 6). Estava criada a figura do *plantonista*, trabalhador voluntário responsável pela guarda do presídio Humaitá. Como ele, sozinho, não seria capaz de realizar a segurança do prédio todo, ele contava com a ajuda dos próprios presos para manter a disciplina no estabelecimento. Esses presos, organizados em torno do Conselho de Sinceridade e Solidariedade, coordenavam e eram responsáveis por “todas as atividades na cadeia da APAC” (APAC em Revista, 1988 b: 6). Com este passo, a APAC já contava com organização suficiente para que, impreterivelmente, todos os presos da comarca tivessem que passar pelo Sistema APAC antes de receberem os benefícios da lei (APAC em Revista, 1988 b: 6).

Mas e quanto aos presos que foram transferidos para esta cadeia? Inicialmente, conforme documento que pudemos encontrar no prontuário de um dos primeiros presos a serem transferidos para a cadeia, a APAC selecionou trinta presos de bom comportamento, dentre os quais, em princípio, o juiz selecionaria vinte para formarem o primeiro grupo a ocupar o presídio. Logo na inauguração, porém, dormiram vinte e sete presos no prédio. A esses primeiros trinta presos, a APAC distribuiu o seguinte documento, cuja feitura datava de 21 de março de 1984:

Ofício/ Circular/ 84

Prezado Reeducando: -

- O. MM Juiz das Execuções Criminais de nossa Comarca, Dr. Nilo Cardoso Perpétuo, em 20/03/84, baixou a Portaria nº 03/84, reativando parcialmente a Cadeia Pública da Rua Humaitá e conferindo autorização para a APAC administrá-la, missão essa que será desempenhada sem o concurso da Polícia. Trata-se, portanto, de uma responsabilidade muito grande de nossa Entidade, que se dispôs em aceitar esse desafio inédito no Brasil, tão-somente para atender ao clamor dos presos e familiares. Sabemos quanto sacrifício exige de pessoas pobres visitar um parente preso em cidades distantes, razão pela qual, não hesitamos em assumir esse encargo, mas precisamos contar com a cooperação de toda população carcerária, no que concerne a disciplina, respeito às autoridades, dirigentes da APAC e absoluta observância às normas disciplinares.

Cada um dos presos, deve, portanto, com lealdade responder a esta consulta formulada inicialmente, a 30 presos, para que a Justiça selecione 20 deles. À medida em que os escolhidos responderem positivamente, com comportamento exemplar, os demais presos serão também transferidos para a Rua Humaitá, já que continuaremos a reforma da Cadeia até deixar todos os xadrezes totalmente em condições de funcionamento. A resposta ao questionário anexo deverá se dar em 10 (dez) dias no máximo. Junte o atestado atualizado de "Comportamento Carcerário".

Cordialmente,

Mário Ottoboni

Presidente

A esse comunicado, seguia-se um questionário e um termo de compromisso. O objetivo da APAC, ao fazer este tipo de seleção, era compor um grupo inicial de referência que seria educado conforme os métodos da entidade e funcionaria como um ponto de apoio aos voluntários no contato com os outros presos que seriam levados para lá. Esta estratégia da APAC parece ter dado certo. Em poucos meses, a cadeia já contava com sessenta presos, o que mostra que o deslocamento inicial de trinta presos funcionou de fato apenas como uma estratégia de manutenção do controle sobre a população carcerária recém-saída da cadeia. Vale lembrar que apenas presos condenados tinham o direito de serem transferidos para a APAC, ficando os outros restritos à Cadeia Pública do Jardim Satélite ou a outras cadeias da região. O termo de compromisso criado pela APAC para esses primeiros presos era mais explicitamente repressivo que o utilizado no Centro de Ressocialização. As

instruções são mais específicas e diretas, não há espaço para negociações. Mais ainda, não há apelo para a honradez dos presos e expressões como “ser homem com H maiúsculo” são abolidas. Enfim, é um código mais apropriado para uma prisão fechada.

Compromisso de Obediência às Normas Disciplinares

Comprometo-me a respeitar as normas disciplinares constantes dos Provimentos, Regimento Interno da APAC e demais regulamentos editados ou que virem a ser publicados e, em especial:

1º) Frequentar as aulas de alfabetização (MOBRAL), caso haja necessidade;

2º) Somente assistir T.V. na sala especialmente destinada para esse fim, no horário noturno e quando a Diretoria da APAC determinar (Não será permitido, em hipótese alguma, aparelhos de T.V. no xadrez);

3º) Quando a ocasião exigir, respeitar a escolta constituída de outros recuperandos;

4º) Aceitar e prestar obediência aos plantonistas (reeducando ou diretor);

5º) Manter, com rigor, os preceitos da higiene pessoal, inclusive barba e cabelos cortados;

6º) Trajar-se decentemente e providenciar a aquisição de uniformes e camisetas da APAC;

7º) Usar obrigatoriamente CRACHÁS;

8º) Cooperar com a limpeza geral do recinto destinado ao I estágio, principalmente da cela;

9º) Não colocar cartazes de qualquer espécie na cela e nem permitir a entrada no recinto, de revistas ou publicações pornográficas;

10º) Respeitar o horário de silêncio;

11º) Não usar, sob nenhum pretexto, drogas que causem dependência física ou psíquica;

12º) Devotar respeito incondicional aos voluntários que prestam ajuda à APAC, especialmente quando estiverem visitando ou trabalhando no recinto do I estágio;

13º) Participar de cursos determinados pela Entidade com interesse e aproveitamento;

14º) Desempenhar com zelo as tarefas que me forem atribuídas;

15º) Respeitar meus familiares, nada exigindo que represente sacrifício fora de suas condições morais e financeiras;

16º) Evitar todo tipo de negócio com presos;

17º) Ser obediente e humilde em tudo;

18º) Participar dos atos religiosos com respeito;

19º) Ler, nos momentos de folga, bons livros, quando não puder estudar;

20º) Ser amigo dos colegas do Presídio, dando sempre bons exemplos e conselhos, evitando que meu irmão cometa erros;

21º) Ser sincero e honesto, enfrentando as situações difíceis em prol das boas causas e não falseando a verdade sob pretexto algum, mesmo para ser beneficiado.

O termo de compromisso que encontramos foi assinado em 18 de junho de 1985, o que mostra que ele permaneceu sendo usado mesmo depois da entrada do primeiro grupo de presos. Mesmo tendo um caráter mais repressivo do que o Centro de Ressocialização, a reação dos primeiros homens transferidos para o Presídio Humaitá não poderia ser mais deslumbrada. A experiência de dormir num presídio sem policiais lhes pareceu “muito diferente” ou “muito estranha” (Cadeia Nova, 12.08.1984). Tanto que muitos deles, em sua primeira noite no novo presídio, nem conseguiram dormir. Para eles, o fundamental era a ausência de policiais: “Só da gente saber que não está mais nas mãos da polícia e não corre o risco de sofrer violências, já é um alívio muito grande” (Cadeia Nova, 12.08.1984). Surpresa maior tiveram os presos mais antigos que conheceram as dependências da Cadeia Humaitá antes de ela se tornar presídio. A principal diferença para esses presos em particular, era o aspecto físico do prédio:

“Eu saí daqui mesmo, desse mesmo lugar onde estou agora, há alguns anos e estou voltando agora, para um lugar totalmente diferente. Isso aqui era um verdadeiro chiqueiro, não existis outra definição; além disso, nós vivíamos em constante pavor, basta que você veja as celas fortes que tinham aqui”.
(Cadeia Nova, 12.08.1984)

E, vendo o destino dessas celas-fortes, não era possível para eles acreditar que “uma coisa assim aconteceu aqui”. E, finalmente, o efeito desejado pela APAC parece ter sido conseguido. Toda a filosofia da APAC se baseia na idéia de valorização humana dos presos sob a regência da idéia dos direitos humanos e da igualdade. O objetivo principal da APAC é fazer com que os presos se considerem seres humanos e sejam tratados como tal dentro dos presídios no mundo inteiro. Por isso, a reação de um dos presos parece ser altamente positiva: “Nós ainda não acreditamos muito no que estamos vendo. Preso ser tratado como gente é uma novidade para nós e essa novidade a gente ainda não pode explicar, porque ainda não assimilamos direito” (Cadeia Nova, 12.08.1984). Talvez não seja impróprio terminar este capítulo com uma imagem. Imagine o leitor que nesta primeira noite o Presídio Humaitá, após a saída dos inúmeros convidados, ficou quase vazio durante a madrugada, sendo vigiado por apenas um ou dois voluntários plantonistas. Imagine

trinta homens que haviam acabado de sair de uma cadeia onde viviam amontoados, dormindo no chão e sob as ordens autoritárias dos policiais. Trinta homens deitados em suas novas camas, com roupas novas e limpas, espaço para se locomoverem, celas abertas durante todo o dia, fechadas apenas durante a hora do sono, todos acordados a noite inteira, olhando uns para os outros com incredulidade e estudando detalhadamente o novo lugar onde dormiam...

Capítulo 5. Método da APAC de São José dos Campos

Um dos pontos mais destacados nos documentos produzidos pela APAC sobre suas atividades é o seu método de trabalho com os presos. O Método APAC (usaremos as iniciais em maiúscula, como a própria instituição fazia), ou, como era chamado antigamente, Sistema APAC, é o conjunto de procedimentos que eram utilizados pela APAC para conseguir a recuperação ou ressocialização dos homens colocados sob sua guarda. Em geral, tudo o que a APAC fazia com o objetivo de recuperar os condenados era considerado por ela como parte de seu Método, Sistema ou Filosofia de trabalho. Por isso, é difícil encontrar uma definição precisa do que os membros da instituição entendiam por esses termos. Às vezes, vemos princípios abstratos de trabalho como “*a aplicação da disciplina com amor*” incluídos entre os elementos da Filosofia de trabalho da APAC. Em outros momentos, encontramos entre os elementos do método a descrição precisa de práticas adotadas junto aos presos pela instituição, como a implantação de bibliotecas e a promoção de concursos de redação entre os presos.

Essa disparidade na enumeração dos diversos elementos que compõem o Método – utilizaremos esta denominação por ser a mais corrente entre os membros da instituição – traz como consequência a impossibilidade de se homogeneizar sua aplicação nas diversas instituições que procuraram adotar o mesmo tipo de trabalho da APAC de São José dos Campos. A homogeneização do trabalho executado pelas várias APACs espalhadas pelo Brasil era uma iniciativa importante da APAC de São José dos Campos. Por outro lado, ela às vezes defendia a necessidade de se adaptar o Método às diversas regiões e especificidades institucionais onde era aplicado. Esse movimento de, em determinados momentos, permitir uma maior flexibilidade na aplicação do Método para, em outros, defender a necessidade de sua homogeneização fazia, parte das ações da APAC no sentido de buscar tornar-se

referência nacional e mundial no trabalho de recuperação dos presos. Quando se tratava de conseguir a adesão de novos grupos ao método de trabalho que ela utilizava, a APAC procurava deixar claro que as diferenças regionais deveriam entrar em jogo ao se definirem as práticas promovidas por esses grupos junto aos presos. Quando se tratava de impedir que esses grupos já constituídos desvirtuassem o tipo de trabalho que ela havia criado, a APAC de São José dos Campos execrava as diferenças e desaprovava o resultado geral obtido por essas instituições¹.

Quanto à descrição feita pela APAC sobre seu Método, cada um dos elementos presentes nos diversos documentos encontrados mereceria uma atenção especial. Para aqueles que puderam ter um contato mais próximo com a instituição, cada uma das propostas listadas nos documentos que eventualmente tratem do assunto traz imediatas associações com eventos e frases que são bastante próprios da APAC. Dessa miríade de conceitos, valores e crenças, porém, alguns parecem mais importantes pela insistência com que são repetidos em diversos documentos e pelo papel que desempenham nas práticas institucionais. De qualquer forma, eles são suficientes para que o leitor tenha uma idéia bastante completa sobre a proposta de terapêutica penal da APAC. A idéia da *valorização humana*; a importância fundamental da *religião* e do *trabalho* na recuperação dos presos; a política do

¹ Para um leitor que eventualmente queira conhecer os diversos elementos incluídos pela APAC em seu Método de trabalho, aqui estão as principais descrições que encontramos. Em uma publicação, podemos ler que a APAC considerava seu Método como pautado por cinco elementos essenciais: a valorização humana, a religião como fator essencial da recuperação, o preso cuidando do próprio preso, a recuperação e promoção simultânea do preso e de sua família e o trabalho com base no voluntariado, por espírito cristão, gratuitamente (APAC em Revista, 1996: 11). Outro documento nos informa que o Método consiste em: atos religiosos; palestras de valorização humana; biblioteca; instituição de voluntários padrinhos; pesquisa sociais (conhecer as causas); representantes de celas; faxinas; trabalho na ala, nas delegacias etc.; reunião de grupo (para descobrir os erros e corrigi-los); concurso de composição e higiene da cela; contato com a família; Conselho de Sinceridade e Solidariedade dos recuperandos (Ottoboni, 1997: 31). Encontramos também alhures que o fato base do método é a religião e que a necessidade do preso trabalhar é essencial para sua recuperação (APAC, 1995 a). Na mesma publicação, encontramos que o método da APAC procura despertar nos presos o interesse por: diálogo como base da unidade, respeito às autoridades, trabalho como fator essencial à vida do homem e a promoção do homem pelo crédito, pela confiança, pela conquista de espaço com o próprio esforço (APAC, 1995 a). Em uma publicação mais antiga, encontramos como base do Sistema APAC a valorização humana (APAC, (s.d.)). Ainda, encontramos como elementos do Método a ajuda mútua, o acompanhamento do comportamento do preso, a assistência de padrinhos voluntários, o treinamento profissional, a educação, a assistência religiosa, o atendimento médico, dentário e psicológico e a assistência jurídica. Por fim, encontramos que a filosofia de trabalho da APAC está baseada em alguns princípios: matar o criminoso para salvar o homem; a família pode ser ambos, a causa do crime ou um ambiente de amor em que o indivíduo se cure; a transformação dos presos é possível; "o amor de Deus é o instrumento da transformação, nós somos os 'instrumentos' de Deus"; a aplicação da disciplina com amor; respeito, confiança e responsabilidade são as chaves do respeito a si mesmo; as transformações ocorrem em um período ilimitado de tempo (Impresso da PFI, 18.11.1994).

“*preso ajudando o próprio preso*”, ou a atribuição de responsabilidades aos próprios presos, pelo cuidado de seus companheiros e da instituição penitenciária, que será explicada adiante; a importância da *família* tanto na origem da criminalidade quanto em sua erradicação e a opção pelo *trabalho voluntário* são quase suficientes para explicar tudo o que a APAC propõe no trato com os presos. Devemos incluir ainda a *promoção do preso pela confiança* e a idéia de que *as transformações ocorrem em um período ilimitado de tempo*, duas idéias que caracterizam a *escala de recuperação* da APAC. Esses sete princípios sintetizam todos os outros e são suficientes para explicar de forma bastante completa a proposta de ressocialização desenvolvida pela APAC. Alguns elementos presentes nas descrições do Método, como, por exemplo, a realização de pesquisas sociais para conhecer as causas da criminalidade, são absolutamente irrelevantes pois, como a APAC afirma repetida e exaustivamente desde sua fundação, baseada em todas as pesquisas que realizou junto aos presos, a família é a causa da criminalidade em 98% dos casos de delinqüência. Devemos mencionar ainda o decálogo da APAC, que sintetiza as propostas por ela elaboradas como fundamentais à sua escala de recuperação:

- O amor como caminho;
- O diálogo como entendimento;
- A disciplina com amor;
- O trabalho como essencial;
- Fraternidade e respeito como meta;
- Responsabilidade para o soerguimento;
- Humildade e paciência para vencer;
- O conhecimento para ilustrar a razão;
- A família como suporte; e,
- Deus como fonte de tudo.

De forma geral, a APAC defende a idéia de que seu método, entendido como um “tratamento socializador, que se compõe de um conjunto de medidas adotadas para recuperar o delinqüente” (Ottononi, 1997: 70) é o que há de melhor em termos de recuperação dos delinqüentes. É comum encontrarmos em documentos publicados pela APAC a afirmação de que não há nada em matéria de execução penal que se

compare a seu Método em qualquer lugar do mundo. A APAC, ao longo do tempo, foi, de fato, procurando colonizar outras instituições e fazendo com que experiências de trabalho junto aos presos desenvolvidas independentemente acabassem sendo englobadas por ela. A pressão da APAC por ocupar espaços exclusivamente com sua ideologia de trabalho, sem levar em conta outros modelos, já foi documentada no livro de Camargo (1984: 96-7). Isso acabou por fazer com que a APAC se isolasse dentro mesmo de outros modelos de Pastoral Carcerária mais diretamente ligados aos movimentos de base da Igreja Católica. Por outro lado, a APAC exerce pressão no sentido de propor seu método de forma exclusiva aos grupos que se interessam em aprender com seu trabalho. A experiência da cidade de Bragança Paulista é exemplar. Um grupo de voluntários trabalhava junto aos presos da Cadeia Pública local quando, por acaso, tiveram conhecimento das experiências desenvolvidas em São José dos Campos. Após conhecerem o método de perto, resolveram reativar o antigo Estatuto da APAC local – que havia sido criada na década de 70 e depois abandonada – e desenvolverem um trabalho pautado pelo que observaram na APAC joseense. Apesar dessa inspiração, a APAC de Bragança Paulista seguiu um caminho bastante diferente do da APAC-mãe de São José e abdicou, em certo momento de sua história, de fundamentar seu trabalho junto aos presos nas práticas religiosas. Por causa dessa sua postura, entre outras diferenças, o trabalho desenvolvido em Bragança Paulista causava divergências entre os membros da APAC de São José dos Campos. Por um lado, Bragança Paulista tornou-se referência nacional em matéria de administração penitenciária e não podia ser desprezada. Por outro, ela negava valores importantes defendidos por São José dos Campos e não podia ser inteiramente aprovada. Obviamente, a experiência incipiente de Bragança Paulista pôde tirar proveito da organização que já existia em São José dos Campos. Mas era claro o distanciamento entre as duas APACs no momento em que iniciamos esta pesquisa. Isso não prejudicou o desenvolvimento do trabalho da APAC de Bragança Paulista mas este isolamento acabou por impedir que a APAC joseense tirasse proveito de uma situação inusitada. O antigo presidente da APAC de Bragança Paulista, o juiz Nagashi Furukawa, foi indicado para Secretário dos Assuntos Penitenciários do Estado de São Paulo num momento de crise para a APAC de São José dos Campos, justamente quando seu fechamento começou a se consolidar. Negando-se a aceitar a presença de policiais em suas dependências, prática adotada por Bragança mas

condenada por São José dos Campos e que era condição essencial para que o secretário pudesse reativar a instituição, a APAC perdeu a chance de voltar a trabalhar com os presos de sua comarca.

Da mesma forma, a APAC procurou exercer pressão em outra instituição voltada para a área prisional. Ela foi aceita como membro do PFI – Prison Fellowship International – órgão consultivo da ONU para assuntos penitenciários em todo o mundo, entre o final da década de 80 e início da década de 90 e, a partir de meados de 1998 passou a divulgar a informação de que seu Método havia sido considerado o “melhor do mundo” por esta organização. Novamente, o jogo que a APAC faz entre a “universalização” e a “homogeneização”: “Estudos e indagações da PFI levam a concluir que o melhor método de execução da pena e tratamento penitenciário é o da APAC; essa conclusão é comprovada em todos os países que, tendo-a adotado, bem observam as suas diretrizes, o seu Método, não obstante os necessários ajustamentos às tradições, cultura, índole do povo, praxes, legislação” (Miotto, 09.05.1998). É interessante notar que o acesso da APAC ao PFI propiciou que ela adotasse o discurso de “melhor método do mundo”. Após participar da 2ª Convocatória Trienal da Prison Fellowship International, na qual fez uma palestra, Mário Ottoboni afirmou que sua fala “foi como um furacão, pois na realidade estamos mais adiantados do que o próprio Estados Unidos.” (APAC em Revista, 1987 a: 5). A APAC teve durante muito tempo a intenção de propor seu Método de trabalho como modelo de pastoral carcerária, o que acabou por isolar as APAC de outras pastorais sociais da Igreja (Camargo, 1984: 96). Na verdade, o relacionamento da APAC com a Igreja parece ter sido o de uma aproximação cautelosa. Os representantes da Igreja que visitavam a APAC aprovavam para todos os fins o trabalho ali desenvolvido, mas nunca prestavam apoio incondicional a suas iniciativas. Havia momentos em que os clérigos prestavam homenagens à APAC e participavam de suas atividades, principalmente os sacerdotes de São José dos Campos. Em outras ocasiões, porém, a Igreja parecia se afastar da Associação e se negava discretamente a aceitar a validade de seu trabalho. Isso causava uma certa mágoa entre os voluntários que reclamavam às vezes por escrito desta distância.

A APAC, portanto, considera, de forma explicitamente centralizadora, seu Método de trabalho como o melhor do mundo e o único capaz de produzir a recuperação social dos homens condenados. Quando defende este ponto-de-vista, a

condenada por São José dos Campos e que era condição essencial para que o secretário pudesse reativar a instituição, a APAC perdeu a chance de voltar a trabalhar com os presos de sua comarca.

Da mesma forma, a APAC procurou exercer pressão em outra instituição voltada para a área prisional. Ela foi aceita como membro do PFI – Prison Fellowship International – órgão consultivo da ONU para assuntos penitenciários em todo o mundo, entre o final da década de 80 e início da década de 90 e, a partir de meados de 1998 passou a divulgar a informação de que seu Método havia sido considerado o “melhor do mundo” por esta organização. Novamente, o jogo que a APAC faz entre a “universalização” e a “homogeneização”: “Estudos e indagações da PFI levam a concluir que o melhor método de execução da pena e tratamento penitenciário é o da APAC; essa conclusão é comprovada em todos os países que, tendo-a adotado, bem observam as suas diretrizes, o seu Método, não obstante os necessários ajustamentos às tradições, cultura, índole do povo, praxes, legislação” (Miotto, 09.05.1998). É interessante notar que o acesso da APAC ao PFI propiciou que ela adotasse o discurso de “melhor método do mundo”. Após participar da 2ª Convocatória Trienal da Prison Fellowship International, na qual fez uma palestra, Mário Ottoboni afirmou que sua fala “foi como um furacão, pois na realidade estamos mais adiantados do que o próprio Estados Unidos.” (APAC em Revista, 1987 a: 5). A APAC teve durante muito tempo a intenção de propor seu Método de trabalho como modelo de pastoral carcerária, o que acabou por isolar as APAC de outras pastorais sociais da Igreja (Camargo, 1984: 96). Na verdade, o relacionamento da APAC com a Igreja parece ter sido o de uma aproximação cautelosa. Os representantes da Igreja que visitavam a APAC aprovavam para todos os fins o trabalho ali desenvolvido, mas nunca prestavam apoio incondicional a suas iniciativas. Havia momentos em que os clérigos prestavam homenagens à APAC e participavam de suas atividades, principalmente os sacerdotes de São José dos Campos. Em outras ocasiões, porém, a Igreja parecia se afastar da Associação e se negava discretamente a aceitar a validade de seu trabalho. Isso causava uma certa mágoa entre os voluntários que reclamavam às vezes por escrito desta distância.

A APAC, portanto, considera, de forma explicitamente centralizadora, seu Método de trabalho como o melhor do mundo e o único capaz de produzir a recuperação social dos homens condenados. Quando defende este ponto-de-vista, a

APAC procura se apoiar na defesa de três características de seu Método que formam o arcabouço ideológico sustentando a defesa política dessa sua utopia penitenciária. Essas características não são dadas à priori, mas, segundo os membros da instituição, são percepções resultantes de seu longo processo de contato com o mundo prisional. Portanto, essas características teriam sido evidenciadas durante o contato longo e constante com os condenados pela Justiça. É dessas três idéias que surge a necessidade lógica da APAC defender seu sistema de trabalho como o melhor do mundo e, derivando daí um novo filão discursivo, a necessidade de homogeneizar a aplicação do Método em todo o mundo. São essas as características:

- O caráter pragmático do Método;
- O caráter revolucionário do Método;
- O caráter universal do Método.

Quanto ao caráter *pragmático*, a APAC afirma que seu Método não foi desenvolvido a partir da consulta a obscuras teorias sobre a prisão ou sobre o homem preso, mas foi, isto sim, desenvolvido diretamente através do contato com os presos e com o mundo da prisão. Inicialmente, este contato significou, antes que a APAC pudesse dispor de grande quantidade de experiência empírica pessoal junto aos presos da comarca, o estudo de literatura prisional em Universidades da região. Logo no início, os membros da APAC se dedicaram

“(...) a estudar o Sistema Penitenciário brasileiro, objetivando a adoção de medidas que pudessem minorar o angustiante problema do homem que cumpre pena privativa de liberdade.

Inúmeras pesquisas foram realizadas a fim de se localizar as causas principais da criminalidade e estabelecer critérios de tratamento para a reintegração do preso à sociedade.” (APAC, 1995 a-1)

Após um período inicial de estudos a respeito do sistema penitenciário no Brasil e no mundo, a APAC passou a aplicar os resultados de suas reflexões diretamente no ambiente que encontrou sob sua responsabilidade. Por isso, seus membros vêm sua trajetória quase exatamente da mesma forma pela qual um

cientista vê seu trabalho: “Lenta e prudentemente foram realizadas experiências, observando-se atentamente o comportamento humano dos condenados, suas transformações de conduta, aliadas ao seu relacionamento na cela, inclusive com seus familiares, voluntários da APAC e autoridades de um modo geral” (APAC, 1995: 1). A comparação é explícita em alguns momentos, principalmente quando a APAC discorre sobre o papel que outorga à Cadeia Pública na qual começou a desenvolver seu trabalho. Para a APAC, a prisão na qual trabalhava era um “laboratório experimental” (APAC em Revista, 1987 b: 24) no qual buscava estudar empiricamente os resultados das práticas que adotava junto aos presos. A visão do trabalho da APAC como um laboratório experimental parece ser bastante primitiva. Desde os primeiros contatos com o juiz que colaborou na fundação da APAC, a expectativa parece ter sido esta: “Decidimos, assim, transformar o nosso trabalho num laboratório experimental, depois de um encontro com o doutor Sílvio Marques Neto, na época recém-promovido a Juiz Corregedor dos Presídios da Comarca de São José dos Campos (SP).” (Ottoboni, 1997: 25). É interessante notar como o discurso da APAC sobre si mesma era reproduzido externamente pelos mais variados segmentos sociais, desde movimentos religiosos – neste caso, podemos afirmar que a APAC angariou apoio até mesmo em outras denominações religiosas que não a católica, principalmente nos movimentos evangélicos, e, mesmo assim, nunca conseguiu se impor “em sua própria casa” – até partidos políticos de esquerda. Quanto ao crédito que ela dava ao seu próprio Método de trabalho, a situação não era diferente, o que mostra que esta instituição obteve apoio político relevante durante sua trajetória. O Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, Mário Sérgio Duarte Garcia, participou, no ano de 1987, do II Congresso Nacional das APACs, em São José dos Campos, no qual fez um pronunciamento que ressaltava, dentre as qualidades do trabalho da APAC, seu caráter “científico”: “Os senhores”, disse ele, dirigindo-se aos membros da APAC, “são cientistas da colaboração comunitária no trabalho de recuperação do preso e cientistas exitosos” (APAC em Revista, 1987 b: 14).

Este trabalho experimental aparece como sendo o sustentáculo de todas as práticas institucionais. A preocupação com a constituição de um conhecimento empiricamente fundamentado sobre os presos é mostrada pela APAC como uma preocupação central e constante em seu trabalho. O esforço de sistematizar o

conhecimento adquirido empiricamente no contato com os presos perpassa todos os filamentos da instituição: “Na APAC, tudo foi meticulosamente estudado: o método, o aspecto jurídico e seu funcionamento.” Tudo o que se faz na APAC era, portanto, na opinião de seus membros fruto da experiência.

E, como conseqüência do esforço e da aplicação sistemática da experimentação no contato com os presos, a APAC, em sua forma de ver a si mesma, conseguiu um enorme sucesso no desenvolvimento e aplicação de procedimentos de recuperação do preso que resolveram, aos poucos, todos os dilemas, preocupações e impasses observados mundialmente entre os diversos estudiosos dos problemas carcerários. Para um grande problema, uma solução lenta, humilde e avassaladora: a APAC vai para onde sopram os ventos da modernidade científica, mas ultrapassa seus limites e inseguranças. A APAC é um laboratório de ponta onde se desenvolvem pesquisas pioneiras. A APAC mostra para a ciência penitenciária os resultados de uma árdua pesquisa de vinte e cinco anos:

“Em novembro último, no I Congresso Penitenciário do Mercosul, realizado na Universidade Federal de Porto Alegre, juristas, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e administradores de presídios apresentaram seus estudos, observações e, principalmente, inquietudes. Foi interessante notar quanto o trabalho pragmático da APAC está próximo dessas constatações científicas modernas. Maior surpresa foi a verificação de que, para tais “inquietudes”, a APAC já tem uma solução testada.” (Ottoboni, 1997: 7, prefácio do juiz Sílvio Marques Neto).

Novos contextos, novas pesquisas. A APAC podia se dar ao luxo de não ter uma resposta preparada para cada eventual surpresa do caminho. Afinal, tudo era fruto da experiência e, para novos problemas, eram necessárias novas soluções. Isso não significava que a APAC improvisasse na elaboração de seus projetos. Em uma conferência no II Congresso Nacional das APACs, Mário Ottoboni expressa de maneira hiperbólica esta constante obsessão pelo desenvolvimento metódico do trabalho: “O que nós vamos mostrar aos senhores, portanto, é fruto de nossa experiência; nós experimentamos tudo, conversando, avaliando. Nada se fez de improviso, até o crachá que os presos usam foi fruto de meditação” (APAC em Revista, 1987 b: 25). Desta forma, a APAC preferia observar detidamente problemas

conhecimento adquirido empiricamente no contato com os presos perpassa todos os filamentos da instituição: “Na APAC, tudo foi meticulosamente estudado: o método, o aspecto jurídico e seu funcionamento.” Tudo o que se faz na APAC era, portanto, na opinião de seus membros fruto da experiência.

E, como consequência do esforço e da aplicação sistemática da experimentação no contato com os presos, a APAC, em sua forma de ver a si mesma, conseguiu um enorme sucesso no desenvolvimento e aplicação de procedimentos de recuperação do preso que resolveram, aos poucos, todos os dilemas, preocupações e impasses observados mundialmente entre os diversos estudiosos dos problemas carcerários. Para um grande problema, uma solução lenta, humilde e avassaladora: a APAC vai para onde sopram os ventos da modernidade científica, mas ultrapassa seus limites e inseguranças. A APAC é um laboratório de ponta onde se desenvolvem pesquisas pioneiras. A APAC mostra para a ciência penitenciária os resultados de uma árdua pesquisa de vinte e cinco anos:

“Em novembro último, no I Congresso Penitenciário do Mercosul, realizado na Universidade Federal de Porto Alegre, juristas, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e administradores de presídios apresentaram seus estudos, observações e, principalmente, inquietudes. Foi interessante notar quanto o trabalho pragmático da APAC está próximo dessas constatações científicas modernas. Maior surpresa foi a verificação de que, para tais “inquietudes”, a APAC já tem uma solução testada.” (Ottoboni, 1997: 7, prefácio do juiz Sílvio Marques Neto).

Novos contextos, novas pesquisas. A APAC podia se dar ao luxo de não ter uma resposta preparada para cada eventual surpresa do caminho. Afinal, tudo era fruto da experiência e, para novos problemas, eram necessárias novas soluções. Isso não significava que a APAC improvisasse na elaboração de seus projetos. Em uma conferência no II Congresso Nacional das APACs, Mário Ottoboni expressa de maneira hiperbólica esta constante obsessão pelo desenvolvimento metódico do trabalho: “O que nós vamos mostrar aos senhores, portanto, é fruto de nossa experiência; nós experimentamos tudo, conversando, avaliando. Nada se fez de improviso, até o crachá que os presos usam foi fruto de meditação” (APAC em Revista, 1987 b: 25). Desta forma, a APAC preferia observar detidamente problemas

inusitados antes de propor sua solução. Da primeira vez em que a APAC cogitou em instalar um presídio feminino na comarca de São José dos Campos, a argumentação do presidente da entidade foi bastante significativa. Após uma pergunta de um repórter sobre que ajustes seriam feitos no Método APAC quando aplicado para mulheres, ele respondeu sucintamente: “Não sei, porque preciso fazer a experiência para localizar o problema” (Pimentel, 10.03.1996).

O motor desta preocupação com a experiência parece ter vindo dos primeiros resultados negativos do trabalho junto aos presos. Para a APAC, a necessidade de estudar metodicamente suas interações com os presos a fim de selecionar aquelas que produzissem o melhor resultado, e, depois, a elaboração de uma cadeia racional de procedimentos que tornasse mais eficiente o trabalho de transformação de sua clientela foi, também ela, produzida empiricamente. O desenvolvimento de um Método foi um esforço de adaptação institucional à ineficácia de suas primeiras ações frente aos presos. O resultado almejado, porém, foi sempre o mesmo: buscar aproximar o condenado de Deus através de um contato humanizador que libertasse os presos de sua forma fantasiosa de ver o mundo, um contato que mostrasse aos presos a verdade incontestável da fé. Era preciso, porém, retirar obstáculos prementes do caminho, sobre os quais seria possível, enfim, construir um edifício religioso inabalável:

“O objetivo inicial dos pioneiros da APAC, com efeito, era evangelizar, ou seja, levar aos criminosos condenados a palavra de Deus. O presidiário padecia de necessidades tão prementes, que nele se amortecia e embotava a natural carência de Deus.

Escolheram, então, um caminho diferente de tudo o que já havia sido tentado. Buscaram as experiências dos próprios presos, procurando conhecer sua realidade, sua vivência, suas verdadeiras necessidades, medos e anseios, sonhos e desejos, para moldarem, com eles, uma nova metodologia de trabalho que lhes alcançasse a alma e lhes fizesse brotarem os bons sentimentos.” (Simão, 12.07.1997).

Às vezes, a explicação para a necessidade prática do desenvolvimento do Método não precisa fazer menção aos objetivos religiosos da instituição. Era possível mostrar que os primeiros resultados da instituição foram insatisfatórios mesmo sem

levantar o problema da conversão religiosa dos presos. O parâmetro universal da boa administração penitenciária poder ser trazido à tona quando a APAC resolve defender a absoluta utilidade de um Método sistemático de trabalho: “Com o passar dos anos, à medida que os egressos reincidiam, notou-se que o trabalho que vinha sendo realizado, voltado para o tipo de delito ao qual o preso estava afeito, não o impedia de continuar na vida do crime” (APAC em Revista, 1996: 6).

Por fim, a solução: um trabalho que fosse permeável à sensibilidade do homem condenado, que o fizesse reconhecer-se na instituição na qual estava, enfim, um trabalho que fizesse com que o ambiente prisional fosse aquele proposto pelo próprio preso, desde que filtrado pela experiência e pelos valores dos voluntários. O Método aparece, sob esta perspectiva, não como uma imposição dos voluntários, mas como uma construção dos próprios presos.

“Com o tempo, chegaram à conclusão de que a experiência do preso, devidamente moldada, tornava-se a metodologia da APAC.

Tudo necessariamente precisava vir do preso, porque ele é quem conhece o problema e passou pelas vicissitudes que o levaram à delinqüência.

É preciso trabalhar com o problema que existe, não com as coisas nascidas da imaginação do voluntariado.” (APAC em Revista, 1996: 6).

Para fazer a interlocução com os presos, a APAC desenvolveu procedimentos também sistemáticos e rotinizados. O planejamento, essa peça essencial do trabalho voluntário – tão fundamental que o ensino de regras básicas de planejamento chegava a ocupar um tempo considerável na formação dos novos voluntários – foi também levado para as relações entre voluntários e presos. Desta forma, desenvolveu-se não só um Método para transformar os presos, mas também foi criado um Método para ouvi-los e extrair deles as experiências e opiniões que, organizadas racionalmente, formariam novos procedimentos, levariam a novos paradigmas de trabalho. A principal arma para o estabelecimento deste contato sistemático eram as reuniões de “valorização humana”. Em nosso trabalho, nós não tivemos a chance de observar a realização de nenhuma dessas reuniões. O processo todo nos parece, talvez por isso, abstrato e pouco definido. Mas parece não haver por parte da própria instituição qualquer preocupação com a definição do que seriam

essas reuniões. Na única explicação mais detalhada de como se davam essas reuniões de “valorização humana”, elas são definidas como uma espécie de terapia de grupo realizada na própria cela ocupada por cada conjunto de presos. Ora, terapia não é valorização humana, ao menos não diretamente. Definir “reuniões de valorização humana” como “psicoterapia de grupo” parece constituir uma ambigüidade. Provavelmente, porém, esta ambigüidade se dava na própria prática das reuniões, que deviam ser vistas como “valorização humana” e “psicoterapia de grupo”. Tudo parece ainda mais heterodoxo quando observamos os resultados dessas reuniões. Nessas sessões, um tema era colocado para ser discutido pelos presos em grupo e as discussões eram encaminhadas para um plenário. De acordo com o resultado do plenário, os voluntários responsáveis pelos vários setores de aplicação do Método modificavam seus trabalhos, aperfeiçoando-os a partir das discussões feitas com os presos. Como tudo vinha do próprio preso, ao voluntário era relegado o aparentemente muito secundário papel de organizar os resultados das discussões em propostas ordenadas de trabalho. Assim, era possível afirmar que no desenvolvimento do contato entre presos e voluntários com o objetivo de ressocializar os condenados, não havia “nada de imaginação, de improvisos, coisas subjetivas” (APAC em Revista, 1996: 7). Ao perceberem que a imposição de um conjunto de idéias e valores próprios do voluntariado para os presos não surtia os efeitos esperados, a APAC percebeu que havia necessidade de abrir um caminho de duas vias entre voluntários e presos. A importância dessa preocupação era tal que, de acordo com a própria instituição, o diálogo com os presos passou a ser a cartilha dos voluntários, que aprenderam com eles “a gíria e o código da malandragem, da vida do crime e da sobrevivência na prisão” (APAC em Revista, 1996: 7).

E, sintetizando o processo todo, desde as primeiras dúvidas até o desenvolvimento do processo de coleta de informações, encontramos a seguinte formulação:

“Antes, a gente imaginava que entendia de preso, seus problemas, angústias, conflitos. Depois, descobrimos que quem entende de preso é o próprio preso’.

Daí, uns dez anos atrás, nasceu a idéia de formar grupos, cela por cela, para falar dos mais diferentes assuntos. É uma espécie de terapia de grupo. O

monitor acompanha, escuta, aprende. “Não é do voluntário para o preso, e sim do preso para o voluntário.” (Carrara, (s.d.): 20).

Frente à explicação dada até aqui para o caráter pragmático do Método, que teria surgido das inquietações com os poucos resultados obtidos pelo trabalho voluntário inicial, torna-se contraditório afirmar que a idéia de sistematizar os procedimentos de ressocialização estava presente desde os primeiros contatos com os presos. Entretanto, é assim que acontece. Desde antes da fundação da APAC, seu trabalho já tinha esta característica:

“Fica destacado, e previamente lembrado aos desavisados, que não se trata de mais uma teoria. Existe muito de sonho e ideal no tocante ao fim: recuperar o condenado. Quanto ao Método APAC, é resultado de muita vivência e experiência. Até mesmo o Estatuto da sociedade e o primeiro Provimento judicial regulamentando o Método [datados de 1974] foram elaborados após muita experimentação.” (Netto, 1997: 8).

Na verdade, a APAC parece ter comportado desde sua origem o projeto político de desenvolver formas mais sofisticadas para lidar com a população prisional a ela submetida. Talvez a clareza deste processo só se tenha dado após alguns anos de trabalho, mas desde que começou a atuar diretamente frente aos presos da comarca, a APAC desenvolveu procedimentos específicos de controle sobre as reações da população a suas intervenções. E as origens desses procedimentos eram eminentemente disciplinares. Um exemplo é o controle rigoroso e minucioso sobre as saídas dos presos. Nos primeiros anos de trabalho na Cadeia Humaitá, os voluntários anotavam detalhadamente todas as saídas dos presos do pavilhão por ela administrado. Se ele saísse uma vez pela manhã, anotava-se uma saída; se saísse novamente à tarde, outra anotação. Isso porque cada saída representava uma oportunidade para o preso delinquir. (Ottoboni & Netto, 1976: 74).

Enfim, a APAC mantém uma visão pretensamente científica do Método, que pressupõe seu constante aperfeiçoamento. Fundado arduamente a partir dos problemas enfrentados pelos primeiros voluntários, ele agora já apresenta resultados interessantes e bastante solidificados. Mesmo assim, há que se continuar desenvolvendo novas formas de trabalho, conforme indica uma publicação da

APAC: “O método APAC continua sendo testado e segue evoluindo. Mas hoje já tem resultados e solução positiva que atestam a sua validade”.

Para transitarmos até o próximo tema, é interessante notarmos que o caráter experimental de seu Método era visto pela APAC como um diferencial frente a outros trabalhos executados na área penitenciária. A sistematização de procedimentos bem-sucedidos de trabalho era essencial para que a APAC pudesse obter resultados positivos para suas intervenções e evitasse as falhas que observava em tudo quanto já se havia tentado em matéria de recuperação dos presos. O Método era uma questão de sobrevivência. E, na medida em que produzisse os resultados desejados, mostrava ser diferente de tudo o que havia sido feito anteriormente: “As normas traçadas em seus mínimos detalhes evidenciam cautelas justificáveis, para evitar a vala comum de tudo quanto já havia, ao longo do tempo, se inserido na história como iniquidades, frutos de experiências mal sucedidas” (Ottoboni & Netto, 1976: 7). E finalmente, mostrando que o caráter pragmático do método é um dos principais diferenciais frente a outras experiências na área, encontramos a seguinte afirmação: “O que distingue a APAC de outras instituições que fracassaram em atingir os mesmos objetivos, é a sua metodologia peculiar, elaborada ao longo dos anos.” (Simão, 12.07.1997).

E, assim, entramos na segunda característica do Método APAC: seu caráter *revolucionário*. Para a instituição, o trabalho por ela desenvolvido, em parte pelas práticas diferenciadas que propunha, em parte pelos resultados obtidos, era absolutamente diferente de tudo o que existia em termos de recuperação ou ressocialização dos presos. Antes dele, nada servia. Depois dele, nada mais tinha importância. O Método é o começo e o fim da recuperação do preso, a formulação ideal, a proposta máxima, acima da qual nada pode se pôr. O Método é um sistema otimizado de transformação dos presidiários que comporta todas as soluções para todos os problemas. Enfim, o Método, criação original da APAC, é uma ruptura com tudo o que se conhece em termos de recuperação dos presos. Esse caráter do Método, porém, não veio como uma percepção posterior dos resultados por ele obtidos. Veio como um projeto antes mesmo de sua existência. O caráter inovador foi um ponto de partida para a formulação do Método, já que desde o início “seus idealizadores buscaram fórmulas diferenciadas daquelas existentes no sistema penitenciário”. (APAC,1999).

Um princípio de trabalho, a ruptura veio posteriormente como uma constatação. Frente ao que obteve de positivo na recuperação de condenados, o Método não tem igual. Ele não teve semelhança com nada do que se fazia no passado, antes dele; com nada do que se fazia durante seu início e com nada do que se faz hoje em dia fora da APAC. O Método é único e inigualável. Esta não é só a opinião dos próprios membros da APAC, mas é reproduzida, como outros discursos da APAC, por pessoas externas a sua organização: “Desde 1972, um grupo de cidadãos, despidos do manto da vaidade e da promoção pessoal, partiu para a dura empreitada de pesquisar e implantar em São José dos Campos um trabalho diferente de tudo que existia e continua existindo por aí, em matéria de preparação do preso para retornar ao convívio da sociedade” (Júnior, 1999).

O caráter revolucionário do Método foi um grito de guerra inicial contra o sistema penitenciário que nada de bom havia trazido para a melhoria no trato do homem preso. Para produzir resultados positivos, era necessário, antes de tudo, romper com o sistema e ignorá-lo, a seus procedimentos e a seus resultados. Era necessário rebelar-se:

“Tudo o que já se fez não poderia renascer e tudo o que vinha sendo feito precisava ser desprezado. Nada servia, absolutamente nada!

Era preciso inovar, fugir do convencional e do rotineiro.

Aí começou, efetivamente, o surgimento de um trabalho sedimentado no princípio basilar de que a criatividade não pode ser estática, por ser, em sua essência, de natureza dinâmica” (Ottoboni & Netto, 1976: 7).

E ao propor uma rebelião, a APAC conseguiu trazer para os presos sob sua guarda o alento de participarem de um sistema mais humano e digno. A APAC, em sua própria forma de ver, inovou e transformou o sistema penitenciário, pelo menos em seu âmbito inicialmente restrito de atuação. A APAC se propõe a ser revolucionária principalmente com relação ao sistema penitenciário normal, apesar de opor-se também à aplicação das penas alternativas. O Método APAC, uma ruptura com o passado desumano dos estabelecimentos penais brasileiros, é defendida então pelos membros da APAC como um progresso dignificante para os presos: “Seria um notório progresso no sistema carcerário se se batalhasse por uma reforma penitenciária como a que em São José dos Campos a APAC está fazendo, no sentido

de promoção da pessoa humana e respeito à sua dignidade.” (Ottoboni & Netto, 1976: 81).

Por isso dissemos, no início de nosso trabalho, que o título do livro publicado por Mário Ottoboni, *Ninguém é irrecuperável – APAC, a revolução do sistema penitenciário* (Ottoboni, 1997), se apresentava como uma espécie de filosofia de trabalho. Na verdade, essas afirmações mostram as duas crenças basilares da instituição sobre as quais ela pôde se apoiar para realizar um trabalho inicialmente às cegas, antes de adquirir experiência suficiente para propor sua metodologia como empiricamente fundamentada. Antes de saber se realmente todos os presos eram recuperáveis, a APAC já supunha o poder transformador e universal da fé. E antes de obter qualquer resultado satisfatório no contato com os presos, ela já se propôs a criar algo novo e revolucionário. Ao explicar o tema do livro, o fundador da APAC ressalta novamente o caráter revolucionário do Método ao afirmar que, neste livro, o leitor poderá “encontrar informações preciosas sobre o revolucionário Método de recuperação de presos empregado pela APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados –, com especial destaque para a entidade-mãe sediada em São José dos Campos (S.P.).” (Ottoboni, 1997: 10).

A terceira característica do Método APAC é a sua *universalidade*. Aqui há apenas indícios, ainda que importantes, de que a APAC constituiu esta característica de seu Método antes mesmo de obter qualquer resultado plenamente satisfatório em seu trabalho. A frase de um dos colaboradores da entidade, já citada, na qual se afirma que o Método da APAC é universal por estar baseado no Evangelho, mostra bem a origem da idéia da universalidade. A universalidade do Método significava, para a APAC, que ele poderia ser aplicado a qualquer preso, em qualquer lugar. “Em junho de 1991, nos Estados Unidos, foi publicado um livro sobre o Método Apaqueano, afirmando que ele pode ser aplicado, com sucesso, em qualquer lugar do mundo.” (APAC, 1995 a: 5). Essa aplicação não se daria, em princípio, de forma absolutamente homogênea. Entre a necessidade de adaptação e de homogeneidade, encontrou-se a formulação ideal através do apelo ao “espírito”: “Na opinião do Ottoboni, o espírito do método apaqueano é aplicável em qualquer presídio, de qualquer canto e em qualquer país. Quanto às formas, pode variar.” (Carrara, (s.d.): 20).

Ao defenderem o caráter universal de seu Método, os membros da APAC podiam apelar para entidades abstratas ou para valores unilaterais. Comumente, porém, ela o fazia através do argumento de que o Método era universal em seus resultados práticos de transformação da vida dos presos: “A quem indagar sobre a aplicabilidade do Método fora de São José dos Campos, em outros países, em cadeias imprestáveis ou grandes presídios, a resposta também será afirmativa, até porque já se experimentou. Não era essa a meta inicial, mas foi o que aconteceu.” (Netto, 1997: 8).

O Método da APAC era universal, o que significava que sua adoção traria resultados positivos em qualquer país do mundo. A APAC começou a contar com um importante argumento em favor da universalidade de seu Método a partir do momento em que foi aceita como membro da PFI, Prison Fellowship International, órgão consultivo da ONU para assuntos relacionados aos problemas carcerários no mundo, e a partir do momento em que começou a obter algum apoio desta instituição na divulgação de seu Método para o mundo. Através da PFI o Método da APAC, por assim dizer, se mundializou. Podemos encontrar uma notícia neste sentido divulgada em um jornal da região por um colaborador da entidade: “[A PFI] elaborou um Projeto de divulgação (expansão) da APAC no mundo, que inclui decisiva recomendação às entidades suas filiadas, em 124 países de todos os continentes, a adoção do Método APAC. Tal é o valor que esse órgão consultivo da ONU, a PFI, enxerga na APAC, sua obra, seu método.” (Miotto, 09.05.1998).

Esse caráter universal do Método servia como argumento para a necessidade de *homogeneizar* sua aplicação nas diversas comarcas onde ele havia sido implantado. Para defender a homogeneidade do Método em todos os lugares, a APAC criou uma organização que seria responsável por congregar todas as APACs do país numa única instituição. Conforme seu trabalho foi sendo divulgado em várias partes do país, principalmente através da “intensa rede de comunicações entre os cursilhistas” (Camargo, 1984: 17), a APAC de São José dos Campos sentiu a necessidade de estabelecer parâmetros de trabalho uniforme, para o que fundou a COBRAPAC, Confederação Brasileira das APACs, posteriormente rebatizada de FBAC, Federação Brasileira das APACs. De acordo com Camargo (1984: 31), o objetivo explícito da fundação desta entidade era obter maior influência nos meios oficiais e maior força para expandir-se. O critério para ingressar na COBRAPAC, na

época de sua fundação, não era o desenvolvimento dos trabalhos pastorais ou o grau de organização do grupo, mas simplesmente a adoção da sigla APAC. E a presidência da nova entidade, numa demonstração óbvia de sua tendência totalizante, coube justamente ao presidente da APAC de São José dos Campos. A COBRAPAC era uma iniciativa explicitamente centralizadora. Não era apenas uma instância onde as diversas APACs poderiam discutir seus problemas e tentar soluções específicas, mas um órgão com poderes quase fiscalizatórios sobre todas as APACs: “(...) a COBRAPAC poderá desempenhar melhor sua função de orientar todas as entidades, eliminando os problemas que surgem durante o percurso na recuperação dos condenados.” (APAC em Revista, 1987 a: 3). Enfim, numa formulação que não deixa margem a dúvidas quanto aos objetivos da COBRAPAC, que era basicamente o de tornar-se uma instância superior às APACs, fazendo com que elas aplicassem o mesmo Método desenvolvido em São José dos Campos, seu caráter unificador é ressaltado por um membro da APAC: “Ela também será importante para todos aqueles que acreditam na recuperação do homem, pois será um espaço para as APACs trocando experiências e conhecimentos sobre seus trabalhos – unificando-as.” (APAC em Revista, 1987 a: 3).

Vale dizer que as tentativas de homogeneização do Método parecem ter representado um papel institucional primitivo bastante importante nas tentativas feitas pela APAC de tornar seu sistema o modelo preferencial para os trabalhos de pastoral carcerária. Durante o Primeiro Encontro Nacional das Pastorais Carcerárias, em maio de 1983, o Delegado Luiz Gonzaga Barbosa, que durante o tempo em que permaneceu como diretor da Penitenciária do Estado de São Paulo teve um intenso contato com a APAC de São José dos Campos, defendeu a oficialização da APAC como única forma de pastoral carcerária em todos os presídios de São Paulo (Camargo, 1984: 33). O movimento inicial da APAC, portanto, parece ter sido o de se apropriar de uma “reserva de mercado” prisional da qual ela pretendia afastar todas as outras iniciativas pastorais. Durante o tempo em que administrou o presídio Humaitá, a APAC de São José dos Campos controlava com mãos de ferro toda a movimentação voluntária no interior do presídio, obrigando qualquer voluntário que se dispusesse a realizar um trabalho mais longo com os presos a passar por seu curso de formação de voluntários. Para aqueles visitantes eventuais, grupos voluntários que quisessem conhecer os presos, a APAC controlava todas as ações que poderiam ou

não ser desenvolvidas por esses grupos enquanto permanecessem em visita. Enfim, o primeiro movimento homogeneizador se deu no seio dos movimentos pastorais da Igreja com vistas à obtenção de uma reserva carcerária sobre a qual a APAC poderia aplicar seu Método².

Com a entrada da APAC na PFI, este movimento homogeneizador se desenvolveu também frente a esta entidade. Também a PFI tinha um caráter eminentemente religioso, como a APAC, mas, por ter origem nos Estados Unidos, ela privilegiava trabalhos desvinculados da Igreja Católica. A PFI, porém, permitia suficiente flexibilidade para abarcar iniciativas católicas desenvolvidas por toda a América Latina, incluindo, no Brasil, a APAC. Nesta instituição, a APAC descobriu um novo filão de expansão de seu Método e, antes mesmo de obter qualquer aprovação formal da entidade para fazê-lo, começou a propagandear-lo como o novo modelo de trabalho da PFI. A APAC parece ter obtido um sucesso parcial, pelo que podemos encontrar em algumas notícias de jornal. Um exemplo foi a ocasião em que dezenove americanos representantes da PFI visitaram a APAC de São José dos Campos:

“Nós estamos querendo desenvolver um trabalho igual ao da APAC, que é reconhecido”, enfatizou Ory Krieger, (...) membro da entidade. Segundo ele, a Prision existe há 70 anos e é mantida pelo trabalho voluntário dos cristãos. (...) Para o grupo será um desafio para os Estados Unidos conseguir implantar o método APAC naquele país. “Lá existem mais de 50 Estados e cada qual tem a sua própria legislação. Cada Governo terá que adequar-se ao método, sem contudo comprometê-lo e isso é um desafio excelente”, avaliou. (Jpimentel, 06.12.1995).

Embora o tom pasteurizado da entrevista pareça conter um certo artificialismo, de fato a APAC passou a receber visitas de vários membros desta entidade vindos do mundo inteiro interessados em conhecer e aplicar o Método APAC em seus países. Isso, porém, parece não ter levado a APAC a atingir o grau de “modelo oficial” da entidade, como queria. Uma entrevista com Javier Bustamante,

² Ao leitor interessado em compreender melhor as relações entre a APAC e as diversas pastorais sociais da Igreja, recomendo a leitura do livro de Camargo (1984), onde há uma discussão aprofundada do assunto, bem como indicações interessantes sobre a metodologia de trabalho da entidade.

diretor regional da Confraternidad Carcelaria Intenacional na América do Sul, no II Congresso Nacional das APACs mostra que a entidade recebia a proposta da APAC de forma um tanto reticente.

“APAC – Esta preocupação sua de como as APACs adaptaram o modelo de São José, tem como objetivo levar subsídios para serem aplicados em outros países?”

Javier – Para nós, interessa toda informação, a fim de que possamos apresentar a todos os países a nós filiados. Não podemos impor um modelo internacional, para que seja aplicado na África, América Latina, Europa ou Ásia. (...) O objetivo é aplicar algumas linhas de ações da APAC para com a família. Pegar algumas propostas que podem vir a funcionar neste ou naquele país. (...) Hoje não posso mostrar países que copiaram fielmente a APAC, mas posso dizer que a inspiração dos padrinhos está sendo aplicada na Bolívia, Peru e alguns países africanos, como Quênia e recentemente Guatemala” (APAC em Revista, 1987 b: 23).

Passaremos a falar agora sobre os elementos que compõem o Método APAC.

Um dos elementos mais importantes no Método de trabalho da APAC é a valorização humana. Em diversos momentos, a religião é vista como a base do Método. Em não menor número de vezes, porém, figura nesta posição este tão exaltado princípio. Em alguns momentos, ele é mostrado como o elemento básico do Método (APAC, (s.d.)). Por se encontrar neste papel dentro do Método, torna-se contraditório que a valorização humana seja tão difícil de definir. Ela, na verdade, parece ser uma entidade difícil de capturar com palavras. Como na maioria das vezes não se consegue definir o que representa a valorização humana especificamente no trabalho da APAC, vamos começar a falar sobre ela por um dos únicos textos que conseguem ligar esta expressão a algum conceito mais claro. Apesar de não usar esta expressão em nenhum momento do texto, parece-nos claro que se trata da mesma idéia. Senão, vejamos: valorização humana, em geral, diz respeito a um conjunto de procedimentos que visam “humanizar” o cumprimento da pena nos estabelecimentos penais onde se aplica esta princípio. O texto sobre o qual nos referimos diz que os presos aos quais a APAC se apresentou no início de suas atividades eram “tratados

humanamente” e como “irmãos em Cristo” pelos voluntários, o que restabelecia sua “dignidade humana” (Miotto, (s.d.)). Trata-se de idéias muito semelhantes. Neste texto, o respeito à dignidade humana se confunde com o respeito aos Direitos Universais do Homem e é dito que os voluntários, sem consciência de que estavam respeitando direitos estabelecidos por Declarações Internacionais, ainda assim os seguiam quase à risca porque tais direitos “são próprios da natureza humana” (Miotto, (s.d.)). O texto afirma que os voluntários da APAC, na condição de auxiliares da justiça, sempre têm respeitado os direitos humanos dos presos, o que faz com que esses tomem “equilibradamente consciência desses direitos e correspondentes deveres” (Miotto, (s.d.)). O trabalho da APAC teria como objetivo, assim, fazer com que o sistema penitenciário brasileiro ascenda aos direitos humanos, promovendo a recuperação desses direitos para os presos. No caso, os direitos humanos implicam deveres os quais devem ser paulatinamente ensinados aos presos. Entre esses deveres está o de não fugir, já que a privação de liberdade através de ação judicial legítima está prevista no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. “Às vezes, alguns paladinos apressados dizem que a pena privativa de liberdade fere os direitos humanos. Como acabamos de ver, porém, o que fere os direitos humanos é a privação de liberdade arbitrária (...)” (Miotto, (s.d.)). Desta forma, uma ordem judicial deve ser cumprida e faz parte do respeito aos direitos humanos cumprir as determinações judiciais: a privação de liberdade, quando decorrente de ato judicial legítimo, “não fere os direitos do condenado, e o condenado tem não só o dever mas a obrigação de permanecer preso (não fugir), cumprindo em todo[s] os seus termos, a sentença condenatória (...)” (Miotto, (s.d.)). Ainda neste texto, os primeiros voluntários da APAC, sentindo necessidade de fundamentação legal para suas atividades, encontraram na Declaração Americana e na Declaração Universal dos Direitos do Homem princípios que iam diretamente ao encontro do que eles já faziam havia algum tempo, basicamente o princípio de que o preso continua sendo sujeito “de direitos, de deveres e de responsabilidade” (Miotto, (s.d.)). E por serem vistos assim, obviamente seus direitos humanos são respeitados e os presos tenderão a cumprir seus correspondentes deveres, um processo que supõe senso de responsabilidade e contribui para o próprio desenvolvimento dos condenados. A idéia da valorização humana como um elemento de desenvolvimento, principalmente ligado à idéia de crescimento na auto-estima, é bastante comum nos

escritos da APAC. Por isso, o respeito aos direitos humanos no início dos trabalhos da APAC, quando seus voluntários se defrontaram com um verdadeiro “cárcere” teria feito com que os presos se sentissem “filhos de Deus”, amados por Deus, *apesar do crime cometido*, e fossem “readquirindo a autoconfiança e a auto-estima” (Miotto, (s.d.)). Todo este processo de respeito aos direitos dos presos faz com que eles “sintam” que sua dignidade humana é respeitada, novamente, *apesar do crime cometido*, e eles se sentem dignificados, “enche[m]-se de brio”. “Provavelmente, [o preso] não saiba expressar isso com palavras, nem ao menos tome consciência... Manifestará, entretanto, inadvertidamente, de muito[s] modos – por sua conduta, sua equilibrada religiosidade ou (quem sabe?) alguma palavra que “escape”, algum gesto, uma expressão fisionômica, um brilho no olhar... (...)” (Miotto, (s.d.)). Mesmo neste texto mais técnico em que a humanização aparece como respeito aos direitos humanos, nota-se que no momento de explicar o que o respeito à humanidade do preso representa, apela-se para um incremento de religiosidade e para o bom-comportamento do preso como medidas do respeito aos direitos humanos. O primeiro constitui um elemento diferente do Método APAC. O segundo, um resultado disciplinar que pode muito bem não ter relação nenhuma com a valorização do preso. Enfim, a valorização humana, até aqui, aparece como uma etiqueta bonita para coisas bastante díspares e que, em geral, significam um processo de simples submissão dos presos.

Grande parte das vezes, a valorização humana é definida sofrivelmente através da enumeração dos componentes práticos de sua promoção. Em certos momentos, isso faz supor que a instituição não saiba mesmo muito bem o que significa esta expressão. Neste caso, o problema é diferente do analisado anteriormente, em que parece haver uma compreensão jurídica do significado da valorização humana que, entretanto, traduz-se empiricamente na constatação da adesão do preso à religião e de sua submissão à disciplina prisional, submissão esta que é vista como um dever jurídico do preso. Agora, tratamos daqueles momentos em que a instituição propõe a valorização humana sem, ao menos aparentemente, ter chegado a uma conceituação do termo. Vejamos um dos momentos em que isso aparece:

“A partir desta premissa, o resgate da pessoa humana deve iniciar-se pela valorização humana. Chamá-los pelo nome, conhecer suas histórias, interessar-se por suas vidas, sua sorte, seu futuro. Atendê-los em suas necessidades fundamentais, tais como atendimento médico, odontológico, social, jurídico, dar escola e cultura, através da alfabetização, curso de supletivo, profissionalização, palestras de conhecimentos gerais, é imprescindível.” (APAC em Revista, 1996: 8).

Essa falta de uma definição, que aparece em vários momentos, parece ser importante na medida em que era passada desta forma para os novos voluntários que participavam do curso de formação da entidade. Apesar de não termos tido oportunidade de participar ou observar esses cursos, o roteiro do curso pode nos dar algumas indicações neste sentido. Sob a aula intitulada “Valorização Humana – Base do Método”, vemos a sugestão de afixar um cartaz em sala de aula com o lema “Dar e receber amor é a mais vital de nossas necessidades”. Depois disso, há uma série de itens relativos à constituição do conselho dos presos; sobre a hierarquia dos responsáveis pela cela (para cada cela havia um representante, um vice-representante e um secretário); a designação dos tipos de trabalho executados pelos presos, entre os quais os relativos à segurança, ao auxílio aos plantonistas, trabalhos na copa e na ala e participação no coral; a realização de concursos de composição de cela (concursos de redação); a necessidade da alfabetização e a escolha do amigo do mês e do recuperando modelo. Em destaque, aparece a indicação de reuniões com os presos: “As sessões com os recuperandos, desenvolvendo temas, discutindo da medida e da NECESSIDADE de se aprimorar o Método e apontar soluções dos mais diversificados problemas. Tudo vem do preso.” (APAC, (s.d)). Essas atividades parecem constituir o que a APAC pensa da valorização humana. É interessante notar que essas atividades aparecem entremeadas por algumas conquistas ou objetivos almejados pela instituição com relação aos presos. Um primeiro objetivo é o de evitar a ociosidade. Outro é a descoberta pelos presos de seus próprios valores. Há ainda a necessidade do encontro dos presos com a própria realidade, eliminando suas fantasias e ilusões; e a descoberta da importância de amar e crer no amor. Esses objetivos configuram um combate às principais características vistas pela APAC como próprias dos condenados pela justiça, sobre as quais falaremos adiante. Podemos adiantar que os presos são vistos pela APAC como possuidores de uma

série de características que configuram a clientela sobre a qual a APAC exige direito de atuação. Em geral, a APAC designa os presos por um eufemismo: *recuperandos*. A própria utilização deste termo faz parte de uma política de valorização humana:

“Por outro lado, nossa literatura jurídica, cristã, médica, psicológica, jornalística, entre outras, é rica em afirmações que confirmam, de modo inquestionável, ser correto o uso do termo *recuperando* (aquele que vai se recuperar) para denominar o preso, evitando a humilhação de designações impróprias.

Numa proposta de valorização humana, é admissível o eufemismo *recuperando* para evitar o uso dos termos *preso*, *interno*, *condenado* ou *sentenciado*, os quais, embora verdadeiros, não deixam de chocar e depreciar o ser humano.” (Ottoboni, 1997: .99).

Os *recuperandos* apresentam uma visão distorcida da realidade; sentem-se inferiores às outras pessoas; não acreditam em seus potenciais; e, como conseqüência trágica de todas essas características, não conseguem acreditar na verdade da existência de Deus.

De todas as características próprias das populações prisionais, a mais importante: sua baixa auto-estima. Esse, em principio, é o objetivo central da proposta de valorização humana desenvolvida pela APAC. É a partir deste problema central que os outros se desenvolvem, levando esta determinada parte da população a delinquir. Por isso, apesar de não se explicitar uma definição conceitual do que significa a valorização humana, ela é uma entidade bastante bem constituída que possui um alvo, algumas estratégias e vários objetivos. O alvo: a auto-estima do preso, que deve ser melhorada. As estratégias: reuniões de cela, ausência de ociosidade, alfabetização. Os objetivos: a descoberta pelo preso de seus potenciais, ajudá-lo a superar as vicissitudes naturais ao aprisionamento, fazê-lo ter vontade de ser útil e, claro, fazê-lo ver a necessidade da religião e de obedecer às ordens da APAC. Uma grande parte do que se entende por valorização humana está contida nessas formulações que, com exceção das últimas duas, estão todas presentes no trecho a seguir:

“1. A valorização humana como base do Método.

A valorização humana é fundamental na proposta da APAC: evitar a ociosidade a todo custo; dar atribuições ao recuperando de acordo com sua aptidão – caso ele não saiba fazer nada, ensinar-lhe trabalhos artesanais –; ajudá-lo a reciclar os próprios valores e a melhorar a auto-imagem; promover o encontro do recuperando consigo mesmo, para que ocorra a grande descoberta de todo o seu potencial disponível e ele supere as naturais vicissitudes da vida, especialmente do momento difícil enfrentado com o confinamento.

Sob essa ótica – segundo o princípio de o preso ajudar o preso –, o sentimento de responsabilidade individual ganha relevo especial. Esse salutar princípio devolve-lhe o sentimento de auto-confiança, desperta nele a vontade de ser útil, promove-o como ser humano pelo seu próprio esforço.” (Ottoboni, 1997: 37).

Através da valorização humana, cujo objetivo central é a promoção da auto-estima do preso, este acaba por se descobrir um ser humano igual aos outros, com as mesmas potencialidades, as mesmas qualidades e também as mesmas chances que qualquer ser humano:

“Nota-se que o resgate da pessoa humana somente será possível a partir de uma terapêutica penal própria, onde tudo deve ser em vistas à reciclagem de valores, na descoberta de si, de suas qualidades, potencialidades, da verdade. Ajudá-lo a perceber-se como cidadão igual a outro cidadão, com as mesmas possibilidades de caminho.” (APAC em Revista, 1996: .9).

Ainda uma vez: a descoberta da auto-estima é a descoberta da igualdade entre todos os seres humanos produzida no interior do preso a partir de uma série de procedimentos terapêuticos que variam da exigência do trabalho à necessidade de participação em ofícios religiosos. A valorização humana parece ser a valorização do que há de igual entre todos os seres humanos, igualdade que se produz sob a égide da divina criação, na qual não se faz qualquer distinção entre as criaturas. Através do reconhecimento da igualdade entre os homens, dar-se-á o surgimento de uma nova sociedade, como podemos ver em um documento encontrado na APAC:

“O Método APAC consiste em colocar em primeiro lugar o ser humano e, nesse sentido, todo trabalho deve ser voltado e modo a reformular a auto-imagem do homem que errou.

Em reuniões de cela, com a utilização de métodos psico-pedagógicos, é realizado grande esforço para fazer o recuperando voltar suas vistas para essa valorização de si: convencê-lo de que pode ser feliz, que não é pior do que ninguém absolutamente.

Que Deus o fez do mesmo jeito que fez todos os homens. Que ele é considerado o mais importante entre os homens de acordo com os planos de Deus.

Deus não fez diferenças, não estabeleceu nenhuma discriminação entre os seus filhos. Ama a todos por igual.

A valorização humana é abrir espaço para que ressurgja o Homem Novo, de modo a colaborar com a construção de uma nova sociedade.”

Além de todas as metamorfoses já mencionadas que um trabalho de valorização humana deve produzir nos presos, há alguns efeitos fundamentais que ainda não foram citados. Em uma publicação da APAC, lê-se que seu Método socializador, através das palestras de valorização humana, procura despertar o interesse do recuperando pelo *diálogo como base da unidade*, princípio que significa uma convivência entre os presos livre de qualquer violência física, “a fim de serem eliminadas as dissensões que acabam por subjugar o mais fraco, gerando, inclusive, entre outras coisas, a pederastia passiva” (APAC, 1995 a); *respeito às autoridades*, principalmente para evitar confrontos entre presos e agentes de segurança, o que sempre causa mal-estar e insegurança no presídio; *trabalho como essencial à vida do homem*, “desenvolvendo treinamento paulatino até que o preso e muitos que nunca trabalharam honestamente assumam este compromisso, como condição ‘sine qua nom’ para retornar ao convívio da sociedade” (APAC, 1995 a) e *a promoção do homem pelo crédito, pela confiança, pela conquista de espaço com o próprio esforço*. Quanto ao princípio da necessidade do trabalho, ele está ligado ao princípio do diálogo entre os presos na medida em que foi aplicado pela entidade através da idéia do “preso ajudando o próprio preso”, pela qual eles executam atividades as mais variadas em conjunto ou pressupondo que as dificuldades que um preso encontre no

desenvolvimento de seu trabalho devam ser compensadas pela ajuda que seus companheiros lhe prestam ao perceberem qualquer problema (APAC, 1995 a).

As palestras de valorização humana, que se propõem a provocar todas essas mudanças nos presos, são também um assunto interessante. Conforme um documento que encontramos, essas palestras eram estruturadas num curso de valorização humana que era ministrado aos recuperandos do primeiro, segundo e terceiro estágios do Método (respectivamente, regimes fechado, semi-aberto e aberto) na forma de "reflexão grupal". Para os recuperandos do primeiro estágio, o curso era dado toda quarta-feira, das 9:00h às 10:30h, e era feito da seguinte forma: propunha-se a todos um tema para discussão; dividia-se a turma em grupos de dez pessoas; acompanhavam-se os grupos na discussão do tema; sorteavam-se três ou quatro grupos; por fim, o líder de cada grupo expunha o tema. Todas essas atividades aparecem cronometradas para terem um tempo determinado de duração. Uma vez por mês, todos os recuperandos eram avaliados no mesmo horário do curso para que seu aproveitamento fosse verificado. No mesmo documento, aparecem referências à *composição do mês*, concurso de redação entre os recuperandos com escolha mensal da melhor redação e que, portanto, deve fazer parte do curso de valorização humana. Os recuperandos do segundo e terceiro estágios cumpriam atividades semelhantes, mas menos intensas. Ao invés de encontros semanais para reflexão, esses se davam duas vezes a cada dois meses em domingos seguidos e se prolongavam das 8:00h às 15:00h. A única diferença entre as reuniões dos recuperandos do primeiro estágio e as outras era que nas últimas aplicava-se um questionário para os recuperandos a fim de se avaliar seu aproveitamento, questionário este elaborado em conjunto pelos presos e pelos voluntários responsáveis pelo curso. Uma reflexão semelhante à que se fazia com os recuperandos dos dois últimos estágios era feita com os familiares dos recuperandos, inclusive no mesmo horário.

O efeito que ocupa a posição mais fundamental na idéia de valorização humana, porém, é mencionado apenas *en passant* em um texto bastante curto e que não lhe outorga qualquer primazia sobre outros efeitos. É quase como se ele não fosse de nenhuma importância. Tem-se a impressão de que os efeitos de metamorfose produzidos no preso é que são fundamentais, e a consequência mais clara de tudo isso fosse apenas uma preocupação secundária. Na prática institucional, a grande conquista da APAC sempre foi a ressocialização do preso. Por isso, o efeito

mais importante da valorização humana deve estar ligado diretamente aos efeitos buscados pela instituição como um todo. Por isso, devemos dar destaque a uma frase que parece negligenciada pela própria instituição, que encontramos em um documento: “Somente a valorização e dignificação do ser humano como um todo, com ênfase nos seus aspectos morais e espirituais pode afastá-lo e tirá-lo do mundo do crime”.

Por fim, retornemos ao alvo principal da valorização humana para mostrar uma característica importante do trabalho da APAC. Como dissemos, a valorização humana se exerce principalmente sobre a auto-estima dos presos. Pois bem, auto-estima é um conceito intimamente ligado à forma pela qual a Psicologia analisa inúmeras interações humanas. Essa influência de conceitos psicológicos no trabalho da APAC é notável e parece ter como principal efeito outorgar legitimidade científica ao trabalho da APAC. Ao definir sua clientela, os recuperandos, a APAC lançava mão constantemente de argumentos psicológicos para explicar seu Método e os resultados por ele almejados. A necessidade de um trabalho voltado para a valorização humana é defendida de forma exemplar num texto que apresenta inúmeras citações a conceitos psicológicos:

“Maslow apresenta sua teoria humanista na hierarquização das necessidades da pessoa. Relaciona tais necessidades em uma pirâmide, em cuja base estão necessidades; no corpo ficam as necessidades de segurança; e, no topo, a auto-realização e a auto-estima.

Como vemos, o período probatório da suspensão condicional da pena, conhecido como *sursis*, coloca a pessoa nessa pirâmide cerrada, levando-a ao medo da liberdade e a uma desorganização de suas energias internas, já que vê frustrado, embora temporariamente, o seu projeto de auto-realização.

Discutida nessa perspectiva, a compreensão da natureza humana passa também a ser uma questão intimamente ligada à valorização em termos de conceito e de fato, o que a livra da abordagem abstrata. Se entre a liberdade e a obrigação, a lei ou a norma, colocamos a atuação consciente e livre, poderemos compreender o ser humano. Não há possibilidade de liberdade sem esse “risco” da consciência. Ora, a liberdade humana não é uma resposta apenas conceitual a ser dada; é, antes, uma realização a ser efetuada. Enquanto fonte de valor, o

homem não é um objeto sob o domínio da lei, é um projeto a ser cumprido, realizado.” (Ottoboni, 1997: 93).

Pelo estudo de suas contradições, não se pode saber bem o que a idéia de valorização humana é mas sabe-se bem o que ela produz: ela abre lugar para a defesa da igualdade entre os seres humanos e afirma a existência de uma espécie de pessoa que delinque por não entender bem seu papel na ordem natural da criação. É através dos desenvolvimentos lógicos dessa idéia fundamental que a APAC abre a facada a trilha pela qual envereda na densa floresta do sistema penitenciário.

Discutiremos agora a *religião* como parte do Método APAC de ressocialização dos presos. É uma constatação esclarecedora perceber nos textos produzidos pela APAC que a cosmovisão católica aparece o tempo todo como um pano-de-fundo valorativo a partir do qual se dão as comunicações entre os diversos atores institucionais. Em princípio, podemos notar claramente um fundo cristão nos discursos desses atores. Para citar alguns exemplos, quando um grupo de apaqueanos de Piracicaba visitou as instalações da matriz de São José dos Campos, o agradecimento pela atenção dispensada por esses últimos foi expresso através de um “obrigado pelo Cristo Vivo que vocês transmitem para nós de Piracicaba” (APAC em Revista, 1988 a: 15). Na APAC de São Sebastião foi fundado um jornal pelos recuperandos que agradeceram, na primeira edição, a dedicação dos voluntários elogiando seus “nobres sentimentos cristãos” (APAC em Revista, 1988 a: 14). Mas a preponderância dos valores católicos pode também ser percebida implícita ou explicitamente na forma como a APAC interpreta sua própria história. Isso acontece claramente quanto aos visitantes que a instituição recebe. Nas diversas edições da APAC em Revista, podemos ver um destaque óbvio para os visitantes eclesiais. Para não alongarmos o assunto, daremos apenas um exemplo: a visita do Núncio Apostólico à APAC de São José dos Campos. Ao noticiar a visita, aquele órgão de divulgação não se fez de rogado: “Cercada por uma grande expectativa por parte dos integrantes da Pastoral Carcerária desenvolvida pela APAC, a visita do Núncio Apostólico foi considerada a mais importante que a Entidade recebeu nos 15 anos de sua existência.” (APAC em Revista, 1988 b: 5). E isso, não porque a APAC não tivesse sido já bastante visitada: todo tipo de pessoa já havia conhecido suas

dependências. O fundamental era a posição hierárquica do visitante dentro da Igreja Católica. Para comparar, é raro encontrar nas edições da revista que pesquisamos qualquer referência a trabalhos executados por membros de seitas evangélicas. Não conseguimos encontrar sequer uma referência a pessoas de qualquer outra denominação religiosa.

Dito isso, pode parecer um tanto redundante falar sobre a religião no Método: sendo, como era, um pano-de-fundo valorativo que mediava inúmeras comunicações entre os membros da instituição, talvez a religião não tenha como desempenhar um papel ainda mais importante do que este. Da mesma forma que, para alguns autores, as civilizações ocidentais não conseguem sobreviver sem a coesão provocada pelas concepções religiosas, parece óbvio que, de uma forma ou de outra, a religião aparecerá no trabalho da APAC como peça fundamental ou secundária, mas estará sempre lá, pois seus atores são sempre personagens de nossa cultura. Acontece que na APAC essas concepções religiosas evoluíram para uma defesa explícita da necessidade de impor aos presos a crença em Deus. Desde o início dos trabalhos da APAC, percebe-se a preocupação clara em estabelecer um trabalho pastoral voltado para a evangelização dos presos. O que pretendemos mostrar aqui é como essa preocupação foi introduzida no Método APAC como parte importante dos esforços despendidos pela instituição para provocar a desejada metamorfose socializadora nos presos.

Em primeiro lugar, devemos nos deter momentaneamente no papel outorgado pela APAC à religião como peça fundamental na vida de qualquer ser humano, independentemente de sua posição e de seus problemas. Dessa forma, poderemos entender que a religião não é vista tão somente como uma prática eficaz na socialização dos presos, mas como parte de uma visão global de mundo partilhada pelos membros da APAC ou que, de qualquer forma, tomou a configuração de “visão oficial” de mundo da APAC. A religião pode aparecer eventualmente como uma característica útil para avaliar a personalidade alheia. A religião, neste sentido, é uma espécie de “moeda” que permite fazer previsões sobre as reações das outras pessoas e obter uma garantia de cumprimento dessas previsões. Da mesma forma pela qual a moeda garante ao seu portador o direito de troca, a religião garante ao seu portador o crédito em seu caráter. Além disso, a religião é um impulso pessoal ao progresso, um motor para o desenvolvimento das potencialidades individuais. Essas duas

concepções podem aparecer concomitantemente em alguns documentos produzidos pela APAC:

“É muito difícil confiar em alguém que não confia em Deus. A religião estimula a prática do conhecimento, do estudo, da virtude, e faz caminhar por uma estrada estreita, disciplinada, difícil, porque exige combate ao próprio egoísmo, ao desamor, à aspiração imoderada e à cobiça.” (Ottoboni, 1997: 37).

Da mesma forma que a religião serve a um papel individual de mediação entre os seres humanos, também socialmente a religião é uma garantia de segurança. Frente aos problemas sociais que encontramos ao nosso redor, a causa e a solução são partes do mesmo processo – a aproximação ou o distanciamento de Deus: “A descrença assumiu um papel preponderante no atual momento histórico, exatamente porque, a cada dia, a falta de dignidade, de cumprimento do dever, a desonestidade são mais valorizadas no mercado da corrupção e da violência.” (Ottoboni, 1997: 112). E, como consequência lógica desta afirmação, encontramos a defesa da religião como solução para os problemas sociais, numa frase que cita Nelson Hungria: “Precisamos fazer novamente a experiência de Deus. Não basta que dentro das colunas partidas da inoperante civilização atual sejam os gênios a nos conduzir. É preciso que surjam também os santos.” (Ottoboni, 1997: 38).

A religião também é universalmente defendida por seu caráter de vínculo de amor entre as pessoas: “Em qualquer circunstância da vida, convém sempre recorrer aos ensinamentos da doutrina cristã; vale lembrar aqui que o Cristo nos legou a maior lição de amor ao proclamar solenemente o mais importante de todos os mandamentos: ‘Amái-vos uns aos outros como eu vos amei’.” (Ottoboni, 1997: 79). A defesa da religião como única forma do homem compartilhar amor com seus semelhantes também aparece de forma explícita em outro momento: “É importante que o homem tenha uma religião, creia em Deus, ame para sentir a alegria de ser amado.” (Ottoboni, 1997: 111).

Em certos momentos, a APAC trai esta universalização do papel da religião deixando escapar seu caráter coercitivo. É assim que o trecho a seguir começa com uma citação à metodologia sistemática e depois se corrige, generalizando a necessidade de uma religião. “Dentro de uma metodologia séria, sistemática e

pedagógica, haverá um momento em que o próprio ser humano, de um modo geral, não precisa ser necessariamente aquele que está cumprindo pena, sentirá necessidade de Deus, de alguém que seja um conselheiro, companheiro, amigo.” (APAC em Revista, 1996: 9). A necessidade de crer em Deus aparece em determinados momentos como a necessidade de uma garantia pessoal de segurança, algo que a APAC vê como sendo um desejo natural do ser humano: “A certa altura dos acontecimentos, o próprio ser humano, de modo geral, não precisa ser necessariamente aquele que está cumprindo pena, sentirá necessidade de Deus, de alguém que seja um conselheiro, companheiro firme e que não falhe tanto. Todos falhamos muito, somos seres humanos que erra[m] a todo momento” (Documento sem título encontrado na APAC).

Também a religião é o único sentido possível para as pessoas: “O homem sem Deus não vê sentido na vida.” (APAC, 1995 a)

O valor universal da religião era tão importante que a APAC se preocupava em ocupar uma parte do tempo do curso de formação de voluntários para inculcar neles esta forma de ver a religião. Através de citações de autores como Nelson Hungria, a APAC procurava mostrar para os voluntários que não havia outra saída a não ser a religião (APAC, (s.d.) a).

Acima de tudo, a APAC pregava a idéia de que a religião era uma absoluta necessidade para os seres humanos, um imperativo moral sem o qual o homem “não tem princípios de moral e nem de ética”, nas palavras de D. Eusébio Oscar Scheid, bispo de São José dos Campos e bispo das APACs do Brasil. Ainda de acordo com ele, a APAC supre essa lacuna nos presos porque “além dos valores do trabalho, da amizade, da confiança e de outros, incute no reeducando princípios religiosos, dando a ele, através dos ‘padrinhos’, o ambiente familiar que lhe falta” (APAC em Revista, 1987 a: 8).

Na forma como a APAC via a religião estava embutida a justificativa moral para trabalhar pela recuperação dos presos. Para a APAC, a religião era, acima de tudo, um desprezo pelo erro e um amor pelos que erram:

“Se o apostolado buscou, antes de tudo, mostrar Deus ao reeducando, fazendo-o encontrar-se consigo mesmo, ressurgir das misérias para uma vida

nova de paz e compreensão, não seria difícil – repito – encontrar-se a norma, o fundamento de tudo o que se tem feito:

‘Matar o criminoso, salvando o homem’.” (Ottoboni & Netto, 1976: 89).

No Método APAC, porém, a religião adquire um papel essencial no processo de recuperação do preso. Todo o funcionamento da APAC era baseado na idéia da religião como fator essencial para a ressocialização dos presos. Em uma publicação da APAC podemos encontrar uma frase que ilustra o caráter preponderante das preocupações com a evangelização na constituição e funcionamento da APAC. Diz esta publicação: “A APAC nasceu aos pés da cruz”.

A grande prioridade da APAC no processo de recuperação do preso era justamente a recuperação moral e religiosa: “(...) a APAC está em condições de garantir que, em face da **responsabilidade moral**, cuida primeiro e principalmente da **recuperação moral** compreendida no ser humano multi-dimensional, enfatizando a parte religiosa como sustentáculo para tudo” (Ottoboni & Neto, 1976: 83).

A religião era tão importante que antes mesmo de garantir aos presos a possibilidade de apoio material, cumpria transformá-lo interiormente para receber a sua “reconstrução” espiritual:

“Com absoluta prioridade em todos os sentidos, damos especial conotação à reconstrução total do homem, em sua dimensão espiritual e transcendental. Em 2º lugar procuramos prepará-lo para superar as necessidades materiais de sobrevivência honesta depois do cumprimento da pena, fora da cadeia. Primeiro o espírito e depois o corpo.” (Ottoboni & Neto, 1976: 70).

O caráter eminentemente religioso da APAC também se manifestava em seu quadro de diretores. Após a saída de Mário Ottoboni, cursilista que dirigiu a APAC por 26 anos consecutivos, foi posto como seu sucessor um presidente ligado também à Igreja Católica. Além de ser vereador suplente em São José dos Campos pelo PFL, ele era diretamente ligado à Igreja da Sagrada Família.

Frente à colocação anterior de que o trabalho da APAC voltava-se inicialmente de forma prioritária para o espírito e só depois para o corpo, não é surpreendente encontrarmos numa publicação mais recente notícias sobre os

fracassos sofridos por esses primeiros voluntários. Podemos encontrar algumas menções sobre isso: “Depararam-se os voluntários, com o fato de que não adiantava apenas tentar evangelizar, sem atender também aos demais aspectos da vida do preso, ou seja, o preso tinha outras necessidades mais prementes, que a necessidade de Deus.” (APAC em Revista, 1996: 6). Para atingir o objetivo central, fez-se necessária uma adaptação estratégica no trabalho desenvolvido com os presos. Primeiro o espírito, mas antes o corpo: “A partir de nossa experiência realizada no Presídio Modelo da APAC, em São José dos Campos, SP, concluímos que os presos têm outras prioridades que antecedem à necessidade de Deus. A necessidade jurídica, médica, odontológica... São vitais e, se não atendidas, criam um clima insuportável e extremamente agressivo, foco gerador de fúrias, rebeliões e violências. Impossível falar do amor neste ambiente.” (APAC em Revista, 1996: 8).

Prova de que a APAC não deixou sequer por um momento de considerar a evangelização como sua tarefa prioritária é o fato de que em uma publicação de 1995 a religião aparece, numa descrição do Método APAC, como seu “fator base” (APAC, 1995a). Outra publicação do mesmo ano nos informa que no exercício de sua obra de caridade, “a APAC presta assistência aos presos, nas diversas modalidades, conforme seja necessário, sendo, porém, fundamental a assistência religiosa (...)” (APAC, 1995 b: 4). O mesmo documento mostra a ligação estreita que existe entre a APAC e as autoridades eclesiais, afirmando que “em todas as localidades onde existe APAC, se ainda não foi criada a Capelania, há, sempre, entretanto, um sacerdote que é o diretor espiritual. A tendência é que, em cada caso, seja, oportunamente, criada a Capelania” (APAC, 1995 b: 4-5). Ainda neste documento, uma breve descrição das reuniões que os voluntários da APAC fazem para discutir os progressos e problemas enfrentados no curso de suas atividades mostra que a religião é fator de ligação extremamente forte entre os voluntários: “Essas reuniões constituem ocasião de intercâmbio de idéias e de experiências (positivas e negativas) entre os apaqueanos. As orações e comentários de ordem moral e religiosa, feitos, oportunamente, no início, durante e no fim delas, constituem valioso incentivo para a vida espiritual e o cultivo das virtudes.” (APAC, 1995 b: 25).

Por fim, a essencial pedagogia procurada pela APAC na transformação de seus analfabetos em letrados espirituais: “Do dia-a-dia apaqueano fazem também

parte a oração, meditação, cânticos religiosos, palestras, etc. Na cartilha da APAC aprende-se que religião é fundamental.” (Carrara, (s.d.): 19).

Devido ao papel preponderante da religião no funcionamento da APAC e no desenvolvimento de seu Método de ressocialização, a quantidade de atividades religiosas podia ser bastante grande. Uma quantidade considerável do tempo despendido pelos recuperandos voltava-se para esse tipo de atividade que, de qualquer forma, ocupava, à parte o tempo que consumia, uma posição central no discurso da APAC sobre a transformação dos presos. No ano de 1985, foram realizadas 38 aulas de catequese, 40 sacramentos, 30 cânticos e 9 cursos de evangelização fundamental. Em comparação, foram reservadas 40 aulas para o supletivo I grau e 90 aulas para o MOBREAL (APAC, 1985). Em 1976, a lista de atividades religiosas incluía um domingo de reflexão por mês com os presos, três Jornadas Carcerárias no ano e uma experiência de oração do Espírito Santo, “a primeira de que se tem notícia, levada a efeito num presídio (...)” (Ottononi & Neto, 1976: 55). Havia ainda orações dentro de cela e concursos bíblicos. Em um quadro de horários de 1985, encontramos que às segundas-feiras havia aulas de catecismo às 15:30h; às terças-feiras havia aula de religião às 10:00h; às quartas-feiras, havia aulas de valorização humana às 10:00h, aulas de relações humanas e formação de caráter às 15:30h e terço com participação dos membros da pastoral carcerária às 20:00h; às quintas-feiras, dias de visita, havia uma missa no pátio às 16:00h, uma hora antes do encerramento das visitas; às sextas-feiras havia nova aula de religião às 15:30h; aos sábados havia palestras com convidados às 10:00h, eventualmente enfocando temas religiosos; e aos domingos havia visitas de grupos cristãos. Não é possível, pelo quadro, saber a duração das atividades. Além delas, o mesmo quadro informa a realização de um curso bíblico às quartas-feiras, das 20:00h às 22:00h; uma missa de congregamento entre reeducandos, familiares e voluntários às quintas-feiras a partir das 20:00h; uma missa aos sábados, que acontecia na Igreja Matriz de São José dos Campos às 20:00h, com o objetivo de promover o encontro dos reeducandos com a sociedade; e, aos domingos, havia “reflexões” de reeducandos e familiares a partir das 7:00h, variando conforme o calendário. Eventualmente, programavam-se atividades religiosas extraordinárias com os recuperandos, como a Semana de Oração que foi realizada entre 25 de abril e 2 de maio de 1993 incluindo cantos, palestras e orações. Vale lembrar que, pela portaria nº 05/84 de 27 de junho de 1984, ficava

estabelecida no artigo 4 letra "b", a obrigatoriedade para todos os recuperandos do primeiro estágio, regime fechado, de "participar dos atos religiosos com respeito".

Mencionamos apenas algumas das atividades religiosas que eram organizadas pela APAC. Por hora, vale ressaltar que, dentre todas essas atividades, as de maior destaque eram, sem dúvida nenhuma, as Jornadas Carcerárias com Cristo. Essas Jornadas eram encontros de três dias nos quais os presos assistiam a inúmeras palestras de forma bastante intensa. No aspecto geral, essas Jornadas reproduziam fielmente a atmosfera criada pelos Cursilhos de Cristandade, pelo qual passaram muitos dos voluntários da entidade; talvez venha daí o papel preponderante atribuído a essas Jornadas. Na forma como os membros da APAC entendiam seu trabalho, nada superava a importância dessas Jornadas na recuperação dos presos.

"A APAC visa restaurar a personalidade do preso, a fim de prepará-lo para o convívio saudável e integrado no seio da comunidade.

Dentre os recursos utilizados, destaca-se a JORNADA CARCERÁRIA COM CRISTO. São três dias intensivos de debates, de palestras de reflexão em que o detento é colocado perante si mesmo, perante a sociedade, perante sua consciência, perante Deus, perante a escolha do bem e do mal." (APAC em Revista, 1988 c: 9).

Como se pode ver, dentre os diversos elementos do Método APAC, a religião ocupava papel central. Dentre as inúmeras atividades programadas a partir desta proposta, a Jornada Carcerária era a mais importante. Portanto, podemos afirmar que, dentre todas as atividades propostas pelos voluntários da APAC, a Jornada Carcerária era a mais importante de todas, aquela que caracterizava mais, na opinião dos voluntários, o trabalho que eles realizavam junto aos presos.

É certo que a preocupação com a religião pode ser explicada pela origem cursilhistas da instituição. De modo geral, os cursilhistas que iniciaram o trabalho na cadeia Humaitá criaram condições legais para que seu apostolado fosse cristalizado como parte integrante do funcionamento da cadeia. Mas o que eles faziam ali, logo no início do trabalho, era exatamente o que fazem as pastorais carcerárias assemelhadas à APAC dentro de vários presídios: prestavam assistência material aos presos e procuravam inculcar neles a necessidade de uma religião. A partir do desenvolvimento peculiar que esta proposta inicial encontrou em São José dos

Campos, o grupo de voluntários acabou por ter acesso a meios legais de impor seu trabalho aos presos com exclusividade sobre qualquer outro tipo de trabalho voluntário, estabelecendo um mau disfarçado monopólio sobre a reserva de mercado carcerária que lhes foi destinada pelos sucessivos juízes corregedores da comarca. Mesmo assim, a APAC continuou a se ver como uma pastoral carcerária (ou pastoral penitenciária, como preferiam os apaqueanos). Tanto é que a APAC dividia seu organograma em duas partes: na primeira (APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) ficavam os setores responsáveis pela manutenção legal do controle sobre o presídio Humaitá. Na segunda (APAC – Amando ao Próximo Amarás a Cristo) ficavam os setores que caracterizavam a APAC propriamente como uma pastoral carcerária. Portanto, ela se fundava a partir de uma dubiedade institucional na qual, por um lado, era entidade civil legalmente constituída com a responsabilidade outorgada pelo juiz corregedor da comarca de zelar por um presídio e, por outro lado, era instituição pastoral ligada à Igreja Católica e funcionando sob orientação e autorização do bispo da Diocese. Nota-se bem por esta caracterização que a APAC era uma pastoral carcerária que foi investida de poderes estatais: não se trata de uma instituição que permitia simplesmente a realização de trabalhos evangélicos junto aos presos, ou de uma instituição que ao lado de suas atribuições legais desenvolveu um caráter pastoral. Trata-se de um braço legal da pastoral carcerária – e, portanto, da Igreja Católica – investida por determinados representantes do poder de Estado do direito legal de determinar as diretrizes de funcionamento do presídio Humaitá. Por isso, institucionalmente a APAC é eminentemente católica, malgrado seus esforços em se dizer, na prática junto aos presos, ecumênica por excelência. Esta característica institucional da APAC de ser pastoral carcerária e órgão auxiliar da Justiça não é negada ou disfarçada pelos seus membros, que a admitem com naturalidade, apontando-a, na verdade, como o principal ponto positivo da entidade. Há um texto que mostra uma interessante conseqüência deste papel duplo da APAC com relação à forma pela qual ela vê os presos, uma forma de ver que extrapola a simples consideração de sua “humanidade”:

“A APAC, como já foi dito, por um lado é Pastoral Penitenciária e, por outro lado, é órgão auxiliar (acessório) da justiça. Conjugando essa sua dúplice

identidade, resulta que ela trata os presos não só humanamente, mas como irmãos em Cristo, e procede, na execução da pena, com seu método próprio, observando a lei e a sentença condenatória, em tudo subordinando-se ao Juiz das Execuções Penais, e por ele supervisionada.” (Miotto, (s.d.): 6).

Assumir publicamente sua condição de pastoral não era uma simples disposição da diretoria: era um ponto enfatizado nos estatutos da entidade. O nome dado ao setor “pastoral” da APAC devia constar obrigatoriamente de todos os impressos da APAC, de acordo com o artigo 58 do Estatuto. E realmente, em todos os documentos oficiais da APAC, pode-se ler no rodapé da folha a inscrição: “Amando o próximo, amarás a Cristo”.

Da mesma forma, a filiação da APAC ao movimento cursilista de São José dos Campos era um motivo de orgulho para o próprio Cursilho. Por ocasião dos 30 anos de Cursilho em São José dos Campos, foi publicado um artigo de jornal elogiando os resultados positivos por ele produzidos. Neste artigo, são enumeradas duas, e apenas duas, conquistas que ele obteve: “Nesses 30 anos, mais de 4000 pessoas fizeram o Cursilho. A APAC nasceu do Cursilho,” e, aparentemente não precisando enumerar mais nenhuma conquista, o texto laconicamente muda de assunto (Nascimento, 21.11.1999).

Assim, não é espantoso que a APAC tenha se interessado e finalmente conseguido filiar-se à PFI. Também esta organização tem um caráter eminentemente missionário e se propõe a ser principalmente um movimento cristão de difusão da palavra do Evangelho nos presídios, bem como um movimento para cuidar dos direitos dos presos. Em um informe de 1997, a PFI se define como um “movimento cristão global de reconciliação e restauração para todos os que se vejam envolvidos ou afetados pela delinquência, proclamando assim o poder redentor e o amor transformador que tem Jesus Cristo para todo o mundo³”. A filiação institucional da APAC ao PFI, portanto, supõe uma anterior filiação ideológica ao ideal global da instituição que, aos poucos, a APAC foi tentando colonizar.

A principal razão pela qual os membros da instituição reagiam com tanto mau-humor quando algum visitante enfatizava o caráter católico da instituição não

³ “Nuestra visión consiste en ser un movimiento cristiano global de reconciliación y restauración para todos quienes se vean involucrados o afectados por la delincuencia, proclamando así el poder redentor y el amor transformacional que tiene Jesucristo para todo el mundo”.

era, portanto, o fato de tratar-se de informação sigilosa ou de assunto embaraçoso. Nos meios católicos engajados, a APAC tratava de expor ao máximo essa característica e de propagandear-la como sua grande vantagem frente a outros modelos de atuação. Fora dos meios católicos, porém, isso despertava incontinenti uma grande desconfiança. Não seria todo este trabalho uma tentativa pura e simples de conversão forçada dos presos ao catolicismo? Não seria isso uma tentativa covarde da Igreja de aumentar sua massa de fiéis num meio desprotegido e altamente submetido ao seu poder, como eram os presos da APAC? Preparados já para essas questões, os voluntários respondiam sempre que não se tratava disso absolutamente. Então, eles invariavelmente explicavam que, a despeito do caráter institucional católico da APAC, sua prática se voltava sempre para o respeito à liberdade de consciência dos presos, que podiam escolher dentre as religiões aquela que bem lhes aprovesse. Sempre que falava sobre a religião em seu Método, a APAC fazia questão de ressaltar, principalmente nos documentos de circulação mais ampla, que não impunha qualquer religião: “No método APAC não se impõe esta ou aquela religião (...)” (APAC, 1995 a).

De forma conseqüente com esta postura, na época em que a APAC passou a administrar o Presídio Humaitá, o juiz corregedor da comarca de São José dos Campos teve o cuidado de inserir na Portaria nº 05/84, que regulamentava as atividades da APAC, em seu artigo primeiro, parágrafo único, a determinação de que “para as atividades religiosas, será reservado a todo reeducando, em igualdade de condições, espaço para receber instruções do credo pelo qual optou”.

O fato de ser uma pastoral carcerária não implicava, na opinião dos membros da APAC, que os presos estivessem submetidos a um orientação religiosa coercitiva. Possivelmente, esta era uma crítica muito freqüente ao trabalho da APAC. Considerando a freqüência com que a APAC respondia a essas críticas, talvez esta fosse sentida como a principal objeção ao trabalho desenvolvido pela APAC. Principalmente, o fato da APAC ser uma pastoral com poderes de Estado devia causar um certo embaraço. A APAC mesma tratava de responder a essas objeções, procurando mostrar que o fato de ser uma pastoral carcerária não significava ausência de espírito democrático: “[A assistência religiosa da APAC, devidamente autorizada pelo bispo da Diocese] adquire a configuração jurídico-canônica de Pastoral Penitenciária. Essa configuração não exclui que os não católicos recebam a

assistência religiosa de ministros do seu culto, como efetivamente recebem, respeitada, desse modo, a sua liberdade de consciência e de religião, que é direito humano.” (APAC, 1956: 4).

Ao justificar a religião como elemento de seu Método, a APAC sempre obedece a uma ordem geral de argumentação: primeiro, explica que em seu Método não há a imposição de qualquer religião; depois, insiste na absoluta necessidade do preso ter uma religião. Assim, a APAC mostra que a religião não é defendida por eles como uma questão simplesmente de valores – não é por causa da origem cursilista da instituição ou pelas crenças pessoais dos voluntários que a APAC prega a religião. É, isto sim, por uma necessidade empiricamente verificada relativa ao tratamento dos presos: sem Deus, os presos não largam a vida do crime. Curiosamente, esta estrutura discursiva foi reproduzida em uma reportagem sobre a APAC, onde se diz: “Ninguém é obrigado a acreditar em Deus nem a ser católico (os evangélicos dispõem de um espaço próprio). Mas se insiste bastante naquilo que ensinou Jesus: ‘Sem mim, nada podeis.’” (Carrara, (s.d.): 19).

Ainda uma vez, esta defesa do caráter democrático do Método da APAC parece ter sido necessária desde quase o início dos trabalhos da instituição. No livro *Cristo Chorou no Cárcere*, de 1976, podemos encontrar exatamente a mesma argumentação que encontramos durante toda a década de 90:

“Não há imposição de uma religião, mas, sim, a conscientização da necessidade do homem ter uma religião:

- a) Crer em algo superior.
- b) Ter um ideal.
- c) Saber caminhar rumo à meta que propicia a verdadeira libertação.”

(Ottononi & Neto, 1976: 90).

As acusações contra o trabalho evangelizador da APAC devem ter adquirido um caráter mais sério do que a simples dúvida sobre se ela permitia liberdade de culto aos presos. Em um artigo publicado na APAC em Revista, o então presidente do conselho superior da COBRAPAC e um dos fundadores da APAC de São José dos Campos, preocupado com objeções feitas à instituição, defende-a de uma acusação bastante inusitada: a de que a APAC usaria a religião e a lavagem cerebral para, violentar a liberdade do preso. Ele começa a defesa argumentando que a APAC

propõe, mas não impõe a religião por quatro razões: a primeira é de que a religião, propondo Deus como “Pai comum de todos nós, que ordena a fraternidade e o amor com[o] lei, perante a qual seremos julgados sem subterfúgio e sem apelação, é motivo válido para a recuperação”; a segunda é que a religião é a única motivação suficiente para a cooptação de voluntários; a terceira é que Deus é “a grande realidade perante a qual ninguém pode passar indiferente” e que a imagem de um Deus de amor constitui a “grande barreira para o crime e o fator básico de equilíbrio da personalidade”; a quarta razão é que a “análise do material inconsciente dos ateus revela que eles são atualmente preocupados com o problema de Deus.” Apesar disso, a APAC não impõe a religião porque “a liberdade é o contexto no qual Deus colocou o homem no mundo” e “destruir a liberdade é tentar destruir o plano do Criador.” Ao contrário disso, a APAC procura

“(…) desintoxicar o preso das imagens sombrias, agressivas, mórbidas que povoam seu mundo interior, substituindo-as por imagens amicais, otimistas, confiantes, esperançosas, objetivas, equilibradas, que façam o recuperando levantar com orgulho a cabeça e caminhar, com passos seguros, rumo a seu destino de amor.” (APAC em Revista, 1988 c: 9).

Estratégias para esta “desintoxicação” não faltam. Numa descrição da trajetória que as APACs espalhadas pelos diversos cantos do Brasil tradicionalmente seguem até obterem um nível ótimo de entrosamento com os presos e com os agentes de segurança do sistema prisional, podemos encontrar uma importante nota a respeito da forma pela qual a APAC se propõe a ensinar aos presos o valor da religião:

“Os melhoramentos na vida prisional, trazidos pela solução de problemas como esses [melhoramentos no asseio pessoal dos presos, no ambiente prisional, na alimentação, na vinculação dos presos com suas famílias, na assistência jurídica, na saúde e no trabalho dos presos], suscitam nos presos disposições para aceitação da “palavra de Deus”. Pouco a pouco, o condenado vai se modificando interiormente, o que se reflete na conduta dele “diante de Deus”, para consigo mesmo, para com os companheiros, para com a administração e o pessoal da cadeia.” (APAC, 1995 b: 6).

Desta forma, lentamente o índice de reincidência vai diminuindo até que, dez anos após o início das atividades da APAC numa determinada região, ele gira, em média, em torno de 10% (APAC, 1995 b: 6).

A APAC pode optar por dois argumentos no momento em que se defende da acusação de impor o catolicismo aos presos: ou ela afirma que não impõe qualquer tipo de religião aos presos (como pudemos ver no início da discussão, quando foi dito que na APAC havia até mesmo ateus) ou ela afirma que impõe ao preso a necessidade de ter uma religião mas não interfere na escolha feita pelo preso sobre sua religião de preferência. Este segundo argumento é o mais comum e aparece de forma bastante explícita em vários momentos. Num panfleto dirigido aos familiares dos presos, podemos ler que a “APAC sempre procura inculcar no preso a necessidade do homem ter uma religião, crer em Deus, amar e ser amado”. A maior preponderância desse argumento frente ao outro pode ser explicada se levarmos a sério uma das “quatro razões” pelas quais a APAC “propõe” a religião aos presos: a de que a religião é o único argumento eficaz no recrutamento de novos voluntários. Esse benefício institucional, se for verdadeiro, devia ser de extrema importância para a APAC, que dependia quase exclusivamente da presença de voluntários para continuar funcionando. Podemos mesmo supor que um trabalho junto aos presos que não apresente qualquer caráter disciplinar seja visto como “suspeito” aos olhos da comunidade, que poderia supor a existência de ilegalidades no funcionamento da instituição. Os próprios voluntários da APAC relatavam às vezes que as pessoas mais próximas mostravam um certo constrangimento quando descobriam que eles trabalhavam em um presídio, acontecendo de, eventualmente, acabarem se afastando de seu contato. Como grande parte dos voluntários se originavam nas Igrejas da cidade, é possível que a explicitação do caráter religioso do empreendimento não só não prejudicasse a imagem da APAC como a promovesse aos olhos de seu público preferencial.

Como veremos mais adiante, a escala de recuperação da APAC se baseava em grande parte nos progressos religiosos dos presos. Conforme eles mostrassem maior disposição para aceitar e participar das atividades religiosas da entidade, mais rápido eles progrediam na escala de recuperação, ganhando o direito de passar para o regime semi-aberto e, enfim, aberto. A importância da religião na escala de recuperação pode ser adivinhada por um anúncio feito no livro Cristo Chorou no

Cárcere: “O método aplicado – fator de base – foi a religião, como se poderá deparar pela escala de recuperação hoje aplicada pela APAC com invulgar sucesso.” (Ottoboni & Neto, 1976: 90).

Mesmo com tanta certeza sobre a validade da imposição de uma religião aos presos, a APAC parecia sentir necessidade de justificar ainda sob um novo ponto-de-vista a necessidade de imprimir ao seu trabalho uma orientação eminentemente religiosa. Sob este novo ponto-de-vista, a imposição da religião seria uma simples ignição para um processo que naturalmente acabaria se desenvolvendo em todos os presos. Na verdade, a APAC seria como que uma intermediária entre essa necessidade sentida pelo preso de aproximar-se de Deus e o próprio ato de fazê-lo: caberia aos voluntários permanecerem junto aos presos para auxiliá-los em cada momento de sua jornada, mostrando para eles uma vivência cristã autêntica e aproveitando os momentos em que esta necessidade natural surge entre os condenados para mostrar-lhes que o caminho da aproximação está aberto: “A orientação religiosa entra dentro deste contexto [de que o homem sem religião não vê sentido na vida] como uma necessidade. O próprio recuperando deve sentir, num certo momento, que Deus faz falta em sua vida.” (Documento sem título encontrado na APAC). Porém, acompanhar o surgimento desses momentos de necessidade de contato com Deus exige paciência, tranqüilidade, perseverança. É necessário atingir um ponto ótimo entre a simples condenação moral dos presos e a indulgência divina para com as falhas. É necessário mostrar um Deus levemente crítico, um Deus que fique entre a recriminação pura e simples, a oposição inimiga aos atos de delinqüência, e a indulgência complacente e de plena aceitação. Deus deve ser um aliado, mas um aliado crítico – deve ocupar a mesma posição relativa que ocupam os voluntários:

“É diferente do voluntário comparecer ao Presídio e levar uma Bíblia debaixo do braço ou fazer um sermão e falar que Deus vai castigar. Se o voluntário não aceitar isso e começar a revelar um Deus, às vezes um pouco chato e severo, nada irá conseguir de positivo.” (documento sem título encontrado na APAC).

Ao mostrar esse Deus “chato” os voluntários estarão pregando à espera do momento certo, da oportunidade adequada em que o preso se encontre aberto para aceitar a verdade. A tarefa do voluntário deve ser a de levar o preso a descobrir esta necessidade. Isto não quer dizer que o voluntário deve permanecer inerte junto do preso. Na verdade, esta necessidade aparece mais facilmente através da repetição: uma rotina incessantemente voltada para o contato com Deus fará com que o preso, em determinado momento de sua vida, perceba que essa rotina lhe faz falta, que ele a deseja, que ela agora lhe faz sentido.

“Então, Deus começa a aparecer como uma necessidade na vida do recuperando. ‘Eu preciso de Deus, Deus me faz falta’.

Ele diz para si mesmo, no silêncio do seu coração: ‘Se eu não fizer a minha oração da manhã de agradecimento a Deus pelo dia que amanheceu, isso me faz falta.’

Assim, ele colocou Deus como algo que passou a fazer parte de sua existência.

Deus não foi imposto, ele sente essa necessidade de comunicar-se com Deus o tempo inteiro. O homem está salvo. E é fácil trabalhar com quem confia em Deus.” (documento sem título encontrado na APAC)

E a religião produz seus resultados na transformação dos presos. Sem a religião, a APAC não vê como seja possível que um preso se recupere. Para a APAC, a necessária aceitação por parte do preso da verdade de sua filiação divina é o momento crucial da ressocialização buscada pela instituição. Sem a religião, não há esperança de recuperação para o homem condenado. Para mostrar como toda a forma pela qual a APAC via a recuperação dos presos estava permeada de valores religiosos (e, no início de suas atividades, esses valores eram explicitamente católicos), podemos lançar mão de um trecho do livro *Cristo Chorou no Cárcere*, no qual é narrada a fuga de um recuperando da então cadeia Humaitá. Este preso, tendo sido batizado dentro da própria cadeia por intermédio dos voluntários, depois de quatorze meses desaparecido resolveu se entregar na casa de Mário Ottoboni, alegando que durante todo aquele tempo, nunca havia se esquecido de seu batismo e de seus padrinhos. Comenta, a esse respeito, Mário Ottoboni: “Essa maravilhosa força da graça do sacramento do batismo foi, incontestavelmente, a salvação desse

detento, que tinha, pela sua periculosidade, a certeza de que seria morto num confronto com a polícia.” (Ottoboni & Neto, 1976: 29).

A rotina religiosa entra diretamente no processo de recuperação do preso como força motriz das transformações ressocializadoras. Não só a aceitação de determinados valores pelo preso fazia parte de sua recuperação: a simples participação nas cerimônias e cultos era suficiente para que os efeitos benéficos da rotina fossem notados. Era necessário rezar, não importando como: “O terço em família, levado a efeito uma vez por semana, todas as quartas-feiras, alternadamente, uma na casa do padrinho e outro na residência do detento, passou a representar fator preponderante na recuperação do prisioneiro.” (Ottoboni & Neto, 1976: 51).

Na APAC, tudo está relacionado num processo único de evolução para o soerguimento do indivíduo condenado. Suas características psicológicas são reflexo de suas características morais. Elas se posicionam uma em frente à outra em espelho, refletindo-se mutuamente enquanto evoluem ou decaem. O preso é uma unidade psicológico-religiosa indissolúvel:

“No processo de recuperação, é indispensável exaltar os valores inerentes ao ser humano para facilitar a estruturação da personalidade do condenado e ajudá-lo a refletir permanentemente sobre a beleza da vida quando orientada ao bem, permitindo-lhe descobrir o seu próprio potencial e, por fim, fazê-lo se questionar acerca da finalidade para a qual Deus o criou.” (Ottoboni, 1997: 113).

Por isso, não faz sentido profissionalizar o preso deixando de lado sua recuperação moral/religiosa. Aqui temos uma antecipação da forma pela qual a APAC vê a necessidade do preso trabalhar, que não diz respeito ao trabalho em si mesmo, mas a uma mudança mais profunda de personalidade produzida pelo trabalho: “O homem sem Deus não vê sentido na vida. Profissionalizá-lo tão somente, como se faz comumente, não conduz a nenhum caminho seguro e poucos, pouquíssimos mesmo, conseguem sobreviver quando retornam ao convívio social” (documento sem título encontrado na APAC).

Esse processo integral de recuperação leva o homem preso a perceber sua mediocridade e a falsidade dos valores que o guiavam no mundo do crime. A

liberação produzida como resultado desse processo é de uma beleza sem par: o condenado substitui a mentira do mundo do crime pela única e máxima verdade – ele pára de mentir para si mesmo e então vê que o caminho está aberto para sua reconciliação com a imagem suprema dele mesmo, que é Deus. Os amigos que tinha no mundo do crime, esses ele deixa para trás no momento em que percebe a fragilidade dos elos que os uniam. Passa a adotar frente ao semelhante a postura piedosa da caridade, em oposição ao egoísmo do seu passado. Depois de um longo processo de metamorfose, essa larva espiritual está pronta para sair de seu casulo. Ela abre suas asas para a liberdade verdadeira, aquela que o tira de sua prisão interior, aquela que se exerce em qualquer lugar, mesmo dentro do presídio. Ele está pronto para o decisivo passo: assumir sua condição de preso sem envergonhar-se, pois sente que está pronto para o exercício do amor.

“Quando ele encontra a sua verdadeira imagem, sem mentiras, sem máscaras, sem rodeios, sem falsidades, aí percebe-se como imagem de Deus. Encontra-se consigo, encontra-se com Ele. Toma consciência de seus erros, seus pecados, suas fragilidades. Se dá conta de que as leis impostas pelas normas que circulam entre os presos são falsas e mediocres e atentam contra a dignidade da pessoal humana. Percebe-se sujo, feio, hipócrita, vazio. Sozinho nesse momento, inevitavelmente, retoma o caminho de volta. Reconcilia-se consigo mesmo, com a família, com a Igreja, com a sociedade. Rompe com a marginalidade, estabelecendo novos elos de amizade. Reza pelas vítimas, pelos inimigos, pelos menores abandonados, pelos doentes, aidéticos, presidiários... Não tem mais vergonha de assumir-se como prisioneiro, pois sente que é amado e que pode amar.

É fácil perceber que o preso saiu de sua prisão interior, que começou a respirar a liberdade, mesmo dentro do presídio.

Então, ‘era preciso fazer um banquete, porque este meu filho estava morto e retornou a viver, estava perdido e foi encontrado. E começaram a festa’. (Lc 15,24).” (APAC em Revista, 1996: 9).

Depois disso, é fácil ver que para a APAC não há caminho de recuperação sem a presença transformadora de Deus. Não é difícil compreender que Mário Ottoboni afirme (APAC em Revista, 1987 c: 19) ter aprendido, não de gabinete, mas

no contato com a própria realidade prisional, que o único remédio é o amor que vem de Deus e que, fora disso, é “tudo balela, conversa mole; teorias e interesses subalternos, que estão por detrás de tudo”. Também não é difícil entender que para a APAC evangelização não significa o agente pastoral entrar no presídio com a Bíblia debaixo do braço e operar “pseudo-conversões” nos presos. Assim que eles deixam o presídio, esmorecem em suas mudanças. E é fundamental no trabalho da APAC que seus resultados perdurem (APAC em Revista, 1996: 9).

Um pesquisador da APAC interessado em seus valores institucionais se perguntaria, ao perceber a evidente contradição: mas então, qual é o valor fundamental no trabalho da APAC, a valorização humana ou a religião? A resposta seria difícil inicialmente, dada a dubiedade dos textos apaqueanos a esse respeito. Mas ela pode ser alcançada colocando em jogo o interlocutor ao qual se dirige. Se for um membro dos quadros engajados da Igreja, dirão tratar-se da religião. Se for um interlocutor externo, da valorização humana. É possível que a APAC tenha evoluído para uma postura mais cautelosa, procurando, mais recentemente, ressaltar a valorização humana em oposição à clara preponderância religiosa do início da década de 1970. Mas não há indícios suficientes para isso. Vale trazer o único momento em que pudemos encontrar uma referência escrita a este respeito, suficiente para mostrar a forma pela qual o presidente da entidade pensava a questão. Trata-se de uma entrevista para jornal de grande circulação dada já na década de 90. Talvez por isso, sua opinião penda para a valorização humana.

“Segundo o presidente, o maior problema do criminoso é de ordem espiritual e moral, e não material. Como qualquer visitante pode observar, a religião ocupa o papel principal. Mas Ottoboni afirma que o princípio de tudo é a revalorização humana do condenado. A religião, aí, seria um dos métodos para conseguir essa revalorização. ‘Não é exatamente o esquema que entra na religião; é a religião que entra no esquema’, explica.” (Modelo APAC completa 20 anos e é exportado para vários continentes, 25.09.1992).

Vamos nos deter agora no *trabalho* como parte do Método de ressocialização da APAC. Há pouco mostramos de forma breve a maneira pela qual a APAC via a profissionalização dos presos, aparentando um certo desdém pelo assunto. Por quê, então, ela se preocupou em incluir este ponto em seu Método de ressocialização?

De fato, se observamos os textos produzidos pela APAC, o trabalho pode parecer ter um papel secundário na recuperação dos presos. Desta forma, podemos encontrar textos como o que diz que “existem muitas pessoas que acham que o trabalho tão somente recupera o ser humano. Mas isso não é verdade” (Documento sem título encontrado na APAC). O trabalho na APAC não parece ter a mesma importância que a religião, por exemplo. Tanto é que num quadro de horários de 1985, encontramos inúmeras referências a atividades educativas e religiosas (como já tivemos a oportunidade de mostrar) mas não encontramos sequer uma referência a qualquer trabalho executado pelos presos. Isso poderia significar, então, que este assunto não merecia por parte da APAC a mesma atenção merecida pela valorização humana ou a religião. Outro indício de que a APAC considerava este assunto secundário foi a afirmação feita por Mário Ottoboni de que o trabalho da APAC estava mais adiantado que o desenvolvido nos Estados Unidos porque “lá, como na maioria dos países existe uma preocupação muito grande em que o preso produza sem parar, sendo que é mantido no trabalho o tempo todo” e que “ninguém se preocupa em trabalhar com sua personalidade, para ser reintegrado à sociedade.” (APAC em Revista, 1987 a: 5).

O trabalho, porém, ocupava parte importante das preocupações da APAC. A transição entre o desdém frente aos trabalhos executados pelos presos e a prática de impor aos presos vários tipos de trabalho é feita através de um argumento complementar e que já foi sugerido por nós: o de que o trabalho, por si só, não produz a recuperação dos presos mas é extremamente eficaz se unido a uma preocupação global de recuperação na qual apareça como apenas uma das estratégias. “O trabalho deve fazer parte do contexto, parte da proposta, mas não deve ser elemento fundamental da proposta, pois tão somente o trabalho não é suficiente para recuperá-lo” (Documento sem título encontrado na APAC). Assim, aliado a estratégias globais de recuperação nas quais haja elementos voltados para outros aspectos mais importantes, a prática do trabalho pode produzir resultados importantes na ressocialização dos presos. Por isso, ela aparece em alguns escritos como um elemento fundamental do Método APAC de ressocialização. Em um texto, vemos que as palestras de valorização humana feitas para os presos tinham como objetivo, entre outros, despertar o interesse dos presos pelo trabalho “como fator essencial à vida do homem” e, para despertar este interesse, a APAC desenvolvia

treinamento paulatino até que o preso – muitos dos quais nunca trabalharam honestamente – assumisse “esse compromisso, como condição ‘*sine qua non*’ para retornar ao convívio da sociedade.” (APAC, 1995a).

Por conta disso, a APAC se preocupava, e muito, com a profissionalização dos presos. Mário Ottoboni defendeu mesmo a profissionalização como preocupação primordial na recuperação dos presos, além da saúde, educação, instrução, valorização humana e religião (Ottoboni, 1997: 100). Ao defender a recuperação dos presos, ele inclui medidas que devem ser tomadas de forma ampla e integrada, sem as quais nada se pode esperar quanto aos resultados da terapêutica penal. Ele afirma, em determinado momento, que

“(...) recupera-se o condenado, restituindo-lhe a saúde física, mental e espiritual, profissionalizando-o, instruindo-o e ajudando-o a fazer a fascinante descoberta de Deus, tendo uma religião, aprendendo a amar e ser amado. Sem essas medidas, pouco se pode esperar em matéria de recuperação do homem que infringiu a lei, foi condenado e ficou preso.” (Ottoboni, 1997: 105).

A preocupação com o trabalho era tão importante que, vale lembrar, foi ela que motivou a própria fundação da APAC. Ao perceber que um preso recém-liberto não conseguia trabalho fora da prisão devido ao preconceito por ele enfrentado quando apresentava seu atestado de antecedentes criminais, os voluntários, instruídos pelo juiz corregedor, decidiram fundar uma associação civil justamente para fornecer atestados de bom comportamento para os presos, que viriam a substituir os atestados de antecedentes criminais. Na ata de fundação da APAC, o tema do trabalho e do retorno do preso ao convívio social aparecem no pronunciamento que o juiz corregedor, presidindo a Assembléia Geral de fundação, fez antes da leitura do projeto de estatuto da entidade. Neste discurso, o juiz, conforme consta da ata de fundação, “salientou que a maior dificuldade dos ex-presidiários é encontrar apoio no retorno ao meio social, especialmente pela falta de conscientização sobre o problema. Disse que importante é que ele seja acompanhado em sua nova vida visando, acima de tudo, que não volte a cometer crimes. Deu destaque especial ao tempo ocioso dos presos, tempo esse que, em muitos casos, aperfeiçoa o crime, razão pela qual deve o reeducando se ocupar de atividades sadias que preencham esse tempo.” (3.31). O

resultado desta iniciativa foi tão positivo que Mário Ottoboni, para comemorar o feito, escreveu que como a APAC era a “própria sociedade joseense trabalhando na recuperação do reeducando, quando o sistema começou a demonstrar que realmente recuperava, não faltaram as ofertas de empregos, mesmo nas multinacionais que são mais rigorosas”, e, em determinado momento, essa procura superava “as possibilidades da ‘mão-de-obra especializada’, oferecida pela APAC, tanto para detentos em 2º estágio e prisão-albergue como para ex-reeducandos.” (Ottoboni & Neto, 1976: 80).

Apesar da defesa da necessidade de profissionalização através de bolsas de estudo e cursos para os presos mais aptos, podemos notar que essa preocupação com a profissão era uma tentativa de impedir o retorno dos presos ao mundo do crime. Dentro da APAC, o tipo de trabalho defendido pela instituição era muito particular e diferente do que era defendido para quando o preso saísse da prisão. No geral, o trabalho prisional deveria ser parte do processo de recuperação. Apenas posteriormente é que o trabalho deveria garantir a subsistência do preso. Para tanto, o trabalho deveria ter algumas características, que podemos encontrar num documento em que está traçado o esquema para um curso de formação de monitores ministrado pela APAC – o que indica que esta era a forma pela qual a APAC passava aos monitores suas idéias sobre o trabalho penal. Em primeiro lugar, o trabalho deveria ser voltado preponderantemente para a emenda do preso. Outros objetivos do trabalho, como a remuneração, tinham lugar secundário nas práticas da APAC. Além disso, o principal tipo de trabalho a ser executado pelos presos deveria ser o artesanal. Quanto mais artesanal o trabalho, melhor para a recuperação dos presos. Quanto mais intenso e diversificado fosse esse trabalho, tanto melhor para os objetivos almejados de recuperação. O trabalho, conseqüentemente, deveria consumir muito tempo do recuperando, durante o qual ele deveria ficar preocupado apenas em fazer o que melhor lhe aprouvesse. O trabalho deveria despertar o senso estético e a criatividade do recuperando. O lucro das peças por ele vendidas deveria ser revertido em benefício dos próprios recuperandos. Como conseqüência deste tipo de trabalho, seria estabelecido um clima de agradável convivência no presídio (APAC, (s.d.) a). Além dessas características, o trabalho artesanal apresentava mais três pontos importantes, conforme podemos ver em um esquema para curso de formação de voluntários ministrado pela APAC. O trabalho artesanal desenvolve a

mente do preso “para as coisas positivas”. Ao lado disso, estabelece elos afetivos com aqueles que irão receber as peças confeccionadas. Por fim, numa apropriação atípica do trabalho dos presos pelo discurso psicológico, encontramos que este trabalho de grande cunho expressivo permitiria a identificação dos problemas sentimentais do autor, conforme a apostila do curso de formação de voluntários. A APAC tinha consciência de que esta orientação não era a preponderante na Lei de Execução Penal, mas defendia o ponto-de-vista segundo o qual era importante, antes de tudo, trabalhar para a libertação interior do preso, rechaçando a produção industrial como parte de um tratamento terapêutico.

“Contrariando a nossa Lei de Execução Penal, incentivamos o trabalho artístico. A arte desperta o interesse pelo belo e aguça a criatividade. Isto ajuda o homem a se libertar interiormente, já que ele fica entretido em fazer o melhor; mas é importante destacar que esse trabalho é terapêutico, individual, e portanto, nunca é permitida a produção em série, o que desvirtuaria a proposta.” (Ottoboni, 1997: 36-7).

A APAC procurava incentivar os presos a desenvolver trabalhos artísticos e artesanais mas para isso era necessário um mínimo de retorno financeiro. De outro modo, dificilmente haveria como continuar a desenvolver esses trabalhos pois, mesmo que os materiais não fossem caros, a maioria das vezes os presos eram provenientes de famílias pobres que não tinham condições de ajudá-los na compra desses materiais. Para resolver este problema, havia duas soluções possíveis: ou o material era trazido pelos voluntários para ajudar os presos ou os presos tinham que usar parte da renda obtida com a venda dos objetos produzidos para comprar os materiais necessários para a continuidade do trabalho (APAC tem déficit de 41 recuperandos, 13.06.1996). Esta segunda opção, como ~~minha~~ minha visita inicial à APAC mostrou, parecia ser de grande importância. Além das vendas ocasionais para visitantes, a APAC também se preocupava em colocar esses produtos no mercado de modo a garantir o retorno do dinheiro investido. Uma das formas de fazê-lo era levando os objetos confeccionados na APAC para feiras, conforme consta da reportagem a seguir:

“Até o próximo dia 23 de dezembro estará aberta a Feira de Natal, promovida pela Associação dos Artesãos de Jacareí. O evento vai acontecer na Vila Cultura até o dia 19, e prossegue no dia 22 e 23 de dezembro, das 14 às 21 horas. São aproximadamente 15 barracas expondo produtos artesanais, desde crochê, embalagens, pintura em tecido, doces e bombons. Neste ano, parte da produção está sendo enviada pelos recuperando da APAC/São José dos Campos, que confeccionaram artesanato em madeira e linha, como porta-bíblia, pulseiras, colchas, toalhas e abajures e outros.” (Feira de Natal começa na vila Cultura, 16.12.1997).

Tendo percebido a preocupação da APAC em incentivar um tipo de trabalho artístico e artesanal, chocamo-nos ao perceber que a instituição defendia que os presos permanecessem ocupados o dia todo. Em uma Portaria expedida no ano de 1993, o juiz regulamentava a prática tradicional na APAC de ocupar os presos durante todo o dia. No artigo 6º, parágrafo único desta Portaria, encontramos a instrução para que só permaneçam em repouso os presos que “tiraram plantão noturno e os que estiverem comprovadamente doentes.” Prova da tradição institucional desta prática se encontra no fato de que uma Portaria expedida em 1984 por um outro juiz regulamentava a ocupação integral dos presos através dos mesmos termos utilizados em 1993. Em minha primeira visita à APAC, o voluntário que acompanhou o grupo mencionou a prática de chamar a atenção dos presos que estivessem descansando fora do horário permitido. Ele detalhou esta prática dizendo que não era apreciado pelos voluntários que os presos ficassem “sonhando acordados” durante o dia. Se eles estivessem desempenhando uma determinada atividade e parassem para descansar durante muito tempo, alguém rapidamente chamava sua atenção, levando-os a continuar o trabalho. Leituras também não eram aprovadas durante o dia, restringindo-se aos estudos e ao horário da noite, quando os presos eram estimulados a fazer alguma leitura mais instrutiva. Esse incentivo à ocupação integral de tempo foi notada por outros observadores:

“Preguiça e falta do que fazer não integram o dicionário da APAC. A ocupação em tempo integral é incentivada, porque faz parte do processo de recuperação do preso e o prepara para sua futura reinserção social.

Mas existe também um aspecto muito prático: de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), cada três dias de trabalho significam um dia a menos de prisão, o que, juridicamente, é chamado de 'remição de pena'." (Carrara, (s.d.): 18-9).

Não só o preso deveria permanecer ocupado durante todo o dia, mas este processo deveria ter início assim que sua condenação fosse confirmada. Desta forma, o preso estaria ocupado inteiramente em realizar suas atividades, o que afrouxaria os laços com os outros presos, laços que poderiam ter efeitos devastadores nas disposições do preso para a emenda, principalmente numa fase tão delicada:

"Somos partidários de que o condenado, desde o início do desconto da pena, comece a desempenhar tarefas sem deixar de meditar acerca do erro cometido, analise sua situação sem interferência de outras pessoas, especialmente de presos, quase sempre incapacitados para aconselhamentos nessa fase de revoltas e de busca de culpados para as próprias falhas." (Ottononi, 1997: 77).

Assim, ao lado de uma proposta de trabalho eminentemente terapêutica e voltada para a expressão dos presos, a APAC defendia também a ocupação integral dos presos durante todo o dia e desde o início de sua pena. É óbvio que se trata de uma contradição: ou defendemos o trabalho expressivo e pleno de significado para o preso ou defendemos a obrigação de ocupação integral do tempo. Fica sem sentido defender a obrigatoriedade de um trabalho significativo pois, se é obrigatório, não vem do preso e, portanto, não é parte de seu âmbito expressivo. Como a APAC fazia para integrar essas duas concepções sobre o trabalho em sua prática penal?

Para qualquer um que visitasse a APAC, era clara a forma predominante de trabalho dos presos: o cuidado da própria APAC. Os presos estavam incumbidos de realizar a manutenção do prédio de diversas formas, além de serem responsáveis por várias outras atividades. Uma descrição breve dessas atividades pode ser encontrada na APAC em Revista: "Como o ócio é pai de muitos vícios, o método prevê ocupação contínua em cursos de aperfeiçoamento, trabalho na limpeza do prédio, serviços na secretaria, escolta, laborterapia, etc." (APAC em Revista, 1995 c: 13). De

fato, todas as atividades do presídio eram efetuadas por presos ou com sua participação em maior ou menor grau.

Uma das atividades desempenhadas pelos presos era a limpeza do prédio. A limpeza do prédio aparecia como uma das obrigações que o preso assumia ao ingressar no segundo estágio do Método: "Ajudar a manter as dependências do Centro de Reintegração Social permanentemente limpas" (item 18). Também no primeiro estágio, regime fechado, a obrigação com a limpeza do ambiente era estabelecida legalmente. Uma Portaria do ano de 1984, que regulamentava as atividades dos presos do primeiro estágio prevê que, entre suas obrigações, está "cooperar com limpeza geral do recinto destinado ao I estágio, principalmente da cela." (1.16, artigo 4º, letra "e"). Mário Ottoboni afirma também que, entre os elementos do "tratamento" a que são submetidos os presos do I estágio, está o da "atribuição ao preso de responsabilidades dentro do presídio. Isto se dá sobretudo ajudando a administrar a casa, mantendo-a limpa e organizada e não permitindo o desvirtuamento da finalidade pedagógica da pena." (Ottoboni, 1997: 37).

Além da limpeza, os presos eram sempre recrutados quando havia necessidade de alguma reforma no prédio. Isso aconteceu quando da construção do pavilhão para o segundo estágio e durante a reforma da cadeia Humaitá quando a APAC passou a administrá-la. Outras reformas pareciam sempre contar com mão-de-obra preferencial dos recuperandos da APAC. Em 1992, o Centro de Reintegração Social foi ampliado, aumentando sua capacidade inicial de 50 para 75 vagas. Toda a construção foi realizada com dinheiro doado pela comunidade de São José dos Campos e a mão-de-obra utilizada foi toda formada por recuperandos da APAC (APAC em Revista, 1992 a: 15).

Os presos também, como já foi mencionado, cuidavam de toda a parte da segurança do prédio. Quando passou a administrar o Presídio Humaitá, a APAC abriu mão da presença de policiais para fazerem a segurança. A fim de substituí-los, a APAC criou a figura do voluntário plantonista, que fazia as vezes de carcereiro no presídio. Era ele quem se responsabilizava, em geral, pela disciplina dentro do presídio, incluindo-se aí desde coisas triviais como a escolha do canal de televisão assistido pelos recuperando até assuntos mais delicados como a permissão de saída para atendimentos médicos. O plantonista era responsável individualmente pela segurança do presídio, mas não dispensava a ajuda dos próprios presos. Na verdade,

como um pessoa só não era suficiente para tomar conta de todo o presídio, a parte disciplinar ficava a cargo quase que exclusivamente dos presos. Eram eles quem portavam as chaves das grades que separavam os ambientes e eram eles quem resolviam as pequenas desavenças que ocorriam no dia-a-dia da prisão. Mais do que isso, porém, a participação dos presos na vigilância do presídio era um procedimento oficial da APAC. Em um manual para os serviços de plantão, a APAC prevê que

“Cada Diretor de plantão terá como auxiliar recuperandos do II Estágio nas portarias 01 e central, além dos recuperandos que responderão pela portaria 01, conforme escala, sendo um auxiliar e um supervisor. O auxiliar de plantão e supervisor obedecerão o mesmo horário do Diretor de plantão e permanecerão vigilantes em suas funções. Se durante o seu trabalho perceberem alguma anormalidade que possa comprometer a disciplina deverão, de imediato, chamar o Diretor de plantão.” (item 5.1).

As mesmas instruções se encontram na Portaria 06/93, que regula as atividades do Diretor plantonista e na Portaria 04/84, que tem o mesmo fim.

Outra forma de trabalhar para a APAC era executando serviços externos, como a remessa de documentos. Num panfleto de 1994, está listado, entre os direitos dos presos do regime semi-aberto, o “direito a sair para atender serviços solicitados pela Entidade, mediante autorização do Diretor de plantão.” (item V). Também do mesmo ano é a regulamentação deste tipo de serviço feita através de Ordem de Serviço do juiz corregedor, em cujo artigo 15º podemos ler que “a prestação de trabalho externo será autorizada pela direção do estabelecimento e dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade do reeducando, além do cumprimento mínimo de 1/6 da pena.”

Na prática, o que se observava era que, frente a uma proposta de trabalho terapêutico, a APAC estimulava um tipo de trabalho totalmente diferente, voltado para a realização de atividades cotidianas que tinham por objetivo suprir as exigências de manutenção do prédio e de funcionamento da própria entidade. Trabalhos burocráticos também eram realizados pelos presos, mesmo aqueles que envolvessem um certo grau de conhecimento, como a contabilização das saídas e retornos dos recuperandos.

A única iniciativa diferente em relação ao trabalho dos presos foi a tentativa de implantação de uma padaria industrial, que seria construída com dinheiro da PFI. Esta parece ter sido uma iniciativa da própria PFI que acabou sendo aceita pela APAC, apesar de contrariar sua metodologia ortodoxa de trabalho. Esta iniciativa foi divulgada em 1992 como uma tentativa de facilitar aos presos a obtenção de renda suficiente para manter-se, à sua família e, inclusive, a suas vítimas e aos familiares das vítimas.

“A Prison Fellowship espera construir até o final deste ano na cadeia da APAC a primeira padaria industrial de seu programa de instalação de pequenas indústrias em prisões de vários países. A proposta é dar condições financeiras ao preso, a fim de que possa contribuir para manter sua família e também, quando for o caso, ajudar familiares de sua vítima.” (Ottoboni, 20.4.1993).

Esta proposta foi passada para a APAC quando da visita de um grupo de empresários estadunidenses liderados pela PFI. De acordo com as informações então divulgadas, o objetivo era desenvolver empresas dentro de presídios do mundo todo, legando aos próprios presos a administração do empreendimento, que seria voltado para a produção de um bem ou serviço que ajudaria tanto aos presos quanto à comunidade. Os empresários ligados ao projeto seriam todos “homens cristãos” de países desenvolvidos que “poderiam fornecer suporte técnico voluntário para lançar o negócio com sucesso.” (APAC em Revista, 1992 a: 5). A posse do negócio, porém, seria da afiliada da PFI no país; no caso, a APAC de São José dos Campos. Tendo um caráter tão diferente do tipo de trabalho defendido pela APAC, podemos nos perguntar por que ela iria aceitar esta proposta. A própria APAC levanta alguns pontos positivos desta iniciativa. Como se pode ver, não são assuntos de somenos importância. Em primeiro lugar, a padaria satisfaria as necessidades da APAC em ter sua cozinha industrial para fazer a alimentação dos presos, ficando livre, então, do fornecimento de comida contratado pelo Estado. O fornecimento de pães estabeleceria um vínculo com a comunidade que facilitaria o retorno dos presos e estreitaria os laços entre a comunidade e a APAC (APAC em Revista, 1992 a: 5). Sendo tão dependente quanto era da comunidade para a obtenção de novos voluntários, a APAC devia considerar esta ajuda de grande importância. Um entrave

burocrático, porém, fez com que esta iniciativa não fosse levada adiante. Para liberar os recursos para a construção – algo em torno de US\$100 mil, os empresários exigiam que o Estado entregasse a posse das instalações do presídio para a APAC por um período de 20 anos. A pedido do vice-governador do Estado, o então governador autorizou a concessão (Pimentel, 20.9.95). Ela, porém, dependia da aprovação da Assembléia Legislativa, que, um mês depois da autorização do governador, e três anos depois do primeiro anúncio da iniciativa, ainda não havia analisado o pedido (Pimentel, 20.10.95). Esta padaria acabou não sendo construída, o que sepultou o único projeto de fôlego da APAC para introduzir um regime de produção industrial em suas dependências.

Três modelos de trabalho penal diferentes conviveram em momentos simultâneos na prática da APAC. O primeiro, fundamentalmente laborterápico; o segundo, voltado para a realização de pequenas tarefas indispensáveis ao funcionamento da associação; o terceiro, de produção industrial em larga escala, que nunca foi efetivado. Desses três modelos, o mais importante sem dúvida nenhuma era o segundo. A maior parte do tempo dos presos era despendida ou na realização de cursos e atividades religiosas ou no desempenho dessas pequenas tarefas essenciais, sendo reservadas apenas algumas horas por dia para o trabalho de laborterapia. A APAC podia simplesmente ignorar este fato, continuando a afirmar, como fez diversas vezes, que no seu Método o trabalho era principalmente de fundo terapêutico. Mas não foi isso que ela fez. Ao invés disso, ela colocou a realização dessas pequenas tarefas numa perspectiva diferente e deu-lhe um sentido coerente com sua proposta ressocializadora. Este sentido está todo presente no item número 20 do termo de compromisso para o segundo estágio. Neste item, o preso é instruído a “quando terminar seu serviço e não tiver o que fazer, ajudar o companheiro que estiver atarefado”. Esta instrução foi apropriada pelo Método APAC, que reinterpretou sua exigência de ocupação integral do tempo afirmando tratar-se de um treinamento para que o preso assumisse um compromisso com o trabalho honesto. Havia, porém, uma razão ainda mais importante para que eles realizassem esses trabalhos e esta razão estava no fato de que o referido treinamento

“(…) passou a ser aplicado junto à Entidade, no desenvolvimento do princípio salutar do preso ajudando o próprio preso, restaurando-lhe o

sentimento de autoconfiança, para sentir-se útil, equivalente a um grito efetivo de alerta que vem de fora: **ALGUÉM CONFIA EM VOCÊ**” (APAC, 1995a).

O princípio metodológico do *preso ajudando o próprio preso* era aplicado pela APAC como uma forma de organizar a convivência entre eles em moldes que negassem os valores do código de honra prisional. A APAC reconhecia a necessidade de convivência entre os presos, defendendo inclusive a idéia de que o cumprimento de pena nunca deveria ser feito em celas individuais. Por vários meios, tanto legais quanto informais, a APAC procurava incutir nos presos a idéia que os valores da sub-cultura carcerária estavam errados e que era necessário substituí-los por valores cristãos de sociabilidade. Em vários dispositivos legais, aparece a idéia de que o preso deve ser amigo dos outros presos, apesar de, como já vimos, a atribuição exaustiva de tarefas ser uma forma de impedir os presos de terem um contato mais profundo no início do cumprimento da pena. Outra forma de impedir que o contato entre os presos os levasse a reforçar os valores do código de honra carcerário era a prática de revezá-los nas celas, de modo que um mesmo preso não permanecesse por muito tempo ocupando uma determinada cela com o mesmo grupo. A razão para esta preocupação com a organização dos presos é óbvia: os presos cuidavam de todo o funcionamento da instituição, inclusive da realização de escoltas para atendimento médico e audiências no Fórum. Por isso, era absolutamente necessário confiar nos presos, já que lhes era garantida uma ampla margem de movimentação, perigosíssima se eles decidissem transgredir as regras da instituição. Caso os presos resolvessem cometer crimes aproveitando-se de suas saídas, toda a experiência da APAC viria por terra, por isso era absolutamente necessário que fosse realizado um trabalho no sentido de desvinculá-los uns dos outros e desorganizá-los criminalmente. Além de práticas administrativas como o revezamento de celas, era comum que os voluntários dissessem para os presos que eles não podiam confiar uns nos outros e que dentro do presídio não havia amigos.

Essa ajuda que os presos prestavam uns aos outros nos moldes da APAC eram no sentido do “recuperando do estágio superior ajudando o outro recuperando” (APAC, 1995a), ou seja, a APAC atribuía responsabilidades aos presos dos estágios superiores, que eram presos de confiança, para tomarem conta dos presos dos estágios inferiores. Na verdade, o que a APAC fez foi organizar uma polícia interna

para tomar conta dos presos, nos moldes hierárquicos de uma pirâmide: alguns presos de confiança cuidavam de um determinado número de presos em estágio inferior que, por sua vez, tinham responsabilidades frente a recuperandos em estágio mais baixo. Outra forma de estabelecer um relacionamento entre os presos em um molde que negasse os valores da sub-cultura carcerária era o estabelecimento de um clima competitivo entre eles. Um jornal noticiou que em cada cela, um recuperando policiava a ação do outro, havendo uma “competição entre os recuperandos de cada cela” (Guimarães, 13.6.1996). Na mesma reportagem, um preso afirmou que “se algum objeto está fora do lugar, nós mesmos cobramos a arrumação. Quem perde paga um kit de limpeza para a cela ganhadora” (Guimarães, 13.6.1996).

A ajuda vertical entre presos de estágios diferentes devia se dar principalmente em algumas áreas: atendimento das necessidades básicas dos presos de estágios mais baixos (atendimento de corredor); efetuação de compras, cabendo sempre a um preso do regime semi-aberto comprar os itens pedidos pelos presos de regimes menos adiantados; a realização de escoltas; limpeza e serviços burocráticos; e manutenção e reforma do estabelecimento penal (APAC, 1995a).

A pressão da APAC para estabelecer um relacionamento de cooperação não criminosa entre os presos se fazia por diversos meios. Um meio intrigante eram as Jornadas Carcerárias. Além das palestras e do clima emocional que envolvia todo o encontro, durante as Jornadas os presos tinham que fazer um “exame de consciência” a partir de um roteiro onde se podia ler algumas perguntas:

Procuo tirar da mente de meu irmão os erros que ele aconselhava praticar, tentando mostrar-lhe a falta em que ele teimava em continuar praticando?

Procuo respeitar o meu irmão preso, ajudando-o a vencer as suas dificuldades?

Só vivo falando mal dos companheiros de prisão ou procuro ajudá-los a vencer as suas dificuldades?

Tenho sabido perdoar ou vivo criando clima de desarmonia?

No termo de compromisso que o preso assinava para poder ser aceito no segundo estágio do Método, podíamos ler algumas instruções interessantes que iam no mesmo sentido: “ser amigo dos companheiros que cumprem pena, usando de honestidade e franqueza, dando sempre bons exemplos e bons conselhos, evitando

que seu IRMÃO cometa erros e se prejudique”; “levar ao conhecimento do Presidente do Conselho – (C.S.S.) as irregularidades e infrações cometidas por recuperandos, tanto fora quanto dentro da Entidade; não transferir seus problemas pessoais e particulares para os demais companheiros, principalmente quando estiver mau-humorado; ser respeitoso com todos, evitando o uso de gírias e conversas sobre crimes e a vida passada no erro; etc.

O que se procurava por todos os meios era evitar que os presos se agregassem em torno de valores carcerários e, para isso, a APAC não media esforços. A proibição do uso de gírias – um traço característico da sub-cultura carcerária – e de conversas sobre crimes eram dois exemplos. Um dos pontos de orgulho do Método, visto como uma exigência humanizadora, também pode ser incluída nesses esforços para dirimir os valores criminais de seus recuperandos: a proibição de chamar os outros presos por apelidos. Essa é uma característica típica das prisões em várias partes do mundo e a perda do nome é, na concepção de Goffman (1974), uma das muitas mutilações ao “eu” civil dos internos provocadas pelas instituições totais. Pois bem, na APAC o que se procurava era que os presos formassem uma comunidade fundada em valores que, na opinião da APAC, eram socialmente partilhados, como os valores do trabalho e da honestidade. Procurava-se criar uma mini-sociedade no interior do presídio que pudesse produzir indivíduos plenamente adaptados ao convívio com o mundo externo. O que a APAC queria era despertar nos presos o desejo de ser “anjo da guarda do seu irmão, treinando a sensibilidade para captar as necessidades e anseios do outro” (APAC em Revista, 1995 c: 13). Este treino para a vida civil implicava também um aprendizado sobre o valor da propriedade alheia: “O detento cuidando do detento aprende a ajudar seu semelhante. E quando ele descobre Deus e o coloca em sua vida, passa a respeitar o seu semelhante e tudo que ao seu semelhante pertença.” (APAC em Revista, 1987 a: 11).

Um comunicado distribuído aos presos no dia 22 de março de 1995 mostra claramente que a defesa de uma organização entre os presos se fazia contra o papel central que os valores da sub-cultura, principalmente o código de honra, desempenhava entre eles. O comunicado se refere ao fato de que em vários lugares, presos tomavam visitantes como refém a fim de obterem concessões por parte dos poderes públicos. O comunicado cita o caso de Dom Aloísio Lorscheider, mas não menciona quando nem onde aconteceu seu seqüestro. O comunicado começa

exortando os presos a se organizarem em apoio às entidades civis que “se preocupam com sua sorte”. Depois de falar sobre as mazelas do sistema penitenciário, o comunicado diz que fatos como o seqüestro mencionado só podem ser explicados pela ignorância dos autores e pela “omissão daqueles que, embora tendo condições de orientar os outros, nada fazem em nome da preservação de uma estupidez que se chama ‘código de honra’”. É dito, ainda, que este tipo de ação é fruto de uma “falsa solidariedade” que acaba por afastar os voluntários interessados por sua causa, temerosos de receberem, como paga pelo seu interesse, uma agressão capaz de lhes custar a própria vida. O texto aconselha os presos a deixarem de lado “essas atitudes inconscientes, esses embalos”, e que, ao invés disso, eles deveriam caminhar para se reintegrarem à sociedade, “reconstruir seu lar e vencer na vida”. O texto termina com uma consideração aparentemente contraditória mas que, dentro deste contexto, se explica perfeitamente: “O preso deve, portanto, organizar-se para reivindicar seus direitos, pedir ajuda da comunidade e das autoridades mas, para tanto, é indispensável que haja mérito.”

Este comunicado é muito esclarecedor, na medida em que mostra que a atitude oficial da APAC era exortar os presos a se organizarem, mas nos moldes desejados pela APAC. A APAC incita os presos a se organizarem *para apoiar as entidades que cuidam dos presos*. Ora, o único obstáculo que o texto menciona para o bom desempenho dos trabalhos destas entidades são os próprios presos. Portanto, o que o texto propõe é que os presos se organizem para fazer frente aos obstáculos que existem, no seio mesmo da massa carcerária, à atuação das entidades filantrópicas ou caritativas. O que é proposto é que os presos se organizem contra os líderes prisionais. De fato, este não era o único obstáculo à atuação dessas entidades, mas na medida em que mais nada aparece no texto a este respeito, podemos supor que era a isto que Mário Ottoboni se referia. Portanto, a organização dos presos, na verdade, era uma estratégia política para cindir a homogênea aceitação do código de honra e, em termos gerais, dos valores da sub-cultura carcerária entre os presos.

Dentre as duas estratégias básicas para conseguir isso, a competição e a organização piramidal, esta última tinha clara precedência. A APAC não podia contar o tempo todo com a distribuição de prêmios entre os presos para conseguir sua adesão e as competições se davam mesmo em áreas de menor importância, como a limpeza das celas e os concursos de redação (que geralmente propunham temas

edificantes como “Faz sentido para você que nós devamos ser solidários uns com os outros?”). Digamos que as competições apresentavam modelos de convivência para os presos calcados na defesa do valor do empenho pessoal para conseguir o que se deseja. Mesmo sendo um papel importante, sem um esquema de vigilância adequado, torna-se praticamente ineficaz. Este esquema de vigilância era perpetrado pela mais vertical de todas as organizações prisionais: o CSS (Conselho de Sinceridade e Solidariedade).

O CSS era um conselho instituído pela diretoria da APAC para cuidar dos assuntos relativos ao convívio diário entre os presos. Este conselho era formado por um presidente escolhido pela diretoria entre os presos de maior confiança que, ele mesmo, escolhia alguns outros presos para fazerem parte da diretoria do conselho. O poder neste conselho era instituído pela APAC sem participação dos presos, mas o conselho em si era formado exclusivamente por presos. O cargo de presidente do CSS não tinha prazo determinado, podendo o presidente ser substituído assim que a diretoria da APAC o desejasse. A justificativa para isso era de que este cargo era apenas um “exercício”, um treino de cidadania para quando os presos saíssem. O CSS, porém, cuidava de tudo o que dizia respeito às funções básicas da instituição desempenhadas pelos presos: interferia na escolha dos nomes para as mais variadas tarefas, como a de “faxina” (responsável pela limpeza) ou de responsável pela cantina, cuidava de levar para a diretoria as reclamações dos presos e de fazer valer entre os presos as determinações da diretoria. Conflitos entre os presos tinham punições definidas pelo CSS, se não atingissem o ponto de exigirem intervenção da diretoria, e, de qualquer forma, o gerenciamento dos conflitos cabia ao CSS. Este órgão tinha também uma importante função de instruir a diretoria quanto à necessidade de eventuais transferências de presos da APAC para outros presídios, o que dava ao conselho um poder supremo entre os presos: a transferência era a punição máxima que um preso da APAC podia receber. A organização dos presos em termos de “ajuda mútua” era toda baseada no papel central do CSS. Como o CSS era escolhido pela diretoria da APAC, toda a idéia de organização dos presos estava fundada, na verdade, no incremento de poder da diretoria sobre os presos.

Esta forma de organização tem ao menos duas conseqüências importantíssimas e que eram ensinadas desde logo nos cursos para monitores ministrados pela APAC: 1) ela substitui a polícia e 2) ela acaba com a violência.

Dessas duas, a mais fundamental é a primeira. O princípio de ação que leva a esta consequência é explicado por um dos fundadores da APAC quando comenta a surpresa que os visitantes têm ao perceberem que a segurança é toda feita pelos próprios presos. Ele afirma que o segredo do bom funcionamento da APAC está no seguinte:

“nas prisões comuns, se formam dois campos de luta [polícia x ladrões], competindo para levar a melhor. Daí, rebeliões, violências, fugas, tóxicos, como armas na luta contra o inimigo, a polícia.

Na APAC, todos se sentem no mesmo lado, dando o melhor de si para minorar o sofrimento de todos.” (APAC em Revista, 1995 c: 13)

De fato, mesmo que aos poucos os presos percebam que o CSS é o inimigo, isto não é tão simples quanto perceber a oposição explícita da polícia. E mesmo que um preso renitente oferecesse perigo, havia estratégias não diretamente coercitivas para removê-lo. Oferecer a chave do presídio era uma delas. Ameaçar com a tão temida transferência era outra. Em casos extremos, providenciava-se para que o preso fosse mesmo transferido, abrindo espaço para outros presos mais colaboradores. Enfim, a APAC, através de uma cisão entre os presos que provocava uma diferença hierárquica fundada na idéia do mérito – em consequência do qual a APAC tinha confiança em um preso e não em outro – , exercia um controle sobre todos os presos do Humaitá, justificando seu poder através da idéia de que eles, desta forma, estavam aprendendo a viver comunitariamente de modo honesto e cristão. Esta estratégia deve ter dado certo: um visitante da PFI afirmou estar “impressionado com o amor e o respeito mútuo que existe dentro do presídio” (Pimentel, 6.12.1995). Qualquer visitante podia averiguar a mesma coisa. O fato de pessoas condenadas por estupro serem transferidas para a APAC sem precisarem de isolamento e, mesmo assim, não sofrerem agressão, indica a mesma coisa. A já mencionada transferência de policiais para a APAC é uma prova cabal da segurança do presídio.

Para finalizar, apresento uma lista significativa dentro deste contexto. Durante o Curso Intensivo de Estudo e Aperfeiçoamento do Método APAC, cujos resultados foram publicados em Ottoboni (1997), os presos elaboraram uma lista com as vantagens do método APAC frente ao sistema penitenciário vigente. A relação

consta de 101 vantagens, das quais selecionei algumas de interesse para este tema. Poderemos ver em parte o que os presos diziam quanto às vantagens do Sistema APAC e, em grande parte, o que a instituição procurava produzir quando defendia a organização entre os presos. Quanto ao relacionamento que estabeleciam entre si na APAC, em oposição ao que ocorria nos presídios normais, os presos apontaram as seguintes vantagens: respeito mútuo entre os recuperandos, repouso noturno tranqüilo, ausência de expectativa de atos de rebelião, único presídio onde os presos vindos de outros estabelecimentos, são recebidos pelos recuperandos com bênçãos, único presídio que não tem registro de mortes, único presídio onde o recuperando é abençoado quando é promovido.

Passemos agora às considerações sobre a *família* dentro do Método APAC. A principal preocupação da APAC com relação a isso se devia à idéia de que a família era a principal fonte geradora dos criminosos. A APAC defendia esta idéia afirmando ter chegado a tal resultado após realizar uma intensa pesquisa entre os presos. Por isso, a APAC desenvolveu diversos instrumentos de atuação junto às famílias dos presos de forma a trazer a família para os trabalhos da instituição e reaproximá-la dos criminosos. Dentro do cronograma de atividades planejadas pela APAC, uma grande parte delas estava voltada para o atendimento aos familiares e para a realização de atividades que os envolvessem de uma forma ou de outra.

Em primeiro lugar, vamos nos deter na idéia propalada pela APAC de que a família era a principal fonte geradora de criminosos. Não só isso – a APAC mediu exatamente o número de condenados que haviam delinqüido por causa da família: 97 ou 98% dos criminosos. A família era considerada a grande causadora da criminalidade mas podemos encontrar nos escritos da APAC, sem qualquer surpresa, a idéia de que a família é a base da sociedade e é responsável pelo seu sucesso ou fracasso. Se a família é vista como base da sociedade, nada mais natural do que responsabilizá-la pelos problemas sociais, entre os quais a criminalidade. Encaixa-se como uma luva nesta concepção a idéia defendida por Mário Ottoboni que está publicada na APAC em Revista: a de que existem fatores impulsionantes como as injustiças sociais ou a fome, “mas na família está localizado o problema mais grave, com a degradingolada dos costumes e da moral”. E continuando, sem disfarçar a defesa explícita de um tipo bem determinado de família, ele diz:

“Às vezes, existem equívocos quando nós falamos em família e confundem família normalmente constituída, daquela que tem uma vivência autêntica, verdadeira. É preciso estabelecer a diferença daquela que é ‘por fora bela viola, por dentro pão bolorento’, e da família constituída que realmente tem uma vivência cristã, organizada em todos os sentidos.” (APAC em Revista, 1987 b: 25).

Em princípio, a APAC buscava um trabalho concomitante de soerguimento do preso e de sua família porque a família geradora do criminoso é por ela considerada uma família *enferma* (APAC, 1985).

Por isso, a APAC considerava essencial exercer um trabalho minucioso com as famílias dos presos. O trabalho com a família está previsto no Estatuto da APAC e é instituído pelo primeiro provimento que regulou as atividades da APAC na comarca, o Provimento 02/75, que em seu artigo 5º diz que o trabalho de ressocialização não se limitará à pessoa do condenado, sendo estendido à família (Ottoboni & Neto, 1976: 131). O mesmo provimento, em seu artigo 24, inciso VIII, estabelece como obrigação do recuperando “tratar sua família com dedicação, amor e carinho, procurando ajudá-la financeiramente e estreitando os laços familiares, para diminuir os problemas causados pela condenação” (Ottoboni & Neto, 1976: 137). Dando conta desta iniciativa da APAC de trazer a família para os trabalhos desenvolvidos pela entidade, podemos ler que “o método apaqueano faz questão de integrar parentes e familiares dos recuperandos no processo de sua ‘conversão’ para a vida e o convívio social” (Carrara, s.d.: 19). Podemos ver um indício desta iniciativa da APAC de promover o contato entre preso e familiares na relativamente grande quantidade de tempo de que dispunham os presos do regime semi-aberto para permanecerem com suas famílias. Além de quatro horas semanais mais o direito de passar um domingo em família a cada quinze dias, eles podiam sair um semana, cinco vezes por ano, para ficarem com a família.

Grosso modo, podemos dizer que a APAC tentava de várias maneiras estreitar os laços de união entre o recuperando e sua família. E isso, por inúmeras razões. A primeira é disciplinar: sabe-se que os presos mais próximos de suas famílias recorrem menos a atos de inconformismo e sabe-se também que quando os

presos estão inteirados dos acontecimentos que envolvem suas famílias, o nível de tensão no presídio diminui sensivelmente:

“É inegável, nas atuais circunstâncias, que o cumprimento de pena na Comarca onde reside sua família é muito mais conveniente, tanto para a administração quanto para o condenado. Isso minimiza os constantes atos de inconformismo da população das prisões, facilita os contatos mais frequentes com seus familiares, preserva os seus laços afetivos e não interrompe o importante noticiário dos acontecimentos que envolvem o mundo de seu relacionamento, evitando tensões causadas por notícias desencontradas, tão comuns nos presídios.” (Ottoboni, 1997: 86).

Outra razão é que ao egresso do sistema penitenciário cumpria encontrar, ao retornar para seu lar, um ambiente *sadio*, em oposição à enfermidade que deixou: “Cumpra restaurar os laços familiares originais para que, ao retornar, o preso encontre ambiente *sadio*.” (APAC em Revista, 1995 c: 13).

Uma família enferma pode, eventualmente, dificultar a reinserção social do egresso ao rejeitá-lo quando ele volta para seu convívio: “Quando a família originária persiste em rejeitar o membro faltoso, a recuperação se torna mais problemática” (APAC em Revista, 1995 c: 13).

Essa rejeição pode ser dar por duas razões: ou porque a família discrimina o preso que delinuiu ou pela razão inversa – o preso que passou pela APAC participou de “uma formação moral e cristã totalmente transformada” (Ottoboni & Neto, 1976: 91) e isso pode provocar desavenças com a família que foi deixada ao sabor de sua enfermidade, o que provoca um conflito às avessas: o preso mais evoluído pode ser discriminado por sua família doente à qual nenhum tipo de cuidado foi prestado.

A justificativa para o trabalho com a família pode ter um caráter um tanto catastrófico, como se nada restasse para o preso além de sua família. É assim que a APAC afirma que faz de tudo para fortalecer os laços de união entre preso e família, propiciando ao condenado um acompanhamento intensivo, através da permissão de que a família esteja junto do preso no dia das Mães, dos Pais, das crianças, Natal, Ano Novo e Páscoa e, depois, arremata: “(...) a tábua de salvação do preso ainda é a família e, se esses valores se desfizerem, tudo se acaba!” (documento sem título

coletado na APAC de São José dos Campos). Com relação à família como única esperança para o preso, Mário Ottoboni afirma em outro momento:

“É evidente que a família ainda é a tábua de salvação do condenado, único vínculo afetivo que lhe resta, e na qual pode encontrar algum amparo e estímulo à sua reinserção ao convívio social. A Lei 6416/77 sabiamente dava ao sentenciado o direito de cumprir a pena na Comarca da condenação ou onde sua família residia, obviamente visando dar melhores condições de sociabilização.” (Ottoboni, 1997: 85).

Por estas colocações, pode-se constatar que a APAC negava completamente qualquer valor aos vínculos afetivos que se estabeleciam entre os presos.

A APAC podia defender a atuação junto às famílias do presos por duas características que ela gostaria de imprimir ao seu trabalho. O primeiro é o de evitar que as penas do aprisionamento ultrapassem a pessoa do condenado, coisa que acontece na maioria dos casos, quando a família é diretamente prejudicada pela perda de um membro produtivo que foi para trás das grades. Além disso, a APAC defendia a atuação junto às famílias por considerar que seu trabalho tinha uma característica profilática, de impedir que de dentro dessas famílias surgissem novos criminosos. Por isso, ela podia afirmar que buscava “evitar que os rigores da condenação extrapolem a pessoa do infrator, sufocando por todos os meios possíveis o surgimento de novos delinqüentes na família que já produziu um ou mais criminosos” (APAC, 1985).

As atividades que a APAC desenvolvia no sentido de interferir na vida dos familiares dos presos eram bastante numerosas. Num comunicado datado de 1985, somos informados de que naquele ano foi realizada uma Semana da Família, com a promoção de palestras de vários casais voluntários (APAC, 1985). Além disso, a APAC realizava reflexões grupais com as famílias dos recuperandos duas vezes a cada dois meses, em dois domingos seguidos, que ocupavam boa parte do dia, indo das 8:00h às 15:00. Também somos informados pela instituição que, à parte suas atividades, ela legalizava casamentos, refazia uniões desfeitas, e tudo com a participação dos próprios recuperandos (Ottoboni & Neto, 1976: 83).

Ao lado dessas atividades parciais e dispersas, a APAC realizava Jornadas com os familiares nos mesmos moldes das realizadas com os presos. Eram encontros de três dias nos quais se realizavam palestras de forma bastante intensa, entremeadas por uma série de atividades de reflexão que visavam transformar interiormente os familiares dos presos com vistas a sua conversão ao cristianismo. Uma dessas era a Jornada Feminina com Cristo, das quais os familiares do sexo feminino eram convidados a participar, principalmente as esposas dos presos. É interessante notar o tipo de transformação familiar esperada por essas jornadas. Basicamente, todas as reflexões estavam diretamente voltadas para uma crítica de qualquer modelo de família que escapasse minimamente aos padrões defendidos pela Igreja Católica, principalmente no que se refere à oficialização da união dos casais e ao batismo dos filhos. Nessas jornadas, após as palestras, havia discussões em grupo sobre os temas abordados, discussões que eram sempre dirigidas por perguntas previamente formuladas. Na VI Jornada Feminina com Cristo, realizada em 1995, algumas das perguntas formuladas para as discussões eram explicitamente catequisadoras. Alguns exemplos podem deixar claro que as perguntas não eram nada sutis. Perguntava-se para as participantes, por exemplo, “o que é mais fácil: acreditar na mulher que acredita em Deus ou na mulher sem Deus?”, e depois, “você já levou Deus no seu casamento ou na sua família?”. Numa palestra intitulada “Vida conjugal”, as participantes são solicitadas a, em grupo, responder a algumas perguntas:

Cite as testemunhas de seu casamento;

Qual foi o motivo de tê-los chamado para serem testemunhas?;

Você se lembra das promessas de seu casamento?;

Cristo foi testemunha em seu casamento?;

Ele está presente hoje em seu relacionamento? Dê exemplos;

Você é meio de santificação para seu esposo?;

Quais são os frutos de seu casamento? Bons ou ruins?

Na palestra “Experiência de vida no lar, no apostolado e na sociedade”, pergunta-se:

A família organizada tem alguma importância para você?

Sempre havia nessas Jornadas, tanto com os presos quanto com seus familiares, um exame de consciência que deveria levar o viajante a refletir sobre os rumos de sua vida. No exame de consciência da Jornada Feminina, perguntava-se:

Tenho permitido que, pela omissão, meus filhos sintam a angustiante sensação de viverem como órfãos de pais vivos?;

Procuo evitar que o meu lar se transforme numa bem organizada filial do inferno?;

Tenho dado testemunho de vida cristã ao meu filho em todos os momentos da vida, ou só em sua presença?;

Tenho sido a renúncia, a compreensão, o sorriso em minha casa ou motivo de discórdia?;

Tenho rejeitado meu filho?;

Tenho procurado ser modelo para minha família ou motivo de vergonha?;

Todos os meus filhos são batizados?;

Estou bem com Deus ou vivo amasiada em estado de pecado?;

Além de procurar inculcar nos participantes uma forma cristã e, mais do que isso, católica de ver a família, a APAC procurava conseguir sua futura colaboração para as atividades por ela desenvolvidas. No exame de consciência, há a pergunta:

Procuo ajudar a APAC ou dela desejo apenas desfrutar?

A oração feita ao final do exame de consciência termina com “que eu possa sempre estar ao lado da APAC que é obra de Deus.”

A APAC também desenvolveu Jornadas Masculinas com Cristo para abranger o grupo deixado de lado na outra jornada. Os itens de exame de consciência nessas jornadas eram exatamente os mesmos das Jornadas Femininas, adaptados para o público masculino.

De nada adiantaria, porém, chegar a um alto grau de organização nas atividades desenvolvidas para os familiares se eles simplesmente se recusassem a

comparecer. Por isso, a APAC desenvolveu meios para coagir os familiares a participarem de suas atividades socializadoras. De acordo com a Portaria 03/92, artigos 3 e 4, a permissão para um familiar visitar um determinado recuperando dependia, entre outros critérios, do seu interesse pelas atividades socializadoras da APAC. Os mesmos artigos regulam as visitas de noivas e amásias, informando que *a permissão para sua visita dependia, além da participação nas atividades da APAC, de suas condições e interesse em normalizar a vida conjugal do casal*. A mesma Portaria, em seu artigo 15, letra “a”, informa que a revista feita aos familiares antes da visita podia ser dispensada de acordo com *a presença e participação dos familiares nos atos socializadores da APAC*. Ainda quanto às visitas aos presos, um comunicado de 1994 informava aos familiares que aqueles que não tivessem participado do último encontro promovido pela APAC deveriam chegar à instituição com antecedência para assistirem a uma palestra de 45 minutos na capela do regime semi-aberto antes de entrarem no presídio. Em 1994, foram realizados cinco encontros de familiares que ocupavam dois sábados seguidos, com espaço de mais ou menos três meses entre um e outro encontro. Não só a autorização para as visitas dependia da participação nos encontros – também a promoção do próprio condenado dependia da participação de sua família nos atos da APAC: “O estágio inicial continua a ser cumprido no presídio comum, e a promoção ao Primeiro Estágio está sempre vinculada ao mérito do preso e ao interesse da família em acompanhar as programações da Entidade, revelando preocupações com a emenda do recuperando.” (Ottoboni, 1997: 36).

Outra forma da APAC trazer para si as famílias, além de expandir para elas suas atividades assistenciais, era o fornecimento de cestas básicas e a prestação de serviços de atendimento médico-odontológico. Para se ter uma idéia, em outubro de 1999 a APAC contabilizava um total de 1040 atendimentos médicos efetuados às famílias dos presos, 1064 atendimentos odontológicos, 438 atendimentos de serviço social e 1767 cestas básicas distribuídas ao longo de sua existência. Para poder providenciar esses atendimentos, em diversos momentos a APAC pôde contar com uma significativa ajuda financeira da Prefeitura de São José dos Campos.

Uma interessante interposição entre os âmbitos da APAC e da família era a postura da instituição de procurar ela mesma se organizar como uma família, a fim de prover os presos de modelos paternos adequados dos quais eles não teriam

disposto durante a infância. Assim é que a APAC afirma que, como a família é a base de tudo, do sucesso e do fracasso da sociedade, por isso ela mesma se preocupa em manter-se como família e trabalhar para a família. Ou ainda, entra neste contexto a afirmação feita pela APAC de que, como a família “era e é” em 98% dos casos a fonte geradora da criminalidade, a APAC procurou transformar a própria entidade numa família onde “o recuperando pudesse espelhar-se, buscando exemplos de vida” (APAC, 1995a).

Por fim, a contribuição mais original da APAC na forma de ver os presos como frutos de uma família desestruturada: a instituição de padrinhos voluntários para “adotar” e tomar conta dos presos, fornecendo para eles um modelo de vida conjugal adequado. Em princípio, todos os voluntários da APAC eram chamados pelos presos de “padrinhos” e “madrinhas” mas, na verdade, a APAC reservava esses nomes para personagens bastante especiais de seu funcionamento. Os “padrinhos” eram pessoas da comunidade, casais de “vida conjugal exemplar” que “adotavam” os presos a fim de que eles pudessem ter contato com um modelo de família que lhes teria sido negado por serem provenientes de famílias desestruturadas e enfermas. Em princípio, os padrinhos devem visitar tanto os afilhados da APAC quanto suas famílias, o que faz deles os personagens mais importantes no contato entre a APAC e as famílias dos recuperandos. Ao serem designados pela APAC para tomarem conta de um preso, os padrinhos devem se responsabilizar também pelo cuidado com a família do recuperando, o que envolve constantes visitas às famílias.

O tema dos padrinhos nos põe em contato com o último elemento do Método APAC, a *participação comunitária*. Mas, antes de abandonarmos o tema da família, devemos interpretá-lo sob uma determinada ótica institucional. Sob este ponto-de-vista, a instituição é uma forma de apropriação de um determinado objeto institucional. Assim, os hospitais seriam instituições que se apropriaram do objeto *saúde*, da mesma forma pela qual as escolas se apropriaram do objeto *educação*. Se considerarmos a APAC como uma instituição que se apropriou do objeto *recuperação* ou *ressocialização*, devemos considerar que ela estendeu seu âmbito institucional para fora dos muros do Presídio Humaitá. Ela passou a abarcar os familiares dos presos para assegurar a durabilidade de sua ação e também para exercer uma profilaxia social através da qual procurava impedir que do seio daquelas famílias surgissem novos frutos desviantes.

Os padrinhos eram os membros da comunidade atuando diretamente com o objetivo de recuperar os presos. Para a APAC, que se apropriou do discurso psicológico para produzir um tipo de saber sobre os presos, seus recuperandos eram fruto de uma imagem distorcida da realidade produzida no seio da família. Num artigo da APAC em Revista aprendemos que, de acordo com o psicólogo Hugo Veronesi, um dos fundadores da APAC, “quatro imagens formam o arcabouço da personalidade humana: a imagem do Pai, a imagem da Mãe, a imagem de Deus e a auto-imagem” (APAC em Revista, 1988 a: 9) e que essas quatro imagens decidem o futuro de todo ser humano. Ninguém pode ser emocionalmente saudável se não fizer as pazes com essas quatro imagens e a APAC, através de seu trabalho, busca reestruturar todas essas imagens. Qualquer criança rejeitada pela mãe desenvolverá uma pré-histeria que pode se transformar em histeria franca ou delinquência, como no caso dos recuperandos da APAC. Segundo o psicólogo, o resultado de todas as pesquisas feitas no mundo todo para descobrir o “enigma do mal no mundo, o enigma do crime” foi que, na aurora de suas vidas, as crianças não tiveram “o calor do regaço materno” nem a “autoridade protetora de um pai”.

Por isso, a APAC instituiu uma técnica “aparentemente ingênua” para resolver esses problemas dos presos. Através da designação de um casal de padrinhos, o recuperando tem a oportunidade de uma convivência que, aos poucos, vai reestruturando “as figuras despedaçadas de um pai e de uma mãe”: “A natureza frustrada clama por uma figura substituta, clama por refazer aquelas imagens.”(APAC em Revista, 1988 a: 9). Através desta convivência, paulatinamente, os presos vão se afastando de seu mundo sórdido de violência, ódio, maldade e desconfiança, e vão se aproximando “do mundo saudável em que o padrinho e a madrinha vivem” (APAC em Revista, 1988 a: 9). Num roteiro para curso de formação de voluntários da APAC, encontramos algumas notas sobre os benefícios dos contatos entre padrinhos e afilhados: refaz a imagem dos pais; cria uma afinidade entre preso e padrinho; estabelece um clima de confiança, cortesia e amizade; os padrinhos servem de modelo de vida; os padrinhos são confidentes dos presos; são também um ponto de apoio para quando o preso sair em liberdade; e, por último, fornecem aconselhamento e ajuda na solução dos problemas (de acordo com a “Apostila do curso de formação de voluntários”).

Curiosamente, “casais de vida conjugal exemplar” significa, grosso modo, que se fala de casais que seguem os padrões familiares esperados pela APAC. Em geral, considera-se que a maior parte desses casais é recrutada no seio dos movimentos cursilhistas, apesar de não se ter uma estatística a este respeito. Por isso, quando se fala em “vida exemplar”, é de um ideal cursilhista de vida conjugal que se está falando. Para tornar a análise de tudo isso ainda mais interessante, vale a pena buscar as origens da instituição apaqueana dos padrinhos. Sua gênese está narrada na APAC em Revista. Lá podemos encontrar que o papel dos padrinhos surgiu no início da APAC, por volta de 1974, quando o então juiz corregedor autorizou a saída de alguns presos para passarem o Natal em família. Era a primeira vez que a APAC realizava aquela experiência e, preocupados com o comportamento dos presos, a equipe apaqueana decidiu que cada casal de voluntários visitaria a família de um preso. “Para que não fosse criado um clima de desconfiança entre os reeducandos e a APAC, designou-se chamá-los de padrinhos” (APAC em Revista, 1988 a: 10). Todos os presos voltaram para a APAC e a bem-sucedida experiência encontrou razões para se perpetuar. Os presos que não saíram para o Natal e, portanto, ficaram sem padrinhos, começaram a solicitar que lhes fossem designados padrinhos também. “Estava assim criada a imagem e o trabalho dos padrinhos” (APAC em Revista, 1988 a: 10). No início do trabalho, havia menos presos na comarca e mais voluntários na APAC. Por isso, era possível designar um casal para cada recuperando. Com o passar do tempo, a balança foi pendendo para o lado dos presos que foram aumentando em número enquanto decrescia o interesse de casais voluntários pelo trabalho. Em 1988, cada casal de padrinhos era responsável por cinco presos, o que devia alterar substancialmente o significado dos padrinhos na vida dos presos. De qualquer forma, a APAC em Revista (APAC em Revista, 1988 a: 10) explicava que um casal só adotava um novo preso quando seu primeiro afilhado tivesse chegado ao terceiro estágio do Método, regime aberto. Fazendo jus à origem disciplinar da instituição dos padrinhos, podemos notar que algumas de suas primeiras atribuições seguiam no mesmo sentido. O Provimento 02/75 no seu artigo 10º atribui aos padrinhos a responsabilidade de manter um prontuário atualizado e completo a respeito de cada reeducando e fazer relatórios sobre os progressos de seus afilhados a cada sessenta dias, encaminhando também à APAC cópia das correspondências com eles trocadas, exceto quando tiver sido exigido sigilo (Ottoboni & Neto, 1976: 132). Quanto aos

presos albergados, o juiz determinava que os padrinhos deveriam verificar o comportamento do reeducando no trabalho e com a família a cada quinze dias (Ottoboni & Neto, 1976: 144).

O trabalho dos padrinhos era uma das possíveis formas de atuação da comunidade no âmbito da APAC. Havia voluntários para todo tipo de coisas na instituição. Alguns preocupavam-se em levar material para os trabalhos manuais dos presos e em ajudar na organização das festas e cerimônias. Muitos ajudavam na criação de cursos para os presos ou realizavam plantões gratuitos, durante os quais cuidavam da segurança do prédio e do bem-estar dos presos. A perfeição dos resultados conseguidos pela APAC, que chegou a obter índices de reincidência menores do que 3%, levava muitos observadores a exaltar o valor inquestionável do trabalho voluntário em presídios. O Deputado Pedro Yves Simão chegou a dizer:

“A Apac é um exemplo do poder que a sociedade civil adquire, quando adequadamente organizada. O sucesso de seu método de trabalho reforça a certeza de que somente com a colaboração da comunidade será possível construir o Brasil com que todos afirmamos sonhar, mas que infelizmente não parece estar tão próximo da realidade cotidiana quanto fazem parecer os discursos.” (Simão, 12.7.1997).

O contingente de voluntários da APAC parecia variar com o tempo, havendo flutuações devidas a inúmeros fatores. Comumente, os membros da APAC diziam que era difícil conseguir novos voluntários para o trabalho. As informações de que dispomos mostram que em 1988 a APAC dispunha de aproximadamente 50 casais de padrinhos. Em 1991, a APAC contava com 50 voluntários, ou seja, a metade do que dispunha em 1988. Além dos voluntários, havia 5 psicólogos, 2 médicos psiquiatras, 2 assistentes sociais, 2 médicos clínicos e 3 advogados trabalhando na APAC em 1991. No ano 2000, depois que a APAC já estava fechada, 40 voluntários participavam de um curso de reciclagem promovido pela entidade. Havia ainda 5 funcionários administrativos e sociais (Corregedor vistoria cadeia da APAC, 24.5.2000). De modo geral, os membros da APAC reclamavam de falta de apoio da comunidade em seu trabalho. Apesar disso, quando, em 10 de março de 1996, a APAC desejou administrar a cadeia vazia do Jardim Satélite, Mário Ottoboni

disse em entrevista para o Jornal Vale Paraibano que não tinha “queixa nenhuma” quanto a isso (Pimentel, 10.3.1996). De modo geral, os membros mais antigos da APAC relatavam um esvaziamento da instituição. Inúmeros voluntários relataram uma aceleração no esvaziamento da instituição após seu fechamento, mas diziam que este processo vinha se dando de forma constante e lenta ao longo dos anos.

Uma das razões para as dificuldades encontradas na captação de novos voluntários, na opinião dos membros da APAC, era a longa duração do curso de formação de voluntários ministrado pela entidade. Em geral, esse curso era formado por 21 aulas e durava, em média, seis meses. Após tanto tempo, das poucas dezenas de alunos das turmas iniciais, pouquíssimos restavam com disposição para exercer o tipo de trabalho proposto pela APAC. Além das desistências durante o curso, havia muitas desistências ao longo do trabalho:

“Aos que se dispõem ao trabalho, é exigido sacrifício máximo de seu tempo disponível, muitas vezes em prejuízo de seus afazeres domésticos e profissionais, e os que abraçam este apostolado por simples curiosidade, acabam desistindo na metade do caminho...” (APAC em Revista, 1995 a: 9).

Apesar dessa opinião geral sobre as dificuldades desses cursos de formação, em 1995 formou-se uma turma com 46 novos voluntários diplomados, número surpreendentemente grande, o que dá indícios de que os resultados do curso variavam muito de ano para ano. Esse curso era formado por aulas que giravam em torno de vários temas, procurando fornecer para o iniciante um panorama completo das atividades desenvolvidas pela APAC e do funcionamento do presídio. Continha também aulas sobre o Método APAC e cursos paralelos sobre temas relacionados, como a questão da liderança e a importância do planejamento no trabalho com os presos. Em geral, a APAC considerava necessário um grande espírito de desprendimento para trabalhar com os presos. Esta seria outra razão pela qual os voluntários desistiam rapidamente do trabalho. Ao contrário de outras pastorais, a carcerária coloca os voluntários num ambiente no qual estão o tempo todo sendo exigidos pelos presos e precisam corresponder diretamente, sob pena de perderem sua confiança. Devido a este quadro de falta de voluntários, a APAC apelava para os familiares dos presos e para os egressos do sistema. Na VI Jornada Feminina com Cristo, após a palestra sobre “Os objetivos da APAC”, o questionário dirigia duas

perguntas a este respeito para as jogadoras: “você está disposta a ajudar a APAC?”; e, “pensa em fazer a escolinha de formação de voluntários?” Num folheto distribuído para os visitantes e familiares dos presos, há uma instrução para que “quando o seu familiar for promovido ao regime Semi-aberto ou Aberto, não abandone a APAC. Ela continua precisando de você.” Um cartaz afixado na sala do plantonista fazia uma pergunta sugestiva para os presos: “Você que vive criticando os voluntários da APAC, qual é o seu projeto de vida, quando estiver em liberdade, para ser um voluntário melhor do que eles?” Outras APACs, como a de Bragança Paulista, não só não apresentavam esta prática como ainda proibiam egressos e familiares de egressos de participarem das atividades da associação na condição de voluntários.

Mesmo assim, a APAC em nenhum momento deixou de propagar o ideal de que a execução penal fosse posta inteiramente nas mãos de trabalhadores voluntários que cuidariam, como acontecia na APAC, de todos os setores de trabalho sem qualquer ajuda direta do Estado. A primeira razão para isso era a percepção por parte da APAC de que o Estado era incompetente para realizar suas funções frente ao cumprimento da pena:

“Como já afirmamos, o Estado já provou, exaustivamente, a sua incapacidade para, sozinho, resolver o problema e, ao longo destes anos, enriqueceu a legislação brasileira com benefícios e favores penitenciários, muita mais preocupado em aliviar os estabelecimentos penais, quase sempre superlotados, do que beneficiar a sociedade, recuperando o condenado.

Dolorosa e tristemente – temos que reconhecer –, o Estado não reúne condições de atuar eficazmente nessa área, o que inspirou o legislador a inserir na Lei de Execução Penal (Art. 4º):

O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de Execução da Pena e da medida de Segurança.” (Ottoboni, 1997: 50-1).

Por conta disso, quando, em 1994, a APAC elaborou uma sugestão de aprimoramento da Lei de Execução Penal (LEP), o artigo 1º do projeto dizia que “toda Entidade Civil de Direito Privado, cuja finalidade estatutária for a da reinserção do preso ao convívio da sociedade, será considerada órgão auxiliar da Justiça e poderá desempenhar atividades específicas nas dependências das Cadeias Públicas e Penitenciárias”, explicando posteriormente que é

“(…) indispensável, pois, que o Estado coloque a disposição da sociedade, através de uma legislação inteligente, meios que possam estimular a participação de voluntários na recuperação de presos, tentativa válida sob todos os aspectos, especialmente quando existem pistas seguras advindas da experiência das APACs de que é possível modificar o atual sistema penitenciário.”

Com uma argumentação no mesmo sentido, um outro artigo aponta a corrupção e a “safadeza que predominam” no sistema penal normal e defende a “terceira força” como um poder regulador que “vai exigir respeito”, denunciando para o juiz as arbitrariedades e violências presenciadas e exigindo providências (APAC em Revista, 1987 c: 19).

Mas a defesa do voluntarismo, além de ser uma oposição ao monopólio estatal sobre a aplicação das penas, é também uma oposição à profissionalização do cuidado aos presos. Para a APAC de São José dos Campos, era bastante claro que um trabalho que visasse recuperar de fato os presos tinha que se basear fundamentalmente na presença de trabalhadores não remunerados, sob pena de se pôr todo o trabalho a perder. Esta era uma das críticas mais freqüentes vindas de São José dos Campos ao trabalho desenvolvido por Bragança Paulista, onde a maior parte dos trabalhadores recebe remuneração. Para a APAC, em seu Método o trabalho tem que ser gratuito por ser uma obra de amor para o qual a graça de Deus é a única recompensa possível. A remuneração descaracterizaria o trabalho comunitário da APAC e deveria ser abolida para qualquer pessoa que estivesse em contato direto com os presos, incluindo-se aí os trabalhadores especializados, como médicos, psicólogos e assistentes sociais. Uma discussão mais aprofundada sobre o assunto encontra-se na APAC em Revista (APAC em Revista, 1997: 20). Um dos argumentos para a ausência de remuneração é que, assim que dificuldades como fugas e rebeliões começam a aparecer, uma instituição baseada no pagamento de salários deixa de existir, já que despertou em seus membros apenas interesses materiais. Outro argumento é que um trabalho remunerado aguçaria a presença da corrupção, já que, novamente, o principal interesse seria o material e acumulativo e os presos, sabendo tratar-se de trabalhador remunerado, ficariam mais tentados a

oferecer propinas. Além disso, a APAC afirma que as dificuldades que encontra cotidianamente para sobreviver desperta o sentimento de seus membros para a luta; as dificuldades enfrentadas pela ausência de recursos materiais fazem com que a instituição torne-se cada vez mais forte: “(...) o que chega fácil, com a mesma facilidade poderá deixar de existir (...)” (APAC em Revista, 1997: 21). Talvez os dois argumentos mais importantes, porém, sejam os dois a seguir. Em primeiro lugar, o trabalho voluntário leva o preso a perceber que alguém vem acudi-lo com amor e lhe estende a mão sem interesse algum. Isso possibilita uma mais rápida recuperação do sentenciado e potencializa sua emenda, a “reformulação de seus valores” e “sua profunda conversão” (APAC em Revista, 1997: 21). Numa comparação com os efeitos produzidos pelo Estado sobre os prisioneiros, lemos alhures que

“O Estado, impessoal e abstrato, não consegue atingir o âmago do homem. Só o voluntário leigo, médico ou sacerdote, por exclusivo espírito cristão, pode atingir a alma do criminoso para resgatá-lo da morte, como aqueles amigos que tiraram a pedra do túmulo para que Cristo pudesse chamar Lázaro” (APAC em Revista, 1996: 12).

Por fim, uma razão de ordem institucional: a dependência que a APAC tem da própria sociedade a impede de ser subvencionada com exclusividade por um único órgão, emprestando-lhe “eficácia e sentido de durabilidade e seriedade” (APAC em Revista, 1997: 21).

O motivo anterior, porém, é sempre ressaltado quando se trata de mostrar as vantagens do trabalho voluntário, e sempre a partir do mesmo ponto-de-vista: o trabalho voluntário rompe a “barreira de desconfiança existente entre o preso e a segurança (...)” (APAC, [s.d]b). Por isso, Mário Ottoboni afirma que só a comunidade consegue conhecer o que acontece realmente dentro dos presídios, pois os presos confiam nos agentes da comunidade de uma forma que não confiam nos agentes do Estado. Em uma palestra no II Congresso Nacional das APACs, realizado em São José dos Campos, Mário Ottoboni relata uma visita que fez a certa cidade na qual o Delegado fazia questão de afirmar ter controlado o problema das drogas. Tendo entrado em contato com os presos da cidade, Mário Ottoboni descobriu rapidamente todos os principais pontos-de-venda de drogas da cidade e, para provar

ao Delegado que ele estava errado ao achar que não havia drogas ali, indicou para os ouvintes, em uma palestra no Fórum da cidade, dois dos pontos que ele acabara de conhecer. Depois disso, Mário Ottoboni afirma na palestra, traindo a aparentemente tão consolidada distância entre APAC e Estado, que a “terceira força é a solução que as autoridades ainda não descobriram, infelizmente.” (APAC em Revista, 1987 b: 26)

Está claro que, para os voluntários, o trabalho na APAC tem um profundo sentido pessoal. Um antigo e muito atuante voluntário da instituição disse, quando da posse da nova diretoria após a saída de Mário Ottoboni, conforme está relatado na ata de posse, que continuaria “firme e que a APAC faz parte de sua vida e que não sabe mais viver sem ela, pois passa mais tempo aqui que em sua casa (...)”. De qualquer forma, a principal argumentação da APAC para a proposta do trabalho voluntário como fundamental no contato com os presos, remunerando apenas os trabalhadores do setor administrativo, sem contato direto com a população carcerária, é que apenas o trabalho voluntário consegue provocar no preso sua recuperação social e sua emenda completa, pois frente ao trabalhador voluntário o preso percebe que está diante de alguém que o ajuda por amor. O efeito principal do trabalho voluntário em presídios é acabar com a dicotomia presos x polícia e, entre outros efeitos secundários, contribuir para acabar com o código de honra (APAC, s.d. a).

Antes de partirmos para a última parte do Método, sua escala de recuperação, vamos tentar definir quem é que o Método APAC está enfrentando. Em outras palavras, procuraremos definir a *clientela* do Método APAC. Em primeiro lugar, utilizamos de forma variável as designações aos clientes da APAC. A instituição, porém, lhes destinava uma designação bastante precisa: *recuperandos*. Na origem deste termo está boa parte do que a instituição acredita definir a sua clientela.

Antigamente, a APAC chamava os presos sob sua responsabilidade de *reeducandos*. Com o tempo, esta designação foi substituída pela outra mais precisa. Mesmo assim, em outras APACs é comum ouvirmos reeducando ao invés de recuperando, como diz a APAC de São José dos Campos. E por quê a APAC resolveu substituir uma palavra pela outra? Fundamentalmente, a APAC vê os presos como doentes. Se eles não chegaram à prisão como doentes, adquiriram ali, devido aos vícios do sistema normal, inúmeras doenças físicas e mentais que são suficientes para configurá-los como doentes. É por isso que a APAC prefere chamar seu

trabalho de “tratamento socializador”. No capítulo denominado “O condenado é um doente?”, Mário Ottoboni alonga um pouco a questão. Ele diz:

“Existem dúvidas. A questão é polêmica, mas clara para nós, embora contrariando a muitos teóricos que afirmam não serem os condenados doentes, porque nascem, vivem e se tornam delinquentes por índole, injustiças sociais ou obra do acaso. Há, inclusive, os adeptos de Lombroso e os que sustentam que o agressor simplesmente nasce mau e, por essa razão, deve ser exterminado.

(...)

As observações feitas e informações que obtivemos nos dão a convicção de que o condenado é, com exceções, um doente, com implicações de saúde mental ou orgânica e, às vezes, ambas, como veremos pelos dados mais adiante apresentados.” (Ottoboni, 1997: 69).

Por isso a APAC submete os presos, assim que os recebe em seu estabelecimento, a um minucioso exame médico para serem cuidados até recuperarem a saúde. O conceito de doença usado pela APAC é amplo:

“O Código Internacional de Doenças considera como doente todo portador das seguintes anomalias:

- personalidade irritável;
- personalidade histérica;
- dependência de drogas e medicamentos (...);
- distúrbios fisiológicos de causa psíquica (...);
- síndromes especiais: gagueira, anorexia, tiques, movimentos estereotipados, distúrbios do sono e estresse;
- reações psicogênicas de adaptação;
- distúrbios de comportamento social em grupo;
- dificuldade de relacionamento;
- distúrbio da atividade e atenção;
- dificuldade de aprendizagem.” (Ottoboni, 1997: 69-70).

Apropriando-se novamente do discurso psicológico, a APAC pode conceituar esta doença em termos científicos bastante atuais:

“Sabemos que a delinqüência é um desvio da personalidade, sintoma de desequilíbrio, de doença emocional, no mesmo nível de manifestações históricas, esquizofrênicas e maniaco-depressivas.” (Ottoboni, 1997: 72).

As origens de sua doença são as mais diversas possíveis. No último livro de Mário Ottoboni, ele outorga um papel semelhante para a família, os problemas sociais e o próprio sistema penitenciário na formação dessas doenças:

“O delinqüente é, na realidade, um doente gerado no ventre da ausência de afeto e de amor, do desemprego, da falta de moradia, do desequilíbrio social, da fome, da injustiça, da péssima assistência previdenciária, dos preconceitos que, no estabelecimento penal, vê agravada esta condição.” (Ottoboni, 1997: 73).

Trata-se, portanto, de um doente. Como tal, ele deve tentar se recuperar. Por isso, o termo recuperando deve ser utilizado de preferência a qualquer outro:

“Por outro lado, nossa literatura jurídica, cristã, médica, psicológica, jornalística, entre outras, é rica em afirmações que confirmam, de modo inquestionável, ser correto o uso do termo *recuperando* (aquele que vai se recuperar) para denominar o preso, evitando a humilhação de designações impróprias.

Numa proposta de valorização humana, é admissível o eufemismo *recuperando* para evitar o uso dos termos *preso*, *interno*, *condenado* ou *sentenciado*, os quais, embora verdadeiros, não deixam de chocar e depreciar o ser humano.” (Ottoboni, 1997: 99).

Mas a utilização deste termo não implica apenas em uma delicadeza para não ferir os sentimentos do preso. Há uma razão técnica para utilizá-lo em detrimento de outros:

“Vê-se, desde logo, que o uso dos termos *reeducando*, *interno* e *educando* para designar os presos é impróprio. *Reeducando* significa, em última análise, aquele a quem se reeduca. Ora, somente se reeduca quem foi educado e que, por qualquer motivo, se esqueceu das normas da boa convivência. Na

verdade, o condenado não teve uma educação conveniente, adequada para conviver na sociedade. A experiência nos tem ensinado que o condenado não esqueceu as normas dos bons costumes, simplesmente não as conheceu. O meio ambiente familiar e as imagens deformadas não o levaram a descobrir as regras da sociabilidade, da educação relacionada com o respeito, os bons princípios, a moral, a religião, a profissão etc.” (Ottoboni, 1997: 100).

Assim, este doente a quem o sistema penal só faz agravar a situação deve necessariamente ser chamado de recuperando. Por se tratar de uma doença, a delinquência deve poder ser tratada através de meios adequados de trabalho. Pelos resultados excelentes obtidos pela APAC em todos os seus anos de experiência, Mário Ottoboni considera-se apto a afirmar que

“Não existem condenados irrecuperáveis mas, tão somente, os que não receberam tratamento adequado, como lembra Concepción Arenal: ‘A segurança social se alcança mais com os trabalhos de recuperação do infrator do que com sua simples punição’.” (Ottoboni, 1997: 50).

Por isso, a APAC é contra qualquer tipo de trabalho que não envolva um tratamento como o que ela mesma aplica aos seus recuperandos. Principalmente porque, se o delinquente é um doente, permitir que ele permaneça sem tratamento pode ser extremamente perigoso:

“Entendemos que o surgimento da Lei de Execução Penal e a reforma da Parte Geral do Código Penal representa um retrocesso sob muitos aspectos. Perdemos conquistas duramente alcançadas; em troca, surgiram benefícios a infratores, a perigosos assaltantes, tecnicamente primários, que não passam pelas dificuldades dos presídios e já começam a desfrutar a pena em regime semi-aberto ou aberto, representando um grave incentivo à criminalidade.

A experiência nos ensinou que não existe – são raríssimas as exceções – primariedade entre aqueles que agem contra o patrimônio, traficantes, estelionatários, receptadores. Quando um criminoso desses é pego, processado e condenado, já cometeu uma série de infrações idênticas e acaba nas casas de albergados, quando não vai cumprir a pena na própria residência.” (Ottoboni, 1997: 34-5).

O que a APAC inseriu no discurso técnico-científico sobre o preso e que, em grande parte, deve ao fato de ser pastoral carcerária – se seu objeto não tivesse também esta outra característica, a APAC seria um simples hospital – foi a dimensão espiritual e moral, sobre a qual age no sentido de trazê-lo de volta para o contato com Deus:

“Apenas anoto, aqui, as palavras da penitenciarista Armida Bergamini Miotto, em sua obra *A violência nas prisões*, que afirma que “o fulcro, porém, do êxito, parece que, indubitavelmente, se deve a que a APAC não vê o preso como, somente, um composto biopsicológico, a ser tratado técnica ou cientificamente, mas como pessoa humana, que tem, pois, responsabilidade moral, porque tem uma dimensão espiritual.” Discurso proferido pelo doutor Nilo Cardoso Perpétuo, Juiz de Direito, na época Corregedor dos Presídios e da Execução Criminal da Comarca de São José dos Campos, na inauguração do presídio modelo da APAC de São José dos Campos, em 10 de outubro de 1984. (Ottoboni, 1997: 140).

Quando a APAC aplica seu método, portanto, ela o aplica sobre um composto que não é bio-psicológico, mas é bio-psicológico-espiritual-moral, a ser tratado, não tecnicamente, mas técnico-moralmente. No fundo, as contradições dessa definição não deixam de ser as contradições da própria prática institucional da APAC e as contradições de toda a história penitenciária mundial: ao delimitar seu objeto de trabalho, as instituições penitenciárias nunca conseguem se livrar das conseqüências incômodas de qualquer definição.

Falaremos agora sobre o último aspecto do Método APAC, a sua *escala de recuperação*. Antes mesmo da LEP brasileira prever qualquer benefício progressivo nas penas, a APAC já havia criado um sistema misto entre o regime fechado e a prisão-albergue a partir de uma experiência empírica envolvendo a construção do pavilhão para os albergados, que inexistia na comarca. Todo o pavilhão foi construído com mão-de-obra dos presos do regime fechado e, após o término da obra, havia necessidade de manutenção e reparos essenciais ao prédio que não podiam ser feitos pelos próprios albergados e nem pelos voluntários por diversas

questões, incluindo-se a falta de tempo. Por isso, a APAC houve por bem pedir autorização do juiz para que os presos do regime fechado que tinham participado da construção pudessem permanecer no prédio a fim de realizar os reparos essenciais. O juiz aceitou o pedido da APAC e esses presos passaram a ficar no pavilhão, prática que não era prevista por lei.

A escala de recuperação que a APAC criou para seus presos ficou conhecida, durante muito tempo, como Sistema APAC. Muitas vezes, encontramos uma identificação completa entre escala de recuperação e Sistema APAC, principalmente em textos mais antigos, o que mostra que, inicialmente, a grande novidade no trabalho da APAC foi justamente sua escala progressiva. Posteriormente foi criada a denominação Método APAC, que passou a significar um conjunto de procedimentos aplicados aos presos a fim de ressocializá-los. Para se entender a mudança nos termos, quando se fala sobre o Método APAC, raramente a escala de recuperação é mencionada. Quando se falava em Sistema APAC, era a escala de recuperação que estava diretamente em foco.

A escala é o modo pelo qual a APAC aplica seu Método. Podemos dizer de forma ilustrativa que a escala é o Método APAC no vetor tempo: é como os elementos primordiais do Método vão sendo modificados ao longo do tempo para se adequarem às mudanças operadas nos indivíduos a ele submetidos. Por isso, não se fala na escala quando se menciona o Método – são dimensões diferentes das técnicas institucionais de ressocialização. Nos primeiros estágios, grosso modo, o indivíduo é submetido ao tratamento socializador de forma intensiva e sem brechas. Todo o seu tempo é ocupado pelas atividades da APAC enquanto ele está em regime fechado. No regime semi-aberto, suas ocupações continuam sob vigilância da APAC mas de uma forma menos contínua. Ele já não tem todo o seu tempo controlado pela instituição. No regime aberto, a instituição mantém sobre ele um certo domínio que se traduz na obrigatoriedade de comparecimento em alguns momentos para assinar presença ou comparecer a atos socializadores, mas seu tempo já é todo controlado por ele mesmo.

Quando da origem da escala, ela não se dividia em regimes. Na época em que a criou, antes de passar a administrar o Presídio Humaitá, a APAC a dividia em setores que significavam uma progressiva liberdade para os presos. Todo o fundamento desta liberalização dos presos era religiosa. No total, havia sete setores

de progressão que iam dos contatos iniciais com a APAC à completa liberdade, cujas etapas estão descritas em Ottoboni & Neto (1976: 91-8). No setor 1, estabeleciam-se os primeiros contatos com o preso. Basicamente, os presos que estavam neste setor eram avaliados pelos voluntários da APAC que procuravam saber se ele estava em condições e mostrava interesse em se emendar. Para isso, ele era convidado a participar das atividades desenvolvidas pela APAC como concursos, uso da biblioteca, participação em palestras, atos religiosos e de valorização humana. Sua avaliação, além da participação, englobava seu relacionamento com os padrinhos que lhe foram designados pela APAC, seu relacionamento com os presos da mesma cela e a participação – que é enfatizada pela APAC – no terço rezado dentro da cela. Tendo sido aprovado neste primeiro setor, o preso ganhava o direito de ser promovido para o 2º setor, chamado de “terço em família”. Vale lembrar que esta divisão em setores não implicava separação física entre os presos. Era uma divisão hierárquica e metodológica de presos que cumpriam pena todos no mesmo lugar. Os presos do 2º setor ganhavam o direito de sair uma vez por semana, às quartas-feiras, exclusivamente para participar de um terço com sua família, rezado alternadamente na residência de seus familiares e na residência de seus padrinhos. Neste setor, o preso passava por um batismo e crisma, tinha aulas de religião, trabalhava como representante de sua cela e começava a comandar os terços rezados no xadrez. O objetivo geral do 2º setor era promover a reintegração preso-família através do contato semanal nos terços. Tendo sido aprovado neste setor, o preso passava para o 3º setor, chamado de “saída para a missa”. Neste setor, a principal novidade era a saída semanal do preso para participar de uma missa às 20:00h no Igreja Matriz de São José dos Campos. Além disso, a APAC indica a realização de casamentos, procurando regularizar a vida conjugal dos presos e a participação dos presos nas então chamadas “Jornadas Carcerárias de Evangelização”. Neste 3º setor, como se pode depreender, o preso tinha o direito de sair duas vezes por semana: terço em família às quartas-feiras e missas aos sábados. No 4º setor, o preso ganhava o direito de sair para passar o domingo em família uma vez por mês. Esperava-se do preso neste setor uma posição de liderança dentro do presídio, colaborando com os voluntários na arregimentação de novos detentos para o Sistema APAC. A passagem para o 5º setor se dava de forma solene, de acordo com Ottoboni & Neto (1976: 95).

Na cerimônia de passagem para o 5º setor, todos cantavam o Hino da Liberdade, com letra e música compostas por Mário Ottoboni:

Lá, lá, lá, lá, lá...
 Fiquei pensando
 No seu modo de andar
 Fiquei pensando
 No jeito como você sonhava
 Na ânsia que o dominava
 Na hora de aqui chegar.
 Pensei como você pensava
 Chorei como você chorava
 Pensei na sua certeza
 De que Deus é sempre bom amigo
 Pensei em você cantando
 Sonhei em estar consigo
 Juntos sonhamos com a liberdade
 Construída com nossa amizade
 Quero que hoje, este grande dia
 Nunca se apague do seu coração
 Quero que a vida seja só
 Marcada pelo abraço
 Amigo deste seu irmão
 Quero que a APAC seja uma família
 Edificada pelo nosso amor
 Que haja festa em nossa vivência
 Como se fosse um jardim em flor.
 Fiquei pensando, fiquei pensando
 Fiquei pensando...

No 5º setor o preso já não ficava mais junto com os outros. Ele passava a morar no Centro de Reeducação, em regime de semi-liberdade. Neste Centro não havia policiamento. Esperava-se que, neste setor, ele começasse a cuidar dos outros presos para realização de atendimentos “de corredor”, escoltas para atendimento médico-odontológico e compras. Os presos começavam também a trabalhar

realizando serviços burocráticos para a APAC, limpeza das instalações e trabalhos na delegacia e no Fórum. Neste setor o preso passava a integrar o CSS, Conselho de Sinceridade e Solidariedade, formado por presos selecionados pela APAC e que decidia sobre punições e rebaixamentos, cuidando de toda a parte disciplinar. Esperava-se que o preso deste setor liderasse “o grupo nas boas ações, inclusive o terço” (Ottoboni & Neto, 1976: 95) e, pela sua vivência, conquistasse os demais reeducandos. O preso deste setor começava a participar ativamente das palestras realizadas pela APAC, dando seu testemunho de recuperação. Comparecia também aos “Domingos de Reflexão”, um dia de retiro espiritual com a participação de presos selecionados nas quais eram realizadas palestras por casais de padrinhos e reeducandos, intercaladas por cânticos, reuniões de grupo, testemunhos dos participantes e missa de encerramento da qual participavam inclusive familiares dos presos. O preso também tomava parte de uma missa semanal realizada às quintas-feiras e passava a fazer parte da equipe litúrgica. Além disso, participava de cursos profissionalizantes dados através de um convênio com o SENAI. No setor 6, o preso começava a trabalhar em firmas e contava com bolsas de estudo. Parte do que ele ganhava era guardado em uma poupança obrigatória e esperava-se que, neste setor, o preso tivesse uma “perfeita identificação com toda a escala de recuperação da APAC” (Ottoboni & Neto, 1976: 97). Na descrição que é feita da escala, ressalta-se que havia um pavilhão para os presos em regime de prisão albergue, no qual a APAC procurava aplicar o mesmo “sistema de reeducação”, havendo uma grande defasagem entre os presos submetidos ao Sistema APAC desde o início do cumprimento de pena e aqueles presos condenados já de início ao regime de prisão albergue, sendo que estes últimos custavam “a entender que foram condenados e que [tinham] uma dívida a saldar com a sociedade” (Ottoboni & Neto, 1976: 98). O último setor era o 7º, chamado de “recuperação”: o preso já não estava mais sob a ação direta da APAC, mas permanecia sob vigilância por um período de seis meses após ter ganho a liberdade. Se não apresentasse a mesma linha de conduta em face “da família, o trabalho e da APAC”, poderia ser punido com regressão de setor, voltando a ficar sob supervisão da entidade.

O juiz, para adequar todo este esquema baseado em setores à legislação penal brasileira da época, dividiu-a em quatro fases que correspondiam no geral a fases definidas pela legislação. Foi o juiz quem criou os “estágos” de cumprimento de

pena abrangendo diversos setores. O estágio inicial correspondia ao primeiro setor. O primeiro estágio correspondia aos setores 2, 3 e 4. O segundo estágio correspondia ao setor 5 e o terceiro estágio, ao setor 6. Desta forma, adequava-se o Sistema APAC às exigências legais da época, modificando, porém, a descrição que a legislação fazia dos diversos momentos de cumprimento de pena. Para dar um exemplo, a exposição de motivos do Código Penal de 1940 previa um período inicial de no máximo três meses em que o preso permaneceria em isolamento. Devido a suas concepções penais, a APAC nunca, a não ser em algumas exceções, por questões de disciplina, praticou o isolamento de presos.

O mesmo sistema progressivo foi adaptado para a nova Lei 6416, de 24 de maio de 1977, que introduziu modificações no Código Penal. Atualmente, a APAC adaptou seus quatro estágios aos regimes de cumprimento de pena previstos pela legislação. Assim, o regime fechado de cumprimento de pena previsto por lei engloba, na APAC, os estágios inicial e 1. O regime semi-aberto corresponde ao segundo estágio e o regime aberto ao terceiro estágio. Atualmente, a APAC não contava com um local apropriado para presos albergados. Por isso, esses presos, correspondentes ao regime aberto, pernoitavam em suas residências e compareciam diária ou semanalmente para assinar um livro de presença na APAC. Vale lembrar que as modificações no Código Penal foram produzidas a partir da experiência desenvolvida na APAC. Na época ocupando o cargo de Assessora do Gabinete do Ministro para Assuntos Penitenciários, conforme ela mesma conta, a penitenciarista Armida Bergamini Miotto esteve nas dependências da APAC para conhecer o trabalho ali desenvolvido, incluindo nas modificações legais uma série de dispositivos previstos pela APAC, como o Domingo em Família (APAC (s.d.)b).

Capítulo 6. A proposta da pesquisa

No dia 19 de julho de 1999, fiz o primeiro contato oficial com a instituição para propor a realização de uma pesquisa em suas dependências. Desde a última visita que eu havia feito, não tinha mais contatado a instituição e duvidava de que qualquer um lá ainda se lembrasse de mim. As razões para a demora no contato com a APAC estavam ligadas à necessidade de esperar pelos trâmites burocráticos necessários para a aprovação da realização deste trabalho nas instituições acadêmicas às quais eu estava vinculado. Uma vez conseguida esta aprovação, liguei imediatamente para a APAC e propus novamente a pesquisa, fazendo questão de conversar com a mesma voluntária que se prontificou a me ajudar em minha última visita.

Apesar de possuir um certo conhecimento sobre a APAC, seu funcionamento me escapava de todo e eu não sabia o que esperar como resposta a meu projeto de pesquisa. Por mais que a APAC me parecesse uma instituição relativamente “aberta” ao público, dada a aparente facilidade com que entrei em suas dependências nas duas visitas que fiz, eu não podia ter qualquer certeza quanto à recepção que meu projeto teria quando fosse explicado com mais detalhes aos voluntários responsáveis pela administração da instituição. Afinal de contas, o tipo de pesquisa que eu propunha era o mais intrusivo possível, pois colocava o pesquisador diretamente em contato com o dia-a-dia institucional. Mesmo uma instituição bastante receptiva, eu acreditava, teria receio em aceitar este tipo de intromissão externa; que dizer, então, de uma prisão? Eu já esperava que a instituição fosse erguer algumas barreiras a meu ingresso em suas dependências e imaginava argumentos e contra-argumentos para justificar a necessidade deste tipo de pesquisa. Foi com o espírito preparado para uma batalha que eu entrei em contato com o voluntariado da APAC e sugeri a realização de minha pesquisa. Tudo o que eu esperava era que, mesmo não sendo

aprovado integralmente, o projeto fosse parcialmente aprovado e eu pudesse ao menos conhecer parcialmente o funcionamento institucional.

O que obtive, por outro lado, foi uma surpreendente prontidão em aceitar a realização da pesquisa. Quando entrei em contato com a instituição, a voluntária com quem conversei da primeira vez lembrou-se imediatamente de mim. Parecia, na verdade, estar esperando por meu telefonema. Perguntou-me se eu já tinha resolvido os problemas que impediam a realização da pesquisa e eu respondi que sim. Então, expliquei em detalhes como seria realizado meu trabalho. Como a primeira parte de minha pesquisa seria voltada para a realização de entrevistas com egressos da instituição, a voluntária fez questão de me ajudar a elaborar uma lista de egressos que poderiam ser entrevistados. Inicialmente, eu entendi essa prontidão como uma tentativa de controlar minha pesquisa: ao selecionarem os egressos, os voluntários escolheriam apenas aqueles que tivessem um relacionamento mais próximo com a instituição. Logo, porém, abandonei esta idéia e supus que a instituição tivesse apenas interesse em me ajudar a realizar a pesquisa. Posteriormente, esta idéia se revelou a mais acertada. Ao propor esta interferência em minha pesquisa, a instituição me transmitia a mensagem de que estava disposta a me ajudar em tudo o que fosse possível de modo a facilitar ao máximo a realização do trabalho. A recepção que tive foi tão entusiástica que, ao terminar a conversa, tive a impressão de que até a semana seguinte eu já teria algumas entrevistas gravadas e transcritas.

O entusiasmo da instituição com minha pesquisa podia revelar, de fato, a permeabilidade institucional às possíveis críticas externas e um sincero interesse em aprimorar seu trabalho. Conforme continuei meu trabalho na APAC, porém, passei a considerar duas ordens de fatores como explicações mais adequadas para o interesse da APAC em minha pesquisa. O primeiro: a APAC era uma instituição muito antiga e segura de sua posição, o que diminuiria consideravelmente sua ansiedade com relação à presença de agentes externos em suas dependências. Uma instituição que, na época, contava vinte e sete anos de existência, não se intimidaria com a presença de um pesquisador em suas dependências. Ao contrário, a APAC sempre divulgou seu trabalho e estimulou a presença de pessoas externas em suas dependências, fosse como visitantes, fosse como voluntários. A presença de voluntários da comunidade, na verdade, era a própria "alma" do trabalho da APAC e a frequência com que eram realizadas visitas em seu interior, como descobri mais tarde, era espantosa.

“Autoridades” as mais diversas, como juizes, delegados, políticos, empresários e outros tantos, visitavam a APAC quase diariamente, num processo de divulgação do trabalho estimulado conscientemente pela diretoria da entidade. Assim sendo, não haveria qualquer problema em minha aceitação como voluntário/pesquisador; a presença de pessoas de fora sempre foi, na verdade, estimulada.

Havia uma segunda ordem de fatores que poderia explicar o entusiasmo na aceitação da pesquisa, relacionada ao momento específico enfrentado pela APAC. Como eu já podia intuir e pude, em momentos posteriores, confirmar, a APAC se via como uma instituição à parte no sistema penal, um “corpo estranho” que contava com a antipatia de policiais, juizes, delegados, carcereiros, etc. Por isso, havia uma grande necessidade da instituição em buscar apoio externo para suas atividades; justamente essa seria a razão pela qual ela buscava com tanta insistência a presença de visitantes em suas dependências. Assim, quanto maior a presença de pessoas da sociedade civil em suas dependências, maior apoio ela teria para continuar exercendo suas atividades. Se isso já era verdade em momentos anteriores, naquele momento, em que a APAC estava enfrentando um grave ataque a suas atividades, ela talvez sentisse com ainda maior urgência a necessidade de apoio. Minha pesquisa poderia estar se prestando a um papel não intencional de divulgação do trabalho da instituição pesquisada e de justificação para sua continuidade. Num momento de grave crise em suas atividades, essa hipótese não podia ser descartada.

Depois desse primeiro contato, fui à instituição pessoalmente para discutir os detalhes do trabalho. Havia algumas questões pendentes, como o problema do curso de preparação para voluntários, necessário para meu ingresso na instituição, e que não se sabia exatamente quando aconteceria. Havia também que definir melhor como eu faria para ter acesso aos egressos da APAC. Esta visita foi, para mim, o início de fato de meu trabalho, já que foi a primeira vez em que fui sozinho até a instituição e a primeira vez em que pude observar algo de suas práticas.

Quando cheguei à instituição, fui recebido por um rapaz que me encaminhou à sala da recepção, onde um plantonista me recebeu. Ao lado dele estava uma voluntária da instituição. Quando me ouviu perguntar pela outra voluntária, ela imediatamente levantou-se de sua cadeira com uma expressão alegre e cumprimentou-me, chamando-me pelo nome: “Oi, que bom que você veio!” Fiquei

surpreso pela voluntária ter me chamado pelo nome. Aparentemente, ela sabia exatamente do que se tratava minha visita.

A APAC, pelo que pude ver nesse momento, era uma organização pequena, de aproximadamente dez pessoas desempenhando diversas funções no voluntariado. Obviamente, nem todos os voluntários estavam lá naquele momento. A própria designação “voluntário” é questionável para fazer referência às pessoas que controlavam o funcionamento da APAC, já que muitos deles recebiam pelo seu trabalho. No geral, a fonte de renda da APAC eram as doações feitas por pessoas que apoiavam o trabalho. Muitas vezes, o doador eram as empresas da região. Com o dinheiro, a APAC podia custear a manutenção de um pessoal fixo trabalhando em regime integral em suas dependências. Esse pagamento era efetuado em caráter não oficial, pelo que entendi, na medida em que ele era feito conforme fosse o montante em caixa na entidade. Foi basicamente esse pessoal que eu encontrei trabalhando nos plantões e escritórios. Outros, que dedicavam apenas parte de seu tempo à entidade, eram, em princípio, voluntários, não recebendo por seu trabalho.

Depois de conversar brevemente com os dois voluntários na recepção, fui encaminhado para os escritórios, localizados no andar de cima da instituição, na área do semi-aberto. Um outro rapaz, provavelmente um recuperando, foi junto comigo para a área do semi-aberto, cujo portão foi aberto pelo plantonista. Aliás, sempre que passávamos de um lado para outro do presídio, este portão tinha que ser aberto pelo plantonista. Esse portão permitia a passagem entre um lado e o outro do presídio. De um lado do presídio, ficava o regime fechado, já vazio naquele momento. Do outro, ficava o regime semi-aberto. Entre os dois, ficavam uma pequena sala bem na entrada do prédio, a sala da recepção e um escritório onde eventualmente ocorriam reuniões e que era preferencialmente utilizado por uma voluntária da entidade realizar seu trabalho. Essa área formada pelas salas e pelo escritório era isolada do regime fechado por um longo corredor ao final do qual encontrava-se um portão que permanecia sempre fechado (ao menos enquanto este regime estava em funcionamento); e era isolada do regime semi-aberto pela portão que mencionei logo acima. Assim, esse portão que era aberto e fechado toda vez que nós tínhamos que transitar entre a recepção e o semi-aberto impedia a passagem dos recuperandos do semi-aberto para a área do escritório e, eventualmente, para a ala fechada do presídio. Dada a absoluta tranquilidade do ambiente da APAC, essa preocupação

toda com a segurança pareceu-me exagerada. Naquele momento, não havia ninguém no regime fechado da entidade, portanto a função desempenhada pelo portão era completamente inútil naquele momento. Poderíamos supor que o fechamento do portão tivesse como objetivo impedir os presos de sair da APAC. Eles, porém, saíam a todo instante pelas mais variadas razões e com a autorização do plantonista. Além disso, havia um portão enorme no regime semi-aberto que permitia a entrada de carros da rua para estacionarem na entidade. Se fosse para fugirem da instituição, não haveria problema, creio, em utilizarem este portão. Apesar disso, o portão era mantido rigorosamente fechado pelo plantonista.

Quando atravessei o portão, encontrei a familiar paisagem da capela externa da APAC. Algumas das partes daquela área pareciam verdadeiramente em ruínas, dado o fato de estarem passando por uma reforma. Apesar de tudo estar muito limpo, notava-se que não havia um plano arquitetônico definido na construção daquela área. Os espaços eram ocupados, parecia-me, conforme as necessidades exigissem. A única construção evidentemente planejada era o alojamento do semi-aberto. O alojamento era um prédio retangular de concreto com o teto muito alto, aspecto lúgubre e beliches de três andares que chegavam quase ao teto. Pela altura do teto, percebe-se que foi planejado para abrigar as beliches. Fora isso, tudo o mais parecia ser improvisado. No caminho entre o portão de entrada no semi-aberto e a escada que levava ao andar de cima, onde eu encontraria a voluntária, notei alguns quartos cheios de entulhos, aparentemente sendo também reformados com alguma finalidade. No corredor que dava acesso a esses quartos, uma pia escondida que quase não se via e um bebedouro velho e todo enferrujado jogado ao lado da pia mostravam que não havia uma preocupação maior com a aparência do lugar. Apesar disso tudo, lembrando-me de que estava em um presídio, parecia-me espantoso que tudo transmitisse uma tão grande sensação de tranquilidade. Afora alguns recuperandos que transitavam pela capela, tudo estava no mais absoluto silêncio. A APAC fornecia nesse aspecto um contraste gritante com qualquer cárcere que eu havia conhecido, havendo nesses lugares, em geral, uma falta de espaço crônica.

Subindo ao andar de cima da APAC, vi logo onde estavam os escritórios. O caráter de abandono que aquela área apresentava tornava curiosa a presença ali de escritórios. A área de escritórios, na verdade, era uma grande sala com cinco ou seis mesas. Em uma delas estava a voluntária com quem eu deveria conversar. Ao lado

dela, estavam outros voluntários da instituição. Pela forma como me receberam, percebi que me esperavam. A conversa sobre a pesquisa durou mais ou menos duas horas. Nesse tempo, detalhei as partes de meu trabalho e que tipo de atividades ele envolveria. A voluntária com quem conversei já havia, antes mesmo de eu ter chegado, elaborado uma lista com os nomes de nove egressos que eu poderia entrevistar. A escolha desses egressos se deu pela proximidade que eles tinham das atividades da APAC. Grande parte deles freqüentemente visitava a APAC para rever os voluntários e conversar com eles. A presença de alguns deles era ainda mais freqüente. Um deles estava naquele momento trabalhando como plantonista da entidade (e esse movimento de passagem, de recuperando da APAC para voluntário ou funcionário, não era raro e chegava mesmo a ser estimulado pela APAC). Expliquei a necessidade de estudar a lista para decidir sobre a validade da realização das entrevistas, já que o ideal seria construir a amostra entrevistada com base em critérios mais imparciais, havendo a possibilidade de que o grupo selecionado para ser entrevistado representasse algum viés importante, desfigurando o resultado final do trabalho. A voluntária pareceu compreender perfeitamente bem o que eu queria dizer e fez questão de passar a limpo a lista de nomes em um outro papel para que eu pudesse estudá-la. Além disso, perguntei-lhe sobre a possibilidade de procurar nos arquivos da entidade os nomes e outras informações sobre os egressos para eventualmente estabelecer algum critério de escolha diferente. Os arquivos da instituição foram, então, postos à minha disposição, sendo garantido livre acesso às informações neles contidas.

Quanto ao trâmite de minha pesquisa, ainda, havia o problema da necessidade de participar de um curso de formação de voluntários para levar adiante a segunda parte da pesquisa. Como a primeira parte, correspondendo às entrevistas, ainda iria durar algum tempo, havia a possibilidade de que, nesse meio tempo, fossem levados adiante os preparativos para o curso e, então, eu pudesse tomar parte dele antes de começar a trabalhar como voluntário. Mesmo que isso não fosse possível, havia a possibilidade de iniciar um trabalho voluntário sem o curso e esperar pela sua realização. No final, a necessidade do curso, no meu caso, pareceu não ser assim tão urgente e esse obstáculo, que em princípio eu considerei impeditivo para a pesquisa, acabou se revelando de somenos importância.

Depois que terminamos de discutir a realização da pesquisa, eu quis saber se havia algum trabalho sobre a APAC que pudesse me ajudar a compreender como era seu método. A voluntária respondeu que havia alguns trabalhos sobre a APAC e se prontificou a buscá-los para que eu os lesse. Descemos para perto da recepção, tendo novamente que passar pelo portão, para termos acesso aos trabalhos. Surpreendi-me ao recebê-los. Um deles era um trabalho de iniciação científica em Psicologia, preocupado em estudar a noção de liberdade para os presos, e que obteve informações a partir de entrevistas com recuperandos da APAC. Outro era um trabalho de conclusão de curso em Jornalismo, que se preocupava em descrever de forma geral o método da APAC, seu sistema de trabalho, e em transmitir ao leitor histórias de vida concretas de recuperandos e voluntários entrevistados pelos autores do trabalho. Havia, ainda, livros escritos por Mário Ottoboni, que não estavam disponíveis naquele momento. Mário Ottoboni foi presidente da APAC por vinte e seis anos. Durante este tempo, publicou nove livros, sendo ao menos três sobre a APAC. A produção a respeito da APAC realmente era volumosa e ia além dos trabalhos disponíveis na própria instituição. Além desses trabalhos, eu tive acesso, anteriormente, a um livro baseado em uma Dissertação de Mestrado que fazia uma competente análise crítica dos pressupostos subjacentes às práticas penais da APAC. Posteriormente, eu também encontrei uma Dissertação de Mestrado na área de Jornalismo que analisava, sob diversos aspectos, a mais importante publicação periódica da APAC – a *APAC em Revista*. Além desses trabalhos, havia, na Universidade do Vale do Paraíba, pelo menos dois trabalhos de conclusão de curso que tratavam especificamente do sistema APAC. Fora esses estudos propriamente científicos, a APAC, ao longo de sua existência, publicou diversos materiais de divulgação de seu trabalho. O mais importante, sem dúvida, e que já foi mencionado, foi a *APAC em Revista*, publicação que se esperava tivesse uma edição trimestral mas que, devido, principalmente, à falta de verba, foi sendo publicada a toque de caixa durante alguns anos, nos quais o intervalo de tempo entre uma tiragem e outra variava consideravelmente, chegando a seis meses, até que sua publicação foi definitivamente suspensa. Além dessa revista, houve também algumas tentativas de criar jornais de circulação interna para os recuperandos, contendo basicamente informações acerca das promoções de recuperandos para estágios mais avançados do método, lembretes sobre os aniversariantes do mês, contos, etc. A APAC também

confeccionou inúmeros manuais e folhetos de divulgação contendo informações sobre seu método e ideal de trabalho, avisos para parentes de recuperandos sobre como lidar com as pessoas presas, instruções para voluntários, entre outras coisas. Isso tudo, sem contar as reportagens em jornais e revistas os mais diversos dando conta do trabalho da APAC. A APAC fala, ainda, na publicação de um livro nos Estados Unidos cujo objetivo, além de proceder a uma descrição de seu método de trabalho, era mostrar a viabilidade da aplicação de sua metodologia em qualquer país do mundo, em qualquer prisão do mundo (Ottoboni, 1997:p.39). Enfim, a APAC, de fato, era uma instituição sobre a qual já se havia escrito bastante, tanto por pessoas de fora dela quanto por pessoas de dentro.

Perceber isso reforçou minha impressão de uma instituição aberta e que mantinha seu funcionamento com base justamente nessa abertura à comunidade. Ao contrário do que se afirma comumente a respeito das prisões, “regiões sombrias e abandonadas”, a APAC era uma instituição que parecia escancarar ao mundo sua intimidade. Aos poucos, fui percebendo não só que a APAC permitia ao mundo exterior uma visão bastante ampla de seu funcionamento, como também muito do que se via de fora era justamente aquilo que a APAC fazia questão que as pessoas vissem. Quer dizer, grande parte do que se dizia sobre a APAC era justamente aquilo que a APAC dizia de si mesma, a começar pelo seu método. As interações que a APAC estabelecia com seus recuperandos visando a reinseri-los socialmente foram sendo, ao longo do tempo, sistematizadas no conjunto de procedimentos padrão conhecidos como “Método APAC”. É comum que os trabalhos realizados sobre a APAC analisem o *método APAC*, sem se questionarem se essa nomenclatura é realmente significativa para compreender o conjunto de práticas adotadas pela APAC com relação aos recuperandos. Assim, costuma-se ignorar as práticas que não estejam explicitamente inscritas no método, como a permeabilidade da APAC no tocante ao uso do telefone pelos presos.

Na presente pesquisa, houve um momento em que ficou clara a necessidade de nos acautelarmos com relação a isso. Notei que as paredes do prédio eram cobertas por frases as mais diversas contendo concepções sobre a Justiça e o Homem, o papel de Deus na vida humana, a necessidade do perdão e da perseverança, etc. Adotei como hipótese que essas frases expressassem a ideologia da instituição e que nelas estivessem embutidos elementos-chave para a compreensão

das práticas penais da APAC, e que esses elementos só fossem atingíveis por procedimentos de análise do discurso. Acreditei, por conseguinte, que essas frases constituíssem uma espécie de porão ideológico com existência apenas marginal na instituição. Quer dizer, essas frases seriam meros reflexos ideológicos das práticas institucionais, produtos com existência semi-consciente e não analisada na instituição, fornecendo, por isso, importante material para a compreensão do funcionamento da APAC. Posteriormente, descobri que a APAC usava essas frases em seminários internacionais para divulgar seu trabalho e que procurava explicar suas concepções acerca de seu método baseando-se justamente no sentido dessas frases. Quer dizer, as frases eram produzidas pela APAC com um sentido que ultrapassava sua utilização imediata frente aos presos, voluntários e visitantes, para os quais elas pareciam ter sido produzidas, abarcando um conjunto muito maior de receptores. O sentido dessas frases, em última instância, abarcava a análise racional das próprias frases; elas eram criadas *para serem* analisadas cientificamente. O erro seria semelhante ao de quem estudasse um determinado produto baseado apenas na propaganda que se faz dele; tal estudioso perderia de vista o próprio sentido da produção da propaganda, que não é revelar a verdade do produto, mas sim, na melhor das hipóteses, revelar determinadas verdades sobre o produto com uma finalidade estratégica específica. As frases produzidas pela APAC também tinham uma finalidade estratégica de servir de propaganda de seu trabalho, fosse internamente, com relação aos visitantes que adentravam suas dependências quase diariamente, fosse com relação a um público externo interessado em assuntos penitenciários. O que era almejado através do uso destas frases, mais do que expressar alguma coisa, era produzir uma determinada imagem da instituição. Tanto isso é verdade que nas ocasiões de festa na entidade, em que era permitido aos familiares dos presos realizarem visitas mais longas, cartazes com frases desse tipo eram penduradas nas paredes de todo o prédio para que os visitantes as encontrassem e tivessem uma determinada impressão de ordem e boa-vontade por parte da entidade. Pelo que alguns voluntários me contaram, os visitantes sempre ficavam encantados com essas frases, o que mostra que o efeito pretendido pela entidade era atingido. Ao lado desse efeito, há que se ressaltar, o objetivo da APAC era aproximar os familiares do ambiente do presídio, fazendo com que eles se sentissem melhor dentro do presídio e realizassem visitas com mais frequência.

De qualquer forma, pude ver, nesse primeiro contato com a instituição, que havia já muito material pesquisado e divulgado sobre ela. Talvez essa não seja uma característica desta prisão em si, mas de todas as prisões. Longe de serem redutos indevassáveis, impermeáveis ao trabalho científico, elas são dissecadas constantemente por “anatomistas” sociais à cata de seu esqueleto.

Neste caso, a APAC parece não ser uma exceção. De qualquer forma, nesse aspecto, ela confirma que há, pelo menos, algumas prisões muito bem estudadas e devassadas de ponta a ponta. Se isso significa que a APAC é uma prisão diferente ou não, somente as considerações a respeito de outros aspectos de suas práticas institucionais pode indicar a resposta.

Quando descemos, a voluntária e eu, para pegarmos os trabalhos, o plantonista responsável pela guarda do portão deixou a chave em poder da voluntária, pois ela ia constantemente de um lado ao outro do prédio procurando o material que eu lhe havia pedido, o que tornava muito trabalhosa para o plantonista a tarefa de cuidar do portão. Ele fez expressamente a recomendação de que ela o fechasse quando não fosse mais transitar entre os dois lados do prédio, e a voluntária assentiu imediatamente. Enquanto eu estava sentado, lendo os trabalhos que me foram entregues pela voluntária, e ela havia saído para resolver algum assunto, o plantonista apareceu na sala vindo da área do regime fechado. Olhando para o portão e vendo que estava aberto, ele saiu correndo em sua direção e, ao chegar próximo a ele, gritou, irritado: “Quem deixou este portão aberto? Não pode deixar o portão aberto!” Ele mesmo encostou o portão. Assim que a voluntária chegou à sala, ele ralhou duramente com ela, falando sobre o extremo descaso que ela havia mostrado com relação à segurança do prédio. Ela retratou-se e prometeu que isso não iria mais acontecer. Nesse momento, pareceu-me claro que a preocupação com o fechamento daquele portão, aparentemente inútil, tinha algum significado mais importante do que eu supunha. Depois disso, eu nunca mais pude ter elementos para entender qual seria esse significado. Posso aventar duas possibilidades de explicação para a preocupação com esse procedimento de segurança: 1. Necessidade de garantir que os presos do regime semi-aberto não saíssem pelo portão. Esse portão que garantia a passagem de uma ala a outra era o caminho mais rápido para a rua. Depois dele, havia a pequena sala de entrada do presídio e, logo depois, o portão da rua, que ficava fechado por dentro sem cadeado. Quer dizer, se um recuperando do semi-aberto passasse pelo

primeiro portão, garantiria a saída do presídio. Essa explicação, porém, não me parece satisfatória porque os presos do regime semi-aberto, de fato, tinham uma ampla mobilidade dentro do presídio naquele momento e mesmo para fora do presídio. Em minha viagem seguinte à APAC, por exemplo, fiquei tomando sol na calçada do presídio com alguns presos do semi-aberto durante uns quarenta minutos. Nenhum plantonista impediu que os presos saíssem e, neste dia, o portão permaneceu aberto durante toda a tarde. Aliás, foi bastante comum durante meu trabalho que este portão às vezes permanecesse aberto, às vezes, fechado e que a razão para isso nunca fosse clara. 2. Acredito, porém, que o temor expresso pelo plantonista se devesse à situação pela qual a instituição passava. Aquele era um momento bastante delicado e eu estava completamente alheio a essa situação. Desde a desativação do regime fechado, a APAC estava lutando para reavê-lo, e eu entendia, pelo que me haviam dito os voluntários, que o único problema seria a demora na volta desses presos para a instituição. Parecia-me não haver qualquer risco de que a instituição fosse ainda mais prejudicada mas eu estava completamente enganado, conforme os acontecimentos mostraram posteriormente. Na verdade, aquele era um momento em que a instituição estava lutando para proteger seu direito de continuar existindo. Havia o temor de que a APAC pudesse ser fechada a qualquer momento, apesar de eu não saber disso. A desativação do regime fechado, como mostraremos posteriormente, foi decretada devido a problemas na segurança do prédio, principalmente devido a escapadas que os presos do regime fechado davam à noite, retornando pela madrugada ou de manhã cedo, com ou sem a anuência dos plantonistas responsáveis pela segurança do prédio. Além disso, a desativação do fechado foi fruto de um bem arquitetado plano da polícia para flagrar os problemas de segurança da APAC, plano que envolveu, entre outras coisas, a instalação sigilosa de câmeras de vídeo no poste de luz em frente à APAC, fornecendo provas de que os presos podiam sair, às vezes, pela porta da frente. Ora, a necessidade de manter fechado o portão não se devia a uma preocupação da instituição com a contenção dos presos, já que eles podiam mesmo, eventualmente, sair para ficar na calçada. Pareceu-me dever-se ao receio de que este tipo de deslize pudesse ser utilizado para prejudicar ainda mais a situação da APAC.

Enquanto eu estava lendo os trabalhos, percebi uma certa agitação nos funcionários e voluntários da APAC. Perguntei ao plantonista o que estava

acontecendo e ele me respondeu que dois recuperandos do semi-aberto estavam andando na rua quando foram presos pela polícia, encontrando-se, naquele momento, detidos no DP. De acordo com o plantonista, para um deles não haveria maiores problemas. Para o outro, porém, a situação estava muito complicada – ele havia sido preso portando um revólver. “Esse se ferrou”, comentou o plantonista. E completou: “A gente fala para eles não saírem. Mas é só a gente chegar que eles começam, ‘Deixa eu sair, deixa eu sair’, a gente fala que não pode mas eles não ouvem”. Pareceu-me uma estranha aquela prisão, em que os presos podiam pedir para sair. De fato, não havia uma restrição tão grande ao movimento dos recuperandos do regime semi-aberto. Certo dia, enquanto eu conversava com o plantonista, ele me contou que as dificuldades enfrentadas pela APAC com relação ao processo de desativação do regime fechado foram ocasionadas por fugas ocorridas no próprio regime fechado. Eu perguntei se não havia ocorrido algum problema também com o regime semi-aberto e ele respondeu que, mesmo se houvessem fugas no regime semi-aberto, isso não seria assim um problema tão grande; o verdadeiro problema era o regime fechado. O regime semi-aberto da APAC dava ao preso o direito, desde que ele tivesse bom comportamento e fosse autorizado pelo juiz, de sair várias vezes por semana para executar uma série de tarefas de ordem pessoal e também a serviço da APAC. Por isso, o fato da polícia ter prendido um recuperando do regime semi-aberto andando pelas ruas de São José dos Campos não era um problema em si mesmo, já que, em geral, eles tinham autorização para saírem. O problema era terem encontrado uma arma nas mãos de um recuperando do regime semi-aberto.

Depois que eu terminei de olhar os trabalhos, a voluntária se prontificou a xerocar aqueles pelos quais eu me interessei. Também prometeu xerocar alguns livros de Mário Ottoboni. A APAC contava com uma cota de xerox na Prefeitura de São José dos Campos que podia utilizar para suas atividades burocráticas. A voluntária utilizaria uma parte dessa cota para isso. Durante minha pesquisa, com a autorização de voluntários da APAC, eu mesmo pude fazer uso dessa cota para copiar alguns documentos necessários ao trabalho. Apesar da promessa, porém, eu nunca recebi as cópias dos livros de Mário Ottoboni. Em uma de minhas visitas posteriores, essa voluntária me informou de que eu deveria comprar o livro de Mário Ottoboni pelo qual havia me interessado. O dinheiro da venda dos livros, ela me informou, servia para custear as atividades da APAC. Essa postura mostra bem a

profundidade da crise financeira pela qual a APAC passava naquele momento. Com a desativação do regime fechado, boa parte das contribuições que a APAC recebia deixaram de ser feitas. Assim, durante algum tempo, a APAC pôde custear suas atividades com uma verba que recebia da Prefeitura Municipal. Depois, porém, a APAC, cuja situação financeira sempre foi bastante precária, acabou por ficar sem dinheiro até mesmo para pagar seus funcionários, que passaram a exercer trabalho propriamente “voluntário” na instituição. Como se vê, havia uma certa ligação entre a APAC e a Prefeitura Municipal. Esta última contribuía com a APAC fornecendo suporte material na forma de verba para determinados serviços e facilidades, como a utilização de uma cota de xerox.

A estrutura física da APAC, como já foi dito, era um tanto precária. Durante minha estada, a voluntária que me acompanhava reclamou diversas vezes da falta de uma sala para que as assistentes sociais, como ela, pudessem trabalhar. De acordo com ela, a idéia de construir uma sala ia e vinha conforme mudava a diretoria da entidade. Mas eu só pude entender o que ela queria dizer quando subimos novamente para o escritório a fim de selecionar alguns trabalhos. Estávamos em uma das mesas – na verdade, o lugar que havíamos ocupado desde que eu cheguei à APAC – que ficava numa parte separada do escritório, delimitada por uma meia parede, quando uma mulher muito altiva e de voz imponente chegou ao escritório. Era a presidente da APAC. Imediatamente, a voluntária levantou-se e dirigiu-se para ela, numa atitude de respeito quase temeroso, explicando de forma um tanto nervosa, falando baixo, sem parar e entrecortando as frases por um sorriso sem graça, quem eu era, o que eu queria e porque estávamos em sua sala. A presidente, parecendo um tanto indiferente, assentiu com a cabeça, dizendo que podíamos ficar em sua sala. A voluntária brincou: “Olha só que presidente legal, deixa até a gente usar a sala dela”, e eu sorri ligeiramente. Mas passados alguns poucos minutos, quando estávamos conversando, a presidente entrou abruptamente na sala e imediatamente a voluntária levantou-se. Apresentou-me apressadamente a ela, que então perguntou-me, tomando a cadeira que ficara vaga até o momento, qual era minha pesquisa. Expliquei-lhe os procedimentos e objetivos da pesquisa e ela perguntou-me: “E o que é que eu tenho que fazer?” Eu fiquei olhando para ela, sem fala, procurando entender melhor o sentido da pergunta. Ela repetiu: “O que eu tenho que fazer?”, e completou, “é só autorizar? Você só precisa da minha autorização?” Eu respondi que sim, com um

pouco de medo de estar cometendo uma gafe. Ela respondeu com vivacidade: “Então, está autorizado!” Eu agradei, tendo a sensação de que a forma como ela então me olhou significava que a conversa estava encerrada. De fato, nesse momento, a voluntária convidou-me para ir até sua mesa, no galpão, para confirmarmos o que eu gostaria que fosse copiado. Retirei-me da sala, despedindo-me, e dirigi-me à mesa. De fato, ficou claro que faltava na diretoria preocupação com as exigências do voluntariado e que a estrutura física da APAC era falha quanto ao fornecimento de condições básicas de trabalho, como um escritório adequado.

Além disso, devido à atitude da voluntária, fiquei com a sensação de que a APAC funcionasse a partir de alguma grande concentração de poder nas mãos do presidente. Pareceu-me que a hierarquia na APAC estivesse estruturada de forma rígida e houvesse pouco trânsito no sentido do escalão mais baixo para o mais alto. Isso seria posteriormente relativizado, mas mostrava algo importante a respeito das relações de poder na APAC. Quando olhamos a história da entidade, notamos claramente que havia uma concentração de poder nas mãos do presidente da entidade. Mário Ottoboni permaneceu no cargo por vinte e seis anos e só o deixou impelido por problemas de saúde (um jornal da região noticiou a mudança de presidência sugerindo que seria uma forma do presidente escapar às denúncias de corrupção que estavam sendo divulgadas contra a entidade). Na história da entidade, além disso, algumas figuras pioneiras permaneceram em cargos importantes na diretoria durante todo o tempo em que Mário Ottoboni esteve como presidente. Podemos notar claramente que o poder da instituição permaneceu nas mãos dos pioneiros cursilhistas que fundaram a APAC ou que nela adentraram no início de suas atividades, em meados da década de 1970, durante todo o funcionamento da instituição. A rotatividade no alto escalão da APAC era baixa. Isso foi possibilitado, em princípio, pelo prestígio do presidente junto ao voluntariado e mesmo junto à população prisional da região. Durante todo o tempo em que eu permaneci em contato com a entidade, eu nunca ouvi qualquer fala que desabonasse o trabalho do antigo presidente. Ele era considerado o “pai” da APAC, a mente brilhante da qual todo o método de trabalho havia emergido. Ou, no mínimo, o estrategista competente que soube guiar a APAC através dos anos, evitando as armadilhas constantemente postas em seu caminho pelos inimigos tradicionais da entidade: a polícia, alguns magistrados e o Ministério Público. Mesmo com todo seu prestígio, em determinado

momento parece ter surgido a sensação de que a APAC necessitasse de pessoas mais jovens e capacitadas para lidar com o novo perfil que a população prisional estava assumindo com o passar do tempo: uma população mais jovem, urbanizada, com mais alto grau de instrução e predominantemente ligada ao tráfico de drogas. A saída do presidente, porém, representou um duro golpe para a APAC, que parece ter ficado sem um líder que lhe mostrasse as diretrizes a serem seguidas em seu trabalho. Como já citei, a saída de Mário Ottoboni foi uma das causas apontadas pelos voluntários para que a APAC atravessasse o momento turbulento pelo qual estava passando e que ainda iria se intensificar posteriormente. De qualquer forma, a APAC tinha uma tradição de estabilidade institucional que podia muito bem representar um certo autoritarismo de seu alto escalão.

Logo depois da chegada da presidente, um jovem recuperando dirigiu-se a sua mesa levado por um voluntário. Tão logo ele chegou, uma breve mas agressiva discussão ocorreu entre os dois. A presidente o acusava de ter faltado ao respeito com algum plantonista por deixar as dependências da APAC mesmo não tendo ele permitido sua saída para a rua e o recuperando respondia com uma certa arrogância, defendendo a justiça do que fizera. Notei que a presidente irritou-se e levantou a voz, num certo tom que pareceu-me ser de ameaça, e o jovem recuperando, baixando a voz e a cabeça, passou a se desculpar, admitindo sua culpa. Ela o dispensou, admoestando-o para que isso não se repetisse, e ele foi para o andar térreo. Não tenho certeza se esse jovem foi o mesmo pego pela polícia pouco tempo antes, mas a situação parece-me ser quase a mesma. Os recuperandos do semi-aberto contavam com uma maior liberdade de locomoção, mas essa liberdade era negociada com plantonistas, voluntários e diretoria caso a caso e sua elasticidade variava conforme a circunstância. Em determinado momento, permitia-se aos recuperandos saírem aos bandos para a calçada a fim de tomarem sol; em outros, recriminava-se um recuperando por ter tomado a atitude de deixar o prédio sem a devida autorização do plantonista, mesmo que este soubesse da saída.

Ao final desta visita, pouco antes de eu ir embora, notei que a presidente e um voluntário conversavam sobre uma revista que ela tinha em mãos, a "Caros Amigos". Ela dizia-lhe que a revista era muito boa e ele questionava-a sobre as matérias daquele exemplar. Como eles estavam próximos a mim, senti-me no direito de interrompê-los para dizer que no exemplar de março/99 havia saído uma reportagem

sobre a APAC. Eles olharam-me espantados e perguntaram-me se era sobre aquela unidade mesmo da APAC, a de São José dos Campos. Eu respondi que não, que era sobre a APAC de Bragança Paulista. A APAC de Bragança Paulista, que naquela ocasião ainda era relativamente desconhecida para mim, foi organizada com base no trabalho desenvolvido pela APAC de São José dos Campos, mas modificou alguns elementos do método da APAC. A APAC de Bragança Paulista introduziu, principalmente, uma preocupação muito maior com a administração financeira do presídio, no que, de fato, conseguiu resultados bastante expressivos, sendo famosa no sistema penitenciário paulista por conta desta conquista. A presidente, respondendo à minha colocação, adotou um ar desapontado e disse: “Só podia ser a de Bragança. A gente precisa fazer alguma coisa para mudar isso”. Entendi essa colocação como o reconhecimento de que a APAC de Bragança tem uma relação muito melhor com os meios de comunicação que a de São José dos Campos. De fato, apesar de não ter sido possível realizar um levantamento exaustivo das matérias publicadas em meios de comunicação de massa sobre as duas APACs, é significativo que uma outra reportagem à qual pude ter acesso, publicada pela revista “Isto é”, também seja sobre Bragança Paulista. A APAC de São José dos Campos tem uma certa admiração pelo que foi conseguido pela APAC de Bragança. A voluntária que me ajudou com a pesquisa, no início da nossa conversa, informou-me que na semana seguinte os funcionários de São José dos Campos iriam visitar Bragança para saber melhor como funciona seu método. Isso porque São José dos Campos teria conseguido muitos progressos quanto ao aspecto da valorização do recuperando como pessoa, mas as atividades que eles desenvolvem com os presos estariam defasadas. O perfil da população carcerária teria mudado muito no decorrer do tempo e as oficinas de trabalho manual, próprias para a população prisional mais velha e pacata da década de setenta, nada teriam a oferecer para os jovens de hoje, a maioria deles tentando sair da dependência química. Ela afirmou que “eles precisam chegar ao final do dia sentindo que gastaram energia, cansados mesmo”, e, para isso, a forma de trabalho industrial adotada por Bragança é muito preferível à de trabalho artesanal de São José dos Campos. “Da mesma forma que o pessoal de Bragança visitou São José dos Campos quando fundaram a APAC para conhecer nosso método, agora nós vamos visitá-los para aprender com eles”. Ela defendeu a junção das conquistas obtidas por

Bragança com as obtidas por São José dos Campos para aprimorar o funcionamento dessas instituições mas, como ela reiterou inúmeras vezes, sem desvirtuar o método.

Essas colocações mostram em linhas gerais a posição defendida por São José dos Campos frente à experiência desenvolvida por Bragança Paulista, um misto de admiração e repúdio. A relação entre essas duas APACs é importante para compreendermos as práticas penais defendidas pela APAC de São José dos Campos. A APAC de Bragança Paulista desenvolveu seu trabalho com base em uma parceria com o Governo do Estado de São Paulo, através da qual o Governo repassava as verbas anteriormente destinadas à administração da Cadeia Pública de Bragança Paulista para a associação, que ficou responsável, então, por administrar toda a Cadeia com esta verba. A primeira decisão importante tomada pela APAC de Bragança Paulista, foi construir um restaurante industrial nas dependências da Cadeia, conseguindo com isto reduzir drasticamente o custo diário de alimentação por preso. Com a sobra, a entidade conseguiu reformar todo o prédio da Cadeia e construir uma nova ala para os presos, o que fez desta Cadeia um modelo de prisão elogiado inúmeras vezes pelos meios de comunicação e reconhecido inclusive pelo Governo paulista. O principal idealizador deste trabalho, o juiz Nagashi Furucawa, foi posteriormente indicado para o cargo de Secretário dos Assuntos Penitenciários do Estado de São Paulo, e uma de suas propostas era a de ampliar o número de APACs semelhantes às de Bragança Paulista existentes no Estado. Pois bem, apesar de todo esse aparente sucesso, os voluntários da APAC de São José dos Campos costumam criticar a APAC de Bragança Paulista dizendo que ela desvirtuou o método APAC.

Uma das críticas mais fundamentais contra a APAC de Bragança Paulista, por mais que soe estranha, é que ela permitia aos presos a realização das visitas íntimas, ou encontros conjugais entre presos e esposas, amásias ou namoradas. Essas visitas não contam com uma regulamentação geral no Estado de São Paulo, sendo que sua realização fica a critério dos diretores dos presídios e cadeias públicas. Pois bem, para os voluntários da APAC de São José dos Campos, as visitas íntimas eram um problema e deveriam ser proibidas em todas as prisões. Muitas vezes, pude ouvir voluntários questionarem alguns pressupostos que baseavam o trabalho da APAC, como no caso do artesanato manual que sempre foi o tipo de trabalho preferido pela APAC e aos poucos começou a ser criticado por seus membros. Mas as posições da

APAC com relação às visitas íntimas pareciam contar com apoio incondicional de seus voluntários. Certa vez, um voluntário descreveu para mim quais, em sua opinião, eram os principais problemas concernentes à visita íntima: na visita íntima, por ser realizada em lugar geralmente improvisado, o casal sente-se constrangido e acaba mantendo relações sexuais de forma automática, sem que haja sentimento de amor no casal. Tanto os presos como suas companheiras detestam as visitas íntimas, apesar de não deixarem de realizá-las. O motivo para essa insistência, por parte do homem, é que ele imagina que seja necessário “satisfazer” sua esposa para que ela não o traia enquanto ele estiver preso. Por parte da mulher, ela aceita a visita íntima exclusivamente para agradar seu companheiro. Feita nesses termos, a visita íntima representaria uma humilhação para o casal e por isso a APAC proibiu que elas acontecessem em suas dependências. Além disso, as visitas íntimas acabam promovendo um clima estranho no presídio, distante do clima de integração familiar que a APAC busca promover: os voluntários e visitantes sentem-se constrangidos em permanecer no presídio e acabam se sentindo pouco à vontade em trabalhar com os presos. O repúdio às visitas íntimas é tão grande que, durante uma das entrevistas que foram realizadas com voluntários da entidade, um deles afirmou que a APAC de São Bernardo do Campo, desativada havia já muitos anos, teria acabado porque o delegado local impôs a realização de visitas íntimas na cadeia que estava sendo administrada por ela. Isso desagradou aos voluntários da APAC que, por fim, preferiram desistir do trabalho. Mesmo que esta interpretação esteja equivocada, a crença deste voluntário – que ocupou, durante seu trabalho na APAC, um alto posto na diretoria da entidade – na possibilidade desta explicação mostra que este assunto era considerado de suma importância para o funcionamento da APAC. Esta era, pois, uma das principais críticas dirigidas pelos membros da APAC de São José dos Campos à APAC de Bragança Paulista.

Quanto ao método de trabalho industrial aplicado pela APAC de Bragança contra o método de trabalho artesanal aplicado por São José dos Campos, a posição dos voluntários parecia ser bastante variável. Ao lado da voluntária que aventou a possibilidade de implantação de um método de trabalho industrial semelhante ao de Bragança Paulista, um dos entrevistados, anteriormente ocupante de uma posição importante na APAC de São José dos Campos, expressou sua crença de que a melhor alternativa para as APACs no Estado de São Paulo seria uma junção entre as

conquistas obtidas por Bragança Paulista e as conquistas obtidas por São José dos Campos. Ao mesmo tempo, ouvi de um voluntário de São José dos Campos a opinião de que a APAC de Bragança Paulista não era uma “APAC de verdade”, o que, vindo de um voluntário, representava uma séria crítica à outra instituição. A razão para isso era, entre outras coisas, justamente o fato de Bragança Paulista aplicar o trabalho de tipo industrial. Numa formulação utilizada certa vez por um membro da APAC, a função deles não era a de fazer “bandido ficar rico” trabalhando dentro da cadeia, mas sim a de possibilitar, com o trabalho executado, que ele aprendesse algo, se aperfeiçoasse. O trabalho era visto na APAC mais como uma forma de terapia ocupacional do que como a possibilidade de ensino profissionalizante para o condenado. Por isso, era considerado de somenos importância se este trabalho não retornasse bons dividendos para os presos. Como afirma Mário Ottoboni (1997:36-7): “Contrariando a nossa Lei de Execução Penal, incentivamos o trabalho artístico. A arte desperta o interesse pelo belo e aguça a criatividade. Isto ajuda o homem a se libertar interiormente, já que ele fica entretido em fazer o melhor; mas é importante destacar que esse trabalho é terapêutico, individual, e portanto, nunca é permitida a produção em série, o que desvirtuaria a proposta”.

Outra crítica dirigida à APAC de Bragança Paulista era com relação ao trabalho profissional existente em Bragança. Na APAC, valorizava-se, sobretudo, o contato do voluntário com o preso, tipo de trabalho que seria, exclusivamente, o mais apropriado a ser executado dentro de um presídio. Mesmo quando o trabalho exigisse um certo grau de especialização, como no caso do trabalho médico, a APAC preferia que ele fosse executado por voluntários. Por conta disso, grande parte dos que trabalhavam na APAC o faziam voluntariamente. Essa posição não deixava de ser contraditória, já que algumas das pessoas que trabalhavam na APAC recebiam vencimentos por isso. Mesmo assim, era claro que a opção da APAC de Bragança Paulista foi principalmente no sentido de adotar trabalho assalariado e profissional. Desta forma, a APAC de Bragança contava com médico, enfermeiro, psicólogos, assistentes sociais, cozinheiros e gerente contratados e que recebiam salário. Quanto a este aspecto, Bragança Paulista parece ter, de fato, modificado uma proposta original e característica das APACs no Estado. Em visita à APAC de Atibaia, tivemos a chance de conversar com uma voluntária da instituição que afirmou ser

esta APAC uma alternativa entre as duas anteriores. Ela nos contou que, desde o começo, a APAC local procurou se desenvolver de forma independente, sem pautar-se fundamentalmente pela experiências de qualquer uma de suas predecessoras. A razão para isso era que as duas APACs, a de São José dos Campos e a de Bragança Paulista, tinham problemas que a de Atibaia preferia evitar. O problema mencionado com relação à APAC de Bragança Paulista foi justamente a preferência desta por trabalhadores assalariados, ao invés de voluntários. Isso acarretaria um maior distanciamento entre os trabalhadores e os presos, já que os primeiros estão trabalhando exclusivamente pelo salário, ao passo que os outros o fazem por um sentimento de amor ao preso. O preso, para ela, seria capaz de perceber essa diferença e responderia muito melhor a um trabalho executado por voluntários, nos quais eles confiariam mais. Esses são basicamente os argumentos que sustentaram a prática de trabalho voluntário da APAC de São José dos Campos.

Outra diferença entre as duas APACs era o fato de que a vigilância na APAC de Bragança Paulista era feita por carcereiros ligados à Secretaria de Segurança Pública do Estado. Como já foi dito, a APAC de São José dos Campos teve o privilégio de dispensar os carcereiros e quaisquer outros agentes de segurança, cuidando sozinha de toda a vigilância do prédio. Muitas vezes, isso representou para os plantonistas uma considerável dor-de-cabeça. Durante meu contato com a instituição, conheci três voluntários que estavam sendo processados por facilitação de fuga. Um deles havia permitido a saída de um recuperando para ir ao médico e ele acabou fugindo. Outros dois estavam fazendo a escolta de um recuperando quando foram abordados por vários homens armados e tiveram que entregar o recuperando para eles, uma operação que costuma ser chamada de “resgate”. Mesmo com esses problemas – que, por vezes, levaram alguns voluntários a advogar pela aceitação da segurança estatal – a APAC considerava um grande avanço a chance que tinha de dispensar qualquer membro do sistema penal de seu funcionamento. Mário Ottoboni considerava que havia quatro graus de funcionamento das APACs no mundo, indo desde os primeiros contatos de grupos cristãos com presos, apenas colaborando com estes na melhoria das condições físicas e de assistência religiosa nos estabelecimentos onde se encontravam, até o último grau, o mais aprimorado de todos, no qual se encontrava a APAC de São José dos Campos, caracterizado justamente pela completa administração do presídio pela APAC e pela ausência de

policiais, carcereiros e agentes de segurança em seu funcionamento. Neste sentido, a APAC de Bragança Paulista era considerada como menos adiantada que a de São José dos Campos, e aproximar-se dela representaria um retrocesso.

Como pano-de-fundo desta discussão, o fato de a APAC de Bragança Paulista ser eminentemente leiga, ao passo que a APAC de São José dos Campos era claramente um empreendimento religioso, não deve ser esquecido. Nos primeiros contatos que fiz com a APAC de Bragança Paulista, uma funcionária me disse que um dos grandes méritos da entidade tinha sido o de expulsar as “comadres de Igreja” da APAC, ao passo que o trabalho de São José dos Campos era ainda comandado por elas. No geral, apesar das discussões já insinuadas neste trabalho – em certo momento, a religião deixou de ser o principal elemento do método para dar lugar à valorização humana – o foco principal do método de trabalho da APAC de São José dos Campos era seguramente a religião. Mário Ottoboni, o principal nome da APAC de São José dos Campos, escreveu a respeito da religião: “Em 1986, participamos em Nairobi (capital do Quênia) de um congresso sobre penitenciarismo, com setenta países representados, e num ponto os conferencistas foram unânimes: “Sem Deus, não há recuperação do condenado”.” (Ottoboni, 1997:p.112). A partir deste ponto-de-vista, é possível imaginar a opinião dos voluntários a respeito de um trabalho que, intitulado-se “APAC”, preferiu profissionalizar sua mão-de-obra e relegou as atividades religiosas a segundo plano.

Por conta dessas diferenças é que a APAC de São José dos Campos, mesmo afundada em problemas financeiros que a de Bragança Paulista nunca conheceu, preferia manter cautela com relação à adoção de práticas semelhantes às desta última. Apesar de reconhecer o sucesso administrativo da APAC de Bragança Paulista, a APAC de São José dos Campos preferia continuar adotando um modelo de trabalho mais independente do Governo estadual, o que não acontecia em Bragança Paulista. Como me contaram os voluntários da APAC, o Governo estadual acenou algumas vezes, durante encontros realizados entre a diretoria da APAC e o secretário de Assuntos Penitenciários, com a possibilidade de estabelecer convênios semelhantes àqueles estabelecidos com Bragança Paulista. Isso representaria para a APAC o fim de seus problemas financeiros e a possibilidade de efetuar reformas indispensáveis em suas instalações, exigidas como condição para a volta do funcionamento do regime fechado. A condição para isso, porém, era que a APAC de São José dos

Campos aceitasse a presença de agentes penitenciários realizando a vigilância dos presos nos moldes existentes em Bragança Paulista. A relutância da APAC de São José dos Campos em aceitar essa condição e sua insistência em se manter independente com relação a este aspecto de seu funcionamento, porém, impediu a realização desta parceria.

Capítulo 7. O início da pesquisa

Após a visita anterior à APAC, na qual estabeleci meus primeiros contatos com a instituição na condição de pesquisador, despendi algumas semanas elaborando um questionário a ser aplicado aos egressos que seriam entrevistados e desenvolvendo a maneira pela qual construiríamos a amostra populacional a ser entrevistada. A lista contendo nomes de egressos da instituição, que me foi entregue pela voluntária, foi rejeitada por conter apenas nomes de pessoas que estavam ligadas de forma bastante próxima às atividades da APAC – alguns eram trabalhadores voluntários da APAC, outros colaboravam com doações em dinheiro à entidade, outros ainda realizavam freqüentes visitas à instituição apenas para conversar com os voluntários e os recuperandos. Enfim, a lista continha uma amostra populacional que tenderia a emitir opiniões bastante favoráveis à instituição, já que ainda estava muito próximo dela, e provavelmente englobaria aqueles recuperandos que melhor se adaptaram à vida na APAC. Esse viés poderia comprometer o resultado das entrevistas e, por isso, optamos por escolher outra amostra da população.

Essa decisão foi tomada por já termos garantido que a APAC permitiria nosso acesso ao seu arquivo-morto, o que seria absolutamente necessário para a escolha da população a ser entrevistada. Para escolhermos a amostra com base em critérios mais objetivos, precisaríamos conhecer a população prisional da APAC. Os dados que escolhemos para realizarmos a amostragem foram a idade dos egressos da APAC no momento em que deixaram a instituição e os tipos de crime cometidos. A escolha da idade como indicador a ser analisado devia-se, primeiramente, à necessidade de obtermos uma variável maturacional para a população analisada. É possível supor que um jovem preso de dezoito anos de idade se comporte e perceba sua presença na instituição de forma diferente da de um preso mais velho. Além disso, pesquisas a respeito do sistema penitenciário brasileiro dão conta de uma mudança que

lentamente vem ocorrendo na população prisional do país no sentido de sua “urbanização sócio-criminal” (Paixão, 1991: 67), o que significa que os presos são cada vez mais jovens, mais instruídos e cada vez mais estão ligados ao tráfico de drogas, além de serem provenientes de áreas urbanas, em contraste com a população criminal mais antiga que era proveniente principalmente de áreas rurais. Essa nova população – aliás, como já foi dito, a percepção dessa mudança estava presente também para o pessoal da APAC, e por isso o interesse da instituição em modificar o regime de trabalho artesanal dos presos – demanda, por parte dos agentes de segurança, posturas diferentes no trato com os presos, já que, comumente, esses novos criminosos são percebidos como mais violentos que os criminosos antigos. Além de ser uma variável maturacional, o estudo da idade dos presos representava a possibilidade de sabermos se a população da APAC era predominantemente formada por esses presos mais antigos ou se era formada por presos mais jovens e ligados a esse novo perfil criminal.

Por esta razão também, escolhemos o artigo infringido como uma variável a ser analisada. Além de representar a possibilidade de estudarmos se esta população estava ligada a perfis criminais mais antigos ou mais modernos, o estudo dos artigos do código penal infringidos pelos recuperandos da APAC poderia fornecer elementos para a compreensão da dinâmica entre a APAC e o restante do sistema penitenciário do Estado.

Senão, vejamos: os estudiosos das prisões consideram, em geral, que as relações entre os presos são pautadas pela obediência a uma hierarquia razoavelmente rígida e que inclui, entre os elementos responsáveis pela definição do *status quo* do preso dentro do presídio, o crime por ele cometido. Essa afirmação pode levar a enganos, como o de ligar automaticamente o artigo infringido à posição social do preso. A definição do *status* do preso segue uma ordem de reconhecimento de poder dentro do “mundo do crime” que envolve principalmente um confronto com os outros presos do estabelecimento penal no qual se decide, caso a caso, a posição que o preso ocupará enquanto permanecer cumprindo pena. Certa vez, ouvi de um preso da APAC de Bragança Paulista uma afirmação que ia neste sentido. Segundo ele me informou, dentre as várias pessoas presas por tráfico de drogas, por exemplo, algumas são traficantes “de verdade” e outras são apenas confundidas pela polícia com traficantes ou, por má vontade dos policiais, são “enquadradas” neste artigo,

mesmo portando uma quantidade de drogas claramente suficiente apenas para seu consumo pessoal. Em certas prisões, que parecem ser cada vez mais numerosas, o grande traficante de drogas ocupa posição privilegiada na hierarquia prisional, tendo direito a determinadas “regalias” como o perdão por deslizes cometidos contra o “código” dos presos – um conjunto de normas informais que todos os presos devem seguir e de cuja desobediência pode resultar a morte do transgressor – que para o preso de menor *status* redundam geralmente em severas punições. Por conta dessa situação, quando um preso dá entrada na prisão, os outros presos começam, desde o primeiro instante, a avaliar o recém-chegado para decidir que posição ele deverá ocupar. De acordo com este informante, da mesma forma que o detido sumaria sua pena “do lado de lá”, ou seja, para a Justiça, para o “mundo de fora”, ele também “sumaria do lado de cá”, quer dizer, ele também é avaliado pelos presos que vão decidir qual foi exatamente o crime que ele cometeu. Assim, se um preso acusado de tráfico de drogas insiste em defender sua posição de grande traficante mesmo tendo sido preso com uma quantidade insignificante de entorpecentes, e os outros presos finalmente descobrem a mentira, o mentiroso é punido conforme a avaliação que os líderes prisionais fazem do tamanho da transgressão. A punição pode chegar à pena capital. Vale lembrar que enquanto não haja certeza sobre a mentira, o mentiroso é tratado como se fosse um grande traficante, quer dizer, com direito a todas as regalias que cabem a um grande traficante. Por isso, o artigo infringido pelo preso é indicativo de sua posição na hierarquia prisional, apesar de, isoladamente, não ser determinante. Da mesma forma que certos crimes colocam o preso em posição privilegiada dentro do mundo do crime, há certos crimes, no outro extremo, que posicionam o preso no mais baixo nível da hierarquia prisional. Neste caso, há também a necessidade de avaliar o recém-chegado para decidir que posição ele ocupará dentro do mundo do crime, mas a “margem de erro” parece ser menor do que no extremo mais alto. O exemplo clássico é o do estupro. Os estupradores constituem a parcela mais marginalizada do mundo do crime e parece ser lugar-comum que sua sobrevivência dentro das prisões depende exclusivamente da colaboração da administração do estabelecimento penal. Se a administração do presídio resolver ajudá-lo, ela pode isolá-lo dos outros presos para que eles não o matem. Caso contrário, deixa-o junto da “massa” carcerária e espera pelo desfecho deste contato. O homem condenado por estupro pode ser perdoado caso seu crime

seja matizado por “atenuantes”, como no caso em que a condenação envolve principalmente o fato da vítima ser menor de idade, mesmo não tendo sido forçada a manter relações sexuais com o condenado. Mas este tipo de perdão parece ser raro e os estupradores, como regra geral, têm sempre que ser mantidos em isolamento para poderem sobreviver ao cumprimento de suas penas.

Nessas intrincadas relações carcerárias, o artigo infringido aparece como importante indicador da posição social do recluso e merece ser levada em consideração na realização de um estudo sobre a dinâmica institucional da APAC. Caso houvesse na população total da APAC muitos presos condenados por estupro (artigo 213 do Código Penal), poderíamos supor tratar-se de prática comum o envio à APAC de presos cuja vida correria risco em outro estabelecimento, o que colocaria a APAC como um lugar de proteção aos presos ameaçados em outros lugares. Caso a amostra entrevistada contivesse muitos condenados por estupro, mesmo não havendo na APAC um percentual significativo deles, poderíamos supor que nossas entrevistas estariam sendo colhidas a partir do ponto-de-vista de pessoas marginalizadas mesmo dentro da APAC. Obviamente, tudo isso teria que ser confirmado pelas próprias entrevistas, mas serviria de importante indicador em nossa pesquisa sobre a população carcerária da APAC. Retomando: se a APAC tivesse muitos estupradores, por exemplo, poderíamos supor que sua posição dentro do sistema penal fosse a de um local de segurança, um refúgio para presos ameaçados, o que a diferenciaria grandemente dos outros presídios do sistema.¹

Além da escolha da idade e do artigo como informações a serem pesquisadas, vale dizer que este levantamento cobriria a população egressa da APAC nos últimos cinco anos de sua existência, ou seja, de 1994 a 1999, período suficientemente longo para termos acesso a um número considerável de prontuários (se considerarmos a existência total da APAC, que foi oficialmente fundada em 1974, este período representava o último quintil de sua existência; se considerarmos apenas o tempo em que administrou o presídio, a partir de 1984, representava um terço deste tempo).

¹ Além disso, podemos imaginar que a APAC servisse apenas a uma população criminal considerada menos perigosa, já que o sistema adotado pela entidade era bastante aberto. Quanto a este aspecto, não era possível adivinhar se o estudo dos artigos infringidos seria capaz de indicar alguma pista nesse sentido. Mas se houvesse grandes diferenças entre os artigos infringidos pela população carcerária da APAC e pela população carcerária total do Estado, seria possível levantar a hipótese de que a APAC procedesse a uma divisão de trabalho custodial semelhante ao que ocorre em Minas Gerais.

Foi com esse plano de trabalho que eu me dirigi à APAC de São José dos Campos para dar continuidade a minha pesquisa. Quando cheguei à instituição, o portão da frente estava aberto, por isso pude entrar sem bater. Mesmo assim, o portão lateral ainda permanecia trancado a cadeado. Ao perguntar pela voluntária, o plantonista indicou-me novamente o escritório. Subi as escadas pronto para começar o trabalho. Ao encontrar-me com a voluntária, ela cumprimentou-me e pediu que eu me sentasse. Começou me explicando que estava disposta a me ajudar mas que estava com pouco tempo naquela semana por causa da conturbada situação pela qual a APAC estava passando. Perguntou-me se eu já estava a par da situação e eu respondi que não. Ela, então, disse-me que a APAC havia recebido um comunicado na sexta-feira, dia 20 de agosto de 1999, dizendo que, devido às baixas condições de segurança apresentadas pelo presídio, todos os presos da instituição seriam transferidos para outros estabelecimentos da região. Para aqueles presos que estavam no final de sua pena, o juiz havia reservado o livramento condicional ou algum outro artifício que, na prática, os poria em liberdade. Daí em diante, não havia qualquer certeza sobre o rumo que tomaria a instituição. Os detalhes deste processo seriam discutidos com maior profundidade numa reunião a ser realizada brevemente com a Secretaria de Assuntos Penitenciários. Os voluntários estavam mais ou menos seguros de que a guarda do presídio voltaria a ser feita por agentes profissionais do Estado, pois esta era uma das condições exigidas pela Secretaria de Assuntos Penitenciários para a volta do funcionamento da APAC. Além dessa exigência, tida como certa, os voluntários pareciam não ter qualquer vislumbre sobre o futuro da instituição. Estava assim decretado, para todos os fins práticos, o fechamento da APAC.

Essa notícia causou um grande impacto em mim. O impacto, porém, como era de se esperar, foi muito maior entre os voluntários da instituição. Havia aqueles, sem dúvida, que dependiam financeiramente do trabalho na APAC. Mas a grande maioria parecia não estar tão preocupada com isso. Eu tive a chance de conversar com alguns voluntários nesse dia e pareceu-me que o grande problema com essa decisão é que ela representava um golpe duro contra seu trabalho voluntário. O problema parecia ser mais político do que financeiro. Como o argumento para o fechamento havia sido a permeabilidade do prédio às fugas, os voluntários contra-argumentavam ansiosamente, dizendo que o número de fugas na APAC era irrisório perto do

número de fugas ocorrido, por exemplo, em outro estabelecimento penal da cidade, a cadeia do Putim. Nesta cadeia havia ocorrido recentemente uma escandalosa fuga de quase 350 presos que saíram do prédio pela porta da frente, presumidamente com a conivência de alguns carcereiros. Para os voluntários da APAC, isso era uma prova de que “não são as paredes que prendem o homem”, como eles costumavam falar. Alguns voluntários falavam comigo como se estivessem diante do próprio juiz corregedor, percebido pelos voluntários como o grande arquiteto do fechamento da entidade. Houve um voluntário que permaneceu calmo enquanto conversava comigo, alegando que “nem ligava” para aquilo tudo. Diante da minha surpresa, ele replicou: “Já vi tanta coisa que nada me abala mais”. Porém, logo em seguida, ele acrescentou: “Tenho pena deles, aqui. Para limpar uma barra eles sujaram outras. Eu não confio em nenhuma dessas pessoas: juiz, advogado, delegado. Quando eu comecei aqui, eu até acreditava, mas agora... nenhum deles presta. Uma pena é que para limpar uma barra eles vão sujar outras. Vão acabar com a vida desses rapazes aqui, vão acabar com tudo isso. Mas deixa eu ficar quieto, porque...”. E, então, calou-se. Nenhum dos voluntários com quem tive contato defendeu a decisão tomada pela Justiça. Ao contrário, todos expressaram claramente um grande inconformismo com o que havia sido decidido. Era como se, para eles, a Justiça tivesse ignorado completamente qualquer consideração relativa à ética de sua decisão, desconsiderando os brilhantes resultados alcançados pela entidade durante seus vinte e sete anos de existência no trato com o homem preso, e tivesse levado em consideração apenas os interesses pessoais em jogo na desativação do sistema APAC. Nesse dia, eu ainda ouvi muitas outras razões pelas quais a APAC estaria sendo desativada, todas elas relativas ao que ela representa de perdas para os interesses beneficiários da manutenção do sistema tradicional. A APAC seria mau vista pelo poder público por não haver espaço nela para os subornos freqüentes aos carcereiros, como existem em outras instituições; a própria existência e sucesso do modelo apaqueano representam uma espécie de atestado de incompetência das instituições tradicionais e seu elevado nível de reincidência; a baixíssima taxa de fugas mostra a ineficiência do trabalho da polícia que com todo o seu aparato repressor é incapaz de manter dentro das celas a população carcerária destinada a sua guarda. Tudo isso parecia configurar uma forma de entender o papel desempenhado pela APAC como o de um corpo estranho, constantemente atacado pelos anticorpos do sistema tradicional. Uma forma de

explicar o manifesto entusiasmo da direção da APAC pela realização de uma pesquisa como esta em suas dependências é pensar que um tal configuração de forças, qualquer ajuda passa a ser bem-vinda.

Mesmo com toda a ansiedade despertada pelo comunicado, os voluntários continuavam seu trabalho normalmente. Eles continuavam gerindo a APAC como se ela não estivesse passando pelos graves problemas que, de fato, atravessava. Talvez isso se devesse à esperança de que tudo pudesse ser resolvido sem que a APAC sofresse ainda mais interferências em seu funcionamento. Vale dizer que, naquele momento, a justificativa para o fechamento estava ligada basicamente à segurança do prédio e à possível permeabilidade da APAC à saída de presos. Por isso, era opinião geral entre os voluntários que o funcionamento do presídio seria brevemente normalizado após o prédio passar por uma reforma que aumentasse seu grau de segurança. Neste contexto, é possível imaginar que os voluntários não percebessem com frieza a gravidade do problema institucional que a APAC enfrentava. Eu, por meu lado, também não era capaz de entender exatamente o significado de tudo aquilo.

Naquele momento, eu ainda não tinha clareza quanto ao papel institucional da APAC no sistema penitenciário paulista. Sabia que se tratava de uma instituição diferente, um presídio modelo que era pautado quase totalmente pelo trabalho voluntário de membros da comunidade e que não contava com qualquer auxílio da polícia para a manutenção da segurança do prédio. Além disso, sabia que a APAC enfrentava graves oposições por parte de membros importantes do sistema penal, como delegados e juizes. Eu sabia também que os presos pareciam apreciar o trabalho desenvolvido pelos voluntários da APAC, já que em nenhum momento havia percebido qualquer hostilidade entre esses voluntários e os condenados sob sua guarda. Essa harmonia não era, porém, como eu já sabia, estática. Havia um jogo de forças no qual os voluntários tentavam conseguir a colaboração dos recuperandos, principalmente nos primeiros momentos de seu ingresso na instituição, quando eles, em geral, pretendiam tão somente executar um plano de fuga. Mas como era possível a existência de toda essa complexa teia de relações sociais dentro de um sistema considerado geralmente como altamente repressivo e avesso a interferências externas, isso era, para mim, um grande mistério. O principal problema com que me defrontava era a ausência absoluta de qualquer membro do poder estatal dentro da

instituição. Ela parecia existir acima do Estado, atuar numa dimensão à qual o Estado não tinha acesso. A APAC contava com grande independência em suas ações. Tanto é que, nesses primeiros contatos que estabeleci com a instituição, não me recordo de, sequer uma vez, ter observado a presença de um policial em suas instalações. Está claro que a assim chamada “sociedade civil” tem desempenhado um papel cada vez mais independente no cenário político mundial, mas o homem condenado pela Justiça é uma figura sempre problemática e sujeita a diversos controles, que não escaparia assim tão facilmente às garras do poder público. Como explicar, então, que a APAC pudesse existir?

Na verdade, a APAC é um órgão auxiliar da Justiça para acompanhamento no âmbito da execução penal na Comarca de São José dos Campos. Como tal, ela foi regularizada por Portaria do Juiz das Execuções Penais da Comarca no ano de 1974, quando teve seu Estatuto aprovado pelo mesmo juiz. Por conta do empenho deste juiz, ele é considerado pela APAC como um de seus fundadores. Na posição de órgão auxiliar na execução penal, a APAC acompanhava os presos da Comarca tanto na Cadeia Pública local quanto no Presídio Humaitá, fornecendo a eles serviços garantidos pela Lei de Execução Penal, como o direito à educação e à assistência religiosa. Nessa condição, a APAC fazia visitas regulares ao presídio da Rua Humaitá, trabalhando pela melhoria das condições de cumprimento da pena na Comarca. No ano de 1979, houve uma greve do pessoal responsável pela custódia dos presos no referido presídio, que foi abandonado e teve seus ocupantes transferidos para outros presídios da região. A razão alegada para a greve foi a completa falta de condições de segurança para o trabalho no estabelecimento, cuja estrutura física, já bastante antiga, estava deteriorada, exigindo uma reforma completa. A situação de superlotação dos estabelecimentos penais da região ficou ainda mais agravada com o fechamento das vagas do presídio da Humaitá. Devido a questões financeiras, a reabertura do presídio ainda levaria anos para ser concluída. Por causa desses problemas, surgiu a idéia de a APAC administrar o presídio abandonado, promovendo a reforma de suas celas, o que permitiria que o presídio fosse novamente ocupado, e aplicando seu já conhecido método de trabalho com os

presos aos novos ocupantes do presídio da Humaitá². Assim foi que, no ano de 1984, a APAC pôde concluir a reforma das primeiras celas do Humaitá e o presídio foi oficialmente reinaugurado sob administração da Associação. Como a polícia continuou se recusando a fazer a segurança do local, a APAC também tomou para si a responsabilidade sobre este aspecto do funcionamento do presídio. A APAC, portanto, era uma Associação civil que, como tal, estava desvinculada do Estado, não podendo este intervir em seu funcionamento. Devido, porém, a este convênio entre APAC e Estado, representado pela figura do juiz da Comarca, esta associação passou a administrar um presídio e aplicar aos presos deste estabelecimento seu método de trabalho. A APAC passou a ser responsável internamente pela administração e fiscalização da execução penal no presídio, sempre sob a supervisão externa do juiz da Comarca. Desta forma, o fenômeno que estudamos é o de um presídio administrado por uma entidade civil sem fins lucrativos – entidades que, modernamente, costumam ser chamadas de Organizações Não-Governamentais – desvinculada, em seu funcionamento, de interferências estatais, mas dependente do Estado para ter acesso a sua clientela, os presos, que estão, oficialmente, sob a tutela do Estado. Assim sendo, a responsabilidade pelo poder e relativa independência da APAC na administração do presídio Humaitá cabe aos juizes da Comarca de São José dos Campos, que, nesta condição, estão plenamente capacitados a transferirem para a administração da Associação a guarda dos presos da Comarca. Da mesma forma, outro juiz poderia modificar a posição da APAC na Comarca e, conseqüentemente, sua relação com o Estado. A posição jurídica da APAC na Comarca ganhou tradição conforme foi sendo ratificada pelos sucessivos juizes que passaram pela Comarca e, assim, a APAC foi sendo cada vez mais identificada com o prédio e com os presos sob sua administração. Isso foi levado a tal ponto que o próprio prédio e os presos sob sua administração passaram a ser vistos como sendo “da APAC”, o que criou a impressão de que a APAC detinha o controle do prédio e dos presos. Esta situação era bastante inusitada para mim, mas sua complexidade causava embaraço aos próprios representantes do poder público. Tanto é que o próprio delegado do 1º Distrito Policial de São José dos Campos anunciou aos

² A origem desta idéia é tema polêmico. Os voluntários da APAC afirmam que a idéia surgiu do próprio juiz corregedor, que via neste acordo a única forma de solucionar o problema do presídio Humaitá. O próprio juiz, porém, em pronunciamento feito quando da inauguração do presídio sob administração da APAC, afirmou que a idéia surgiu do então presidente da APAC, Mário Ottoboni.

jornais no dia 19 de agosto de 1999 que estaria assumindo a direção da APAC e que, a seu tempo, uma nova APAC seria criada “nos moldes da existente em Bragança Paulista” – legalmente, um absurdo, já que este delegado em particular não tinha qualquer função definida nos Estatutos da entidade. Os membros do Estado envolvidos com a execução penal na Comarca não podiam intervir legalmente de forma direta na Associação mesmo que desconfiassem de sua competência na administração do estabelecimento a ela confiado. O que eles podiam fazer, e o fizeram, foi tirar o fôlego da APAC, esvaziando seu poder sobre o objeto que APAC e Estado compartilhavam e sobre o qual dividiam seu poder – o homem preso. Assim, a APAC permaneceu como uma entidade legalmente constituída, com Estatuto aprovado pelo juiz da Comarca, responsável pela administração de um presídio mas sem o poder de intervir na execução penal, seu âmbito de atuação por excelência, pois já não havia nenhum preso sob sua responsabilidade. Apesar de eu não contar com uma compreensão clara desse processo naquele momento, é possível observar que a situação toda aparenta ser bastante flexível para admitir mudanças repentinas. Uma decisão favorável de qualquer instância governamental – seja do Ministério Público, que instruiu o pedido de fechamento da APAC, seja do juiz corregedor, que o executou – poderia colocar a APAC do volta no jogo penitenciário, através da transferência para suas dependências de presos da Comarca.

Naquele momento, porém, as relações entre APAC e Estado não eram tema de preocupação para mim. O que me preocupava eram as relações entre APAC e recuperandos, e era para isso que se voltavam meus esforços. Por isso, decidi continuar meu trabalho normalmente. Frente à percepção dos voluntários de que brevemente a APAC voltaria a funcionar, parecia-me não haver outra coisa a fazer senão regressar ao estudo e esperar que o retorno das atividades normais da Associação se desse em prazo hábil para a realização de minha pesquisa.

Por isso, decidi proceder conforme o planejado, realizando o levantamento dos dados do arquivo morto da população prisional da APAC a fim de coletar informações sobre a idade com que os egressos deixaram o presídio e o artigo infringido quando de sua condenação. Apesar da “correria” devida à decisão judicial de fechamento da APAC, a voluntária que havia me ajudado até aqui também me auxiliou a fazer o levantamento inicial do arquivo-morto. De fato, sem sua ajuda, seria impossível fazer esse trabalho.

O arquivo-morto da APAC era organizado de tal forma que retirar dali as informações mais simples podia às vezes demandar horas de trabalho. Quando um recuperando deixava a APAC, fosse por sursis, condicional, morte ou transferência para outros presídios, sua ficha criminal era embrulhada em uma grande folha de papel que era grampeada várias vezes para ser fechada e o nome do egresso era escrito sobre o pacote para posteriormente poder ser encontrado. Depois, esse embrulho era colocado em uma das prateleiras de concreto da minúscula e empoeirada sala do arquivo-morto. As fichas estavam todas organizadas por ordem alfabética, mas levando em conta apenas a inicial do primeiro nome. Ou seja, todos os recuperandos cujo nome começasse por “J”, por exemplo, teriam suas fichas colocadas na mesma prateleira indiferentemente. Assim, qualquer recuperando cujo primeiro nome fosse José, João, Joaquim, etc., teria sua ficha colocada em determinada prateleira sem que as fichas desta prateleira fossem organizadas alfabeticamente entre si. Além disso, todas as fichas eram empilhadas nas prateleiras formando enormes colunas de papel. Para podermos ter acesso a uma ficha, tínhamos que deslocar todas as fichas que lhe estavam acima, o que demandava bastante esforço. Por causa disso, encontrar um determinado José dentre as centenas existentes era tarefa para um dia inteiro.

Quando um recuperando deixava a instituição, seu nome era anotado nos cadernos do arquivo-morto. Por causa da organização do arquivo-morto, esses cadernos eram a melhor forma de ter acesso aos nomes dos egressos. O problema é que esses cadernos não informavam a data de saída do recuperando. Quer dizer, seria impossível delimitar um período a ser pesquisado já que, para fazê-lo, seria necessário olhar todas as pastas do arquivo-morto, abrindo-as uma por uma, recolher as informações a respeito da data de saída de cada um dos recuperandos da instituição para depois poder eliminar aqueles cuja saída tivesse se dado antes de 1994. E então, eu teria apenas a extensa lista contendo os nomes dos recuperandos saídos nos últimos cinco anos e toda a pesquisa ainda estaria por fazer. Apenas essa primeira parte do trabalho tomaria meses. Por sorte, algum funcionário da APAC lembrou-se de colocar no caderno as datas de saídas e as razões para ela na frente dos nomes dos egressos a partir de abril de 1995. Ou seja, a partir de 1995 já era possível saber a data de saída dos egressos. Por isso, optamos por realizar o levantamento com egressos saídos a partir de abril de 1995, já que a adesão rigorosa ao padrão que

estabelecemos inicialmente não compensaria frente ao esforço e ao tempo necessário para segui-lo. Também percebemos depois que havia muitas pastas de egressos do ano de 1999 que não estavam guardadas no arquivo-morto por ainda estarem sendo utilizadas pelos funcionários para encerramento de processos. Por isso, nosso levantamento levou em conta apenas os egressos entre os anos de 1995 e 1998.

Encontrar as informações desejadas nas pastas também foi um tanto complicado. A maioria dos recuperandos preenchia uma ficha ao dar entrada na APAC, na qual anotavam informações de identificação pessoal, entre as quais a data de nascimento, e o artigo infringido. Assim, era possível calcular a idade com que o recuperando saiu da APAC e determinar o artigo infringido. Quando esta ficha era encontrada e as informações necessárias estavam preenchidas, não havia muito problema. Quando não havia esta ficha ou ela não estava completamente preenchida, tínhamos que vasculhar todo o prontuário do egresso a fim de encontrar essas informações. Às vezes, tínhamos que ler vários trechos dos processos criminais dos recuperandos para podermos encontrar o artigo infringido ou a data de nascimento. Enfim, sem a colaboração de alguém que conhecesse o arquivo-morto da APAC seria praticamente impossível adquirir o conhecimento necessário para extrair de lá qualquer informação. Os resultados completos deste levantamento encontram-se no ANEXO.

Enquanto eu trabalhava no pequeno cômodo do arquivo-morto, alguns voluntários vinham simpaticamente conversar comigo. Um desses voluntários, ao saber do período de tempo abarcado pelo levantamento, sugeriu que eu o substituísse pelo período de 1990 a 1995, que, de acordo com ele, teria sido o “auge” da APAC. Para ele, se eu entrevistasse egressos que permaneceram na APAC durante este período, eu obteria depoimentos muito mais representativos sobre o método de trabalho da APAC. É provável que este conselho se refira a uma série de interferências ocorridas no funcionamento da APAC depois da entrada do então juiz da Comarca de São José dos Campos. Alguns voluntários reclamaram comigo pelo fato de o então juiz fazer transferências de presos para a APAC ou da APAC para outros presídios sem consultar a diretoria da entidade. Essa parecia ser uma reclamação muito comum entre os voluntários e, na verdade, a denúncia de transferências irregulares para a APAC foi uma das mais importantes acusações contra o juiz e contra a própria APAC a chegar aos jornais. De qualquer forma, os

voluntários percebiam como uma interferência abusiva no funcionamento da entidade que o juiz efetuasse transferências sem consultar os membros da Associação. Nos últimos anos, disseram-me os voluntários, presos de alta periculosidade ou mesmo de outros Estados eram transferidos para a APAC sem o consentimento da diretoria, o que, na opinião deles, comprometia a eficácia de seu método de trabalho. Isso porque parte do resultado do método se devia à confiança que o preso depositava na figura dos voluntários e na percepção de sua transferência para a APAC como um prêmio. Ser transferido para a APAC sem merecê-lo e sem dar mostras de arrependimento pelo crime cometido podia comprometer todo o trabalho posteriormente desenvolvido, já que não haveria qualquer razão especial para que o preso colaborasse com os voluntários. Ainda mais que o juiz sistematicamente deixava de atender aos pedidos constantemente formulados pela diretoria de transferência de presos da APAC para outros presídios, que era, na verdade, a única arma da entidade contra presos que não se dispusessem a cooperar.

Os voluntários também perceberam nos últimos anos um esvaziamento contínuo da instituição, com a recusa do juiz de transferir presos para o presídio Humaitá. É verdade que a APAC sempre teve vagas ociosas. Dizê-lo dentro do contexto do sistema penitenciário paulista pode parecer absurdo, já que mesmo as penitenciárias do Estado estão, via de regra, superlotadas. A APAC, porém, sempre dispôs de vagas para receber novos presos e em nenhum momento houve ocupação total das vagas do presídio. Não nos deve causar surpresa este fato, cuja regra geral pode ser encontrada até mesmo no movimento das prisões abertas inglesas: quanto maior a abertura de determinado estabelecimento penal, maiores as exigências para que um preso seja transferido para lá (Jones, Cornes, Stockford, 1977). Mesmo assim, no momento desta pesquisa, os voluntários não pareciam ter queixas quanto a este dado histórico. O número de vagas tradicionalmente ociosas parecia normal aos voluntários, mesmo porque, de acordo com informações de um deles, Mário Ottoboni, o presidente da APAC, exercia grande influência sobre o juiz no momento em que este decidia pela admissão de determinado preso nos quadros da APAC. Era comum, ainda de acordo com este voluntário, que Mário Ottoboni e outros voluntários fizessem visitas à Cadeia Pública local e, durante essas visitas, que presos pedissem aos voluntários para intercederem junto ao juiz pedindo por sua transferência para a APAC. Da mesma forma, caso o juiz decidisse transferir algum

preso para a APAC, o que era visto como um prêmio dado ao preso, a diretoria da entidade era sempre consultada e um parecer negativo dado por ela reduziria drasticamente as chances de transferência do preso. Por isso, na percepção dos voluntários, ou ao menos de alguns deles, a própria APAC era, em grande medida, responsável pela aceitação ou não de presos em seus quadros. Apesar dessa função ser privativa do Estado, a APAC intervinha na escolha de seus recuperandos. Isso parece ter mudado bastante com a entrada do então juiz da Comarca, que agia independentemente da APAC com relação à decisão sobre as transferências. Um preso transferido para a APAC sem ter sido previamente aprovado por ela, na percepção de alguns voluntários, acabaria por dispor-se contra a disciplina a ele imposta, já que se sentiria independente da instituição. Isso seria agravado se, como anunciavam os jornais, os presos estivessem subornando os agentes da Justiça a fim de conseguirem “comprar” uma vaga na APAC. Neste caso, sua relativa segurança quanto à permanência na instituição durante seu cumprimento de pena o levaria a transgredir as normas “da casa” sem medo de ser punido, haja visto que a única punição que poderia ser aplicada pela APAC era justamente a transferência para um presídio normal. Por isso, entre outras coisas, na percepção de alguns voluntários o trabalho da APAC naufragou em determinado período de sua história, a ponto de, em sua opinião, não poder mais ser recuperado. Por isso também a voluntária afirmou considerar que o auge da APAC estava num período mais recuado do tempo.

Além dessa sugestão de que eu modificasse o período estudado em minha pesquisa, recebi outro conselho de um voluntário quanto a minhas entrevistas. Ele sugeriu que eu entrevistasse presos que tivessem passado necessariamente pelo regime fechado da APAC, pois somente ali se poderia falar de uma aplicação efetiva do método, coisa que não ocorria nos regimes semi-aberto ou aberto. Vale aqui explicar melhor esta afirmação. No regime fechado, o preso está impedido, salvo algumas exceções, de deixar o presídio e seguir para a rua. Isso deixa o preso sob guarda total e contínua da instituição, que pode exercer sobre ele um poder sem brechas, como ocorre em geral nas prisões. No regime semi-aberto, o preso ganha o direito de ir para as ruas com muito maior frequência, desde que justifique a necessidade de sair. Mas como essa necessidade pode envolver até mesmo a realização de pequenas compras de produtos pessoais, pode-se imaginar que não é fácil impedir um preso do semi-aberto de sair da instituição com bastante frequência.

O episódio que presenciei em minha visita anterior, na qual um plantonista sugeriu a um preso que não saísse e foi desobedecido, mostra que no regime semi-aberto a permeabilidade da instituição é quase total. Por conta disso é que tradicionalmente não se pode misturar presos do regime fechado com presos do regime semi-aberto: esses últimos poderiam realizar uma série de favores ilegais para seus companheiros do fechado, o que, na prática, anularia qualquer tentativa de controle por parte da instituição. Para o método oficial da APAC, o regime semi-aberto é um momento de prova do recuperando que começa a exercer seu direito de liberdade. Se ele tropeça neste momento, pode retornar para o estágio fechado da APAC. Se segue seu caminho sem deslizes, pode vir a ganhar em pouco tempo o direito ao regime aberto, no qual apenas comparece à instituição para assinar um livro de ponto. Apesar de, oficialmente, o regime semi-aberto ser visto como um progresso, para os voluntários este regime parecia, na verdade, aproximar a APAC dos presídios comuns. Há dois pontos importantes do método APAC que eram, na percepção dos voluntários, completamente ignorados no regime semi-aberto: a proibição do consumo de drogas e a proibição do tratamento entre os presos por meio de apelidos. O controle sobre o uso de drogas psicotrópicas era um ponto de orgulho da APAC, que procurava exercer vigilância estrita sobre este aspecto comum da vida prisional, aparentemente com sucesso. Já o tratamento por apelidos era visto pela APAC como desvirtuando a identidade "civil" do homem condenado, dando-lhe uma identidade criminal com a qual acabava enfim por se identificar. Alguns voluntários afirmaram que era comum sentir cheiro de maconha quando passavam perto do dormitório do semi-aberto. Durante minha segunda visita à APAC, alguns presos do regime semi-aberto acompanharam as palestras que foram ministradas para o grupo visitante. Quando entramos no ônibus, seguindo de volta para casa, alguns dos visitantes relataram terem sentido cheiro de maconha em vários momentos da palestra. Um dos presos que foram entrevistados emitiu opinião que ia no mesmo sentido, dizendo que no regime semi-aberto havia de fato consumo quase livre de drogas. Uma voluntária entrevistada fez questão de ressaltar que o uso de apelidos era comum no regime semi-aberto, apontando o fato como uma das razões pelas quais este regime era pior que o fechado. Decerto, a grande parte dos recuperandos da APAC passava pelo regime fechado. Outros, porém, devido a particularidades processuais, entravam diretamente no regime semi-aberto, sem passar pelo estágio fechado. Um voluntário

opinou que os problemas observados no regime semi-aberto se deviam principalmente a esses recuperandos que não haviam passado pelo estágio fechado, enquanto os que haviam percorrido todas as escalas do método APAC, em geral, não apresentavam grandes problemas. Refere-se a isso, portanto, a sugestão feita pelo voluntário para que eu entrevistasse presos que tivessem passado pelo regime fechado da APAC e não apenas pelo regime semi-aberto.

Durante esta visita, tive a chance de conversar brevemente com um outro plantonista da APAC. Quando o encontrei, ele estava muito irritado, pois tinha acabado de chegar da delegacia, onde prestara depoimento. A razão dele ter prestado tal depoimento é pesarem sobre ele três acusações de facilitação de fuga. Ele havia conversado com o promotor que lhe propusera um acordo. O plantonista narrava isso com uma profunda indignação. Ele se considerava um trabalhador voluntário, prestando um serviço gratuito à comunidade. Em troca disso, ele era ameaçado de ser posto atrás das grades. O plantonista considerava-se isento de culpa nos três casos de fuga sob sua responsabilidade. “O sujeito chega dizendo que está doente. Eu não sou médico para saber se ele está falando a verdade ou não. Eu tenho que deixar ele sair para ir no médico. Agora, se ele chega lá fora e resolve fugir, eu tenho culpa?” O plantonista negou-se a entrar num acordo com o promotor. A primeira razão era uma questão de brio. Ele recusava-se a admitir qualquer culpa num caso em que ele não tinha responsabilidade alguma frente ao ocorrido. A segunda razão era mais prosaica. Ele sabia que dificilmente seria posto atrás das grades. O plantonista da APAC tinha mais de setenta anos de idade.

A responsabilidade frente às fugas, que estava servindo de argumento para o fechamento da APAC, fez com que alguns funcionários expressassem a opinião de que talvez as mudanças a serem enfrentadas pela APAC não fossem tão negativas. A transferência para a polícia da administração da segurança do presídio podia trazer benefícios na medida em que liberasse os funcionários para as tarefas de reabilitação dos detentos, livrando-os ainda do peso que era cuidar da movimentação dos presos. Este tipo de dilema também pode ser encontrado nas prisões abertas inglesas, nas quais o modelo considerado ideal parece ser o da divisão do trabalho custodial entre equipe de segurança, percebida pelos presos como sua inimiga, e equipe de tratamento, a quem os presos permitem uma maior proximidade (Jones, Cornes, Stockford, 1977).

Capítulo 8. A confirmação do fechamento da APAC

Após o primeiro anúncio de que a APAC seria desativada, passou-se uma semana de grande expectativa até a realização da reunião com membros do sistema penal ligados à APAC de São José dos Campos, como o juiz corregedor, o delegado, e os secretários da Segurança Pública e de Assuntos Penitenciários do Estado. Durante esta semana, eu não mantive contatos com a APAC. Eu sabia que a reunião seria realizada no dia 30 de agosto de 1999, uma segunda-feira. Por isso, combinei entrar em contato com a APAC na terça-feira para saber o que havia sido decidido durante a reunião. Os voluntários, como já foi dito, estavam muito ansiosos. Eles não sabiam quais mudanças poderiam ocorrer, mas imaginavam o sentido em que se dariam: o de uma grande diminuição da independência da APAC frente ao Governo estadual e o de uma intensificação do caráter repressivo da APAC com relação aos presos, a ser promovida seguramente quando da entrada de agentes de segurança no funcionamento da APAC. Por isso, essa reunião era muito aguardada. Esperava-se, sem muita confiança, que alguma mudança de rumo pudesse ser decidida neste encontro, que significasse a recuperação de parte do antigo funcionamento mais independente do presídio. O que os voluntários temiam era que essa reunião acabasse por selar o destino da APAC e transformá-la em algo muito próximo a um presídio normal.

Os voluntários tinham pavor de que a APAC se tornasse um presídio tradicional. A entrada da segurança estatal era vista por eles como um sinal de que a APAC estaria se aproximando do funcionamento do sistema penitenciário normal. Isso significava a destruição dos valores sempre defendidos pela APAC desde que passou a administrar o presídio da rua Humaitá. Entre esses valores, e figurando como ponto de extrema importância na filosofia de trabalho da APAC, a idéia de que o Estado é incapaz de promover a reintegração social do preso e de que esta tarefa

deveria caber exclusivamente às associações civis das comunidades onde houvessem presos, de forma preferencialmente descentralizada. Para a APAC, a idéia de se transformar em um presídio tradicional representava uma sentença de morte. Seus voluntários pareciam sentir isso como uma ameaça de aniquilamento.

Para a grande parte dos voluntários, a APAC era apenas uma ação filantrópica à qual acorriam semanalmente, prestando algum auxílio aos homens presos na forma de visitas ou de prestação de serviços, como desenvolvimento de cursos profissionalizantes para os presos e atendimentos de vários tipos. Para alguns voluntários, porém, a atuação na APAC era sua principal ocupação cotidiana. Por inúmeras razões, havia certos voluntários que desempenhavam funções importantíssimas na administração do presídio e, por isso, sua presença era constante na instituição. Dentre os diretores da entidade, havia alguns cuja presença era menos intensa. Outros, porém, passavam várias horas por dia dentro do presídio, decidindo as mais variadas questões. Além deles, havia os plantonistas, voluntários especiais cuja função era justamente a de fazer a segurança do prédio e que faziam turnos de doze horas cuidando da entrada e saída de presos, da permissão para o uso do telefone, da revista aos pertences enviados aos presos por familiares e outras questões ligadas à vigilância dos presos. Dentre esses plantonistas, alguns recebiam vencimentos da APAC. Por outro lado, muitos não eram pagos para isso e desempenhavam essa função de forma genuinamente voluntária, gratuitamente. Havia, além deles, os funcionários do escritório, que trabalhavam invariavelmente em troca de vencimentos, que lhes eram destinados de forma não regular. Quando as atividades da APAC começaram a se tornar escassas e grande parte da verba que recebia como doação da comunidade parou de lhe ser entregue, esses funcionários, bem como alguns plantonistas, pararam de receber, ganhando uma ajuda de custo que variava de um mês para outro conforme o dinheiro em caixa. Além disso, havia pelo menos uma estagiária de Serviço Social para quem a participação no trabalho da APAC representava créditos em seu curso. Ou seja, dentro da APAC havia uma grande quantidade de diferentes funções sendo executadas por pessoas colocadas nas mais diferentes posições dentro da instituição, com participação bastante variável em suas decisões e para quem o trabalho na APAC tinha sentidos muito diferentes. Para alguns, a participação na APAC era parte importantíssima de suas vidas e tinha um papel fundamental na própria constituição de sua identidade pessoal. Para outros, era

muito próxima de um *job* tradicional e a principal consequência do fechamento da APAC seria a perda de uma fonte de renda. Mas mesmo para esses últimos, a APAC era vista como muito mais do que um local de trabalho. Eles se identificavam com a filosofia de trabalho da APAC, apesar de apresentarem críticas contra alguns de seus aspectos, e raramente aparentavam enxergar os diretores da entidade como *chefes*. Mesmo que não se identificassem com outros aspectos das atividades da APAC, num ponto eles eram quase homogêneos: todos tinham forte ligação com as atividades religiosas desenvolvidas em diversas paróquias de São José dos Campos. Praticamente todos os voluntários eram católicos praticantes e muito atuantes nas atividades da Igreja local. Como já vimos, o aspecto fundamental da metodologia de trabalho da APAC era a idéia de *conversão* religiosa dos presos através da imposição de práticas religiosas em grande parte inspiradas, quando não ligadas diretamente, ao catolicismo. Isso reflete a origem cursilista do movimento, mas mostra também que havia uma ligação simbólica importante com a instituição por parte dos voluntários, o que ocasionava uma incomum motivação para o trabalho. Havia funcionários que trabalhavam continuamente durante anos sem tirar férias. A persistência dos funcionários em permanecer fazendo a guarda do prédio mesmo sem a presença de qualquer recuperando, como veremos mais adiante, pode ser explicada por essa identificação com o trabalho da APAC. Apesar de reclamarem desta situação, considerada por eles algumas vezes como uma exploração de sua força de trabalho, corresponder às necessidades da APAC era visto como sua obrigação.

Essa identificação dos voluntários com o trabalho da APAC tinha fortes conotações políticas. A APAC era um projeto utópico de transformação de um segmento definido da vida social, a saber, o sistema penitenciário. A origem cursilista da APAC indica que sua tendência era o que poderíamos chamar de “direitista”, já que o movimento cursilista em geral prega a transformação da sociedade principalmente através da transformação do indivíduo e da família. Essa idéia sempre foi pregada pela APAC, mesmo antes de começar a administrar o presídio Humaitá. A influência do principal idealizador da APAC, Mário Ottoboni, durante grande parte da vida ativa da entidade, mostra que essa tendência era predominante, como mostra também Camargo (ano) numa brilhante crítica à catequização explícita que a APAC fazia entre os presos. Mas havia também pessoas ligadas a partidos de esquerda que participavam dos trabalhos da APAC. A

associação, na verdade, angariou apoio entre os mais diversos setores da sociedade preocupados com a questão prisional. Apesar da oposição que a polícia fazia ao trabalho da APAC, não era raro que delegados de outras cidades visitassem a APAC para conhecerem seu trabalho, tentando implantá-lo em suas respectivas Comarcas. Líderes de esquerda também visitaram suas instalações, elogiando o trabalho ali desenvolvido.

Por essa forte ligação política e religiosa com o trabalho desenvolvido na APAC, os voluntários sentiam muita angústia frente às mudanças anunciadas na instituição. Eu, por meu lado, na condição de pesquisador, sentia-me atordoado pelos acontecimentos que envolviam meu “objeto de estudo”. Preparado para, inicialmente, desenvolver um trabalho mais neutro e distante da APAC, vi-me pego de surpresa pelos acontecimentos que agora também me envolviam. Afinal, seria impossível desenvolver um trabalho como o planejado se a APAC deixasse de funcionar. E simplesmente deixar de lado todo o tempo despendido em elaborar estratégias para a realização da pesquisa, jogando fora tudo o que havia sido aprendido sobre ela para iniciar um outro trabalho em outro lugar de forma completamente diferente era um pensamento bastante doloroso. Veja-se o que o sistema penitenciário reserva ao pesquisador: não basta uma cuidadosamente bem planejada metodologia de pesquisa para dar conta do nosso objeto de estudo. Ele mesmo vai se modificando ao longo do tempo, de forma que aproximar-se dele significa estar preparado para as maiores surpresas, para eventos que podem pôr todo o trabalho a perder no espaço de uma semana. O sistema penitenciário é uma intrincada rede de relações sociais nas quais se insere o pesquisador. Se ele está preocupado com seu objeto de estudo, dificilmente escapará de, também ele, ser influenciado pelas mudanças ocorridas no ambiente prisional. Por conta disso, eu também estava apreensivo com o resultado da reunião que estava para se realizar. Conforme fosse seu resultado, meu trabalho teria que ser completamente reformulado para dar conta dessa nova realidade. E, para minhas pretensões, o resultado foi o pior possível.

Quando telefonei para a APAC na terça-feira, dia 31 de agosto de 1999, o clima entre os voluntários parecia ser o do mais arraigado pessimismo. Era como se a sombra de uma terrível fatalidade estivesse pairando no ar sobre a APAC. Não só foi confirmada a futura presença de agentes penitenciários na APAC. Em um mês, por

sugestão do Secretário de Assuntos Penitenciários, aceita pela presidente da instituição, a APAC começaria a se adaptar para seu novo papel no sistema penitenciário paulista: o de presídio feminino. Pelo que pude observar, os voluntários entenderam a aceitação desta proposta como uma saída política para conseguir a reativação do presídio o mais rapidamente possível, já que o Secretário parecia estar muito interessado na instalação de um presídio feminino devido à enorme falta de vagas deste tipo observada no sistema penal do Estado. Apesar de compreenderem e aceitarem a decisão da presidente, a notícia da mudança que seria operada não foi recebida com tranquilidade pelos voluntários. Pelo telefone eu já pude perceber que eles estavam em polvorosa. Essa decisão foi sentida como um golpe definitivo pelos voluntários, que tentavam se acostumar com a nova idéia. Afinal de contas, um presídio feminino seria coisa muito diferente de tudo com que estavam acostumados e as adaptações feitas ao método APAC seriam inevitáveis. Como lidar com esta nova situação mantendo o método o mais intacto possível, era esse o problema com que os voluntários se defrontavam. Além disso: seriam os procedimentos tradicionalmente adotados por eles capazes de obter os mesmos resultados frente a uma população prisional tão diferente da usual? Alguns voluntários pareceram amedrontados pela nova idéia. Nenhum deles tinha experiência com presídios femininos. Na verdade, a APAC de São José dos Campos não mantinha contatos regulares com qualquer presídio feminino e alguns voluntários com quem conversei, apesar de não terem muita certeza, acreditavam existir apenas uma APAC feminina no Brasil, em algum Estado do Nordeste.

Ao saber dessa situação, ainda não definitiva, minha reação foi bastante surpreendente: eu fui até a APAC e continuei o trabalho de levantamento de dados do arquivo morto como se nada tivesse acontecido. Em parte, minha reação deveu-se à surpresa pelo desfecho desses eventos, que deixou-me como que prostrado. Em parte, pareceu-me mesmo não haver nada melhor para fazer, já que haveria ainda uma outra reunião para confirmar esta decisão. Frente à situação da APAC, como ainda não havia certeza quanto à decisão final sobre o destino da APAC, o melhor que eu tinha a fazer era continuar meu trabalho na instituição e, junto com isso, planejar estratégias para o caso de meu trabalho ter que ser encerrado. Desta forma, mesmo sabendo da situação difícil pela qual passava a instituição, fui até a APAC e continuei o trabalho de levantamento de dados.

Neste dia eu pude perceber o quanto era difícil a tarefa de levantar informações a partir dos prontuários do arquivo-morto. Como na primeira vez em que procurei essas informações eu estava tendo a importante ajuda de uma voluntária, o trabalho pareceu-me mais simples do que realmente era. Agora, eu praticamente tive que desenvolver o trabalho sozinho, já que a voluntária, alegando a necessidade de sua presença em outro lugar, deixou-me só no quarto empoeirado do arquivo-morto. Eu senti que isto representava um certo descaso com meu trabalho, como se ele não fosse importante o suficiente para merecer o tempo da instituição. Por outro lado, tive a sensação de que este foi um movimento no sentido de mostrar que eu tinha plena autorização para procurar nos arquivos à vontade, sem necessidade de vigilância dos voluntários. Mesmo tendo *sentido* a situação dessa forma, era inegável que, frente aos acontecimentos, a instituição provavelmente necessitava de todos os seus recursos para adequar-se aos acontecimentos. Os prontuários, como já foi dito, estavam guardados em envelopes que ficavam empilhados, formando montes organizados alfabeticamente pela inicial dos nomes. Além desses envelopes, porém, havia pastas numeradas contendo prontuários de egressos, que estavam organizadas por ordem crescente. Este trabalho foi executado por um recuperando durante sua permanência na instituição como forma de facilitar o trabalho de localização de prontuários, no que conseguiu um enorme sucesso. Ele pegou todos os prontuários de egressos com nomes começados pelas letras “A”, “B”, “C”, até à letra “F” – foi o máximo que ele conseguiu fazer durante sua permanência – e colocou-os nas pastas numeradas, anotando à parte o nome do egresso e o número da pasta em que se localizava seu prontuário. Assim, havia uma lista alfabética dos nomes de todos os egressos cujos nomes comesçassem por “A”, “B”, até “F” e, na frente dos nomes, havia o número da pasta onde estava seu prontuário. O que eu estava fazendo até este momento era olhar o nome do egresso nos cadernos que continham a lista cronológica da saída dos recuperandos, procurando aqueles saídos a partir de 1995, procurar na lista o número da pasta que continha o prontuário do egresso e, depois, procurar na prateleira a pasta desejada. Como esse procedimento era muito demorado – eu perdia quase cinco minutos para localizar os dados de uma única pasta – preferi dividir a tarefa em partes, anotando na frente dos nomes que estavam nos cadernos o número da pasta onde se localizavam os respectivos prontuários, deixando para mais tarde a tarefa de localizar as pastas nas

prateleiras. Mesmo assim, esta tarefa era muito demorada. Apesar de eu ter trabalhado apenas com isto durante toda a tarde, não consegui terminar de localizar nem mesmo os números das pastas dos egressos da letra “A”.

Ocupei-me durante toda uma tarde desta tarefa repetitiva e frustrante, porque muito demorada. Mas permanecer sozinho naquele quarto não era de todo destituído de seus interesses. Minha localização ali podia ser vista como estratégica, pois o quarto localizava-se exatamente no corredor que permitia a passagem da porta de saída do prédio ao ambiente do regime semi-aberto. Por causa dessa localização, todos os que deixavam o ambiente do semi-aberto ou nele ingressavam tinham necessariamente que passar por mim, o que me permitia acompanhar grande parte da movimentação do presídio. Para dar ao leitor uma idéia do que era a APAC neste momento, havia quase tantos voluntários na instituição quanto recuperandos. O número de recuperandos nesse momento era de 16 no total, o que dava um aspecto de abandono ao presídio. O próprio presídio era pequeno, nada semelhante a outras instituições penais que acumulam milhares de presos e uma das razões para isso é que este presídio era originalmente uma cadeia pública, antes de ser administrado pela APAC. Seus cômodos eram de tamanho reduzido, havia poucos espaços disponíveis para circulação e até mesmo os pátios eram pequenos. Mas o reduzido número de recuperandos circulando por ali dava ao prédio uma aura de abandono, como num templo – a marca da APAC nesse momento era o silêncio, causado tanto pela ausência de pessoas como pelo desânimo com as novidades recém-divulgadas.

Em certo momento, pude presenciar a chegada da presidente à APAC. Ela possuía um costume que era motivo de brincadeira por parte dos voluntários, o de levar seu cachorro *poodle* para a APAC, por não ter com quem deixá-lo. Neste dia ela também o fez, e eu pude ver que a relação entre a presidente e os presos era muito mais livre do que eu supunha. Assim que ela chegou, imediatamente alguns recuperandos avançaram em sua direção, pedindo para tomarem conta do animal ou levá-lo para passear. Eles diziam isso com um sorriso irônico, acrescentando em voz alta que assim eles poderiam conseguir favores dela. Ela sorria por causa dessa brincadeira e replicava que eles apenas estavam querendo comprá-la. Por fim, um dos detentos tomou da coleira e foi passear com o cão. Alguns dos presos brincavam com a presidente, provocando-a. Eles pegavam a coleira e diziam que iam bater no cachorro com um pedaço de pau. Os recuperandos diziam isso porque ela tinha que

deixar o cachorro com algum deles para poder trabalhar, não havia outra alternativa. A presidente ameaçava no mesmo tom de brincadeira: “Se jogar pau no meu cachorro, vou dar má conduta, hein?” A relação entre os recuperandos e os voluntários, mesmo o alto escalão, não era em nada semelhante à relação entre presos e agentes penitenciários, conforme este exemplo pode fazer adivinhar. Havia, além da relação disciplinar, pela qual os voluntários controlavam o comportamento dos presos, uma relação de cumplicidade, pela qual os presos se identificavam com os voluntários em certa medida, mesmo que de forma bastante cínica. A relação dúbia que se estabelece entre presos e voluntários nas cadeias comuns, pela qual o voluntário é percebido como um aliado, mesmo que um aliado bastante crítico e julgador, se reproduz na APAC até com relação àquelas figuras que ocupam posição de vigilância, como o plantonista. Um exemplo que observei neste mesmo dia pode ajudar a exemplificar este ponto.

Em certo momento, o plantonista da APAC passou em frente ao quarto onde eu estava e brincou comigo pelo fato de eu estar ainda trancado naquela saleta imunda. Eu respondi que não conseguia parar de espirrar – o que era a absoluta verdade – e, então, o plantonista voltou-se para o pátio do semi-aberto, que ficava quase em frente ao quarto.

Este plantonista em particular – se bem que não constituísse o único exemplo – era um dos poucos casos que conheci de egressos que, após o término da pena, voltou à APAC para ajudar em seu trabalho. Havia muitos outros casos desse tipo, mas que, infelizmente, eu não tive a chance de conhecer. Este plantonista parecia ocupar, para os recuperandos, uma posição intermediária entre eles e os voluntários por causa de seu passado como condenado pela justiça. E ele não havia sido um preso qualquer. Em sua época de preso, ele ocupava, conforme me contou, uma daquelas posições de liderança entre a população carcerária, posição típica daqueles que são percebidos pelos presos como “grandes ladrões”. Um pouco antes dessa nossa conversa, ele dirigiu-se até a sala para conversar comigo. Ele brincou, pedindo que procurasse na letra... do primeiro caderno do arquivo morto um tal de..., indivíduo bastante perigoso. Realmente, eu encontrei ali seu nome. Ele informou-me que sua pasta era bem grossa, mas que ele a havia perdido. Perguntei-lhe como isso havia acontecido e ele respondeu que antigamente ele viajava muito com o “Senhor Mário”, antigo presidente da APAC, para divulgar seu método de trabalho. Ele dava

seu depoimento sobre quem ele fora e no que a APAC o havia transformado. Contava que pertencia a uma quadrilha que tanto roubava carros quanto vendia drogas. Sua palavra, porém, não bastava. As platéias tendiam a duvidar de que aquela figura simpática e extrovertida tivesse realmente em seu passado a nódoa de haver pertencido a uma perigosa quadrilha (“famosa” à época, já que tais organizações teriam sido raras nas décadas de 60 e 70). Ele, então, organizou numa pasta todos os documentos relativos ao seu processo para provar definitivamente que ele havia sido um bandido de verdade. Infelizmente, porém, havia já muitos anos, ele levava a pasta numa viagem onde ela nem seria muito necessária e ao chegar de volta à APAC ele percebeu que a havia esquecido no hotel. Ligou para o hotel e para os organizadores do encontro na cidade mas ninguém foi capaz de dar notícias da pasta novamente. O plantonista contou que viajou muito pelo Brasil inteiro. Na época ainda recuperando da APAC, ele aproveitava as viagens para poder ver o mundo de fora do presídio. Como um dos primeiros a entrar na APAC, ele tinha muito a falar sobre a instituição.

Este plantonista era um dos presos do cadeião onde passou a funcionar a APAC. Vivendo naquele presídio lotado, ele viu as primeiras incursões do Dr. Mário por aquelas dependências e conversava muito com ele. Entrar para o programa da APAC, porém, estava fora de seus planos. Sua intenção era fugir assim que possível, sair do interior do Estado. (Ele afirmou que os presídios do interior do Estado tinham fama de serem mais “fáceis de tirar” que os da Capital, mas que essa fama era injustificada. Os policiais no interior eram mais “caxias” que os da Capital, isto é, aceitavam menos suborno e maltratavam mais os presos). Ele só percebeu que valeria a pena aproximar-se do Dr. Mário quando viu que suas intenções eram sinceras, que ele não ia para os presídios como quem “vai visitar os macacos no zoológico”, como muitas pessoas faziam. Daí, ele adotou para si o projeto da APAC, tirou toda sua sentença e, ao ser liberado, passou a trabalhar como plantonista.

Quando ele deixou de conversar comigo e voltou-se para o pátio, havia um preso passando por lá, com quem ele começou a conversar. Esta conversa foi bastante elucidativa da relação entre presos e voluntários. Eu não consegui acompanhar a conversa desde o começo, mas quando eles se aproximaram do quarto, estavam rindo de alguma piada. O recuperando, em seguida, apontou para uma marca no peito do plantonista e perguntou se aquilo era um “pipoco” (marca de tiro). O plantonista, aparentando indignação, respondeu que não, que era uma espinha. O

detento perguntou onde estava o “pipoco” do plantonista mas ele não quis responder. O plantonista, então, segurou o detento pela cintura fazendo de conta que ia procurar sua marca. Este afastou-se um pouco e mostrou, orgulhosamente, uma pequena mancha na lateral externa do braço direito, aproximadamente do mesmo tamanho e na mesma posição da marca de vacina. O plantonista desdenhou do tamanho reduzido da marca e depois, estudando a cicatriz com seriedade, perguntou se era de um revólver 22 milímetros. Desta vez, o preso pareceu indignado. Mostrando a parte interna do braço, perguntou: “E 22 faz isso?” Desde o final do antebraço até perto das axilas, seu braço mostrava as cicatrizes de pontos que aparentemente serviram para fechar, aliás, de forma bastante grosseira, o que parecia ter sido um rasgo de largas proporções, o que indicava que o tiro havia atravessado o braço do recuperando e provocado muitos estragos no momento em que saiu. Os dois ainda conversaram um pouco sobre o assunto, discutindo que tipo de bala teria feito aquele ferimento e depois afastaram-se em direções opostas.

A observação desta conversa me ajudou a entender melhor como os presos viam os voluntários. Para os presos, a presença dos voluntários não representava o confronto com um grupo homogêneo e hostil como a polícia, mas a interação amistosa com um grupo percebido geralmente como sendo aliado e bastante diversificado, podendo comportar até mesmo a presença de pessoas pertencentes a seu próprio meio, pessoas que um dia pertenceram às chamadas “classes perigosas”, ou criminosas. Refletindo sobre a proposta da APAC, que é a de ressocializar os presos tirando-os da “vida do crime”, essa diversidade parece ser não apenas desejável, mas talvez indispensável para a concretização da ampla conversão envolvida na transformação de criminosos em “trabalhadores honestos”.

Há ainda hoje uma grande incerteza com relação à origem da identidade criminal, considerada como um amplo processo através do qual o criminoso recém-ingressado na prisão passa a se identificar com seu papel de criminoso, que se torna dominante em sua vida, relegando outros papéis a segundo plano. A constituição dessa identidade é considerada por psicólogos e sociólogos – exceto aqueles que, acompanhando a criminologia clássica, pretendem descobrir a “causa” do comportamento criminoso em tendências ou pulsões internas aos delinquentes – como a principal explicação para a existência de uma classe de indivíduos delinquentes que, após a primeira condenação, não deixam mais a vida criminosa e

passam a se identificar com os valores próprios dos diversos grupos criminosos. Forma-se, nas sociedades capitalistas, uma verdadeira classe de pessoas com valores semelhantes e que constituem um segmento da população que se orienta pelos valores do que ficou conhecido como “sub-cultura carcerária”. Há ainda uma certa discussão quanto à origem dessa identidade criminal, se ela surge das próprias comunidades onde reside o delinqüente ou se é constituída dentro mesmo da prisão. De qualquer forma, não é possível negar o extremo valor da prisão no sentido de reforçar esta identificação com o crime. Outra questão é o que, dentro da prisão, provoca esta identificação. O isolamento do “mundo de fora” e a existência de um cotidiano rigorosamente padronizado são geralmente levantados como elementos fundamentais para o surgimento de comportamentos agressivos por parte dos presos. Outra possibilidade é que a existência de um corpo de vigilância percebido como inimigo dos encarcerados, grupo este responsável pela guarda dos presos e tendo sobre eles um enorme poder de decisão, acarrete nos presos uma reação violenta contra o controle exercido por eles, o que reforça a identificação com as outras pessoas que se encontram sob a mesma condição, criando entre os presos um grupo relativamente homogêneo quanto a suas crenças e valores. O mais provável é que a instituição prisional como um todo, envolvendo todas essas características, provoque uma série de reações que leve os presos a confirmarem sua adesão à “sociedade dos cativos”. Uma instituição que leve a sério a tarefa de quebrar a identidade prisional dos condenados a ela submetidos deve procurar alterar grandemente as relações prisionais a fim de conseguir uma mudança ampla na forma como os presos percebem sua situação de apenados, impedindo, se não a formação, ao menos a confirmação desta identidade prisional. Abolir de dentro das prisões a figura hostil dos policiais parece ser uma boa forma de alterar a percepção que os presos têm de sua situação, já que eles se percebem sob a guarda de pessoas sinceramente interessadas em sua melhoria pessoal. O fato de estarem sob a guarda de voluntários, pessoas que não recebem nada por seu trabalho, executando-o apenas por acreditarem em seu valor, deve provocar nos presos alguma mudança na forma como percebem o cumprimento das penas; principalmente, o fato de que neste grupo haja pessoas anteriormente vinculadas ao próprio grupo criminoso deve provocar uma surpresa ou um choque naqueles acostumados a um ambiente prisional no qual o inimigo é claramente o pessoal responsável pela vigilância. Permitir a entrada de

egressos nos quadros de trabalhadores voluntários da APAC parece ser uma forma importante de conseguir a adesão dos recuperandos aos procedimentos da instituição e de quebrar a força da identidade prisional entre os internos.

Foi comum durante o tempo em que eu permaneci trabalhando na sala do arquivo-morto, que alguns recuperandos entrassem para perguntar-me qual exatamente era o meu trabalho. Como não houve nada semelhante a uma apresentação formal da minha parte, eles não me conheciam e provavelmente ficavam curiosos, ou até mesmo desconfiados, com a minha presença ali. Houve um preso que entrou na sala, olhou-me de soslaio enquanto eu o cumprimentava sem obter resposta, observou a sala com muita atenção, olhando para todas as prateleiras e para o teto, como se nunca os houvesse visto antes, e simplesmente deu-me as costas e foi embora. Outro – exatamente aquele que conversara com o plantonista pouco tempo antes – e que estava mais próximo do comportamento exibido pelos outros presos, entrou na sala abruptamente e perguntou-me diretamente, mas sem qualquer hostilidade, o que é que eu estava fazendo ali. Eu expliquei-lhe meu trabalho, informando que entrevistaria algumas daquelas pessoas e ele respondeu: “Ih, metade desse povo já tá morto”. Eu respondi que de fato vários nomes nos livros tinham a palavra “falecido” escrita à frente. Ele comentou: “Isso é o que eles [da APAC] sabem. E o que eles não sabem? Só eu, desde que entrei aqui, já contei uns dez que morreram”. Depois disso, continuamos conversando por mais umas duas horas, principalmente em torno dos projetos que ele estava formulando para o futuro, quando deixasse a APAC. Falamos, além disso, sobre sua família e também sobre como foi preso pela polícia, contando-me inclusive como recebeu o tiro que causou-lhe a cicatriz da qual vangloriou-se para o plantonista. Eu sempre evitei, ao conversar com os recuperandos, perguntar-lhes por que haviam sido presos, seguindo o conselho que alguns funcionários deram quando fiz minha primeira visita, de procurar nunca saber o crime cometido pelas pessoas que eu conhecia. Sempre que algum preso contou-me seu crime, portanto, foi por iniciativa própria, pois tanto quanto possível eu tentava mostrar que não estava particularmente interessado em sabê-lo.

Enquanto eu conversava com ele, outro recuperando entrou na sala e perguntou-me se o carro estacionado à frente da APAC era o meu. Respondi que sim, e ele alertou-me para não deixar o vidro baixado, como eu o fizera por causa do

calor, já que assim eu permitia a algum ladrão que roubasse meu carro facilmente. Ele me pediu para que o seguisse até a calçada e fechasse adequadamente o vidro do carro, evitando assim qualquer problema. Então, nós três, os dois recuperandos e eu, fomos até lá e eu fechei melhor o vidro do carro. Todos os portões da APAC estavam abertos, escancarados mesmo, e os recuperandos entravam e saíam a todo momento. Talvez esse descaso com os portões se devesse à percepção de que não havia mais por que preocupar-se, já que o pior havia acontecido. Tanto é que os voluntários e plantonistas não fizeram qualquer objeção à nossa movimentação, o que pareceu-me bastante inusitado. Estava uma tarde de sol muito agradável e os dois recuperandos decidiram ficar ali na calçada para aproveitá-la um pouco, mantendo-me junto com eles durante uns quarenta minutos, nos quais ficamos conversando sobre banalidades. Em certo momento, um deles ofereceu-me um conjunto de rodas para o carro por um preço “baratinho”, mas eu recusei a oferta. Essa oferta foi feita com tanta naturalidade que eu me perguntei se o comércio entre presos e voluntários não era algo comum na APAC, apesar de proibido. Depois, como eu havia deixado todo meu material de trabalho na sala do arquivo-morto, e como eu achava que havia ainda muito o que fazer, decidi voltar para lá e continuar o meu trabalho. Pouco tempo depois, porém, o plantonista chamou-me na sala pedindo a chave e os cadernos do arquivo-morto para que o pessoal do escritório pudesse guardá-los, trancando o escritório, e depois fosse embora. Eram cinco e meia da tarde. Subi para os escritórios e despedi-me dos funcionários. Depois desci para despedir-me do plantonista. Ele estava em companhia do plantonista do turno noturno e estavam trocando de turno um pouco mais cedo (a troca se fazia comumente às 19:00h). Este plantonista noturno foi uma figura muito importante para meu trabalho, já que ele permaneceu ainda por muito tempo trabalhando na instituição, mesmo após seu fechamento. Ele era uma pessoa muito expansiva e conversamos bastante já neste primeiro contato. Conforme entendi naquele momento, ele havia cumprido um tempo de pena na APAC após o qual abandonou o alcoolismo e tornou-se pastor evangélico. Um voluntário, porém, disse-me que ele nunca havia sido preso. De qualquer forma, enquanto havia recuperandos na APAC, ele fazia as vezes de pastor da casa, prestando assistência religiosa àqueles que não fossem católicos. Também ele, como os outros membros da APAC, não se conformava com o processo pelo qual a instituição vinha passando. Ele afirmou que antes, a APAC tinha inúmeros

voluntários, duzentos ou mais. Naquele momento, este número encontrava-se reduzido a dois. Esta foi uma informação importante, cuja compreensão eu só pude alcançar mais tarde. A par com a desativação do regime fechado, os inúmeros voluntários da APAC começaram a abandonar a instituição por perceber que não havia mais o que fazer ali dentro. Além desse motivo, outros contaram na diminuição do número de voluntários. Entre eles, a percepção de que havia de fato corrupção na APAC, ou que a APAC, depois da saída de seu presidente, já não conseguia mais desenvolver um trabalho sério de recuperação dos presos por permitir-lhes demasiada “liberdade”. O plantonista criticou também o tipo de voluntário que aparecia por lá nos últimos tempos. Segundo ele, esses últimos voluntários apresentavam a tendência de tentar controlar o funcionamento da APAC. Certa vez, num domingo à tarde, durante seu turno, ele havia autorizado os detentos a fazerem um churrasco nas dependências da instituição. Cada recuperando tinha contribuído com uma parte do dinheiro, prática comum entre eles quando procuram resolver algum problema desse tipo. Quando realizei minha primeira visita à APAC, ouvi o relato por parte de um dos detentos de que o sistema adotado por eles para comprar o material de limpeza do prédio consistia em um deles passar de cela em cela arrecadando de cada um a quantia que eles pudessem ceder. Cinqüenta centavos de um, um real do outro, assim até terem reunido quantia suficiente para a compra do material. O churrasco, feito assim em conjunto, transcorreu sem qualquer incidente e depois de terminado não podia ser culpado por qualquer alteração na rotina do presídio. Os próprios detentos fizeram a limpeza do local. Mesmo assim, no dia seguinte, um dos voluntários que à época ainda trabalhavam na APAC resolveu ligar para ter uma conversa com ele. O objetivo da ligação era dar uma bronca nele por haver permitido a realização do churrasco. O plantonista contou-me, inconformado: “O voluntário perguntou: ‘Quem autorizou o churrasco?’, como se eu devesse explicações a ele”. Além disso, a culpa pelo que estava acontecendo com a instituição também era atribuída ao juiz. “Não se brinca assim com a obra de Deus”, ele ameaçou. “Todo poder vem de Deus”. Ele acreditava que, por ter ungido as portas da APAC, ela estava protegida por Deus e que ninguém ia mexer com ela.

Quando, dois dias depois, eu voltei à APAC, a situação estava já definida. A decisão tomada havia sido ratificada e não havia mais dúvidas de que, em um mês,

conforme me disseram os voluntários, a APAC tornar-se-ia um presídio feminino. Por isso, passei este dia com a sensação de despedida. Eu não tinha dúvidas de que aquela seria minha última visita à APAC na condição de pesquisador e pensava que talvez nunca mais voltasse a ver aquele prédio. Conversei sobre minhas inquietações com um voluntário que me recomendou que realizasse o trabalho em outra APAC. Essa era uma das saídas pensadas para dar continuidade ao meu trabalho com um grau mínimo de modificações. Outra saída seria pesquisar o surgimento e estabelecimento das práticas penais no novo presídio feminino que eu achava estar surgindo. Outra, ainda, seria pesquisar historicamente a memória dos recuperandos da APAC para traçar um quadro institucional das práticas aí desenvolvidas e de seu significado para os egressos da instituição. Enfim, a alternativa que me pareceu menos incerta naquele momento foi a de pesquisar outra APAC qualquer em caráter etnográfico e adaptar meu conhecimento do funcionamento da APAC de São José dos Campos a alguma outra APAC. Por isso, pedi ao voluntário o número de telefone e o nome para contato de funcionários de alguma outra APAC. Ele ofereceu-me os da maior APAC do Estado de São Paulo, a APAC de Bragança Paulista. Neste que eu pensava ser meu último dia como pesquisador da APAC de São José dos Campos, pude perceber três pontos interessantes a respeito de seu funcionamento.

Um primeiro ponto foi que, após o plantonista evangélico ter falado que o ataque à APAC era um ataque à obra do Senhor e ser incisivo quanto à idéia de que a continuação da obra da APAC era a vontade de Deus, alguns voluntários expressaram a opinião de que aquilo tudo era bobagem, era um exagero. O que se criticava, nesse momento, era o caráter exageradamente religioso de sua fala. Em parte isso pareceu-me refletir uma revisão das características fundamentalmente religiosas da instituição. Por outro lado, podia ser a reação de um grupo preponderantemente católico à presença do único elemento evangélico na agora restrita comunidade da APAC.

Um segundo ponto é que neste dia houve uma pequena comemoração pelo aniversário de cinquenta anos da presidente da APAC. Infelizmente, eu havia me ausentado da APAC para tirar alguns xerox e só voltei quando o bolo já havia sido cortado. Ofereceram-me um pedaço do bolo, recebendo-me festivamente quando eu entrei no escritório, dizendo em voz alta que eu havia chegado na hora certa. Todos riam e brincavam. A presidente disse que teria que sair para ir ao banco. Todos

protestaram, pedindo para que ela ficasse. Uma voluntária resolveu brincar com a situação dizendo que agora ela poderia sair mais tarde pois já havia ganhado o direito de entrar na fila dos idosos. A presidente olhou para a voluntária fingindo indignação e perguntou: “Você está me chamando de velha?”, e literalmente saiu correndo atrás dela, dando voltas pelo escritório com a mão direita levantada como se fosse dar-lhe umas palmadas. Esta cena foi motivo para muita zombaria e o clima de enorme descontração, com alguns dos recuperandos partilhando do bolo e dos refrigerantes junto com todos nós, fez com que eu revisse minha impressão inicial de rigidez hierárquica entre os funcionários da APAC. O clima de festa deve ser levado em conta, mas a cena com o cachorro ocorrida em minha outra visita fez-me crer que o relacionamento entre a presidente e os apaqueanos é mais livre do que supus, e que a inicial impressão de rigidez foi observada mais devido à situação – (1) um “forasteiro” em cena, eu, e a necessidade de impressioná-lo com a aparência de rigidez burocrática; (2) a postura frente a um recuperando infrator – do que em função de uma estrutura verdadeiramente rígida.

Uma última coisa é que dessa vez eu conversei também com a presidente e outros voluntários sobre o desmonte da APAC. Todos, todos os personagens da APAC percebiam nos eventos recentes um movimento de simples perseguição contra a instituição, causada por rixas pessoais do juiz, sem qualquer fundamentação legal ou científica. Todos viam neste processo motivações exclusivamente de ordem política (perseguição contra a alternativa que mostra a incompetência do sistema tradicional, manutenção da imagem do juiz que é dessa forma preservado das acusações de corrupção) e econômica (manter inabalado o sistema de propinas vigente e que era ameaçado pela APAC).

Capítulo 9. A retomada do trabalho

Talvez uma das coisas mais interessantes a respeito da prisão seja a forma como ela nega sistematicamente a possibilidade de conhecimento ao pesquisador interessado. Ao fazê-lo, ela mantém afastada das vistas externas os abusos que permite que tomem lugar em seu interior e constrói uma certa proteção ao redor de seus membros. Isso parece ser de interesse tanto para os agentes penitenciários quanto para os presos beneficiários da ordem prisional. Aos interessados em conhecer a realidade prisional, resta a chance de fantasiar hipóteses com base nos poucos fatos evidentes que lhes chegam às mãos e esperar pelo surgimento de novos fatos que ratifiquem ou não suas conclusões. Os fatos mais importantes na ordem prisional – daí a necessidade de proteção – constituem quase sempre peças criminais. As designações comumente dadas às formas mais corriqueiras de interação entre presos ou entre estes e os agentes penitenciários envolvem sempre uma designação jurídica persecutória: corrupção, tortura, suborno, tráfico, estupro. Há, é claro, as relações usuais e aceitas, que não precisam mais, ou ainda não precisam, ser escondidas. Essas relações envolvem em geral uma grande quantidade de violência, mas essa violência parece ser considerada necessária para a manutenção da ordem. Entre as práticas aceitas, encontramos desde as revistas abusivas aos parentes dos presos, ou o isolamento em solitárias ou celas-fortes, até a prática de manter nus os presos recém-rebelados enquanto se procede à revista às celas em busca de armas. Por si mesmos, não há diferenças entre esses dois tipos de práticas. A designação “criminoso” ou “não-criminoso” é variável e não comporta uma definição clara e universal. Permitir que nas considerações a respeito da vida prisional esses termos ocupem o papel de conceitos ou definições pode comprometer totalmente a validade de uma cadeia de idéias. Pois se queremos realizar a crítica da prisão, devemos começar por entender que não é um crime atentar contra a humanidade dos presos.

Um crime, em nossa sociedade, é uma ação que merece punição na forma de reclusão em estabelecimentos penais ou na forma de penas alternativas à prisão e que envolvem a idéia de compensação pelo mal causado à sociedade. A prisão, de uma forma ou de outra, é sempre o parâmetro do crime e a forma preferencial de punição; não é à toa que se diz de qualquer outro tipo de pena que ele é “alternativo”. Sendo a punição por excelência a pena de prisão, se considerarmos os abusos cometidos contra os presos como crimes, temos que defender a existência de prisões para os abusadores, e impedimos assim a possibilidade de criticar a prisão. Por isso, em nosso trabalho, não iremos em nenhum momento adotar a idéia de mostrar os crimes escondidos por trás do funcionamento do sistema penal. Para os fins deste trabalho, crime é algo que não existe por si mesmo.

Mesmo que adotemos este princípio, não podemos negar que, para compreendermos o funcionamento social, temos de levar em conta que, no senso comum, crime é uma entidade concreta, sólida, não apenas um conceito ou uma definição, mas algo que existe por si, como as pedras. O sistema penitenciário sabe disso muito bem e faz de tudo para esconder daqueles que estão fora os eventos que podem ser percebidos como crimes. É assim que, muitas vezes, somos impedidos de conhecer as prisões porque seus membros vêem a si mesmos como criminosos, como contrários à lei. A corriqueira relutância das instituições penais em aceitarem pesquisadores em seu interior é um ponto de contraste gritante com o que observei na APAC. Ali, parecia não haver medo algum de que eu descobrisse práticas desabonadoras da entidade. Minha aceitação deu-se de forma quase imediata e sem qualquer hesitação, o que mostra que minha presença ali não foi em nenhum momento vista como ameaçadora. Ou a APAC considera a si mesma como uma entidade idônea e sobre a qual nada há que se dizer, ou tinha muita certeza de que esses fatos, se existissem, não viriam à tona de modo nenhum. Durante toda a minha permanência na APAC, a única crítica que parecia ser levada a sério pelos voluntários, que defendiam-se dela o tempo todo, era quanto à imposição de uma prática religiosa aos presos. Mesmo assim, a APAC não escondia esse fato. Ela o explicava de diferentes formas conforme o interlocutor, interpretando-o ora como uma necessidade para a ressocialização do preso – objetivo acima de qualquer suspeita – ora como um elemento de menor importância no método, subordinado ao

objetivo maior da valorização humana – que também, por sua vez, era algo acima de qualquer suspeita.

Quando deixei a APAC de São José dos Campos pela última vez, acreditava estar encerrando meu contato com ela em definitivo. Alguns relatórios ou trabalhos com os quais tive contato informavam que havia quase cento e vinte APACs em funcionamento em todo o país, que se concentravam sobretudo no Estado de São Paulo. Por isso, imaginei que não haveria problema em descobrir uma APAC onde eu pudesse realizar minha pesquisa. Além disso, eu tinha a indicação de um voluntário de São José dos Campos que me instruiu a contatar especificamente dois funcionários da APAC de Bragança Paulista, uma APAC bastante conhecida e atuante e que provavelmente forneceria elementos importantes para a compreensão da dinâmica da participação comunitária no sistema penitenciário paulista. Eu acreditava que a indicação de um voluntário da APAC de São José dos Campos abriria portas para mim em qualquer outra APAC, já que São José dos Campos foi a matriz de todo movimento. Por isso, eu não tinha dúvidas de que o trabalho poderia ser desenvolvido a contento.

Qual não foi minha surpresa frente à recepção que tive em Bragança Paulista! Primeiro, não consegui falar com as pessoas que me tinham sido indicadas. Uma delas não tinha a menor idéia do que fazer frente a minha proposta de desenvolver um trabalho de pesquisa em suas dependências e a outra estava sempre ocupada demais para me receber. Finalmente, consegui um contato por telefone com o gerente da APAC¹ e enviei por fax um resumo de meu projeto de pesquisa, que, segundo ele, tinha que ser submetido à diretoria da entidade para avaliação antes de ser aprovado. Eu esperava que ele me desse uma resposta sobre o trabalho brevemente, mas o que recebi, ao invés disso, foi uma ligação da psicóloga da instituição dizendo que havia alguns problemas com relação ao meu trabalho e querendo saber exatamente do que ele tratava. Eu expliquei exatamente para ela o que queria fazer, esperando que pudesse responder satisfatoriamente às objeções que seriam talvez levantadas quanto a questões como o sigilo com relação às informações mais comprometedoras ou minha postura de não interferir muito no funcionamento normal da instituição. Mas não eram essas as suas preocupações. Ela queria saber se no meu trabalho eu traçaria

¹ Ao contrário da APAC de São José dos Campos, Bragança contava com funcionários remunerados e contratados, além de um gerente contratado responsável por administrar financeiramente a instituição.

considerações a respeito do Método APAC. Eu respondi que sim, na medida em que isso ajudasse a explicar os fatos que eu observava. Ela, então, alegou que não poderia permitir a realização de um trabalho como o meu porque ela mesma queria escrever sobre o método da APAC em um possível trabalho de Mestrado, para o qual ela ainda ia se candidatar, e se dava o direito de fazer uma “reserva de mercado” de informações, impedindo minha entrada na instituição. Eu fiquei tão surpreso por esta postura que não tive meios para reagir. Eu acreditava ser possível solucionar qualquer problema de ordem prática que impedisse minha entrada em instituições penais fazendo concessões, como por exemplo, abrindo mão de entrevistar determinados presos quando a administração achasse inapropriado, ou mesmo falando apenas com os presos cujo acesso me fosse permitido. Mas o que me pediam era para interditar um assunto, um tema, e isso eu não poderia fazer. Tive inúmeros contatos telefônicos com esta psicóloga, nos quais procurei fazê-la ver que este pedido era descabido, tanto quanto sua pretensa “reserva”, mas foi tudo em vão. Expliquei que a existência de um trabalho sobre determinado tema, principalmente ao nível de Mestrado, não invalidaria a realização de outro trabalho sobre o mesmo tema, já que seriam produzidos diferentes pontos-de-vista sobre o assunto, levando à realização de trabalhos necessariamente inéditos... mas nada demoveu sua proibição. Ela queria que eu esperasse até o final do ano (estávamos em setembro) para que ela tivesse certeza sobre seu ingresso ou não no Mestrado para só depois dizer se permitiria a minha pesquisa. Quando eu a informei sobre a necessidade de realizar a pesquisa o mais brevemente possível, devido tanto à bolsa que já havia sido liberada quanto aos possíveis prejuízos na obtenção de informações por uma demora muito longa, ela interpretou minha impaciência como “coisa de jovem”. Então, eu tentei por outros meios conseguir a liberação de meu trabalho. Primeiro, falei com o gerente para saber se a diretoria da APAC já havia recebido minha proposta. Ele respondeu que sim e que estavam apenas esperando o parecer das psicólogas e assistentes sociais para avaliar sua viabilidade. Esperei alguns dias sem resposta e então entrei em contato novamente com o gerente, procurando marcar uma reunião com ele para discutir face-a-face os problemas que envolviam a aceitação de meu trabalho. Ele relutou durante três dias em marcar esta entrevista, até que concordou em realizá-la, desde que fosse na presença de uma das psicólogas da APAC e de uma assistente social. Mesmo assim, eu concordei em participar da reunião, marcando-a

para depois de alguns dias. Um dia antes desta reunião, eu recebi uma ligação do gerente pedindo-me para adiá-la por mais dois dias, pois haveria, no mesmo horário da nossa, uma outra reunião com a diretoria.

No dia marcado, fui até a APAC para reunir-me com o gerente, a psicóloga e a assistente social. Quem permitia a entrada de visitantes era um carcereiro que ficava numa sala na entrada da qual estava escrito “Polícia Civil”. Ele indagou-me quem eu era. Expliquei que gostaria de falar com o gerente ou com a outra pessoa cujo nome havia recebido de São José dos Campos. Ele respondeu-me que o último não trabalhava mais lá. O gerente ainda não havia chegado do almoço. Expliquei-lhe ainda (toda essa conversa se deu por um interfone) que eu tinha uma reunião marcada para aquele horário e que o gerente logo deveria chegar. Perguntei-lhe se não haveria um lugar onde eu pudesse esperar por ele. Ele abriu-me o portão automático e instruiu-me a esperar no barracão ao lado. Esse barracão era onde as visitas permaneciam à espera de autorização para entrar. Como quinta-feira é dia de visitas, as prateleiras do barracão estavam abarrotadas de sacolas e bolsas, que são artigos proibidos dentro da APAC. Enquanto esperava, corri os olhos pelas paredes do barracão e descobri alguns avisos colados às paredes. Uns eram instruções aos visitantes sobre o que fazer com as bolsas e os presentes aos presos (Jumbos). A maioria, porém, eram pedidos escritos em tom ameaçador ~~para que~~ os visitantes mantivessem limpos os banheiros.

Após uns vinte minutos de espera, aproximou-se de mim um rapaz de ar humilde, mas bem vestido e desenvolvido para falar, aparentando estar bastante sem graça. Ele apresentou-se e informou-me que o gerente tinha ido almoçar. Como ele estava demorando para voltar, provavelmente havia se esquecido da reunião e não voltaria tão cedo. Eu demorei para esboçar qualquer reação, tamanha minha surpresa, e enquanto estávamos naquela situação desconfortável, o portão se abriu e entrou um fusca verde. O rapaz imediatamente animou-se e disse-me: “Você deu sorte, o gerente chegou”. O fusca entrou e foi até uma área reservada para o estacionamento, enquanto o rapaz correu atrás do carro encontrando-se com o gerente assim que este fechou a porta do carro. Os dois voltaram juntos mas o rapaz logo acenou para mim despedindo-se e voltou para dentro da APAC. O gerente aproximou-se, parou à minha frente, observou-me por alguns instantes e perguntou quem eu era. Ao ouvir minha resposta, na qual enfatizei que a reunião havia sido marcada para aquele dia,

ele abaixou a cabeça, coçando-a e dando um profundo suspiro, que eu interpretei como um “mais essa agora”. Ele havia se esquecido da reunião. Informou-me que a psicóloga havia sido demitida e que a assistente social não se encontrava, no momento. Como ele também estava ocupado no momento, não seria possível realizar a reunião. Ele convidou-me para entrar e deu-me uma pequena brochura com os estatutos e regulamentos da APAC, desculpando-se pelo acontecido. Despedimo-nos e eu dirigi-me até o carro. Recebi ainda do gerente a recomendação de voltar a entrar em contato daí a uns quinze dias, quando, quem sabe, poderíamos iniciar conversações, pois estavam ocorrendo alguns problemas envolvendo a diretoria da APAC e talvez neste prazo eles já estivessem resolvidos.

Não será realizada neste trabalho uma análise do funcionamento da APAC de Bragança Paulista, pois tal tarefa deve ser levada a efeito em trabalho futuro. Mas este breve contato serviu para me ensinar duas coisas. A primeira foi que a APAC de Bragança Paulista era muito diferente da de São José dos Campos. A forma como fui recebido nas duas instituições diferia bastante para que eu pudesse supor tratar-se de duas instituições completamente distintas na forma como se estruturavam. A existência de gerente contratado e de policiais era algo absolutamente impensável em São José dos Campos, da mesma forma que a existência de especialistas remunerados influenciando decisivamente nas decisões da diretoria. A segunda, que São José dos Campos e Bragança Paulista, apesar de partilharem a sigla, eram instituições bastante separadas, isoladas entre si. Por várias vezes eu citei os nomes de pessoas da APAC de São José dos Campos, mas eles pareciam não fazer sentido para meus interlocutores. Eles não significavam nada. Meus contatos posteriores com Bragança Paulista me mostraram que mesmo alguns de seus funcionários e voluntários mais antigos desconheciam o fato de que a APAC de São José dos Campos era a matriz de todas as APACs, sendo anterior à de Bragança Paulista. Aparentemente, os contatos entre as duas instituições se resumiram à ida de algumas pessoas de Bragança para São José a fim de conhecerem o método e à ida de voluntários de São José dos Campos para Bragança a fim de conhecerem seu sistema de trabalho industrial. Se é verdade que, como afirma Camargo (1984), a APAC de São José dos Campos realizou esforços para integrar todas as APACs no sentido de adotarem todas o mesmo método, excluindo até mesmo aquelas iniciativas cujo método de trabalho fosse igual mas cujas siglas fossem diferentes, esse meu contato

mostrou que o esforço para homogeneizar o método de trabalho, apesar da similaridade das siglas, falhou completamente.

Junto com meus esforços para ingressar na APAC de Bragança Paulista, procurei contatar outras APACs no Estado para verificar a possibilidade de desenvolver uma pesquisa em suas dependências. Curiosamente, não havia na APAC de São José dos Campos quem pudesse me informar acerca de outras APACs no Estado. Por informação da psicóloga de Bragança Paulista, soube da existência de uma APAC em Atibaia. Fui conhecê-la, mas seu trabalho ainda era muito incipiente, resumindo-se a um auxílio financeiro para a melhoria das condições da cadeia local e à realização de festividades religiosas, e não comportava, a meu ver, o desenvolvimento de uma pesquisa científica mais longa. Procurando por meio de listagens telefônicas, pude encontrar apenas mais uma APAC, em Ribeirão Preto, distante demais de mim para que fosse possível realizar algum trabalho sistemático². Em vista disso, restou-me apenas uma alternativa: voltar à APAC de São José dos Campos e desenvolver ali um trabalho diferente.

Durante alguns dias, tentei contatar a APAC por telefone para conversar com os voluntários sobre minha situação mas não obtive sucesso (tratava-se de prática comum na APAC, ao menos durante o tempo em permaneci observando-a, ignorar sistematicamente as chamadas telefônicas). Após um espaço de quase um mês com relação a minha última visita, fui para a APAC de São José dos Campos e recomecei o trabalho de levantar informações dos prontuários do arquivo morto. Como minha chegada deu-se de forma repentina, já que não tive a chance de conversar antecipadamente com os voluntários, todos ficaram surpresos em ver-me lá novamente. Tive que responder várias vezes à pergunta sobre por quê voltaria a trabalhar ali, sempre feita de forma gentil. A todas elas eu respondi dizendo que o trabalho na APAC de Bragança não era possível naquele momento devido ao tumulto causado pelas mudanças em sua diretoria.

Em vista das novas condições para meu trabalho, com o fechamento iminente da APAC e sua esperada transformação em presídio feminino, resolvi proceder a uma pesquisa histórica e institucional sobre a APAC calcada basicamente sobre os depoimentos que eu conseguisse colher dos egressos da APAC e sobre os

² Posteriormente, vim a conhecer uma APAC localizada na cidade de Araras, cuja existência, neste momento, eu ainda desconhecia.

documentos produzidos pela instituição. Por isso, continuei o levantamento de dados dos egressos a fim de posteriormente poder realizar as entrevistas. Além disso, decidi acompanhar a implantação da APAC feminina até onde me fosse possível, observando etnograficamente as relações entre voluntários e presas.

Durante minha primeira semana de trabalho na APAC, eu tive que lidar com o fato de que meu trabalho lá havia sido considerado encerrado em virtude de minha ida a Bragança. Uma voluntária, por exemplo, enquanto eu mexia nos arquivos dos egressos, entrou no quartinho onde eu trabalhava e cumprimentou-me efusivamente, deixando claro que era um prazer minha presença lá. Garantiu-me que eu poderia sentir-me à vontade para desenvolver meu trabalho. Tudo isso dito da forma mais carinhosa possível. Repentinamente, porém, ela mudou de atitude. Adotou um ar sério e, tentando manter o mesmo tom de voz que usara até o momento, perguntou-me, olhando bem nos meus olhos, qual, afinal de contas, seria o trabalho que eu iria desenvolver na APAC dali em diante. Antes que eu respondesse, ela garantiu-me que ele teria o apoio da instituição de qualquer forma. Eu expliquei que procuraria primeiramente fazer o levantamento do arquivo morto que eu havia interrompido anteriormente e que talvez eu fosse acompanhar a implantação da APAC feminina. Ela deu-se por satisfeita, assegurando-me novamente que eu teria todo o apoio que fosse necessário e que não me acanhasse na hora de pedir-lhe ajuda. Em geral, todos os funcionários reagiram dessa forma.

A partir de minha volta à APAC, o trabalho de levantamento que até aquele momento eu fizera principalmente em companhia de uma voluntária passou a ser levado adiante por mim mesmo, apenas. Eu não sabia até que ponto isso se devia somente ao fato de que agora eu já conhecia bem os prontuários ou também à insegurança da instituição quanto ao prosseguimento do trabalho, que pode tê-la levado a parar de investir tempo em ajudar-me.

A maior parte de meu tempo na instituição, logo que voltei a trabalhar lá, era despendido dentro do quartinho do arquivo morto, onde alguns milhares de fichas apodrecem devido às constantes infiltrações de água, ou são lentamente destruídas pela insistente trabalho das traças cujos casulos dependuram-se aos montes por sobre os arquivos, um verdadeiro oásis como *habitat*. Todos os voluntários eventualmente paravam para dirigir-me algum comentário irônico ou sério a respeito do enorme tempo que eu passava trancado naquele quarto. Alguns brincavam com minha

insistência, outros preocupavam-se com minha saúde. Ocasionalmente, algum dos detentos parava para perguntar-me alguma coisa. Eu aproveitava estas oportunidades, que eram raras, para inteirar-me de quem eram eles. Todas as vezes em que tive conversas de cunho mais pessoal, essas conversas eram iniciadas pelos próprios detentos. Isso parecia fazer com que eles sentissem confiança em aproximar-se de mim. Não todos eles, claro, mas os que o faziam sempre se mostravam francos e espontâneos, principalmente porque em momento algum, salvo raras exceções, eu lhes fazia diretamente qualquer pergunta pessoal.

O clima na APAC parecia mesmo ser de espera. Não observei nada da agitação que caracterizava seu cotidiano quando de minhas primeiras visitas. Apenas alguns detentos sonolentos assistindo à TV ou conversando nos corredores. Todos sabiam que sua permanência ali não duraria muito tempo. Neste período eu passei a notar uma grande deterioração das condições físicas do prédio no que se referia à limpeza e organização. Um ou outro detento mais aplicado realizava algumas tarefas essenciais de manutenção, como limpar o cômodo onde ficava o fogão, tarefa sempre realizada após o café da manhã, período em que o cômodo enchia-se de migalhas de pão. Outra ocupação negligenciada pelos presos era varrer o chão. Nem mesmo as poltronas da capela eram limpas, permanecendo sempre empoeiradas. O que notei foi que alguns detentos ajudavam a administração de forma sistemática, enquanto outros pareciam nem mesmo se importar com o que acontecia ~~ao redor~~. Ninguém sabia exatamente quando os detentos seriam transferidos de lá, mas todos sabiam que isso ocorreria brevemente. Alguns funcionários reconheceram, então e também posteriormente, que neste período os detentos não se interessavam mais pela APAC por causa da iminência de serem transferidos e que isso explicava a diminuição no ritmo de trabalho. E os poucos detentos engajados que se esfalfavam para manter a casa em ordem eram claramente insuficientes para suprir suas mais elementares demandas.

No primeiro dia em que voltei a trabalhar na APAC, alguns minutos após haver aberto a sala do arquivo morto, ou seja, um pouco depois das nove horas da manhã, fui chamado por um dos funcionários para tomar o café da manhã. Subi até a cozinha, um cômodo que até aquele momento eu ainda não conhecia. Era neste cômodo que ficavam o fogão e a geladeira, além de uma mesa com poucas cadeiras e um "buffet" para as louças. Ou seja, era ali que se preparavam e consumiam os

alimentos na APAC. Não havia, porém, qualquer ponto de água no cômodo. Não havia nem pia nem torneira. Toda a louça era lavada sem sabão, apenas com água, numa pia que ficava no térreo, no meio de um corredor. Isso obrigava os funcionários a descerem com toda a louça para poderem lavá-la. Para coisas pequenas e de emergência, como uma xícara para o café, utilizava-se uma torneira mais ou menos próxima ao cômodo mas que não dispunha de pia e ficava em meio a uma espécie de pátio no andar de cima. A torneira era bastante alta. Para que a água não escorresse, deixando molhado o chão do pátio, embaixo desta torneira havia um balde que era esvaziado sempre que a água ameaçava transbordar. Ele não impedia, porém, que os respingos da água encharcassem nossos sapatos sempre que utilizávamos esta torneira. Por este motivo, eu sempre procurava manter a maior distância possível da torneira, além de evitar usá-la a todo custo.

Isso já mostra o quanto a infra-estrutura do prédio era improvisada, o que parece opor-se diametralmente ao que observei na APAC de Bragança. Lá, ao menos pelo pouco que vi e me foi dito, toda a infra-estrutura foi planejada e executada com grande esmero. Aliás, comumente as APACs de São José dos Campos e Bragança são contrastadas pela baixa qualidade da estrutura da primeira em comparação com a excelência de construção da segunda, tanto quanto pelo relativo sucesso no trato com o preso conseguido pela primeira em comparação com os tropeços da segunda. Isso parece colocar a APAC de São José dos Campos, tanto aos olhos do pessoal de São José dos Campos quanto de Atibaia, em considerável vantagem frente à APAC de Bragança.

Como esta era a primeira vez que eu tomava o café da manhã na APAC, percebi-me um pouco desconcertado com a hospitalidade, aliás bastante costumeira, com que eles me trataram. Eles não deixaram que eu tivesse qualquer trabalho. O pão era torrado numa frigideira. Quem fez isso neste primeiro dia foi uma funcionária do escritório. Era necessário fazê-lo porque o pão era sempre do dia anterior, “pão amanhecido”, como se costuma dizer. O café da manhã consistiu, neste primeiro dia, de pão com manteiga e café. O pão que comemos era sobra dos pães que chegavam aos detentos. O pão já chegava para os detentos velho e amolecido. Eles o comiam assim mesmo. Os pães que sobravam eram postos num saco e consumidos posteriormente pelos funcionários. O pó de café neste dia foi levado por um plantonista. Como não era industrializado, o café acabou por ficar fraco demais. Isso

se repetiu nos outros dia. Como foi a funcionária quem requeitou o pão, outro funcionário cuidou de lavar as xícaras onde tomáramos café. Neste dia eu realmente não ajudei em quase nada. A única coisa que fiz foi lavar minha xícara após o café.

Enquanto havia detentos na APAC, o café-da-manhã repetiu-se dessa forma. Um dia, a presidente da APAC levou bolo e pão-de-ló. Nos outros dias, quem torrou o pão não foi a funcionária, mas um plantonista ou então um recuperando. Este recuperando era um rapaz negro, bastante jovem e cujo linguajar, já de início, chamou-me a atenção pela polidez, que destoava do restante dos recuperandos que eu conhecera. Depois, ele me contou que durante alguns anos freqüentara o seminário, até que, devido a problemas de orçamento da paróquia, apenas os que podiam pagar foram mantidos como alunos. O restante do pessoal foi dispensado. Seus estudos lhe possibilitaram uma considerável erudição. Ele era, de longe, o mais dedicado detento da APAC naquele momento. Era sempre ele quem limpava a cozinha e varria os corredores do andar de cima do prédio, além de, como já disse, ajudar com os pães.

Certo dia, eu estava mexendo com o arquivo morto quando ele entrou na salinha empoeirada para procurar um prontuário. O pedido para que ele o fizesse havia partido de um funcionário do escritório. O nome do egresso cujo prontuário ele procurava era José. O pessoal do escritório estava precisando da pasta com uma certa urgência. Eu logo imaginei o tamanho do trabalho que ele teria para encontrar aquela pasta. Havia várias centenas de pastas sob a letra J, boa parte das quais de “Josés”. Todas estavam completamente misturadas, de forma que o recuperando teria que olhar as pastas uma por uma. De fato, passamos a tarde toda juntos na sala, eu arrumando minhas pastas, ele procurando as dele. Ao final da tarde, perto do horário de fechamento do escritório, o recuperando terminou de olhar as pastas. Ele examinou todas as pastas mas não encontrou indícios sequer da que procurava. Muito nervoso e já bastante cansado pelo esforço da procura, ele subiu para os escritórios a fim de comunicar o fracasso de sua tentativa de achar a pasta. No final, todo seu esforço seria em vão. A pasta havia estado o tempo todo no próprio escritório, num armário ao lado da mesa do funcionário que solicitou a busca.

Um dia eu estava trabalhando nos arquivos quando um recuperando entrou na sala e perguntou-me sem rodeios o que é que eu estava fazendo. Eu expliquei sucintamente meu projeto para ele. Ele repetiu o bordão de que boa parte daquelas pessoas seria inacessível pois estava morta. Ele então começou a falar-me sobre a

APAC, provavelmente porque eu disse que queria entender como é que a APAC funcionava e o que os egressos pensavam de seu sistema. Esse desenvolvimento de nossa conversa foi curioso, pois ele pareceu desconfiado, a princípio. Quando perguntou-me o que é que eu estava fazendo, a impressão que tive foi a de que ele estava me “sondando”, ou seja, tive a impressão de que ele estava checando para saber se eu era confiável. Ele perguntou-me se eu era estudante de Direito e eu respondi que não, que estudava Psicologia. Depois disso ele começou a criticar a APAC de forma violenta. Disse que ele sempre havia ajudado “a casa”, mas que na hora em que o recuperando precisava de ajuda, ela simplesmente lhe virava as costas. Certa vez ele precisava sair para visitar um filho que estava internado. Pediu autorização para a diretoria e esta disse-lhe que seria impossível para ele sair naquele momento. Ele ficou revoltado e ameaçou evadir-se. De acordo com ele, um dos funcionários ameaçou transferi-lo se ele o fizesse. Mesmo assim, ele foi embora, sendo posteriormente advertido por isso. Depois de contar-me isso, ele começou a fazer acusações contra esse funcionário, acusações de caráter pessoal e desvinculadas do funcionamento da APAC. Ele parecia muito irritado. Disse que já havia trabalhado muito para a APAC mas que hoje ele não levantaria “uma palha” para ajudar a casa. Além disso, ele disse que não temia ser transferido porque tinha boas relações nos presídios, nunca havia “pisado na bola”. Essa fala é indicativa do modo pelo qual a APAC manipulava as transferências a fim de conseguir a cooperação dos recuperandos. Para muitos dos que estavam lá, a APAC era uma forma excelente de escapar à Cadeia Pública local ou aos presídios do sistema COESPE. Alguns dos recuperandos que conheci haviam sido transferidos para a APAC porque ela representava um local seguro onde presos de baixa periculosidade poderiam evitar eventuais vinganças perpetradas por inimigos de dentro do sistema prisional. Apesar de não haver qualquer indicação segura de que este fosse o caso da maioria dos recuperandos da APAC, a relativa ausência de violência em seu funcionamento parecia constituir um lugar privilegiado para aqueles que haviam transgredido o “código” prisional. A APAC, desde que assumiu o presídio Humaitá, não registrou sequer um caso de assassinato em suas dependências, uma exceção notável dentro do sistema penitenciário. Por isso, para alguns presos, ser transferido de volta para a Cadeia Pública podia representar uma real ameaça à vida. Também aqueles presos que ainda não estavam familiarizados com o sistema prisional pareciam preferir a

permanência na APAC, se não por outro motivo, ao menos pela percepção de que lá sua integridade física não correria grandes riscos; alguns recuperandos que ouvi falaram também da diferença com relação às condições físicas do prédio, muito melhores na APAC do que na Cadeia Pública. Por vários motivos, a transferência para a APAC era vista pelos presos como uma recompensa e era manipulada como tal, tanto pelos voluntários da APAC quanto pelas autoridades policiais e judiciárias da Comarca. Ser transferido da APAC era invariavelmente considerado uma punição – o preso transferido da APAC para o sistema tradicional era visto como sendo aquele que não se adaptou ao novo sistema, preferindo manter-se dentro do “mundo do crime”. Por isso, a APAC pedia a transferência de um recuperando quando ele cometia alguma falta mais grave, como uso ou tráfico de drogas, alguma falta indicativa de que ele não demonstrava vontade de “mudar de vida”, ou uma seqüência de faltas médias ou leves que indicasse a permanência de sua adesão ao crime. O sentido da frase do recuperando acima era a seguinte: ele queria mostrar para a diretoria da APAC que ele não tinha medo de ser transferido para o sistema normal pois não havia nada que o desabonasse frente aos presos que lá encontraria. Além disso, ele argumentou que sua pena estava mesmo no fim e ele não passaria muito tempo na Cadeia, de qualquer forma.

Vale a pena anotar que um dia apareceu por lá um repórter de uma rede nacional de TV querendo saber se não haveria a possibilidade de os voluntários indicarem para ele algum detento que servisse para um programa cujo tema seria a reunião entre o bandido condenado e sua vítima. Os episódios, ainda em estágio experimental, teriam todos este formato: uma vítima, cuja história seria contada aos espectadores, seria colocada numa sala à espera de seus agressores já presos. No momento em que os bandidos entrassem na sala, começaria a ser rodado o programa, propriamente, com a troca de palavras entre vítima(s) e bandido(s), uma troca de injúrias que, pode-se adivinhar, seria bastante unilateral. Curiosamente, o repórter deparou-se com um voluntário que tinha uma história pessoal que se encaixava perfeitamente no formato do programa. Ele trabalhava na APAC como catequista havia algum tempo já, e tinha um bom relacionamento com todos os presos da APAC. Um dos presos, porém, não mantinha bom relacionamento com o voluntário, raramente conversando com ele e mesmo evitando-o quase que abertamente. Um dia, este voluntário descobriu que o recuperando em questão era o bandido que o havia

baleado em casa uma noite, quase causando sua morte. Eles já eram amigos e mantinham contato com frequência. O voluntário ofereceu sua história ao programa, dizendo que, de resto, eles não poderiam ajudá-lo. O repórter pareceu interessado na história, dizendo que este seria como que um “outro lado da questão”. Ele foi embora naquele dia, porém, e nunca mais voltou à APAC. Vários meses depois, este programa foi de fato ao ar e podia ser acompanhado pelos telespectadores nas noites de domingo, seguindo o formato original.

É importante notar que neste período houve um esvaziamento ainda maior das atividades dos trabalhadores da APAC. Alguns, como os funcionários do escritório, permaneceram ainda por mais tempo na instituição. Outros, porém, começaram a abandonar lentamente suas atividades no presídio e eu pude notar como a presença de certas pessoas foi lentamente rareando ao longo do tempo, conforme a situação da APAC ficava cada vez mais indefinida. O processo de esvaziamento dos voluntários mais atuantes teve início neste período que antecedeu ao fechamento da APAC, quando tudo parecia estar em compasso de espera. Não havia, de fato, muito o que fazer ali naquele momento. Os voluntários permaneciam ocupados com tarefas de cuja natureza eu não podia sequer suspeitar, mas elas pareciam estar mais ligadas a questões burocráticas da administração do presídio do que a problemas relacionados com o contato com os presos. Aos poucos, o prédio foi sendo abandonado pela maioria dos trabalhadores, voluntários ou não, mas não me foi possível perceber este processo no momento em que ocorria. Somente muito tempo depois dei-me conta de que as pessoas que costumavam estar lá todo dia passaram a ir três vezes por semana, depois uma, depois, enfim, sumiram.

Capítulo 10. O fechamento da APAC

O fechamento da APAC ocorreu duas semanas após minha volta à instituição. Na madrugada da segunda-feira, dia 18 de outubro de 1999, os dezesseis recuperandos do regime semi-aberto ainda sob guarda da APAC foram transferidos para o Cadeião do Putim, em São José dos Campos, onde permaneceram durante algumas horas na triagem, e na manhã do dia 19 de outubro foram transferidos para Tremembé, Franco da Rocha, Mongaguá e Campinas. No dia 19, pela manhã, os familiares dos recuperandos dirigiram-se em desespero para a APAC, surpreendidos que foram pela notícia das transferências. Eles chegavam à APAC aos prantos, gritando por seus maridos, filhos, irmãos, querendo saber onde se encontravam. Alguns familiares nem mesmo sabiam das transferências e chegavam à APAC apenas para conversar com seus parentes, descobrindo naquele momento que eles haviam sido transferidos. O choque para essas pessoas era ainda maior. Os poucos voluntários da APAC que estavam ali naquele momento, três ou quatro, pareciam sinceramente empenhados em consolar os familiares dos recuperandos. Não havia, porém, muito o que fazer. A APAC não dispunha de uma lista do local para onde cada preso havia sido transferido, que só foi disponibilizada um ou dois dias depois. O que havia era uma lista das cidades para onde eles poderiam ter sido levados. Os funcionários recomendavam aos familiares que tivessem um pouco de calma, mas para aqueles mais exaltados eles diziam ser necessário entrar em contato com cada um dos possíveis locais de transferência e perguntar se a pessoa procurada estava lá. Como não foram avisados das transferências e não estavam sendo informados do paradeiro dos recuperandos, os familiares gritavam muito com os funcionários, acusando-os de descaso. Mesmo assim, os funcionários não perdiam a calma, parecendo ter uma paciência infinita com os familiares mais irritados. Alguns familiares pensavam que a APAC havia ordenado as transferências e mostravam

muita raiva dos voluntários e funcionários que estavam lá. Eles, então, explicavam pacientemente que não tinham qualquer relação com as transferências. Mesmo assim, muitos familiares não se convenceram. Frente ao fato irremediável das transferências, os familiares, freqüentemente ainda chorando, dirigiam-se ao dormitório do semi-aberto, agora desocupado, para procurar pelos pertences dos recuperandos. Por alguma razão, tudo estava em completa desordem no dormitório. Roupas, cadernos, objetos de higiene pessoal, tudo estava espalhado pelo chão ou pelos beliches de forma que era quase impossível saber a quem pertencia cada coisa. Por isso, a penosa tarefa de buscar os pertences redundava quase sempre infrutífera, e os familiares iam embora sem levar nada, ou levando alguma peça de roupa ou objeto que eles nem mesmo tinham certeza de pertencer a seus parentes. Alguns familiares nem se deram ao trabalho de procurar, preferindo ir embora para talvez ter alguma privacidade neste momento de dor. A situação era tão tensa que surpreendeu-me ver uma mulher conversar calmamente com os voluntários sobre a transferência de seu marido. Sua calma era um gritante contraponto ao descontrole geral.

Eu pude ver em relance, já neste primeiro dia, nos momentos em que não havia familiares de recuperandos na APAC, o que seria a rotina da instituição no próximo mês, em que o prédio permaneceu completamente vazio. Pairava um silêncio de morte sobre seus corredores. Como já não havia mais ninguém a quem vigiar, os plantonistas não tinham trabalho e ficavam andando pelos corredores, sem destino certo. Não havia cadeados e os portões ficaram abertos o dia todo. O prédio estava definitivamente desocupado. Mesmo assim, à noite, o plantonista noturno compareceu à APAC para fazer a guarda do prédio vazio.

O painel de controle diário do número de presos, afixado na recepção, ainda marcava a presença de 16 recuperandos no regime semi-aberto. Durante muitos meses ele permaneceu intacto, marcando sempre a mesma cifra.

No dia seguinte à desocupação do prédio, a presença de voluntários na APAC já era muito menor. Não só os plantonistas faziam turnos agora, mas também os funcionários do escritório, que se revezavam para mantê-lo aberto por mais tempo. Durante o tempo em que a APAC permaneceu vazia, essa rotina prosseguiu de forma sistemática, o que reduziu a presença de funcionários a no máximo dois ou três ao mesmo tempo, além da presença de outros voluntários que esporadicamente iam até

lá. Durante todo o período em que o prédio ficou desocupado, eu continuei trabalhando principalmente no levantamento de informações do arquivo-morto.

Durante este período de fechamento, e mesmo depois dele, para mim os principais personagens da instituição foram os plantonistas. Havia sempre um plantonista na APAC que se revezava com outros dois em turnos de doze horas. Às vezes, havia mais de um plantonista ao mesmo tempo, já que, além de vigiarem o prédio, eles também executavam serviços de limpeza ou faziam pequenos reparos no prédio, desempenhando serviços de pedreiro ou eletricitista. Como eles circulavam pelo prédio todo e o quarto onde eu trabalhava era distante do escritório, onde havia alguns funcionários, eu conversava muito mais com eles do que com qualquer outra pessoa da instituição. Por isso, muito do que ouvi neste período foi-me dito por eles.

Logo nos primeiros dias, pude ouvir um plantonista mostrar preocupação com relação ao seu futuro. Além da renda que conseguia na APAC, não tinha mais com que viver. O esvaziamento do prédio era, para ele, motivo de preocupação, já que a ausência de presos fazia reduzir ainda mais a já escassa verba da Associação.

Com o prédio vazio, não havia muito o que vigiar. Por isso, um dos plantonistas permanecia o tempo todo nos escritórios ou então nos fundos do prédio, cuidando de arrumar o dormitório do semi-aberto que estava ainda bastante bagunçado. Alguns dias depois das transferências, eu estava trabalhando no arquivo-morto quando ouvi batidas na porta da frente do prédio. Depois de alguns instantes, ouvi vozes femininas chamando do lado de fora. Ninguém atendeu. Elas permaneceram por alguns minutos do lado de fora, chamando, mas o plantonista não foi atendê-las. Então, fui até lá para ver se eram voluntárias. Pela grade da porta, elas me disseram que eram repórteres de uma rede de TV. Eu pedi que esperassem e fui procurar o plantonista, que logo desceu do escritório, apressado, para atendê-las. Logo mais chegaram outros repórteres e ainda o delegado, que levou os repórteres para olharem as dependências da APAC e discutirem a reabertura do presídio. Pelo que ouvi da conversa, o delegado condicionava a reabertura tão somente à realização de reformas estruturais no prédio que resolvessem alguns de seus problemas mais sérios, como pontos de infiltração de água e ausência de grades em determinados lugares. Uma das constatações da equipe que vistoriou o prédio e cujo relatório foi usado como argumento para o fechamento do prédio foi a ausência de grades no teto da sala de conferência. Eu não podia imaginar aquele teto altíssimo, que, apesar da

simplicidade de seu acabamento, dava à sala um ar majestoso, coberto por rudes teias de aço.

Alguns dias depois das transferências, também, eu comecei a ouvir por parte dos funcionários as primeiras reclamações de descaso com relação aos outros funcionários. Um dos plantonistas reclamou por estar sozinho na portaria da APAC o que, devido ao entra-e-sai de pessoas, não deixava tempo para que ele pudesse arrumar o dormitório do semi-aberto. Outro plantonista disse que todos estavam nervosos e que ele não agüentava mais ter que acalmar todo mundo. Ele fez uma distinção interessante entre os membros da APAC, dizendo que aos voluntários ele concordava em agradar e suportar, porque essas pessoas dispunham de seu tempo para ajudar as obras da casa. Aos outros, não. Ou seja, ele mesmo estabelecia uma distinção entre voluntários e não-voluntários, baseada no critério do pagamento. Essas reclamações, principalmente quanto à manutenção do prédio, foram se tornando mais freqüentes conforme a limpeza começou a deixar a desejar. Era obviamente impossível para os funcionários proceder à limpeza de todo o prédio, ainda mais porque apenas os plantonistas e alguns funcionários do escritório pareciam se dedicar a esta tarefa sistematicamente. Mas esta situação progrediu no sentido de formar nos funcionários a percepção de que os outros estavam negligenciando suas tarefas e por isso o prédio estava tão abandonado.

Às vezes, devido ao abandono do prédio, eu era confundido por eventuais visitantes com um membro da APAC, já que eu era a única pessoa a ocupar uma determinada ala do prédio. Eles se dirigiam a mim para obterem informações que eu era claramente incapaz de fornecer. Como não havia ninguém na portaria, às vezes eu mesmo ia atender a algum chamado do lado de fora, principalmente quando eu reconhecia na voz que chamava um dos voluntários da APAC. Houve também visitantes que, depois de conversarem com alguém no escritório desciam e, encontrando o portão fechado, vinham perguntar para mim se podiam abri-lo para sair.

O enorme tempo disponível para os funcionários permitia-me conversar bastante com eles. Em geral, essas conversas giravam em torno de assuntos pessoais, mas eventualmente eles procuravam me explicar como era o funcionamento da APAC e se inteirar sobre o que minha pesquisa queria investigar exatamente. Em certo momento, um dos plantonistas disse-me que os policiais que procederam à

desativação do regime fechado da entidade vieram de São Paulo, na verdade, com a intenção de prender alguns funcionários da APAC, alegando facilitação de fuga. Como eles não encontraram nenhuma irregularidade entre os funcionários e voluntários da APAC e não tinham como acusá-los, resolveram levar embora os recuperandos do fechado, quase como uma vingança. Para ele, os policiais da APAC só levaram embora os recuperandos do fechado para não “passarem vergonha”. Na sua forma de expressar-se, ele disse que “o diabo veio correndo lá de São Paulo, chegou na APAC e não teve meios de prejudicar a obra de Deus. Então, para não passar vergonha, ele levou embora os recuperandos do fechado”.

Outro plantonista contou-me que antigamente ele tinha que ir atrás dos recuperandos que fugiam da instituição. Às vezes, ele passava uma semana inteira investigando o paradeiro do fugitivo, entrando em contato com seus familiares e conhecidos, dizendo para eles o aconselharem a se entregar para a APAC. Por vezes, era necessário usar de uma certa força para levar o fugitivo de volta à instituição. Essa extrapolação do papel de plantonista, que é basicamente o de realizar a vigilância do prédio, está prevista no regimento interno da APAC e mostra que, no momento em que a associação passou a administrar o presídio, ela passou a ocupar espaços anteriormente reservados para a polícia. A prisão nas sociedades capitalistas podem ser vistas, de acordo com Foucault (1991) como instituições paralelas às jurídicas, instituições que adquirem um poder separado do jurídico. No momento em que a APAC passa a administrar o presídio Humaitá, ela toma para si o poder que se concentra nas mãos dos diretores de presídios, que é o ~~poder de aplicar~~ poder de aplicar sanções que interferem na vida do criminoso dentro da prisão. Os funcionários da APAC tinham o poder de trancafiar um preso do regime semi-aberto suspeito de cometer determinada infração até que a infração fosse investigada. A escala de recuperação da APAC, por exemplo, é um poder dado à instituição de interferir na vida do condenado de uma forma que só se espera que o Estado possa fazer. Por isso, é muito difícil entender como se explica a posição da APAC no sistema penitenciário paulista. Ela concentra funções que se espera sejam exclusivas da polícia. O exemplo dos plantonistas serve como ilustração dessa enorme concessão feita pelo Estado, que naquela Comarca especificamente abriu mão de uma de suas mais importantes funções.

Também a escolta a presos que iam ao médico ou ao Fórum era feita por voluntários ou plantonistas. Um plantonista contou-me que ele e um voluntário estavam sob processo por facilitação de fuga. Uma quadrilha resgatou um recuperando aleijado que estava sob escolta dos dois. Eles estavam andando pela rua com o recuperando quando foram cercados por um carro e vários homens armados que os renderam, puseram o recuperando dentro do carro e partiram em disparada. O fato de terem perdido um recuperando que tinha sérios problemas para se locomover foi motivo de gozação na APAC, pelo que me contou. Mas o pior foi terem que enfrentar a perseguição do promotor. Não havia qualquer evidência de facilitação de fuga envolvendo esta escolta. O único problema foi que, em um depoimento, o plantonista falou que o carro usado no resgate era azul e no outro ele falou que era verde. Era sobre isso que a promotoria baseava sua acusação por facilitação de fuga. Havia a possibilidade de entrar em acordo com a promotoria, mas frente à falta de evidências, os dois optaram por prosseguir com o processo. Além disso, o voluntário pretendia ser juiz um dia e se constasse qualquer processo contra ele no qual não tivesse sido absolvido, ele temia que isso nunca fosse possível.

Às vezes, um dos plantonistas, enquanto conversava comigo no quarto do arquivo-morto, olhava algumas pastas que eu estava lendo e reconhecia os egressos cujas fotos ficavam às vezes dispostas na frente do envelope. Este plantonista era capaz de reconhecer quase todos os egressos pela foto. Um dia ele contou-me a história de um desses egressos, que o plantonista conheceu durante uma de suas visitas à Cadeia Pública da Comarca. O preso era um negro alto e forte que, no fim, deu muito trabalho durante sua estada na APAC. Este preso pediu para que o plantonista intercedesse junto ao juiz para ser transferido para a APAC. O plantonista o fez e disse que “arrumou para a cabeça”. O rapaz era aleijado porque, enquanto estava preso, resolveu brigar com um policial e apanhou muito, até quase não conseguir se mexer mais. Ao entrar na APAC, ele começou a fazer fisioterapia e, assim que começou a se recuperar, ele passou a agredir os outros presos, dizendo que lá todo mundo era “folgado” e que ninguém era “malandro de verdade”. Ele teve de ser transferido de lá para não agredir mais os outros recuperandos e, ao sair, ele ainda xingou o plantonista por tê-lo levado para lá, como se a culpa fosse dele. Este recuperando saiu dizendo que o lugar dele era na cadeia mesmo, que lá é que tinha malandro de verdade e não na APAC, onde só há “bundões”. O plantonista avaliou o

preso como “psicopata” e explicou-me que ele ficou tão envolvido pelo ambiente da cadeia que não conseguia mais tirá-la da cabeça, não podendo, então, adaptar-se à APAC. Essa forma de entender a impossibilidade que alguns presos mostravam de se adaptar ao ambiente da APAC era bastante comum. Devemos aqui ressaltar a indicação de que o recuperando em questão obteve atendimento fisioterápico, coisa incomum em presídios paulistas. Se isso não serve para provar que a APAC dispunha de boa infra-estrutura para cuidar dos presos, ao menos mostra que, nesse sentido, ela era capaz de cuidar de aspectos do bem-estar do preso constantemente negligenciados no sistema tradicional. Quanto aos “direitos humanos dos presos”, a APAC mostrava em várias situações uma preocupação aparentemente sincera e ativa, o que pode dar indicações de que, quanto ao bem-estar físico do preso, é possível encontrar soluções dentro mesmo do sistema carcerário, sem que seja necessário modificá-lo de forma mais ampla. Quanto à questão da inadaptação deste recuperando ao sistema APAC, uma das razões pelas quais os voluntários e plantonistas achavam que alguns presos não eram capazes de seguir o método APAC dizia respeito justamente a sua adaptação ao ambiente carcerário. Esses presos, na opinião da APAC, tinham dificuldades para aceitar a rotina da APAC porque mostravam dificuldade para abandonar a prisão. Essa dificuldade seria a mesma se eles fossem colocados na rua na condição de homens livres. Esses presos mais recalcitrantes eram o grande problema da APAC. Essa forma de explicar o fracasso da APAC em certos casos é indicativa de como a instituição via o sistema carcerário tradicional. Para os membros da APAC, ela era um lugar à parte do restante dos presídios do Estado. Inicialmente, não é possível dizer *a priori* de que maneira a APAC modificou a relação entre presos e presídio sem se proceder a uma pesquisa mais ampla de seu cotidiano. Mas qualquer observador ocasional podia perceber desde o início a ojeriza que a APAC mostrava frente ao que ela mesma chamava de “sistema penitenciário vigente” ou “o que se faz convencionalmente” em termos penitenciários no Brasil. A APAC não só vinha com a tarefa de recuperar pessoas que haviam transgredido a lei, mas também com a tarefa de consertar os inúmeros erros do sistema penitenciário vigente, através dos quais ele agravava a situação desses homens e mulheres. Um desses erros foi apontado acima, o de condicionar os presos ao ambiente carcerário de tal forma que, em certas ocasiões, eles não conseguem se adaptar a qualquer outro lugar.

Mesmo curta, a passagem acima mostra também alguns aspectos da relação entre os presos e a APAC que contraditam uma opinião geral de que a APAC servia de consolo para os presos da Comarca. Para aqueles presos mais identificados com a cultura carcerária, a APAC era um lugar para desertores. “Malandro” de verdade deveria ficar na cadeia junto de seus “irmãos”. Para a “malandragem”, aderir ao método APAC significava abandonar a vida do crime, o que era visto como uma espécie de traição. Para esses presos, a APAC era um lugar desprezível. É comum que haja diferenças entre os presos conforme eles passem do regime fechado para o regime semi-aberto. Se há contato entre esses dois grupos, os presos do regime fechado procuram obter produtos proibidos através da colaboração dos presos do semi-aberto, que têm liberdade para deixar o presídio. Se esses últimos não colaboram, por medo, talvez, de serem punidos com regressão de regime caso sejam descobertos, os primeiros tendem a considerá-los inimigos e traidores [por isso, dentro da APAC, que contava com os dois regimes, não havia contato entre presos do fechado e do semi-aberto]. Na Comarca de São José dos Campos havia também uma certa rixa entre alguns presos do Cadeião e os do sistema APAC, simplesmente porque os últimos tinham necessariamente que colaborar com o sistema e, por isso, por abandonarem a “malandragem”, eram vistos como pessoas desprezíveis. Mesmo assim, é inegável que para uma boa parte dos presos do Cadeião a APAC era um sonho, um objetivo a ser alcançado. Tanto é que tornou-se prática comum dos presos da Comarca mandarem cartas para o presidente da APAC, Mário Ottoboni, pedindo para serem transferidos para lá. Nessas cartas, geralmente os presos alegavam que haviam mudado de vida e estavam querendo apenas uma oportunidade para mostrarem que haviam se regenerado. Os presos escreviam que já não usavam drogas havia tantos meses, que estavam querendo regularizar sua situação matrimonial (a oficialização das uniões conjugais era considerada, na APAC, sinal de disposição do preso para a ressocialização), que desejavam obter trabalho honesto assim que saíssem da prisão, etc. O arquivo-morto da APAC era um depósito de cartas deste tipo.

Um dos plantonistas da APAC, que freqüentemente conversava comigo durante meu trabalho, vendo essas cartas anexadas aos prontuários dos presos, disse que uma boa forma de diminuir o tamanho do arquivo-morto da APAC, facilitando o levantamento de informações, era destruir essas cartas. Ele já havia proposto esta

idéia para os outros funcionários, mas eles achavam que essas cartas eram importantes. O plantonista desdenhou dessa opinião. Para ele, essas cartas eram mentiras escritas pelos presos para obterem a condescendência do presidente da APAC; dessa forma, elas eram inúteis para a entidade, além de não terem nenhuma importância processual. A essas cartas, o plantonista aplicava um termo cujo sentido era claro: “orelhada”.

A confusão com relação ao fim da APAC ganhou terreno neste período em que a instituição ficou fechada. De fato, causava surpresa o fato de ainda haver pessoas trabalhando no prédio mesmo estando ele completamente vazio. As próprias pessoas que trabalhavam na APAC não escaparam a esta confusão. Certa vez, um plantonista me garantiu que a APAC tinha acabado. Ele disse que o nome seria mudado para “Presídio Humaitá” e que a entrada atual talvez fosse fechada e voltasse a ser usada uma antiga entrada, da época em que ali ainda era Cadeia Pública, entrada esta localizada na delegacia adjacente e que naquele momento estava fechada com tijolos. Quando o plantonista disse que a APAC havia acabado, ele enganou-se e não se enganou. Enganou-se porque a Associação, como tal, só pode ser desfeita por seus membros. O fato de dizer que o nome seria mudado para “Presídio Humaitá” mostra que ele estava confundindo a Associação com o prédio, confusão bastante comum naquela época devido à ligação quase imediata que se fazia entre o prédio e o nome da associação – para muita gente, ali *era* a APAC. Mas ele não estava enganado na medida em que expressou a percepção da profunda transformação que estava se operando na própria associação. De forma semelhante, para alguns voluntários, Bragança Paulista não era APAC *de verdade*, apesar de, oficialmente, adotar a mesma sigla. Sua fala representa o reconhecimento de que, fosse qual fosse o destino do prédio, a entrada da polícia em suas dependências tornaria impossível a realização de um trabalho semelhante ao que se fazia antes. Para ele, provavelmente, APAC era a instituição que ele havia conhecido durante mais de quinze anos, uma instituição que não precisava da ajuda da polícia para trabalhar, que, em seu conjunto, tinha um modo de operar próprio e independente dentro do sistema penitenciário da Comarca. Ter que colaborar com a polícia significava uma transformação nas atividades da própria instituição e, nesse sentido, a destruição dos valores que ela defendia. Por isso, apesar de ele aparentemente não ter clareza quanto

a esse aspecto, ele expressou uma percepção adequada das transformações na instituição.

A falta de trabalho e a solidão pareciam afetar bastante os funcionários. Eles, durante este período, estavam sempre brigando entre si, discutindo por banalidades, sempre pareciam estar de mau-humor. Eu mesmo sentia-me muito sozinho durante este período em que minha principal preocupação era acabar o levantamento dos dados do prontuário, tarefa que me obrigava a permanecer por várias horas trancado no cômodo em meio aos papéis. Não havia praticamente qualquer movimentação no prédio, nada que lembrasse sequer a pequena movimentação de pessoas no período em que ainda havia os presos do semi-aberto. Naquela época, a impressão que eu tinha era de tranqüilidade. Agora, era de abandono. A APAC estava sem ar. Como eu ainda não sabia nessa época que a relação entre número de presos e pagamento dos funcionários era quase imediata, comentei com uma funcionária do escritório que talvez esta fase não fosse totalmente ruim, já que eles poderiam descansar das atividades estressantes do escritório. Ela refutou minha observação, não mencionando o salário. Disse que era pior não ter nada para fazer do que ter muito trabalho e também disse que estava muito cansada, apesar da ausência de trabalho. Pela sua fala, entendi que a motivação dos funcionários esvaía-se por entre os dedos.

Também houve neste período o início do que deveria ser uma grande reforma no prédio com o objetivo de aparelhá-lo para receber as presas que logo deveriam aportar ali. A Prefeitura Municipal financiou a pintura da fachada do prédio, que adquiriu as cores dos outros prédios municipais, como a delegacia adjacente e a biblioteca. A cor era um salmão que veio substituir o azul e o branco, as cores tradicionais da APAC. O respeito à cor era tão grande que mesmo as APACs de Bragança Paulista e Atibaia seguiam o azul e o branco da APAC mãe. A Prefeitura parece ter sofrido mesmo uma certa pressão para realizar esta pintura. Em um artigo de jornal, a realização do trabalho foi ligada diretamente a certas reclamações contra a péssima aparência do prédio, que prejudicava a imagem do centro da cidade na região próxima ao Banhado. Por outro lado, os funcionários e voluntários da APAC entenderam este gesto da Prefeitura como um favor, aproximando-os do objetivo de reabrir o presídio. Isso não quer dizer que eles tenham gostado do resultado. Como a pintura alterou as cores do prédio, eles sentiram que ela havia ferido um ponto importante da identidade institucional. Além disso, a pintura apagou o querido

emblema da APAC que identificava externamente o prédio com a instituição. Mesmo em fotos mais antigas do prédio, este emblema já se encontrava na mesma posição, desenhado do mesmo jeito. Os membros da APAC sentiram como um golpe também esta modificação indesejada da fachada do presídio, que a assemelhava agora mais a um prédio da Prefeitura do que a uma APAC. A presença da Prefeitura neste tipo de atividade mostrava uma coisa importante a respeito da APAC, que era o fato de que a instituição não tinha dinheiro para suas mais elementares necessidades. Havia uma grave crise financeira na APAC. Se não fosse por isso, talvez fosse possível à instituição proceder às reformas necessárias no prédio em convênio com o Governo estadual. Como estava sem recursos, porém, a APAC dependia inteiramente da boa vontade do poder público, que parecia não ter pressa para realizar as reformas.

Por sugestão dos funcionários, eu acabei deixando de trabalhar no cubículo empoeirado que guardava os prontuários e onde eu vinha trabalhando desde o começo. A poeira já estava começando a irritar meu nariz, de fato, e eu comecei a temer por alguma complicação. Tudo o que eu queria evitar era sair desta fase da pesquisa com alguma alergia. Foram os funcionários que me alertaram para este perigo. Certa vez, uma funcionária ofereceu-me sua sala para trabalhar. A diferença que senti foi brutal, para melhor. Sua sala, porém, não oferecia condições adequadas para meu trabalho. Era limpa demais e todo o tempo eu ficava preocupado em não sujar sua mesa com os envelopes empoeirados com os quais eu trabalhava. Além disso, nem sempre a sala encontrava-se aberta. A partir deste dia, porém, eu deixei de trabalhar como antes. Primeiro, improvisei uma máscara com lenço e elásticos para proteger-me da poeira, mas esta invenção mostrou-se pouco prática. Depois, eu consegui uma máscara cirúrgica com a qual passei a trabalhar. Por fim, um plantonista sugeriu que eu desocupasse a mesa da capela, onde eram celebradas as missas, e trabalhasse lá. Eu acatei a idéia imediatamente e, na verdade, ele mesmo providenciou que a mesa, coberta por retalhos, barbantes, pedaços de madeira e outros objetos usados pelos presos para confeccionar produtos durante suas atividades manuais, ficasse limpa. Ele simplesmente jogou tudo no chão e empurrou depois para um canto. A capela continuou bagunçada, mas ao menos eu tinha espaço para trabalhar. Isto acrescentava um aborrecimento ao trabalho, que era o de ter de levar e trazer todos os prontuários que eu examinava do cômodo do arquivo-morto para a capela, e vice-versa, mas livrava-me, ao menos, da poeira.

Não era só a só a capela que estava completamente suja. Toda a APAC encontrava-se realmente como que abandonada. As cadeiras e mesas cobertas de poeira, o chão sujo, as paredes descascadas. Eu pude presenciar inúmeras brigas entre os funcionários da APAC motivadas pelo descaso com a limpeza dos escritórios. Muitas vezes as reclamações diziam respeito ao fato de alguém haver deixado alguma sujeira jogada de forma imprópria nas salas. A maioria das vezes, porém, as reclamações eram do tipo “só eu me preocupo com a limpeza por aqui”. Aparentemente, a limpeza era tarefa dos detentos. Um dia, alguns plantonistas me contaram que a ala fechada do prédio era pintada parcialmente quase toda a semana, o que totalizava umas cinco ou seis pinturas completas por ano, sempre patrocinadas e efetuadas por recuperandos. Eles citaram um recuperando que era motivo de chacotas pois passava obsessivamente os dias a limpar as paredes da APAC com um paninho até que elas estivessem “brilhando”. O presidente da entidade conhecia a situação e às vezes brincava dizendo que as paredes não estavam limpas. O rapaz ficava realmente preocupado e corria para limpar mais uma vez o local apontado por ele. O fechamento da APAC trouxe uma crise às atividades de manutenção do prédio, isso é o que deve ser ressaltado, que foi se agravando cada vez mais conforme aumentava o tempo em que a APAC ficava fechada.

Aproveitando que a APAC estava fechada, deixei um dia de ocupar-me do arquivo-morto para tirar fotos do ambiente fechado da APAC. Andar por aqueles corredores abandonados completamente só, procurando coisas interessantes para fotografar foi uma experiência fascinante. Era possível adivinhar vida naqueles corredores e celas, quase podia ver os antigos recuperandos varrendo o chão ou limpando as paredes. Eu poderia ter a impressão de um museu, mas não foi isso que senti. Eu sabia que aquilo tudo estava apenas adormecido, prestes a se levantar novamente, por isso senti que a APAC era uma parte do mundo que estava em suspensão, apenas esperando para ser trazida de volta à vida e, enquanto esperava, agia da forma mais econômica possível, com um mínimo de atividade. Enquanto andava por seus corredores, notei, próximo à saída da ala fechada, uma pequena inscrição sobre a porta que me inspirou um profundo espanto. Estava escrita de forma muito discreta a palavra “saída”, com uma seta indicando o corredor que dava passagem para a recepção. Repentinamente eu me dei conta de que uma inscrição como aquela não podia estar dirigida para os recuperandos. Esta sinalização só me

parece ter sentido se levamos em conta que foi feita para um visitante. Os presos necessariamente conheciam bem demais as dependências da prisão para necessitarem disso. Mesmo sendo pequeno, a arquitetura do prédio da APAC era labiríntica o suficiente para provocar uma certa desorientação num eventual visitante. Essa inscrição me fez pensar que a APAC não só era uma instituição fechada, cujo objetivo era enclausurar presos, mas também uma instituição voltada para fora, que necessitava, por uma razão qualquer, espalhar seu trabalho, divulgá-lo e promover o contato da comunidade com os recuperandos em seu interior. Se não fosse costumeira a entrada de visitantes nas dependências da APAC, não faria sentido colocar tal inscrição em sua parede. Posteriormente, um egresso contou-me que havia presença de visitantes na instituição com frequência quase diária, o que confirmava minha observação. O trabalho da APAC, portanto, parecia ter dois destinatários principais, lutando em duas frentes simultaneamente: por um lado, era um trabalho voltado para os presos, na medida em que eles eram o objeto da instituição e era a essa população que a APAC pretendia transformar com suas práticas socializadoras. Por outro, voltava-se também para a comunidade, na medida em que dependia da existência de sócios-voluntários que acreditassem no valor de sua proposta e continuassem contribuindo, senão financeiramente, ao menos com seu trabalho, para a existência da instituição. A ordem e a limpeza na APAC, além disso, satisfaziam à necessidade de compor um ambiente propício para a transformação dos presos em recuperandos e, posteriormente, em cidadãos trabalhadores e honestos, mas também cumpriam a função de impressionar os visitantes e levá-los a aceitarem a proposta de trabalho da APAC, implantando-a em outras Comarcas ou mesmo outros Estados ou países. O visitante era mais do que um componente ocasional das engrenagens institucionais – era um elemento primordial, um ator sem o qual a instituição não poderia sobreviver.

Enfim, foi basicamente isso que pude perceber durante o período em que a APAC ficou completamente desocupada. Do dia 18 de outubro ao dia 22 de novembro de 1999, a APAC ficou completamente abandonada, exceto pelos funcionários ou voluntários que compareciam em suas dependências ocasionalmente. Este período enfatizou o esvaziamento da instituição, não só com relação aos recuperandos, mas também com relação aos seus voluntários. Se, com a extinção do regime fechado do presídio, a APAC perdeu a maior parte de seus voluntários, a

ponto de um plantonista afirmar que só haviam sobrado dois – sem contar, claro, aqueles membros que trabalhavam na APAC mas eventualmente recebiam vencimentos por isso – neste período, até mesmo esses voluntários remanescentes acabaram por se afastar da APAC e, dos funcionários que sobraram, a maioria permaneceu trabalhando em caráter voluntário, sem receber nada por isso, já que a APAC não tinha verba para pagamentos. Os funcionários que sobraram trabalhavam, ou por idealismo, ou por não contarem com nenhuma opção melhor do que esperar pela volta do funcionamento da APAC. Havia, para manter o funcionamento da APAC, dois funcionários do escritório e três plantonistas. Isso era tudo. Raramente havia no prédio alguma outra pessoa que pudesse quebrar sua rotina. Eventualmente, alguns dos antigos voluntários mais engajados iam até lá para resolver um ou outro assunto sobre os quais eu nada sabia. Da parte da diretoria da entidade, era muito raro obter qualquer notícia. Isso significa que a APAC estava sendo comandada informalmente por seu “baixo-escalão”, que, apesar disso, não tinha muito poder de decisão e parecia não estar muito informado sobre os rumos que a instituição poderia tomar. Além disso, durante este período alguns funcionários começaram a se dar conta de que talvez a reativação do presídio demorasse mais do que o prometido. Um mês depois das transferências do semi-aberto, o Governo Estadual ainda não havia sequer aventado a possibilidade de começar as reformas, que haviam se restringido à pintura e reforma de uma parte da fachada do prédio, executadas, ~~ainda~~ por cima, pela Prefeitura Municipal. Mesmo assim, sempre que eu perguntava para eles como estava a situação da APAC, eles me garantiam que dentro de um ou dois meses seria dado início à reforma do prédio e, então, eles poderiam começar a organizar novamente o funcionamento da instituição, buscando apoio da comunidade e dos antigos voluntários para levarem adiante a tarefa interrompida. Isso, mesmo frente à percepção de que a diretoria da entidade estava pulverizada e vários de seus membros, inclusive a presidente, raramente iam até lá ou se interessavam pelo que estava acontecendo.

No dia 23 de novembro de 1999, a APAC deixou de ser um presídio vazio. Ao invés da transferência de presas para suas dependências, porém, o que aconteceu foi a invasão por novas personagens externas à própria APAC. Neste dia, seis menores passaram a ocupar duas celas da ala fechada da APAC.

Capítulo 11 . A entrada dos menores e a relação com os carcereiros

Eu não sabia que a APAC poderia receber menores. Por isso, foi uma surpresa para mim chegar lá naquele dia e descobrir que ela estava sendo ocupada agora por essa fração tão particular da população carcerária. Surpresa para mim, alegria para os funcionários da APAC, que pareciam estar em clima de festa. Eles iam de um lado para o outro fazendo as mais diversas atividades, cuidando dos detalhes para a permanência dos menores no presídio. Foi interessante observar a agitação dos plantonistas em meio à resolução de problemas como a escolha da cela que os menores ocupariam ou a forma de alojá-los mais adequadamente. Eles não tinham nem tempo para conversar. Toda esta agitação parecia não deixar margem a dúvidas: havia algo diferente no ar. Após tanto tempo, que parecia mesmo uma eternidade para os funcionários, a APAC se completava com a presença de detentos, mesmo que provisórios (já que os menores, em princípio, ocupariam as celas por pouco tempo, alguns dias, no máximo, até que as celas da delegacia onde anteriormente estavam fossem reformadas). Havia, enfim, uma razão para sua existência. Essa reação era significativa do sentido que o trabalho tinha para os membros da APAC. Para eles, sua presença ali era como o cumprimento de uma importante missão que não deveria ser atrasada ou impedida. Eles estavam verdadeiramente felizes por poderem realizar seu trabalho. O próprio trabalho parecia ser a motivação dos funcionários, já que não havia qualquer obrigação de que eles cuidassem dos menores. Também não havia necessidade de permanecerem na instituição, pois eles próprios faziam seus horários e podiam partir a hora que quisessem, tendo trabalhado algumas poucas horas. Mas eles queriam trabalhar! Compartilhei minha impressão com alguns funcionários mas eles discordaram de

mim, dizendo que aquela sensação não era de alegria, mas era devida principalmente às visitas que os pais dos menores lhes prestavam naquele dia, o que tumultuava bastante as atividades no prédio. Não notei que tenham havido tantas visitas assim. Embora esse comentário do funcionário, dito para mim em um tom até mesmo aborrecido, possa contradizer minha observação, os plantonistas estavam vivamente interessados no trabalho com os menores e não se limitavam a atender aos pais dos garotos. Pareciam tomar para si as tarefas relativas ao manejo dos menores e colaboravam vivamente com os policiais que acorreram à APAC para cuidar das transferências e fazer sua guarda.

Ah, sim! A entrada dos menores levou para a APAC uma nova gama de personagens alheios à instituição e que passaram a ter papel importante em seu cotidiano daí para a frente: os carcereiros. Os plantonistas da APAC não tinham autorização para fazerem sozinhos a guarda dos menores, pois isso extrapolava as funções estatutárias da instituição. Por causa dessa limitação, a entrada de menores acarretava necessariamente a entrada desses seres abomináveis de cujo trabalho a prática penal da APAC tendia a negar o valor de forma radical e definitiva, considerando-os agentes de tudo aquilo que “estava aí” no sistema penitenciário brasileiro. Para a APAC, não havia outra alternativa à entrada dos carcereiros a não ser barrar a entrada dos menores, coisa que ela, na verdade, poderia fazer quando quisesse. Apesar de não terem havido maiores estragos causados pela presença de carcereiros na entidade, ao longo da convivência entre carcereiros e plantonistas (que ocupavam anteriormente uma posição semelhante à de carcereiros) ocorreu uma série de incidentes que em certos momentos pôs os nervos de ambos os atores institucionais à flor-da-pele e que apenas serviram para corroborar minha impressão da oposição inconciliável entre APAC e a instituição policial. Por que, então, permitiu a diretoria da APAC a entrada de menores em suas dependências?

Para a APAC, não haveria, como não houve, qualquer vantagem direta na aceitação de menores em suas dependências. A APAC não receberia verbas para realizar esta função, não teria as reformas no prédio adiantadas e, por conseguinte, não voltaria a funcionar mais rapidamente por causa da entrada de menores. Ao nível dos funcionários, era claro que havia vantagens e desvantagens. Apesar de não gostarem da presença de carcereiros, eles, enfim, tinham alguma coisa para fazer enquanto permaneciam na APAC, o que parecia indicar para eles que sua presença

na instituição tinha alguma utilidade. Mas quanto à diretoria, responsável pela aceitação dos menores, essa decisão parece mostrar que o isolamento entre APAC e sistema penitenciário não era tão definitivo quanto a própria APAC gostaria. Pelas informações que obtive, essa decisão foi tomada como um favor prestado pela APAC ao delegado, que enfrentava um problema de vagas para menores desde que a cela a eles destinada tinha sido interditada devido a uma grave infiltração de água. Ao invés de mandá-los para a Cadeia Pública do Putim, lugar onde certamente teriam que permanecer, o delegado pediu que a APAC os aceitasse como um favor a ele. A APAC poderia ter se negado a prestar esse favor, avaliando as complicações que poderiam advir, mas resolveu colaborar com a polícia e levou os menores para dentro do presídio. A posição da APAC não era, naquele momento, tão tranqüila para que ela pudesse simplesmente se negar a colaborar com a polícia. Mesmo que fosse uma colaboração simples, isso representava uma dívida que a polícia teria com a APAC futuramente, quando as duas instituições tivessem que agir juntas na guarda do presídio Humaitá. A APAC sempre teve que contar com a polícia para funcionar a contento. Um exemplo disso era quando tinha que lidar com as transferências de presos renitentes que não se adaptavam ao método. Nesses casos, a APAC sempre contou com a polícia. Vale lembrar que a lentidão por parte do juiz para consumir essas transferências foi uma das razões pelas quais, na avaliação dos funcionários, a instituição perdeu sua força frente aos recuperandos em determinado período de sua história. Portanto, a APAC não podia simplesmente virar as costas a um pedido deste tipo e a vantagem do compromisso, da dívida de gratidão da polícia, pareceu-me ser a única conseguida pela instituição com esse movimento. Não sei até que ponto ela pode ser importante. Havia também, claro, o fato de que, com isso, a APAC melhoraria as condições de reclusão dos menores da Comarca, o que parece uma decisão coerente, haja visto ter sido tomada dentro de um movimento originado nas Pastorais da Igreja Católica. Mas suponho que, para a diretoria, a presença de menores fazia a posição da APAC parecer menos frágil que antes, quando estava vazia e corriam boatos de que ela seria desativada. Afinal, frente à completa ausência de novas vagas para presos na Comarca e ao quadro de superlotação carcerária na região, era bastante incoerente que se deixasse um presídio com capacidade para quase cem presos no regime fechado às moscas, completamente desocupado. Poderia haver pressão no sentido de reabri-lo mais rapidamente e, como à APAC havia sido

interditado o direito de guardar os presos sem a ajuda da polícia (essa era uma decisão extra-oficial mas todos sabíamos que era bastante concreta), esta poderia conseguir, através de algum tipo de coação, a liberação do presídio para sua ocupação, o que acabaria de vez com as pretensões da APAC de retomar ao menos parcialmente o controle sobre o presídio. Esse processo seria dificultado caso houvesse alguma ocupação do prédio pois, então, ele não estaria mais vazio e haveria uma boa razão para que não se transformasse em uma extensão da delegacia, já que seria necessário evitar a convivência entre menores e presos adultos. Essas razões nunca foram externadas para mim por nenhum membro da APAC, mas estavam em seu imaginário o tempo todo, como poderemos ver. Esta decisão parecia ser, porém, para alguns funcionários, uma faca de dois gumes. Para eles, era um completo mistério a razão pela qual a diretoria havia permitido a entrada de menores e carcereiros e houve mesmo quem temesse ser esse um primeiro movimento por parte da polícia no sentido de tomar todo o prédio e expulsar de vez a APAC de seu interior. A entrada de menores no presídio foi uma decisão inicialmente aceita de forma pacífica pelos funcionários mas, com o tempo, mostrou carregar uma grande quantidade de tensões que só fizeram crescer ao longo da permanência dos carcereiros. Acredito que, de modo geral, as tensões que observei entre carcereiros e funcionários foram emblemáticas das tensões entre a instituição APAC e a instituição policial como um todo, servindo de exemplo para as contradições existentes entre essas duas formas de lidar com a população carcerária paulista.

Esse ponto da história institucional mostra também o quanto o sistema carcerário pode ser imprevisível. Uma instituição que aparentemente estava bem tem, repentinamente, seu funcionamento alterado grandemente pelo fechamento de um de seus regimes com a promessa de, em pouco tempo, voltar a funcionar normalmente. A despeito dessa expectativa, alguns meses depois ela é fechada por completo com a esperança de que, em um mês, fosse reaberta com uma nova população prisional feminina, o que já despertava muita angústia nos funcionários. Neste prazo, porém, ela acaba abrigando menores que estavam sem alojamento na delegacia local para ficarem ocupando algumas celas em suas dependências por um prazo, em princípio, indeterminado. Essas mudanças são partes importantes do funcionamento do sistema penitenciário paulista. Esse sistema, na verdade, não é estático e sim dinâmico, não está abandonado, mas é, isto sim, alvo de inúmeros interesses e inúmeras

considerações, infinitas disputas e lutas pelo poder institucional. Parece haver alguns momentos em que modificações consideráveis no sistema penitenciário atraem a atenção pública e a população passa a considerar a existência de intensos movimentos no sistema penitenciário. Uma recente onda de rebeliões liderada por uma organização de presos chamada PCC foi capaz de chamar a atenção para isso, mas as pessoas erroneamente percebem esses movimentos como exceções dentro de um sistema em grande parte estático. Pois elas estão certas e erradas. O sistema é mesmo estático em seus resultados, que ao invés de promoverem a tão festejada “ressocialização” dos presos, produzem um recrudescimento da identidade criminal. Para produzir esse efeito, porém, o sistema penitenciário é obrigado a enormes malabarismos que subvertem o que até pouco tempo antes podia ser considerado ordem estabelecida. Para manter a impressão de ordem, o sistema precisa ignorar qualquer pretensão a uma ordem real, caso contrário, seria vencido por forças políticas contrárias a suas práticas. A forma como a experiência da APAC foi destruída mostra que não é só às experiências verdadeiramente revolucionárias que o sistema presta atenção, mas a tudo o que ocorre em seu interior, mesmo àquilo que obtém resultados plenamente coerentes com o que o próprio sistema propõe.

No primeiro dia dos menores na APAC, eu tinha planejado copiar algumas frases que estavam escritas nas paredes do prédio, a maioria das quais na ala fechada. Por isso, tive a chance de ver os primeiros menores que ingressaram na APAC. Frente à presença de carcereiros, eu não soube como proceder para entrar naquela ala, que estava desocupada desde que eu comecei a realizar minha pesquisa. Pedi, então, ajuda a um plantonista, que me acompanhou até a lá sem fazer qualquer comunicado ao carcereiro. Quando entrei no fechado acompanhado pelo plantonista, tudo estava em silêncio. O plantonista deixou-me lá e foi cuidar de alguns problemas na recepção. Andei por alguns corredores e salas anotando frases das paredes e quando voltei para o corredor das celas, todos os menores detidos ali estavam cantando, gritando e assoviando. Tive a incômoda sensação de que o faziam para me provocar, porque eu estava sozinho. Logo abandonei essa idéia absurda. Acho que eles haviam, na verdade, se calado momentaneamente devido a nossa entrada e logo que o plantonista saiu voltaram a se manifestar. Notei que logo depois o plantonista voltou mas eles continuaram o falatório. Cada um estava numa cela e eles conversavam basicamente sobre suas experiências, de forma genérica. “É duro

quando o juiz resolve fazer tal coisa...”, “Pior é quando acontece isso e isso...”. Passei o dia todo registrando as frases escritas nas paredes da APAC. Acredito não ter deixado nenhuma de lado. A relação seguinte compreende todas as frases escritas nas paredes da APAC¹.

Havia muito tempo, desde o fechamento do semi-aberto, que não chegava comida na APAC. O pãozinho que comíamos de manhã logo que voltei a trabalhar aqui e que era tipicamente sobra do café da manhã dos detentos passou a ter de ser comprado pelos funcionários. Com a entrada dos menores, chegaram novamente as “quentinhas” para eles. Perguntei a um plantonista se ele também receberia uma refeição. Ele disse que o carcereiro perguntou se ele queria, mas ele respondeu que não, pois trazia a comida de casa.

Logo no primeiro dia de permanência dos menores na APAC, já pude presenciar os primeiros confrontos entre os carcereiros e os funcionários da APAC. Eu estava no escritório conversando com um funcionário quando um carcereiro apareceu por lá. Após cumprimentos amigáveis por parte dos dois, eles começaram a conversar. Num determinado momento, o carcereiro mencionou algo a respeito do fim da APAC, sorrindo. Como para buscar apoio, olhou para mim, que estava na sala mas até aquele momento havia apenas observado a conversa. Eu sorri sem graça, pois o funcionário permaneceu sério. Em seguida, ele corrigiu o carcereiro, dizendo que a APAC não havia fechado. A polícia cuidaria da segurança mas a metodologia continuaria sob responsabilidade da APAC.

Mais tarde, quando foi abrir a porta para que eu entrasse na ala fechada, o plantonista reclamou do carcereiro comigo. Disse que “o outro carcereiro era legal”, mas que aquele que estava lá, não. E completou: “Ele fica toda a hora falando que a APAC está fechada”. Pareceu-me haver uma espécie de conflito com o qual a APAC teve que lidar. Em determinado momento, chegou uma família para visitar um dos menores. O plantonista permitiu sua entrada e ia quase abrindo a porta da ala fechada, quando, voltando-se repentinamente, perguntou ao carcereiro: “Eles querem visitar um dos menores... não sei qual é o procedimento que vocês usam lá... você vê aqui?” O carcereiro levantou-se e perguntou se eram parentes. Eles responderam afirmativamente. Com voz um pouco rude, destoando drasticamente da amabilidade que o plantonista mostrara até aquele momento, ele disse ordenou: “R.G., por favor!” E guiou todo o processo dali em diante. Tenho dúvidas sobre se o ressentimento

provocado pela presença do carcereiro dizia respeito apenas a uma diferença ideológica, algo como Humanismo *versus* Burocracia. Este era o constante argumento da APAC quando alguém lamentava-se pelo ocorrido, ou seja, a perda do direito de administrar o presídio. Pareceu-me que a APAC tinha de lidar, além disso, com a perda do poder. Pessoas acostumadas com determinadas funções e com o controle de alguns procedimentos tiveram que ver novos personagens em seus antigos papéis. A entrada dos carcereiros, na verdade, era vista como um ensaio para o processo muito mais longo e penoso que seria a entrada definitiva na APAC da segurança profissional do Estado, quando as presas fossem transferidas para o Humaitá. A profissionalização da segurança da APAC representava a entrada em suas dependências de toda a corporação carcerária ocupando os interstícios da instituição e regendo dali todo o seu funcionamento. Costumava-se lidar com isso através do argumento de que isso libertaria os funcionários de responsabilidades incompatíveis quanto aos presos, já que era muito difícil levar adiante um programa de reabilitação tendo de cuidar também da segurança dos presos. Seria mais fácil trabalhar, diziam os funcionários, sem o peso de ter que impedi-los de fugir. É possível encontrar considerações semelhantes na literatura (Open Prisons). Esse argumento, porém, em vista do enorme esforço despendido pela APAC para tentar manter-se intacta em seu funcionamento, parecia-me conter um amargo sabor de derrota.

Neste primeiro dia, apesar da porta que dava acesso à ala fechada estar trancada, o portão da frente da APAC ficou escancarado o dia todo, o que facilitava meu acesso ao arquivo morto. A porta da frente da APAC estava fechada e a porta que dava passagem entre a capela e a recepção estava novamente fechada, causando o mesmo tipo de incômodo que causava antes do fim do semi-aberto. Isso isolava a ala fechada do prédio da ala do semi-aberto, impedindo a passagem de um lado para o outro do prédio, mas permitia que os funcionários da APAC entrassem e saíssem sem terem que chamar pelo plantonista ou pelo carcereiro, que agora também fazia a vigilância da entrada do prédio.

Talvez eu tenha demorado mais para assimilar a presença de carcereiros na APAC do que os próprios funcionários da instituição. Excetuando um ou dois carcereiros que ganharam imediatamente a antipatia deles, os outros pareciam gozar de boa reputação junto ao grupo de funcionários da APAC. Durante o tempo em que

observei esta interação, notei que a principal razão para haver discordância entre eles era a tendência que alguns carcereiros apresentavam de denegrir o trabalho da APAC ou, principalmente, afirmar que a APAC havia acabado. Alguns dos principais momentos de tensão que observei decorreram da posição que certos carcereiros adotaram ao agir como se o prédio agora fosse “deles”, e não mais “da APAC”. Como a maioria dos carcereiros soube respeitar este limite, os confrontos foram mais localizados e não se desenvolveram em uma luta ampla e difusa entre carcereiros e funcionários da APAC. De ambas as partes houve ajustes para tolerar as práticas divergentes que eram adotadas. Da mesma forma que alguns carcereiros se preocupavam em pedir a opinião dos funcionários para decidir sobre certos assuntos, os funcionários também toleravam em certo grau a brutalidade que os carcereiros demonstravam com relação aos menores e seus familiares, agindo como se, enfim, aquilo não fosse assunto deles. Com o passar do tempo, essas diferenças se acentuavam em determinados momentos para depois se reduzirem, o que deixava transparecer uma avaliação recíproca entre os dois grupos, que, durante sua convivência, procuraram descobrir quais os limites dentro dos quais podiam se mover. Ultrapassar esses limites não era algo que ficasse absolutamente impune: em meados de fevereiro de 2000, um carcereiro havia sido afastado do trabalho com os menores devido a denúncias de maus-tratos impetradas pelos funcionários da APAC. Por outro lado, um funcionário da APAC foi afastado porque estava tumultuando as relações entre carcereiros e funcionários da entidade. Com relação a mim, os carcereiros não sabiam exatamente o que eu fazia lá, já que minha posição era *sui generis* na instituição e eu não era identificado com os funcionários nem com os voluntários. Por isso, enfrentei pequenos contratempos algumas vezes quando tentava entrar na instituição e era recebido por um carcereiro que não me conhecia. Como nem sempre havia plantonistas ou funcionários da APAC no prédio, houve ocasiões em que eu não pude entrar, tendo de esperar até que algum deles aparecesse. Como exemplo das relações entre carcereiros, funcionários da APAC e eu mesmo, houve uma ocasião, também em fevereiro de 2000, na qual uma parte dos elementos acima sugeridos entrou em jogo de forma concentrada e explícita.

Eu havia marcado uma entrevista num domingo à tarde com um antigo membro da diretoria da APAC. Por sugestão dele mesmo, a entrevista foi marcada na própria sede da APAC. Nesta época, a presença de funcionários na APAC já era mais

rara. Eu cheguei à APAC mais ou menos vinte minutos antes do horário combinado. Esperei no carro durante este tempo, principalmente porque eu sabia que não haveria nenhum voluntário da APAC no presídio. Como eu não sabia se o carcereiro de plantão seria algum dos meus conhecidos, e imaginando que se não fosse, eu poderia ter algum tipo de problema para entrar, preferi esperar por meu entrevistado na entrada do prédio. Eu nem sabia se ele estava a par da situação da APAC. Havia muito tempo que ele não ia à APAC e eu imaginei que talvez ele tivesse marcado a entrevista para lá na certeza de haver algum plantonista da APAC que permitisse nossa entrada. Preferi, de qualquer forma, esperar por ele. Às 14:00h, como ele ainda não havia chegado, eu bati à porta da APAC para saber se ele por acaso não teria chegado antes de mim. Apareceu na janela um carcereiro desconhecido que olhou-me de forma inquiridora. Perguntei-lhe se ele havia chegado, explicando que eu havia marcado uma entrevista. O carcereiro respondeu que não e, sem qualquer cerimônia, foi se afastando, como para encerrar a conversa. Chamei-o novamente, interrompendo sua caminhada, e perguntei se hoje não era o plantão de S., carcereiro que eu conhecia bem, apesar de saber que essa era uma pergunta absurda. Formulei-a, entretanto, porque eu queria ter algum ponto de apoio no caso de ele resolver impedir minha entrada posterior na APAC. Ele respondeu que não novamente e voltou a afastar-se. Chamei-o ainda uma vez. Ele voltou-se para mim aparentando estar perdendo a paciência. Perguntei-lhe se não havia nenhum plantonista da APAC ali no momento. Ele respondeu novamente que não e afastou-se, entrando na sala da recepção sem dar-me mais atenção. Depositei minhas esperanças em meu entrevistado, torcendo para que ele soubesse o que fazer numa situação dessas.

Voltei para o carro e logo ele chegou. Estava chovendo muito nesta tarde. A chuva começou pela manhã e estendeu-se por toda a tarde e até à noite, pelo que soube. Ele desceu do carro empunhando um guarda-chuva. Como eu não havia levado guarda-chuva, ele partilhou o dele comigo até a porta da APAC. Bateu à porta. Para minha surpresa, o carcereiro pareceu muito feliz com sua chegada. Chamou-o pelo nome e recebeu-o com uma certa deferência, como se ele fosse um superior. Eu fiquei imaginando se ele alguma vez já não haveria ocupado algum cargo militar ou policial. Depois vim a descobrir que não. Ele também cumprimentou o carcereiro pelo nome, aparentando alegria em revê-lo. Aproveitei para

cumprimentar o carcereiro e conhecê-lo. Ele estendeu-me a mão, olhando-me, porém, como se eu fosse um intruso.

O entrevistado fez perguntas de praxe sobre a situação da APAC para o carcereiro. Perguntou se já havia mulheres na APAC. O carcereiro disse que havia apenas os menores. Ele perguntou ao carcereiro o que é que ele estava fazendo ali. O carcereiro disse que estava substituindo um outro carcereiro, temporariamente afastado devido a denúncias de maus-tratos aos menores. Ele teria supostamente agredido um dos menores. Eu preferi não perguntar qual era o carcereiro. Ele também não nos disse. O entrevistado disse para o carcereiro que eu estava lá para entrevistá-lo e pediu-lhe autorização para utilizar uma das salas. O carcereiro, demonstrando novamente aquela deferência já notada no começo, disse sorrindo que ele poderia ficar à vontade, que a casa era dele, que ele, carcereiro, a estava usando apenas como empréstimo. Após uma ligeira discussão sobre qual sala poderia ser usada, ele optou por ser entrevistado na capela. Apesar desses contratemplos, conforme os carcereiros começaram a me conhecer, este tipo de problema foi se tornando cada vez menos freqüente, a ponto de já não me incomodar mais sua presença na APAC.

A presença de carcereiros e menores possibilitou que eu observasse como os funcionários agiam frente a situações concretas que, em certa medida, podiam lembrar a do funcionamento real da APAC, além de observar a relação que se estabeleceu entre eles e os carcereiros. Um funcionário, alguns dias depois da entrada dos menores na APAC, compartilhou comigo seus pontos-de-vista sobre os novos colegas e como achava que deveria agir frente aos menores. Naquele dia, havia apenas um menor na APAC, tendo os outros sido transferidos para a FEBEM de São Paulo. A população de menores variava muito de um dia para o outro pois eram comuns as transferências de menores para outros estabelecimentos e a entrada de novos menores na APAC. A fala do funcionário começa por este evento e está reproduzida exatamente como a anotei em meu diário de campo:

Os dois foram transferidos para a FEBEM. De São Paulo. Eles eram bandidos mesmo, já tinham matado. Um deles já matou dois. Eu acho melhor, porque ficar aqui é perda de tempo. Não dá para fazer um trabalho com eles, não dá nada. O delegado me chamou para fazer um trabalho lá na delegacia,

mas para mim não dá. Eu já fui chamado até para trabalhar no presídio de Paraibuna. Eles me ofereceram um carro e oitocentos reais por mês para trabalhar lá. Eles é que precisam aprender moral. Você acha, policial que tem que pegar cigarro de preso e comida de preso, para mim, passa fome. Eu falo para eles. Para mim, passa fome. Você acha, ter que pegar cigarro de preso, que é indefeso. Eu não preciso disso. Aqui eu tirava do meu bolso para dar para os presos. Se não for para trabalhar como eu quero, ensinando religião, eu não quero. Eu sempre falo, “a César o que é de César, a Deus o que é de Deus”. A gente tem que ensinar religião mas respeitar a lei. Quer dizer, a lei é César. A gente tem que lembrar que ele está preso por causa da lei. A gente tem que ajudar, mas se tiver que castigar, castiga. Não é porque a gente ajuda que a gente não castiga se precisar. Aqui dentro só fica quem quer andar. Quem não quer a gente manda embora.

Há vários elementos interessantes nesta fala que merecem ser apontados, apesar de seu aspecto, em geral, um tanto contraditório. Em primeiro lugar, a percepção de que a transferência dos menores para São Paulo estava correta porque eles eram “bandidos mesmo, já tinham matado”. A APAC sempre apregoou que sua metodologia era universal e aplicável a qualquer presídio do mundo com resultados concretos na ressocialização dos presos e essa idéia foi comprada por várias pessoas que acabaram por levá-la adiante até mesmo em outros países. Para esse funcionário, porém, nem todos os menores eram iguais e podemos supor que sua opinião fosse semelhante com relação aos presos adultos. Havia um certo grupo de presos que devia ser separado dos outros por ser constituído de “bandidos” de verdade, pessoas que eram refratárias às práticas de ressocialização desenvolvidas na APAC. Essa fala isoladamente não mostra muita coisa, mas havia na APAC a prática corriqueira de transferir para o sistema penitenciário normal os presos renitentes que não cooperavam com o trabalho “da casa”. Portanto, essa pode ser vista como uma opinião mais ou menos difundida, a de que nem todos os presos servem para a APAC. Há alguns que não merecem estar sob sua responsabilidade. Vale lembrar que uma das críticas mais comuns à APAC de São José dos Campos por parte dos membros da APAC de Bragança Paulista é que a primeira não dava conta de todos os presos da Comarca, selecionando dentre eles alguns para comporem seu quadro de reeducandos. A APAC desistia de alguns presos, passando a responsabilidade sobre

eles diretamente para a Secretaria de Administração Penitenciária. Para alguns voluntários da APAC de Bragança Paulista, isso soava como um atestado de incompetência assinado por sua parceira de São José dos Campos.

A fala acima revela ainda uma outra coisa, típica daquele momento: os funcionários percebiam claramente a inutilidade de sua presença na instituição a partir do momento em que os carcereiros aprenderam a lidar convenientemente com o espaço físico do prédio. Além dos carcereiros não precisarem dos funcionários para se movimentarem no prédio, o fluxo constante de transferências e o temor de ultrapassar os limites institucionais dos carcereiros impediam que os funcionários desenvolvessem qualquer trabalho de evangelização frente aos menores. Aquela ala da APAC estava funcionando, basicamente, como uma extensão de fato da delegacia, sobre a qual os funcionários não tinham qualquer poder. Por isso, depois de passado o primeiro momento de euforia pela entrada de menores na instituição, os funcionários se deram conta de que isso não havia produzido uma volta das práticas penais da APAC havendo, além disso, os inúmeros incômodos decorrentes da interdição de uma parte do prédio aos funcionários. Essa sensação de impotência serviu para que alguns funcionários, posteriormente, se questionassem sobre qual teria sido, afinal de contas, o motivo que levou a diretoria da APAC a permitir a entrada de menores e carcereiros em suas dependências, pois isso não havia ocasionado qualquer melhoria no trato dos menores.

Além disso, surge na fala uma referência pouco elogiosa aos policiais com relação à prática de tomar para si encomendas deixadas por familiares de presos. Esse talvez tenha sido o aspecto do comportamento dos carcereiros que mais revoltou os funcionários da APAC enquanto eles estiveram em suas dependências. Havia uma percepção generalizada entre os funcionários, principalmente entre os plantonistas, de que os carcereiros surrupiavam as encomendas levadas para os menores por seus familiares. Alguns me contaram isso de forma bastante veemente, garantindo que haviam visto isso acontecer na sua frente. Por isso, no momento em que fala sobre os policiais, o funcionário ressalta este aspecto negativo de seu comportamento, aspecto que, naquele contexto, era muito importante. Esse trecho também mostra em que medida os funcionários se percebiam como diferentes da polícia: para eles, a polícia era uma instituição viciada que apresentava inúmeros pontos de contato com a população prisional. Uma das críticas que Mário Ottoboni

dirige ao sistema penitenciário tradicional é justamente o fato de abrigar pessoas acusadas de crimes que são cometidos continuamente dentro mesmo do sistema e, o que é pior, por seus próprios agentes. Por isso a idéia de que eram os policiais que deveriam, em primeiro lugar, aprender moral, antes de quererem ensiná-la aos presos.

Além disso, aparece a idéia de que o fundamental é ensinar religião. Como já vimos, esse era um ponto importante da prática penal da APAC e que volta a ser mencionado aqui. A novidade é a oposição entre “Deus e César”, correspondendo o primeiro ao aspecto religioso e o segundo ao aspecto legal do trabalho da APAC. Aqui, o castigo aparece como decorrência do caráter mundano ou legal do trabalho da APAC. É como se isto justificasse a necessidade de castigar os presos. No caso, o castigo é exatamente aquilo que foi feito com os menores, quer dizer, as transferências. Dentro do contexto do sistema penitenciário paulista, como já dissemos, ser transferido podia ser visto como um castigo de fato. Isso reforça o aspecto seletivo do trabalho da APAC, que é enfatizado pelo final da fala: “Aqui dentro só fica quem quer andar. Quem não quer a gente manda embora”.

Depois dessa fala, ainda tive uma pequena conversa com o plantonista, que pode completar suas colocações anteriores. Esta conversa teve início quando contei para ele algo que havia ocorrido comigo naquele dia. Eu estava cansado de trabalhar e resolvi olhar o trânsito através da pequena janela gradeada que ficava ao lado da porta de entrada da APAC. A porta e a janela ficam bem na caçada, de modo que era possível olhar de perto as pessoas que transitavam em frente à APAC. Aliás, a função da janela era permitir que se vislumbresse os que desejassem adentrar a instituição. Eu distrai-me olhando o trânsito de veículos e não percebi que duas garotas passavam, naquele momento, em frente a mim. Quem olha pela janela fica um pouco acima dos transeuntes na caçada, e por isso as pessoas em geral não percebem se houver alguém na janela, apesar da proximidade. Além disso, o contraste entre a claridade de fora e a relativa escuridão de dentro, somado ao fato de que as barras na janela quase impedem qualquer possibilidade de que um olhar curioso observe o interior do prédio, servem para esconder quase completamente o rosto de quem olha pela janela. Pois bem. Essas duas meninas passavam conversando em voz alta e eu fui como que despertado de meu torpor. Minha reação imediata foi a de olhar para elas. Quase ao mesmo tempo, tendo a janela provavelmente chamado

sua atenção, elas voltaram-se na minha direção e, vindo por entre as grades assustadoras da prisão a cabeça de um homem desconhecido a olhar fixamente para elas, levaram um susto tão grande que quase caíram da calçada na rua. Pude ouvir ainda, até virarem a esquina, suas risadas de espanto e os comentários sobre o susto que haviam levado.

Foi isto que eu contei ao plantonista. Ele riu da situação e comentou que as moças tinham, em geral, um certo receio de passar em frente à APAC. Quando ainda havia presos no prédio, era comum que, à tarde, eles ficassem na calçada em frente, aproveitando a situação para mexerem com as mulheres que passavam. O plantonista ficou irritado com a lembrança desta prática e afirmou que isso nunca ocorria quando era seu turno no plantão. Ele impunha respeito, disse, e mantinha todos trancados no pátio interno, junto à capela. Ele afirmou que sempre trabalhou com seriedade e nem todos os plantonistas agiam exatamente da mesma forma. Com um certo orgulho, ele repetiu que havia sido convidado para trabalhar em Paraibuna com direito a carro e um salário de R\$800,00 por mês. Foi, ainda, convidado pelo delegado para trabalhar no prédio da delegacia ao lado da APAC, recusando, porém, os dois convites. O motivo da recusa foi o de que ele não suportaria a corrupção que reina nesses lugares e que levava a que apenas uma pequena parte do que era enviado para os presos chegasse efetivamente a suas mãos.

Apesar de rejeitarem sistematicamente a presença de carcereiros na APAC, os funcionários também sentiam como uma afronta a postura de alguns carcereiros que abandonavam seus postos de serviço deixando a responsabilidade sobre os menores para os funcionários. Isso era tão comum que às vezes eu passava dias sem ver qualquer carcereiro, pois eles só permaneciam na APAC logo pela manhã, quando trocavam de turno, ou à noite, quando faziam a guarda dos menores. Logo depois da conversa acima relatada, um funcionário do escritório desceu até a recepção para se despedir, pois estava indo para casa. Ele entrou na recepção e imediatamente perguntou onde é que se encontrava o carcereiro da delegacia, que deveria estar ali. O plantonista, com um ar de profunda reprovação, respondeu que ele havia estado fora o dia inteiro. Eu perguntei, então, com surpresa, se ele não havia aparecido em nenhum momento durante o dia. O plantonista, então, perguntou-me de volta, sem grosseria: “Você esteve aqui o dia inteiro. Em algum momento você viu o rapaz aqui?” Eu respondi que não. O funcionário, exaltado, disse que não era obrigação do

plantonista tomar conta do menor. Este concordou, dizendo que aquele não era seu serviço.

Mas esta situação não deve mascarar a rejeição que era a tônica da relação entre carcereiros e funcionários da APAC. Pude ter outra prova dessa rejeição quando estava trabalhando no escritório e o único plantonista evangélico da entidade aproximou-se de mim e começou a reclamar de um carro que estava estacionado dentro do pátio da APAC. Esse carro, um modelo luxuoso e com aparência de ser bastante novo, havia chamado minha atenção quando entrei, mas não pensei muito sobre isso. O plantonista disse-me que o carro era do carcereiro (ele chamou-o de “investigador”). A queixa deu-se nos seguintes termos: “Quando ele trabalhava na delegacia, o carro dele ficava na rua. Por quê agora ele tem que guardar o carro aqui dentro?” Ora, era comum guardar o carro dentro da APAC. Os plantonistas o faziam o tempo todo, a presidente também, e eu mesmo o fiz algumas vezes por insistência mesma dos funcionários. A razão da reclamação devia, pois, ser outra que não o fato do carro estar lá. O plantonista continuou. No fim-de-semana (provavelmente o plantonista era ele mesmo), o carcereiro parou o carro na frente da APAC com uma mulher dentro e entrou na APAC, convidando sua companhia para conhecer “sua” sala, que era a sala da recepção, onde ficava o plantonista. “Minha sala, minha sala”, resmungou o plantonista, repetindo a expressão que teria sido usada pela carcereiro. “Como se a sala fosse dele”, concluiu. Além da simples questão do espaço, havia a questão do método usado para tratar os visitantes. O plantonista me contou que naquele fim-de-semana o carcereiro havia recebido de forma grosseira a família de um dos menores e, por alguma razão que ficou sem explicação, humilhou a mãe do rapaz, chamando-o de “bicha” na frente dela. “Seu filho é uma bicha!”, repetiu o plantonista. “Ele falou assim com ela”, completou, com ar desolado. Disse ainda que depois disso ele foi até a cela, apresentou-se para o rapaz como o “pastor da casa” e ofereceu-se para ajudá-lo no que fosse possível. “Eu queria uma Bíblia para ler”, foi a resposta do garoto. O plantonista encontrou uma edição de bolso e deu-lhe, afirmando que tentaria encontrar uma maior. “Viu só?”, perguntou-me então, com ar vitorioso.

Pouco tempo depois, porém, ele veio procurar-me para contar com um ar em parte satisfeito, em parte desconfiado, que o carcereiro agora o estava tratando “na palma da mão”. “Ele até trouxe uma mensagem da Bíblia lá, que ele fez no

computador”. Depois disso, fez alusão à participação do carcereiro em uma Igreja, a qual há muito tempo o mesmo não freqüentava, mas à qual ele atualmente estaria retornando.

Este mesmo carcereiro me deu provas em outra ocasião das dificuldades de relacionamento entre os funcionários e os carcereiros. Certa vez, no início de dezembro, eu fiz uma visita à APAC acompanhado por minha namorada para mostrar-lhe o presídio. Era um sábado à tarde e a instituição estaria quase vazia, eu tinha certeza. Quando batemos à porta, quem nos atendeu foi um carcereiro. O plantonista estava logo atrás dele no momento em que a porta foi aberta, mas não me cumprimentou alegremente como costumeiramente o fazia, apenas permaneceu em pé atrás do carcereiro, aparentando uma certa apreensão, como se estivesse em grande expectativa e nos cumprimentou com um frio aceno de cabeça. O carcereiro perguntou-me o que eu queria e eu respondi que havia ido conversar com o plantonista, que estava, de fato, logo atrás dele. Ele, então, deixou-me entrar e eu o cumprimentei, dizendo que tinha ido lá apenas para visitar o presídio e levar minha namorada para conhecê-lo. O plantonista pediu ao carcereiro permissão para abrir a porta que levava ao semi-aberto, o que eu considerei na hora uma atitude bastante estranha, já que os carcereiros regulavam apenas a entrada na ala fechada do prédio. O plantonista, então, caminhou apressadamente, subindo as escadas e parando logo que atingimos o andar de cima, em frente ao escritório. Ele, então, começou a falar de forma agitada, aparentando estar muito nervoso.

Durante quase uma hora, o plantonista reclamou da situação pela qual a APAC estava passando. Ele começou por reclamar do abandono a que estava submetido o presídio. Disse que um obra como aquela não merecia estar em tal estado de abandono e em seguida passou a falar sobre o estado geral do prédio e da falta de cuidados. Disse que a APAC recebia uma verba de manutenção mas que ele não sabia onde é que esta verba ia parar. Sabia apenas que ele mesmo sempre recebia pontualmente seu salário. Depois, ele passou a falar, demonstrando muita irritação, sobre a situação atual de mudança pela qual a APAC estava passando.

Entre outras coisas, o plantonista ressaltou que não concordava com a entrada de carcereiros na APAC. Ele disse que no começo eles entravam mostrando os revólveres, o que ele considerou errado pois não acreditava que os revólveres pudessem proteger alguém. Quando os carcereiros tinham de entrar perto das celas

dos menores, continuou o plantonista, eles pediam ajuda a ele pois tinham medo. Além disso, o papel dos carcereiros estava ultrapassando os limites das suas funções. Eles passaram a dar ordens aos plantonistas, dizendo, por exemplo, quem podia e quem não podia entrar na APAC. Quando chegamos à APAC, neste dia, notamos uma certa hesitação do plantonista em nos acolher. Esta hesitação, contou-nos ele, deveu-se ao seu receio de que o carcereiro que abriu a porta não permitisse nossa entrada ou implicasse conosco. Da mesma forma, ele queixou-se de ter que pedir permissão ao carcereiro para abrir a porta que dá acesso ao semi-aberto. Neste caso, porém, ele entendeu que o erro foi seu, pois o carcereiro não tem o poder de impedir qualquer pessoa de entrar naquela ala vazia do prédio, desde que acompanhada por alguém da APAC. “Eu não devia nem ter perguntado para ele se eu podia abrir a porta”, acrescentou, abaixando a cabeça.

O plantonista mostrou-se preocupado com a possibilidade de que os carcereiros viessem a tomar conta de todo o funcionamento do presídio. Da forma como estava ocorrendo, ele não via qualquer utilidade em sua própria permanência no plantão. Para ele, todas as responsabilidades e decisões estavam passando para as mãos dos carcereiros. Ele sentia-se impotente para adotar qualquer ação dentro do presídio. O plantonista afirmou recusar-se a continuar fazendo o plantão simplesmente para obedecer aos carcereiros, como um empregado. Ele preferia deixar de trabalhar lá e dedicar-se a seus outros projetos a permanecer como um “boneco” na APAC. Um dos carcereiros disse-lhe que aquilo não era mais APAC, era “cadeia, agora”. O plantonista disse que quando chegamos à APAC, ele ficou prestando atenção à reação do carcereiro. Caso ele nos tratasse mau, ele teria um bom motivo para prestar queixa contra o carcereiro. Minha namorada lembrou-se que o plantonista permaneceu distante quando chegamos; o que ele queria, soubemos então, era avaliar a reação do carcereiro à chegada de visitantes, pessoas, digamos assim, amigas da APAC. De certa forma, a impressão que tive foi a de que o plantonista havia expressamente admitido ter nos deixado sem amparo, no começo, para avaliar se o carcereiro nos trataria com respeito ou não. Caso não o fizesse, ele teria um bom argumento contra a carceragem externa à APAC. Essa impressão resultaria na conclusão de que fomos “usados” veladamente para levantar argumentos contra os agentes externos. Essa manipulação teve um caráter ingênuo e quase não-intencional. Não creio que eles pusessem conscientemente em risco um

visitante ou voluntário, mas é possível que eles usem uma pessoa da comunidade para justificar seu próprio funcionamento e reafirmar a importância da APAC.

A presença dos menores foi outro ponto a ser tocado por ele. Inicialmente, a entrada dos menores teve um caráter provisório, em vista de problemas de estrutura do prédio da delegacia, onde os menores eram anteriormente abrigados. A presença deles na APAC, porém, já durava muito tempo. O plantonista notou que essa permanência estava provocando mudanças na própria instituição. Uma delas, já apontada, era o espaço cada vez maior ocupado pelos carcereiros. Outra era o fato da APAC estar tendendo a se tornar um apêndice da delegacia em caráter permanente. Para ele, a APAC não deveria ter permitido esta exceção dos menores, pois após ocupar este espaço, a delegacia tenderia a avançar para outros vãos. Ele deu um exemplo. O letreiro que tradicionalmente pendurava-se na sala da recepção para indicar o número de pessoas em cada regime de cumprimento de pena foi retirado pelos carcereiros. Eles agora realizavam a contagem dos menores que entravam e saíam da APAC como se esta fosse uma ala da delegacia. Abriram um outro caderno apenas para realizar a contabilidade da APAC. Se a presença dos menores fosse apenas provisória, ou sentida como tal pelos carcereiros, isso não seria necessário. O medo que ele expressou foi o de que talvez a entrada dos menores tivesse sido apenas um pretexto para uma tomada da APAC pela delegacia. A APAC seria, assim, transformada num depósito para o excedente da delegacia, e logo passaria a funcionar tal e qual esta mesma. Isso significaria o fim da APAC. O plantonista não conseguia entender como é que a diretoria havia permitido esta brecha para a delegacia, mas afirmou que iria adotar uma postura ativa frente a este problema, levando suas reclamações ao conhecimento da diretoria da APAC para que eles tomassem a decisão que julgassem mais adequada. Além disso, ele ia, à revelia dos carcereiros, iniciar um trabalho com os menores na segunda-feira, levando para as celas os materiais necessários para isso. Pretendia também conversar com a assistente social da Prefeitura para que ela o ajudasse a resolver o problema dos menores. Em um comentário adicional que ele fez quanto à questão de nossa chegada à APAC e à forma como fomos tratados pelo carcereiro, ele afirmou entender que as famílias dos menores não pudessem ter livre acesso ao presídio, mas não podia entender como é que os carcereiros tiveram a pretensão de proibir a entrada dos visitantes e voluntários. Recordo-me ainda de que ele levantou um argumento que é

recorrente quando se trata de mostrar o absurdo que é o fechamento da APAC. Ele contou-nos que certa vez um grupo de repórteres foi à APAC gravar uma reportagem e ele interpelou um dos repórteres, perguntando-lhe se lhe parecia coerente que a administração pública aceitasse transferir presas para um presídio que havia sido fechado por falta de segurança.

Na segunda-feira, dois dias depois desta visita, fui novamente à APAC para conversar com um funcionário do escritório. Quem abriu o portão para que eu entrasse foi o mesmo carcereiro que estava lá no sábado. Da mesma forma que no sábado, o plantonista da segunda-feira agiu de forma bastante estranha e distante, dando-me uma impressão inicial semelhante à que tive no outro dia. Não pude conversar depois com ele sobre este assunto, mas fiquei com a impressão de que sua intenção havia sido a mesma do outro plantonista.

Durante este tempo, não era raro que os familiares dos menores fossem visitá-los, apesar de eu não ter presenciado muitas dessas visitas. Uma vez, quando cheguei à APAC, havia uma garota e um menino, bastante jovens, de no máximo quinze anos de idade, irmãos de um dos menores presos e que estavam querendo visitá-lo. O carcereiro que estava de plantão não se encontrava na APAC naquele momento, por isso os dois tinham que esperar sua chegada para poderem entrar na ala fechada. Esse descaso dos carcereiros que continuamente abandonavam seus postos era uma das razões pelas quais os funcionários da APAC, principalmente os plantonistas, mais se irritavam com os carcereiros. Naquele momento, o plantonista da APAC conversava com eles. Apesar de alguns conselhos dados ao menino para que não tomasse o “caminho errado” na vida, acabando preso como o irmão, ele era de uma gentileza ímpar, obviamente tentando confortá-los ao máximo enquanto esperavam. Eu os deixei nesta situação, mas uns dez minutos depois voltei para a recepção e pude ver que os dois ainda estavam ali, esperando pelo carcereiro. Eles estavam já bastante cansados pela espera e o plantonista continuava tentando confortá-los. Os dois insistiam com o plantonista para que os deixassem entrar mas este, bastante contrariado, repetia que eles só poderiam entrar quando o carcereiro retornasse para a APAC.

Durante este tempo, eu pude ver em parte como a polícia tratava os menores presos na APAC. Não tive a chance de ver em detalhes essa relação entre os dois grupos, já que muito do que acontecia se dava à noite ou às escondidas, de forma que

eu apenas tinha notícias sobre isso vindas da parte dos plantonistas da APAC. O que eu podia ver eram simples relances, cenas curtas mas às vezes plenas de significado, que me permitiam um pequeno vislumbre das relações que se estabeleciam entre eles. Enquanto os dois jovens irmãos do rapaz preso na APAC esperavam na portaria, a polícia foi até a APAC para escoltar quatro dos garotos que estavam presos, provavelmente porque estavam sendo transferidos para a FEBEM. A cena foi chocante para mim, apesar de envolver um mínimo de violência física: os quatro estavam algemados uns aos outros, em fila, saindo pela porta, quatro crianças mirradas de no máximo doze ou treze anos de idade. Cabisbaixos, eles procuravam andar de forma compassada para evitarem colidir uns com os outros. Seus corpos pendiam para a frente como se eles estivessem sentindo um cansaço enorme que os impedisse de manter a postura ereta. O plantonista da APAC observava atentamente a cena aparentando uma certa indulgência com o que via, a não ser em curtos instantes nos quais parecia olhar para os dois policiais com um certo ódio. Os dois irmãos do menor preso demonstravam a mais arraigada indiferença. Vigiando os menores, enfim, os dois policiais, usando cabelos raspados e óculos de sol, ambos com uns vinte anos de idade, apresentando os músculos da face tensionados, gritavam com as crianças chamando-as de “vagabundos” e “malandros” e mandando-as andar mais depressa. Como elas não o faziam, eles as empurravam com força fazendo com que aqueles corpos moles quase se projetassem para o chão. Por fim, eles as empurraram para dentro do camburão e partiram cantando pneus.

Durante este período, a única atividade verdadeiramente importante que eu pude ver os funcionários desenvolverem foi a organização dos dados de reincidência criminal da instituição para serem enviadas a um pesquisador dos Estados Unidos que estava publicando um livro sobre o método APAC em seu país. Um funcionário do escritório ficou trabalhando mais de um mês para conseguir arrumar as informações necessárias para isso, e várias vezes ele reclamou da falta de organização desses dados. Quem fazia essa contabilidade eram antigos recuperandos da APAC, que criaram fichas tão herméticas para esse fim que era quase impossível saber o que representavam. Por isso, no dia em que este americano foi à APAC para recolher as informações, em meados de dezembro, os funcionários organizaram um mutirão, chamando todos os que pudessem colaborar com a tarefa, inclusive os antigos funcionários que já não iam mais à APAC, e trabalharam dois dias inteiros

para poderem finalizar o trabalho. Frente a este quadro, é difícil acreditar nas informações divulgadas pela APAC de que o índice de reincidência seja de 5%. Ainda mais porque a instituição nunca divulga os critérios que utiliza para chegar a este número. Nenhum funcionário soube me informar exatamente quem era este americano e porque ele se interessava pela APAC, mas posteriormente fui informado tratar-se de agente da Prison Fellowship International. Seguramente, ele era de importância fundamental para a instituição, caso contrário não haveria a enorme mobilização que eu pude observar.

As relações entre carcereiros, plantonistas e menores na APAC eram muito complexas e envolviam uma série de expectativas por parte desses atores, que muitas vezes levavam a desentendimentos bastante inusitados. Houve uma ocasião em que uma série sucessiva de eventos mostrou o quanto podia ser contraditória a relação entre esses atores, na medida em que eles lutavam para garantir seu espaço dentro da instituição. Um dia, já na segunda quinzena de dezembro, quando cheguei à APAC, apenas um dos plantonistas estava lá, parado à porta de entrada. Eu perguntei-lhe se o outro plantonista, que deveria estar fazendo o plantão àquele horário, já havia chegado e ele começou a reclamar que ninguém havia chegado ainda e que nem mesmo o carcereiro estava lá. O plantonista estava irritado pois tinha que ir embora para sua casa capinar o gramado e estava sendo obrigado a ficar na APAC, já que não havia ninguém lá para tomar conta da instituição caso ele fosse embora.

Este plantonista disse depois, referindo-se a outro plantonista e a um carcereiro, que, juntos, eles “não valiam nem um carcereiro”. A razão para essa opinião era que naquele fim-de-semana, os menores, irritados com alguma situação que estava ocorrendo na APAC, ameaçaram queimar os colchões de suas celas, fazendo uma grande algazarra. O plantonista que era responsável pela APAC no dia e o carcereiro que estava cuidando dos menores não conseguiram normalizar a situação, sucumbindo frente à resistência dos menores em obedecê-los. Eles, então, chamaram este outro plantonista para ajudá-los e ele apenas entrou no corredor das celas, gritou com os menores e imediatamente pôs ordem na situação. Só quando ele entrou nos corredores é que situação ficou sob controle e ele não precisou de muita coisa para isso. Ele apenas mostrou “quem é que mandava”, ou algo parecido, mesmo sem agredir os garotos, como fez questão de frisar. Como esta cena mostra, havia uma certa expectativa por parte dos funcionários da APAC de que deveriam

cooperar com a carceragem na manutenção da ordem dentro da APAC. Em alguns momentos, de fato, havia cooperação entre funcionários e carcereiros no trato com os menores, o que agradava bastante aos primeiros. Neste exemplo, o plantonista sentiu-se importante pois conseguiu realizar um trabalho – controlar os menores – que nem mesmo um carcereiro e um plantonista juntos conseguiram realizar. Em outros momentos, porém, havia uma certa resistência dos carcereiros em pedir ajuda aos plantonistas da APAC e, quando isso acontecia, os funcionários tendiam a achar que os carcereiros estavam desdenhando de seu trabalho. Da mesma forma que os plantonistas achavam que o trato dos menores era obrigação dos carcereiros, eles também achavam que os carcereiros deveriam consultá-los sempre que fossem lidar com os menores.

Logo depois daquela conversa, outro plantonista chegou à APAC e o primeiro começou a reclamar com ele por seu atraso. Ele, então, respondeu que o outro não deveria reclamar, pois a obrigação de cuidar dos menores era do carcereiro e não dele. Tendo dado seu horário de saída, 7:00h, o primeiro plantonista deveria simplesmente ter ido embora e deixado a APAC sozinha. Isso deixou-o mais irritado ainda, seu rosto transparecia um ar cansado, que lhe era bastante incomum, mesmo em dias como esse nos quais ele fazia plantão. O primeiro plantonista argumentou que não poderia deixar a APAC sozinha, mas o último respondeu que a APAC estava, de fato, vazia, nada havia para ser feito lá. A única tarefa que havia na APAC era tomar conta dos menores, e isso era tarefa dos carcereiros. Nesse sentido, a posição da APAC parecia ser um tanto dúbia: os plantonistas repudiavam os carcereiros, por um lado; por outro, eles jogavam algumas responsabilidades para os carcereiros, responsabilidades com as quais ele não queriam arcar.

Logo depois da partida do primeiro plantonista, o carcereiro chegou à APAC. Ele parecia bastante agitada pelo que havia ocorrido no fim-de-semana. Disse-me que o problema ocorreu no domingo de madrugada, à 1:00h.

Aparentemente, era comum que ele distribuisse cigarros nas celas para os menores. A condição para uma determinada cela receber cigarros era o comportamento apresentado. Se uma determinada cela houvesse apresentado um mau comportamento, ela não recebia cigarros. Parece que essa não era uma prática exclusiva sua. Um dos plantonistas, durante nossa conversa, citou um outro carcereiro que também fazia isso. Em outro momento, porém, conversando com um

plantonista a respeito da distribuição de cigarros, ele disse que de tudo o que chegava aos menores, ou aos detentos, em qualquer instituição prisional comum e, agora, na APAC, metade ou mais ficava com os carcereiros. A família deixava dez maços de cigarro, um ou dois chegavam aos menores. Portanto, o cigarro distribuído para os menores, de acordo com essa informação, era aquele trazido pelos próprios familiares e que ficava retido pelos carcereiros. Enfim, o carcereiro contou que os garotos de uma das celas pediram cigarro, mas ele se recusou a entregá-los, pois eles haviam se comportado mau algum tempo antes. Ele já havia distribuído cigarros para uma outra cela que se comportara bem. Assim, os menores que ficaram sem cigarros começaram a ameaçar pôr fogo nos colchões. O primeiro plantonista com quem conversei contou-me que ameaçou os menores, dizendo-lhes que se eles pusessem fogo nos colchões, eles ficariam sem colchões e sem roupas; disse que eles seriam transferidos para uma cela sem colchão e que ficariam sem roupas para não terem em quê pôr fogo. Parece-me que essa situação teve início no sábado à tarde e foi ficando mais tensa à medida em que o tempo passava. Os menores ameaçaram o carcereiro de morte, dizendo que “lá fora é diferente”, e que se eles cruzassem com o carcereiro ia “ser aquilo”. Ele retrucou: “Vocês estão me ameaçando de morte? Podem ameaçar, porque a gente só tem duas certezas na vida: uma, que a gente vai nascer, e outra, que a gente vai morrer. E ninguém sabe quando vai morrer”.

Devido a essa confusão, a GARRA foi chamado para providenciar a transferência dos menores para outras celas. Acho que essa prática visava diminuir o tamanho dos grupos e conseqüentemente, a chance de novos problemas. Os policiais entraram na APAC com a disposição de agredir os menores, pois eles haviam ameaçado um funcionário de morte. O carcereiro disse-me que devido à sua intervenção, os policiais não bateram nos menores; apenas “deram uma dura” neles, fazendo-os tremer de medo.

Uma das razões pelas quais os meninos estavam mais agitados, disseram-me os funcionários, era que agora havia garotas em uma das celas da APAC. Houve um incidente na APAC algum tempo antes envolvendo a cela feminina. Uma das menores aparentemente estava tentando cortar os pulsos com um fio. Houve uma gritaria nas celas e um funcionário da APAC correu para ver o que estava acontecendo. Os garotos gritavam, “Ela tá se cortando! Ela tá se cortando!” “Mas ela tá se cortando com o que?”, perguntou ele. “Com um fio”, respondeu a outra menina

que estava na cela. “Ih, pode deixar que até ela conseguir se cortar, o R. [carcereiro] já tá aqui”, desdenhou o funcionário.

Houve um outro incidente um pouco mais tarde que vale a pena ser mencionado. Quando o carcereiro chegou com os pães para serem distribuídos no café da manhã, o funcionário estava no plantão e havia um outro carcereiro que chegou para substituí-lo. O primeiro carcereiro só estava na APAC ainda pois era sua obrigação distribuir os pães para os garotos. Ele entrou no corredor das celas e descobriu que o cano de um dos chuveiros havia sido arrancado. O carcereiro, então, voltou rapidamente para a recepção e perguntou para o outro carcereiro se aquele cano já estava faltando antes ou se havia sido arrancado naquele dia. Ele respondeu que o cano estava normal, até algum tempo antes. O carcereiro chamou-o para ir até às celas verificar a situação do chuveiro. O funcionário da APAC ficou na recepção. Quando os dois se afastaram, ele começou a reclamar para mim, surpreendendo-me, do carcereiro que havia entrado nas celas para averiguar o problema dos chuveiros. Eu não havia nem mesmo notado isso, mas o funcionário sentiu-se extremamente humilhado por não ter sido chamado para ir às celas com os carcereiros. Ele apontou isso como uma falha do carcereiro. Acrescentou que quando o carcereiro estava nascendo, ele, o funcionário, já conhecia todas as manhas da malandragem e já tomava “pico” por aí, sendo, portanto, muito mais experiente que o carcereiro. Aí ele citou a passagem da Bíblia que aconselha que se procure sempre sentar nos lugares de menor destaque, pois se pertencermos a uma posição superior, seremos chamados para ocupá-la e nossa glória será maior; ao passo que se ocuparmos uma posição de destaque, mas formos de uma posição inferior, seremos obrigados a ceder o lugar para quem lhe pertence de direito, e nossa humilhação será maior. “Quem se humilha será exaltado; quem se exalta será humilhado”, ele disse. Com isso ele queria dizer que não iria se oferecer para ir junto com os dois e depois acabar sendo humilhado pelo carcereiro que poderia dispensar sua presença. Mas o funcionário completou que o carcereiro tinha muitas dificuldades para resolver as situações de conflito com os menores, ao passo que ele mesmo conseguia lidar bem com os menores, que gostavam muito dele. O funcionário completou que já havia conseguido compreender como os menores funcionavam, ao passo que o carcereiro, não; e só porque ele era da polícia, ele pensava que compreendia como era o “funcionamento” dos menores.

Quando os dois carcereiros voltaram das celas, o primeiro contou para o carcereiro o que havia acontecido no fim-de-semana. Interessante, ao invés de falar por si mesmo, ele leu o relatório que constava do livro que ficava sobre sua mesa. Ao término do relato, ele fez questão de dizer que ninguém havia apanhado, que a GARRA não havia encostado a mão em ninguém, e que o “pastor que estava aqui acompanhou tudo, ele viu que ninguém apanhou”, referindo-se ao plantonista evangélico que cuidou dos menores junto com ele no fim-de-semana. Naquele momento, tive a impressão que sua preocupação em assegurar aos ouvintes a lisura do procedimento da polícia decorria do fato de que ele não sabia quem eu era e a que vinha. Tenho sérias dúvidas de que ele tentaria se justificar dessa maneira se houvesse apenas carcereiros presentes. O funcionário respondeu que era bom que os menores apanhassem de vez em quando, pois mais uma ou duas vezes em que eles não apanhassem, eles poderiam se acostumar com a situação e parar de obedecer. Curiosamente, essa é uma postura que ele adotava principalmente frente aos carcereiros. Às vezes ele falava sobre a necessidade de uma certa violência com os presos adultos ou crianças, mas frente aos carcereiros ele tendia a adotar uma postura mais enfática para justificar essa violência. Parece-me que essa era uma forma de tentar diminuir a distância que existia entre os carcereiros e os plantonistas, uma tentativa de contato.

Naquele fim-de-semana houve uma feira de artesanato na APAC, organizada pela presidente da entidade. Durante a feira, foram vendidos artigos de tricô e crochê produzidos pelas esposas e filhas dos antigos recuperandos. Essas mulheres participavam toda quarta-feira de aulas de artesanato ministradas na própria APAC e que continuaram a acontecer apesar do fechamento da instituição. Como esse grupo de mulheres já participava dessas aulas havia muito tempo, na época da feira a maioria dos parentes presos já estava em liberdade. Mesmo assim, essas mulheres continuavam a participar das aulas por considerá-las importantes. Essa talvez fosse a única atividade organizada que ainda havia sobrado dos tempos em que a APAC funcionava com os dois regimes. A feira de artesanato, porém, foi um fracasso, havendo pouquíssima procura pelos produtos. Em parte isso se devia à localização da feira: a garagem da APAC, que, apesar de estar voltada para a rua, era pouco convidativa, e os transeuntes sentiam-se um pouco intimidados de entrarem na cadeia para olharem melhor os produtos. Por outro lado, o preço dos produtos era quase

abusivo. Uma toalha de mesa custava algo em torno de R\$50,00, o que fazia com que os poucos interessados nos produtos logo desistissem de comprar qualquer coisa e retornassem para a calçada, seguindo seu caminho.

É interessante notar que a APAC sobreviveu de fato em uma atividade que nada, ou quase nada, tinha a ver com a questão carcerária. Impedidos como estavam de exercer um papel mais decisivo no trato com os menores presos em suas celas, os membros da APAC sentiam que sua presença era inútil e dispensável dentro da própria instituição. Basicamente, as únicas atividades importantes que ainda eram desenvolvidas referiam-se à guarda do prédio pelos plantonistas e a alguns trabalhos burocráticos no escritório sobre os quais eu pouco pude saber. Os menores presos nunca foram uma clientela da APAC e os funcionários sentiam que eles continuavam a não lhes pertencer, na medida em que os carcereiros eram refratários ao contato com os funcionários e protegiam os menores de possíveis investidas através de uma postura que sinalizava aos funcionários que os menores não eram problema deles. Quando os menores chegaram à APAC, o que houve não foi a apropriação de uma nova clientela pela instituição, que ocorreria caso a APAC pudesse aplicar aos menores as práticas que configuravam seu “método”, mas a destituição do poder da instituição sobre uma parte do presídio que passou a ser administrada segundo os moldes convencionais da delegacia de polícia. Por isso, quando os plantonistas, principais agentes da APAC neste período, perceberam que estavam excluídos do trabalho com os menores, houve uma certa decepção, sinalizada por um antagonismo crescente frente aos carcereiros e por sugestões, em momentos posteriores, de separação entre os dois grupos, concretizadas numa idéia de que os carcereiros e plantonistas deveriam ter entre si o menor contato possível. Neste período de meu trabalho, havia três plantonistas tomando conta do prédio – dois em caráter voluntário e um sendo pago mensalmente para isso – e dois funcionários do escritório que agora trabalhavam em caráter voluntário. Excetuando esses cinco personagens, ninguém mais ia sistematicamente à APAC além de mim. Mesmo assim, o número de membros da APAC era bastante maior, na medida em que eventualmente acorriam ao prédio várias outras pessoas ligadas ao trabalho da instituição e que esperavam apenas que ela voltasse a funcionar para retomarem suas atividades. Essas pessoas foram se desligando aos poucos do trabalho da APAC na medida em que se convenciam de que ela não voltaria a funcionar ou, se voltasse,

não seria tão cedo e certamente o trabalho não poderia ser feito como antigamente. Mesmo assim, esses outros membros da APAC compareciam às suas dependências de tempos em tempos como para reavivar em sua memória o trabalho que antes ali executavam. Essas visitas foram se tornando cada vez mais raras até que apenas os cinco personagens acima citados permaneceram de fato na APAC. A APAC foi lentamente morrendo nos corações e mentes de seus antigos membros à medida em que eles se convenciam de que ela não voltaria a cuidar de presos e assim, apesar de oficialmente ser uma entidade organizada contando com vários membros, apenas uma diminuta parte do baixo-escalão permanecia ativa, sendo como que guiada por uma força moral mais elevada que os obrigava a comparecer diariamente à APAC para habitar um prédio vazio. Frente à interdição do trabalho com os presos, a APAC buscava sobreviver precariamente em outras atividades, como a guarda dos menores e o trabalho com familiares de presos. Mas se mesmo pequenos desvios frente ao método levavam a APAC de São José dos Campos a considerar que tal ou qual instituição não era “APAC de verdade”, eles não podiam se sentir à vontade ao perceberem que o que tinham em mãos eram resquícios insignificantes do que outrora havia sido uma instituição que trazia orgulho para a cidade de São José dos Campos, a ponto de Mário Ottoboni dizer que visitar a APAC havia se tornado um programa turístico para os visitantes ilustres da cidade.

Pude ver um outro exemplo da necessidade de manter atividades extrapenitenciárias durante o período de fechamento da APAC quando presenciei uma discussão entre membros da APAC pouco tempo depois do encerramento de suas atividades com o regime semi-aberto. A APAC tinha um convênio com os feirantes através do qual as sobras das feiras eram recolhidas e enviadas para a APAC, que as distribuía, por sua vez, entre os presos ou suas famílias. Havia ainda uma sobra desses alimentos na APAC, que era distribuía, por fim, para moradores de rua que faziam fila nos dias de distribuição para poderem pegar o alimento. Apesar da APAC estar vazia agora, um dia eu presenciei uma discussão a respeito da necessidade de se continuar buscando a sobra das feiras. A argumentação fazia-se no sentido de que já não havia necessidade da APAC buscar essa sobra toda semana, pois não havia mais ninguém lá. Por outro lado, respondia-se que se a APAC deixasse de fazê-lo, o convênio com os feirantes seria tacitamente cancelado e eles destinariam esse alimento para alguma outra instituição, o que significaria que, quando a APAC

voltasse a funcionar, ela já não teria mais o convênio com os feirantes, que faria falta para a APAC. Algumas pessoas, então, argumentaram que a APAC deveria continuar recebendo esses alimentos, destinando-os integralmente aos moradores de rua enquanto estivesse fechada, para assim garantir as sobras dos alimentos quando voltasse a funcionar.

Como não eram exigidos na guarda aos menores, os plantonistas da APAC eventualmente se dedicavam a outras atividades. Um deles estava sempre cuidando da limpeza do prédio, apesar de seu esforço ser insuficiente para mantê-lo limpo. No dia seguinte ao incidente relatado acima, quando cheguei à APAC, o plantonista ainda estava lá, apesar de seu turno já haver terminado. Ele estava trabalhando num quartinho próximo à capela, onde havia uma grande quantidade de documentos que estavam se perdendo devido à umidade, às traças e ratos. Ele acreditava que os documentos que estavam nesse quarto eram imprescindíveis para a compreensão do trabalho da APAC e sua ação de arrumar este quarto, tarefa realmente das mais duras, objetivava conscientemente preservar a história da APAC. Ele acreditava que apenas uma pessoa que conhecesse profundamente a história da APAC, como ele mesmo, poderia selecionar os documentos importantes e separá-los daqueles que deviam ser jogados fora. Por exemplo, ele pretendia manter dez exemplares de cada número da "APAC em Revista"; o restante seria jogado fora. O plantonista reclamou novamente que ninguém o ajudava na manutenção da APAC.

Este quarto no qual o plantonista estava trabalhando se encontrava tão sujo que mau se podia entrar nele. Havia uma grande quantidade de papéis no chão, não espalhados de forma desorganizada, apenas, mas formando uma montanha de mais ou menos um metro e oitenta de altura, que chegava a atingir as últimas prateleiras de concreto, as mais próximas do teto. Além disso, não era apenas a desarrumação que tornava o quarto um ambiente dos mais insalubres. Ele lembrava bem aqueles calabouços antigos, escuros e úmidos, nos quais a existência humana se tornava quase um absurdo. Certa vez, um outro plantonista contou-me que foi mexer nessa montanha de papéis embolorados e, por vezes, transformados em simples pasta de celulose, quando foi atingido (essa é a melhor expressão) por um cheiro insuportável vindo debaixo dos papéis. Ao vasculhar os papéis, cavando-os até chegar ao chão, encontrou preservada a caveira de um rato, tão intacta que permitia vislumbrar toda a forma do animal e a posição na qual morreria. Ele teve a ilusão de que se puxasse a

caveira pela ponta, ela viria inteira em sua mão. Tentou fazê-lo mas decepcionou-se ao ver que apenas aqueles ossos que ele estava segurando vinham com ele, ficando o restante no chão, na mesma posição.

O plantonista com o qual eu estava conversando reclamou que o estado de má conservação no qual se encontrava a APAC devia-se ao fato de que ninguém se preocupava em cuidar dela, preservá-la. Ele citou como argumento o fato de que havia cadeiras boas jogadas no pátio ao lado da capela, uma área descoberta onde as cadeiras recebiam constantemente chuva e sol, o que arruinava a fórmica e enferrujava suas partes metálicas. Mesmo considerando que o quarto no qual estava trabalhando acumulava lixo de muito tempo antes do fechamento da APAC, sua reclamação se referia a algo que eu também pude perceber. A crescente deterioração da APAC era óbvia para qualquer pessoa e, neste momento, o prédio todo já parecia estar abandonado, tanto pela poeira que se acumulava nos móveis quanto pelo lixo que ficava espalhado pelo chão.

Enquanto eu conversava com o plantonista que estava arrumando o cômodo, ele reclamou também do carcereiro, o mesmo que já havia merecido reclamações por parte de outro plantonista no dia anterior. Suas reclamações voltaram-se para a prepotência do carcereiro. De acordo com o plantonista, este carcereiro imaginava que conseguia controlar a situação na APAC sozinho, o que era absurdo, na opinião do plantonista. Tanto isso era verdade que certa vez ocorreu um problema com os menores e o próprio plantonista teve que agir para resolvê-lo. Apesar disso, o carcereiro disse para ele que agora, quem mandava na APAC eram os carcereiros e por isso ele não deveria interferir nos problemas da cadeia. Ao contar-me esta conversa, o plantonista, visivelmente irritado, levantou a voz, dizendo que respondeu para o carcereiro: “Você só manda nos menores! Naqueles lá, você manda. No resto – na administração do prédio, tudo aqui – é a gente que toma conta. Vocês não têm que se meter. Aqui, quem manda é a gente. Você só manda nos menores”. Depois, ele completou suas colocações dizendo que aquele carcereiro era muito novo e inexperiente, e achava que entendia o que era um presídio. Foi a mesma crítica expressa pelo outro plantonista. Quando ocorreu uma tentativa de resgate de um menor, quem organizou a segurança do presídio foi o próprio plantonista. Ele terminou o assunto dizendo: “Eu o ajudei, agora ele me trata assim! Eu não quero mais conversa com ele. Ele que se vire!” Pouco tempo depois, porém, o plantonista

procurou-me para dizer que o carcereiro havia ido até ele para pedir-lhe desculpas pelo que havia dito.

Neste mesmo dia, um egresso da APAC foi visitar a instituição e o plantonista levou-o para ver o quartinho no qual estava trabalhando. Era muito comum que egressos voltassem à APAC para cumprimentarem os funcionários e reverem os lugares por onde passaram. Eles sempre lamentavam que ela tivesse terminado. Neste dia, especificamente, quando o egresso lamentou o fim da APAC, o plantonista respondeu que Mário Ottoboni sempre dizia: “Quem vai acabar com a APAC são os próprios presos”. Com isso, ele se referia à ligação imediata que os membros da APAC estabeleciam entre o fim da APAC e a desobediência dos recuperandos que deixavam a APAC mesmo frente à proibição expressa dos plantonistas.

As reclamações dos plantonistas contra os carcereiros se tornavam cada vez mais constantes. Neste dia, encontrei-me com o plantonista que cuidou dos menores naquele fim-de-semana. Ele continuava reclamando dos carcereiros, principalmente do fato de usarem revólveres. Em Campos do Jordão, ele contou, havia um presídio no qual os carcereiros não usavam revólveres. Ele apontou para a contradição entre carcereiros armados que temiam os menores, e voluntários desarmados como ele, que entravam nos corredores e conversam com os menores sem qualquer problema. Mais tarde, um funcionário do escritório me disse que a presidente da APAC estava tendo mais trabalho para controlar os ânimos do que para gerenciar a APAC. Segui dizendo que este plantonista andava muito exaltado e que ele sempre brigava com a presidente por causa dos carcereiros. O funcionário ligou essa exaltação a um fanatismo religioso (vale lembrar que este plantonista era o único evangélico na APAC naquele momento) lamentando essa atitude e considerando-a pouco positiva. O plantonista, de fato, contou-me que falou com a presidente mas ela rechaçou-o avisando-o de que não deveria se intrometer nos assuntos relacionados aos carcereiros e aos menores, pois isso não estava em sua alçada e nem era do âmbito da APAC. Ele também me contou que um dia um menor, preso por roubo, foi agredido por um carcereiro com um pedaço de pau. O plantonista ficou muito irritado com o que aconteceu, ainda mais tendo ocorrido dentro da APAC, lugar que, em suas palavras, havia funcionado por vinte e sete anos cuidando dos presos sem nunca ter

precisado fazer uso da violência. Ele parecia sentir como se este tipo de agressão profanasse a APAC.

Mais tarde, fui com um funcionário do escritório tirar cópias de documentos na Câmara Municipal (a APAC tinha uma cota mensal de cópias na Câmara). No caminho, nos encontramos com um rapaz que havia trabalhado como editor de um jornal da APAC. Ele perguntou para o funcionário como estava a situação na APAC e este respondeu que estava realizando trabalho voluntário pois a APAC estava sem verbas. Ele continuava trabalhando na APAC pois estava desempregado e seria difícil para ele conseguir outro emprego naquele momento. Ele alegou que esperava uma melhoria na situação da APAC, e por isso ia continuar trabalhando lá.

Esta falta de verbas se refletia até mesmo no momento de obter as coisas mais simples. A diretoria da APAC, principalmente sua presidente, tinha como atividade quase exclusiva na instituição responder às acusações de transferência ilegal de presos elaboradas pelo Ministério Público e que ainda pesavam sobre a APAC. Por isso, entre as cópias que fizemos neste dia havia documentos relacionados à defesa da APAC contra essas acusações. A presidente queria que essas cópias fossem autenticadas para garantir-se contra possíveis extravios desses documentos. Um dos funcionários do escritório, porém, alertou-a de que a APAC não tinha dinheiro para autenticar as cópias que seriam feitas, e por isso ela teve que escolher dentre os documentos aqueles mais importantes para autenticar.

Apesar de não ter podido copiar esses documentos, pude lê-los e ver, em linhas gerais, qual foi a estratégia de defesa da APAC. Esses documentos diziam que as denúncias se referiam a dois tipos de presos: aqueles provenientes de outras comarcas, sem direito, portanto, de permanecerem em São José dos Campos; e aqueles que não haviam cumprido seus prazos para progressão de pena. O documento tentava responder às acusações que pesavam contra a APAC, acusando os advogados, que recebiam propina para conseguir a transferência dos presos para a APAC – num caso, propina de trinta mil reais, e em outro, propinas entre três e seis mil reais. O documento dizia ainda que a culpa dessas transferências ilegais devia recair tanto sobre os juizes que permitiam essas transferências, quanto sobre os delegados que deram seu aval para o processo.

Neste dia, um outro recuperando da APAC foi até lá à tarde para cumprimentar os funcionários. Enquanto todos estavam conversando, pude ouvir um

relato feito pela presidente da APAC sobre uma viagem que seu filho fez à Austrália, na qual encontrou um egresso da APAC que para lá emigrou a fim de conseguir trabalho. O rapaz ficou muito emocionado por conhecer o filho da presidente, da qual ele se lembrava bem, e pediu para que ele mandasse beijos para a mãe em seu nome. Ao ligar para ela, ele disse estar com ciúmes. Ela respondeu que ele não devia sentir isso, pois ele não era seu único filho – o que queria dizer que os recuperandos também eram seus filhos. Claro, ela estava em presença de um egresso; mas essa frase mostrava bem o tipo de relação que se procurava estabelecer na APAC, uma relação maternal ou paternal – uma relação familiar.

Talvez seguindo esta tradição, havia por parte dos plantonistas da APAC uma aproximação maior frente aos menores do que a demonstrada pelos carcereiros. Certo dia, já no final de dezembro, quando eu estava entrevistando um dos plantonistas, um carcereiro nos interrompeu para avisá-lo de que naquele dia chegariam sete “quentinhas” (marmitas): cinco para os menores e duas para eles (carcereiro e plantonista). O plantonista ficou espantado e perguntou porque só chegariam sete refeições. O carcereiro respondeu que os outros oito menores que estavam presos haviam sido transferidos para a FEBEM. O plantonista, com ares de tristeza, reclamou por não haver sido chamado para se despedir deles. Algum tempo depois, porém, o plantonista foi chamado para a recepção e eu o acompanhei. Quando chegamos à porta, havia dois camburões parados à frente do prédio, em cada qual se amontoavam quatro menores. O plantonista havia sido chamado para vê-los uma última vez. Ele, porém, não se despediu, mas ficou parado à porta com um ar carregado. Depois que eles partiram, ele disse que aquilo era uma “judiação”.

No final de dezembro, a situação financeira da APAC já havia se definido: ela estava praticamente sem verbas e não era capaz de pagar os funcionários que nela trabalhavam, obrigando aqueles que ainda permaneciam a executar seus trabalhos em caráter voluntário. Nesta época, eu conversei com um funcionário do escritório que confirmou este quadro. Ele contou-me que nenhum funcionário da APAC estava recebendo. Perguntei-lhe sobre as verbas da APAC e ele informou-me de que quem mandava as verbas para a APAC era a Prefeitura, mas ela deixou de fazê-lo assim que o fechamento da APAC foi confirmado. Ele mesmo ainda não havia deixado a APAC pois estava desempregado e não tinha muitas alternativas além do trabalho voluntário que executava. Quase todos os voluntários, de acordo com ele, estavam

nesta situação, exceto um dos plantonistas, que era o único a ter salário fixo proveniente de seu trabalho na APAC. A razão para essa estranha exceção era bastante interessante: mesmo quando a APAC funcionava normalmente, este plantonista era, dentre os funcionários, o mais estável financeiramente, já que seu salário não dependia das contribuições dadas à APAC. Este plantonista outrora havia sido recuperando da APAC e contou com a ajuda de um dos fundadores da APAC para poder trabalhar na entidade. Esse fundador e antigo presidente da APAC era psicólogo e tinha uma grande clínica na cidade que empregava inúmeros psicólogos. Como os rendimentos desta clínica eram relativamente altos, ele decidiu contribuir financeiramente com o trabalho da APAC fazendo doações, o que lhe dava o direito de descontar o valor da contribuição do imposto pago pela clínica. Ele aproveitou este mecanismo e passou a contribuir com um valor mensal que fosse suficiente para manter este plantonista, pagando, na prática, seu salário. Assim, seu salário não era pago pela APAC, mas por este psicólogo, que descontava as despesas do imposto pago por sua clínica. A existência de um único funcionário remunerado não era absolutamente tranqüila para os outros funcionários. Raramente havia qualquer reclamação com relação a isso, mas eventualmente eu podia ouvir queixas no sentido de que este plantonista, por ser o único a receber salário fixo, deveria trabalhar mais do que os outros. Quando havia qualquer problema com relação ao seu trabalho, o argumento sempre usado era o de que, por ser o único a receber salário, ele não podia se dar ao luxo cometer falhas no serviço.

Por esta época eu pude ver como se dava a entrada de verbas na APAC e como se fazia o pagamento de seus funcionários. Uma vez, chegou uma carta à APAC que um funcionário do escritório pareceu receber com muita satisfação. Ele exclamou: "Olha a carta de quem que chegou!", como se eu conhecesse o remetente; eu não o conhecia. Ele então perguntou retoricamente se não haveria um cheque dentro do envelope. Olhou-o contra a luz e, decepcionado, comentou que achava que era apenas um cartão de Natal. Abriu o envelope e descobriu um cheque dentro do cartão, o que o deixou bastante contente. Dois dias após a chegada do envelope, este funcionário convidou-me para ir até a casa de uma antiga funcionária da APAC e que não aparecia havia quase dois meses. Este convite devia-se ao fato de que eu era a única pessoa ali que tinha carro e a casa desta funcionária era um pouco distante da APAC. Fomos até lá e, após alguns cumprimentos bastante sinceros, ele, com um

certo suspense, perguntou à funcionária se ela podia adivinhar quem havia mandado uma carta para a APAC. Ela sugeriu um nome e acertou em cheio. Ele, então, informou-lhe que havia ido até lá para entregar um presente de final de ano e tirou algumas cédulas de dinheiro do bolso entregando-as para a funcionária. Ela ficou muito agradecida, abraçando-o com força. Depois de alguns minutos de conversa, nós nos despedimos e o funcionário assegurou para ela que se houvesse mais doações ele voltaria lá para entregar-lhe sua parte devida. O pagamento era, de fato, uma parte muito fluida da APAC e variava, como mostrou esta cena, conforme chegavam algumas contribuições de antigos sócios e conforme fosse a percepção dos funcionários de quem mereceria receber o pagamento. Vale lembrar que, da mesma forma que esta funcionária, outros membros da APAC haviam saído fazia algum tempo, mas esses não foram lembrados na hora de receberem o pagamento. O pagamento era, na verdade, tão fluido quanto as fontes de renda. Alguns dias antes deste episódio, uma voluntária contou-me que havia um egresso da APAC que, após sair da entidade, conseguiu firmar um negócio próprio e prosperou, sendo visto pelo pessoal da APAC como uma pessoa “bem estabelecida”. Este egresso colaborava constantemente com a APAC, financeiramente falando. Os funcionários não sentiam pudor em pedir-lhe dinheiro, pois sempre pensavam que a quantia pedida não lhe faria falta. Posteriormente, começaram a pensar que o estavam “explorando”, e procuraram não mais recorrer a sua ajuda, deixando-o em paz. Mas ele sempre ajudava quando era requisitado. Tal era, enfim, a variedade das fontes de renda da APAC, que recorria a todos os meios possíveis a fim de garantir seu funcionamento o que mostra, por outro lado, a precariedade dessas fontes.

Neste dia, um dos antigos membros da APAC foi até a entidade conversar com a presidente. Ele aparentava muito abatimento e todos o percebemos logo de início. Ele havia ido até a APAC para comunicar à presidente que estava com depressão. Conversando depois com um plantonista, ele analisou a depressão deste voluntário como fruto do processo de fechamento da APAC. Este voluntário havia participado das atividades da APAC desde quase seu início e sofria muito ao ver algo pelo que havia lutado toda a vida destruído daquela forma. Além disso, ele estava sendo processado por facilitação de fuga e se sentia inconformado por ser colocado na posição de réu por algo que, a ser ver, não era crime nenhum. A APAC era mesmo, para alguns funcionários, uma razão para viver. O fim da APAC provocou

em muitos deles uma enorme comoção. Para alguns, o fim da APAC parece ter levado a uma reação parecida com o luto. A APAC, para seus colaboradores mais diretos, foi uma perda bastante importante.

Dentre todos os carcereiros que ocupavam a APAC, havia um em especial que, por sua atitude, desde logo percebida pelos funcionários como sendo de prepotência, ganhou imediatamente a antipatia dos membros da APAC. Logo depois do Natal, quando fui novamente até a APAC, um dos plantonistas estava dentro de seu carro, fora da APAC, conversando com o carcereiro de quem os funcionários não gostavam. Quando entrei, conversei um pouco com este plantonista na sala da recepção. Havia um outro plantonista na sala que pareceu emburrado e não pronunciou uma palavra sequer, mesmo quando eu tentei trazê-lo para o assunto. Um pouco mais tarde, fui novamente até a recepção. Num momento em que o carcereiro saiu da sala para ir até os menores, este carcereiro aproximou-se de mim pela primeira vez no dia e começou a reclamar do carcereiro. Ele disse que naquele fim-de-semana, que havia sido o fim-de-semana do Natal, o carcereiro havia aprontado uma confusão enorme. Ele deixou o plantonista que o acompanhava trancado na APAC sem chave e foi dormir. Sem saber o que fazer para sair de lá, ele ligou para o plantonista com quem eu conversava, que o aconselhou a pegar a chave mesmo com o carcereiro ainda dormindo. Ele, porém, não quis acordá-lo. Na manhã daquela segunda-feira, então, este plantonista deu uma bronca no carcereiro por ter deixado seu companheiro trancado dentro do presídio. O carcereiro retrucou que quem mandava na APAC agora eram eles. O plantonista respondeu que eles estavam ocupando apenas duas celas da APAC, e que toda a administração do presídio continuava sob responsabilidade da APAC. Por isso, explicou-me o plantonista, ele não estava falando com o carcereiro. E por isso também, completou, o carcereiro estava sendo tão gentil com todo mundo. Este plantonista acusou o outro, que estava conversando com o carcereiro quando eu cheguei, de ser “maria-vai-com-as-outras”, por ficar conversando com os carcereiros, tentando ser amigo deles. Ele ressaltou, por fim, que ele mesmo só queria ser “amigo da APAC”.

Este plantonista acusou os carcereiros, ainda, de ficarem pegando a comida e o restante dos presentes que chegavam para os menores e, além disso, de ficarem dormindo o dia inteiro. Quanto à primeira parte da acusação, essa era a opinião geral dos funcionários da APAC. Todos eles, sem exceção, acusavam os carcereiros de

surrupiam os presentes que chegavam para os menores; mesmo quem defendia uma convivência pacífica com os carcereiros manifestava essa queixa para com eles.

Nesta época eu notei que tinha uma liberdade muito maior para circular pela APAC. Eu podia ligar o computador a hora que quisesse e podia andar por todos os cômodos, exceto as celas dos menores. Como reflexo dessa liberdade, às vezes os funcionários contavam comigo para realizar pequenas tarefas que fugiam completamente ao meu papel. Neste mesmo dia, subi até o escritório e fiquei conversando com um dos funcionários. Num determinado momento, o telefone tocou e o funcionário pediu que eu atendesse. Era uma ligação a cobrar. O funcionário me pediu que desligasse, pois provavelmente tratava-se de algum egresso querendo falar com a APAC sem pagar a ligação. Na segunda vez em que o telefone tocou, eu perguntei-lhe se deveria deixá-lo tocar. Ele respondeu que não, pois o carcereiro talvez quisesse atendê-lo e aceitar a ligação. Tive, assim, que atender ao telefone mais seis vezes até que a pessoa desistisse de ligar.

Ainda neste dia, percebi que estava afixado na parede da recepção um comunicado informando que a entrada de voluntários só poderia ocorrer com a autorização dos carcereiros. Este comunicado estava assinado pela presidente da APAC e tinha um significado importante, indicando que a diretoria da APAC sancionava o poder que os carcereiros tinham se arrogado de controlar o fluxo de voluntários na APAC. Era um desfecho um tanto inusitado para a luta que se havia estabelecido entre carcereiros e plantonistas por um maior poder sobre o espaço físico da APAC e, conseqüentemente, sobre a clientela que lá estava. Na verdade, houve uma certa desigualdade nesta luta pois apenas um dos plantonistas, justamente o único evangélico que ainda trabalhava na APAC, enfrentava abertamente a decisão da diretoria que permitiu a entrada dos menores. Por isso, a impressão que se tinha era de um protesto isolado de um único plantonista descontente. Na verdade, a entrada de carcereiros provocou confrontos com todos os plantonistas e isso não foi uma questão isolada. Os plantonistas davam a impressão – e mesmo o disseram abertamente, em algumas ocasiões – que o problema também se restringia, do lado da carceragem, a um ou outro carcereiro que zombava dos problemas pelos quais a APAC estava passando. Se isso foi verdade no início, ao longo da convivência entre carcereiros e plantonistas esses foram achando outros motivos para desgostarem da presença dos primeiros. Havia diferenças profundas na forma de se relacionarem

com a população presa e com os familiares dos presos. Os plantonistas demonstravam na maior parte das vezes uma tendência a abrir mão da violência, tentando conquistar a cooperação dos menores e procurando entender como era seu “funcionamento”, ao passo que os carcereiros faziam tábula rasa desse problema e agiam de forma mais abertamente disciplinadora e coercitiva, obtendo, sem dúvida nenhuma, um outro tipo de conhecimento sobre a população de menores encarcerados. Apesar de eventos isolados nos quais os plantonistas agiam de forma repressora também, na maior parte das vezes eles procuravam inteirar-se do que acontecia com os menores e procuravam estabelecer um contato mais próximo com eles, coisa que dificilmente os carcereiros faziam. Um sinal disso foi que em nenhum momento eu sequer ouvi boatos de que tivesse ocorrido qualquer desavença entre os menores e os plantonistas, da forma como ocorreram entre aqueles e os carcereiros. Se isso pode ser creditado à diferença que existia entre o tipo de relação estabelecido com os plantonistas e com os carcereiros – esses últimos eram, afinal, os responsáveis diretos pela guarda dos menores, ao passo que os primeiros apenas colaboravam eventualmente com o trabalho dos carcereiros – não pode mascarar a diferença que existia entre o tipo de trabalho praticado pela carceragem em geral e o tipo de trabalho tradicionalmente efetuado pela APAC. Na relação com os familiares dos menores também transparecia uma grande diferença – os carcereiros tendiam a tratar os familiares com um certo desprezo e violência, ao passo que os plantonistas da APAC procuravam demonstrar carinho e compreensão pela situação que esses familiares enfrentavam. Neste aspecto eu devo confessar que faltou-me oportunidade para ouvir com mais profundidade a opinião dos carcereiros. Eles, desde o início, agiram para comigo como se eu fosse um membro diferenciado da APAC, diferenciado porque eu não fazia parte diretamente dos quadros da APAC, mas ainda assim um simpatizante, um aliado da APAC. Por isso, eles compartilharam comigo aquilo que compartilhariam com os outros membros da APAC, como os plantonistas, o que não era muito. Na relação entre carcereiros e plantonistas, havia um certo respeito pelas posições recíprocas que possibilitou que a convivência entre eles se efetuasse sem maiores confrontos. Apesar das discordâncias quanto aos procedimentos e à decepção dos plantonistas que não podiam habitar o espaço institucional dos menores, eles não transgrediam os limites de suas funções. Os plantonistas, mesmo a contragosto, respeitavam a idéia de que os menores eram

problema dos carcereiros. Esses, por sua vez, respeitavam o poder dos plantonistas sobre o espaço físico da APAC e emitiam constantemente sinais de que reconheciam estar usando o prédio em caráter provisório e como um favor prestado pela APAC à delegacia de polícia. Apesar das desavenças entre eles, a convivência era possível na medida em que esses limites fossem respeitados. A eleição de um determinado carcereiro e de um determinado plantonista como fontes principais de problemas não foi, sob este aspecto, aleatória. Esses dois eram os únicos personagens a não respeitarem esse limite de civilidade. O carcereiro, por um lado, emitia sempre sinais de que se considerava responsável por todo o prédio e que era apenas uma questão de tempo até que a APAC fosse removida dali para dar lugar a outros membros da delegacia. O plantonista, por outro, era o maior defensor de que os carcereiros fossem expulsos do presídio Humaitá e que a APAC passasse a cuidar dos menores.

A relação entre carcereiros e plantonistas acabou evoluindo para um certo equilíbrio na medida em que as posições foram permanecendo absolutamente estáveis. Fiquei mais ou menos dez dias sem comparecer à APAC devido aos problemas de trânsito causados pela passagem de ano. Quando voltei a ir lá, pude notar que já haviam acontecido algumas mudanças sutis na instituição. Após esperar alguns minutos para ser atendido, algo que era comum na época em que a APAC estava vazia mas que se normalizou após a entrada dos carcereiros, fui atendido pelo plantonista da APAC que parecia muito apressado. Ele me disse que estava fazendo umas mudanças nas celas e que precisava voltar para lá rapidamente a fim de ajudar o carcereiro. Eu perguntei se ele queria minha ajuda mas ele respondeu que não era necessário. Depois, entendi que ele estava fazendo uma mudança de menores, que passaram de uma cela a outra a fim de que a cela anteriormente ocupada pudesse ser limpa.

Percebi, além disso, que a porta que fechava a passagem entre a capela e a entrada estava não só sem cadeado, mas escancarada, algo que só acontecia quando a APAC estava completamente vazia. Quando os carcereiros passaram a fazer parte do cotidiano da APAC, por uma questão de imagem ou respeito, esta porta passou a ficar sempre fechada a cadeado. Tive a impressão de que a APAC já não se preocupava mais em evitar que os carcereiros vissem falhas de segurança. Talvez, em primeiro lugar, porque os carcereiros não dessem mais tanta importância à APAC como um todo, apenas a suas celas. Talvez, também, porque os carcereiros

estivessem começando a acostumar-se à APAC e vice-versa, o que podia indicar uma certa integração entre as duas instituições.

Esse equilíbrio tendia a priorizar os carcereiros, que agora controlavam todo o fluxo de pessoal exceto o dos plantonistas e dos funcionários do escritório. Assim que eu comecei a conhecer melhor os carcereiros e eles se acostumaram comigo, eu praticamente não tive mais problemas com eles. Por ironia, o carcereiro que mais se aproximou de mim foi justamente aquele que era mais odiado pelos funcionários. Talvez por causa de minha postura mais neutra, ele sentisse que eu não era uma presença hostil dentro da APAC e, por isso, se sentisse mais à vontade na minha presença. Mesmo assim, houve ainda alguns pequenos desencontros com os carcereiros. Neste dia eu estava na recepção alguns minutos após minha chegada, lendo comunicados afixados na parede da recepção, onde não havia ninguém, quando surgiu, vindo da ala fechada, um agente vestindo colete preto com os dizeres “Polícia Civil” em amarelo. Eu nunca o havia visto. Ele ia passando por mim quando estancou de repente, encarou-me franzindo a sobrancelha e perguntou num tom mal-humorado o que é que eu queria. A princípio, eu não entendi a pergunta, pois para mim era perfeitamente natural que eu estivesse ali. Depois eu entendi que aquele devia ser algum novo carcereiro e gaguejei uma resposta, dizendo que eu havia ido conversar com um determinado funcionário do escritório. Ele me olhou durante algum tempo com uma expressão de desconfiança mas deu-se por satisfeito e voltou a sua atividade.

Neste dia, ainda, um funcionário do escritório precisou conversar com uma assistente social da Prefeitura e convidou-me para acompanhá-lo. Eu aceitei o convite e fomos até uma pequena casa situada na mesma rua do presídio, a poucas quadras de distância. Descobri que era esta assistente social quem coordenava o repasse de verbas da Prefeitura para a APAC. O funcionário do escritório tinha ido fazer a última prestação de contas do ano. Ela demonstrou uma certa intimidade com ele e perguntou-lhe como estavam as coisas na APAC. O funcionário respondeu que estavam paradas. Ela perguntou se ele ou o outro funcionário do escritório estavam recebendo e ele respondeu que não, que estavam como voluntários. Ele adiantou que estavam procurando emprego fora da APAC porque as presas, previstas para serem transferidas havia muito tempo, ainda demorariam bastante para chegar. O funcionário apontou a falta de preocupação das autoridades com a APAC, dizendo

que naquele momento estava sendo construído um local para treinamento de policiais em São José dos Campos e que este era o tipo de investimento que estava sendo priorizado pelo poder público. Como a chegada das mulheres dependia primeiro de reformas no interior do presídio, ele tinha a impressão de que o processo todo ainda iria demorar muito para acontecer. Ele estava muito desanimado e soou como se realmente pretendesse sair da APAC. Segundo ele, naquele momento apenas ele e mais um outro funcionário trabalhavam na APAC. Havia dois plantonistas fixos e mais um que estava começando a diminuir sua frequência à APAC (justamente o plantonista que mais criticava a presença dos carcereiros). A presidente raramente ia à APAC. Havia uma voluntária cuja presença era constante na APAC. O funcionário contou à assistente social que não encontrava com esta voluntária havia vários dias. Ele citou uma outra voluntária bastante dedicada à APAC que já estava trabalhando em outro lugar. Uma terceira funcionária do escritório que ainda trabalhava lá quando eu comecei minha pesquisa – justamente aquela para a qual ele levou algum dinheiro no final do ano - já não ia mais à APAC. Era a isso que estava reduzida esta experiência que já havia sido tão inovadora. Ao sairmos da sala da assistente social, perguntei ao funcionário se a Prefeitura ainda mandava verbas para a APAC. Num tom de voz que lhe era bastante comum, de quem tem que ensinar algo óbvio a uma criança (ele sempre falava assim comigo ao responder a minhas perguntas), ele me disse que as verbas cessaram depois que a APAC fechou (foi esta a palavra que ele usou).

Este foi o primeiro momento em que eu tive certeza de que a APAC estava definindo. Foi a primeira vez em que pude fazer um balanço sobre o que havia acontecido à APAC naqueles últimos meses. Nesta época, a situação institucional já estava definida contra a reabertura a curto prazo de suas instalações. Aos poucos, de forma quase imperceptível, os voluntários e funcionários da APAC foram abandonando o trabalho e esse processo, no início do ano dois mil, estava quase definido. Dos três plantonistas que trabalhavam na APAC, dois ainda cumpriam regularmente suas funções e outro cuidava da instituição apenas nos finais-de-semana. Assim, ela estaria quase abandonada, não fosse a presença dos carcereiros. Por isso, um dos plantonistas, justamente o mais afastado, mostrava um receio genuíno de que em pouco tempo a APAC se transformaria num apêndice da delegacia, funcionando tal e qual ela mesma. Eu, nesta época, compartilhei de seu

receio na medida em que percebia que a APAC estava morrendo como instituição, não tanto pela interdição do presídio, mas porque não havia mobilização nenhuma de seus membros para intentar um novo caminho que os levasse para junto da população prisional. A APAC permaneceu inerte esperando por uma decisão do poder público que viesse reabrir as portas do presídio mas esta decisão, como ficou claro neste momento, talvez nunca fosse tomada. No início, a APAC procurava auxiliar os presos da cadeia pública que depois se transformou no Presídio Humaitá. Uma solução como esta, envolvendo a realização de visitas aos presos da Cadeia do Putim, poderia ter sido tentada para salvar a instituição, mas não havia nem um sinal de que isso fosse acontecer. Ao mesmo tempo, não parecia claro para ninguém, menos ainda para mim, por que é que a Secretaria de Administração Penitenciária não havia dado início às reformas para reativação do presídio. Havia inicialmente um clima de confiança baseado no fato de que o então secretário havia conseguido um certo renome – e, provavelmente, seu lugar no governo – por causa da experiência que desenvolveu na cadeia de Bragança Paulista, reativando naquela cidade uma APAC que já existia, experiência esta baseada diretamente no trabalho da APAC de São José dos Campos. Uma de suas principais propostas de trabalho estava justamente na expansão de trabalhos que envolvessem a co-administração Governo/sociedade civil dos assim chamados “Centros de Ressocialização”, estabelecimentos penais diferenciados de segurança mínima que seriam construídos em diversas Comarcas do Estado para manter os presos condenados em condições mais dignas e mais próximos de suas famílias. A APAC de São José dos Campos já tinha longa experiência de administração de presídios e não havia necessidade de construir um prédio para ela, já que o Presídio Humaitá necessitava apenas de algumas reformas. Como pude observar em outras cidades do Estado onde havia esforços para a construção desses Centros, toda a negociação para a aprovação de uma construção como esta é sempre muito longa, trabalhosa e desgastante, pois em geral a vizinhança não aprova a vinda de estabelecimentos penais e influencia os vereadores da cidade para que não a autorizem. Em São José dos Campos, não havia qualquer necessidade disto. Estava tudo pronto, bastando apenas a liberação de verbas para que tudo começasse a funcionar. O clima de confiança era ainda maior porque a APAC já havia concordado com o pedido do secretário de transformar o Presídio Humaitá em um estabelecimento feminino, concordância que despertou muitas incertezas nos

membros da APAC mas que foi vista como a melhor saída para a rápida reativação do presídio. Enfim, havia muitas razões para que todos demorassem a perceber como seria difícil a retomada das atividades da APAC. Sempre que eu perguntava para algum membro da APAC quanto tempo ainda demoraria a reativação do presídio, eles respondiam, com uma certeza quase profética: “Um mês!”, e isso, desde agosto de 1999. Depois, eu pude ver que esse prazo, na verdade, era eventualmente anunciado por diversas autoridades nos jornais da região, o que criava, decerto, uma grande expectativa nos membros da APAC, principalmente para aqueles mais ligados às atividades da instituição. Acredito não ser muito arriscado dizer que essa expectativa constantemente frustrada impediu a APAC de se mobilizar para retomar suas atividades e destruiu as bases restantes do movimento, levando à prostração que observei. Quando eles puderam perceber que estavam sendo minados pelo poder público, já era tarde demais e não havia sobrado muito pelo que lutar.

Não havendo mais, assim, um movimento organizado em torno da APAC, surgiram algumas iniciativas tímidas e sem muita expressão no interior da própria APAC, no sentido de seus membros desenvolverem um trabalho com os menores presos ali. Havia uma senhora, por exemplo, que sempre visitava os menores, passando muito tempo junto com eles. Os carcereiros não gostavam muito de sua presença mas não podiam impedi-la, já que, apesar de não ser membro da APAC, ela havia conseguido uma autorização com o delegado para permanecer junto às celas até às dezenove horas diariamente. Certa vez, eu estava na recepção, esperando pelo plantonista, quando ela começou a conversar comigo. Perguntou-me qual era minha profissão e, quando respondi, ela perguntou se eu não gostaria de fazer parte de um “estatuto”. Eu não compreendi o que ela quis dizer. Ela reiterou que era um estatuto de menores. Eu continuei não entendendo o que ela dizia. Ela explicou-me que estava planejando realizar um trabalho com os menores e que estava elaborando um estatuto para conseguir verba do governo. Ela continuou explicando que eram necessárias ao menos oito pessoas para completar o estatuto e conseguir verba do governo. Disse que seria muito bom se eu me interessasse pelo trabalho porque um psicólogo poderia ajudar muito os outros participantes. Um promotor que trabalhava para a prefeitura havia concordado em participar, da mesma forma que um dos plantonistas da APAC. Ela entraria com um trabalho de evangelização, “levando a palavra de Deus para as crianças” e já havia mais uma pessoa interessada. Faltavam

quatro pessoas. Se eu aceitasse, faltariam apenas três. Eu agradei por ela haver lembrado de mim, mas recusei o convite, já que esta seria uma atividade incompatível com minhas outras obrigações. Eu perguntei porque eram necessárias oito pessoas. Ela disse que um seria o presidente, outro o vice, outro o secretário, etc. Eu perguntei onde seria realizado o trabalho e ela respondeu que ele seria realizado ali, na própria APAC. Depois disso, nunca mais ouvi falar desta proposta que, aparentemente, acabou não se concretizando.

Na linha dessas iniciativas tênues de trabalho, os plantonistas da APAC constantemente refletiam sobre as possibilidades de atuação nesta área, defendendo a idéia de que seria melhor trabalhar com os menores que com os adultos, sugerindo uma mudança de foco no trabalho da APAC. Um plantonista com quem conversei, o mesmo que aceitou participar do “estatuto” acima descrito, apontou para mim quais eram, em sua opinião, os principais problemas relativos ao cuidado com os menores. Enquanto conversávamos, um garoto bateu à porta da APAC. Era o entregador da padaria trazendo as “quentinhas”, as marmitas. Eram mais ou menos dez. O plantonista falava sobre como o tratamento dado aos menores fazia com que eles permanecessem no crime. Ele tomou, então, uma marmita, garantindo-me que aquela seria sua marmita, abriu-a e perguntou-me se eu achava que aquela comida era boa. Tratava-se de macarrão com molho de tomate e frango frito. O cheiro da comida era muito bom e eu disse que a comida parecia boa. O plantonista disse que ali dentro os menores tinha de tudo. Comida boa, cigarro, refrigerante, etc. Algumas mães lavavam roupa para conseguir dinheiro para o cigarro dos filhos presos. Ele disse que os menores eram tratados como se fossem doentes, como se estivessem num hospital precisando de cuidados. Quando saíam, eles preferiam voltar à prisão, onde tinham todas as regalias.

Houve uma ocasião em que eu pude testemunhar o tipo de comportamento dos carcereiros que provocava indignação da parte dos plantonistas. Uma mãe chegou no período da manhã à APAC, trazendo uma sacola de roupas para o filho. O carcereiro abriu a sacola, após a saída da mulher, mostrando-me uma bonita bermuda e perguntando se eu não achava bom ficar preso e ter toda aquela mordomia. Depois, experimentou a bermuda em sua cintura e lamentou em voz baixa: “Se ela fosse um pouco maior...” Então, tirou a escova de dentes que viera junto com a roupa de dentro da embalagem, guardou tudo dentro do saco e colocou-o no chão. No meio da

tarde, logo que o carcereiro se ausentou pela primeira vez da instituição naquele dia, o plantonista que estava lá no momento e presenciou a mesma cena que eu, criticou o comportamento dos carcereiros que se apropriavam de parte do que chegava para os menores.

Mais tarde, um senhor foi até a APAC levando uma sacola para seu filho. O mesmo carcereiro que recebeu a sacola pela manhã cuidou também desta, mas, agora, ele nem mesmo olhou para o que havia em seu interior. Quando ia entrar na ala fechada, perguntou-me se eu não gostaria de acompanhá-lo para conhecer o “outro lado” – esta expressão foi dita num significativo tom de suspense. Fui com ele até uma cela que cheirava muito mau. Obviamente, este cheiro era causado pela própria ocupação dos menores, já que antes, quando o prédio estava vazio, não havia nem sinal disso. Notei depois o mesmo odor de urina em todas as celas ocupadas. O carcereiro tentou passar a sacola cheia pelas grades, sem sucesso. Peça por peça, foi tirando as roupas da sacola até que ela passasse pelas grades, entregando-a a um dos garotos da cela. Entregou-lhe também uma garrafa de refrigerante, da qual eles se serviram e devolveram para o carcereiro. Como eu fiquei ao lado das grades, numa posição em que não era possível observar o interior da cela, o carcereiro disse-me em voz alta para olhar para dentro. Isso fez-me ficar encabulado, pois o garoto que recebeu as roupas ainda estava próximo às grades. Eu fiz alguma brincadeira e continuei evitando olhar para o interior das celas. O garoto havia pedido ao carcereiro que lhe entregasse uma escova de dentes. Eu não havia notado, mas a escova e a pasta de dentes ficavam num muro, fora das celas. Quando os garotos queriam escovar os dentes, eles pediam ao carcereiro e ele colocava pasta na escova e entregava para eles. Eu não olhei para o interior da cela e mesmo assim senti uma espécie de náusea por aquela situação.

Quando passamos por uma outra cela, um garoto entregou uma garrafa de refrigerante ao carcereiro e pediu-lhe para levá-la até a cela de onde havíamos acabado de sair. Quando chegamos às celas, os garotos disseram para levarmos a garrafa de volta pois eles já estavam tomando refrigerante. Mesmo tendo levado a garrafa de volta, o garoto que a ofereceu para os meninos da outra cela gritou, perguntando se eles realmente não queriam refrigerante. Eles disseram que não, pois já tinham bebida.

No caminho de volta, um rapaz todo tatuado que estava em outra cela perguntou ao carcereiro se não havia chegado cigarro para ele. Ele respondeu que não. Desconfiado, o garoto disse que alguém havia prometido levar-lhe um pacote de cigarros naquele dia. O carcereiro reiterou que nada havia chegado. Depois, levamos a garrafa de refrigerante de volta. Essa garrafa havia sido levada inicialmente para a cela junto com as marmitas. Ela estava guardada numa geladeira cuja existência eu desconhecia e que ficava no térreo, perto da pia. Pelo que eu ouvi de um plantonista, essas garrafas eram encomendas entregues pela família dos menores. Os carcereiros as guardavam na geladeira e levavam-nas para os garotos nos momentos de refeição. Os plantonistas freqüentemente acusavam os carcereiros de levarem algumas delas embora para casa. Quando saíamos, o carcereiro disse que ser carcereiro era assim, ter que ficar levando e trazendo coisas de uma cela para outra.

Quando voltei à recepção, fiquei muito tempo conversando com o plantonista. Ele defendeu durante muito tempo a idéia de que seu sonho era poder trabalhar com as crianças e tirá-las da marginalidade através do ensino da Bíblia. Aliás, de forma significativa, este plantonista creditou o fim da APAC a sua postura religiosa. Disse que houve um momento em que os voluntários e dirigentes da APAC começaram a “deixar Deus para fora da porta de entrada” e por isso o trabalho da APAC havia acabado. Além disso, ele confessou acreditar que, nos últimos tempos, o trabalho da APAC não era mais executado de forma gratuita, havendo, da parte de alguns membros da instituição, cobrança através de suborno ou troca de favores com os presos. Ele disse que, em certo momento, a situação da APAC era tal que se alguém tentasse fazê-la funcionar como antes, poderia causar uma rebelião, pois os presos já estavam acostumados a um sistema de trabalho mais leniente e corrupto.

Na segunda metade de janeiro de 2000 eu tive as primeiras notícias de abandono da instituição pelos próprios funcionários e plantonistas. Os funcionários do escritório já não compareciam diariamente e os plantonistas começaram a seguir seu exemplo, deixando a guarda do prédio exclusivamente a cargo dos carcereiros por períodos que ultrapassavam vinte e quatro horas. Por conta disso, presenciei uma situação um tanto inusitada. Eu havia saído com um funcionário do escritório para almoçar e, quando voltamos, encontramos o carcereiro responsável pela APAC na delegacia ao lado da APAC. Ela havia ido até a delegacia pois teve que ajudar o funcionário da SABESP a fazer a leitura do consumo de água e o registro da APAC

ficava na delegacia. Devido à ausência de plantonistas na APAC, o prédio ficou completamente vazio, exceto pelos menores presos. Como não havia fechadura por fora da porta, o carcereiro teve que encostá-la impedindo que se trancasse e para isso usou pedaço de papelão que foi colocado entre a porta e o batente na altura da fechadura; se este pedaço de papel por alguma razão escapasse, produzir-se-ia a estranha situação de um carcereiro ficar preso do lado de fora do próprio presídio do qual tomava conta.

Durante todo o dia, o carcereiro permaneceu sozinho na recepção da APAC. O plantonista nem sequer apareceu. Ele saiu no dia anterior para ir ao médico e não retornou mais.

Enquanto o carcereiro nos dizia que havia impedido o fechamento da porta com um pedaço de papelão, ele dirigiu uma pergunta ao funcionário da APAC que nos acompanhava e que trouxe-me uma informação importante sobre a APAC. Havia uma porta que se abria no portão da APAC e que poderia permitir a entrada de alguém de fora mesmo com a porta fechada, pois sua fechadura podia ser aberta tanto por dentro como por fora.

Esta porta estava soldada ao portão e desse modo era impossível abri-la. O carcereiro perguntou ao funcionário porque ela estava soldada. O funcionário contou que os recuperandos do semi-aberto haviam violado a porta e saíam por ela à noite, quando havia apenas o plantonista. Um dia, quando um voluntário mexia no portão, a porta simplesmente caiu na calçada. Foi quando eles se deram conta do que estava acontecendo e soldaram completamente a porta. Havia, portanto, fuga de presos da APAC. Isso pode ter servido de argumento para o pedido de desativação do presídio, que, obviamente, apresentava severas falhas de segurança.

Neste dia, um funcionário do escritório externou qual era, em sua opinião, a principal causa para o fechamento da APAC. Segundo ele, o problema foi que o método não estava sendo aplicado de forma individualizada, mas sim de forma homogênea para todos os recuperando, sem levar em conta que cada um tinha necessidades especiais e diferentes da alheias. Essa foi, segundo sua opinião, a causa do fechamento da APAC. Deve-se notar que, conforme o tempo passava, os funcionários que restaram deixaram de atribuir o fechamento da APAC a um movimento de perseguição contra a instituição perpetrado pelo juiz da Comarca. Eles começaram a admitir que havia problemas dentro da própria instituição que levaram

ao encerramento de suas atividades. A primeira notícia que tive a este respeito foi uma entrevista que realizei no final de dezembro de 1999. Depois disso, foram cada vez mais frequentes as referências aos problemas da própria instituição que, além da questão propriamente técnica da aplicação mais adequada de seu método de ressocialização aos presos, envolviam, principalmente, considerações relativas à existência de corrupção dentro da própria instituição. Há duas razões principais que posso aventar para esta mudança na postura dos membros da APAC. A primeira é que, acostumando-se mais comigo, eles puderam se sentir mais à vontade para compartilhar esta impressão e relatar as fraquezas existentes na instituição. A segunda é que já não havia, nesta época, esperança de que a APAC pudesse ser reativada com brevidade, o que atenuava a postura combativa dos membros da instituição que, no início do processo, sentiram necessidade premente de defendê-la com unhas e dentes das acusações que lhe eram lançadas.

Na segunda metade de janeiro eu comecei a estabelecer contatos novamente com a APAC de Bragança Paulista a fim de iniciar uma pesquisa em suas dependências. As razões para isso foram principalmente relativas à percepção que eu tinha de que a situação na APAC de São José dos Campos permaneceria estável ainda por muito tempo e que continuar observando as relações entre carcereiros e plantonistas fugiria muito de minha proposta inicial de pesquisa. Desta vez também não foi fácil para mim ser aceito na instituição, apesar de não ter havido tanta demora em minha aceitação. Num prazo de quinze dias, eu pude realizar minha primeira visita à instituição de Bragança Paulista. Devido a este meu novo trabalho, a frequência com que eu ia a São José dos Campos começou a diminuir, apesar de eu não ter rompido contato com a instituição, mantendo eventuais contatos telefônicos e procurando coletar documentos relevantes sobre a instituição. Eu mantive contatos frequentes com São José dos Campos indo à instituição até a primeira quinzena de março, quando então meu trabalho em Bragança Paulista começou a se intensificar e não foi mais possível seguir trabalhando nas duas instituições.

Também não havia, para os fins de meu trabalho, muito mais o que observar na APAC de São José dos Campos. No início de fevereiro de 2000, por exemplo, eu cheguei à APAC após uma semana de ausência e, ao encontrar com um plantonista que há muito tempo eu não via, exclamei, ironicamente: "Há quanto tempo!" Ele pareceu um tanto encabulado pela brincadeira e começou a me explicar por que ele

havia faltado ao serviço naqueles últimos dias. Ele disse que seu turno era à noite e ele preferia não ir à APAC pois não havia nada para fazer lá. Relatou que o pessoal do escritório mesmo quase não ia mais lá. Ele lamentou-se pelo fato de não haver nada para se fazer na APAC. Ele me disse que só continuava indo para a APAC por ser o único de todos os funcionários a receber salário e que, por isso, era necessário manter uma certa frequência no trabalho. O plantonista continuou, dizendo que os carcereiros nem mesmo deixavam as chaves das celas na sala quando tinham de sair. O carcereiro daquele dia mesmo, que naquele momento não estava na APAC, saiu levando as chaves consigo. Também era muito incômodo, segundo o plantonista, ter de pedir as chaves para eles a todo momento. Por essas razões, ele não via muito sentido em ir à APAC. Ele acreditava que o melhor era deixar que os carcereiros cuidassem dos menores para evitar conflitos e cuidar apenas da administração do prédio.

Ele disse achar muito mais proveitoso um trabalho voltado para os menores. Ele acreditava na metáfora da árvore, segundo a qual as mais jovens são mais fáceis de corrigir. Disse que se houvesse algo desse tipo, ele não hesitaria em trabalhar. Ele perguntou: “Será que não tem uns cem menores de São José dos Campos lá na FEBEM que dê para colocar aqui?” Da forma como se encontrava a situação da APAC, porém, não havia razão para permanecer indo lá. Ele disse que logo as presas estariam chegando à APAC, talvez até a metade do mês – note-se aqui que a expectativa ainda era alta em alguns funcionários da instituição, apesar dos indícios de que a situação ainda se prolongaria por muito tempo. Mesmo que demorasse mais tempo do que isso, ele se considerava confiante numa reabertura mais ou menos rápida da instituição, argumentando que era mesmo do interesse das autoridades que as mais de cem vagas existentes na APAC e que agora se encontravam desocupadas, fossem usadas para abrigar as mulheres que estavam superlotando outras instituições. Mesmo que fosse um processo moroso, por causa da lentidão com a qual trabalhavam as autoridades, parecia-lhe que a breve reabertura do presídio seria mais ou menos inevitável. Ele disse que a APAC poderia reabrir com um trabalho voltado para os menores. Depois, para reforçar o argumento segundo o qual a reabertura da APAC seria inevitável, ele começou a fazer as contas de quanto tempo a instituição já havia permanecido parada. Neste momento ele disse que havia voltado a trabalhar na APAC em março de 1999, e portanto a instituição teria fechado (ele referia-se ao

regime fechado, pois, como ele disse, o semi-aberto não contava) mais ou menos entre abril e o começo de maio.

Neste momento eu o interrompi e perguntei porque é que ele disse que havia “voltado” em março. Ele respondeu-me que durante um ano ele permaneceu afastado da APAC (posteriormente ele me disse que durante esse tempo trabalhou como segurança numa firma). Eu manifestei minha surpresa perante esta nova informação. Ele começou a explicar-me por que preferiu afastar-se. O plantonista contou-me que durante muito tempo ele suportou desentendimentos com pessoas ligadas à diretoria da APAC que, apesar de muitos anos de experiência, não tinham a mesma “manha” que ele para lidar com os presos. Disse que se um preso iniciasse uma conversa com eles cumprimentando-os em nome de Maria, eles faziam tudo pelo preso. Se um preso fingisse estar passando mau (um de seus protegidos, está claro), eles não ficariam sossegados até que ele tivesse sido escoltado para o médico. Acontece que, às vezes, o plantonista tinha informações de que aquele determinado preso estava apenas procurando uma desculpa para poder sair do presídio e fugir. Nesses casos, não adiantava qualquer tipo de argumentação. Eles não cediam enquanto o preso não fosse levado para o médico. Ocorreu um caso, pelo menos, segundo entendi, em que isso aconteceu e o plantonista, prestes a chegar ao hospital, foi abordado por companheiros do preso que o levaram embora, numa operação que eles chamam de “resgate”. Em outra ocasião, o plantonista recusou-se a levar o preso escoltado. Foram convocados dois recuperandos que fizeram o serviço dele, desmoralizando-o frente aos presos. Durante todo este processo, o presidente apoiava a diretoria, desconsiderando as reclamações do plantonista. Um dia, houve um desentendimento mais sério e ele acabou sendo despedido. Ele disse que sabia que uma hora a situação fugiria ao controle dos funcionários. Completou com algo como “olha só no quê deu”.

No começo de 1999, ele foi chamado novamente por um dos diretores da APAC para ocupar seu antigo cargo, já que a situação na APAC estava muito ruim. Ele disse que já era tarde para consertar a APAC e então ela foi fechada.

Quando terminamos nossa conversa, ouvi uma voz chamando com muita força mas não consegui identificar sua origem, acreditando que fosse alguém na calçada querendo entrar. O plantonista nem se moveu. Depois de algum tempo, ele falou que era a assistente social que estava gritando para abrirem a porta da ala

fechada. Ele dirigiu-se até o corredor de acesso à ala fechada e voltou dizendo que aquilo era bom para que eles aprendessem. Eu pensei que ele estivesse se referindo à assistente social, mas na verdade ele se referia à carceragem. Como o carcereiro havia levado embora a chave, não dava para abrir o portão. “Quem mandou não deixarem a chave”, foi mais ou menos o que ele disse.

Foi também no início de fevereiro que um dos plantonistas, justamente o maior opositor da presença da carceragem na APAC, anunciou sua saída iminente da instituição. Ele chegou à APAC um dia, bastante emocionado, dizendo que havia conseguido concretizar um plano para cuidar de pessoas envolvidas com drogas e álcool, mas o local situava-se em outra cidade, muito distante de São José dos Campos. Por isso, ele iria abandonar o trabalho na APAC para dedicar-se a essa sua outra ocupação. Sua partida se daria na semana seguinte. Isso reduziria ainda mais o número de pessoas a comporem os quadros da APAC. Certamente, reduziria o fervor do *staff* da APAC, já que este parecia ser o funcionário mais sinceramente dedicado ao trabalho da instituição entre todos. Nesta mesma conversa, por exemplo, ele disse-me que em todos os encontros evangélicos aos quais comparecia, sempre apresentava a APAC como “o melhor método de recuperação de condenados do mundo”. Esta foi a última vez em que o vi na instituição durante minha pesquisa.

Alguns dias depois, eu estava conversando com um outro plantonista sobre sua saída e este plantonista contestou a informação que me havia sido dada. Segundo ele, o plantonista não havia saído por causa de outro trabalho qualquer. Ele havia sido, na verdade, afastado de suas funções porque estava causando muitos desentendimentos com a carceragem, complicando ainda mais a já delicada interação entre plantonistas e carcereiros. Era comum que os outros funcionários criticassem a aspereza daquele plantonista em seus contatos com os carcereiros, considerando suas reações à presença dos carcereiros exagerada. A decisão da diretoria de afastá-lo, se esta informação estiver correta, mostra uma postura de cautela da APAC em suas relações com a carceragem. Por alguma razão, a diretoria preferia não complicar a situação da carceragem dentro da APAC, institucionalizando o poder que eles se arrogavam de controlar parte do presídio. Esta decisão deve ser vista em conjunto com a decisão de passar a responsabilidade sobre a entrada de voluntários no prédio para as mãos da carceragem, de modo que, assim, a diretoria da entidade impediu qualquer possibilidade dos plantonistas questionarem as decisões dos carcereiros.

Após o comunicado do plantonista de sua saída da instituição, eu estava perto da capela quando um outro plantonista se aproximou e ligou seu rádio num volume muito alto. Ele perguntou se o rádio estava me incomodando e eu respondi que não. Ele então explicou que o rádio estava ligado na recepção, mas que os carcereiros começaram a reclamar do som e ele preferiu tirá-lo de lá para não causar confusão. Eles desligavam o rádio logo que ele o ligava sem pedir sua autorização. Ontem, um dos carcereiros pediu-lhe mesmo para desligar o rádio, num tom mais ou menos autoritário. O plantonista estava muito irritado. Ele disse que os funcionários não tinham nem o direito de usar o prédio mais. Neste ponto ele reiterou uma idéia que já havia formulado quando eu estava conversando com outro plantonista. Ele achava melhor que a APAC fosse dividida em duas. Uma parte seria a ala fechada e tudo o mais que ficasse depois do portão que separa a recepção da ala semi-aberta. Outra parte seria o semi-aberto, a capela e o escritório. Os carcereiros ocupariam a primeira parte e os membros da APAC ocupariam a segunda. A APAC deveria fazer o delegado assinar um termo de compromisso de que, ao final do período em que ocupasse aquela parte do presídio, deveria devolvê-lo nas mesmas condições em que o receberam, a fim de evitar que houvesse qualquer depredação, como ocorreu com o sumiço do quadro de controle da APAC, aposentado pelos carcereiros em prol de seu próprio sistema de contagem dos presos. Através desse sistema, ele esperava, os funcionários não seriam obrigados a compartilhar espaço com os carcereiros.

Houve nesta época um pequeno incidente envolvendo um plantonista e a presidente da entidade. Ela foi até a APAC um dia e descobriu que o plantonista não estava ocupando seu posto. Mais tarde, ela ligou para sua casa e advertiu-o por ter abandonado seu serviço. No contexto de abandono da APAC até mesmo por seus membros mais importantes – incluindo a própria presidente, que raramente ia até lá – esta advertência foi muito mau recebida, ocasionando uma certa tensão entre os dois, que arrefeceu com o tempo.

Mas a APAC, como já se pôde notar, era, também ela, uma instituição renitente. No início de fevereiro eu ouvi os primeiros relatos de alguma movimentação no sentido de reiniciar as atividades da associação. Esses primeiros passos foram justamente no sentido mais simples, o de voltar a visitar presos da região. No caso, como a expectativa da APAC era a de que abrigaria dentro de algum tempo um certo número de presas, essas visitas começaram pelas presas da região.

Mesmo assim, essa não foi uma iniciativa organizada da entidade com vistas a acelerar sua reabertura. Foi um empreendimento isolado de um dos funcionários do escritório que se interessou por adiantar os preparativos para a reabertura da APAC, indo até os presídios femininos para escolher algumas mulheres que, por mérito, integrariam o primeiro grupo a ocupar as dependências da APAC assim que o prédio fosse reformado. A estratégia, aparentemente, foi a mesma adotada quando, em 1984, a APAC passou a administrar o Presídio Humaitá: escolher quinze presas que formariam um grupo de referência altamente organizado e intensamente trabalhado e, posteriormente, responsável por zelar pela manutenção da ordem dentro do presídio; um grupo que faria as vezes de intermediário entre a população carcerária e os dirigentes da APAC. A intenção era deslocar os funcionários do escritório para o contato com a população carcerária já que, com a entrada da polícia na administração do presídio, as principais tarefas burocráticas da APAC, como decidir pela transferência de algum preso ou pela saída para consultas médicas, ficariam a cargo do delegado de polícia, e isso reduziria drasticamente a quantidade de trabalho nos escritórios. Quando a APAC administrava o Presídio Humaitá, todas as transferências eram decididas pelo juiz. Nos casos de pedidos de transferência de presos para a APAC, esses pedidos eram feitos pelos advogados e homologados pelo juiz, sob consulta à APAC. Quando se tratava de transferir um preso da APAC para outros presídio, o pedido era formulado pela própria APAC e homologado pelo juiz. Com a mudança, os funcionários previam que o presídio ficaria sob responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública, sendo o delegado, portanto, a figura principal no momento de decidir pelas transferências. Apesar das condenações ao método de trabalho da polícia, não era raro que alguns funcionários defendessem o caráter positivo desta colaboração. Para eles, a presença da polícia representaria uma segurança maior para os funcionários e voluntários que, livres das responsabilidades de vigilância sobre a população prisional, teriam mais energia disponível para executar seu trabalho de ressocialização dos presos.

Um dia, eu estava perto da capela do semi-aberto conversando com um plantonista que havia acabado de defender as vantagens da integração com a polícia. Estávamos conversando sobre as pessoas que criticavam o trabalho da APAC e o plantonista estava recriminando essas pessoas que agem como “fariseus”, criticando sem mexer os braços para mudar a situação da sociedade. O plantonista criticou a

postura dessas pessoas, principalmente daquelas que defendem a pena de morte, dizendo que elas poderiam ter feito alguma coisa para tirar um menor das ruas antes que ele se tornasse o bandido que comete crimes brutais e, de qualquer forma, quando uma pessoa defende a pena de morte, defende-a para os outros. Se um filho ou amigo querido cometesse um crime, essas pessoas nunca defenderiam a pena de morte. Enfim, ele continuou criticando por muito tempo as pessoas que defendem a eliminação de criminosos como forma de melhorar a sociedade. Logo depois desta conversa, um carcereiro, vindo da recepção, aproximou-se de nós com ar bastante irritado. Ele nos contou que uma mãe, em visita ao filho preso, o estava acusando de haver roubado uma escova de dentes que ela deixara para o filho. O carcereiro disse para nós que nunca iria se “sujar” por uma escova de dentes. Ele estava irritado pois o menor a que estava se referindo havia matado um policial com dois tiros no peito, segundo nos contou. Ele gritou, irritado, que “tinha que matar” um menor desses. O carcereiro disse também que tinha vontade de entrar lá e matar cinco ou seis menores. Disse que bandido tinha “tudo que morrer”, entre outras coisas. Estávamos eu, um plantonista e um funcionário do escritório junto com ele. Nenhum de nós reagiu de qualquer maneira. Pelo contrário. O plantonista inclusive concordou com as opiniões do carcereiro, e eu também, seguindo o plantonista, agi como se desse razão para ele, balançando a cabeça. A disparidade entre a conversa que acabara de ter com o plantonista e a apatia que demonstramos frente ao carcereiro era ilustrativa do que acontecia na APAC, uma instituição que não sabia ainda em que pé estava. Talvez este carcereiro viesse até mesmo a trabalhar na APAC. De qualquer forma, não era do menor interesse para os funcionários da APAC brigar com os carcereiros.

Com relação ao fechamento da APAC, pude ouvir nesta época um relato mais detalhado da situação da entidade pouco tempo antes da decisão de encerrar as atividades do presídio. Um informante me contou que, no início de 1999, a APAC já havia perdido totalmente o controle sobre os presos. Ao lado da política predatória do juiz, que transferia para a APAC presos perigosos de outros Estados, pessoas com tendência a desobedecer as instruções da entidade desde o início, houve, de acordo com este informante, uma certa frouxidão de caráter dos funcionários, que não se arriscavam a enfrentar os presos. Esses chegaram a proibir a entrada de plantonistas e funcionários na ala fechada do presídio, que passou a ser controlada exclusivamente pelos próprios presos. Era motivo de orgulho para a APAC os

horários rigorosos de atividades para os presos. O horário de despertar era às sete horas. Pois bem: os presos haviam proibido os plantonistas de tocarem o sinal de despertar. Uma vez, um plantonista desobedeceu essa ordem dos presos, tocando a sineta de aviso que ficava dentro da ala fechada do presídio. Ele foi literalmente jogado por eles para fora da ala fechada, recebendo uma ameaça de que seria agredido caso ousasse pôr os pés naquela ala novamente. Naquela época, a APAC parecia um “mini-Putim” – numa comparação com a cadeia pública da cidade, vista pelos funcionários como local de intensa corrupção. O consumo de drogas na APAC era praticamente livre e os recuperandos é que mandavam na ala fechada. “Não dava para mulher entrar ali”, ele disse. Algum tempo depois, a diretoria conseguiu providenciar a transferência de seis líderes para outros presídios, o que amenizou a situação na APAC. Mesmo assim, pouco tempo depois, ela estava sendo fechada. Ele disse que alguns funcionários culpavam o antigo presidente da APAC, Mário Ottoboni, pelo fechamento da entidade. De acordo com esses funcionários, ele havia sido omissos a partir do momento em que deixou a presidência da entidade, evitando colaborar com a nova diretoria da APAC. Desta forma, os novos presidentes que entraram depois dele não tinham a menor experiência na administração da entidade e não foram capazes de prever e coibir problemas como esses, que foram se agravando até se tornarem irremediáveis. Por outro lado, ele achava que o problema havia sido justamente o oposto: os funcionários é que haviam, negligentemente, deixado de avisar aos presidentes da entidade sobre a situação pela qual ela estava passando, sonegando informações fundamentais para as decisões dos presidentes que, assim, não foram capazes de perceber os problemas da entidade a não ser no momento em que já estavam complicados demais para poderem ser solucionados.

A indefinida situação da APAC não se alterou durante o restante do tempo que passei realizando a pesquisa em suas dependências. Sua crise financeira aumentava cada vez mais, a ponto da instituição não ter dinheiro para pagar nem mesmo suas contas telefônicas. Curiosamente, era a própria APAC que tinha que pagar suas contas de telefone. As outras contas, como água, luz e esgoto, eram pagas pelo governo do Estado. Por causa desta diferença, os funcionários da APAC não gostavam que os carcereiros usassem o telefone da APAC. No início de março, logo que cheguei à APAC, um carcereiro aproveitou um momento a sós comigo para reclamar desse problema. Ele havia notado que os carcereiros estavam utilizando o

telefone da APAC, tendo a instituição que arcar com os custos das ligações. O plantonista, então, pôs um cadeado na telefone. Certo dia, ao chegar mais cedo, ele notou que o carcereiro de plantão levava um aparelho próprio e o conectava para fazer as chamadas. Ele chumbou o cabo do telefone da APAC à parede, tornando impossível desconectá-lo para ligar um outro aparelho. Em intervalo, este plantonista reclamava da complacência e cumplicidade do outro plantonista, que permitia que isso acontecesse em seu turno. Um dos carcereiros, para driblar os artificios do plantonista, começou a levar uma chave de fenda, com a qual desprendia o disco do telefone que estava com o cadeado, pondo em seu lugar um disco próprio sem cadeado, tirado do aparelho que ele costumava levar antes e que continuava em uma das gavetas da mesa ocupada pelos carcereiros. Com este disco parafusado ao aparelho era possível realizar ligações telefônicas. Naquele dia pela manhã, o plantonista havia chegado mais cedo pois estava desconfiado de que os carcereiros continuavam usando o telefone. Ao notar que ele havia chegado, o carcereiro tentou disfarçar o aparelho, na tentativa de fazer com que o plantonista não o visse. Ele, porém, havia ido lá justamente para fazê-lo, e, logo que olhou para o aparelho, viu que o disco estava trocado. Ele contou-me que brigou muito com o carcereiro, dizendo que aquela não era atitude de um policial. O carcereiro retrucou que não dava para permanecer a noite toda na APAC sem telefone, ao que o plantonista respondeu que esse não era um problema da APAC e sim da delegacia, dizendo que o carcereiro deveria reclamar com seu chefe. O carcereiro revidou dizendo que o outro plantonista havia dito que ele era “desse jeito” mesmo. Nesse momento da narrativa, o plantonista perdeu o controle, gritando, de forma até certo ponto assustadora, palavras de ameaça contra o carcereiro (dizendo que podia tirá-lo de lá como havia tirado o outro) e contra o outro plantonista, a quem acusava de conivência. Ele contou que este outro plantonista havia dito ao engenheiro que foi à APAC vistoriar o prédio, que seria necessário trocar toda a parte elétrica e hidráulica. O plantonista considerou essa fala temerária, pois poderia ocasionar por parte do Governo a suspensão da decisão de reformar o prédio, em vista da complexidade e alto custo de uma reforma como essa que além do mais, na visão dele, não era necessária em absoluto. Por fim, ele perguntou-me como era possível que uma pessoa como aquele plantonista fosse contratada pela APAC, principalmente porque ele era o único que recebia e o que menos trabalhava.

O trabalho dos plantonistas de limpar a APAC continuava. O quarto próximo à capela, que guardava uma infinidade de documentos da APAC, ainda estava sendo arrumado por um dos plantonistas. No final de fevereiro de 2000, cheguei à APAC uma manhã e fui convidado por ele para ver a situação daquele quarto. Quando entramos, eu não pude acreditar na transformação que havia sido perpetrada naquele pequeno cômodo. A última vez que o vi, ele estava completamente tomado por uma montanha de papéis que deslizavam para a porta de saída. O aspecto geral do quarto, sem medo de exagerar na comparação, lembrava o de um depósito de lixo. A impressão que tive foi a de que durante anos os papéis indesejáveis foram sendo jogados no chão daquele quarto, até que isso parou de ser feito por não haver mais espaço. Não havia luz e o cheiro de mofo era quase insuportável. No geral, permanecer nesse quarto pareceu-me muito pior do que permanecer no arquivo-morto. Dessa vez, o aspecto do quarto já era outro. Apesar da unidade e do mau cheiro, não havia mais papéis no chão. Havia baratas e restos de baratas, resultado da dedetização feita pelo plantonista. Havia pastas nas prateleiras, agora, e os papéis estavam ordenados por assunto, pelo que entendi. Enquanto eu permaneci no quarto, o plantonista continuava separando todos os papéis que encontrava, classificando-os como importantes ou não importantes. Os últimos eram jogados no cesto. Ele encontrou um papel com a letra de algumas músicas, inclusive uma que ele havia cantado para mim no caminho. Eram todas músicas compostas por Mário Ottoboni. Entre elas havia o Hino da APAC, cuja existência eu desconhecia. Ele cantou-me um parte do Hino, mas jogou fora o papel, pois estava tão molhado e mofado que tornava-se praticamente inútil. Ele prometeu-me entregar as letras de todas as músicas compostas por Mário para a APAC algum outro dia.

Os funcionários percebiam a presença de menores na APAC como uma violação ao espaço físico da instituição. Essa percepção apoiava-se sobre inúmeras constatações. Uma das mais óbvias para eles era o fato de que os menores estavam depredando as instalações do presídio, coisa que os adultos nunca fizeram. Uma manhã, no início de março, eu fui chamado por um plantonista para ver um desses estragos causados pelos menores. Ele levou-me até um cômodo na ala fechada do presídio e apontou para uma escada de ferro, usada para permitir que um preso subisse para a cama superior do beliche, que estava jogada ao chão e havia sido arrancada do cimento pelos menores. Mostrou-me também os degraus de ferro de

uma outro escada e que estavam jogados numa gaveta na recepção. Então, fez o seguinte comentário: “O que os adultos não conseguiram fazer em todos aqueles anos, os menores conseguiram”. Os funcionários viam claramente que, apesar da presença dos funcionários da APAC, a relação que os menores estabeleciam com o prédio era muito diferente da relação estabelecida pelos antigos presos adultos. Basicamente, eles creditavam esta diferença à presença dos carcereiros. Eles achavam que, se não fosse pelos carcereiros, seria possível desenvolver um trabalho educativo e ressocializador com os menores, de tal forma que eles poderiam impedir este tipo de coisa de acontecer e, além disso, poderiam melhorar a vida das inúmeras crianças que passavam pela instituição.

A hostilidade da relação entre menores e carcereiros parecia ser a tônica das críticas dirigidas pelos funcionários da APAC ao trabalho dos últimos. Esta hostilidade era visível em relances que, mesmo curtos, não deixavam muita margem a dúvida. Naquele mesmo dia, enquanto eu conversava com o plantonista, fomos interrompidos pelos gritos de um dos menores que reclamava pelo carcereiro. O carcereiro havia saído e durante alguns segundos ignoramos os gritos. Conforme eles se repetiam, o plantonista gritou que para o menor que o carcereiro não estava lá. O garoto continuou gritando, até que o plantonista dirigiu-se às celas para dizer que o carcereiro não estava. Na volta, ele contou-me que o menor havia dito que precisava tomar um remédio às 10:00h. Como já eram 10:20h, ele começou a chamar. O plantonista o informou da ausência do carcereiro no momento e o menor perguntou-lhe se o carcereiro o estava “tirando”, ou seja, afrontando-o propositadamente. O plantonista disse que esse assunto tinha que discutir diretamente com o carcereiro.

Tão logo o carcereiro chegou, o plantonista comunicou-lhe o acontecido. Ele apressou-se, preocupado, em levar o remédio para a cela, dizendo-nos que havia esquecido do horário. O plantonista seguiu-o e durante alguns instantes eu fiquei sozinho. Repentinamente, ouvi gritos vindo das celas emitidos pelo carcereiro. Ele gritava: “O [nome do plantonista] está aqui de testemunha, viu!”. Depois que eles regressaram, visivelmente abalados, eles me contaram que um menor (não sei se o mesmo do remédio), perguntou para o carcereiro onde estavam seus cigarros. Ele respondeu que em seu turno não entravam cigarros, ou melhor, ele disse que não recebia cigarros dos parentes dos menores porque isso era proibido (havia 5 maços de cigarros em uma gaveta, que ele justificou, em relatório oficial ao delegado,

dizendo que já estavam lá quando ele chegou. Assim que ele virou as costas, o menor falou, em voz baixa: “assim que eu cair no mundão, vai ser aquilo”. Isso era uma ameaça ao carcereiro, a ser cumprida logo que o menor fosse libertado. Foi por causa dessa ameaça que ocorreram os gritos do Fechado. Quando o carcereiro voltou, notei que, mais do que nervoso, ela estava com medo, com muito medo. Também o plantonista aparentava algum receio. O carcereiro colocou no livro de ocorrências, imediatamente após sair das celas, tudo o que havia acontecido, dizendo que seu relatório iria prejudicar os outros carcereiros que permitiam a entrada de cigarros, mas que ele não se importava com isso. Era por causa dos carcereiros que permitiam a entrada de cigarros, ele me disse, que no momento em que ele tentou cumprir a lei (que proíbe cigarros para menores presos), o garoto se revoltou. Porque os outros quiseram fazer papel de “bonzinhos”, ele é quem pagava as contas, sendo considerado “ruim”. O carcereiro dirigiu-se à delegacia tão logo terminou de escrever o relatório, a fim de providenciar o isolamento do menor. Mais tarde, um funcionário me contou que o menor estava com medo de ficar sozinho numa cela. De acordo com um comentário do carcereiro, o isolamento era sentido dolorosamente pelos menores.

Enfim, deixei a APAC nesta situação no momento em que comecei a trabalhar na APAC de Bragança Paulista. Não realizei visitas a São José dos Campos durante a segunda quinzena de março e primeira quinzena de abril de 2000. Na segunda quinzena de abril, fiz uma ligação para a APAC a fim de conversar com os funcionários da instituição. O funcionário com quem conversei disse que na próxima semana teria início um curso para voluntários com o objetivo de preparar as pessoas para um trabalho com as mulheres. Seria para ensinar aos voluntários a “psicologia da mulher”, como ele me disse. Essa preocupação com a psicologia da mulher surgiu junto com a notícia da abertura do presídio feminino e era uma preocupação constante de funcionários e voluntários. Eu entusiasmei-me com a idéia de que a APAC pudesse estar reabrindo, mas o funcionário disse-me que o objetivo deste curso era justamente adiantar-se às modificações que ocorreriam. Perguntei quem estava coordenando o curso, ele respondeu-me que os responsáveis eram basicamente um funcionário do escritório e a presidente da APAC. Perguntei também se eles já estavam recebendo salários para trabalharem e ele respondeu-me que não, que as reformas do prédio ainda nem haviam começado. Eu quis saber se eu

poderia participar do curso, já que ele havia dito não ser necessário fazer inscrição. Ele pediu-me para esperar enquanto perguntava para outro funcionário. Logo depois, respondeu-me que não seria aconselhável minha participação neste curso pois ele estava voltado exclusivamente para a “conscientização” dos voluntários. Eu imaginei tratar-se de um grupo de novos voluntários, inexperientes e portanto carentes de uma espécie de curso de motivação. Mas eu estava enganado. O curso era voltado para antigos voluntários. “Eles já sabem o trabalho”, disse-me o funcionário, completando que agora eles precisavam ser conscientizados. Neste caso, a conscientização tinha um caráter bastante diferente da que eu imaginei. Cabia fazer com que os voluntários entendessem as diferenças entre o trabalho com homens e o trabalho com mulheres. Cabia também evitar que acontecessem os problemas que ocorreram quando do fechamento da APAC, supus. Em todo caso, este era um curso vedado a mim, que não tinha intimidade com o trabalho, parece-me. Mas ao mesmo tempo, apesar dessa restrição, fui convidado a participar de outras reuniões e outros cursos, quando eles estivessem mais avançados. Esse tipo de trabalho mostrou-me o quanto a APAC podia resistir às adversidades. Organizar-se para promover um curso de voluntários voltado para o futuro trabalho com mulheres mostrava uma grande disposição por parte de seus idealizadores, já que eles praticamente teriam que partir do zero e ir aos poucos reunindo novamente os antigos voluntários, talvez nem todos desejosos de participar do trabalho. Apesar dessa disposição, eu, desde aquele momento, duvidava das possibilidades de sucesso deste trabalho.

Apesar de meus contatos com a instituição diminuírem bastante depois deste período, não se encerraram definitivamente. Na segunda metade de junho de 2000, eu liguei novamente para a APAC a fim de conversar com os funcionários. Fui informado por um funcionário bastante entusiasmado que o prédio seria reformado dentro de um mês, sendo iminente a transferência de mulheres para a APAC. Também fui informado de que os menores haviam sido transferidos para uma ala vaga da cadeia do Putim e junto com eles foram embora os carcereiros. O prédio voltou a ficar vazio e ser propriedade exclusiva dos apaqueanos. Enfim, não houve a invasão que algumas pessoas – inclusive eu – temiam; o prédio não foi tomado pela polícia.

Na segunda quinzena de agosto de 2000 eu voltei a ligar para a APAC para conversar com os funcionários. Perguntei sobre a situação do presídio e fui

informado de que estava tudo parado, como antes. A única diferença era que o prédio estava mais sujo. Alguns dias depois deste telefonema, fiz uma visita à APAC para rever as pessoas e buscar alguns documentos importantes para mim. Minha expectativa era de que o prédio estivesse quase deserto, já que eu havia sido informado de que alguns funcionários quase não iam mais para lá por falta de trabalho. Marquei com um funcionário que foi até lá exclusivamente por minha causa e me esperou na frente do prédio. Quando cheguei, havia um plantonista na APAC, o que o funcionário considerou “uma sorte”. Qual não foi minha surpresa ao ser informado, quando entrei na APAC, que um grupo de voluntários realizaria naquele mesmo dia uma visita aos presos do cadeiaão do Putim! Naquele dia, dezesseis voluntários, todos participantes do novo curso voltado para o trabalho com mulheres, iriam até a cadeia. Outros dezesseis já haviam feito esta visita na semana anterior. O funcionário que me recebeu, sabendo de minha visita, tentou encaixar-me no grupo mas não houve tempo hábil para que fosse providenciada uma autorização para mim. Conversando com ele, descobri que nem todos os voluntários que estavam fazendo o curso já haviam trabalhado na APAC. Alguns eram novatos e estavam tendo contato com presídios pela primeira vez. Por isso, refleti que eu não fui aceito neste grupo mais pelo fato de não pertencer ao grupo religioso do que por nunca ter trabalhado com presos. Explico melhor: minha presença no curso não foi aceita sob a alegação de que era apenas para quem já tinha experiência com presos. Mas algumas pessoas do grupo não tinham experiência com presos. Acho que o diferencial, neste caso, foi que essas pessoas eram ligadas ao grupo através de vínculos religiosos. Talvez por isso eu não tenha sido aceito.

A impressão que tive, andando pelo prédio, foi oposta à que me quis passar o funcionário. O prédio não parecia mais sujo. Pelo contrário: a capela do semi-aberto, pelo menos, estava muito mais limpa do que quando eu deixei a APAC. As cadeiras não acumulavam pó como antes e o chão parecia ter acabado de ser varrido. O altar da capela, antes tomado por restos de barbante, papéis e outros materiais de trabalho manual que ficavam jogados pelo chão, estava agora impecavelmente arrumado. Nada que lembrasse os vários meses de abandono a que o presídio estava submetido. A razão para essas mudanças era o curso para voluntários que era ministrado na capela aos fins-de-semana. Tendo agora uma utilidade, a capela passou novamente a merecer cuidados dos funcionários e provavelmente dos voluntários, que agora a

mantinham em bom estado de conservação. Neste momento, ao observar a capela, tive a certeza de que a instituição estava bastante viva, apesar da desativação do presídio. Para sobreviver, a APAC havia operado uma mutação em suas atividades, cuidando agora de formar voluntários para o futuro trabalho com as mulheres. Era uma antecipação talvez exagerada, se fosse para considerar apenas a eficiência do trabalho: seria mais apropriado esperar por uma definição da situação do presídio antes de começar um trabalho de preparação com os voluntários. Mas justamente a eficiência era o ponto menos importante neste trabalho, a meu ver. O que contava era manter viva a chama do interesse pelos presos, agregar novamente voluntários e preparar a instituição para suas futuras batalhas. Esperar, naquela situação, poderia significar a morte da instituição. A APAC estava viva não só nos cursos de voluntários. Ela estava viva também na perseverança dos funcionários que, sem receber qualquer salário, ainda se mantinham presentes na APAC, mesmo que de forma ocasional. Como a APAC sobreviveu nesse estado? Talvez o suporte institucional da Igreja explique sua sobrevivência. Mas havia também a promessa de um breve retorno acalentando os corações dos voluntários da APAC. Apesar dos funcionários parecerem desanimados, dizendo-me que as mulheres não chegariam à APAC senão no próximo ano, eles também me informavam que a verba para a reforma da APAC já havia liberada e estavam apenas esperando os trâmites legais para começar a reforma.

O plantonista que abandonou a APAC durante meu trabalho estava de volta para ajudar na realização dos cursos e visitas. Apesar dessas atividades me parecerem importantes para a instituição, sua validade não era considerada de forma unânime por todos os funcionários. Quando os voluntários começaram a chegar à APAC para a visita, no início da tarde, um dos plantonistas os recebeu diminuindo o valor de seu trabalho. Para ele, aquilo “não era APAC”. Essa colocação irritou um dos organizadores da visita que acusou o plantonista de estar com inveja e levantou opiniões semelhantes emitidas por outros membros da APAC para sustentar sua impressão. De qualquer forma, a presença de funcionários e voluntários na APAC fez com que repentinamente houvesse muito movimento no prédio. Para quem conhece um presídio normal, aquela situação era tudo, menos movimentada. Mas frente ao que eu esperava ver, pareceu-me que a APAC conseguiu manter-se em pé bravamente, mesmo já não tendo o direito de exercer sua função. O que me espantou

foi ver que a APAC, mesmo fora de funcionamento, continuava a mesma que eu havia deixado quatro meses antes.

Ou melhor, era até uma instituição mais sólida. Naquele dia, o compressor de ar foi ligado, o que pareceu-me estranho já que ele era usado exclusivamente para o consultório odontológico. Um funcionário contou-me, então, que um dentista iria até a APAC para atender algumas pessoas encaminhadas pela Prefeitura. A única relação que parecia haver entre a APAC, o dentista e os clientes, era a doação do espaço físico e dos equipamentos para atendimento. Esta era uma forma de manter úteis os recursos disponíveis na APAC, mas não deixava de ser um desvio de função. Da mesma forma que a questão da sobra da feira, esse atendimento odontológico era uma maneira de manter a APAC em funcionamento, mas de uma forma que nada tinha a ver com o atendimento aos presos. Era um desvio porque a instituição, sua existência, parecia ser mais importante do que o objetivo para o qual foi criada.

Durante esta visita, eu tive a chance de entrar em contato com um egresso da APAC que concordou em conceder-me uma entrevista. Assim, três dias depois desta visita eu voltei à APAC para realizar a entrevista. Quando cheguei, bati palmas mas ninguém me atendeu. O portão da frente da APAC estava aberto e por isso eu entrei. Como não encontrei ninguém pelo caminho, fui andando até o escritório onde, finalmente, encontrei todos os funcionários da APAC juntos. Alguns deles, havia meses que eu não via, por isso minha recepção foi bastante calorosa.

Um funcionário logo começou a me falar sobre os problemas pelos quais estava passando APAC. Ele me disse que Mário Ottoboni havia acabado de deixar a APAC e que ele havia trazido mais trabalho para ser feito. Ele me disse que estava ficando cansado de trabalhar tanto sem nunca receber qualquer tipo de incentivo. Eu imaginei que ele se referia a incentivo financeiro, e perguntei se ele estava fazendo trabalho voluntário ainda. Ele respondeu que sim. Mas emendou, corrigindo-me, que quando algum membro da diretoria aparecia na APAC, era só para reclamar de seu serviço ou para levar mais trabalho para ele fazer. Assim, ele não se sentia motivado para continuar trabalhando. Ele afirmou que logo, logo, não suportaria mais isso e deixaria de trabalhar na APAC. Quando isso acontecesse, ele não aceitaria mais voltar para a APAC. “Aí eu quero ver”, ameaçou. Um dos funcionários disse que havia passado nas cadeias femininas da região alguns meses antes para avisar às presas que elas estariam na APAC dentro de um mês. Já se haviam passado mais de

dois meses e nada havia mudado no quadro da APAC. Ele disse que as mulheres estavam ansiosas e cobravam-no por sua promessa. Mas ele defendeu-se dizendo que só falou aquilo porque saiu no jornal que a APAC estaria reaberta em um mês. Então, ele tomou de um recorte de jornal que estava sobre sua mesa e entregou-me, pedindo-me para lê-lo. Na manchete da reportagem, estava a afirmação de que a verba para a reabertura da APAC já estava disponível, dependendo apenas de liberação, e que a APAC voltaria a funcionar normalmente dentro de um mês. O funcionário disse que não dava “ponto sem nó”, quer dizer, ele só disse aquilo para as presas porque tinha como prová-lo. Caso contrário, as presas ficariam decepcionadas com ele. Quando elas o acusavam de ter mentido, ele mostrava o recorte de jornal e isentava-se da culpa pela informação errada.

Para encerrar este capítulo com uma nota melancólica, cabe relatar meu último contato com funcionários da APAC. Ele ocorreu na primeira quinzena de abril de 2001. Durante este contato, exclusivamente por telefone, fui informado de que um grupo de membros da Prison Fellowship International havia visitado a APAC havia algumas semanas. Além disso, alguns membros da APAC – talvez com a ajuda da PFI – estavam interessados em ressuscitar a FBAC, Federação Brasileira de Assistência Carcerária, órgão que abarcava as diversas APACs do Brasil e do mundo, dirigindo-as de forma federalista. Esta federação havia sido criada por iniciativa da APAC de São José dos Campos que, por meio dela, queria estreitar relações com as diversas APACs criadas pelo Brasil afora, inspiradas no trabalho da APAC-mãe, mas de cuja existência a APAC de São José dos Campos apenas recebia notícias esporádicas. Como sempre houve pouquíssimo contato entre as diversas APACs – razão pela qual a FBAC nunca vingou – e não considerei que existissem razões para supor que este quadro estivesse diferente, não vi motivos para me entusiasmar com a notícia. Além dessa notícia, também fui informado de que a APAC não seria mais presídio feminino, e sim, masculino. O prazo para a reativação do presídio ainda não estava definido. A presidente da APAC pretendia encontrar-se com o Governador do Estado para discutir a reativação. Eu recomendei que eles aproveitassem o momento, já que o antigo fundador da APAC de Bragança Paulista, o juiz Nagashi Furukawa, ainda era Secretário dos Assuntos Penitenciários. O funcionário aceitou meu conselho sem entusiasmo.

Capítulo 12. Cronologia do fechamento da APAC

Neste capítulo, vamos traçar brevemente uma cronologia do fechamento da APAC como aparece em alguns jornais da região. Após a descrição já efetuada sobre o processo de fechamento da APAC, pode parecer redundante incluir considerações sobre este assunto extraídas de reportagem de jornal. A visão apresentada pela instituição sobre seu fechamento, sem dúvida nenhuma, é uma importante maneira de chegar ao assunto. Não é, porém, a única. O fechamento da APAC rendeu muitas reportagens nos jornais locais, que procuraram noticiá-lo de perto. O processo de fechamento também é parte de um movimento mais amplo no setor judiciário joseense de apuração de irregularidades que se suspeitava envolvessem funcionários de diversos órgãos públicos. Advogados, juizes, auxiliares, delegados, promotores, todos “entraram na roda” em determinados momentos, suspeitos de estarem se beneficiando das transferências ilegais de presos para a APAC e para o “barracão” do Putim, sobre o qual falaremos adiante. Esses detalhes não poderiam ser fornecidos pelos membros da APAC que, mesmo eles, muitas vezes não tinham consciência de tudo o que ocorria nos meios legais a respeito desse assunto. Tivemos a sorte de encontrar um órgão de comunicação de massa interessado no assunto e que se preocupou em noticiar os principais progressos havidos na apuração das denúncias de corrupção na cidade. A história que iremos traçar aqui é diferente da que mencionamos até agora. Até o momento, tivemos contatos com personagens “miúdos” da instituição, que nos forneciam sua forma de ver o que lhes ocorria. Pequenos gestos, algumas palavras de ódio, indignações ou concordâncias faziam parte do noticiário que nos cumpria retratar. Agora, não. Personagens grandiloquentes, atos espetaculares, grandes movimentações de dinheiro e pessoas, enfim, o macro-universo social dos grandes personagens é o que está retratado nos jornais. Ele não reduz a importância do outro universo. São simplesmente meios

diferentes de narrar a mesma história. Não direi que são meios complementares pois, na verdade, para fins de análise, eles não se tocam de forma direta. Apenas coexistem numa mesma estrutura narrativa, mas que, para fins de análise, cumpre separar. Os membros da APAC, quando aparecem nos jornais, adquirem a mesma aura grandiloqüente de todos os outros. O prédio da APAC continua sendo vigiado pelos voluntários plantonistas, mesmo depois que a APAC oficialmente perdeu a posse do prédio e teve sua administração oficialmente seqüestrada por um delegado de polícia, eventos anunciados com sensacionalismo pelos jornais. Nada disso interferiu com a plácida monotonia dos dias transcorridos ao abandono no Presídio Humaitá.

A desativação da APAC não era idéia nova. Em 20 de abril de 1993 o Jornal Estado de São Paulo noticiou que a Delegacia Seccional de Polícia Civil do município de São José dos Campos estava pedindo ao governo estadual o uso do prédio. Na reportagem, o secretário de Administração Penitenciária retrucava com energia que faria de tudo para o prédio permanecer sob posse da associação. Por aquela época, o governador do Estado de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, tinha interesse em dar início a um processo de privatização de presídios e a sobrevivência do modelo APAC era um bom argumento para que empresários comprassem a idéia. Administração empresarial e participação comunitária são citadas na reportagem como uma coisa só nos planos do então governador, e não havia nenhum interesse em permitir que a Polícia Civil destruísse o modelo APAC (Estado apura transferências, 21.04.1998).

A APAC sempre teve uma atitude que poderia parecer um tanto paranóica com relação ao sistema Judiciário. Num levantamento breve, foi possível encontrar pelo menos cinco documentos em que a APAC aponta o fato de ter sempre sido perseguida pelos mais diversos setores do Estado, tanto do Judiciário quanto das polícias Civil e Militar. Inúmeros processos sem qualquer fundamento teriam sido movidos contra a diretoria da APAC pelas mais variadas e esdrúxulas razões:

“Esses procedimentos intempestivos, quase todos de autoria do Ministério Público e aceitos pela Justiça, sem nenhum critério, deram ensejo ao trancamento “in limine” de todas as ações, através de “Habeas Corpus”, nada prosperando, felizmente. Aliás, o Tribunal de Justiça e o TACRIM do Estado de São Paulo, sempre, nas suas decisões, não poupam elogios ao trabalho realizado

pela APAC e pelos esforços de seus dirigentes. É o tiro saindo pela culatra.”
(APAC em Revista, 1996: 3).

A relação de perseguição com relação à APAC continuou mas, a partir de 1999, tomou um rumo muito menos inofensivo.

A primeira notícia sobre irregularidades envolvendo a APAC aparece no dia 21 de abril de 1998. A Corregedoria da Polícia Civil do Estado e a Corregedoria Geral da Justiça do Estado estavam investigando denúncias sobre a existência de uma “máfia” envolvendo funcionários do Putim, Fórum e da APAC que estariam intermediando a transferência de presos de outras cidades para o Putim como uma ponte para que eles pudessem ser transferidos para a APAC. Como se sabe, a transferência entre comarcas é algo normal, mas no caso da APAC, para onde a transferência valia de fato como moeda nos meios judiciários, transferências deste tipo podiam ser consideradas muito suspeitas. O caso que deu início às investigações foi o de um preso transferido de Mirandópolis para o Putim e que participou da fuga de 196 presos do cadeia em novembro de 1997. Antes de fugir, ele havia solicitado por duas vezes sua transferência para a APAC, mas seus pedidos foram indeferidos pela Justiça de São José dos Campos. Sua transferência para o Putim, suspeitava-se, havia sido negociada com a participação de um advogado de São José dos Campos. O então diretor do Putim concedeu declaração de vaga para o advogado do preso, e estaria sob negociação a declaração de vagas para mais dez clientes. Desde essa época, o então juiz corregedor geral auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça do Estado, Luiz Fernando Nishi, apontava a existência de provas sobre essas irregularidades. De acordo com ele, um ex-oficial-maior do Fórum estava sob suspeita de ter fraudado documentos para liberar a remoção de presos para a APAC. Ouvido pela reportagem, o vice-presidente da APAC deu a resposta clássica de que toda transferência para a instituição era determinada pela Justiça (Ottoboni, 20.04.1993).

No dia 25 de junho de 1998, a Folha de São Paulo noticia a mudança na direção da APAC, com a saída Mário Ottoboni. A reportagem cita dois inquéritos policiais e três sindicâncias abertas para apurar entrada de drogas na APAC e irregularidades nas transferências, havendo a possibilidade de envolvimento de funcionários do Judiciário (Após 26 anos a APAC troca de comando, 25.06.1998).

Uma verdadeira bomba foi lançada sobre o trabalho da APAC pela revista Isto é de 1º de julho de 1998, ao publicar uma extensa reportagem comentando as acusações que estavam sendo feitas contra a instituição. A saída de Mário Ottoboni é creditada, na reportagem, às denúncias feitas contra a instituição. De acordo com a reportagem, o Ministério Público pediu em fevereiro do mesmo ano que os telefones da APAC e da Cadeia Pública adjacentes fossem grampeados. As gravações nada provaram sobre venda de vagas, mas comprovavam a conivência da diretoria da entidade com o fato de que detentos que deveriam voltar para dormir na APAC deixavam de retornar e isso não era considerado fuga pela entidade, o que, de acordo com Nishi, estaria contra lei. Suspeitava-se que os presos pagassem para obter este benefício. Ainda pelas fitas, pôde-se comprovar que a diretoria tinha conhecimento de que os presos usavam drogas e guardavam armas no interior da APAC. Novamente, a reportagem cita o esquema de venda ilegal de vagas para presos de outras cidades. De acordo com Nishi, uma vaga chegaria a custar R\$30 mil. O esquema envolveria um ex-chefe de cartório, um delegado e dois carcereiros, que seriam pontes para que os presos transferidos de outras cidades para o Putim chegassem à APAC. Alguns promotores que visitaram a APAC constataram, na época, que 80% dos presos eram de outras cidades. O presidente da entidade defende-se, na reportagem, com o bordão de que quem decide a transferência é o juiz (Alceade, 1998).

Um enorme problema para a APAC surgiu quando, no dia 23 de fevereiro de 1999, quatro presos do regime fechado foram detidos pela polícia dirigindo um veículo no centro de São José dos Campos. O episódio ficou conhecido como “caso Ômega”, devido à marca do carro. Os presos se defenderam alegando que estavam à procura de um preso fugitivo da APAC, versão que foi confirmada pela diretoria da entidade. A prática de presos da APAC recuperarem fugitivos da entidade era coisa relativamente comum. Os antigos regimentos internos da APAC, aprovados pelos diversos juizes, previam que presos do regime semi-aberto fossem designados pela diretoria da entidade para recapturarem presos fugitivos. Neste episódio, o grande problema era tratar-se de presos do regime fechado, que não poderiam deixar o presídio sem uma razão especial. Este caso ganhou bastante repercussão, mas a APAC comumente designava recuperandos do semi-aberto para acompanharem recuperandos do regime fechado ao médico ou ao Fórum e isso nunca causou

maiores embaraços. De qualquer forma, foi um constrangimento importante para a APAC (APAC “libera” saída de presos do regime fechado, 24.02.1999).

O grande problema que, de acordo com a APAC, ocasionou seu fechamento, acontece no início de maio de 1999. No dia 2 de maio de 1999 é noticiado um esquema de transferência de presos do Putim para um anexo que estava sendo construído ao lado da cadeia e seria usado para abrigar presos do regime semi-aberto. A construção do “barracão”, como ficou conhecido, estava sendo feita por presos do regime fechado que, durante a construção, contavam com regalias permitidas apenas para presos do regime semi-aberto. Nas horas de folga, por exemplo, eles podiam comprar comida numa lanchonete em frente à cadeia, já que não havia vigilância policial na área do barracão. Além disso, eles dormiam na área do barracão e tinham o direito de passar o fim-de-semana com a família. A escolha dos presos que trabalhavam no barracão era feita, em princípio, por bom comportamento, mas segundo denúncia divulgada pelo jornal Vale Paraibano, essas escolhas eram feitas a partir de pagamentos que variavam entre R\$5 mil e R\$8 mil. Todas as transferências eram autorizadas pelo então juiz corregedor Joaquim Guilherme Figueira Nascimento. No dia 4 de maio, o Ministério Público, através da promotora Cláudia Fedeli, pediu a interdição do barracão até que fossem apuradas as denúncias de corrupção e o juiz, que autorizou as regalias, teve 48h para se manifestar a respeito (MP pede interdição do “Barracão” em São José, 05.05.1999).

No dia 5 de maio de 1999, acatando requerimento do Ministério Público, o juiz corregedor transferiu os 26 presos do regime fechado da APAC para o cadeião do Putim. A ação aconteceu às 5h e pegou todos os que estavam na APAC de surpresa. De acordo com o jornal, a transferência envolveu 20 policiais e dez viaturas, e tudo foi tão rápido que os presos não tiveram nem tempo de pegar seus pertences. Algumas horas antes da transferência, uma rede de televisão local supostamente flagrou duas pessoas entrando na APAC por um buraco na parede. Como a imagem estava muito escura, era impossível reconhecer as pessoas e saber se eram presos. A então vice-presidente da APAC acusou a ação de transferência de ser uma tentativa de abafar o escândalo do barracão, afirmando suspeitar de que o flagrante tivesse sido armado. De acordo com a promotora Cláudia Fedeli, que pediu as transferências, a APAC não tinha condições de manter presos em regime fechado em suas dependências. Para ela, esses presos deveriam cumprir pena em prisões de

maiores embaraços. De qualquer forma, foi um constrangimento importante para a APAC (APAC “libera” saída de presos do regime fechado, 24.02.1999).

O grande problema que, de acordo com a APAC, ocasionou seu fechamento, acontece no início de maio de 1999. No dia 2 de maio de 1999 é noticiado um esquema de transferência de presos do Putim para um anexo que estava sendo construído ao lado da cadeia e seria usado para abrigar presos do regime semi-aberto. A construção do “barracão”, como ficou conhecido, estava sendo feita por presos do regime fechado que, durante a construção, contavam com regalias permitidas apenas para presos do regime semi-aberto. Nas horas de folga, por exemplo, eles podiam comprar comida numa lanchonete em frente à cadeia, já que não havia vigilância policial na área do barracão. Além disso, eles dormiam na área do barracão e tinham o direito de passar o fim-de-semana com a família. A escolha dos presos que trabalhavam no barracão era feita, em princípio, por bom comportamento, mas segundo denúncia divulgada pelo jornal Vale Paraibano, essas escolhas eram feitas a partir de pagamentos que variavam entre R\$5 mil e R\$8 mil. Todas as transferências eram autorizadas pelo então juiz corregedor Joaquim Guilherme Figueira Nascimento. No dia 4 de maio, o Ministério Público, através da promotora Cláudia Fedeli, pediu a interdição do barracão até que fossem apuradas as denúncias de corrupção e o juiz, que autorizou as regalias, teve 48h para se manifestar a respeito (MP pede interdição do “Barracão” em São José, 05.05.1999).

No dia 5 de maio de 1999, acatando requerimento do Ministério Público, o juiz corregedor transferiu os 26 presos do regime fechado da APAC para o cadeião do Putim. A ação aconteceu às 5h e pegou todos os que estavam na APAC de surpresa. De acordo com o jornal, a transferência envolveu 20 policiais e dez viaturas, e tudo foi tão rápido que os presos não tiveram nem tempo de pegar seus pertences. Algumas horas antes da transferência, uma rede de televisão local supostamente flagrou duas pessoas entrando na APAC por um buraco na parede. Como a imagem estava muito escura, era impossível reconhecer as pessoas e saber se eram presos. A então vice-presidente da APAC acusou a ação de transferência de ser uma tentativa de abafar o escândalo do barracão, afirmando suspeitar de que o flagrante tivesse sido armado. De acordo com a promotora Cláudia Fedeli, que pediu as transferências, a APAC não tinha condições de manter presos em regime fechado em suas dependências. Para ela, esses presos deveriam cumprir pena em prisões de

segurança média ou máxima e a APAC não oferecia este tipo de segurança. Uma prova disso era o “caso Ômega” no qual, de forma inadmissível, a APAC permitiu a saída de presos do regime fechado para procurar um fugitivo da entidade (Justiça transfere 26 da APAC, 06.05.1999). Em reportagem do dia 6 de maio, o nome do juiz Nascimento aparece pela primeira vez como estando ligado às transferências ilegais de presos. O ex-escrevente suspeito de envolvimento nas transferências havia acusado o juiz de participação no esquema ilegal em um depoimento ao qual o jornal Vale Paraibano teve acesso (Justiça investiga transferência de presos, 06.05.1999).

Um dia depois de serem transferidos da APAC para o cadeiaão do Putim, 18 dos 26 presos que haviam acabado de sair da APAC foram transferidos para a Casa de Detenção de São Paulo num grupo de 30 presos no total. A diretoria da APAC entendeu essas transferências como uma forma de impedir que os presos falassem sobre irregularidades nas transferências na comarca. De acordo com a promotora que determinou o fim da APAC, o fechamento da entidade se baseou no fato de que havia poucos presos no Humaitá e isso não sobrecarregaria o cadeiaão. A baixa ocupação da APAC, segundo ela, devia-se ao fato de que o juiz havia proibido transferências para a entidade desde fevereiro de 1999 (Cadeião do Putim transfere 30 presos para a Casa de Detenção, 07.05.1999).

No mesmo dia 6, é publicado um primeiro manifesto no jornal Vale Paraibano em defesa da APAC. Este manifesto foi escrito por Mauro Kano, vereador pelo PT em São José dos Campos e seria seguido por muitos outros, todos escritos por religiosos ou políticos de esquerda de São José dos Campos, acusando como absurdo o processo que levou ao fechamento da APAC.

No dia 7 de maio, a Corregedoria Geral de Justiça informou que o processo envolvendo as transferências ilegais para o barracão foi anexado ao processo que já corria desde 1998 sobre as transferências irregulares para a APAC. O jornal Vale Paraibano informa que nos dois casos o juiz Nascimento é citado como suspeito pelas irregularidades. O juiz, em entrevista ao jornal, alegou que os privilégios recebidos pelos presos no barracão eram mesmo ilegais mas serviam para motivá-los, já que eles, por causa do trabalho, perdiam dias de visita de seus familiares. Além disso, a reportagem informa que a Vara de Execuções Criminais estava sendo investigada também por concessões irregulares de progressão de regime para presos

do regime fechado da APAC (Corregedoria apura denúncias sobre “Barracão”, 07.05.1999).

A partir da primeira semana de maio de 1999, inúmeras notícias sobre cobrança de propina para diversos favores dentro do cadeia do Putim aparecem nos jornais. Alguns familiares acusam funcionários do cadeia de cobrarem até R\$5 mil para não transferirem presos do Putim para a Casa de Detenção de São Paulo. Novas denúncias sobre a construção do barracão – que estaria sendo erguido com dinheiro dos familiares de alguns presos – vêm à tona e algumas reportagens acusam diretamente o juiz Nascimento de ser o chefe de todas essas operações. Devido às denúncias, o então vice-governador Geraldo Alckmin (que acompanhava de perto os trabalhos da APAC e foi quem pediu a Mário Covas que cedesse o presídio Humaitá para a APAC por mais 20 anos) admite afastar o diretor do cadeia. Um preso denunciou aos jornais que uma semana antes da promotoria pedir o fechamento da APAC, o juiz reuniu todos os presos do regime fechado da APAC em uma sala afirmando saber da existência de uma carta anônima com denúncias contra ele e ameaçando todos os presos do fechado com transferências caso essas denúncias chegassem a conhecimento público. O juiz, que estaria acompanhado da promotora que pediu o fechamento da APAC, anotou os nomes dos 26 presos da APAC e disse que se algo acontecesse com ele, os presos seriam os responsáveis (Juiz fez ameaças a detentos da APAC, 09.05.1999).

Reagindo ao fechamento, a APAC publicou no dia 11 de maio um documento no qual relatava que, no dia 3 de maio, o juiz foi até suas dependências acompanhado pela promotora Cláudia Fedeli e ameaçou os presos de transferência. No dia 4, as denúncias contra o juiz chegaram ao conhecimento da diretoria da entidade. No dia 5, às 5:30h, todos os presos do regime fechado foram transferidos para o Putim. E no dia seguinte, 18 dos 26 presos foram transferidos para a Casa de Detenção de São Paulo. A APAC chama as ações do juiz em comunicado aberto, de “extremada vingança contra a Entidade e, através dela, aos seus recuperandos, pelos fatos denunciados no Putim” (APAC, 1999) e cita o drama dos familiares dos presos transferidos que “comparecem à sede da APAC e, em prantos, clamam por justiça (...)” (APAC, 1999). O documento é acompanhado por cópia de uma carta escrita por um antigo juiz corregedor da comarca, então já aposentado, que defendia a integridade de princípios da APAC. Na segunda semana de maio, familiares de

presos transferidos e voluntários da APAC saíram em passeata pelas ruas de São José dos Campos protestando contra o fim da APAC enquanto pediam o retorno dos presos transferidos para São Paulo. O número de manifestantes chegou a cem. No dia 20 de maio de 1999, familiares dos presos começaram a organizar um abaixo-assinado pedindo que eles fossem tirados da Casa de Detenção e levados para Tremembé, onde havia regime semi-aberto, já que grande parte dos presos transferidos da APAC estava prestes a conseguir a progressão. Outra razão para o pedido é que os familiares temiam que, caso os presos voltassem para São José dos Campos, o juiz resolvesse adotar medidas contra os presos em represália à manifestação. Os deputados estaduais pelo PT Carlinhos Almeida e Renato Simões enviaram, concomitantemente, requerimento à Secretaria de Assuntos Penitenciários pedindo a remoção dos presos para Tremembé (Famílias fazem protestos contra transferência de presos da APAC, 20.05.1999). Curiosamente, no dia 14 de junho um dos presos que estava no barracão antes dele ser desativado foi transferido para o regime semi-aberto da APAC com autorização do juiz Nascimento. A promotora Fedeli, procurada para comentar o caso, afirmou que os presos do barracão não poderiam ser punidos por causa das denúncias de transferência irregular (Promotora justifica benefícios a detento, 16.06.1999).

A confirmação de que a transferência dos presos do regime fechado havia trazido inúmeras mudanças na APAC veio no dia 29 de julho de 1999, quando a Secretaria de Segurança Pública afirmou que ia assumir a APAC de São José dos Campos. De acordo com o então corregedor-geral da Justiça, Sérgio Augusto Nigro Conceição, a decisão havia sido tomada pelo Conselho Superior da Magistratura de São Paulo mas a reportagem informa que o corregedor não soube explicar o motivo da decisão. De acordo com ele, a APAC iria funcionar nos moldes da existente em Bragança Paulista, o que significava basicamente que toda a segurança do prédio, feita pela APAC de São José dos Campos, passaria a ser feita pela Polícia Civil. O então assessor especial da SSP, Nagashi Furokawa, fundador da APAC de Bragança Paulista e futuro Secretário dos Assuntos Penitenciários de São Paulo, disse na ocasião não haver sido informado desta decisão, mas confirmou que estava negociando com a entidade para decidir o seu futuro. Era óbvio que se tratava de uma consequência das denúncias de transferências irregulares para a APAC, pois de outro modo não seria possível explicar o fato de, mesmo antes da confirmação do

fechamento, já haver negociações sobre qual seria o futuro da APAC joseense. Tratava-se, sem sombra de dúvida, de um processo definitivo e não de uma simples medida de precaução à espera de uma averiguação ou de uma reforma de segurança no prédio. Por alguma razão, as denúncias de transferência ilegal provocaram uma enérgica reação no meio jurídico, levando diversas instâncias do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Poder Executivo do Estado a decidirem que o melhor era que o modelo de trabalho desenvolvido pela APAC de São José dos Campos encontrasse naquele momento o seu fim. O jornal anunciava neste dia que à tarde haveria uma reunião entre Furokawa e representantes da APAC, e a então presidente da entidade mostra disposição para uma batalha. Antes de acertar qualquer mudança, ela garante que fará inúmeras reivindicações. A mais importante era quanto à convivência com a Polícia Civil: “Temos uma metodologia diferente da unidade de Bragança Paulista. A polícia atrapalharia a nossa maneira de trabalhar”, foram suas palavras (Vitorino, 29.07.1999).

No dia seguinte, 30 de julho, é feito o anúncio de que a Secretaria de Segurança Pública nomearia um delegado para assumir a APAC de São José dos Campos. A medida parece meio absurda pois a APAC é uma entidade civil e, como tal, não pode ser simplesmente “assumida” por um delegado. Só quem tem direito de nomear o presidente é o Conselho da entidade. Mas este anúncio serve para mostrar que a APAC estava mesmo sendo desativada e, apesar de não se ter clareza ainda do que fazer, estava certo que ela não iria mais funcionar nos moldes que tradicionalmente adotou. O juiz corregedor Luís Fernando Nishi faz uma crítica à APAC que era inédita até então, afirmando que ela era incompetente para cuidar de presos: “Nós não estamos criticando a filosofia da [entidade], mas ficou provado que ela não serve para administrar detentos” (Secretaria nomeia novo diretor para a APAC na próxima semana, 30.07.1999). Para justificar sua decisão, ele lança mão do argumento de que a APAC era uma instituição “anômala” por não estar vinculada nem à COESPE (Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo) e nem à SSP, não havendo, portanto, ninguém que pudesse ser responsabilizado administrativamente pelos presos. Outra mudança anunciada é quanto ao regime semi-aberto. No novo sistema que seria implantado copiando o modelo de Bragança Paulista, os presos do regime semi-aberto não poderiam sair

para trabalhar, tendo que executar atividades no interior do presídio (Secretaria nomeia novo diretor para a APAC na próxima semana, 30.07.1999).

Os jornais noticiam a transformação iminente da APAC em cadeia feminina no dia 14 de agosto de 1999. A medida ainda estava sendo estudada e dependia de reformas no prédio. Outra medida a ser tomada era a transferência dos presos do regime semi-aberto da APAC para Tremembé e a determinação de que os presos do regime aberto passassem a assinar presença no Fórum da cidade, ao invés de o fazerem na APAC, como comumente. Desta vez, o jornal informa que a devolução do prédio da cadeia Humaitá para a SSP havia sido determinada pelo Conselho Superior da Magistratura por causa das denúncias de transferências e saídas irregulares dos presos, entre as quais estava o “caso Ômega”. Mesmo que abrigasse mulheres, o delegado seccional informou que o modelo adotado seria o de Bragança Paulista (APAC de São José vira cadeia feminina, 14.08.1999). Os jornais noticiam que o delegado do 1º DP de São José dos Campos assumiu a direção da APAC no dia 19 de agosto de 1999, apesar de não informarem exatamente o que isso quer dizer. Na ocasião, o delegado informa que a polícia ainda não havia assumido “de fato” porque o sistema APAC continuava funcionando na cidade. Para desativá-lo, seria necessário primeiro recadastrar todos os presos para saber o que fazer com eles. No dia 24 de agosto, a APAC se reuniu com o delegado seccional para discutir o processo de transição do modelo joseense para o modelo de Bragança Paulista. A presidente da APAC, neste dia, dá um depoimento em que deixa claro ter mudado completamente a forma como via a situação. A polícia, agora, já não era mais um empecilho ao trabalho e o convênio com a SSP era algo que a APAC, na verdade, sempre tinha desejado: “Nós queremos colaborar com a polícia, por isso pedimos a reunião. O nosso objetivo sempre foi aplicar a nossa metodologia e não a administração dos presos” (Juiz explica futura da APAC a presos, 24.08.1999). O resultado do encontro foi a decisão de transferir todos os presos da APAC para presídios da região o mais rápido possível e implantar uma cadeia feminina em seu lugar. O delegado seccional afirmou em 25 de agosto de 1999 que, com esse passo, a APAC estaria voltando à vanguarda, já que vinte e sete anos antes, quando começou seu trabalho, ela atuava em parceria com a polícia (APAC prepara transferência de presos para Tremembé, 25.08.1999). Quando o processo de fechamento da APAC

teve início, curiosamente, a presidente da APAC escreveu a um jornal analisando a parceria com a polícia como uma volta para o passado, portanto, um “retrocesso”.

Apesar da pressa, a transferência dos últimos presos da APAC só ocorre no dia 18 de outubro de 1999. Neste dia, eles foram transferidos para o Putim, partindo, na manhã do dia 19, para as penitenciárias de Tremembé, Mongaguá, Campinas e Franco da Rocha, onde também desfrutariam do sistema semi-aberto. A diretoria da APAC lamentou as transferências, sendo acompanhada pelo diretor regional da PFI, que visitou a instituição no dia 19, exprimindo seu temor de que a polícia acabasse com o trabalho dos voluntários de São José dos Campos (APAC remove último grupo de detentos, 20.10.1999).

Para coroar o processo todo, duas notícias foram publicadas, uma pela revista Isto é, em 20 de outubro de 1999 e outra pelo jornal Vale Paraibano em 2 de abril de 2000. Na primeira, a revista Isto é faz um balanço dos acontecimentos envolvendo a APAC de São José dos Campos numa reportagem cujo título é “O fim da mamata”. Na reportagem, a instituição aparece como estando “atolada” em denúncias de corrupção que acabaram ocasionando seu fechamento. A revista aponta um dossiê que acusava o envolvimento de funcionários da APAC com um esquema de venda de vagas e depois afirma, de forma bastante tendenciosa, que várias fitas gravadas de conversas telefônicas dos funcionários provavam que eles eram coniventes com “o que ocorria dentro da cadeia”. A forma como está redigida a reportagem faz pensar que as gravações provavam o envolvimento da diretoria da entidade com a venda de vagas, o que, de fato, não aconteceu. O juiz Nascimento e o delegado responsável pelo Putim aparecem na reportagem como líderes da investigação que, por causa de suas inquirições, haviam sido acusados de envolvimento e até ameaçados de morte. A reportagem é taxativa: “A denúncia [contra os dois] era falsa” (Alcade, 1999). O então juiz auxiliar Luis Fernando Nishi dá um depoimento em que se diz favorável à filosofia da entidade, mas defende seu fechamento como forma de acabar com o “ganha pão ilegal” de muita gente que tinha se especializado em transferir ilegalmente presos de outras penitenciárias para a entidade (Alcade, 1999). O arquivamento do processo contra o juiz foi confirmado em 5 de novembro de 1999 (Processo contra juiz é arquivado, 05.11.1999). Por fim, em 2 de abril de 2000, o já Secretário da Administração Penitenciária Nagashi Furokawa resolveu mudar os critérios para transferência de presos no Estado como forma de impedir a corrupção

ou a compra de vagas nos presídios do Estado. A partir desta data, o critério para transferência passou a ser, de acordo com a reportagem, a data do processo do preso, obtendo o benefício da transferência aquele cujo processo fosse mais antigo. Para tentar obter do Secretário uma ligação entre essa mudança e os casos envolvendo a APAC e o barracão, a repórter pergunta ao Secretário se já houve corrupção neste tipo de transferência. O Secretário responde: “Nós ouvimos boatos de compra de vagas no Estado, de maneira genérica. Mas ninguém veio oficialmente reclamar, dizer que comprou uma vaga porque sabe que estaria implicado em coisa ilegal” (Vitorino, 02.04.2000).

Capítulo 13. A análise das entrevistas

Um primeiro ponto abordado nas entrevistas com os voluntários foi a forma pela qual os entrevistados e os voluntários em geral ingressavam na APAC. Confirmando uma tendência da instituição de buscar apoio nos meios religiosos, principalmente católicos, a grande parte dos entrevistados teve contato com as atividades da APAC através de convites feitos por cursilhistas ou através de comunicados feitos durante as missas. O exemplo a seguir se refere a um voluntário que acompanhou os primeiros movimentos do grupo da APAC, numa época em que o grupo era formado todo por cursilhistas. Por isso, o convite partiu de uma pessoa ligada a este movimento.

Olha, eu... eu trabalhava na... no Fórum, é... minha aposentadoria é de 1993. Em 1974 tinha um advogado lá chamado F... então, ele sabendo que eu era católico e tal, ele... me convidou: "Ah, nós temos um movimento assim, assim e assim, de cursilhistas da... da Câmara, cê não quer participar?" Então eu nem sabia da... da APAC. Ele me convidou para participar desse movimento cursilhista. "Ah, nós temos uma reunião tal dia, assim, assim, assim; vai lá". Daí eu fui na reunião, daí eles: "Nós vamos fazer uma missa, assim, assim, domingo na... na cadeia. Vamos lá". Daí eu fui. Quando a gente, pô... cheguei lá, é... abriram, entrei lá, ficamos naquele quadrado que tem lá na... na APAC, lá na área de sol, no pátio, participamos da missa daí eu fui engrenando no negócio, fui ficando assim, meio provisório, e meio provisório eu tô até hoje lá.

Além dos meios cursilhistas, os convites eram feitos por padres durante as missas. A forma como o entrevistado descreve os convites mostra que raramente a APAC contava com a participação de pessoas ligadas a outros grupos que não os

católicos. Isso, na verdade, não significava exatamente um preconceito da entidade contra outros grupos. Na medida em que os voluntários consideravam que a rejeição social ao trabalho desenvolvido com presos era impeditiva da entrada de outros segmentos em seu trabalho, por uma questão de economia a APAC concentrava seus esforços nas diversas Igrejas da cidade. Para todos os que se interessassem pelo trabalho com os presos, a APAC oferecia um curso com duração de seis meses visando preparar os novos voluntários para o trabalho árduo junto aos presos.

- E... essas... as famílias, elas entravam na APAC é... por qual meio?

Elas tinham contato...

- É... geralmente o contato, o Mário, que ele criou o curso pra formar voluntários. Então, geralmente a pessoa vinha fazer esse curso, então cê... tomava conhecimento do funcionamento, o conhecimento do sistema jurídico, é... de tudo que envolvia a APAC. E então, dentro... através desse curso saíram muitos voluntários, mas o... também o percentual era mínimo. Porque às vezes começava com cem, cento e quarenta pessoas, o curso demorava em torno de... de seis meses, até... às vezes até mais, chegava no final aí com uns quarenta, e... ficava engrenado como voluntário, às vezes dois, três.

- Ah, tá.

- E também através das... das... das paróquias, né, do... os padres... anunciavam nas missas que, tal, tava precisando de voluntário e tal, sempre às vezes chegava um ou outro.

Por esta fala, já se mostra que o número de pessoas que se interessavam pelos cursos era bem maior do que o número de pessoas que realmente resistiam a todo o trajeto. A APAC considerava esta seleção de candidatos lamentável mas essencial. Os desistentes sempre fizeram falta para a APAC, mas ela preferia contar tão somente com voluntários dispostos a sacrifícios em prol da causa dos presos. Também por isso ela se concentrava nas Igrejas, onde pensava poder encontrar um número maior de pessoas idealistas e que correspondessem às suas expectativas. O balanço geral dos novos voluntários ao fim de cada curso pode ser conferido ainda em outra entrevista.

- E nós tínhamos, o Mário criou, é... a partir daquela data, criou um curso para voluntários. Sabe?

- Ah...

- Tanto pra mulher como pra homem. Então, reunia aqui, é... então... [...] todo domingo reunia aqui. Aliás, era sábado. Então, sempre tinha... é... no começo era pouco, mas depois começou a aumentar, chegou até ter cento e trinta pessoas participando do curso. Depois, vai diminuindo, diminuindo, diminuindo [risos]. Alguns... e depois, alg... daqueles... daqueles que ficavam ainda, alguns queriam participar, outros não, e assim por diante.

No trecho a seguir vemos um outro exemplo de como os voluntários eram recrutados para trabalhar na APAC. As investidas da APAC sobre as Igrejas não se limitavam aos anúncios feitos em missa dos trabalhos que ela desenvolvia. A APAC realizava missas semanalmente para as quais deslocava uma certa quantidade de presos. Essas missas das quais os presos participavam admiravam as pessoas presentes, que muitas vezes nem sabiam que o grupo uniformizado que cantava e orava junto com elas era formado por presos da região. O entrevistado a seguir mostra que essas missas podiam impressionar muito os fiéis, conseguindo novas adesões para a APAC.

- Bom, então, é... eu queria que você falasse um pouco sobre a APAC e sobre como foi a sua trajetória aqui na APAC.

- Bem... inicialmente minha trajetória ficou mais fácil depois falar do... do que... do... do... como começou? Começou que... eu comecei participando das missas que ocorriam às vinte horas na Igreja Matriz, algum tempo atrás... oito anos... nove anos atrás. Essas missas eram sábado às vinte horas e casualmente, eu gostava de ir àquela missa por causa do horário, que era um horário fácil, e eu gostava da liturgia que era aplicada ali. Depois eu vim a descobrir que quem fazia tudo aquilo, cantava – eram um cânticos muito animados, era... o... as pessoas, os leituristas, tinham uma dicção muito boa, tenho bronca de pessoa que fica gaguejando...

- [Risos].

- ... no microfone... é, foda. E eu vim a descobrir que era presos. E é uma... pra mim foi uma surpresa muito grande. E depois eu ia adentrando mais na igreja durante algumas semanas e eu comecei a perceber que todos eles

usavam crachá, todos eles ali de crachá, tinha mais ou menos sessenta. Comecei a me questionar muito, sobre como é que preso andava na rua. Porque eu também tinha, como a grande maioria das pessoas tem, aquele estigma de que preso tem que ficar atrás das grades. Eu não conhecia nada de legislação, não conhecia nada de... da legislação penal muito menos, da lei de execuções penais, que permite certas, ah... certas regalias nas penas. E eu sempre gostei de cantar, e um dos rapazes que... que era leigo, ele agora trabalha lá no Jardim Satélite, que tocava violão com eles ali, um dia ele faltou, um... um... um violonista, e ele tinha que assumir total, então ele me pediu pra ajudar os presos, cantar com os presos. E eu fui cantar com eles, porque eu gostava do grupo, eu gostava dali, apesar que era o... o... o meu tratar com eles era “boa noite”, “boa noite”, “boa noite”, sem qualquer outra relação. Só que a partir daquele dia, acho que o vírus entrou, né. E tem um ditado que diz que quando você é mordido por esse vírus, é contagioso, e uma das coisas que eu gosto, quando eu me dedico, me dedico plenamente. E aí eu... quando chegava na igreja, eles vinham me buscar pra cantar com eles. Então inverteu o quadro. Eu já passei de repente a me sentir entre eles, de repente eles já... já tavam, não me convidando, me intimando a comparecer aqui no presídio pra cantar com eles também. Aí que eu vim a saber que aqui tinha dois regimes de pena, três regimes de pena, que tinha fechado também, tinha semi-aberto, que tinha missas todas as quintas-feiras aqui fora, o regime semi-aberto, lá dentro todo mês... Eu comecei a participar com eles, porque eu achava bonito, bonito, a atividade deles. Depois eu vim a me enturmar, a me enturmar com a entidade, com os mais antigos da entidade. Porque eu comecei a admirar a filosofia: como é que esses homens estavam lá fora, sendo que eles ainda, muitos deles tinham tanto tempo de pena pra cumprir? Tinha cara com mais de trinta anos pra cumprir que tava na rua, trabalhando, curtindo. Eu me questionava muito. Então, eu comecei a entender a filosofia da APAC, comecei a trabalhar no regime fechado da APAC como catequista... como catequista. Então, eu vinha toda sexta-feira dar catequese pros presos.

O próximo exemplo segue o mesmo caso, mostrando que o efeito produzido pela presença dos presos nas missas podia ser bastante abrangente. A presença em massa de presos participando ordenadamente de uma missa podia provocar nos fiéis uma profunda impressão que os levava a arriscar uma participação na entidade.

- Bom, e a APAC tinha... tinha... o vigário daqui da paróquia de São José tinha reservado uma missa às vinte horas na igreja matriz para a APAC. Chamava-se padre João, já falecido, ele tinha reservado, é... uma missa às vinte horas. No calendário dele, né, essa missa ele reservou pro pessoal da APAC. Então, o pessoal do semi-aberto participava dessa missa lá na matriz às vinte horas. Então, cê veja, o preso não podia sair daqui de noite, né, das dezenove horas em diante, fez a chamada, não podia sair. Mas, como tinha esse... esse encargo de participar da missa fora daqui, o juiz determinou que eles podiam sair. Então... e eu comecei também a participar dessa missa no sábado. E via aquilo muito bonito, não é... O... o pessoal do semi aberto... foi incrível. Naquela época, eles usavam um uniforme, sabe, um uniforme azul, né, e com a... com a letra, com a abreviatura da APAC no bolso. E aquilo era... era... chamava muito atenção da sociedade... da comunidade, sabe. Né. E era uma média de quarenta, cinqüenta condenados lá na missa, tudo. Então, cê veja que a... muita gente via aquilo, né, uma novidade. E pra mim também foi uma novidade, né. Mas eu já vinha participar dessa missa e tudo. Aí, quando foi em novembro de 1974, não lembro bem a data, mas tenho certeza absoluta que foi num sábado, porque a missa era num sábado. Eu tava acabando... tinha acabado de participar da missa, o vice-presidente da APAC, chamado Denilson [...], falecido também, ele me convidou pra mim participar do sistema, né, ser voluntário da APAC. "Tá bom, né, vamos tentar, né", não tava fazendo nada, [...], tinha o meu trabalho mas não... podia conciliar as duas coisas. Aí, numa reunião aqui na igreja São Benedito, aqui do lado, né, quando ela tava... tava [...], teve uma reunião, eu vim participar de uma reunião. E desde aquele tempo em diante, desde 1974, que continuei. Eu trabalhava durante o dia na... na empresa, na Breda, e à noite eu vinha pra... pra ajudar aqui na... no sistema prisional, né, no regime fechado. E ajudava a rezar terço, no domingo a participar das missas, conversar com os presos, assim por diante. Essa era a ligação que a gente tinha, né. E o semi-aberto também. [...], vinha aqui, participava, todos os encontros que tinham aqui, participava, ajudava, né, na... no trabalho e tudo, e assim foi indo. E fiquei, todo esse período, vinte e tantos anos, vinte e... praticamente vinte e cinco anos, é... no sistema aqui como voluntário. Então, aconteceu assim. Quer dizer... Eu não... não... não sou fundador porque a APAC foi fundada em 72, 1972, né. Mas ainda... ainda tinha... ainda tem fundadores que ultimamente ainda tavam participando daqui:

o Dr. Mário e... e um outro voluntário chamado Danilo Tanzani, que é... foi fundador da... da APAC. E tem outros ainda, foi mais, ah... já tinham se afastado, não tavam mais participando da APAC. Mas eu... só dois anos. O C. também não é fundador, veio depois também...

O sentido de participar dos trabalhos da APAC podia adquirir contornos bastante importantes nas vidas de alguns voluntários. Muitos voluntários se identificavam tanto com o trabalho da APAC que chegavam a considerá-lo a parte mais significativa de suas vidas. De qualquer forma, para algumas pessoas o trabalho na APAC era parte de um projeto de vida maior, que implicava na realização de alguma obra caritativa como forma de retribuir pelos benefícios que a vida lhes havia concedido. Note-se que o voluntário em questão afirma ter contribuído financeiramente com a APAC, antes de entrar em seus quadros de voluntários, através do pagamento de carnês – a APAC sempre dependeu muito das contribuições que conseguia arrecadar na comunidade. Suas campanhas, além de arrecadarem fundos para a entidade, preparavam terreno para novas adesões.

- [Entrevistador]. Então, eu queria que vocês falassem sobre o trabalho de vocês na APAC, como foi o trabalho de voluntário lá na APAC... como é que vocês entraram, como é que vocês conheceram...

- [Entrevistado 1]. Não, eu vou falar pra você... o que aconteceu foi uma coisa assim... divina, mesmo. Que não foi por acaso que eu entrei lá não. Eu acho que foi a mão de Deus mesmo porque... nesse caminho aí, porque, quando eu fui pra entrar na APAC, eu já pagava um carnezinho da APAC. Não conhecia a APAC. Eu morava dentro da cidade e nunca tinha passado por lá. E pagava um senhor que ia receber em casa. Daí, por causa disso aí... eu trabalhei muito na (...). Daí trabalhei, tudo, e fui um dia... peguei e fui pra Aparecida do Norte... fui a pé pra Aparecida do Norte. Daí, eu até tinha assistido uma fita do padre Júnior, falava pelos dons, né. Mas nunca tinha notado dom (...). Falei assim, "Nossa, eu tenho tudo: tenho minha casa, tenho meu carro, tenho minha família, tudo, graças a Deus, tudo gente, né... tudo legal, falei, tenho que dedicar alguma coisa pra alguém". Daí que eu tô vindo da Aparecida do Norte, deu essa luz, de trabalhar num... num alguma coisa. Daí foi num... quando foi na missa do dia de São José, dia de São José, eu fui, sabe, "Mostra pra mim, falei, mostra pra mim um dom, pra que que eu... pra que que eu... pra fazer esse trabalho

meu”. Daí o... esse... como que é o nome dele? (...). Aquele lá que tocou a APAC, tá em Pouso Alegre. Pouso Alegre não. Belo Horizonte, né? Belo Horizonte. Ele faz um trabalho de... de evangelização muito bom. Daí ele pegou e... tava trabalhando na APAC, passou nas... nas igrejas tudo, falando se queria, quem queria trabalhar como voluntário da APAC. Daí eu falei assim, “Ah, então...”, veio aqui no meu... “Ah, vou trabalhar lá”.

- [Entrevistado 2]. Ele tava apresentando o trabalho...

- [Entrevistado 1]. Tava apresentando...

- [Entrevistado 2]. Entendeu? O que era, que que fazia lá, não era nada daquilo que às vezes as pessoas pensavam.

- [Entrevistador]. Ah...

- Só que a gente tinha que fazer... entrar naquele... fazer aquele... seis meses de curso, procê conhecer como cê trabalhar com preso...

- [Entrevistador]. Ah, tá.

- Entendeu? Como cê passar as coisas... cê passar as coisas bem positivas.

Uma adesão que se deu de forma inusitada: a esposa trabalhava junto com os presos e, para que o marido pudesse se aproximar das experiências que ela vivia, convenceu-o a trabalhar na APAC.

- Mas nesses dois anos, eu queria que ele... ele também tivesse o mesmo diálogo, porque às vezes eu conversava negócio de preso pra ele, e eu não sei o que que ele tá pensando, entendeu? Daí eu peguei, conversei com ele, tudo, daí eu falei, “Ah, (...) vai lá fazer”. Ele foi fazer o curso, sabe. Daí... foi... foi até bom, sabe, porque daí ele entrava mais lá... porque de primeiro ele levava até eu de carro lá e vinha embora.

- [Entrevistador]. Certo.

- Depois ele começou a fazer plantão lá

Além do ingresso nos quadros da APAC, outro tema abordado durante as entrevistas foi o das características dos voluntários da APAC. Para os entrevistados, a assistência aos presos é fundamentalmente um exercício de amor. Por isso, é necessário muito desprendimento e espírito cristão para suportar as barreiras do trabalho. Desenvolver atividades junto aos presos exige paciência e espírito de

desprendimento. Isso não é para qualquer um. Muitas vezes, as frustrações pela demora nos resultados podia pôr tudo a perder.

- Então, é muito difícil. Então, muitos voluntários, é... passavam por aqui, ficavam um pouco tempo, iam embora, desistiam. Nós tivemos um fato importante aqui, isso o Dr. Mário conta em todas as palestras dele, uma pe... um voluntário disse assim: "Dr. Mário, eu vou deixar a APAC, o sistema, porque eu não recuperei ninguém". Ele chegou pro Mário e disse isso, um voluntário. "Como eu não recuperei ninguém, então eu vou sair". O Mário disse pra ele: "Mas você não é ninguém pra recuperar ninguém. Quem recupera o homem preso é Deus, não é você não. Não vai ser você. Você é um instrumento de Deus, você vai aplicar o sistema, você vai dar conselho àquele preso. Se ele não aceitar, não é problema seu. Não é você que vai converter ninguém". Infelizmente, ele foi embora. Então, essas coisas é assim. Quer dizer, então... então, o sistema exigia muita coisa. Então, como eu volto a falar com você: pra trabalhar no sistema, nesse sistema, no método da APAC, ele precisa se entregar de alma... de coração e alma, senão não... ele não consegue, ele não consegue. Ele desiste no meio do caminho.

Devido a todas as exigências para o trabalho, era comum que a APAC estivesse sempre com falta de voluntários. Pelo tipo de trabalho proposto pela entidade, quanto maior o número de voluntários, melhores os resultados. O contato íntimo com os presos e seus familiares exigia que cada voluntário dedicasse muito tempo para poucas pessoas. Mais do que o grande número de clientes da instituição, o tipo de trabalho intensivo exigia uma presença maciça de voluntários, o que raramente ocorreu na história da instituição.

- Então, você fez uma pergunta se o voluntariado era muito grande, né. Era relativo. Era suficiente pro nosso... pro nosso trabalho, né. Mas tinha época que fazia falta, né, fazia falta de mão-de-obra. Porque veja que aos domingos, por exemplo, domingo, se nós tínhamos aqui, eh... cinquenta homens condenados, então, a... a visita era mais ou menos o dobro de pessoas que faziam a visita. Então, se tinha cinquenta você podia... ia... recebia todo domingo cem pessoas pra visita. Então, cê veja, pra trabalhar com cem pessoas aqui, não é fácil. Então, tem que ter uma equipe de voluntários muito grande.

Mais uma vez, as exigências do trabalho carcerário aparecem como a principal causa para a escassez de voluntários.

Então, a gente trabalhava assim. Mas não era fácil. O... trabalhar... angariar, ah... voluntários não era fácil. Muito difícil, muito difícil. Porque ninguém... todas as pessoas quer trabalhar com velho, com criança, né, mas com preso ninguém quer trabalhar. [risos] Ninguém quer trabalhar, né. E... a gente... quem entrava, às vezes já entrava aqui, ficava um pouquinho, ia embora, né, não se dava com o trabalho [risos]. Porque não é... não é... não é fácil, é muito difícil o trabalho, muito difícil mesmo. É por isso que eu digo pra você que o... o... o sistema, o método, a pessoa precisava abraçar, abraçar firme, porque aí não... não consegue, né, não consegue... se expor a fundo.

Uma característica interessante da APAC é que ela obteve o maior número de voluntários justamente nos seus primeiros anos de atividade. Depois de um estrondoso sucesso inicial, quando conseguiu a adesão de quase uma centena de voluntários engajados, ela nunca mais conseguiu repetir a proeza. O “auge” da APAC em termos de número de voluntários foi em 1976.

- O trabalho... olha, dos voluntários, vou dizer pra você... quando eu entrei já tinha mais ou menos cinquenta a sessenta casais. Então...

- Em 74 já tinha...?

- ...no auge da força mesmo assim, 74, 76, por aí, já tinha uma base de cinquenta, sessenta casais já no movimento.

Mas logo este número foi se reduzindo até chegar às cifras mais recentes.

- Mas também foi saindo, cê vê, em 1975, 76, até 1980, por aí tinha uns... variava de sessenta a quarenta casais. E foi reduzindo, reduzindo que chegou agora em mil, novecentos... quando encerrou a APAC agora aí, [...] acho que nós tínhamos... quinze?

Uma das razões mais citadas para o desinteresse da população é uma mentalidade preconceituosa que considera desprezível o trabalho junto aos presos. Frente a uma população hostil, propor um trabalho com os presos pode parecer até

mesmo ingênuo. Nem mesmo as pessoas que tão imediatamente respondem a outros apelos parecem se comover pela sorte dos presidiários.

- Então, cê veja bem, se chegar aí no... no... nas Igrejas, qualquer Igreja – católica, adventista, protestante – e falar que tá precisando de voluntários pra ajudar num asilo, é fácil você conseguir. Eu acredito que numa missa aqui no Satélite que tenha aí, duas, três mil pessoas, cê já consegue numa, umas dez pessoas pra ajudar no... no asilo. Se for para ajudar num orfanato, a mesma coisa. Da Pastoral da Saúde, você consegue. Agora, fala: “Nós tamos precisando de cinco voluntários pra ajudar na... na prisão, na cadeia, no Putim, na APAC”. Não aparece um. Então cê vê, quando fala de preso, o que que a pessoa fala de preso? Lugar de preso é na cadeia. Essa gente pensa... preso tem que morrer. Se você sair, isso é o que você escuta. Então, preso, o lugar dele é na cadeia. Preso tem que morrer. Quantos você não ouve, “Ah, mas eu sou a favor da pena da morte”. O cara morreu... matou, tem que morrer. Roubou, tem que ir pra cadeia. Não sabe o... o que se passou na vida daquela pessoa até chegar naquele ato, né. Como ele praticou aquele ato.

Assim, a posição da sociedade parece ser clara: os presos devem ser esquecidos nos porões imundos dos estabelecimentos penais do Estado, donde não vale a pena tentar resgatá-los.

- Então você veja que pra você conseguir membros pra APAC, é muito difícil. Sempre foi muito difícil. Então, porque a sociedade não vê com bons olhos o... o preso. Então, lugar de preso é na cadeia mesmo e... e quanto mais tempo ele ficar lá, melhor.

Os preconceitos que a instituição encontrava no momento de recrutar novos voluntários para o trabalho com os presos não deixava de exercer seus efeitos mesmo quando não estava em jogo a interferência direta na comunidade. Para aqueles que, contrariando a opinião geral, aceitavam desenvolver alguma tarefa na APAC, o resultado podia ser eventualmente cruel. O espírito caritativo e a certeza do dever cumprido eram as tábuas onde se agarravam os voluntários que encontravam resistências por parte de pessoas às vezes bastante próximas. Por um processo de

“contágio simbólico”, a discriminação que se exercia com toda força contra os presos transbordava para aqueles que decidissem se aproximar deles.

- (...) os meus fregueses ficaram meio assim, mas eu fui explicando, fugia um pouco do meu salão, saíram um pouco quando eu falei que comecei a trabalhar com... com preso...

- [Entrevistador]. Ah é?

- É. Mas eu falei, “Não importa”, eu falei assim, “Não importa. O que eu já ganhei pra trás, que eu já tive, eu vou fazer daqui pra frente. Quem... quem quiser continuar aqui dentro do salão...” E foi indo, depois foi voltando, sabe?

- [Entrevistador]. Ah.

- Foram vendo que... quantas famílias que tem... tem uma pessoa na família de preso, né. Daí voltaram no salão, sabe. Falei... é, a pessoa é meio assim... discriminado, assim.

O preconceito podia ser ainda pior para uma mulher que deixasse o lar algumas horas por dia para conviver em meio a dezenas de homens em uma instituição fechada. A comunidade podia considerar esta atitude muito suspeita...

- Porque a gente vai vivendo, e o marido muito bom, porque graças a Deus, quando... quando... todo mundo me pergunta, “Nossa, mas seu marido deixou ocê trabalhar com homem lá na APAC?” Entendeu?

- Certo.

- Porque o... o... a sociedade é muito imunda. Ela... ela põe... ela é... ela é... eles põem as coisas na cabeça, sabe, um pensamento mau, se você for dá lá... dá lá, conversar com as pessoas lá fora, eles jogam umas dicas em você que você não tá nem aí, porque a consciência é sua, né.

- [risos].

- A fidelidade é sua. É você com seus filhos. Entendeu?

Os voluntários desenvolviam laços com os presos que não deixavam dúvida sobre o carinho que sentiam um pelo outro. Nas atividades de voluntariado podemos notar que esses sentimentos se expressavam por gestos pequenos e quase imperceptíveis, nos quais não podemos deixar de notar um certo ar maternal.

- (...) eu ia no doceiro do Vale, comprava bolo pros... pro preso – tinha preso lá – eu comprava bolo e levava lá no... no... ali no... no... onde cortava cabelo, falava assim, “Ó, tenho surpresa procês”. Levava lá e punha num cantinho lá... “É o aniversário”. Ele falou assim: “Ai, madrinha... Ih! Lá no Putim a gente tinha tanto aniversário, a gente recebia tanto bolo”. Eu falei: “Nossa, lá levaram bolo?” “Levava bolo, assim, nós esticava a mão, eles tacavam aqueles bolos na mão da gente”, aqueles coisas duros, assim, sabe...

- [Entrevistador]. Ah, sei.

- Machucava a mão deles, não sei que bolo que é. Então, eles faziam piada assim, às vezes ficava até engraçado, né. [risos]. Eles faziam umas festinhas lá. Eu fazia meio de surpresa pra eles. Eles falavam, “A senhora não tem jeito”. Eu ia pra Minas, que minha filha morava em Minas, lá em Pouso Alegre, trazia doce, sabe, eles falavam, “Ai, a gente tem vontade de comer doce de abóbora”, assim, então eu trazia...

- [Entrevistador]. Certo.

- Então, um pe... um contava pro outro, igualzinho criança, contava, “Ai, ela deu um pedaço de doce”. Um ia lá, contava e daqui a pouco vinha tudo: “Ô, madrinha, não tem um pedaço pra mim também?” E pouquinho, dividia com todo mundo. Sabe?

Essa proximidade entre presos e voluntários podia ocasionar situações inusitadas. Certa vez, um preso riscou o carro do marido de uma voluntária. Os outros presos, que não conheciam a identidade do agressor, quiseram aplicar sobre ele o rigor do código de honra carcerário. É evidente o choque entre as concepções de justiça dos presos e dos voluntários. Para os primeiros, ela parecia ter um caráter mais direto e espontâneo.

- É. E até eles perguntavam, “Ô, madrinha, quem que é que riscou o carro do padrinho lá?” Eles queriam que a gente falasse pra poder depois... sabe? [faz sinal de que os presos queriam bater no riscador; o sinal é feito batendo uma mão fechada sobre a palma da outra mão aberta].

O mesmo problema se repete no exemplo a seguir, mas de forma um pouco mais dramática. Ao estabelecer um contrato comercial com um preso, o voluntário tinha uma intenção caritativa de auxiliar o preso em suas imediatas dificuldades

financeiras sem, contudo, parecer estar dando-lhe uma esmola. Por isso, pagou adiantado por uma colcha sem exigir qualquer garantia do preso. Os presos que eram próximos ao voluntário, entendendo que o preso em questão estava ludibriando seu aliado externo, resolveram tomar as dores do voluntário aplicando para ele categorias de julgamento próprias da sub-cultura carcerária. O resultado foi que o preso teve que se desdobrar para cumprir sua parte no acordo, mesmo de forma precária – o que parece não ter feito nenhuma diferença para o voluntário – a fim de não causar ao voluntário um tipo de constrangimento que, se ocorresse entre presos, poderia desencadear reações violentas. Trata-se do problema da dívida.

- Até aconteceu um lance lá que eu mandei um cara fazer uma colcha pra mim de crochê, porque ele tava precisando de dinheiro, então, “Cê faz a colcha pra mim, trouxe a linha, trouxe tudo” – foi até gozado – daí ele foi fazendo a colcha e aconteceu que tava na APAC, tava recuperando, negócio de doença. Daí foi embora pro Putim. Foi embora pro Putim, ele ligou pra... pra uma das... das voluntárias, foram lá, falou assim: “Ó, fala pra madrinha vir terça-feira buscar a colcha dela que... que tá pronta”. E não deu pra mim ir, porque eu tava com o salão cheio. Eu fui na quinta-feira. Fui eu com o... com o... como chama? D... Um cara que ele sempre entra em presídio, né. Procê conversar com ele também, é uma pessoa muito boa, viu?

- D.?

- D.. Fala pra alguém informar procê, procê vê. Ele dá as dicas certinho, já. Presídio de mulheres, tudo, ele vai, sabe.

- Certo.

- Daí, o D. foi... nós fomos lá. Chegamos lá, o... o... um dos... dos presos: “Ê, madrinha, a colcha da senhora, queimaram a colcha da senhora”. E naquele... um dia antes tinha uma rebelião lá, diz que... quebraram tudo as coisas do preso, deixaram os presos tudo nu no pátio... lá no Putim. Isso no Putim. Deixaram... daí um deles falou: “Ó, madrinha, ai, se cê soubesse o que que aconteceu... deixaram nós tudo nu, aqui” – o E., até – “deixaram nós tudo nu, aqui, quebraram tudo, televisão...” – falaram que tinha celular lá dentro, então eles tavam procurando, né. E daí quebraram tudo. Ai... eu fiquei com dó. “Mas se eu for falar alguma coisa aqui, eles vão bater no preso, vai acontecer alguma coisa a ele” – peguei e fiquei quieta. Falou assim: “Ah, queimaram a... a colcha da senhora”. Falei: “Ah, queimou? Vai ver que o... que o policial jogou

minha colcha, queimou”. Mas minha cabeça, eu nem sabia, giria deles. Mas é que eu não fui, acho que tava em dívida, e alguém... ele pagou a dívida com a minha colcha.

- Ah, tá.

- Então, queimou é assim: pagou. Daí, eu peguei, fiquei quieta, e o D... o D. ouviu esse negócio da colcha. Mas eu não falei nada lá dentro da APAC. Eu não sei quem que é que contou, deve ter... porque sempre vinha de lá pra cá, passaram lá, “Ó, roubaram a... ele queimou a colcha da madrinha”. Daí, aconteceu que ele teve que voltar pra APAC que ele tava doente outra vez, voltou pra APAC. Sabe? Falei, “Ah, deixa pra lá”, falei assim... até esqueci o nome dele. Até o... o... J. “Ah, J., deixa pra lá”. E eu tinha levado pó e bolacha, além de eu ter pago – eu paguei sessenta reais pela colcha dele – dei a linha, e levava ainda bolacha, pó, que pedi. Mais pra ajudar, ajuda assim, né.

- Certo.

- E acho que ele ficou tão assim, fora de si, que... que ele fez essa... coisa comigo, daí... preso, cê não pode confiar nele de jeito nenhum. V. mesmo falou que já caiu em tantas. Então ele falava assim, “Ó, cês...” – então, ele dava as dicas pra gente. Daí, ele voltou pra APAC. Só... e... aonde que eu tava me [...], tinha uma caixinha de material, tudo – é toalha, as coisas que eu dei, máquina minha, tesoura, tudo, então, eu fiz uma caixa, assim, de ferramenta de trabalho de lá, pra não usar de lá pra cá do salão, né.

- Certo.

- Daí o... como que chama... o nome dele? Aquele moço que vendeu o quadro pra mim, aquele baixinho que veio aqui? Esqueci o nome dele. Ele pegou, falou pra mim: “Ó, madrinha” – e ele era enfermeiro lá. Ele pegou e falou assim – ele entrou lá dentro da enfermaria, falou: “Já resolvi o caso da senhora”. Falei: “Resolveu o que?” “Ah, o Zé Ricardo, eu deitei ele lá em cima da mesa e falei, ‘O que que cê tá devendo pra madrinha?’ ‘Eu não sei não’. ‘Cê tá devendo alguma coisa pra madrinha’”. Ele falou: “Eu deitei ele lá em cima da mesa e falei assim: ‘Cê vai pagar a madrinha de qualquer jeito, cê... cê deu fim na colcha da madrinha’”. Coitado. Não sei aonde que ele arrumou uma linha, ele fez a colcha. Tá aí.

- Ah é?

- Não ficou nem de casal, nem de solteiro. Ficou um tampão, assim. “Mas tá bom”. Só pra não... sabe. Pra não ficar... pra não ter... arrumar...

- Confusão.

- E eu não sei aonde que eles arrumaram isso aí, que eu nem contei. Que certas coisas que aconteciam com eles eu não contava. Porque cê vai contar, é assim, sabe. Então, eles quer bem a gente, eles vão revedar. É olho por olho, dente por dente.

Nem sempre a caritativa aproximação de voluntários era completamente desinteressada. Estamos lidando aqui com uma questão comum entre presos e voluntárias, que é a do relacionamento amoroso. A APAC mostrava pouca tolerância a isso e, assim que descobria um envolvimento ilegal entre preso e voluntária, tomava suas precauções para que nada de mais grave acontecesse.

- E tinha preso também que tinha muita moça que começou a fazer curso lá de... de voluntária, e começou a entrar a intenção de conquistar preso, namorar preso lá dentro. O Mário Ottoboni parou com isso.

- Ah é?

- É. Sabe? O Mário Ottoboni falava isso aí. Daí, eu... eles mostravam a carta das meninas que levavam. "Ó, madrinha, essa menina mandou a carta pra mim". Ficava tudo empolgado. Eu falei assim, "Ó, cês vivem muito na fantasia, hein? Porque lá fora é outra coisa". Então, a gente tinha que pôr isso na cabeça dos presos, porque as meninas daí, a gente ia ver que menina que tava fazendo isso daí pra tirar.

O contato com o preso pode ser libertador para um voluntário inexperiente que, através de sua vivência, tem a chance de rever seus preconceitos a respeito do mundo carcerário.

- Antes de entrar lá eu nunca tive contato com preso. Depois que teve contato, nah, preso não é nada daquilo que o pessoal fala, né, aqui fora. Tem muita gente que tem medo de ir lá na APAC, tinha medo de ir lá, medo do preso seqüestrar ele lá dentro, matar ele lá dentro, não é nada disso! O preso, ele... o preso, se cê quer saber, lá na APAC, é muito menos perigoso, mas muito menos perigoso, lá dentro do que aqui fora. Cê tando com eles lá dentro, é menos perigoso do que cê tando aqui fora. Porque aqui cê tá arriscado a ser assaltado, ser morto mesmo, aqui. Por assaltante aqui. Lá dentro não. Eles não têm arma, não têm nada. E não tem perigo nenhum.

O impulso que leva uma pessoa a procurar o voluntariado na área penal pode ser simplesmente caritativo e, neste aspecto, exercido sobre aqueles que mais necessitam de ajuda. Mas conhecer o ambiente carcerário e ter contato próximo com a marginalidade pode significar, além disso, um acréscimo de segurança. Se o medo é um traço característico da personalidade urbana¹, fazer parte de um trabalho voluntário pode diminuir a distância social entre vítima e bandido e outorgar à primeira garantias inexistentes para a maior parte da população.

- Quando aconteceu, eu saí tarde da noite, até eles falaram, "Ó, madrinha, fica aqui dentro da APAC, o padrinho passa aqui e pega a senhora", sabe. E daí eu falei assim, "Ah, não, eu vou...", eu tinha de ir no Habib's comprar um quibe pra N.. Que falei assim, chegando em casa não vou fazer janta, vou só levar o quibe que ela queria. Passei no Habib's, né, e fiquei na... tem uma esquininha ali, tem uma árvore ali. E ali tá muito prostituição naquela área ali, né, ali em frente o Habib's. E era mais ou menos sete, que às vezes eu ficava com dó, quando chegava o final do ano assim, tinha muito cabelo pra cortar, eu passava da hora, sabe, ficava até sete, sete e meia, eu ficava sozinha lá dentro, sabe.

- Certo.

- Já tinha todo mundo... ficava só plantonista e às vezes ficava só eu lá cortando cabelo. Falava, "Nossa, madrinha! A senhora..." Falei, "Não, corto até do último". Cortava daqueles um que tava deitado na cama, sabe, deitado, até teve um que deu um problema na coluna...

- Ah, tá.

- E eu, "Não, madrinha, muita dificuldade, não posso virar..."

- Nossa, deitado!

- Deitado. Cortava dos doentes mesmo que tavam ali na cama, deitado... porque é paralítico. E... e eu peguei e saí e vim perto do Habib's. Quando cheguei lá, comprei tudo o quibe, com o quibe aqui, a sacola aqui e a Coca segurando aqui, o litro de Coca. Daí veio o preso, veio esse cara, nem sabia que era preso, porque eu sou assim, não sei o que eu acho que é, luz que deu em mim, enfiou a mão no gargalo da... da garrafa, assim, ó, "Ê, ê Dona Maria, essa coquinha geladinha aí!" Tava raptando minha Coca, né.

¹ Adorno (1991b).

- [risos].

- Eu peguei na hora, não sei que que... levei, que eu tava... do jeito que eu tava com o quibe aqui assim, eu segurei, eu fiz assim, levei a mão na mão dele e segurei assim. Quando eu segurei, ele tava com o boné puxado assim. Eu olhei bem por baixo do boné assim, eu falei assim: “Ah, B.”, porque o nome dele é um nome difícil. Eu falei: “Ah, B., não acredito” Ele falou assim: “Madrinha, a senhora!” Ó procê vê.

- Olha só!

- Como é uma coisa assim. Ele falou: “Madrinha, a senhora!” Eu falei: “É” “A senhora não tem um real pra dar pra mim?” Quer dizer que... eu falei assim, “A madrinha não tem um real, mas a madrinha tem... tem quibe aqui. Eu dou quibe procê, cê quer?” Ele falou: “Quero sim”. Mas nisso, ele sabia que ali perto, ali, que o meu marido fazia o... que o meu marido parava o carro ali. Eu falei assim: “Ah, eu tô esperando o padrinho”. E ele pegou, quando ele ouviu barulho de carro que vinha assim, ele... né, e acho que tava tão assim, que eu nem... quando eu tava mexendo no quibe, ele *pumba!* Mas correu, se mandou!

Ainda uma vez, a ligação entre os dois lados da APAC, o voluntário e o preso, apresenta como desejável efeito colateral um respeito dos bandidos frente a esses que, de outro modo, seriam suas vítimas preferenciais.

- Quer dizer, ó procê vê. Aqui fora, quando cê faz alguma coisa pra eles lá dentro, aqui fora eles não... eles são, sabe, eles não faz nada pra você. Eles com... eles... a gente dedica amor pra eles, aqui fora eles não têm coragem de fazer nada pra você. Eles defendem você, até.

Este respeito, porém, exige como pagamento o estabelecimento de relações sociais mais próximas que não só obrigam os delinquentes com os voluntários, mas também o contrário. No momento em que um egresso em apuros requisitou a ajuda de seus antigos “padrinhos”, estes tiveram poucas opções a não ser ajudá-lo.

- O S. mesmo, um dia bateu na porta oito horas da manhã num domingo, bateu, eu gostava de dormir até tarde no domingo porque cê tá cansado do salão sábado, bateu lá. Eu abri o vitraux, da outra casa lá. Eu olhei lá embaixo, minha casa era alta, eu olhei: “Que cê tá fazendo aqui, S.?” “Aí,

madrinha, pelo amor de Deus, arruma dinheiro pra mim”, não sei quanto, “porque eu quebrei meu pé”, que não sei o que. Eu tinha visto ele na APAC, que eu tinha cortado o cabelo dele, falei, “então ele pulou o muro”, né. Mas só que ele tinha saído mesmo.

- Ah, tá.

- Ele foi pro Segundo, eu não sabia que ele tinha saído aquele dia pro Segundo, e daí deram, ele tinha uns dias aí em casa. Mas que ele tava correndo da policia, não sei que que ele... aconteceu, ele quebrou o pé mesmo. E ele: “Pelo amor de Deus, madrinha, eu tenho que... que ir no médico, eu quero comprar remédio”. Daí eu... eu... nesse dia eu não tinha dinheiro, mas quando eu virei a bolsinha, tinha uma bolsinha lá, tava uns trocado, falei: “Ó, tem esse dinheiro aqui”, e meu marido mesmo sabe, levantei com roupão, fui até no portão lá, desci, falei: “Ó, S., tó”. “Ah, madrinha, graças a Deus, a senhora salvou eu de uma coisa”. Acho que é pra comprar droga, né.

Um tema importante abordado nas entrevistas foi o do fechamento da APAC. Em parte, isso se deve à nossa própria iniciativa de perguntar aos entrevistados suas opiniões sobre o tema. Além disso, porém, eles mesmos tiveram a iniciativa de tocar no assunto, até porque, na época em que as entrevistas foram realizadas, este era um assunto que preocupava as pessoas interessadas pelo trabalho da instituição. Um primeiro comentário importante é o que liga o fechamento da APAC à desativação do primeiro estágio, regime fechado. Era opinião corrente na instituição que o regime fechado era onde o Método APAC se aplicava com toda força, obtendo resultados excelentes. Os problemas que a APAC enfrentava para manter um controle adequado sobre o comportamento dos presos do regime semi-aberto era visto pela instituição principalmente como consequência de haver muitos presos neste regime condenados já inicialmente ao semi-aberto, que, portanto, não passaram pelo regime fechado da APAC. Por isso, a desativação do regime fechado é citada como o mais duro golpe com relação ao fechamento da instituição. O fechamento do semi-aberto parece ter sido realmente sentido como um episódio secundário.

-Daí, fechou de uma vez mesmo. Mas o... a APAC fechou quando fechou o Fechado, né. Que a APAC vivia do Fechado. O semi-aberto...

-[Entrevistador]. Ah, é? A APAC era o Fechado?

-[Entrevistado 2]. Era o Fechado, né. Fechou... acabou o Fechado, acabou a APAC.

Os maiores beneficiários do fechamento da APAC, na opinião de alguns entrevistados, foram as agências policiais. Os policiais parecem ser sentidos pelos voluntários como grandes inimigos da APAC. Por isso, quando eles invadiram a APAC durante a madrugada para esvaziar suas celas, eles não podiam disfarçar a euforia.

-Agora, o... o... como chama o pastor? N., lá, que aconteceu isso foi no plantão dele que... a hora que os presos... que a polícia entrou lá, que é preciso... que a polícia começou a dar gargalhada, né. Era isso que eles queriam, né. Quantas vezes que eles teve vontade de pôr as mãos naqueles presos lá?

O fechamento da APAC foi um ato político de profundas repercussões para os voluntários mais engajados. Para esses voluntários, o trabalho desenvolvido na APAC representava uma atividade de extrema importância com a qual se identificavam e na qual se espelhavam. Para alguns, seus relacionamentos na APAC representavam seus principais vínculos afetivos. Ao se deparar com o prédio sujo e abandonado, um dos entrevistados, que trabalhou como voluntário na instituição por mais de 20 anos, não pode esconder seu desapontamento.

-Agora cê veja que... ficar nesse estado aqui como está... é muito triste, viu, muito. Pra mim, que eu trabalhei aqui como voluntário vinte e tantos anos, entristece muito. A gente viu uma coisa, um trabalho, se desmoronar de uma hora pra outra, não é fácil, né.

Devido à postura dúbia do Poder Judiciário, que desativou a APAC sem motivos oficiais adequados, deixando os voluntários à espera de que a instituição pudesse ser reaberta a qualquer momento, alguns entrevistados não sabiam se ainda faziam parte dos quadros da APAC ou não.

-E faço parte, membro do conselho.

—Ah, tá.

—Se não acabou, ainda faço parte. [risos] Acabou o método mas a... mas o... o sistema do conselho ainda não acabou, né. Parece que tem uma... uma... um período, né, pra... pra encerrar.

—Ah, tá.

—Mas não terminou ainda. Vamos ver, né, como é que fica, vamos esperar.

Para os funcionários que restaram na instituição, a falta de trabalho podia ser uma evidência desalentadora. Acostumados a trabalhar com os presos nos mais diversos setores, alguns funcionários permaneceram indo à APAC mesmo sem receber qualquer salário. Para ocuparem o tempo em que passavam agora inativos, eles se dispunham a realizar as mais variadas tarefas na entidade. Mesmo assim, parece mais ou menos claro que eles não estavam satisfeitos com sua nova situação e sentiam com intensidade o tempo passado em ociosidade.

—E nesse período que nós tamos aqui sem presos, nós tamos sempre atendendo presos, conforme eu te falei agora a pouco, sempre estão aí conversando com a gente, pedindo uma orientação, e nós estamos atendendo principalmente as penitenciárias pra onde tem sentenciados nossos, nós estamos atendendo em matéria de remissão de pena, em matéria de correspondência, em matéria de atestados, entendeu? Sempre pra que... visando principalmente que ele não sejam prejudicados de maneira alguma no seu... no desenvolvimento das suas petições lá por uma falha nossa aqui. De maneira alguma isso aí pode acontecer, e tamos aí nessa expectativa, entendeu, de vez em quando cê fica assim meio louco, “Pô, mas o que que eu tô fazendo aqui? Ocioso?”, mas no fundo, no fundo, não tem ociosidade nenhuma. Se a gente procurar tem muita coisa a ser feita. Muita coisa.

Antes mesmo do fechamento do primeiro estágio, era opinião corrente na APAC que as perseguições perpetradas pelo Judiciário contra a instituição acabariam por prejudicar seu trabalho de forma importante. Se isso era evidente para os voluntários, não passava despercebido aos presos.

- [Entrevistado 1]. Eu cortei cabelo deles na segunda-feira, foi mesmo, falei: “Eu vou cortar na segunda porque quarta a madrinha não vem”. Falou: “Tá bom, madrinha”. Até o tal de Buiu lá... E... E... E. sei lá o que, ele falou assim, “Ai, madrinha, ih... minha cabeça tá na forca”. Acho que já tava meio cismado também.

- [Entrevistado 2]. Ah, eles já sabiam já que... tavam sabendo que a APAC ia fechar, só que não sabia quando, né.

- [Entrevistador]. Ah, eles já sabiam então?

- [Entrevistado 2]. Ah, eles já tavam... Todo mundo já tava sabendo que uma hora... eles mesmos falaram lá, “Uma hora ou outra a APAC vai fechar...”

- [Entrevistado 1]. Só que ele tava querendo sair de lá, né, mas...

- [Entrevistado 2]. ...só que eu não sabia ainda o quando, só que foi mais rápido do que eles esperavam, né.

As cismas dos presos não estavam fundadas sobre considerações especulativas, mas sobre evidências empíricas substanciais. Se não houvesse mais nenhuma evidência, o simples fato do presídio estar com um número *record* de vagas ociosas indicava que o juiz tinha para com a entidade uma estratégia de lento esvaziamento que, eventualmente, culminaria na sua desativação.

-E ultimamente também lá dentro, né, no... no... no Primeiro Estágio, tava acontecendo isto: os presos estavam assim, com medo de que aquela... aquela coisa, né, “vai fechar a APAC”. Eles tavam vendo que não tinha mais ninguém, que já tava aquela... tava com a cadeia ociosa, nós tínhamos vagas pra cento e cinco presos, nós estávamos com trinta. Então eles tavam vendo, é porque eles não são bobos, eles sabem que é... que alguma coisa errada tava acontecendo. E eles sabiam que o juiz tava fazendo alguma coisa, que ele não tava mandando, não tava nada.

Um dos mais interessantes temas sobre o fechamento da APAC é a atribuição causal da desativação do presídio a determinados eventos sentidos por eles como intimamente relacionados com o esvaziamento do regime fechado.

Uma opinião fortemente difundida era a de que a APAC só fechou porque o seu antigo presidente, Mário Ottoboni, deixou a presidência da entidade a cargo de uma pessoa que desconhecia as normas da entidade com a profundidade necessária

para escapar das armadilhas postas por todos os lados contra instituições caritativas e polêmicas como a APAC. Além de termos encontrado essa explicação nas nossas entrevistas, nosso contato pessoal com os membros da APAC nos mostrou que eles atribuíam de maneira bastante generalizada o fim da APAC à mudança na diretoria.

Em primeiro lugar, o novo presidente, por não possuir a sutileza necessária no trato com o preso e desconhecer o funcionamento da entidade, começou, desde o início, a relaxar as normas disciplinares, considerando que, assim, poderia conquistar o apoio dos presos e levar a administração do presídio sem sobressaltos.

–Então, era uma coisa que a gente contar assim... agora, quem fez lá alguma trapaça lá que derrubou aquilo lá – que na realidade o Mário Ottoboni confirma – é o outro que entrou lá, o outro presidente que... que entrou lá.

–[Entrevistador]. Ah, é?

–Ele tirou tudo as normas. Tinha uma norma lá que não pode fazer isso, fazer aquilo, e ele foi abrindo... abrindo... igualzinho criança, abriu a norma e depois a criança fala assim... ela vai do lado daquela pessoa que deixou tudo à liberdade, né.

–[Entrevistador]. Hum... ele foi tirando as normas?

–Foi tirando as normas, né (...)? O (...) sabe que [...] [neste momento ela pede que Entrevistado 2 venha falar comigo].

–[Entrevistado 2]. É o A., né?

–O A.

–[Entrevistado 2]. O problema é que lá, existia normas lá dentro que tinha que ser seguida, né. Porque o preso, cê tem que ter... tem que ter lei, tem que ter norma, tem que se seguir aquilo lá, porque se ocê não seguir aquilo lá vira uma bagunça.

A idéia de relaxar as normas disciplinares não só não obteve o efeito de colaboração desejado sobre os presos como também potencializou seus incipientes atos de confronto. A partir do momento em que os presos perceberam que o novo presidente agia com frouxidão, eles, ao invés de colaborarem, passaram a se rebelar cada vez mais contra as normas da casa. A partir de determinado ponto, não havia mais como voltar atrás.

–Porque chegou num ponto que ele perdeu a rédea, já não tinha mais como... voltar atrás mais.

–Certo.

–Porque daí os preso já não ia mais... porque a gente já... já abriu a porteira, daí não tinha jeito mais, né, de querer ser duro. Porque quando cê chega duro, ocê pode até amolecer, tudo bem. Mas se ocê chega mole demais, não tem jeito de ocê endurecer depois.

Não só a nova diretriz disciplinar da APAC foi um fiasco em termos de manter a ordem interna, como também comprometeu todo o futuro da instituição. Por um efeito que, de forma ilustrativa, poderíamos classificar como de “catraca” – para tomar emprestada a expressão usada por um preso para descrever a forma como o Estado vai aos poucos abolindo os direitos civis da população carcerária – a partir do momento em que a APAC abriu mão sobre o controle mais estrito do comportamento dos presos, eles galgaram posições que, para a instituição, se tornaram irreversíveis. A cada dente da engrenagem, os presos assumiam um poder maior sobre os voluntários que, acuados pela postura permissiva da diretoria, não tiveram como reagir. Frente a este quadro, alguns entrevistados e membros da instituição refletiam que o fechamento da APAC não só era inevitável, como também benéfico.

–[Entrevistado 2]. A APAC do jeito que tava lá tinha que fechar mesmo, certo. Lá chegou por um caminho que não tinha mais jeito, né. Lá tinha que fechar...

–[Entrevistado 1]. Mas deixou raiz!

–[Entrevistado 2]. Tinha que começar tudo de novo, ou então começar com o outro sistema que vão fazer agora lá, né. Porque do jeito que tava lá...

–[Entrevistador]. Ah, tá.

–[Entrevistado 2]. Lá já tava... perdeu o fio da meada lá, já não tinha mais... lá já não tinha mais... como é que fala? Disciplina lá, acabou a disciplina, acabou tudo. Então, tinha que começar tudo de novo, talvez se começasse com outros presos, não com aqueles que já tava lá...

–[Entrevistado 1]. Aqueles lá já tava contaminado.

–[Entrevistado 2]. Porque aqueles lá já... tavam totalmente viciados, contaminado, já por esse sistema aí...

-[Entrevistador]. Certo.

-[Entrevistado 2]. Então, esses uns não dava mais. A melhor coisa que o juiz foi... fez o promotor, foi ter feito... a promotora, foi ter fechado e começar tudo outra vez, certo. Tem que começar. Ficar a APAC mesmo, mas com outros presos e com outro sistema, certo.

-[Entrevistador]. Certo.

-[Entrevistado 2]. Com outra... porque aquele lá já não dava mais.

-[Entrevistado 1]. Vamos ver agora com as mulheres, né.

-[Entrevistado 2]. Chegou a um ponto que o fim tinha que ser aquele lá. O juiz foi lá e lacrou tudo, levou os presos embora tudo, e... não tinha mais jeito. Aquele lá já não tinha mais jeito. Qualquer outro presidente que entrou lá já não conseguiu mais... porque depois que...

-[Entrevistador]. Ah, tá.

-[Entrevistado 2]. ...esse aí saiu, entrou outro... entrou outro mas já não conseguiu mais dominar, porque tinha perdido o fio da meada já. Os presos já tavam já totalmente... como é? Ele perdeu a rédea da coisa lá, já não dava mais, certo. Daqueles presos que tavam lá não dava mais. No meu ponto de vista, né, não dava mais. Tinha que fechar e começar outra vez. E foi o que aconteceu. Fechou e agora vai começar com mulher, ou mesmo que comece com homem, sei lá, vai começar tudo de novo com outras... outro método, né, não do jeito que tava lá porque lá descambou de uma vez.

O mesmo problema é mencionado na passagem seguinte, acrescido do detalhe estratégico da forma pela qual os presos foram adquirindo todo seu poder. Quando eles perceberam que tinham a instituição nas mãos, notaram também que poderiam exercer pressão sobre os voluntários para obterem o que quisessem. Uma palavra mau interpretada, uma recusa em permitir aos presos algo que, pelo regulamento, era proibido mas que, na prática, já estava sendo liberado, podiam ocasionar confrontos entre voluntários e presos que os próprios voluntários não estavam dispostos a comprar.

-Depois que deix... descambou de vez. Até o Mário Ottoboni também não teve mais coisa, porque ele não tava lá, né.

-[Entrevistador]. Certo.

-[Entrevistado 1]. Ele não tava mais lá. Quer dizer que ele não vai... não vai entrar com um outro presidente lá, esse tempo todo [...] desistido. Daí, ninguém queria entrar. Porque quem queria pegar isso daí?

-[Entrevistador]. Ninguém queria pegar a situação...?

-[Entrevistado 1]. O M., coitado, o M., que o (...) falou, M. era um... um cara que... justo. Mas pra... pra... tocar... tocar como presidente, ele tava... não tinha mais controle, nem ele tinha mais controle. Porque o preso, daí ele... ele... ele vai feito um leão em você... riscar carro, o que ele puder fazer... começa a ligar pra sua casa que vai... sabe? Começou a ligar pra casa também.

-[Entrevistador]. Ah é?

-[Entrevistado 1]. Ele começou a ligar pra casa...

-[Entrevistado 2]. Ele ligou pra casa do A. lá também...

-[Entrevistado 1]. Do A... Então, se não fizesse isso... entendeu?

-[Entrevistador]. Certo.

-[Entrevistado 1]. E a pessoa tem medo, não quer, mas... mexer com a sua família, eles é capaz de fazer tudo. Cê não pode confiar no preso. Então...

-[Entrevistador]. Quando o M. entrou já tava...

-[Entrevistado 2]. Ah, já não tinha mais jeito.

-[Entrevistado 1]. Ih, nossa! Não tinha mais...

-[Entrevistado 2]. Quando o M. pegou lá – que o M. era o vice do A. – o A. renunciou.

-[Entrevistador]. Ah, o A. renunciou?

-[Entrevistado 2]. Ele renunciou porque não teve mais jeito, né, ele foi... ele chegou num ponto que não deu mais pra ele continuar, ele foi obrigado a renunciar.

-[Entrevistador]. Certo.

-[Entrevistado 2]. Porque ele perdeu a rédea totalmente. Então, a diretoria reuniu ele lá, (...) teve uma reunião e ele renunciou.

Um dos pontos ressaltados com relação à permissividade da nova diretoria foi o horário de despertar. Curiosamente, um outro membro da instituição levantou o mesmo problema ao descrever a situação da APAC na época de seu fechamento.

-O preso, o horário do preso levantar todo dia lá era sete horas da manhã. Que era norma, era norma da casa. O preso tem que levantar sete horas

da manhã, nem que não vá fazer nada. Mas sete horas da manhã tinha que levantar. Levantava, tinha oração. O M... o... esse... A. entrou lá, pois uma norma que o preso podia levantar a hora que quisesse – nove horas...

–[Entrevistador]. Ah, tá.

–Então, o preso não ligava mais, levantava oito horas, nove horas, não tinha horário pra levantar mais. Isso aí também, uma das coisas também que tava totalmente errado. Porque todo lugar, no exército, cê tem uma... sete horas da manhã cê tem que levantar.

–[Entrevistador]. Certo.

– E lá também, era sete horas da manhã, todo preso levantava, ia tomar café, tinha oração, tudo. Já ia pro trabalho, quem não ia, podia ficar por lá, mas tinha que levantar sete horas da manhã. Ele entrou lá e deixou o preso, podia dormir até nove horas da manhã. [risos] Eles já eram vagabundo, ficaram mais vagabundos ainda.

Outra norma constantemente quebrada pela nova diretoria era com relação ao uso do telefone, permitido para os presos até um limite de 19:00h. Além de permitir a utilização do telefone, a nova diretoria o fazia à revelia da opinião dos plantonistas, o que enfraquecia sua posição frente aos presos.

–E não podia... uma das normas lá que ele passava muito por cima da gente, era problema de telefonema, principalmente no... à noite, que a gente entrava sete horas lá, o plantão entrava sete horas da noite, ia até seis horas da manhã. Depois das sete horas não podia mais deixar preso telefonar lá, certo? Esse horário não podia mais. Mas... uma das normas era essa, não podia deixar preso mais telefonar depois das sete horas da noite. A não ser que fosse um caso muito... que a gente recebeu foi num caso de morte, qualquer coisa, daí a gente podia abrir uma exceção, mas...

–[Entrevistador]. Se julgasse necessário, assim.

–[Entrevistado 2]. Mas é que é... “Ó, preciso telefonar pra minha mulher, lá”... isso aí não podia deixar. Daí ele chegava lá à noite, às vezes, e o preso ia... falava pra ele diretamente, ele pegava e mandava o cara telefonar. Passava por cima da norma da gente que era o plantonista.

Além disso, o novo presidente também permitia saídas irregulares para os presos sem consultar os plantonistas.

–Então, ele passava por cima. Ele mandava diretamente o ca... o cara ligar, não falava nada pra gente. O cara pedia pra ele pra sair depois das sete horas, ele deixava o cara sair, ir em casa... dava autorização pro cara sair e não falava nada pra gente. O cara só vinha com a autorização aqui e falava, “Olha, o A. deu autorização pra mim sair, ir embora pra casa. E ele foi fazendo essas coisaiada tudo, certo...

–[Entrevistador]. Certo.

–Ele foi passando por cima das normas, foi burlando as normas.

As visitas íntimas sempre foram um ponto de orgulho da APAC. A proibição deste tipo de contato fazia parte das estratégias da APAC para tornar o presídio um lugar mais “familiar” e no qual os visitantes e voluntários não se sentissem constrangidos. Além disso, as “íntimas”, aos olhos dos membros da APAC, humilhavam ambos os membros do casal, que não podiam contar com nenhuma privacidade na hora do encontro. Por isso, a postura do novo presidente de acenar com a possibilidade de permitir as visitas íntimas foi motivo de muito barulho na instituição.

–Aí, começou a prometer as coisas pro preso, que ia... ia deixar as mulher dos presos ter relação com os presos lá dentro, ia arrumar lugar pra eles lá... Foi... tentando fazer várias coisas que às vezes era alguma coisa impossível... isso aí era uma das coisas impossível.

–[Entrevistador]. Certo.

–[Entrevistado 1]. Nessa norma que ele tá falando de ter... como que ele chama... é... ter uma... um quarto pra... pras esposas, cê vê, os próprios presos têm uma norma deles. Ele não... não... não... o Mário Ottoboni já sabia essas normas do preso. Que dentro da cabeça dele, tem o respeito. Ele falava, “Madrinha, imagina se eu vou trazer minha esposa pra... saber que a gente vai lá naquele quarto lá. Entendeu?

Toda esta situação provocou uma debandada de voluntários que, assustados pela situação de crise, não queriam mais se arriscar a manter contato com os presos.

–Os padrinhos... os plantonistas tavam abandonando, certo, não tavam querendo ficar mais por causa dessas coisas que tavam acontecendo lá, outros plantonistas lá que tava acontecendo preso já tava querendo até agredir ele lá dentro, porque o preso não tava respeitando mais, porque a gente... acontecia alguma coisa, a gente levava ao conhecimento dele, ele não tomava decisão – ele não tomava nada contra o preso. Ele deixava o negócio... punha pano quente em cima. E o preso foi achando então, que o preso tava com aquela bola toda lá dentro, certo. Inclusive até um preso um dia falou pra ele lá, um plantonista lá, que é o J., falou pro J. lá, falou: “Quando eu tiver que falar as coisas agora, vou conversar com o dono da porcada, não vou conversar com a porcada”, falou pro J.. É. “Vou conversar com o dono da porcada, agora, quando eu tiver que pedir as coisas agora, vou pedir pro dono da porcada”. Quer dizer, os caras acharam que tava com aquela bola toda, tendo... por causa de estar muito ligado ao presidente, certo.

Outra razão para o fracasso das medidas adotadas pela nova diretoria se deviam ao fato de que o antigo presidente e “pai” da APAC, Mário Ottoboni, deixou de ser ouvido no momento de se tomar as decisões.

– [Entrevistado 1]. Então eles... cada um tem o seu... seu... seu esquema dentro... pra o diálogo dos presos. Ele não conhecia o diálogo dos presos. Então, isso aí foi uma norma que eles ficaram...

–[Entrevistador]. Quer dizer, ele entrou meio ingênuo assim...

–[Entrevistado 2]. Ele entrou ingênuo. Daí, uma das coisas também que ele errou... ele, ele não quis – o orgulho dele também – de não querer aceitar opinião do Mário Ottoboni que praticamente era o pai da APAC, que formou a APAC, certo?

–[Entrevistador]. Certo.

–Mário Ottoboni. E ele, ao invés de entrar lá e continuar junto com... pedir pro Mário Ottoboni continuar dando as cartas lá até ele... ele não, ele quis entrar sozinho, não quis aceitar a opinião do Mário Ottoboni, e... então, nisso

daí ele perdeu muito, né, porque o Mário Ottoboni conhece muito aquilo lá, né. Mário Ottoboni ia ajudar ele.

O novo presidente também é visto como uma pessoa desinteressada dos problemas da entidade e incapaz de fornecer para os voluntários o apoio necessário nas horas difíceis.

–Mas nisso... nessa briga aí, quando aconteceu tudo daí, eu fui e liguei... liguei pro presidente que era o (...), falei: “Ó, (...), tá acontecendo isso, isso, eles brigaram lá dentro, tem preso machucado lá dentro, que que eu devo fazer aqui, vem aqui pro cê dar uma mão pra mim”. Ele falou: “Ah, faz o seguinte: deixa aí, amanhã nós resolvemos isso aí”. Ó, pro cê vê, não veio lá. Isso aí eu falei pra ele na reunião lá. Falou: “Ah, cê me desculpa, eu errei mesmo nessa parte aí”. Falei: “Mas não tem ‘errou’, falei. Se o preso que tava machucado lá tivesse morrido lá dentro?”

–[Entrevistador]. Nossa.

– Que ele tomou uma paulada na cabeça, abriu a cabeça dele. Falei: “Se tivesse morrido lá dentro... como que ia ficar a minha situação lá dentro?” Eu fiquei pensando nisso daí. Porque o juiz não quer saber: o cara que tá de plantão lá, ele é responsável.

Há também uma percepção generalizada na instituição de que havia corrupção no “baixo escalão” do voluntariado. Na verdade, isso, em nenhum momento, passou de uma hipótese. Ninguém considerou-se munido de evidências suficientes para arriscar qualquer suposição mais comprometedora a este respeito. De qualquer forma, se havia corrupção, ela era percebida pelos membros da APAC como restrita a alguns membros menos honrados do voluntariado e, para todos os efeitos, seu incremento seguiu as mudanças na diretoria.

–Mas depois que... que entrou o... quando tava o Mário Ottoboni, cê não via muito o negócio de maconha lá, porque o Mário Ottoboni, ele conhecia o cheiro de longe. Então, ele já dava dica pra um presidente lá e... e coisa assim. Cê não via. Depois que eu fui tendo medo, depois que o Mário Ottoboni saiu. Cê via o ambiente muito carregado, dos caras... conversar com você.

–[Entrevistado 2]. É, o ambiente mudou... o ambiente mudou muito.

–[Entrevistado 1]. Cê entrava assim, não tinha aquele negócio... era um ar muito carregado quando ele não tava lá.

De qualquer forma, era óbvio que não havia nada fundamentado oficialmente contra a APAC...

–Agora, a... a Secretaria da Segurança Pública, do Ministério Público, e tudo, foram investigar a APAC e não encontraram nada. O que eles encontraram foram... foram algumas irregularidades, algumas coisas erradas aqui, mas *administrativas*. Alguns *erros* aqui dentro de papéis, de algumas coisas que não... não... coisas erradas sim, mas coisas simples, nada de coisas é... de... de transferência de presos, não tinha nada disso. Porque nem pode ter, não cabia a nós. Às vezes algum... algum preso que saiu pra uma... pra uma visita médica, alguma coisa, e houve evasão do preso nessas coisas, mas... é *muito* pouco.

...e o que havia, era de fato, irrisório.

Agora, o que houve com a APAC é isso, nós temos aí presos que saíram na hora que não era pra sair, mas isso foi coisa administrativa, foram pessoas que não sabiam que naquele horário não podia soltar, não podia sair, que aquele não podia sair...

Mesmo assim, alguns voluntários suspeitavam de envolvimento de voluntários com os presos em moldes que não eram permitidos legalmente. Havia certeza de que muitos padrinhos estavam agindo de forma irresponsável ao liberar os presos para sair em horários inapropriados, entre outras coisas, mas não havia certeza quanto aos benefícios financeiros que eles estariam colhendo dessas operações.

–A gente sabia que tinha muito plantonista lá que fazia as coisas erradas, certo.

–Hum.

–Isso daí também é uma das causas que ajudou também a descambar por esse caminho. Deixar preso sair fora de hora, aquelas coisas... tinha aquelas

coisas lá. A norma que não podia... depois das sete horas cê não podia deixar preso mais sair fora lá pra comprar as coisas lá fora, mais nada.

–Certo.

–Eu, sete hora, o preso entrou pra dentro, não podia mais sair. E deixava preso às vezes sair, ir pra casa, coisa... tipo de coisa que não podia, a gente sabia que tinha... acontecia... tava acontecendo muito isso lá. Foi uma das causas também que ajudou a afundar a APAC porque tava todo mundo aí fora de olho na APAC pra fechar a APAC, certo.

–Certo.

–Já tava todo mundo de olho lá pra arrumar alguma coisa pra fechar. E daí foram pegando essas coisas, pessoal saindo fora do horário, eles puseram câmera lá, focalizando lá, certo.

–Ah é?

–Puseram câmera lá filmando lá, preso saindo fora do horário, pulando muro lá – porque tinha preso que pulava o muro realmente, pulava comigo, pulava com outro – mas aí ele tava fugindo, aí é diferente. Nós não tinha responsabilidade nenhuma pelo preso que fugia. Porque lá existia um muro lá e eles pulavam o muro. Depois, à noite, que fazia contagem e tudo, eles pulavam o muro. Aí, isso daí não era problema nosso mais.

–Quer dizer, aí a responsabilidade não era de vocês.

–Não senhor. Podia acontecer o que acontecesse com ele na rua lá, chegasse lá e falar, “Não, esse preso tá aqui dentro”. “Não, [...] foi preso”. “Então ele fugiu. Esse preso aqui fugiu”. Aí, problema dele. A responsabilidade não era nada nossa, ele fugir. Agora, preso que saía de lá com autorização do padrinho, aí é diferente. Padrinho autorizou sair pra ir pra casa, não podia sair. Você deixar um preso sair lá à noite lá, se ele tivesse muito doente, cê tinha que ligar pro Mário Ottoboni, pro presidente, pedindo autorização pra ele ir no médico.

–Ah, tá.

–Daí cê tinha que chamar uma escolta pra levar pro médico. Não podia ele simplesmente sair do Fechado... falando do Fechado, certo.

–(...)

–Mas... aí... tinha esses problemas aí de... dos... padrinhos lá deixava preso sair, a gente sabia bastante lá de coisa errada que tava acontecendo lá dentro, foi afundando a APAC, que os cara ficavam fumando lá, via os cara

saindo, pulando o muro lá, saindo, e... e ficou sabendo através de entrevista, porque os cara lá tava muito esperto, os cara da revista vieram aí, começaram a fazer pergunta pros... pros próprios preso, aqueles negócio lá, e foram ficando sabendo, que os cara começaram a falar, né, que padrinho deixava sair, soltava dinheiro pro padrinho pra deixar sair...

–Ah, tá.

Os movimentos para fechar a APAC, para alguns entrevistados, tiveram relação direta com as irregularidades que pareciam ocorrer na instituição.

–[Entrevistado 2]. A APAC foi afundada pelos próprios presos e por vários... por vários plantonistas, padrinhos lá, que também ajudou, né. Facilitava saída de preso, pegava dinheiro pra deixar preso sair. Esse daí já praticamente já não era nem padrinho mesmo, já não era... ele não tava lá por amor, mesmo, já tava lá por interesse, né. Isso aí a gente sabia bastante, a gente não tinha prova, né.

–[Entrevistador]. Certo.

–[Entrevistado 2]. A gente sabia de bastante coisa, só que a gente não tem prova pra falar, né. Que nem, citar nome: procê citar nome, cê tem que ter prova, né. A gente sabia que tinha padrinho que facilitava muita coisa lá dentro. Teve padrinho lá que foi afastado lá por causa de fazer essas coisas.

–[Entrevistador]. Ah, é?

–[Entrevistado 2]. Então, a gente sabia mas a gente não podia falar, porque a gente não tem prova, né. Cê sabe que tá acontecendo isso, que tá acontecendo aquilo, só não pode falar, “Foi Ciclano que fez isso”, porque eu não tenho prova.

–[Entrevistado 1]. Agora, fica jogando as coisas pra você, você ficar catando no ar e falando, daí é...

–[Entrevistado 2]. ...bastante, que ajudou a afundar a APAC foi os presos, que compravam os padrinhos e os padrinhos que eram vendidos pelos presos, né.

–[Entrevistador]. Certo.

–[Entrevistado 2]. Que fazia as coisas erradas. Porque pensa que o juiz não tá sabendo, mas o juiz tava sabendo de tudo o que acontecia lá. Porque tinha gente lá dentro que passava pro... pro juiz, né.

–[Entrevistador]. Ah.

–[Entrevistado 1]. Tem, tem...!

–[Entrevistado 2]. Tinha preso lá dentro que já passava pro juiz tudo o que acontecia lá... O juiz sabia tudo, quem saiu, quem não saiu, qual o horário que saiu... porque tinha próprio preso lá dentro que já passava, né.

O papel dos presos no fechamento da APAC também não pode ser menosprezado. Através de suas ações irresponsáveis, no momento em que passavam a desfrutar da maior liberdade advinda com o ganho de confiança da APAC, eles foram os artífices da derrocada apaqueana.

–C. aí também foi um outro que... um dos... um dos também que ajudou... foi um grão de areia mas que também ajudou a... a afundar a APAC. Lá dentro, quando ele tava no Fechado, ele vivia com a Bíblia debaixo do braço, lá, pra baixo e pra cima. Saiu no semi-aberto, pronto, já era outra pessoa. Já começou a sair toda noite de lá, fugia... fugia, ia pra casa da mulher dele, depois foi fazer um assalto...

–[Entrevistador]. Nossa.

–[Entrevistado 2]. Ele e um outro cara lá foram fazer um assalto de mão armada lá no... ele foi fazer um assalto e foi buscar o outro cara lá na favela pra fazer o assalto, armado, a polícia fechou ele lá, pegou, ele tava armado com dois revólveres... esse C.. Daí ele não foi... não voltou mais pra APAC. Foi pro Putim, do Putim levaram ele pra São Paulo, levaram pra outros lado aí...

–Mas um dos caras que também ajudou a afundar a APAC. Porque tava... foi lá... ficou mau pra APAC, né. Pegar um preso do Fech... do semi-aberto da APAC que era pra estar dormindo lá na APAC, à noite, de madrugada, era pra tá na APAC lá dormindo, tava lá na favela...

–[Entrevistado 1]. Ele ganhou, ele ganhou ainda! Ele ganhou pra passar ele pro Segundo...

–[Entrevistado 2]. Então, ele tava no Fechado, ganhou, não era época dele sair ainda. Mas ele ganhou uma...

–[Entrevistador]. Ah, tá.

–[Entrevistado 2]. ...indulgência no caso, aí, como ele era bom lá dentro, pra sair pro semi-aberto. Acabou de sair pro semi-aberto, já foi fazer cagada lá fora. Já começou a fugir, fugia toda noite, ia pra casa da mulher dele,

e já foi... começou a arrumar patota pra fazer assalto, aí a polícia pega ele no... na favela, de madrugada, armado com dois revólveres, com um carro que nem dele não era, pra fazer assalto...

(...)

–Que o... os grandes causadores da APAC fechar, quem que foi? Os próprios presos. Os próprios presos. Da APAC, foi os causador de fechar a APAC, porque eles não queriam seguir a norma da APAC, eles queriam fazer as coisas do jeito deles. Eles faziam as coisas erradas de montão. Eles fugiam da APAC e iam fazer assalto... C. não foi o primeiro, e nem o segundo. Depois desse aí teve outros que saíram também do semi-aberto lá, o cigano... o cigano não, como que é o nome dele?

–[Entrevistado 1]. B....

–[Entrevistado 2]. É. A turma que pegaram o cara, entraram lá dentro pra fazer a revista no armário, pegaram ele com arma lá dentro, aquele um que ele tava no Fechado, saiu pro semi-aberto...

–[Entrevistado 1]. Ah, o F..

–[Entrevistado 2]. O F.. Já logo assaltou aí fora, a polícia foi lá, pegou ele lá, tava com revólver lá dentro, lá...

–[Entrevistador]. Dentro da APAC?

–[Entrevistado 2]. Dentro da APAC. Pegaram no... no armário dele. Então, os cara tavam no Fechado, saíam pro semi-aberto, já iam assaltar, já iam fazer a cagada aí fora.

Alguns presos, assustados, pareciam querer avisar aos voluntários e padrinhos sobre as irregularidades que começaram acontecer na APAC.

–Eu falei assim: “Ó, um preso falou pra mim, cercou lá” – foi até o... ah, esqueci o nome dele. Cercou lá e falou assim: “Ó, madrinha, ah, eu tô... aqui dentro nunca aconteceu isso. Tem gente com revólver aqui dentro”. Então, quer dizer...

–[Entrevistador]. Na APAC?

–[Entrevistado 1]. No Fechado.

–[Entrevistador]. No Fechado?

–[Entrevistado 1]. Quer dizer que... acho que não tinha isso. Eu acho que não tinha isso, revólver, lá no Fechado. Se ele chamou eu pra falar isso daí é porque já tava achando que tava... né?

A atribuição mais comum de responsabilidade pelo fechamento da APAC, porém, recai sobre o juiz, o grande vilão da trajetória descendente da APAC nos últimos anos. Mesmo antes da mudança de diretoria, a presença persecutória do juiz já fazia suas investidas sobre o funcionamento bem arranjado da APAC, perturbando sua ordem interna e abrindo espaço para que todos os problemas mais recentes pudessem se desenvolver. Estabelece-se, no trecho abaixo, uma interessante relação entre a mudança da diretoria e a perseguição do juiz, ambas concorrendo para provocar a extinção da APAC: o juiz estaria já há muito tempo tentando derrubar o trabalho da APAC, mas encontrava resistências na astúcia e experiência de Mário Ottoboni. Com a troca de diretoria, o caminho ficou aberto para que ele arruinasse toda a experiência apaqueana.

–A APAC já vinha por um caminho já bem ruim, mesmo com o Mário Ottoboni no final aí, a APAC já vinha já meio... já tava... então, já tava mesmo querendo fechar a APAC fazia tempo, né. Há muito tempo que já o... juiz aí... porque o juiz aqui não gostava da APAC, aí, certo.

–[Entrevistador]. Esse que tá agora?

–[Entrevistado 2]. É, o juiz... é o... como que é o nome daquele juiz que tem aqui que...?

–[Entrevistado 1]. Guilherme?

–[Entrevistado 2]. Guilherme, Guilherme. Ele não gosta da APAC. Então, ele já vinha querendo fechar a APAC há muito tempo. Mas com o Mário Ottoboni era difícil, né, porque o Mário Ottoboni tem peito. Então, eles não conseguiam. Depois que o Mário Ottoboni saiu, daí... ficou fácil, né. Aí ele caiu matando em cima desse outro coitado aí...

–[Entrevistador]. Aí, deram...

–[Entrevistado 2]. Aí, deram carta branca pra ele fazer o que ele quisesse lá e ele, coitado, caiu na... no... do juiz e... aí, não foi dois tempos, fecharam a APAC.

E os problemas entre juiz e APAC são remetidos a desavenças entre o primeiro e o presidente Mário Ottoboni.

-Eu não sei se... eles falam que teve um pouco de orgulho também do Mário Ottoboni, não sei. Com o juiz, né, precisava um pouco ele ceder pro juiz, ele não cedia. O Mário Ottoboni... entendeu? Então, teve também um negócio aí.

-[Entrevistado 2]. Não, ele com o juiz, eles não se davam bem aí porque tinha problema dele com o juiz já... do Mário Ottoboni com o juiz, né.

-[Entrevistador]. Ah, eles já tinham antes?

-[Entrevistado 2]. Eles já tinham. Ele já tinha, já, o Mário Ottoboni com o juiz, com esse juiz... como é o nome dele, o juiz?

-[Entrevistador]. O... o J.? O Guilherme?

-[Entrevistado 2]. É, já tinha problema já com [...] já fazia tempo já, né. Eu não sei o porquê lá, o... ele e o Mário Ottoboni já não... já vinham tendo bastante atrito, já.

-[Entrevistador]. Certo.

-[Entrevistado 2]. Não sei se o Mário Ottoboni levava as coisas muito em cima da pinta, queria tudo...

-[Entrevistado 1]. Ah, o Mário Ottoboni é tudo em cima da pinta.

-[Entrevistado 2]. Tudo escrito...

-[Entrevistado 1]. É, tudo escrito, ele queria por... tudo por escrito.

-[Entrevistado 2]. Por escrito... então, havia bastante coisa lá que eu não sei o que é, que a gente não sabe e nunca vai ficar sabendo, né. A gente ouvia falar assim, mas o Mário Ottoboni mesmo falava que ele com o juiz tinha problema. Mas... problema de administra... administrativo, né. Não problema assim, particular, não, né.

-[Entrevistador]. Ah, tá.

-[Entrevistado 2]. Problema administrativo. Cê pode ter um problema... eu posso ter um problema com você administrativo, mas fora disso eu posso até ser seu amigo.

-[Entrevistador]. Certo.

-[Entrevistado 2]. Mas só que na... na profissão, a gente tem um...

-[Entrevistador]. Uma diferença...

-[Entrevistado 2]. Uma diferença. Eu quero de um jeito cê quer do outro. Então, eu não aceito do jeito que cê quer. Acho que era mais ou menos por aí, certo.

-[Entrevistador]. Ah, tá.

-[Entrevistado 2]. Mas fora acho que eles até tinham amizade, certo. Se ele não tivesse amizade, inimigo também acho que não era, não.

-[Entrevistador]. O relacionamento deles era mais assim, da...

-[Entrevistado 2]. É, é, administrativo. O Mário Ottoboni acho que não aceitava o método do juiz, o juiz também não aceitava o método do Mário Ottoboni. É por aí.

A única explicação para a falta de reconhecimento dos poderes públicos ao trabalho desenvolvido na APAC parece ser muito subjetivo: inveja. Mas em nenhum momento deixa-se de mencionar os ganhos políticos provavelmente advindos com o fechamento da APAC. Mesmo assim, para muitos voluntários a APAC era uma obra de Deus. Atentar contra a instituição era atentar contra a própria vontade divina e mostrar espírito malévolo. Frente a um juiz hostil, não houve soluções para a continuação do trabalho. A dependência da APAC para com o juiz era notada e criticada acidamente.

-Agora, eu não posso compreender, Gustavo, como é que uma autoridade como um juiz de direito, promotores públicos, com estudo profundo do sistema penal, não reconhecer nosso trabalho. Cê entende? Não dá pra entender. Única coisa que a gente pode, é... dar uma... uma... um paralelo nisso, é política. É inveja. É discórdia. É não querer ver o homem preso em liberdade. Infelizmente... infelizmente... infelizmente o ser humano, ele não sabe [...]. Porque se a pessoa não se basear na lei de Deus, não tiver Deus dentro do seu coração, a coisa não funciona. A coisa só funciona dessa maneira. Acabando o método que tava trazendo o homem, o valor humano, o valor à sociedade. Então, é... foi o que aconteceu, porque... não... não podia acontecer. De jeito nenhum. Porque veja, eu acho que algumas cidades, como Bragança Paulista, Piracicaba, Itaúna, aqui no sul de Minas, continuam com o sistema em evidência porque existe as autoridades a favor do trabalho. Porque se a... a autoridade não tiver a favor do trabalho, a coisa não funciona. Não funciona mesmo. Porque você veja, você vai trabalhar contra a mentalidade de uma

autoridade. Não vai funcionar. Você não é ninguém. Você é apenas um... é um civil, voluntário civil, trabalhando para uma causa boa. E para a autoridade, não entende isso assim. Infelizmente. Então, a coisa não vai funcionar. Se você não tiver a cobertura de um juiz, do delegado, dos promotores, é muito difícil funcionar um método. Muito difícil. Porque eles... eles são, por exemplo, o juiz, nu... numa instância como a nossa aqui, por exemplo, o juiz, ele é responsável pelo preso. Então, ele faz o que quer, não é? Faz o que quer. Mas não devia ser assim.

Não era só inveja ou preconceito contra os presos que estava por trás das ações do juiz. Também havia um jogo de poder no qual o juiz, percebendo erroneamente a APAC como inimiga, investiu contra ela a fim de anular seu opositor.

–Então, o fechamento da APAC não foi assim, não foi um *fechamento* da APAC. Então, quando começou aquelas denúncias que é... contra o Putim, contra o juiz, começaram um monte de denúncias, então em represália a essas denúncias o juiz passou a não mandar mais presos pra APAC. Porque eu acho que o que ele passava na cabeça dele, deveria pensar, não sei, nunca perguntei pra ele, eu nunca perguntei pra ninguém, mas o que ele deveria pensar é que... as denúncias partiam daqui, da APAC. Acho que ele acha que as denúncias saíram daqui. E nós até ficávamos surpresos com as denúncias que apareciam, porque pra gente era um absurdo. Pra minha cabeça era um absurdo: juiz fazendo certas coisas, delegado fazendo certas coisas, como eles falavam. Não sei, não sei se também é verdade.

A presença do juiz é marcante nas falas sobre o fechamento da APAC. Um exemplo é a percepção geral de que ele estava induzindo os presos a fugirem para obter disso algum benefício misterioso.

–Às vezes o juiz vinha aqui fazer visita pra eles, dizia pra eles que quando... se eles quisessem fugir, podiam fugir.

–Ah, o juiz dizia!

–Dizia. “Se cês quiserem ir embora, cês podem ir embora, podem fugir... não vai dar nada pra vocês”.

-E ele dizia isso por quê?

-Eu não sei porque que ele dizia isso.

-Querendo dizer que a APAC ia fechar, ou alguma coisa assim?

-Eu... cê sabe que sinceramente eu não sei, porque estranha, né, um juiz chegar e falar pros... pros recuperandos, "se você quiser fugir, cê pode fugir". Porque o direito do preso é fugir mesmo. Agora, o direito nosso é não deixar.

-É...

-Nosso dever, não é nem direito, né; nosso dever é fazer com que não deixe sair. Tanto é que cê pode ver, tem algumas coisas lá na... na nossa tela lá dentro, houve uns buracos, umas coisas de presos que saíram por lá. Mas nessa de que o juiz mandando sair, né.

-Ah...

-"Cês podem fugir", então eles ficaram desesperados. "Pô, o juiz vem aqui dentro e diz que eu posso fugir e eu não fujo, e eu... pra onde que eu vou..." Eles têm medo, né, eles têm é... pavor. Então eles fugiram.

Outro evento percebido pelos entrevistados como correlato ao fechamento da APAC era a prática de transferir aleatoriamente presos de diversas regiões para a APAC sem comunicar à instituição e sem consultá-la quanto às movimentações que eram realizadas.

-O problema não é esse. Tava vindo muito preso de... de Mato Grosso, aquele lado. Porque eles vêm, às vezes cai no Carandiru. Entendeu? Os presos lá deu uma dica assim. Eles vir. E tava uns caras muito cheio da grana. Porque aquele... rebelião que teve agora, não foi os... os laranjinha que pegaram, que a polícia catou por aqui, que fugiu. Mas os grandão mesmo, pegaram avião lá em Guarulhos, aí pimba! pra...

-[Entrevistador]. Ah é?

-[Entrevistado 1]. Entendeu? É. Aquela rebelião. Ninguém... os laranjinhas não sabiam dessa fuga, então os grandão já tavam preparado, porque... de que tinha celular lá dentro...

-[Entrevistador]. Ah, tá.

-...Tinha celular, eles tinham tudo. Então, eles que tavam mandando. Então, quando o negócio começou a ficar feio aqui, eles já foi preparando a mala e sumir, né. Porque eles vieram pra cá e... pra APAC aí, e... algum outro

–E ele dizia isso por quê?

–Eu não sei porque que ele dizia isso.

–Querendo dizer que a APAC ia fechar, ou alguma coisa assim?

–Eu... cê sabe que sinceramente eu não sei, porque estranha, né, um juiz chegar e falar pros... pros recuperandos, “se você quiser fugir, cê pode fugir”. Porque o direito do preso é fugir mesmo. Agora, o direito nosso é não deixar.

–É...

–Nosso dever, não é nem direito, né; nosso dever é fazer com que não deixe sair. Tanto é que cê pode ver, tem algumas coisas lá na... na nossa tela lá dentro, houve uns buracos, umas coisas de presos que saíram por lá. Mas nessa de que o juiz mandando sair, né.

–Ah...

–“Cês podem fugir”, então eles ficaram desesperados. “Pô, o juiz vem aqui dentro e diz que eu posso fugir e eu não fujo, e eu... pra onde que eu vou...” Eles têm medo, né, eles têm é... pavor. Então eles fugiram.

Outro evento percebido pelos entrevistados como correlato ao fechamento da APAC era a prática de transferir aleatoriamente presos de diversas regiões para a APAC sem comunicar à instituição e sem consultá-la quanto às movimentações que eram realizadas.

–O problema não é esse. Tava vindo muito preso de... de Mato Grosso, aquele lado. Porque eles vêm, às vezes cai no Carandiru. Entendeu? Os presos lá deu uma dica assim. Eles vir. E tava uns caras muito cheio da grana. Porque aquele... rebelião que teve agora, não foi os... os laranjinha que pegaram, que a polícia catou por aqui, que fugiu. Mas os grandão mesmo, pegaram avião lá em Guarulhos, aí pimba! pra...

–[Entrevistador]. Ah é?

–[Entrevistado 1]. Entendeu? É. Aquela rebelião. Ninguém... os laranjinhos não sabiam dessa fuga, então os grandão já tavam preparado, porque... de que tinha celular lá dentro...

–[Entrevistador]. Ah, tá.

–...Tinha celular, eles tinham tudo. Então, eles que tavam mandando. Então, quando o negócio começou a ficar feio aqui, eles já foi preparando a mala e sumir, né. Porque eles vieram pra cá e... pra APAC aí, e... algum outro

por aí que pagava, eu não sei que jeito que foi, sabe. Foi pago pra tá... pra ter estado ali, porque nós falava, “Da onde que é?” “Do Mato Grosso”.

–[Entrevistado 2]. No Putim? Aquela rebelião no Putim?

–[Entrevistado 1]. É. Um tal de cigano, que é lá do... lá do Mato Grosso, aquele lado lá. Então, pra eles não ficar dentro do presídio de segurança máxima, aqueles presídios bárbaro, né, ali pra eles tava no céu, né, porque a APAC era o céu.

–[Entrevistador]. É, né.

–[Entrevistado 1]. Eles falavam que o Putim é o inferno e ali era o céu. Eles mesmos falavam. Porque ali era... a gente tratava eles como umas pessoas, mesmo, não era que nem um bicho, né. Porque lá no Putim, cê entra lá cê... Nossa Senhora. Carregado!

Deixando um pouco de lado o fechamento da APAC, outro tema que apareceu durante as entrevistas foi o do papel dos plantonistas no funcionamento da instituição. Uma das razões para o grande poder que os presos teriam alcançado no final dos trabalhos da APAC foi justamente o enfraquecimento do poder decisório dos plantonistas. Para alguns entrevistados, os plantonistas eram verdadeiros generais nos momentos em que cuidavam sozinhos da segurança da APAC.

–Porque o plantonista lá, à noite, é... ele tá representando o presidente lá à noite. Porque não tem o presidente à noite, quem é o responsável pela APAC? É o plantonista. O plantonista é o presidente lá. Ele que manda lá à noite. Nem o presidente manda lá à noite depois das sete horas. Quem manda lá é ele.

–[Entrevistador]. Certo.

–Quem manda lá é ele. É que nem um quartel. Eu já servi o quartel. O oficial do dia que tá no quartel à noite, ele que manda lá, mas nem o coronel tem autorização pra entrar lá sem autorização dele. Sem ordem dele. Porque ele é o oficial do dia. Então, ele que manda lá, ele que é responsável. O que vier a acontecer lá, o responsável é ele. Então, lá na APAC é a mesma coisa: o plantonista, o que vier a acontecer à noite, o responsável é ele. Não é o presidente que é responsável.

–[Entrevistador]. Certo.

-É ele que é o responsável, porque é ele que tá lá.

Apesar de serem os responsáveis, na APAC, mais do que em outros estabelecimentos penais, os plantonistas, que faziam as vezes de agentes de segurança, dependiam fortemente da colaboração dos presos. Quando a situação saía do controle, o jeito era apelar para a força repressiva da polícia que, por sua antipatia com a APAC, não fazia questão de chegar logo. Os poucos meios físicos de repressão e contenção da APAC mostravam sua fragilidade quando havia algum desentendimento sério entre os presos. Por se tratar de uma instituição comunitária, isso não causa surpresa. Mostra, de qualquer forma, que a APAC não era explicitamente repressiva por si mesma, dependendo de forças exteriores para exercer esta sua função.

-(...) o M. saiu de férias, que é esse que era o... que era o titular lá que trabalhava comigo no... foi fim de ano. Ele saiu de férias e eu fiquei sozinho. Daí, quando foi uma noite lá que eu tava sozinho, houve uma briga muito grande lá dentro no semi-aberto. Quebraram o pau mesmo lá, certo. Uma meia hora lá, quebraram o pau mesmo de... quebra o pau assim, mesmo, pegar pedaço de pau e... e bater no outro, né. Aí, eu sozinho lá...

-[Entrevistado 1]. Foi dia 29 de outubro, isso aí.

-[Entrevistado 2]. É, foi num... daí eu fui e...

-[Entrevistado 1]. Uma quinta-feira.

-[Entrevistado 2]. ...eles quebrando o pau lá dentro, eu fui e chamei a polícia, porque tem a polícia ali ao lado, ali.

-[Entrevistador]. A delegacia.

-[Entrevistado 2]. A delegacia ali. Aí fui lá, chamei a polícia pra polícia ir lá, né. Que qualquer coisa que acontecesse lá a gente já tinha orientação pra chamar a polícia, né. Chamei a polícia, a polícia chegou lá já fazia tempo que os cara tinha... tava brigando, já tinha terminado de brigar quando a polícia chegou. Cê vê. A polícia deixou o negócio queb... lá, e eu não entrei lá dentro, porque foi lá dentro do vestiário deles lá. Aí eu fechei o portão lá... daí saiu dois cara machucado lá de dentro, pediu pra mim... pra mim abrir o portão e deixar eles ficar lá dentro porque senão eles ia matar ele. Aí eu abri o portão e deixei eles ficar lá dentro... comigo lá, certo.

-[Entrevistador]. Tá.

–Era dois. Não... foi... o outro ficou lá dentro, mentira, o outro ficou lá dentro. Foi um loiro. O loirinho. Saiu, pediu pra mim pra ficar lá, eu deixei ele pousar lá. Os cara bateram bastante nele. Daí, eles bateram num outro também que ficou lá dentro. E tinha um outro terceiro, que eles bateram muito nele, machucaram muito ele... mas eu não vi que ele tava tão machucado assim, eu nem sabia. Porque daí eu perguntei pro C. – que era um outro preso também que a gente... era de confiança – o C. falou pra mim: “Não, tá tudo... já terminou aqui, tá tudo bem, já”. Daí eu peguei e fiquei lá, né... lá na diretoria lá, lá no salão, aquela... o quarto que a gente ficava lá. Quando foi de madrugada, acho que umas três horas da manhã ou quatro horas da manhã, esse preso que bateram muito nele...

–[Entrevistador]. Sei.

–...chegou lá tudo quebrado, a cabeça tudo machucada... o bicho tava bem ruim mesmo. Pediu pra mim... pra mim telefonar pra pa... pra irmã dele, pra vim buscar ele lá pra levar pro hospital... que ele tava muito machucado. Então, eu perguntei pra ele o que que tinha acontecido, disse que tinha caído da beliche. Mas é lógico... e era mentira, né. Não quis dedar o cara, né, os cara lá. De medo dos cara. Aí, eu já sabia que que era, também nem... fui apertar, não, já sabia o que que era. Daí, eu liguei lá, pedi pra irmã dele, a irmã dele veio de carro lá, junto com o cunhado, pegaram ele, levaram pra... pro hospital.

Para os presos quase amotinados da APAC, os plantonistas eram alvos fáceis e indefesos. No final dos trabalhos da APAC, a relação dúbia da instituição com os presos – já que a instituição, em princípio, pretendia promover o tratamento dos presos mas, por outro lado, não podia deixar de prendê-los e contê-los – pôs à mostra os conflitos existentes entre os delinquentes postos sob sua guarda e os plantonistas, que, apesar de não terem esta intenção, representavam a mais evidente força policial da entidade.

–[Entrevistado 2]. Preso riscou meu carro lá dentro lá, porque eu não quis deixar ele sair depois do horário – a ordem era não deixar sair depois do horário, eu não deixei ele sair, ele pegou, saiu escondido, quando ele voltou eu peguei, chamei ele lá e... entreguei ele lá pro padrinho, pro... pro M., que era o plantonista, do... Daí, o M. chamou ele lá e chamou a atenção dele, pegou e... e calhou que nesse dia acabou a luz lá... nesse dia ainda acabou a luz lá, que

choveu, ele pegou e riscou meu carro. Tenho certeza absoluta que foi ele que riscou meu carro. Daí, riscou meu carro, mas tudo... aí, eu fiquei com o saco cheio... daí fiquei até um plantão sem ir, depois voltei. Daí depois riscaram novamente meu carro, lá fora eles riscaram meu carro outra vez, e a outra vez que eu tava de plantão lá eles entraram dentro do meu carro, roubaram a blusa que tava no carro, roubaram as coisas que tavam no carro. Mas o que eu...

–[Entrevistador]. Isso, com o carro guardado lá...

–[Entrevistado 2]. Lá dentro.

–[Entrevistador]. Lá dentro da APAC.

–[Entrevistado 2]. Lá dentro da APAC.

–[Entrevistado 1]. Primeiro, riscou uma vez lá dentro...

–[Entrevistado 2]. Então, depois, a segunda vez riscaram lá fora. Que eu tava numa reunião lá...

–[Entrevistado 1]. E a blusa sua também...

–[Entrevistado 2]. E a blusa roubaram lá fora também, o carro tava lá fora. Mas na porta da APAC, ali.

–[Entrevistador]. Sei, ali na frente.

–[Entrevistado 2]. É. Mas daí, o que me deu...

–[Entrevistado 1]. Isso daí, eles faziam essa sacanagem aí, por causa dele ser justo. Tudo que era justo eles queriam tirar fora, eles queriam o vaga... os que era... fazia o que eles queriam. Entendeu? Saindo os bons, os ruins ficam pra eles, né.

–[Entrevistado 2]. Porque o padrinho bom pra eles lá, é aquele que deixa eles fazer tudo.

–Fim do Lado A da primeira fita.

–[Entrevistado 2]. ...fazer o que eles quer. Daí eles começa a prejudicar ocê, certo. Cê leva carro, eles risca o seu carro; o que eles puder fazer pra gente, eles fazem de sacanagem.

–[Entrevistador]. Certo.

–Isso aí eles tudo, eles faz de sacanagem.

Como pano-de-fundo de todos os problemas envolvendo a instituição estava a saída de Mário Ottoboni. Para os voluntários, todo o sucesso do empreendimento apaqueano se devia quase exclusivamente ao talento de Mário Ottoboni para lidar com os presos. Mesmo voluntários muito antigos não se sentiam à vontade para falar

sobre a instituição, remetendo-me ao próprio presidente da APAC para obter respostas verdadeiramente completas. Mário Ottoboni conseguiu manter, durante seus 26 como presidente da APAC, uma aura de inatacável competência. Ele conseguiu agregar ao seu redor um grupo de pessoas que, mesmo que internamente percebesse algumas diferenças, era quase unânime em proclamar a evidente superioridade de conhecimentos de Mário Ottoboni nos assuntos relativos à prisão. Mais do que isso: eles delegavam a Mário Ottoboni um papel de líder que só pode ser explicado pela dinâmica do grupo. Este assunto não foi abordado em nosso trabalho, se bem que não seja de todo destituído de sua importância para nossas reflexões. Fica aqui registrado que a coesão toda da APAC aparecia aos olhos dos voluntários como sendo produzida pelo poder sobre-humano deste “pai” simbólico. Longe da presença de Mário Ottoboni, os voluntários já não se arriscavam a enfrentar problemas mais graves, destituídos como estavam da sombra protetora do eterno presidente da APAC.

–E quem que ia me defender lá depois? Na hora, todo mundo ia sair fora e ia largar eu sozinho lá, na mão lá. E como que eu ia fazer? Se fosse na época do Mário Ottoboni até tudo bem, eu sabia que o Mário Ottoboni ia me defender. Porque o Mário Ottoboni é advogado... no Mário Ottoboni eu tinha confiança. Como ele confiava em mim, eu confiava nele também. Eu sabia que se acontecesse alguma coisa, ele ia me defender.

Além de ser competente e confiável, Mário Ottoboni não se envolvia com corrupção dentro da APAC, o que era visto como uma garantia do bom funcionamento da entidade na época em que ele era o presidente.

–Mário Ottoboni faz na coisa... da coisa justa. Ele é justo com as coisas.

Mesmo as irregularidades mais incontroláveis, como o tráfico de drogas – problema enfrentado por praticamente todos os estabelecimentos penais do país e que parece ser não apenas impossível de controlar mas utilizado por alguns administradores para conseguir a cooperação dos internos, que, sob os efeitos da droga, permanecem mais calmos – mesmo o consumo e tráfico de drogas, enfim,

encontrava menos caminhos por onde se dar na época em que o presidente era Mário Ottoboni.

–Mas depois que... que entrou o... quando tava o Mário Ottoboni, cê não via muito o negócio de maconha lá, porque o Mário Ottoboni, ele conhecia o cheiro de longe. Então, ele já dava dica pra um presidente lá e... e coisa assim. Cê não via. Depois que eu fui tendo medo, depois que o Mário Ottoboni saiu. Cê via o ambiente muito carregado, dos caras... conversar com você.

–[Entrevistado 2]. É, o ambiente mudou... o ambiente mudou muito.

–[Entrevistado 1]. Cê entrava assim, não tinha aquele negócio... era um ar muito carregado quando ele não tava lá.

Se alguns raros voluntários questionaram o faro criminal de Mário Ottoboni, imputando-lhe parte dos desarranjos que eram observados no final do funcionamento da APAC, uma coisa era absoluta unanimidade: Mário Ottoboni fazia todo o trabalho junto aos presos por puro e simples espírito cristão.

–[Entrevistado 2]. Eu não vi nada, nada, nada, nada contra o Mário Ottoboni. É uma pessoa muito boa. Acho que ele... acredito que ele tenha sido uma pessoa honesta na APAC, eu nunca ouvi falar nada de anormal dele lá, que ele tenha sido corrupto na APAC...

–[Entrevistado 1]. Ah, essa parte não.

–[Entrevistado 2]. Que ele pegava dinheiro lá... Eu acredito que nada disso daí, que o Mário Ottoboni tenha feito essas coisas aí. Porque ele tem um bom salário, ele é aposentado e tem um salário altíssimo, né. Aposentado da Câmara. Pelo... pelo... o... o ritmo de vida dele é o de uma pessoa que ganha bem. Uma casona boa, tem carro do... carro importado, então cê vê que é uma pessoa que não precisa de... mixaria da APAC, né.

–[Entrevistador]. Certo.

–[Entrevistado 2]. Parece até que ele gastava dinheiro do bolso dele na APAC.

–[Entrevistador]. Ah, é?

–[Entrevistado 1]. Gastava, sim.

–[Entrevistado 2]. Ele punha dinheiro do bolso dele na APAC.

-[Entrevistado 1]. Aqueles livros que ele... que ele... que ele... o último livro de agora, o dinheiro foi todinho pra APAC.

Outro assunto que surgiu, em parte por nossa insistência, em parte por iniciativa dos entrevistados, foi o do funcionamento do regime semi-aberto da entidade. Era bastante comum a percepção de que o regime fechado era mais controlado que o semi-aberto porque neste último os presos podiam transitar pelas ruas, envolvendo-se continuamente com problemas legais. A própria APAC não esperava controlar de forma mais intensa o semi-aberto e nenhuma instituição se preocupava excessivamente com o que esses presos faziam. Encontrar um deles na rua não era apropriado, causando embaraço para a APAC, mas não constituía nenhuma grave violação.

-Você deixar um preso sair lá à noite lá, se ele tivesse muito doente, cê tinha que ligar pro Mário Ottoboni, pro presidente, pedindo autorização pra ele ir no médico.

-[Entrevistador]. Ah, tá.

-Daí cê tinha que chamar uma escolta pra levar pro médico. Não podia ele simplesmente sair do Fechado... falando do Fechado, certo.

-[Entrevistador]. Certo.

-Pra sair lá de dentro do Fechado. Do semi-aberto, depois de sete horas também não podia sair mais, mas o semi-aberto ainda tinha tolerância porque o cara já tava na rua. Então, se o cara ficasse doente, qualquer coisa lá, se não tivesse ninguém pra levar, cê deixava ele sair. Só marcava o horário que ele voltava – porque ele já é da rua mesmo.

-[Entrevistador]. Ele já tá ali na rua, então...

-Ele já tá ali na rua, então não tinha problema. O Fechado, não. O Fechado se cê deixar o cara sai e não volta mais. O problema é esse.

Um dos principais pontos de diferença era com relação ao consumo de drogas, até certo ponto controlado no regime fechado, mas praticamente incontrolável no regime semi-aberto.

-(...) então por isso, foi uma das causas que eu fiquei com medo de entrar no dia na briga lá, porque eles tavam quebrando o pau mesmo lá de bater

o pau mesmo lá. Agora, eu falei, “Eu vou entrar lá dentro? Os cara tá todo drogado, maconhado – porque lá os cara fuma maconha direto lá dentro à noite, certo; cê não consegue ter um controle sobre isso daí...

–[Entrevistado 1]. No Aberto.

–[Entrevistado 2]. No *semi-aberto*.

–[Entrevistado 1]. *Semi-aberto*, é.

–[Entrevistado 2]. No *semi-aberto*. No Fechado também fuma, não vou falar que não fuma, não, porque lá também cê entrava lá tava fedendo maconha lá, certo. Isso aí é maconha, que a gente sente o cheiro, né.

–[Entrevistador]. Certo.

–[Entrevistado 2]. Então, a gente... maconha, que a gente sente o cheiro. Mas no *semi-aberto* eles fumavam maconha direto. Porque... cê entrava lá, eles já... um já assobiava pro outro, já dava sinal que cê ia indo lá, entrando lá dentro...

–[Entrevistador]. Ah, tá.

–[Entrevistado 2]. O cara já parava. Cê só ficava no cheiro, só. Tava aquele fedor. Esse dia da briga, tava uma maconha violenta lá dentro... esse dia que aconteceu essa briga, lá. Tava que tava mesmo violenta a maconha. Os cara maconhado.

Uma das diferenças entre os dois regimes era o tempo de que a APAC dispunha para exercer sua metodologia de trabalho sobre os detentos.

–O trabalho pro *Semi-aberto* e pro Fechado... eles eram diferentes?

–Diferente, diferente. O trabalho... porque o regime *semi-aberto*, geralmente, eles trabalhavam. Então só aproveitavam o final de semana, o domingo. Enquanto que o regime fechado eles estavam ali à disposição do apostolado, da associação, durante todo o dia. Então já era esquematizado, tudo certinho. segunda-feira tinha isso e isso; terça-feira tinha isso e isso; quarta-feira... então, tudo já dentro do esquema.

(...)

–Como que era esse trabalho no *semi-aberto*?

–No *semi-aberto*, havia um (...) de Reflexão. Então a gente reunia todos, porque também às vezes tinham o direito de passar um domingo em casa, era dividido em duas turmas. Então, um domingo saía a turma A, outro

domingo saía a turma B. E de três em três meses eles eram, por lei, obrigados a participar de um concurso. Então, nós aproveitávamos essa determinação da lei, que já era determinação judicial, e nós fazíamos um trabalho com eles no domingo. Domingo, o dia todo, [...] e dividia assim, em palestras. O... uma de cunho religiosa, outra de... de... informativa, de... como se diz?... cidadania...

-Hum...

-...comportamento... então, ia muita gente lá, ia... às vezes padres, às vezes ia psicólogos, sociólogos, professores de escolas, dar palestras pra eles. Então, era uma formação geral, tanto espiritual como intelectual.

Outro tema de destaque em nossas entrevistas foi a relação que a APAC estabelecia entre a prisão de uma pessoa e as conseqüências nefastas disso sobre a família do preso. Partindo dessa observação, a APAC defendia a necessidade de atuar junto às famílias dos presos para corrigir os problemas causados pelo aprisionamento.

-E a APAC sempre trabalhou nesse sentido, de reintegrar o homem à família, que é de suma importância a reintegração social e familiar. No convívio onde mora. Que é muito importante. Que o preconceito é muito grande. É o preconceito das crianças, dos filhos, que deixam de ser chamados o filho do Zé, pra ser o filho do Zé ladrão.

-Hum...

-Seu pai foi preso, isso e aquilo, seu pai é traficante, seu pai é estuprador, seu pai é ladrão. É terrível isso psicologicamente pras crianças, pra mulher. Porque o cara tá pagando pena, ele tá atrás das grades pagando pena. Mas mais pena paga a família, mais pena paga a família. Quem mais sofre é a família. Sofre pela ausência da pessoa, sofre pelas necessidades do que as pessoas... do que a pessoa colocava de ajuda em casa, de alimento ou de uma ajuda ou de outra. Sofre a ausência, sofre o preconceito... quantas e quantas vezes deixa de comer, deixa de se vestir, pra trazer o Jumbo pra cadeia, pra que não falte nada pro cara na cadeia. O primeiro elo que tem que se... o primeiro elo da corrente a ser readquirido é o elo familiar, é o amor familiar. Amor familiar pra que ele saia dali num sentido de família, no sentido de voltar a se reintegrar, mas principalmente a se reintegrar com a sua família. Na sua comunidade.

O contato entre preso e família era estimulado com dois objetivos principais: resgatar a própria família, que se sentia humilhada pelo aprisionamento de um de seus membros, e tranquilizar o preso, que sabia que sua família estava sendo bem tratada. Um efeito disciplinar da proximidade com a família era a tranquilidade que os presos mostravam, causando poucos problemas para a direção da APAC.

–De dois em dois meses havia um dia – e vai voltar a haver novamente – um dia de reflexão pras famílias, de valorização humana também para as famílias. Porque a família, quando tem um ente querido preso, ela fica lá embaixo, ela fica lá embaixo. Então, ela tem que se sentir amada, esse amor tem que ser transmitido.

–Certo.

–Então, tinha um dia que juntava todas as famílias, as crianças ficavam aí com a atenção de voluntários, pra brincar o tempo todo com elas pra elas não atrapalharem, então eu mesmo quando tava aqui eu falava, “Ah, vamos tomar banho todas, eu não tenho paciência pra criança não. Cês têm seus pais lá dentro, seus pais que tomem conta de vocês”. Contra o regulamento, mas que ninguém esquentava a cabeça, cê chegava lá dentro tinha criança dormindo na cela de um, tinha criança dormindo na cela de outro, pais jogando bola com o filho... isso daí era no sentido de reintegração. Aquele preso era o que menos dava trabalho durante a semana. Menos dava trabalho. Porque ele sentia que seu filho era amado e respeitado, ele sabia que a sua esposa, que a sua amante, que a sua mãe tava aqui fora, entendeu, sendo bem tratado e bem acolhido. Isso daí reflete em tudo na vida do preso e na vida da família. Quantos e quantos casos nós tivemos aqui de presos que tinham verdadeiro horror da palavra “mãe”.

A APAC não só aproximava os presos de suas famílias, mas procurava agir ativamente para modificar a dinâmica familiar do preso, a fim de resgatar os valores que, por estarem esquecidos, levaram um de seus membros a delinquir.

–Quantos e quantos casos. Famílias desajustadas acertadas aqui devido ao trabalho dos voluntários. Nós temos equipes que... dos mais variados tipos de trabalho.

A APAC trabalhava com a família justificando sua ação através da idéia de que a família era a fonte geradora do criminoso. Isso pode ser questionado: a APAC considerava a família a célula-máter da sociedade e essa não é uma constatação empírica, mas um ponto-de-vista da instituição sobre a questão. Mesmo que se considere que o valor cristão da família estava na base do trabalho da APAC, para seus membros esta preocupação é sempre, evidentemente, fruto do caráter criminógeno das famílias que têm um de seus membros preso.

—Então, você veja que não podia... é da essência da APAC o trabalho com a família também. Porque você sabe que o maior problema surge na família. Às vezes a pessoa ali, os atos que ele praticou em consequência de algum... alguma coisa da família. Então, diante disso o trabalho era feito no presídio diretamente com o preso e com a família, para que pudesse dar resultado, né.

Mesmo que, para efeito de análise, a instituição seja evidentemente católica, a APAC não dispensava a opinião de que, em seu interior, todas as denominações religiosas encontravam espaço e respeito. Seu caráter ecumênico era ponto de orgulho para os voluntários que explicavam seus traços marcadamente católicos por uma predominância desse grupo em seus quadros.

—Então, sempre tinha... é... no começo era pouco, mas depois começou a aumentar, chegou até ter cento e trinta pessoas participando do curso. Depois, vai diminuindo, diminuindo, diminuindo [risos]. Alguns... e depois, alg... daqueles... daqueles que ficavam ainda, alguns queriam participar, outros não, e assim por diante. Quer dizer, então, nós começamos até... até pessoas de... de... de outras crenças, participando do curso, e diversos deles participavam do... do voluntariado também, né, tudo. Evangélico, né, nós tínhamos aí, tinha mais... porque aqui nós tínhamos católico, evangélico, né, tinha... então, vinha o pastor, né, tinha dia certo, na sexta-feira, ele vinha na parte da manhã, das nove às onze horas, dava um... então, tava aberto pra toda religião, nunca proibimos ninguém, né. Então, algum deles, algum evangélico participavam e tornavam-se voluntários, tudo. Participavam do... plantão à noite, né, [...]. Ultimamente, nós tínhamos dois voluntários evangélicos aí, muito bom, muito sério, né, severo, na coisa, e havia respeito pelos presos porque eles tinham uma... uma posição

deles, uma religião deles, tudo, né, então eles eram... eram íntegros, eram homens íntegros, quer dizer, então davam respeito para os presos. Né, então eles aceitavam muito bem e faziam plantão aqui, à noite, plantão lá dentro, não tinha problema nenhum.

Aqui está toda a chave do problema: a APAC não é um empreendimento católico, mas um empreendimento cristão. No seu interior, todos os cristãos encontravam abrigo.

–Também, a gente é o católico, mas a gente tem que saber também: é o cristão. Porque lá é saber ser cristão, não ca... impor religião. Em ninguém. Porque tinha uma união muito grande quando tinha esse Cj. lá com o outro... com o outro lá, tinha união muito assim, dos evangélicos com os católicos. Não tinha aquele negócio assim, sabe. Era muito bonito, união dos... dos...

–[Entrevistador]. As duas religiões, assim.

–[Entrevistado 1]. É.

Mesmo sendo evidentemente sub-representadas, as religiões afro-brasileiras e espírita também eram aceitas pela APAC, que procurava encaixar o serviço de atendimento religioso que fornecia às necessidades de cada um.

–Que... a gente falava, eles falavam, “Ah, não sei que lá – o preso – um é isso, outro é aquilo”. A gente queria ver o lado cristão da pessoa. Que a gente trabalhava, né, o lado do amor, né. Então, tinha... tem esse tal de E., lá, era macumbeiro, que a turma chamava ele de Macumbinha, né, cê vê ele cantar... então, a gente perguntava, pra gente ver, trabalhar assim né, o lado do espiritismo, quem é espírita, a gente perguntava... Então, a gente vê o lado deles, o lado do amor. Então, ninguém falava de religião, sabe. Os evangélicos iam nos católicos, os católicos iam nos evangélicos, tinha muita união. Depois que foi afastando um pouco...

–[Entrevistador]. Ah é?

–Depois foi afastando, foi tendo essa...

–[Entrevistador]. Foi tendo diferença, assim.

–Foi tendo diferença! Depois disso aí, que teve essa modificação, que entrou o outro presidente lá, já teve... começou a ter. Então, foi muito bonito.

Outro tema mencionado nas entrevistas foi o dos objetivos da APAC. O primeiro objetivo da APAC é acabar com a reincidência criminal, exaurindo o ciclo do prende-solta.

–(...) a APAC ela funcionou sempre no sentido de valorizar a pessoa, fazer com que ele quebre esse círculo vicioso do solta, prende, solta, prende. Então, porque é comum a reincidência, a gente sabe que a reincidência, mesmo em outros países desenvolvidos é em torno de setenta e cinco, oitenta por cento. No Brasil acho que o índice é até maior; se fizer bem apurado aí pra ver esse índice aí, nós vamos ver que no Brasil acho que é em termos de oitenta e cinco a noventa por cento de reincidência. Porque são poucos os que saem de uma prisão e não retornam mais.

–Hum.

–Então a APAC sempre procurou quebrar esse círculo vicioso, do prende-solta, prende-solta.

O lema maior da APAC, cristalização discursiva de seus objetivos mais importantes: matar o criminoso e salvar o homem, dando-lhe condições para, se este for o seu desejo, se reintegrar socialmente e seguir o caminho do trabalho honesto.

–E pra você se situar bem num trabalho, você tem que conhecer o carisma, a origem dele. Porque que é realizado aqui? Porque que tanta gente se dava bem e uns poucos não se davam bem? Porque nem todos se davam bem. Nem todos se dão bem com a metodologia. E isso é muito de cada um, da recepção que ele tem pelo método, das perspectivas de vida que ele deseja, das metas que ele traçou. E... ah, é como Deus: te dá o livre-arbítrio pra você escolher teu caminho. A APAC também te dá o livre-arbítrio pra você escolher o caminho. Ela te ensina o caminho certo, uma ressocialização pra você se reintegrar à sociedade, de você se reinserir à sociedade. Tanto que o lema maior da APAC é matar o criminoso que existe no homem e devolver o homem à sociedade.

O caráter reformista da APAC é plenamente visível na forma como seus membros defendem a necessidade de punição para o infrator. Para cada crime, a pena que lhe caiba. Para cada pena, um criminoso consciente de seu dever cívico de

cumpri-la até o fim. Para a APAC, um sinal evidente de recuperação era o preso admitir que havia cometido determinado crime e aceitar a punição determinada socialmente.

–E a APAC sempre trabalhou nesse sentido, que a pessoa cumprisse... sempre trabalhou e é a filosofia da entidade, sempre cumprisse com seu, a sua pena, porque ela errou, ela tem mais é que pagar. Preso que é preso consciente, ele sabe: errou, tenho mais é que pagar. Um preso consciente, ele pensa nesse sentido. Tanto que... várias vezes eu recebi presos aqui que haviam abandonado o regime, desde foragidos de outras cadeias que eu já apresentei na vara de execuções, presos foragidos daqui mesmo, que eu já apresentei na vara de execuções. Por que? O cara que deve pra justiça e ele tando na rua, fugitivo, ele tá fugindo dele mesmo e tá fugindo da polícia. Ele não tem sossego. Exemplificando, se você... se o cara vai na padaria pra comprar um maço de cigarros, chega um carro de polícia e encosta, ele já vai pensar que é com ele, ele se trai. E o cara tá indo lá tomar um cafezinho, tomar um guaraná. Não é nada com ele. Mas *ele*, ele se policia. Então, vive num puta dum inferno. Que não é interessante. Então, os caras preferem se entregar pra cumprir, pra cumprir com o castigo mesmo que vai ter, que tem, tem o castigo, e... mas pra cumprir com sua pena.

A APAC defendia a necessidade da punição, mas de uma punição digna. Punição significa, tão somente, privação do direito de ir-e-vir.

–Errou, ele tem mais é que pagar pelo erro dele, mas tem que pagar dignamente. A lei é bem clara nesse sentido, a lei é bem clara. O homem é privado do ir e vir. Muita gente fala, “o preso tem a maior boa vida”. Ele não tem a maior boa vida. Ele tem privado o seu direito de ir e vir que é a coisa mais importante da vida, é o direito de ir e vir.

Todo criminoso tem um homem guardado e adormecido em seu interior. É para reavivar a chama que movimenta este homem subjacente ao criminoso que a APAC desenvolve seu trabalho.

–E tudo isso num sentido só: a reinserção do ser humano, a reabilitação do ser humano. Matar o criminoso e acordar, reacender, reviver o homem que existe dentro de cada um.

Objetivo concomitante da APAC ao recuperar o homem preso: proteger a sociedade do delinquentes que, não importa quanto tempo passe trancado, um dia sempre volta a assombrá-la.

–Enfim, a APAC é isso, a reinserção do ser humano espiritual, profissional, readquirir... A parte também do estudo, da saúde, é proporcionar ao preso o seu bem-estar religioso, moral, social, pra quando... e prepará-lo pra quando ele sair, ele ser alguém na sociedade, não ser um número na sociedade, ele ser alguém, fazer parte dessa sociedade que um dia o botou lá dentro. Não adianta você trancar o cara dez anos, ele vai voltar, ele vai voltar.

–Ele volta.

–Ele volta. Se ele for preparado, se ele for trabalhado, se ele adquirir a auto-estima atrás das grades, ele volta diferente. Ele volta. Ele volta para a sociedade, para fazer parte da sociedade. Agora, se ele ficar lá dois, três anos, enjaulado, enclausurado, só aprendendo cada vez mais, se especializando cada vez mais, fazendo mestrado em besteira, a sociedade que o colocou lá dentro vai pagar muito mais caro, porque ele vai voltar para ela. Vai voltar para ela.

Objetivo essencial do trabalho da APAC: interiorizar no preso a percepção de sua culpa e de sua investida contra a sociedade.

–Porque veja, o sistema APAC não é nada, e nada menos, do que um intermediário entre o preso condenado e a sociedade. Então, o preso, ele por si vai ser difícil ele entender que ele errou. Então, o método da APAC é fazer que a consciência dele e ele, o homem condenado, que ele ainda é um ser humano. Que ele foi condenado, claro, cometeu um erro, feriu a sociedade, então ele precisa ser regenerado. Então, ele precisa voltar pra sociedade conforme a lei penal do Brasil. O Brasil não tem pena de morte, não tem prisão perpétua. Um dia, terminando a pena, ele vai sair e vai embora pra rua. Ele poderá ir com as mãos abanando, se ele não tiver essa consciência de uma família boa, uma família estruturada que possa recebê-lo, ele vai pra rua sem nada, pelo menos até ele ter onde ficar, e vai voltar pro crime novamente.

Com relação à revista feita aos visitantes e familiares dos presos, outro tema surgido nas entrevistas, a APAC procurou desenvolver um sistema que não humilhasse as famílias dos presos mas, ao mesmo tempo, por uma necessidade prática, evitasse a entrada de drogas e armas na entidade. A revista não foi uma iniciativa da entidade logo no começo: ela teve que perceber aos poucos a necessidade de fazê-lo e foi se ajustando a este procedimento. Nem todos os voluntários se sentiam à vontade para ficar na revista. Mesmo assim, quem executava este procedimento eram os próprios voluntários. A origem das revistas se alia à origem dos cursos de formação de voluntários: ambos foram iniciados a partir da percepção de que era necessário aos voluntários se precaverem contra algumas armadilhas.

–Então, a gente sempre... tinha sempre que ter uma equipe boa porque nós fazíamos aqui, nós tínhamos uma equipe de homens, pra fazer a revista dos homens – a gente revistava – isso depois, quer ver, foi em mil... mil, novecentos... e oitenta e sete, parece, se não me engano, foi numa quinta-feira, nós tínhamos duas visitas por... por semana. Na quinta-feira e no domingo. Isso ocorreu numa quinta-feira. Era dia do meu plantão. Né, porque a gente ficava de plantão de dia, eu ficava de dia, Seu C. no outro dia, o Osvaldo no outro dia. Então, era meu plantão. Mas eu precisava ir numa... num exame médico em São Paulo e eu combinei com Seu C., Seu C. ficou aqui no meu lugar. E naquele dia, é... foi mês de... de junho, se eu não me engano, e fazia um dia de calor, né, e veio... veio um rapaz com uma blusa de couro – isso contaram... eu não vi, né, contaram pra mim – blusa de couro, e ele tinha um irmão aqui dentro preso. Então, você veja... você veja que aonde precisa a experiência do voluntário. Veja só. Eu vou contar, você vai analisar bem. Então cê veja, se fazia calor, calor forte, por que que esse rapaz tava de blusa de couro? Sabe por que? Porque ele trazia um revólver de baixo da blusa. E entrou. Porque naquela época, até naquele dia, nós não fazíamos revista de ninguém, nem de mulher nem de homem. Até aquele dia. Até aquela quinta-feira de 1987, nós não fazíamos revista. O pessoal entrava, tinha um crachá. E ele passou o revólver pro irmão dele. E naquela semana houve uma fuga de sete pessoas.

–Ah...

–Então, a partir daquela data, nós passamos a fazer revista nos homens e nas mulheres. Então, nós montamos uma equipe de ho... de homens, pra

fazer... de voluntário homem pra fazer a revista dos homens, e montamos uma equipe de voluntários, de senhoras, pra fazer a revista das senhoras.

– Certo.

– Cê veja que assim mesmo, certa vez, entrou um pacotinho de maconha na fralda de uma criança [risos]. [...] existe tudo, né. Mas... então, quer dizer, é assim, né. Então, é... não é fácil. Então, a equipe de voluntários tinha que ser grande. E nós tínhamos, o Mário criou, é... a partir daquela data, criou um curso para voluntários. Sabe?

Para tornar a revista mais humana, a APAC ligava seu abrandamento ao comportamento demonstrado por presos e familiares. Mesmo assim, não se tratava de uma revista típica dos estabelecimentos penais. Era uma revista bastante respeitosa.

– Então, aqui até as visitas a gente... a... como eu disse inicialmente, da reinserção familiar, até as visitas aqui eram tratadas de forma diferente de um presídio comum. A revista... é uma forma diferente de revista, não é uma revista, assim, rigorosíssima. Entendeu? É feita uma revista em tudo. Mas a revista vai se tornando cada vez mais branda conforme o comportamento do preso lá dentro. A família também tem regalia com... com... com o progresso do preso.

O exemplo grotesco de uma criança serve para ilustrar as diferenças entre a revista praticada pela APAC e as que eram feitas em presídios normais.

– Recentemente mostrou até nos... nos... nos grandes jornais, só faltava ter a R-15 lá dentro. Quem é que levava tanto armamento lá pra dentro? Na Penitenciária do Carandiru em São Paulo.

– Nossa.

– Quem é que levava? A família não tem condição. A revista é terrível. Chegou um preso aí uma vez que... que... que... chegou num fim-de-semana aqui... chegou no meio da semana, e nesse fim-de-semana eu tava fazendo plantão domingo aqui. Ajudando o plantão. Então, eu ajudava na revista também dos homens. E me chamou bastante a atenção, ele tava com um menininho, um menininho veio visitá-lo, o filhinho dele, seis anos o pivete. Pivete desenvolvido, tal, brincalhão, daquele... daquelas crianças que chamam a

atenção, menino inteligente pra caramba. Quando chamei o... duas, três pra... rapazes pra ser revistados, ele também já entrou no rol, né, ele já foi tirando a roupa, ficando peladinho, já... batendo o sapato e já agachando.

–Nossa.

–E não era o tipo de revista que nós fazíamos. Mas era o tipo de revista que ele era obrigado a fazer lá. Já botando os bolsinhos pra fora, sem o mínimo pudor, fica ali. E a gente não fazia nada disso. A gente revistava as pessoas, revistava documento, se pedia que não levasse cigarro aberto pra não despertar suspeita, tal, tal, tal, enfim, a gente orientava tudo nesse sentido. Quantas e quantas mães que passam por verdadeiros vexames nas revistas. Mulheres passam por verdadeiros vexames nas revistas, homens passam por verdadeiros vexames nas revistas, inclusive toques nas partes genitais. Quantas e quantas vezes isso ocorre. Não tem jeito da família levar droga. A droga entra por outras formas. A família leva o dinheiro pra pagar a droga. Isso aí todo mundo sabe. Todo mundo sabe.

Já que a APAC tinha por objetivo reinserir socialmente o homem delinqüente, vale a pena mencionar o que a instituição pensava dos presos que cometiam repetidas infrações no decurso de sua permanência na APAC. Os procedimentos punitivos da APAC não eram muito variados, mas pareciam surtir algum efeito. O primeiro era a regressão.

–Tem muito cara que põe uma pele de cordeiro lá dentro, chega aqui fora é uma merda... é uma merda... que de repente cê tinha que recolher o cara três, quatro vezes pra ele se conscientizar que o que ele tava fazendo não era certo.

–Hum.

–Não era certo. Então, ele tinha que sofrer, sentir mais um pouco a dor... às vezes a gente pedia até uma regressão pra ele, várias regressões pedimos, eu mesmo, pra que ele sentisse mais um pouco a dor pra ele se conscientizar que o que ele estava fazendo não era prejudicial à APAC, era prejudicial a ele mesmo. São os chamados *presos embalistas*, que vão no embalo dos outros. No embalo dos outros. Ele sozinho, ele tem uma vontade, ele tem uma personalidade. Junto com dois, três, cada um quer aparecer mais que o outro. Cada um quer ser mais homem que o outro, cada um quer aprontar

mais que o outro. Por exemplo, aqui tão dois, três. Então, entra no embalo e cai do cavalo. Sempre um cai do cavalo. Então, ele tinha que sofrer um pouquinho pra ele seguir o caminho dele numa boa. Numa boa.

Na opinião da APAC, alguns presos não tinham recuperação, apesar da opinião contrária de Mário Ottoboni, que o levou a escrever um livro intitulado *Ninguém é irrecuperável*.

–Embora, isso aí, é... no modo meu... vendo... analisado, muitos, têm muitos que não adianta. Isso eu falo pra você, Gustavo, que não adianta. Tem gente, tem preso, tem homem condenado que não adianta, que isso não tem jeito mesmo. Então, a vida dele é ficar atrás das grades. Infelizmente... Mas a gente nunca desanimamos daquele elemento. Nunca. Sempre estamos tocando nele, insistindo com ele, é... como diz o ditado velho, acendendo vela boa, né, no... no defunto.

–Ah...

–Já falecido, e tal. E é importante. A gente nunca desanimava, sempre tava ali e aconselhando, quer dizer, o método da APAC é isso, nada mais do que ser intermediário da sociedade. Que a sociedade precisa, ele de qualquer maneira ele vai receber novamente aquele criminoso, aquele homem que cometeu um delito, que feriu a lei, que feriu a sociedade, que feriu as normas de Deus. Ele vai ter que voltar pra sociedade um dia. Terminou a pena, ele volta, né. Então... então, ele precisa voltar, mas preparado.

Um tema que vale a pena ser trazido é o do trabalho dos presos, porque a opinião emitida a seguir mostra como a APAC podia, eventualmente, discordar das opiniões de Mário Ottoboni que, mesmo assim, continuavam a prevalecer devido ao seu prestígio. Para se ter uma idéia, o trabalho industrial dos presos da APAC é uma idéia que remonta ao início da década de 90. Na prática, os presos do regime semi-aberto, na maioria das vezes trabalhavam em empresas da região. O que havia era discordância quanto ao papel do trabalho no primeiro estágio do método, regime fechado, tipicamente um momento visto pela instituição como de aprendizagem para o preso.

–Então nós chegamos à conclusão o seguinte: não pode ser cem por cento São José nem cem por cento Bragança Paulista, porque eles deixaram o que realmente convence a pessoa, que é a parte religiosa ou psíquica da pessoa, intelectual. Então eles partiram mais pro *trabalho*. Então, o trabalho não regenera ninguém. A pessoa pode entrar lá e vai se dedicar ao trabalho e... mas depois que ele sair, vai fazer o que? Não houve uma recuperação. Então... o modelo mesmo é a APAC de São José dos Campos. Porque ela trabalha a pessoa, o seu intelectual, o seu religioso... da pessoa, pra quebrar esse vínculo. Mas também nós precisamos assim, ter uma estrutura pra dar trabalho pra pessoa. Então, o Mário acha que o trabalho tem que ser apenas o... de... terapia.

–Hum...

–Então, a gente viu o desespero da pessoa, do preso, quando ele tem que sustentar a família, vê que a família está passando necessidade, e ele é o arrimo da família e ele... e quando é preso; acaba tudo isso aí. Então... a mulher, os filhos, começam a passar necessidade... então, se houvesse um trabalho como tem do trabalho da... da... Bragança Paulista, que... que a pessoa pode ter o seu salário ali dentro, então seria o ideal. Trabalhar meio dia... eu, na minha opinião, seria isso que a... uma APAC ideal seria: trabalhar meio dia só, e meio dia para fazer essas outras ocupações do método da APAC.

Por fim, um tema que explica a súbita mudança de humor da instituição com relação à proposta feita pelo governo do Estado de participação da Polícia Civil na administração do Presídio Humaitá: a necessidade premente da APAC de São José dos Campos por verbas que permitissem o seu funcionamento a contento. Em primeiro lugar, os voluntários percebiam claramente que o grande empecilho para o pleno desenvolvimento de suas atividades de forma plena era a ausência de verbas.

–Então você veja que... que lá é diferente do nosso sistema. Então... nós estávamos encontrando aqui dificuldades financeiras pra administrar o presídio, nós fomos ver lá como é que funcionava. Então nós chegamos à conclusão que São José dos Campos, nós não tínhamos assim cem por cento de funcionamento por falta de dinheiro. Porque nós não temos nenhuma verba assim que... que desse sustento à APAC. Então nós fomos ver lá Bragança Paulista que tinha até excesso de dinheiro. Porque? Então nós chegamos à conclusão o seguinte: não pode ser cem por cento São José nem cem por cento Bragança Paulista, porque

eles deixaram o que realmente convence a pessoa, que é a parte religiosa ou psíquica da pessoa, intelectual. Então eles partiram mais pro *trabalho*. Então, o trabalho não regenera ninguém.

Por isso, a proposta feita pela Secretaria de Administração Penitenciária foi quase irrecusável.

–Aí um dia nós resolvemos ir a São Paulo, pegamos uma comitiva aqui e fomos a São Paulo, resolvemos ir conversar com o Nagashi, com o Dr. Nagashi, que ele é a pessoa que tava é... incumbida, né, pelo Governador do Estado, pra dar ajuda nas APACs. Aí nós fomos conversar com ele, aí ele nos disse que, se a gente quisesse voltar a trabalhar com parceria com a polícia, que aí nós teríamos o convênio; sem a parceria da polícia e sem o convênio, sem o... sem a parceria da polícia, não poderia haver o convênio. Aí hoje nossa realidade é outra, cê ficar é... vivendo de... de pessoas da sociedade que ajudam tava difícil, então nós resolvemos pegar a parceria, pegar o convênio, então por isso teríamos que pegar a parceria.

13.1. Entrevista com egressos

Na análise das duas entrevistas com egressos, procuraremos enfatizar um aspecto de interesse para o trabalho que, de outra forma, não poderíamos contemplar: as diferenças entre a APAC e a prisão normal. Pelo número reduzido de entrevistas que coletamos com egressos, não podemos afirmar que se tratem de impressões generalizadas. Mas, dentro do quadro mais amplo da literatura prisional, alguns pontos dessas entrevistas merecem destaque por nos fornecerem subsídios para refletir sobre o papel institucional específico da APAC no ambiente da comarca de São José dos Campos.

Um primeiro elemento a ser destacado é a forma pela qual a APAC era percebida na então cadeia do Satélite. Como podemos ver pelo extrato abaixo, a APAC era vista como um lugar melhor que a cadeia. Por alguma razão, os presos em

geral percebiam a transferência para a APAC como algo positivo e a esperavam com ansiedade:

–(...) ah meu, por causa disso que eu falo para você: as pessoas falam que era um centro de reintegração e... aquilo foi feito para aquilo. Então, quando o pessoal saía da cadeia sabendo que vinha pra APAC, nossa! Ficava que ficava todo... até eufórico, né, porque lá na cadeia todo mundo falava da APAC. Alguns já tinham passado pelo APAC e tavam lá de novo.

Outro elemento de interesse em nosso trabalho é o fato do entrevistado, ao expressar seu receio de encontrar antigos companheiros de cadeia no ambiente fechado, é tranquilizado pelo preso mais experiente que cita o caráter enérgico dos voluntários.

–Aí, então, foi aonde... e aí, nessa... aí o Seu L. vai... “Vamos lá pro Fechado”. E cê vê, como eu tava também traumatizado [A. destaca esta palavra], que eu sabia que lá dentro do Fechado antes de, antes de eu... de eu... ter ido pra APAC, tinha ido uns, uns cara do... lá, era do Satélite, sabe, e eu via os cara lá meio metidão, não sei o que. Falei: “Ah, Seu L., eu vou entrar lá dentro, Seu L.?” Disse: “Por quê?” “Ah, não, tinha uns cara do... lá... é, lá dentro do... que veio é, antes de mim, e eu sei que os cara, tá louco! Os cara são...” Ele falou: “Ah, meu, tá pensando o que? Cê não tá na cadeia, não, chefe”, ele falou. “Cê não tá na cadeia, não, cara. Os cara lá, cê... eles têm mais é que pegar na sua mão e... e cumprimentar ocê direitinho, meu. Qualquer coisinha os cara lá [...]”, né.

O ambiente físico bom conservado, constantemente ressaltado pela APAC como uma vantagem de seu Método, também aparece na forma de ver deste entrevistado como uma vantagem sobre a cadeia do Satélite.

–Porque não tinha como. Se a família conhecia o cara lá na cadeia, chega lá, vê os cara tudo bem comportadinho, tudo com cara de santo, tudo certinho [...], cada um em sua cama... cê viu o chão lá como é que é, né, o chão. Ou piso quente, ou então carpete.

–Hum.

–Cada... cada cantinho, um vaso de flor... então... sabe as palavras, as frases bonita na parede? Claro que não é ele mesmo que ia cooperar com... com isso, né, em... nada que fosse contravenção, né.

Isso não significa que os presos do regime fechado não reclamassem. O entrevistado, que foi transferido diretamente para o regime semi-aberto da APAC, não conseguia entender porque os presos do regime fechado reclamavam tanto da permanência na APAC, um lugar muito melhor que o Satélite. A única explicação que ele encontrou foi a “orelhada”, maneira pela qual os presos designavam os serviços religiosos da APAC.

–Ah, mas os cara, sei lá, não sei o que que tinha lá dentro... eu desconfio, viu? Todo mundo só vinha falando uma coisa: “Nah... não sei... lá dentro é... é... demais. Todo dia aquela orelhada que é”. Era oração, não sei se era uma hora...

–Ah.

–...sei lá o que. Cada um, cada um... aí chefiava um cara lá da cela lá pra... pra escrever lá um, alguma coisa lá, e ele que ia ser o interlocutor da cela, e não sei o que, não sei o que. Sei que antes do café... sei que seis horas tinha que tá todo mundo arrumado, aí depois ia pro café, né. Então, o pessoal, sei lá, o pessoal... o pessoal acostumado a... né. Talvez, assim, quando falava em castigo, em... ir pro Fechado, acho que era a única coisa que...

–[risos].

–...porque que que tinha demais lá? Né? Porque eu ainda falava assim: “Pô, se eu pudesse ir lá pro Fechado, eu... eu... eu desde garoto, cara, eu sei fazer alguma coisa de artesanato, mas muito pouquinho, né, e lá eu sabia que aprendia, sabe?

–Ah.

–Eu falava: “Pô, se eu pudesse morar lá dentro, lá dentro”, eu falava pro pessoal, “eu morava, viu, só pretendendo ficar lá, é... lá... no artesanato”. Eu aprendi a fazer alguma coisa assim, mas não lá.

Outro aspecto ressaltado pelo entrevistado é quanto ao relacionamento mais pacífico entre os presos. Na APAC, de acordo com ele, não havia a prática do

espancamento entre os presos e o clima entre os presos não era de tensão constante, como acontecia no Satélite.

–Hum.

–Não tem essa que... que nem na cadeia, juntar três, quatro [...] não sei o que, né. Como eu cheguei a ver lá, né. E lá não, né. Era... era tirar uns dias lá fechado, né, de ver lá os dias dele fechado, quando fosse designado pra fazer aquilo. Mas... engraçado, né.

–Eles não gostavam, então...

–Não... queria... você pode ter certeza, cara, a maioria dos caras, quando tava no Cadeião aí, pensava em... já ficava louco pra ser transferido pra cá porque sabia que esses daí, qualquer coisinha, se achasse que desse, se não tivesse bom e... pudesse dar... dar pinote né, fugir era... era dois palito, né. Então, talvez, viu cara, porque dizer que os caras... claro que... porque lá nunca... a tensão lá era muito tranqüila. Então o cara não tinha como ficar agitado nem nada, né meu. E... então os cara ficava assim mais calmo, era mais calmo. Porque sabia que... que... passava o dia fazendo alguma coisa... então, o clima lá era totalmente... ô louco, o clima lá não tinha clima de cadeia, isso... a não ser as grade que a gente olhava.

Em determinado momento da conversa, o entrevistado pergunta qual a real intenção desta pesquisa. Ao obter a resposta de que se trata de entender as diferenças entre a APAC e o ambiente carcerário normal, ele comenta:

–Agora, cê quer saber a diferença, né, meu, o que que é diferente. É, diferente é os trato, né, o... Gustavo. Não resta dúvida, não resta dúvida.

É difícil entender exatamente o que ele quis dizer por “trato”, mas podemos, em princípio, afirmar que ele se refere a uma forma global pela qual a APAC entra em contato com o preso.

A APAC, na opinião desse entrevistado, não é um organismo homogêneo. As diferenças que os voluntários fazem entre regime fechado e semi-aberto é também levantada por ele no momento em que comenta o problema tradicional do uso de drogas.

–E lá no Fechado, com certeza, ó pro cê vê a diferença. E do Fechado, pelo pouco que eu conheço lá, não entrava droga. Se entrou, entrou muito, muito enrustido lá. Eu vi que... sei que de lá de dentro foi gente mesmo pra cadeia mesmo que eu vi, várias vezes eu vi sair gente de lá pra cadeia, voltar pra cadeia no caso, e... Então quando eu tava fazendo a obra lá do fundo que dava na... na Galeria... acho que é Pedro Hashid, aquela dali, então... então eu tava pro lado de fora, sabe, um muro bem alto, eu tava lá, aí um... alguém de lá da... então pela... pela gradinha assim da janelinha lá, “ê meu, não tem jeito de amanhã cê jogar um é... um papel aqui, uma pedra aqui?” Falei: “Ah, mas nem favor, mas nem... não dá, nem o famoso papagaio eu vou fazer, quanto mais um negócio desse, meu”. Aí eu peguei nem... nem... nem... “Ô, conheço um cara que é legal pra fazer isso”. E eu tava bem, assim, tudo né, legal, né, pra falar, né. “Eu conheço uma pessoa que é legal pra fazer isso, hein. Fala com o Seu M.”. “Quem?” “É o Seu M., aquele japonês, assim, assado...”.

–[risos]. Cê falava isso?

–Falava, né. Os cara lá... “É, meu, não sei o que”. Não dava nem bola, sabe? Eu ficava na minha. Aí... Mas eu não sei se lá dentro entrou, sabe. Agora, no semi-aberto, aí já tinha di... já não tinha mais diferença com lá na cadeia, sabe. Porque lógico, o cara tava pra rua, nêgo... nêgo toda vez... se só desse uma revistadinha assim, assim né. E mais nada.

Mesmo com algumas semelhanças frente ao presídio normal, o regime semi-aberto apresentava importantes pontos de diferença. O que o entrevistado destaca é o aspecto das brigas.

–Então, aí mandava desligar a televisão e todo mundo catava, apagava todas as luzes, eh... silêncio, né, silêncio... aí... fazer coisa muito grave, que nem na cadeia eu vi, lá não, né. Assim, brigar, discutir eu vi discutir no semi-aberto, discutir... mas nem... dizer assim, pegar na porrada mesmo, não. Sabe?

Este entrevistado lamenta o fechamento da APAC. Ao fazê-lo, os termos que ele utiliza dizem respeito ao fato de que, agora, os “irmãozinhos” estariam sofrendo na cadeia, quando poderiam estar desfrutando da APAC.

–Tô falando... mas foi lá, cara, mas foi lá no APAC sim que eu comecei, sabe. Eu já conhecia a Bíblia, coisa e tal mas... com mais frequência, né meu. Os padrinhos chegavam, “Ah, quando não tiver nada pra fazer, pega a Bíblia, lê alguma coisa, faz bem. Em vez de estar lendo pornografia aí, não sei o que, né meu, deteriorando a cabeça aí”. Sei lá... é, realmente. Mas é um pena, viu, porque o pessoal... os irmãozinhos, como diz os outro lá, os irmãozinhos tão sofrendo na cadeia agora, já não tem mais APAC, viu cara.

–É, eu acho que pra eles deve ser... pro pessoal que saiu da APAC deve ter sido... é, muito ruim, assim.

–Ah, com certeza. Porque não tem um que não... que depois que tá aqui fora, que não vá falar bem da APAC, cara.

–Ah é?

–Sabe. Podia estar reclamando lá dentro de estar com os orelhadas, lá, mas reclamando, mas não, sabe, porque... com medo, medo, apavorado, sabe, eu vou ter que matar se não vou morrer. Sem esses pensamentos na cabeça, sabe.

–Ah.

–Então, mas é... quando se encontrar aqui... assim, que eu falo assim que eu só vi um de lá, que teve comigo lá, mas conheço várias pessoas que teve, passou por lá também, mas não comigo, mas a conversa é uma só. “Ah, a APAC era mamão com açúcar”.

–Ah.

–“A APAC é mamão com açúcar. Ah, lá dá pra viver o resto da minha vida”, é assim que se fala, cara.

Ou seja, apesar de uma certa irritabilidade dos presos por causa da constante exigência de participação em atos religiosos, seus motivos de reclamação não se comparam aos daqueles presos submetidos ao regime de tranca de um presídio. A expressão “mamão-com-açúcar” que ele utiliza aqui era comum entre os presos da APAC, e era, na verdade, combatida pelos voluntários da instituição que temiam, caso esta impressão se disseminasse, que a população considerasse a APAC um lugar sem segurança e leniente com os presos. Para os presos, porém, esta expressão tem um significado de comparação: quando eles dizem que lá era mamão com açúcar, expressando um lugar fácil de “tirar”, eles estavam, na verdade, mostrando que a APAC era um ambiente percebido como muito melhor e mais acolhedor do que a Cadeia Pública da cidade.

Quanto à segunda entrevista, destacamos dois trechos importantes e que servirão para lançar luz sobre algumas relações institucionais importantes que se davam devido à existência da APAC na comarca. O primeiro diz respeito à transferência de um entrevistado para a APAC e à acolhida que lá ele recebeu. O segundo diz respeito às relações carcerárias na APAC. O entrevistado foi condenado por estupro, crime que, em qualquer presídio do Brasil, coloca o preso diretamente sob a ameaça de ser executado.

—Na hora que foi pro dia vinte de outubro do mesmo mês seguinte, voltei pra prisão de novo, falando que foi pra o... Satélite, antigamente era conhecido por cadeia do Satélite; aí o cadeia do Satélite passei... não passei nem uma noite lá, já vim transferido pra APAC. Quando os cara falou assim pra mim, “Procura um jeito, fala com a sua mãe entrar em contato com o Mário Ottoboni pr’ocê ir pra APAC, porque lá cê não vai... não vai ter consequência nenhuma. Porque se cê ficar aqui os cara pode até matar ocê”, isso e aquilo, né. No começo eu fiquei com medo, porque eles falaram assim, “Ó, se cê for pra APAC, lá cê não vai fazer nada”, isso e aquilo, “cê vai só trabalhar, cê vai ter benefício. Aqui cê vai ter benefício também mas cê tá arriscado a morrer”, isso e aquilo. Mas os cara falavam assim, “Mas lá não tem guarda, não tem nada. Quem toma conta é preso mesmo”. Aí então já veio na minha cabeça, eu pensava comigo, “Pô, se lá não tem polícia pra tomar conta... se aqui a gente já sofre, então imagina lá então!” Aí eu peguei e vim pra APAC, né meu. Che... cheguei aqui na APAC às quinze pras onze da noite, no dia de... uma... uma quinta-feira, uma quinta-feira. Quem me atendeu na portaria foi o Seu D. Aí pegou, me mandou pra sala. Passei por uma revista, uma revista simples, não é revista que nem é feita no Satélite, né, não é revista rigorosa, né, é revista simples. Aí pegaram, me mandaram pro xis... seis. Cheguei no xis seis, fui bem recebido pelos presos, né. Tinha oi... tinha oito pessoas no xis seis. Fui bem recebido pela turma... É... chegando, eles me deram... janta, né, porque eu não tinha jantado ainda, deram janta. Aí foi, mais ou menos ah... onze e meia, aí Seu D. veio fazer chamada... até a qual eu não conhecia ele ainda, é... os cara pediram pra fazer não sei o que lá... Aí ele veio falando estúpido comigo, aí eu peguei já fui xingando ele. Ele falou pra mim assim: “Se você quiser, se você quiser, eu mando você ir... entendeu, pelo mesmo modo que cê veio, cê já volta já”. Falou bravo comigo, né meu. Aí, a hora que ele falou que era diretor de

plantão, aí eu abaixei a bola. Fiquei quieto, né meu, fiquei pensando, “Puxa vida, e agora?” Eu chorei na hora, depois que ele fez chamada, deitei na cama, fiquei chorando, fiquei pensando, “Puxa vida, amanhã ele vai chamar a polícia, vai mandar eu de volta pr’aquele lugar lá”, fiquei chorando.

Apesar de, durante nossa pesquisa, não termos tido a chance de confirmar o papel de “território neutro” da APAC na comarca através, por exemplo, de uma comparação entre o número de presos por estupro na comarca inteira e na APAC em particular – caso a APAC tivesse mais estupradores, sua população poderia ter sido constituída basicamente por aquelas pessoas cuja vida estivesse ameaçada em outros estabelecimentos – esta entrevista mostra que um preso sob ameaça de morte estaria melhor servido na APAC do que na cadeia. Na APAC, desde que a associação assumiu o presídio, nunca houve uma morte, e casos de agressão violenta eram raros. Por isso, ser transferido para a APAC significava uma garantia de vida para um estuprador. Note-se que ele teme ser transferido porque na APAC quem mandava eram os presos. Se na cadeia comum, onde havia ao menos a ajuda parcial dos policiais, os estupradores ainda assim eram mortos por seus colegas de cela, que dirá na APAC, onde os próprios presos mandam em tudo? Este o seu temor e a sua surpresa deve-se ao fato de não ter encontrado qualquer hostilidade em sua chegada, tendo sido bem recebido pelos presos. Seu único medo foi provocado pela ameaça do funcionário de que ele seria mandado de volta para o Satélite. De fato, não havia como a APAC punir um preso com algo mais amedrontador do que isso.

Um segundo trecho da entrevista mostra que este egresso não encontrou tanta tranqüilidade assim na APAC. Sua condição penal o perseguiu mesmo dentro da instituição modelo. Apesar disso, a represália dos presos não passou de alguns olhares e palavras mau-humorados:

–Terminava a oração dele, a gente ia pra laborterapia tomar café. Aí, depois do café tinha vinte minutos que era... limpar as mesas, limpar o chão, né, e ia fazer o trampo manual. Aí, eu chegava ali, não sabia fazer nada, né. No começo, era discriminado, os cara ficavam me xingando, isso e aquilo, “Ah, cê não é ladrão, não sei o que, vai pra lá, não senta perto de mim”, tinha discriminação. Aí, no decorrer do tempo eu fui fazendo amizade com uns, com outro que ia chegando. Aí, com custo aprendi fazer alguma coisa. Aprendi a

fazer uma coisa... aí, sempre na laborterapia tinha aquelas pessoas que contava seus problemas aos outros. E tinha sempre aqueles um que gostavam de fazer algo de bom, né. Uns já gostavam de [...] outros já gostavam de ajudar, meu. Aí, eu ficava pensando comigo, “Puxa vida, aqui não é tão ruim do jeito que a turma pensa”.

Essas duas entrevistas nos indicam, ainda que de forma um tanto frágil devido ao pequeno número de entrevistas realizadas, que a APAC era vista pelos presos como uma instituição diferente da Cadeia Pública do Satélite e que eles preferiam cumprir pena na APAC. Suas condições físicas e o relacionamento mais pacífico entre os presos eram as principais diferenças entre as duas instituições na percepção dos egressos que entrevistamos e as informações de que dispomos nos permitem levantar a hipótese de que a APAC funcionasse como um território neutro na comarca, onde pessoas sob risco de morte podiam cumprir suas penas em relativa segurança.

Capítulo 14. Por uma análise do papel institucional da APAC

De início, devemos nos recordar do papel que, para Althusser (1989), o Estado desempenhava na teoria marxista: o de aparelho eminentemente repressivo. O trabalho elaborado pelo autor tinha por objetivo, entre outros, mostrar que também faziam parte do Estado inúmeros aparelhos cujo efeito não era repressivo, mas ideológico. Althusser (1989) mostrou que separá-los do funcionamento estatal acarretaria perdas nas possibilidades de se construir uma teoria sobre o modo de produção capitalista, precisamente nas formas pelas quais se dava sua reprodução, teoria para a qual se fazia necessária a inclusão de seus aspectos políticos e ideológicos. Devemos refletir sobre isso para avançarmos em direção a Albuquerque (1980). Se, por um lado, o principal efeito produzido pelo Estado na reprodução do modo de produção capitalista é repressivo, por outro não há como ignorar que algumas das instituições estatais dificilmente podem ser consideradas repressivas por si mesmas. O aparelho judiciário, por exemplo, não tem poder repressivo direto e toda a sua atuação se dá no âmbito discursivo, na medida em que propõe leis que reproduzam ou expressem determinada relação de poder, justificando-a. Para fazer valer as leis, o Judiciário lança mão do aparato policial, sem o qual seu efeito discursivo não teria consequências práticas diretas. Apesar do Estado como um todo poder ser analisado em termos repressivos, há instâncias estatais cuja atuação, se concorre para a concretização deste efeito principal, não se dá diretamente a partir de procedimentos repressivos. Por isso, há que se diferenciar no Estado os aparelhos em que predominam tais efeitos daqueles que atuam num âmbito ideológico ou econômico. O problema é que, imbricados no funcionamento estatal, os procedimentos discursivos do Judiciário acarretam claros efeitos repressivos, levando a que a análise deste aparelho se torne um tanto complexa. O Judiciário, nesta análise, é um Aparelho de Estado ou um Aparelho Ideológico do Estado?

É a partir de problemas como esse que Albuquerque (1980) propõe que se leve a sério a tarefa da análise como feita essencialmente através de níveis, nos quais podemos situar os diversos efeitos produzidos pelas variadas agências estatais, buscando, a partir de suas práticas institucionais, concatenar seus efeitos para estabelecer a prioridade de um sobre os outros. Assim, analisando o Judiciário, podemos encontrar que ele atua principalmente em um nível discursivo e ideológico, mas podemos deduzir que o principal efeito que ele produz é repressivo. Um efeito ideológico importante, deste modo, está concatenado a um efeito repressivo geral que não está desvinculado, até mesmo, da produção de efeitos econômicos secundários (como no caso das multas). Por isso, cumpre analisar os diversos efeitos produzidos por uma instituição para explicar como eles se combinam na produção de um ou mais efeitos dominantes. Como a instituição sob análise, a APAC, é um presídio, mas um presídio *sui generis*, e está imbricada no sistema penal de uma forma também *sui generis* e *anômala*, conforme as palavras condenatórias de Luis Fernando Nishi, não podemos considerá-la, logo de início, como igual às outras prisões, que apresentam, invariavelmente, um caráter predominantemente repressivo no Brasil.

Essa última colocação exige alguma elaboração. Em geral, considera-se que as prisões são instituições de cunho repressivo, apesar desta idéia conter um problema se comparada à obra de Foucault (1991). O trabalho de Muchail (1985) faz um comentário *en passant* sobre uma característica do *exame*: através de sua instauração, instaura-se, igualmente, “um modo de poder onde a sujeição não se faz apenas na forma negativa da repressão mas, sobretudo, ao modo mais sutil do adestramento, da produção positiva de comportamentos que definem o ‘indivíduo’ ou o que ‘deve’ ele ser segundo o padrão da ‘normalidade’” (Muchail, 1985: 199). Portanto, a análise de Foucault (1991), apesar de não se deter nas diferenciações entre o discursivo e o não-discursivo – dicotomia que, para esta autora, Foucault procura mesmo superar – propõe um tipo de sociedade, que é a nossa, onde o poder se exerce de forma não simplesmente repressiva, mas fazendo uso de uma série de mecanismos de sujeição que visam produzir positivamente comportamentos determinados nos indivíduos. A prisão, na obra de Foucault, é a instituição onde a disciplina aparece de forma concentrada e exemplar e, portanto, é instituição que ocupa uma posição teórica central na tessitura social. Ora, sendo as práticas

disciplinares muito mais do que meios repressivos, produzindo efeitos positivos resultantes de suas estratégias particulares de submissão dos indivíduos, porque a prisão deve ser vista como eminentemente repressiva? Se observarmos as prisões como concretamente as encontramos no Brasil, poderemos ter uma idéia sobre as relações entre suas práticas e as estratégias disciplinares na obra de Foucault (1991). Vamos recordar algumas dessas estratégias e cotejá-las com observações empíricas das prisões brasileiras e, principalmente, das prisões por assim dizer *típicas* que nos interessam basicamente aqui, que são as cadeias do Satélite, do Putim e, principalmente, o cadeia da Humaitá, instituições contra as quais a APAC se ergueu ao propor um modelo “revolucionário” de ressocialização. Primeiro princípio disciplinar: o quadriculamento. A disciplina divide os indivíduos em lugares, havendo para cada indivíduo um lugar, para cada lugar, um indivíduo. Comparemos isso com o que se dizia do cadeia da Humaitá e das cadeias do Satélite e do Putim: lugares abarrotados de gente, onde presos se amontoavam pelo chão disputando palmo a palmo um espaço para poderem dormir. Comparemos isto também com o que se conhece das Cadeias Públicas brasileiras – em que tal descrição aparece com uma frequência assustadora – e veremos em que medida este princípio disciplinar se exerce de fato no sistema penitenciário brasileiro. Está claro que nas prisões não há lugar físico determinado para cada indivíduo. Mais de um trabalho nos dá conta de que na Casa de Detenção de São Paulo, por exemplo, a ocupação de celas se faz a partir de contatos informais entre os presos, e os guardas não interferem diretamente nesta escolha. Isto, porém, é uma forma superficial de entender a idéia do quadriculamento. Pois, na verdade, o lugar ocupado pelo indivíduo não se define a partir do espaço físico que ele ocupa, mas a partir do lugar que ele ocupa na “fila”, na hierarquia disciplinar dos indivíduos. Aqui também temos que levantar algumas objeções quanto à real aplicação deste princípio nas prisões. É fato que cada preso ocupa um lugar hierárquico entre os outros membros da população prisional. Os estudos sobre a sub-cultura carcerária (Hester & Eglin, 1996; Bittencourt, 1993; Ramalho, 1983) nos dão conta da existência de uma intensa rede hierárquica entre os presos, definida, entre outras coisas, pelo crime cometido ou pelo tempo “de casa”, o tempo em que o indivíduo já está preso. Mas a proposta carcerária de separar indivíduos de acordo com o crime cometido para que eles não aprendam uns com os outros e se possa diminuir a reincidência, esta separação disciplinar específica nunca

foi levada a cabo de forma adequada na maioria das instituições penais brasileiras. Por isso, os estabelecimentos penais são conhecidos como “depósitos de gente”: lá não há tratamento diferenciado para presos primários e reincidentes, presos violentos e não-violentos, etc. Por isso, podemos dizer, com evidentes ressalvas, que o “quadriculamento”, princípio disciplinar sempre lembrado pelos administradores, não existe na maioria das penitenciárias brasileiras da forma como oficialmente é proposto.

Outro princípio disciplinar: a fixação de horários e procedimentos de controle exaustivo das atividades para realizar uma apropriação econômica crescente do tempo dos indivíduos. Não há nada mais distante da realidade carcerária brasileira do que este princípio. Os presos “amontoados” passam a maior parte do seu tempo na inércia, ou “entregues à ociosidade”, como se dizia da então cadeia da Humaitá, e uma das principais diferenças notadas entre a APAC e o Satélite por um egresso foi que, na APAC, os presos eram acordados às sete horas da manhã por um sinal “tão ardido” que ele ficou pensando: “Puxa vida, meu, ói! A turma fala que preso só tem mordomia, é só comer, beber, dormir. Por que esse sinal?” A apropriação econômica exaustiva do tempo dos presos é algo que dificilmente acontece nos estabelecimentos penais brasileiros, mormente nas Cadeias Públicas paulistas. Nesses lugares, não costuma haver horário determinado para as diversas atividades – não há, de fato, qualquer atividade determinada. Por isso, não parece possível afirmar que exista nos presídios brasileiros a aplicação do princípio disciplinar da apropriação crescente do tempo dos indivíduos.

Além disso, e principalmente, nas prisões não há aqueles procedimentos que estabelecem a necessidade de progresso, marcados por provas que registram a passagem de um nível a outro da aprendizagem, diferenciando as capacidades entre os indivíduos. Nessas prisões, enquanto se processam diferenciações internas importantes baseadas no nível hierárquico criminal dos indivíduos, eles são tratados de forma mais ou menos uniforme pela agências oficiais do Estado, havendo mesmo casos de presos que permanecem enclausurados por um período de tempo muito maior do que o determinado legalmente, simplesmente por terem sido esquecidos dentro das penitenciárias pelo Judiciário.

Que queremos dizer com essas comparações? Que as prisões brasileiras – apesar do processo pelo qual as sociedades ocidentais diminuem seu caráter

repressivo, lançando mão de procedimentos disciplinares – ainda parecem ser mais ou menos impermeáveis a esses procedimentos. Ou, de qualquer forma, esta é a percepção geral dos observadores. Por isso, as prisões parecem continuar mesmo a exercer um papel quase exclusivo de órgãos repressivos, em oposição às propostas “humanizadoras” que procuram fazer com que essas instituições renitentes cheguem à modernidade.

No funcionamento estatal, o Poder Judiciário tem um papel importante de reprodução ideológica das relações existentes na sociedade. Sua função punitiva é desempenhada pelas agências policiais, que mantêm um caráter eminentemente repressivo. Em grande parte das prisões brasileiras, a administração dos presos está sob imediata responsabilidade policial, que não só faz a segurança do local como também realiza as funções administrativas pertinentes. A separação entre agências policiais, que manteriam os presos provisórios, e as agências de administração penitenciária, que cuidariam dos presos condenados é, ainda, plataforma política do atual governo estadual, para se alcançada a longo prazo. O fato da polícia administrar diretamente um número considerável de estabelecimentos penais no Brasil deve ser indicativo de que esses estabelecimentos se mantêm, ainda hoje, longe das propostas de “humanização” e continuam exercendo funções prioritariamente repressivas.

O que faz a APAC neste ambiente prisional? Ora, em primeiro lugar, a APAC se estabelece ao lado das agências policiais de controle, buscando imprimir ao ambiente da cadeia da Humaitá alguns princípios da boa administração penitenciária. Apoiada pelo juiz corregedor, ela adquire cada vez mais poder, passando, em poucos anos, a ser responsável pela administração de um estabelecimento penal próprio, onde ficavam os presos albergados. Logo mais, a APAC se expandiu para a própria cadeia da Humaitá, deixando a polícia fora de sua administração. Ao dar este passo, a APAC se tornou uma instituição *sui generis*, pois foi a primeira vez que uma entidade civil administrou diretamente um presídio na história moderna do país.

Que fez a APAC quando assumiu o Humaitá? Ao invés de propor um esquema bem organizado de segurança, a APAC preferiu continuar o que já fazia, tendo obtido resultados tão bons, e aprimorou seus cursos de alfabetização, profissionalizantes, etc., além de intensificar os trabalhos de cunho religioso para todos os presos. A APAC organizou a segurança do presídio a partir da colaboração dos próprios presos, que começaram a se policiar para não permitir a existência em

grau muito elevado de procedimentos ilegais no seu interior, formando uma pirâmide hierárquica entre os presos, responsável ela mesma pela segurança. Na opinião de alguns presos, ela conseguiu inclusive obter um maior controle sobre o consumo e tráfico de entorpecentes, produzindo um efeito repressivo secundário bastante eficaz. Enfim, a APAC se propôs a continuar sendo uma escola ou um santuário, como era antigamente. De fato, a APAC possuía, oficialmente, apenas dois procedimentos punitivos: o rebaixamento do preso na escala de recuperação e a transferência para outros estabelecimentos. Para os presos que delinqüissem, ela reservava uma volta ao ambiente fechado ou ao semi-aberto havendo, nos casos mais graves, uma volta para o Satélite ou o Putim. A APAC fazia com que os presos sentissem sua transferência para lá como uma recompensa à qual deveriam corresponder deixando a vida do crime. Aos presos de posição hierárquica mais alta em sua escala de recuperação, a APAC fazia exigências tão ou mais severas quanto às que fazia aos presos de posição mais baixa, obtendo um apoio maciço de todo o corpo prisional que, vigiado de forma intensa, obedecia sem reticências, como regra geral, às ordens da diretoria. A APAC separava os presos por cela de acordo com o crime cometido e fazia rotações para que eles não formassem grupos ilegais que representassem a sua permanência no mundo do crime. A APAC tinha horários pré-determinados para todas as atividades dos presos e os fazia participar de um tipo exaustivo de trabalho ligado à manutenção física do prédio, dificilmente encontrado em qualquer outro presídio brasileiro. Na APAC, havia ocupação total do tempo dos presos. Ao invés de produzir um efeito econômico direto, porém, o que a APAC buscava era incutir nos presos um modelo de trabalho para quando eles saíssem da prisão. Portanto, o efeito econômico na APAC era subordinado ao efeito disciplinar buscado e, assim, não podemos dizer que aquele fosse predominante. Vale lembrar que um dos grandes problemas da APAC era justamente a falta de verbas, razão pela qual ela resolveu aceitar o convênio com o governo do Estado. A idéia de colocar os presos numa linha de produção industrial, cujo primeiro objetivo seria certamente econômico, na medida em que este trabalho fosse revertido em “benefícios” para a família do preso, para o preso, para a APAC e para a comunidade – no caso da padaria industrial, por exemplo, que seria construída para produzir pães a preços baixos para escolas e creches – nunca deixou de ser uma simples proposta e o trabalho da APAC continuou a ter um papel econômico secundário, já que seu principal objetivo era

“ressocializar” o preso. As vantagens econômicas produzidas pelo trabalho prisional na APAC eram poucas e basicamente ligadas ao fato da instituição não possuir renda própria. Assim, através do dinheiro das peças artesanais produzidas pelos presos, a APAC economizava na compra de materiais de limpeza. O mesmo tipo de economia era obtido com o trabalho de manutenção executado pelos presos. Portanto, havia um efeito econômico no trabalho dos presos, mas este efeito era claramente secundário.

Em termos repressivos, a APAC se valia da ajuda da polícia em casos mais graves de transtornos de sua ordem e, na maioria das vezes, buscava soluções não repressivas para os problemas que surgiam. É neste sentido que podemos incluir a idéia de que deveria haver diálogo entre os presos para se evitar qualquer tipo de violência, além da idéia de que não poderia haver armas no interior do presídio. Há símbolos claros de que a APAC queria acabar com a aura repressiva do Humaitá, o mais belo dos quais é a transformação da cela-forte em capela de meditação. A APAC queria resolver de forma pacífica o problema da violência carcerária. E, a partir dessas considerações, chegamos ao único efeito predominante que nos resta: o ideológico. E aqui podemos ver claramente que a APAC fazia uso de muitas estratégias pelas quais procurava *convencer* os presos da necessidade de não voltarem a delinquir, procurava convencê-los de que poderiam ser recuperados, de que haveria uma chance para eles “do lado de fora”. É neste sentido que devemos considerar a predominância absoluta de atividades religiosas no interior do Humaitá: elas tinham por função levar os presos a uma *conversão* religiosa, um amplo processo de transformação da identidade dos presos envolvendo sua adesão aos valores morais defendidos pela APAC com vistas a que eles abandonassem a criminalidade, sem que para isso fosse necessário fazer uso da violência física. O principal efeito produzido pela APAC, em nosso modo de ver, era, portanto, ideológico. E há indicações que corroboram esta opinião, a mais importante das quais a dupla filiação institucional da APAC: por um lado, pastoral carcerária, ou seja, ligada à Igreja, uma instituição eminentemente ideológica; por outro, sua dependência exclusiva do Poder Judiciário. A APAC foi originada por uma conjunção entre Igreja e Judiciário que só poderia resultar em uma instituição ideológica. Na APAC, o preso “tinha outra chance”. Na APAC, o preso “era bem-tratado”. Na APAC, o preso “era visto como um ser humano”. Na APAC, o preso era “igual a todo mundo”. Na APAC, o preso era convencido a se tornar um cidadão de

bem. Se ele não quisesse seguir as orientações da APAC, ele poderia optar por uma das Cadeias Públicas da região e voltar para o meio carcerário, coisa que não poucos presos fizeram. Mas dentro da APAC, ele não iria sofrer nenhuma violência física mais importante.

Isso coloca a APAC numa posição parecida com a da PAN de Minas Gerais: enquanto ela permanecia como uma instituição exemplar, as cadeias da região cuidavam da socialização carcerária de amplos contingentes de presos, esquecidos pelas benesses apaqueanas. Resta saber, agora, porque a APAC pôde existir e como ela se manteve por tanto tempo em funcionamento.

A origem da APAC nos propõe a questão da motivação dos voluntários para o trabalho. Por quê eles resolveram gastar tanto tempo de suas vidas a trabalhar com presos, quando poderiam deixar a administração prisional a cargo daqueles que sempre cuidaram dela? Esta questão mereceria um estudo por si só, e, como considerar este assunto em profundidade ultrapassa o escopo deste trabalho, daremos apenas algumas indicações a este respeito que servem, de todo modo, para dar continuidade à discussão. A primeira motivação era de fundo religioso. Os voluntários que aceitaram trabalhar na APAC o fizeram por espírito caritativo e cristão quase acima de qualquer suspeita. Eles viam no trabalho com os presos uma oportunidade de retribuir a Deus todos os benefícios com que contaram durante suas vidas e também como uma forma de cumprir os mandamentos de caridade pregados no evangelho. Alguns outros voluntários talvez tenham se ligado à APAC por suas convicções políticas. Como havia membros da APAC ligados a partidos de esquerda, talvez, para esses voluntários, trabalhar na APAC fosse uma forma de concretizar o ideal de diminuir as desigualdades sociais existentes em nosso país, tirando uma certa quantidade de pessoas da clandestinidade e marginalidade em que se encontravam. Uma outra motivação parece ser aquela de se confrontar com o inimigo urbano mais importante, o bandido. Desta forma, a ligação com o trabalho da APAC seria uma maneira de enfrentar o medo urbano da violência criminal. E isso por três lados. No primeiro, podemos ver na forma como os voluntários se ligavam à APAC uma tentativa de criar laços sociais com os assaltantes e assassinos, uma forma de obter proteção nas ruas quando eles saíssem de lá. Assim, seria bom trabalhar com os presos porque, quando eles saíssem da cadeia, não só não atacariam os voluntários como até, eventualmente, os protegeriam. Em segundo lugar, este trabalho seria uma

forma de compreender os bandidos, humanizá-los e aproximá-los simbolicamente, o que produziu a constatação em tantos voluntários de que os presos não eram os “monstros” que esperavam encontrar. Mas, acima de tudo, a APAC era uma forma da sociedade civil organizada de classe média combater este inimigo maior que é o bandido, fazendo com que ele voltasse para as ruas sem oferecer perigo físico para seus membros. Por isso, a APAC tinha como finalidade principal “proteger o condenado” ao mesmo tempo em que “protegia a sociedade”, ocasionando um efeito duplo de proteção através do qual a violência policial não causaria os traumas que levariam um preso a se tornar delinqüente e, por outro lado, livraria a sociedade da existência dessas pessoas ameaçadoras. A APAC pôde se originar, provavelmente, da conjunção entre as motivações sociais por segurança e o apoio de um juiz que, provavelmente pelas mesmas razões, resolveu legalizar o seu trabalho. Há uma outra motivação indireta que mencionamos por último porque não parece ter desempenhado, durante a vida da APAC, um papel muito importante: o interesse econômico. Este aspecto refere-se ao recebimento, por parte dos padrinhos, de subornos de presos que pagariam para obter benefícios extra-legais. Apesar de sua importância no fechamento da APAC, ele não explica, porém, sua existência.

Frente a essas motivações, o trabalho da APAC sempre procurou realizar nos presos sob sua guarda um trabalho que os desvinculasse do mundo do crime, buscando a “regeneração social” dos prisioneiros. A APAC queria mesmo obter dos presos o abandono dos valores da sub-cultura carcerária para realizar o seu objetivo maior de proteger a sociedade. Para isso, a APAC abriu mão dos procedimentos claramente repressivos e optou por impor aos presos uma determinada forma de ver o mundo e de se relacionar com os seus companheiros de cela, o que vinha a se opor claramente aos valores da “sociedade dos cativos”. A APAC objetivava concretizar a volta dos delinqüentes para seus devidos lugares de cidadão honestos e, para isso, não poupava esforços no sentido de mostrar-lhes que eles estavam errados, internalizando neles a sensação de que eram culpados. Além disso, procurou descobrir meios para que eles não reincidissem no crime, providenciando, por exemplo, empregos para seus recuperandos no momento em que eles deixavam o presídio: a obtenção de empregos para os egressos foi, como vimos, o objetivo maior da fundação da APAC. A discussão sobre até que ponto a APAC conseguiu de fato ressocializar seus presos exigiria comparações entre os índices de reincidência

criminal da comarca antes e depois do surgimento da APAC – a reincidência seria um importante indicador neste sentido – e entre a reincidência observada na APAC e no restante do sistema penitenciário paulista, comparações que não foram efetuadas neste trabalho. O índice de reincidência oficialmente divulgado pela APAC variava de 3% a 6% conforme o ano, números baixíssimos se comparados com a hipótese geral de que este índice chegue a 80% no restante do sistema penitenciário brasileiro. Este número é baixo até mesmo frente aos 29,34% encontrados por Adorno, (1991a: 21) em sua pesquisa no Carandiru. Se este número for correto, trata-se de um caso único entre as prisões brasileiras, mostrando que a prática disciplinar da APAC surtiu efeitos importantíssimos. O que nos coloca um fenômeno interessante: na APAC, as práticas disciplinares surtiram o efeito desejado de retirar da criminalidade aqueles que caíam sob suas garras. A APAC, na verdade, pouco inovou frente às “sete máximas da boa administração carcerária” de Foucault, alterando-as unicamente na questão da necessidade de pessoal técnico competente que, na APAC, foi substituído pela presença constante de voluntários, como pudemos ver na discussão sobre o Método da APAC. Portanto, a APAC nada mais fez do que propor de novo a prisão para corrigir a prisão, mas desta vez com excelentes resultados. A razão do sucesso da APAC pode estar calcada, como o da PAN, na existência de uma divisão de trabalho custodial no qual presos de menor periculosidade são destinados a uma determinada instituição, mantendo presos mais perigosos em instituições regulares. Por outro lado, pode ser que a APAC tenha simplesmente aplicado de fato as disciplinas, obtendo seu louro mais valioso, que é o comportamento obediente do preso. O fato de que a APAC aplica os procedimentos disciplinares frente a seus presos é quase indiscutível. Desde a vigilância hierárquica até o quadriculamento, tudo está ali. Isso é uma mostra de que as disciplinas – apesar desta terminologia não aparecer na obra de Foucault – apresentam um caráter menos repressivo e mais ideológico ou discursivo e que, além disso, podem sim representar a obtenção pelos aparelhos penitenciários dos resultados que eles tanto almejam. Podemos, por comparação com a APAC, dizer que nas prisões brasileiras as disciplinas nunca foram aplicadas de forma completa e que, por isso, não se pode dizer que tenham falhado no Brasil. Mas isso permanece como hipótese e não deve desviar o centro da discussão. A APAC se manteve como instituição modelar no país por vinte e sete anos e, durante este tempo, só enfrentou embates importantes por parte da polícia e

de alguns membros do Judiciário que não gostavam de seu trabalho por inúmeras razões. Como é possível que ela tenha se mantido intacta durante tanto tempo? Penso aqui no que a APAC pode ter representado de vantagens para o Judiciário, na medida em que foi ele quem lhe deu sustentação durante esses anos. Pessoalmente, a APAC parecia outorgar ao juiz um certo prestígio. Todos os juizes que passaram pela corregedoria de São José dos Campos obtiveram boas promoções em determinados momentos de sua carreira. Além disso, não devemos nos esquecer de que o atual Secretário da Administração Penitenciária de São Paulo foi o idealizador da APAC de Bragança Paulista, sendo posteriormente promovido exatamente por causa do sucesso de seu empreendimento. Pelo papel neutro que representava, a APAC também podia servir como proteção para indivíduos ligados pessoalmente ao Judiciário ou à polícia e que, assim, podiam ficar presos em sua própria cidade e em absoluta segurança. O caso dos policiais transferidos para lá é exemplar e não deve ser o único. Além disso, o presidente da APAC de São José dos Campos tinha importantes contatos na cidade, sendo amigo pessoal de muitos dos políticos eleitos em São José e tendo ampla movimentação na Câmara e na Prefeitura da cidade. Enfrentá-lo abertamente podia não ser uma boa estratégia para qualquer juiz na cidade. A APAC também contava com o apoio de uma parcela importante da sociedade de São José dos Campos, principalmente de pessoas ligadas às Igrejas locais e com alguma influência na cidade. O fato de partidos políticos de esquerda se manifestarem favoravelmente à instituição é indicativo de que ela obteve apoio político nos mais diversos setores, o que devia pesar nas decisões dos diversos juizes que passaram por lá.

Porém, tendo já conseguido se firmar como instituição modelar no Brasil, a APAC passou por uma série de intempéries até que finalmente, no dia 5 de maio de 1999, sucumbiu às pressões do aparelho judiciário. Como explicar que a APAC possa ter sobrevivido durante tanto tempo para, de uma hora para outra, morrer sem ar da forma como ocorreu? Acredito que o fato das vagas na APAC servirem como moeda no sistema judiciário possa esclarecer esta questão. A entrada dos presos na APAC se dava de forma a que eles percebessem sua permanência ali como um favor do juiz. Esta entrada era um processo de ampla sujeição do indivíduo ao aparelho judiciário, que lhe concedia a transferência sem lhe pedir nada em troca. Todo o poder estava do lado do Judiciário e da APAC, a quem o preso nada tinha a oferecer.

Além disso, a partir de sua entrada, tudo o que ele fizesse poderia jogá-lo de novo no inferno das cadeias da região, já que não havia um interesse especial em que ele estivesse ali. No momento em que as vagas na APAC se tornaram moeda judiciária, a entrada deixou de ser um modo de sujeição e passou a ser uma manifestação do poder do preso. Senão, vejamos: se um acordo com um promotor para prestar um depoimento permite a entrada na APAC, o preso está entrando por causa do poder que ele tem de oferecer algo em troca ao aparelho; caso contrário, não seria ele o beneficiário. Ou, nos casos mais extremos: se um preso compra sua vaga na APAC, pagando seja para o juiz, seja para algum membro da APAC ou para alguém da polícia, sua entrada na instituição não é uma forma de sujeição mas uma forma de acordo comercial. Para os voluntários da APAC, era claro que eles não tinham poder contra esses presos pois, de alguma forma, o Judiciário não respondia aos pedidos de transferência elaborados pela entidade para eles, mesmo que cometessem várias desobediências. E o poder da APAC se sustentava quase completamente sobre sua influência nas transferências determinadas pelo Judiciário. Sem conseguir impor ao Judiciário o momento exato das transferências, a APAC perdeu muito de sua força dissuasiva e passou a ser, de fato, controlada pelos presos. Por isso, ela foi se deteriorando no final de sua vida. O pagamento de propina para a transferência significava uma sujeição do preso ao Judiciário, pois era este órgão quem determinava sua ida para um ou outro lado, mas significava um poder enorme sobre os voluntários da APAC. Até onde sabemos, o grosso dos membros da instituição não estava envolvido nesse esquema de corrupção. Se havia corrupção na APAC, era provavelmente em um nível interno mais sutil, o que não diminui seu caráter corrosivo frente à força da instituição como um todo. Se alguns de seus membros são subornados, eles estão sujeitos ao preso na medida em que dependem dele para alguma coisa. E todo o poder da APAC vinha da *completa* sujeição do preso. Ele não podia representar nada de especial para a APAC pois, caso contrário, a instituição perderia seu poder sobre ele. É possível que o papel da transferência como moeda judiciária fosse bastante antigo, mas a compra de vagas parece ser algo mais recente. Não vamos apelar para os altos valores morais dos homens públicos de antigamente para explicar porque isto se deu apenas nos últimos anos de vida da APAC. É mais provável que os presos de antigamente simplesmente não tivessem o dinheiro necessário para representar qualquer papel econômico importante na vida desses

homens públicos. A explicação mais convincente envolve a colonização das regiões rurais do Brasil por grupos envolvidos com o crime organizado. Comprová-lo envolveria uma pesquisa diferente da que fizemos, por isso mantemos esta idéia como uma das possíveis hipóteses para explicar o fiasco recente da APAC. Na medida em que esses grupos se infiltram em novas regiões, eles levam para lá toda a gama de relações econômicas ilegais que qualquer observador sabe terem lugar nas grandes penitenciárias paulistas. E, como a APAC era um empreendimento notavelmente comunitário, ou a instituição como um todo entraria no esquema de corrupção ou seus membros simplesmente desistiriam do trabalho. O que prevaleceu foi esta segunda opção. Percebendo que seus esforços eram em vão, muitos voluntários preferiram optar por outras formas de trabalho caritativo, esvaziando o papel da APAC. Como ela era uma entidade muito antiga, tinha muita força e se manteve em pé até ser abatida a tiros pelo Ministério Público. O fechamento da APAC parece estar relacionado, portanto, à produção de um complexo efeito econômico advindo do modelo de trabalho da APAC, influenciado por fatores externos, que suplantou o efeito ideológico típico da APAC e produziu um estilhaçamento no bloco tradicionalmente compacto formado pelo Judiciário de São José dos Campos e pela APAC.

Em outras APACs, ocorreu, por diversas razões, um esvaziamento semelhante mas muito mais crítico. Para mostrar o que poderia estar esperando a APAC no futuro, finalizamos com um artigo de jornal bastante melancólico, que retrata bem o que ocorreu com a APAC de Caraguatatuba, cidade vizinha a São José dos Campos.

Justiça manda fechar Apac de Caraguá após denúncia

Presos estariam levando adolescentes à unidade para relações sexuais

Caraguatatuba

A juíza-corregedora de Caraguatatuba, Adriana Andrade Pessi, determinou o fechamento da unidade da Apac (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) na cidade após constatar irregularidades na entidade.

Os presos com direito ao regime semi-aberto vão cumprir prisão

domiciliar até o surgimento de vagas de unidades da Coespe (Coordenadoria dos Estabelecimentos Penais do Estado de São Paulo).

Segundo a juíza, desde que assumiu a comarca, em dezembro passado, estava averiguando o funcionamento da entidade. Entre as irregularidades constatadas em sindicância realizada pela juíza estão informações de que adolescentes seriam levadas ao local para ter relações sexuais com os presos, descumprimento dos horários estabelecidos, brigas entre os reeducandos e tentativa de homicídio na casa.

Com base na sindicância e na confirmação de que a diretoria eleita para administrar a entidade não existia há vários anos, a juíza determinou a extinção da Apac na semana passada.

Segundo ela, dos 37 reeducandos, 20 tinham direito ao regime aberto e vão ficar em prisão domiciliar, comparecendo ao Fórum na data estipulada. Dos outros 17, a maior parte teria voltado para a cadeia em períodos anteriores por não estarem cumprindo as regras para o semi-aberto.

A única voluntária da entidade, Esdras de Abreu, confirmou que o sistema não estava funcionando. "Sempre que havia alguma denúncia, a Polícia Militar era acionada, mas era difícil manter o atendimento 24 horas sozinha." O prefeito Antônio Carlos da Silva (PSDB) disse que a posse do imóvel retorna ao município e que não há intenção de criar um novo sistema (Justiça manda fechar APAC após denúncia, 14.03.01).

ANEXO

ANEXO - Levantamento da idade e crime na população carcerária da APAC de São José dos Campos.

Durante nossa pesquisa, não tivemos a oportunidade para levar adiante os dois objetivos principais de nosso levantamento sobre a população da APAC, que eram estabelecer comparações com a população entrevistada – já que encontramos dificuldades para nos aproximar de egressos da APAC a partir de um procedimento mais neutro – e comparar essas informações com o perfil geral da população carcerária da comarca ou do Estado para definir o lugar ocupado pelos “recuperandos” dentro da população prisional de um ponto de vista estatístico. Apesar disso, a apresentação dos dados serve para mostrar quais eram os principais tipos de delitos cometidos pelos apaqueanos e a idade média dos presos. Para procedermos à seleção de prontuários a serem estudados, tivemos que levar em conta a forma como o arquivo-morto da APAC estava organizado. Tivemos que levar em conta que todos os prontuários estavam separados pela inicial do nome do egresso, mas organizados de tal forma que as pastas que estavam sob a mesma inicial não estavam sequer ordenadas alfabeticamente. Sem a prévia organização de todas as pastas por ordem alfabética, seria impossível encontrar uma pasta dentre as centenas que jaziam sob cada inicial. Por isso, nossa primeira tarefa foi organizar as pastas sob a mesma inicial por ordem alfabética. Os nomes com as datas de saída dos egressos estavam listados em um livro também organizado pela inicial do nome. Então, o procedimento que adotamos foi o de olhar o livro, procurarmos todos os nomes de pessoas que haviam saído depois de 1995 e, posteriormente, procurarmos as pastas desses egressos no arquivo morto para obtermos as informações desejadas. Mas devido à necessidade da APAC de eventualmente buscar uma ou outra pasta no arquivo morto, nós nunca sabíamos quanto tempo duraria a organização dos nomes por ordem alfabética. Houve um caso em que organizamos as pastas sob determinada inicial e, três dias depois, quando fomos realizar efetivamente a busca pelas pastas, elas já estavam novamente fora da ordem em que as havíamos colocado. Por isso, assim que acabávamos de organizar uma determinada letra, avisávamos aos funcionários para não mexerem naquelas pastas e procurávamos realizar a busca o mais rapidamente possível para não sermos prejudicados em nosso trabalho.

Portanto, a busca teve que ser realizada letra por letra. Primeiro pesquisamos os nomes sob a letra “A”, depois os nomes sob a letra “B”, e assim por diante.

Poderíamos ter tomado uma única letra como amostra aleatória de toda a população da APAC, já que não há nada na literatura que nos autorize a pensar que haja diferenças significativas em idade e artigo infringido conforme o nome do condenado. Mas preferimos abarcar todas as letras do arquivo morto para obtermos uma amostra maior da população da APAC. Algumas letras, porém, continham centenas de pastas, de forma que seria muito demorado para nós pesquisar os dados de todas as pastas. Por isso, nas letras “J”, “R”, “S”, “T”, “V” e “W” nós selecionamos aleatoriamente dez por cento das pastas existentes para serem pesquisadas. Essa seleção deu-se da seguinte forma: nós numerávamos todos os nomes constantes dos livros de saída – a letra “J”, por exemplo, tinha 301 nomes –; depois, utilizávamos uma ferramenta de análise de dados do programa Excel que gera números aleatórios. Utilizamos a opção de distribuição “Discreta”. Listávamos todos os números de 1 a 301 e atribuíamos a cada um deles a mesma probabilidade de ser sorteado. No caso, a probabilidade era de $1 / 301 = 0,003322$. Pedíamos que o programa gerasse uma quantidade de números correspondente a aproximadamente um décimo do número de nomes listados, no caso, 30 nomes. Se os números gerados fossem 3, 9, 26, 44, 51, etc., procurávamos no livro o 3º nome, o 9º nome, etc., que teriam suas pastas analisadas. Quando não era possível encontrar os dados de uma das pastas sorteadas, ou por não estarem no arquivo morto, ou por não conterem as informações desejadas, nós consultávamos o prontuário do nome imediatamente posterior no livro. Isso nós fizemos apenas para respeitar o princípio de analisar todas as iniciais. Para as outras iniciais, como “A”, “B”, “C”, etc., nós anotamos os dados desejados de todas as pastas correspondentes aos anos pesquisados, com exceção daquelas que, por várias razões, não estavam no arquivo morto, ou daquelas que não contivessem os dados que desejávamos, além de algumas poucas pastas correspondentes a mulheres. No final, o número total de pastas masculinas que encontramos foi de 1413, dentre as quais analisamos 722.

Depois de chegar ao perfil dessa amostra da população, utilizamos o mesmo programa de geração de números aleatórios do Excel para escolher, dentre os 1413 nomes dos livros de saída, 26 que seriam nossos entrevistados. Queríamos, na verdade, 6 entrevistas, mas imaginando as dificuldades que eventualmente

encontraríamos, selecionamos vinte nomes a mais. O procedimento foi o mesmo. Listamos números de 1 a 1413 e atribuímos a cada um deles a mesma probabilidade de ser sorteado. O número final de egressos a serem entrevistados, excluindo os nomes cujos dados não foram encontrados, foi de 21. Quanto ao artigo, essa população era composta por 5 violações ao artigo 157; 4 ao artigo 155; 3 ao artigo 16; 3 ao 129; 2 ao 121; 1 ao 168; 1 ao 171; 1 ao 12 e 1 violação ao artigo 1. Quanto ao ano de saída, era composta por 3 pessoas saídas em 1995; 9 pessoas saídas em 1996; 5 pessoas saídas em 1997 e 4 pessoas saídas em 1998. Quanto à idade, a média de idade dessa população ficava em 33,380 anos, com DP de 7,826086. Apesar de não termos levado a efeito uma comparação rigorosa entre a população selecionada e a população total, os valores que encontramos estavam próximos o suficiente da população total para que a considerássemos representativa. A idade média dos entrevistados ficaria em torno de 30 anos de idade, a grande parte dos entrevistados teria infringido os artigos 155 e 157, havendo também artigos 121, 129, 171, 16 e 12. Foi esse, enfim, o procedimento que adotamos para construir a amostra da população egressa da APAC.

O levantamento foi feito a partir de 722 prontuários do arquivo morto da APAC, dentro de uma população total de 1413 arquivos, representando nossa amostra 51,01% da população total. Obtivemos as tabelas 2 e 3.

Um primeiro dado que a **tabela 3** nos permite conhecer é que grande parte da população da APAC se concentrava nos artigos 155 e 157, furto e roubo, respectivamente, que respondem por quase a metade da população estudada. Os demais artigos, por ordem de participação na população, são o artigo 121 (homicídio), 304 (uso de documento falso), 129 (lesões corporais), 16 (consumo de droga) e 12 (tráfico de drogas). Os demais artigos, como 171 (estelionato), 180 (receptação), 214 (atentado violento ao pudor) ou 213 (estupro) correspondem, todos juntos, a menos de 4% da população estudada e, para efeitos práticos, não entrariam na população alvo da pesquisa. Vale lembrar que esses dados representam o perfil populacional dos *egressos* da APAC, e portanto não se pode afirmar que eles representem o perfil populacional da APAC *durante* seu funcionamento. Há variações históricas no tipo de artigo pelo qual as pessoas são condenadas e alguns

autores argumentam que há uma mudança na composição da população prisional no sentido de sua “urbanização” sócio-criminal. Neste levantamento, nós não isolamos variáveis como o tempo de condenação e o ano de ingresso na instituição, o que pode significar uma modificação substantiva nas características da população tomada de forma pontual. Na tabela 2, podemos ver que a população egressa da APAC situa-se em torno dos trinta anos de idade, o que nos dá uma indicação importante na escolha dos entrevistados.

Tabela 2 – Valores descritivos para a idade da população de egressos da APAC de São José dos Campos no período de 1995-98.

	idade
Média	32,23162275
Erro padrão	0,342354576
Mediana	29
Modo	28
Desvio padrão	9,192714431
Variância da amostra	84,50599861
Intervalo	50
Mínimo	18
Máximo	68

Tabela 3 – Número de casos, percentual da população amostral, percentual acumulado e idade média de acordo com o artigo do código penal pelo qual foi condenado, para amostra da população egressa da APAC de São José dos Campos no período de 1995-98.

Artigo	nº de casos	%	% acumulado	Média de idade
26	1	0,00138504	0,001385042	66
59	1	0,00138504	0,002770083	24
112	1	0,00138504	0,004155125	34
132	1	0,00138504	0,005540166	30
147	1	0,00138504	0,006925208	41
159	1	0,00138504	0,008310249	40
217	1	0,00138504	0,009695291	26
237	1	0,00138504	0,011080332	47
244	1	0,00138504	0,012465374	37
264	1	0,00138504	0,013850416	27
287	1	0,00138504	0,015235457	28
288	1	0,00138504	0,016620499	52
312	1	0,00138504	0,01800554	47
315	1	0,00138504	0,019390582	44
329	1	0,00138504	0,020775623	35
331	1	0,00138504	0,022160665	33
339	1	0,00138504	0,023545706	27
1	2	0,00277008	0,026315789	46

32	2	0,00277008	0,029085873	30
50	2	0,00277008	0,031855956	57
233	2	0,00277008	0,034626039	45,5
250	2	0,00277008	0,037396122	40
333	2	0,00277008	0,040166205	52
34	3	0,00415512	0,04432133	25,667
58	3	0,00415512	0,048476454	29,333
158	3	0,00415512	0,052631579	32,667
342	3	0,00415512	0,056786704	30,667
148	4	0,00554017	0,06232687	37,25
19	6	0,00831025	0,070637119	27,833
168	6	0,00831025	0,078947368	42,667
213	7	0,00969529	0,088642659	34,714
297	7	0,00969529	0,09833795	37,857
214	9	0,01246537	0,110803324	34,333
180	19	0,02631579	0,137119114	35,421
171	27	0,03739612	0,174515235	36,222
12	33	0,04570637	0,220221607	31,697
16	49	0,06786704	0,288088643	31,265
129	49	0,06786704	0,355955679	36,429
304	56	0,07756233	0,433518006	36,679
121	59	0,08171745	0,515235457	37,356
157	170	0,23545706	0,750692521	28,1
155	180	0,24930748	1	29,489

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 23 ANOS numa cela, Vale Paraibano, 09.08.1984.
- A FALÊNCIA do sistema penitenciário brasileiro, Vale Paraibano, 27.08.1997.
- ADORNO, S. (1991a). A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. Tempo Social: Rev. Soc. USP São Paulo, 3 (1-2): 7-40.
- ADORNO, S. (1991b). Sistema penitenciário no Brasil. Revista USP, março/maio 1991: 65 – 78.
- ADVOGADA acusa MP de cercear ação de defesa, Vale Paraibano, 23.04.1999.
- ADVOGADA diz que preso se beneficiou, Vale Paraibano, 25.04.1999.
- ALBUQUERQUE, J.A.Guilhon. (1980). Instituição e poder: análise concreta das relações de poder nas instituições. Rio de Janeiro: Graal.
- ALCALDE, L. (1998) Cadeia muito disputada. ONG que recupera presos em São Paulo é envolvida em várias irregularidades. Isto é, nº 1500, 01.07.1998.
- ALCALDE, L. (1999) O fim da mamata. Isto é, nº 1568, 20.10.1999.
- ALTHUSSER, L. (1989). Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- APAC (1985) Relatório das atividades da APAC – São José dos Campos – no exercício de 1985. (mimeografado).

APAC (1994) Sugestão da APAC de São José dos Campos para aprimorar a lei de execução penal. (mimeografado).

APAC (1995 a) Conheça a APAC. IV Congresso Nacional das APACs.

APAC (1995) Identificação da APAC e sua obra. (mimeografado)

APAC (1999) Esclarecimento sobre o trabalho e as perseguições à APAC.
(mimeografado)

APAC (s.d. a) Curso sobre o método APAC. Formação de monitores. Equipe de apoio.(mimeografado)

APAC (s.d. b) O que é a “APAC”? (mimeografado)

APAC “libera” saída de presos do regime fechado, Vale Paraibano, 24.02.1999.

APAC de São José vira cadeia feminina, Vale Paraibano, 14.08.1999.

APAC em Revista (1987 a), ano 1 (1), mar./abr.. São José dos Campos:
COBRAPAC.

APAC em Revista (1987 b), ano 1 (4), set./out.. São José dos Campos: COBRAPAC.

APAC em Revista (1987 c), ano 1 (5), nov./dez.. São José dos Campos:
COBRAPAC.

APAC em Revista (1988 a), ano 2 (8), mai./jun.. São José dos Campos:
COBRAPAC.

APAC em Revista (1988 b), ano 2 (9), jul./ago.. São José dos Campos: COBRAPAC.

APAC em Revista (1988 c), ano 2 (11), nov./dez.. São José dos Campos:
COBRAPAC.

APAC em Revista (1989 a), ano 3 (12), jan./fev.. São José dos Campos:
COBRAPAC.

APAC em Revista (1989 a), ano 3 (12), jan./fev.. São José dos Campos:
COBRAPAC.

APAC em Revista (1989 b), ano 3 (16), set./out./nov./dez.. São José dos Campos:
COBRAPAC.

APAC em Revista (1991), ano 5 (19), out./nov.. São José dos Campos:
COBRAPAC.

APAC em Revista (1992 a), ano 6 (20), mai./jun.. São José dos Campos:
COBRAPAC.

APAC em Revista (1992 b), ano 6 (21), jul./ago./set.. São José dos Campos:
COBRAPAC.

APAC em Revista (1995 a), ano 6 (29), fev./mar.. São José dos Campos:
COBRAPAC.

APAC em Revista (1995 b), ano 6 (30), abr./mai./jun. São José dos Campos:
COBRAPAC.

APAC em Revista (1995 c), ano 6 (32), set./out.. São José dos Campos:
COBRAPAC.

APAC em Revista (1996), ano 7 (38), nov./dez.. São José dos Campos:
COBRAPAC.

APAC em Revista (1997), ano 8 (40), mar./abr.. São José dos Campos:
COBRAPAC.

APAC prepara transferências de presos para Tremembé, Diário de S.José,
25.08.1999.

APAC remove último grupo de detentos, Vale Paraibano, 20.10.1999.

APÓS 26 anos, APAC troca de comando, Folha de São Paulo, 25.07.1998

ATÉ Yoga para os detentos da APAC, Vale Paraibano, 04.08.1984.

BATISTA, N. (1999). Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 4.ed. Rio de
Janeiro: Revan.

BECCARIA, C. (1763). Dos delitos e das penas. São Paulo: Hemus – 1998.

BITTENCOURT, C. R. (1993). Falência da pena de prisão. Causas e alternativas.
São Paulo: Revista dos Tribunais.

BONDESAN, A. Um livro e tanto, Vale Paraibano, 14.05.1997.

CADEIA nova, Vale Paraibano, 12.08.1984.

CADEIA pública de São José dos Campos, Vale Paraibano, 07.05.1999.

CADEIÃO do Putim transfere 30 presos para a Casa de Detenção, Vale Paraibano,
07.05.1999.

- CAMARGO, M. S. (1984) Terapia penal e sociedade. Campinas: Papyrus.
- CARRARA, R. (s.d.) A sociedade sai ganhando. Sem Fronteiras: 17-20.
- CLEMMER, D. (1958). The prison community. New York: Rinehart & Company, Inc.
- COELHO, E. C. (1987). A oficina do diabo. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ.
- CORREGEDOR vistoria cadeia da APAC, Diário de S. José, 24.05.2000.
- CORREGEDORIA apura denúncias sobre “barracão”, Vale Paraibano, 07.05.1999.
- COUTO, D. J. A. (1976) Prefácio. In: Ottonboni, M. & Netto, S. M. Cristo Chorou no Cárcere. São Paulo: Edições Paulinas.
- DIAS, R. (1997) A importância do relacionamento APAC e segurança. In: Ottoboni, M. (1997) Ninguém é irrecuperável. APAC: a revolução do sistema penitenciário. São Paulo: Cidade Nova.
- DORNELLES, J. R. W. (1988). O que é crime. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.
- ESPANCAMENTO e insulto, Vale Paraibano, 04.08.1984.
- ESTADO apura transferências, Vale Paraibano, 21.04.1998.
- FAMÍLIAS fazem protesto contra transferência de presos da APAC, Vale Paraibano, 20.05.1999.
- FEIRA de Natal começa na Vila Cultura, Vale Paraibano, 16.12.1997.

- FERRAZ, E. M. A APAC não acabou, Vale Paraibano, 20.08.1999.
- FOUCAULT, M. (1991). Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes.
- GARCIA, M. S. D. (1987) A importância da participação da comunidade na recuperação do presídio. APAC em Revista, ano 1 (4), set./out.: 12-9.
- GEERTZ, C. (1989). A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koorgan.
- GOFFMAN, E. (1974). Manicômios, prisões e conventos. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva.
- GRUPO faz ato pela APAC, Folha de São Paulo, 11.05.1999.
- GUIMARÃES, E. APAC tem déficit de 41 recuperandos, Vale Paraibano, 13.06.1996.
- GUIMARÃES, E. Dise – Acusados vão para APAC, Vale Paraibano, 31.10.1996.
- GUIMARÃES, E. Investigadores são interrogados por juiz, Vale Paraibano, 13.8.1997.
- GUIRADO, M. (1987). Psicologia Institucional. Coleção Temas Básicos de Psicologia. São Paulo: E.P.U.
- HESTER, S. & Eglin, P. (1996). A sociology of crime. London and New York: Routledge.
- JONES, H.; Comes, P.; Stockford, R.. (1977). Open prisons. International Library of Social Policy. London, Henley and Boston: Routledge & Kegan Paul.

JUIZ explica futuro da APAC a presos, Vale Paraibano, 24.08.1999.

JUIZ fez ameaças a detentos da APAC, Vale Paraibano, 09.05.1999.

JÚNIOR, M. L. (1999) APAC: Experiência inovadora. In: APAC (1999)

JUSTIÇA investiga transferência de presos, Vale Paraibano, 06.05.1999.

JUSTIÇA manda fechar APAC após denúncia, Vale Paraibano, 14.03.2001.

JUSTIÇA transfere 26 da APAC, Vale Paraibano, 06.05.1999.

MENDEZ, E. G. (1999). De como considerar seriamente os direitos e garantias do cidadão. *In*: Batista, N. (1999). Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan.

MIOTTO, A. B. (s.d.) A APAC e os direitos humanos. (mimeografado)

MIOTTO, A. B. A APAC no mundo, Vale Paraibano, 09.05.1988.

MIOTTO, A.B. Prisões do século 18 e do século 20, Vale Paraibano, 15.06.1999.

MODELO APAC completa 20 anos e é exportado para vários continentes, Vale Paraibano, 22.09.1992.

MP pede interdição do “barracão” em São José, Vale Paraibano, 05.05.1999.

MUCHAIL, S.T. (1985). O lugar das instituições na sociedade disciplinar. *In*: Ribeiro, R.J. [org.] Recordar Foucault. São Paulo: Brasiliense.

NASCIMENTO, C. A. G. 30 anos de cursilho, Vale Paraibano, 21.11.1999.

NETO, S. M. (1997). Prefácio. *In*: Ottoboni, M. (1997). Ninguém é irrecuperável. São Paulo: Cidade Nova.

OTTOBONI, J. Cadeia que é modelo para a ONU poderá ser desativada, Estado de São Paulo, 20.04.1993.

OTTOBONI, M. (1997) Ninguém é irrecuperável. APAC: a revolução do sistema penitenciário. São Paulo: Cidade Nova.

OTTOBONI, M & Netto, S. M. (1976). Cristo chorou no cárcere. São Paulo: Edições Paulinas.

PAIXÃO, A. L. (1991). Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso. Col. Polêmicas do nosso tempo. 2. ed. São Paulo: Cortez.

PERPÉTUO, N. C. (1997) Discurso proferido pelo doutor Nilo Cardoso Perpétuo, juiz de Direito, na época corregedor dos presídios e da execução criminal da Comarca de São José dos Campos, na inauguração do presídio-modelo da APAC de São José dos Campos, em dez de outubro de 1984. *In*: Ottoboni, M. (1997) Ninguém é irrecuperável. APAC: a revolução do sistema penitenciário. São Paulo: Cidade Nova.

PIMENTEL, C. Americanos pretendem adotar o método APAC, Vale Paraibano, 06.12.1995

PIMENTEL, C. APAC ganha concessão e pretende montar padaria, Vale Paraibano, 20.09.1995.

- PIMENTEL, C. APAC quer deixar de ser só para homens, Vale Paraibano, 10.03.1996.
- PIMENTEL, C. Governo pode adotar o método APAC, Vale Paraibano, 20.10.1995.
- PINHO, M. R. (1997) A convivência: Justiça, APAC e seus frutos. In: Ottoboni, M. (1997) Ninguém é irrecuperável. APAC: a revolução do sistema penitenciário. São Paulo: Cidade Nova.
- PRESO que fez denúncias contra delegado será retirado da APAC, Vale Paraibano, 20.05.1998.
- PRESOS seguem “leis” nas celas, Folha de São Paulo, 03.04.1995.
- PROCESSO contra juiz é arquivado, Vale Paraibano, 05.11.1999.
- PROMOTORA justifica benefícios a detento, Vale Paraibano, 16.06.1999.
- RAMALHO, J. R. (1983). Mundo do Crime. A ordem pelo avesso. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- REBELIÃO de presos é controlada, Vale Paraibano, 16.04.1997.
- SALLUM, E. O perigo mora ao lado. Veja São Paulo. São Paulo, 34 (9): 10-15, mar. 2001.
- SECRETARIA de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São José dos Campos. (1996). São José em dados. Departamento de Planejamento Territorial e Urbano, Divisão de Pesquisa e Teoria.

SECRETARIA nomeia novo diretor para a APAC na próxima semana, Vale Paraibano, 30.07.1999.

SECRETARIA nomeia novo diretor para a APAC na próxima semana, Vale Paraibano, 30.07.1999.

SIMÃO, P. Y. Problema carcerário e o papel da comunidade, Vale Paraibano, 12.07.1997.

VITORINO, R. Secretaria de Segurança vai assumir a APAC de São José dos Campos, Vale Paraibano, 29.07.1999.

VITORINO, R. Secretário muda sistema de transferências de presos, Vale Paraibano, 20.04.2000.